O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



Volume 65.º

1918

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

O INSTITUTO

VOLUME 65.º

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

Volume 65.º

1918

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

1918

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE

COIMBRA



ANO DE 1918

Rua Candido dos Reis, 14 — COIMBRA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTIFICA E LITTERARIA

ÍNDICE

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NO VOLUME 65.º

Boletim do Instituto — Pág. 177, 567.
D. Maria Amália Vaz de Carvalho — 113.

Anselmo Ferraz de Carvalho (Dr.):

O ensino do Botânica e o Jardim Botânico — 261.

António Ferreira de Serpa:

Dois inéditos acêrca das ilhas do Faial, Pico, Flôres e Côrvo — 503, 555, 601.

A. Gomes de Sousa:

A Guerra e os exércitos da actualidade — 73.

António Maura (D.):

Discurso pronunciado na Rial Academia de Jurisprudência e Legislação de Madrid, para apresentação do Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo, em 1 de março de 1918 — 427.

António Xavier Pereira Coutinho (D.):

O Sr. Dr. Júlio Henriques e a sua influência no estudo da Botânica em Portugal — 225.

Bento Carqueja:

Diante de um velho livro — 243.

Blaz Lázaro é Yeiza:

Doctor Julio Henriques — 250.

César de Sousa Mendes:

O Imperador do Japão — 387.

Costa Lobo (Dr.):

Portugal na guerra e na paz — 1.
Novas teorias físicas. Sua correlação com os fenómenos biológicos e sociais — 430.

Cunha e Costa:

Rui Barbosa — 379.

David Fernández Diéguez:

Los laboratórios de matemática en la enseñanza y en la investigación — 275.

Edgar Prestage:

Correspondência do Conde de Castelmelhor com o P.e Manoel Fernandes e outros (1668–1678) — 89, 151, 197.

Edmundo Arménio Correia Lopes:

Questões de arte — 353.

Gonçalo Sampaio (Prof.):

Psorotichia Henriquesi (n. sp.) — 245.

Gustavo Ramos (Dr.):

O Fausto de Goethe — 99, 165, 214, 331, 365, 398.

Horacio Bentabol y Ureta:

Demostraciones geométricas originales, nuevas, de dos antiguas proposiciones — 517.

Joaquim Rasteiro:

Doutor Júlio Henriques — 247.

José Gómez Ocaña (Dr.):

El criterio fisiologico aplicado a los sucesos humanos — 339.

José Manoel de Noronha (D.):

Uma crise de subsistências no ano de 1680 — 430.

J. M. Teixeira de Carvalho (Dr.):

Da saúdade e de outras mais alegres flores — 255.
Taxas dos ofícios mecânicos de Coimbra em 1593 — 569.

Luiz de Castro (D.):

Doutor Júlio Henriques — 253.

Luiz Leitão:

Simpatia — 489.

Sousa Viterbo (Dr.):

Documentos sôbre várias indústrias portuguesas — 108, 128, 206, 319, 355, 410, 450.
Curiosidades históricas e artísticas — 469, 535, 586.

Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena (D.):

História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal — 137, 299, 453, 496, 525.

Thomaz de Mello Breyner:

Livros antigos e médicos antigos — 181.

Vicente José de Seiça:

A propósito da revisão da Farmacopeia Portuguesa de 1876 — 114.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ENCARREGADA DE SUPERINTENDER NA PUBLICAÇÃO DÊSTE VOLUME

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



VOLUME 65.º
N.º 1

1918
Janeiro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Portugal na guerra e na paz, por COSTA LOBO 1

PORTUGAL NA GUERRA E NA PAZ

Conferência realizada pelo Presidente do Instituto de Coimbra, Dr. Costa Lobo, na Sala dos Capêlos da Universidade de Coimbra, debaixo da presidência do Ex.mo Sr. Reitor da Universidade, Dr. Arnaldo Norton, na noite de 13 de novembro de 1917

Ex.mo Sr. Reitor da Universidade:
Minhas Senhoras:
Meus Senhores:

Com o meu profundo reconhecimento para com o benévolo acolhimento que V. Ex.as se dignaram dispensar-me, agradeço em especial, — ao nosso Ilustre Reitor, a honra que dá ao Instituto de Coimbra, e a mim, dignando-se presidir a esta sessão; — ao ilustre comando do heróico exército inglês, as autorisações e facilidades que me permitem poder realizar esta Conferência, — ao prestigioso general comandante do nosso exército na batalha do ocidente, Ex.mo Sr. Fernando Tamagnini, a carinhosa amabilidade com que me hospedou durante os três dias em que pude permanecer na sua companhia junto do nosso valente exército; — aos ilustres generais comandantes das duas divisões expedicionárias Ex.mos Srs. Gomes da Costa e Simas Machado, as suas demonstrações de velha amizade; — ao distinto chefe de Estado Maior, Ex.mo Sr. Roberto Baptista, as suas apreciadas informações e companhia.

A todos os camaradas que tive a satisfação de encontrar, e que tão boa amizade constantemente me manifestaram, a todos os portugueses que ali se acham sacrificando a vida pela sagrada defeza da pátria, envio o testemunho da minha saudade e afecto, com os mais calorosos votos por um brilhante triunfo, e para que em breve sejam restituídos ao nosso carinho.

Confio em que completa justiça me será feita de que para a realização desta Conferência de modo algum poderia con-

tribuir o desejo de mais uma vez falar neste lugar. Também me não determina a intenção de despertar ódios ou atiçar coragens. — O ódio é sentimento que, felizmente, não posso conhecer e, com satisfação o afirmo, que não tem guarida na alma portuguesa. De mais eu já tive ocasião de observar nesta mesma Sala como é certo que felizmente desaparecem rápidamente os mais fundos ressentimentos. Se assim não sucedesse teriamos o mundo constituído sómente por incompatibilidades.

Também não é preciso provocar coragem num povo que em todos os tempos tem dado provas da maior valentia e abnegação.

E, já agora, aproveito o ensejo para acentuar de um modo bem peremptório, que nunca às apreciações que vou fazer póde ser dado significado pessoal. As doutrinas que estabeleça terão sempre o carácter de generalidade scientifica. Serão orientadas pelo critério que em todas as ocasiões deve guiar o homem dedicado aos estudos scientificos. Em especial, possuindo a nossa Universidade no seu seio uma senhora que, possuidora de um carácter distintíssimo é ao mesmo tempo uma sábia professora, de origem germânica, de modo algum quero passar adiante sem aqui lhe manifestar a alta consideração que lhe tributo, sem restrição alguma.

Também a grandiosidade do espectáculo, do trágico espectáculo que a humanidade nos oferece neste choque temeroso das fôrças da vida, e que nos demonstra quanto é ainda insignificante a espiritualisação humana, espectáculo a que nenhum anterior, por mais horroroso que tenha sido, pode comparar-se, que tem, a bem dizer, toda a humanidade como actora e espectadora, e de que a scena se encontra tanto sôbre a superficie da terra e dos mares, como nas translucidas e inconsistentes alturas dos ares, e nos escuros e trágicos abismos dos oceanos, não se compadece com ornamentadas formas oratórias, justificadas noutras ocasiões. — Exige a máxima serenidade e reflexão para que cada país, cada indivíduo, apreciem devidamente as situações, e procedam com energia e decisão no cumprimento dos deveres que as suas responsabilidades, conjugadas com os legítimos interesses das raças e países a que pertencem, lhes impõem.

Pela minha parte, realizando esta Conferência, cumpro o meu dever como português, como soldado, como professor e como membro do Instituto de Coimbra, onde, com satisfação o lembro, as Ilustres Senhoras de Coimbra, num comovente movimento de bondade e patriotismo, instalaram a Cruz

Branca sob a protecção do então general comandante desta divisão, hoje prestigioso general em chefe do exército português na frente ocidental.

Procederei guiado exclusivamente pelo máximo patriotismo, e por um meticuloso respeito à verdade.

*
* *

É principal objecto desta Conferência dar conta do que me é permitido dizer do que vi nos campos da batalha, das impressões que tive, das conclusões que me julgo autorisado a tirar. Sem me demorar em largas considerações sôbre as responsabilidades do actual conflito, aproveitarei os factos que se me depararem para em todo o caso firmar doutrina.

Notarei, porêm, quanto é interessante observar o empenho com que todos os países procuram defender-se.

Perante quem?

Não me embrenharei em discriminar os caracteres fundamentais das raças de que são representantes os povos em luta, e menos ainda na discussão da fixidez dos caracteres das raças, justificativos em todos os tempos dos actos praticados pelos povos conforme a sua composição, não duvidando, comtudo, manifestar-me no sentido de admitir esta doutrina.

Nem mesmo me demorarei na exposição das interessantes observações de Mr. Yves Guyot, que dão particular importância aos acontecimentos que se ligam com o trágico assasinato praticado em Serajevo, o qual constituiu o golpe inicial da gigantesca explosão que arremessou a humanidade para o insondável sorvedouro em que se debate.

O assasinato de Sarajevo. — Lamentabilíssimo acontecimento foi êsse que no dia 28 de junho de 1914 horrorisou a humanidade com o assasinato do arquiduque Carlos Francisco José, herdeiro do trono austro-hungaro, e de sua esposa, e precipitou a tempestade de fogo e ferro que tornou a Europa um hediondo mar de sangue.

O representante dos Habsburgos, o imperador Francisco José, que, apesar de presidir aos destinos de um dos maiores países da Europa, aceitou entrar na esfera do domínio da Prússia, tornou toda a Sérvia responsável por aquele acto,

*

e o govêrno de Ballplatz fez à Sérvia, no ultimatum de 23 de julho de 1914, as mais vexatórias exigências. Entre elas uma havia impossível de aceitar. Significaría a perda da independência, pois obrigava aquele país a receber a colaboração do govêrno Imperial e Real «na repressão do movimento subversivo dirigido contra a integridade territorial da monarquia».

Contudo, facto grave, os criminosos eram subditos austro hungaros; e a história, possuidora de elementos importantes, já considera admissivel que a responsabilidade dêste fatal acontecimento pertença à família Habsburgo, incitada com o conhecimento da convenção que o arquiduque herdeiro, colocado em falsa e desagradável posição, em conseqüência do seu casamento com a condessa Sofia Chotec, desaprovado pelo imperador, e realizado com o stigma de não poderem subir ao trono imperial os descendentes dêste consórcio, teria ultimado em 12 de dezembro com o imperador Guilherme, em Konopisht. Nela teria ficado assente que o filho mais velho do arquiduque cingisse a corôa de um reino constituído pela Polónia, Lituania e Ukrania; o mais novo à corôa de um outro constituído pela Boémia, Húngria, a maior parte dos países eslavos da Austria, a Sérvia e a região eslava do Adriático. A Alemanha cederia ao primeiro parte do ducado de Posen; a Austria alemã com Trieste, debaixo do govêrno do arquiduque, seria anexada ao Império Alemão.

* * *

Sendo a guerra em que a humanidade está empenhada um acontecimento que já não pode ser evitado, sendo as guerras factos considerados fatais como conseqüência da concentração de exageradas fôrças, pode parecer ocioso insistir sôbre a averiguação de responsabilidades. A grandiosidade da tragédia, a que assistimos, a importância que pode ter o seu estudo sôbre a conduta dos povos e, sôbretudo no espírito de bastantes pessôas, às quais há necessidade de demonstrar que é fundamentalmente falsa a ideia, que ainda não terão de todo perdida, de que grande parte da responsabilidade dêste tremendo conflito pertence à Inglaterra, nossa aliada, que precisaria aniquilar a Alemanha para evitar a sua concorrência comercial, são circunstâncias que justificam algumas considerações.

Antes, porêm, ocupar-me-ei rápidamente dos principais países que desde os primeiros dias tomaram parte na luta — Alemanha, Inglaterra, França e Rússia, não considerando em especial a Áustria-Húngria vista a situação subalterna que tomou no desconcerto Europeu a despeito do seu valor, das suas tradições, do importante papel que desempenhou noutras épocas e de que capitulou em 1866.

É história vulgar — poderá supôr-se. É de certo difícil expôr factos que não possam ser encontrados em livros conhecidos. Mas não basta conhecer factos. É necessário apreciá-los devidamente; despi-los das fantasias em que muitas vezes aparecem envolvidos, ou dos falsos aspectos com que nos são apresentados por uma tendenciosa e pertinaz especulação. E é interessante observar como as mais extravagantes opiniões, os mais evidentes êrros, conseguem fóros de verdade, e dominar os espíritos desprevenidos, mesmo aqueles que pelos seus conhecimentos deviam ser considerados imunes, desde que a propaganda é suficientemente intensa, e, principalmente, se se torna bastante audaz.

*
* *

Alemanha.

Referindo-me à Alemanha é interessante observar já que, sendo um país de tão longa história como a de toda a Europa, cujas raizes bebem nos sólos asiáticos, e a que os seus modernos historiadores pretendem dar uma situação primacial, é o mais moderno estado da Europa, pois data de 1871 — do dia em que, no palácio de Versailles, entre as lágrimas do povo francês, no meio das ruinas fumegantes da França, Guilherme I, Rei da Prússia, cingiu a corôa imperial. Poucos anos tinham decorrido depois que a Áustria-Húngria tinha sido reduzida a uma situação subalterna, e a Baviera, Saxe, Hanover, Wurtemberg, os Hesse, Nassau, Bade e Francfort tinham sido submetidos, mais pela violência do que pela livre opção dêstes estados, embora alguns deles, como a Saxónia e Baviera, tivessem já sido dos mais poderosos da Alemanha.

Não será de mais recordar que o arquitecto desta obra, *Bismarck,* era lançado pouco tempo depois ao ostracismo, e posta de parte a sua orientação, de uma Alemanha essencialmente continental, pelo actual Imperador Guilherme que, tendo tomado a corôa em 15 de junho de 1888, logo em março de 1890 exilou Bismarck para não mais lhe dar guarida.

Atribue-se o facto a desinteligências sôbre a atitude a

adoptar relativamente à Áustria e à Rússia; sendo Birmarck favorável à aproximação com esta nação, e o Imperador à continuação da preferência pela Áustria.

Também se supõe que poderia ser motivado êste estranho facto pela discordância sôbre a maneira de encaminhar o desenvolvimento da Alemanha: pretendendo Bismarck que assentasse sôbre a forte e sólida base agrícola. O facto é que Bismarck foi impediosamente destituído, e pode bem dizer-se perseguido, chegando a encontrar-se em melindrosa situação quando pretendeu fazer uma viagem de *révanche*.

Triste fim do maior pussiano, que a essas horas, próximo do desenlace fatal da vida, talvez sentisse mais fundo o receio de desastrosas conseqüências do iniquo tratado de Francfort, de 71, que mutilando a França, deixára de ser um tratado de paz para ser um constante desafio de guerra. Neste momento está no seu epilogo.

E hoje, como sempre, ainda não pode dizer-se que exista uma Alemanha, que possa ser considerada um organismo nacional, o que implicaria a existência de «um agrupamento voluntário da nação consciente num Estado unificado». Basta observar que o conselho federal do Império, *Bundesratt*, composto pelos 61 representantes dos Estados, não representa uma unidade, mas sim contratantes. Os membros dêste conselho não votam conforme a sua opinião mas sim conforme as instruções impostas pelos elementos que representam, e que estão subordinados ao domínio do Estado prussiano, como êste o está à família reinante: uma conseqüência natural da evolução dêste aglomerado, que não possue qualidades para constituir um todo homogéneo, como se encontra em quási todos os países do mundo.

Na Alemanha encontra-se sôbretudo a característica de um sólo sempre agitado, de um vulcão social cujas lavas por vezes irrompem por toda a Europa, sem que as suas invasões, classificadas de barbaras, tenham contribuído para melhorar a civilisação dos povos atacados.

Prússia. — Na Alemanha ocupa lugar especial a Prússia saída das mais estranhas combinações, constituindo com as compras, trocas e conquistas que contribuiram para a sua organização, antes um domínio particular do que uma nação.

Em 1417, no século épico de Portugal, que já possuia depois de alguns séculos um organismo perfeito, dilata-se a célula inicial da Prússia com a compra feita ao Imperador Segismundo pelo Burgrave de Nuremberg, Frederico Hohensollern,

do marquezado de Brandbourg. Em 1618 ainda por compra, João Segismundo, herdeiro do referido Burgrave liga àquela célula prussiana, um pequeno domínio pertencente aos cavaleiros da ordem teutónica sôbre a margem direita do Vistula.

A situação dêste embrião da Prússia actual, elevado à categoria do reino sómente em 1701 com Frederico I, num campo desguarnecido, pobre e fustigado pelas mais violentas intemperies, criou naturalmente uma raça guerreira, paciente, tenaz, disciplinada pela própria exigência da defesa, e tambêm da necessidade de atacar para melhorar a sua sorte.

No emtanto as suas provações teem sido bem duras. Basta lembrar as conseqüências da guerra dos 30 anos que ao Magdbourg reduziu a menos de metade a sua população de 330:000 habitantes, resultando que em 1740 a Prússia contava sómente 2.400:000 habitantes: e mais de um quarto eram emigrados.

Mas, a despeito de todas as contrariedades, os cuidados militares dominaram sempre, e já naquela época possuia a Prússia um terrível exército de 83:000 homens, dos mais fortes que tinha sido possível encontrar. Ao mesmo tempo é interessante observar como a corôa da Prússia cabe quási constantemente a homens cheios de ambição e absolutamente dedicados ao engrandecimento dos seus domínios. Logo a seguir temos Frederico II, o grande: espírito enérgico e de poderosas faculdades, que resarcidos os revezes que Napoleão lhe fez sofrer, já conseguiu deixar a Prússia numa situação preponderante na Alemanha. Hoje possue aquele Estado 348:000 quilómetros quadrados dos 541:000 que constituem a Alemanha.

Ao actual Imperador — embora a sua ancia de engrandecimento da Alemanha, e por isso da Prússia, e por isso do seu querido Brandburgo, visto ser êste território, célula primitiva, aquele que mais tem no coração, como bem o demonstra com as seguintes palavras do discurso que em 14 de agosto de 1914 dirigiu ao primeiro regimento de infanteria da sua guarda: «Sois a garantia de que ditarei a paz aos meus inimigos. Carregai sôbre os adversários e destrui todos os inimigos do Brandburgo», seja a causa do vendaval que afoga o mundo num mar de sangue, — uma coisa não pode ser negada, uma incessante e poderosa acção para conseguir para o seu país o máximo desenvolvimento, o máximo esplendor, o domínio do mundo. Gravissimas são as suas responsabilidades, mas é justo reconhecer que a sua mentalidade, e a mentalidade do seu meio, fatalmente conduziriam ao temeroso cataclismo em que a humanidade se encontra subvertida.

Eis as estranhas palavras da proclamação dirigida por Guilherme II ao exército de Leste em setembro de 1914: «Sou o instrumento do Todo Poderoso. Sou o seu gladio, o seu representante. Desgraça e morte para todos os que resistirem à minha vontade! Desgraça e morte para aqueles que não acreditam na minha missão! Desgraça e morte para os cobardes! Morram todos os inimigos do povo Alemão! Deus exige a sua destruição. Deus que pela minha bôca, vos manda executar a sua vontade».

Um dos mais notáveis historiadores alemães, Treitschke, escrevia na sua «Deutsche Geschichte» os seguintes períodos, que comprovam a minha asserção, e mais adeante comentarei demonstrando quanto a paixão dementa os homens mais sábios:

«A Inglaterra nada pode esperar das suas colónias, longínquas, vastas e pouco povoadas. Longe de a protegerem representar-lhe-ão uma fraqueza e superficies de fácil agressão. Aproxima-se a hora do saneamento. A mentira sôbre que repousa o seu odioso domínio levanta contra a Inglaterra insolente toda a terra. A sua altaneira impostura será vencida, como todas as suas mentiras, pelas potências da vida, da verdade e da realidade que há tanto tempo teem sido ultrajadas, e que, finalmente, se vingarão.

«O instrumento predestinado para esta obra de saneamento é a Alemanha imperial, una, coerente, forte, na qual estas fôrças eternas existem na sua mais elevada expressão. Ela substituirá à desordem moral, ao individualismo dissolvente, ao egoismo, à mentira, à impostura que constituem o império e civilisação inglesa, a sua saúde, a sua seiva virgem, o seu império fundado sôbre uma civilisação de ordem, organização, subordinação, verdade e fôrça real».

Três factos há a registar nestas palavras: — o espírito messianico, o ódio à Inglaterra, a pretensão a uma exacta compreensão da realidade.

Treitschke, levado pela sua paixão, chega a afirmar que sómente a Alemanha edifica todas as suas obras sôbre as bases indestructiveis da realidade.

São inegáveis os resultados materiais atingidos rapidamente pela acção imperial, e é justo reconhecer quanto êles dão a medida do que pode obter a disciplina de um país debaixo de uma acção enérgica e tenaz.

Quanto Treitschke estava iludido quando explodia em ódio contra a Inglaterra, demonstra-o de um modo frisante a devotada solidariedade que adoptaram todas as colónias que,

com a metrópole, constituem o grande império Britânico. Encontra-se sintetisada na seguinte afirmação da colónia australiana: «Até ao último schelling e até ao seu último homem, a Austrália sustentará a causa do Império».

Para reduzir à verdade as falsas imagens que a Alemanha tem conseguido fazer ver à maior parte dos outros povos, até à própria França, na apreciação do seu valor, com as deformadas lunetas constituídas pelos constantes cânticos à sua supremacia mundial em todos os campos, moral, scientífico, industrial e comercial, e que, diga-se para glória da actividade alemã, êles com incompreensivel facilidade se teem prestado a usar, vou apresentar o insuspeito testemunho do mais importante vulto político alemão da actualidade, que energicamente rebate essas apreciações e afirma a necessidade de que o mundo tem de afastar essas falsas miragens.

Refiro-me ao Príncipe de Bulow, discípulo entusiasta de Bismarck, criação política de primeira grandeza, incontestávelmente a mais alta individualidade alemã que maior direito tem de ver consideradas as suas opiniões.

É justo fazer uma rápida referência á carreira dêste importante homem de estado, de que o grande valor é afirmado em multiplos e valiosos serviços. Nasceu em 1849 em pleno Mecklembourgo feudal, e foi educado na Alemanha do Sul, nas universidades do centro e na Suissa.

Seguiu a carreira diplomática, e desde 1874 a 1897, foi ministro nas côrtes de Roma, Bucarest, Viena, S. Petersburgo e París. Ministro, de 1897 a 1900, ocupou o cargo de ministro dos estrangeiros e, finalmente, durante o longo período de 9 anos, de 1900 a 1909, ocupou o alto cargo de chanceler do Império. Afastado do poder, afirmou o seu merecimento retirando-se a uma vida da maior reserva, e de 1909 a 1913 foi ocupar o seu palácio em Roma, entregue ao estudo e publicação de importantes trabalhos, entre os quais avulta a *Política Alemã*, que apareceu poucos meses antes de estalar o actual conflito, no qual, com uma elevada forma literária, e muito espírito, nos expõe os seus trabalhos e faz uma profunda crítica do Império alemão. É o seu depoimento que vamos aproveitar, usando para mais segurança do texto da tradução espanhola, autenticada pelo autor.

A Alemanha não é adaptável à constituição de uma unidade nacional. — A Alemanha conserva sempre os carácteres que resultam da sua composição. Formada pelo desenvolvimento de considerável número de tribus que, embora com origens

similhantes possuem caracteristicas essencialmente distintas, não passa de um conglomerado para o qual não há temperatura de civilização capaz de conseguir à fusão num todo homogénio.

Daí resulta que a sua coesão é insignificante, e a sua constituição em bloco só pode realizar-se debaixo de uma potente acção, que possa actuar constantemente, sem o que imediatamente se dá o esboroamento dos seus elementos.

Foi debaixo da acção conquistadora de uma das suas tribus que há mil anos pode ter efémera existência o império alemão. É tambêm hoje debaixo da acção potente de um estado, a Prússia, que pode subsistir o joven império. Joven no seu actual aspecto, mas constituído por peças antigas que não podem deixar de prejudicar o seu funcionamento com os defeitos inerentes às suas qualidades perpetuadas através dos séculos, e que tornam antagónicos o espirito alemão e a monarquia prussiana.

Testemunho do Príncipe de Bulow:

«O imperio alemão da idade média não foi fundado pela livre união das tribus, mas só pelo triunfo de uma única tribu sôbre as outras, que reconheceram por muito tempo, contra sua vontade, a soberania da mais forte».

«Da mesma maneira que o antigo império alemão foi fundado pela tribu superior em fôrça às outras, o novo foi fundado pelo estado mais forte — com luta de alemães contra alemães».

«É verdade que os alemães necessitaram um milenário para criar, destruir, e voltar a criar o que para outros povos desde séculos constitue sólido fundamento do seu desenvolvimento — uma vida política nacional».

«Quando os partidos políticos alemães se põe uma vez em oposição, pelos mais insignificantes factos políticos, dificilmente olvidam as suas rivalidades e tardiamente perdoam».

Referindo-se em especial à unidade alemã, declara o ilustre estadista:

«A unidade alemã de agora foi realizada não só contra todas as dificuldades que a ela opozeram as circunstâncias interiores do país, rivalidades e rancores antiquissimos, todas as faltas do nosso passado e todas as particularidades do nosso temperamento político, mas tambêm a oposição descarada ou encoberta, e a má vontade da Europa inteira».

E acrescenta que para se conseguir a unidade alemã «foi preciso pôr de parte as faculdades que por herediteriedade

são as mais débeis nos alemães, isto é, as suas faculdades políticas, para confiar a grande obra às que lhe são inatas e reconhecidas como as suas melhores aptidões — às suas faculdades guerreiras. A circunstância de ter ao seu lado um estrateja como Moltke e um organizador como Roon, foi para Bismarck uma conjuntura incalculável.»

A probabilidade de uma rápida desorganização acentua-a o antigo chanceler nos seguintes termos:

«A poderosa coesão prussiana, que parte de cima, produziu em todos os tempos um movimento de grande fôrça em sentido inverso».

«A especial natureza das nossas instituições políticas, assim como a essência do socialismo alemão, opõe-se à política de reconciliação. Extirpar o socialismo por meio da fôrça, nem pensa-lo. Nem por um nem por outro meio directo se chegará a resolver o nosso problema socialista, nem a conjurar o perigo que nos ameaça. Só nos fica a esperança de vencê-lo por processos indirectos atacando o socialismo nas suas causas, e nas fôrças que o movem».

Mais uma vez se demonstra a necessidade que a Alemanha tem de conservar-se no estado de guerra.

A parte dominante da Alemanha não possue as qualidades de ordem e disciplina que se lhe atribuem, nem as qualidades morais de tolerância e afecto que ganham a simpatia, ou, pelo menos, o respeito mundial. — Pelo contrário ali mais do que noutra parte rebenta a epidemia socialista com o carácter acentuado *pro invidia.*

Assim é afirmado pelo Príncipe de Bulow, que recorda as apreciações de Tácito, como se vê pelo texto adiante transcrito.

O desinvolvimento desta enfermidade, com a característica, grave, que Bulow lhe reconhece, e que diz ser especialidade alemã resultante das suas qualidades de raça, demonstra que a organização alemã, apesar da sua robustez aparente, é um organismo que segue para um aniquilamento rápido, e só pode aguentar-se à custa de enérgicos tónicos para os quais os outros países estão condenados a contribuir com o sacrifício da sua tranquilidade e das suas fôrças.

Escreve o antigo chanceler:

«A luta das classes operárias na Alemanha para a melhoria da sua existência, luta que começou com a fundação do partido socialista, converteu se em ódio fanático contra a propriedade, a instrução, e as posições sociais. As excelentes

instituições fundadas para melhorar a sorte do operário não modificaram aquele ódio».

«Se o govêrno prussiano quizesse uma inteligência com o socialismo, que há anos ataca as bases monarquicas e militares do Estado prussiano, as classes média e rural interpretariam esta atitude como uma capitulação em frente da revolução... As conseqüências duma atitude debil em frente do socialismo seriam mais fatais para a Prússia do que as da revolução de março».

«O socialismo detesta a monarquia, detesta na Prússia o Estado da ordem, o coração e nucleo do império alemão, o Estado sem o qual o império alemão não existiria».

«O socialista alemão aferra-se aos artigos do programa do seu partido de olhos fechados, sem pensar em critica-los, sem atentar nas suas contradições, e como este programa não pode conciliar-se com o Estado existente, o socialismo alemão é inconciliável. O operário alemão, mais do que qualquer outro, está predispôsto a conceder fé cega aos princípios e máximas do socialismo, aos brilhantes sofismas de Lassale e ao sistema de Karl Marx, que a evolução histórica tem refutado e derribado nos seus fundamentos».

«O nosso socialismo mostra-se incomparavelmente mais hóstil do que o socialismo francês e italiano».

«O nosso socialismo não tem base nacional, pretende ignorar as recordações patrióticas alemãs, porque são de carácter monarquico e militar. Não é um sedimento na evolução histórica da nação como o socialismo italiano e francês, mas sim, desde a sua origem, está em oposição declarada contra a nossa história e o nosso passado como nação».

«No almanaque que edita o Vorwaerts, não aparecem os nomes de Bismarck, Mollke, de Blucher, de Scharmhorst, Ziethen ou Seidlitz. Passa-se por cima de Leipzig, Waterloo, Königgrätz e Sedan, mas citam-se os nomes de uma porção de nihilistas russos e anarquistas italianos, bem como os seus atentados homicidas».

A propósito é interessante observar que é fácil verificar que ao socialismo alemão pertence a responsabilidade do desenvolvimento das suas perturbadoras doutrinas em todos os outros países, embora com virulência muito atenuada, e, felizmente sem fácil aclimatação, sendo sôbretudo refractários à sua influência os elementos anglo-saxónios possuidores de uma capacidade superior, e aos quais por isso naturalmente repugnam doutrinas conducentes à inércia, e só úteis para os elementos a que falta a coragem para trabalhar. Documento

demonstrativo do perigo socialista para a Alemanha é a seguinte nota das crescentes votações do partido socialista:

1884	550:000
1887	763:000
1890	1.427:000
1893	1.787:000
1898	2.107:000
1903	3.011:000
1904	3.539:000
1912	4.250:000

A Alemanha não tem qualidades de generalização nem de génio inventivo, o seu espírito é sôbretudo geométrico, e só capaz de objectivos restritos. — É o que nos afirma o Príncipe de Bulow:

«Para coisas pequenas encontra o alemão facilmente sócios e companheiros, para as grandes é dificil. Quanto mais restrito é o fim mais rapidamente se funda a Associação Alemã, e para longa duração. Quanto mais gerais são os fins mais dificilmente se agrupam as fôrças, e mais dispostas ficam para dispersar-se de novo, mesmo por motivos insignificantes».

É por isso que a Alemanha não tem disposição, para a unidade e só pela guerra pode existir. — Por isso precisa da acção consecutiva das armas, para aguentar-se num estado de alta tensão. — É o contrário da mentalidade dos outros povos, como bem o demonstra o Império Britânico, a França, mesmo a Rússia e a Itália e melhor de que nenhum outro o nosso país, embora de pequenas dimensões. Acrescenta von Bulow:

«Sentido político e sentido de generalidade é o que falta aos alemães».

«É próprio do carácter alemão aplicar de preferência a fôrça de acção ao particular, e antepôr, e mesmo subordinar, o interesse geral ao restricto, ao imediatamente palpável».

Por isso temos a actual guerra, escusada, por quanto, se não fôsse impulsionada pelos seus carácteres de raça, a Alemanha podia desenvolver-se tranquilamente, e conseguir uma situação notável e respeitada.

A Alemanha não possue sentido político, e só pode subsistir quando um homem de pulso rijo consegue dominar os seus elementos, e tél-os em permanente estado de guerra. — Testemunha o Príncipe de Bulow:

«Ao lado da rica plenitude de raros méritos e de grandes

qualidades concedidas ao povo alemão, foi-lhe negado o talento político».

Mas o talento político é a delicadeza, é a forma indispensável aos homens e povos para viverem em sociedade. Exprimindo-se assim Bulow confessa com grande franqueza uma inferioridade da Alemanha, e o perigo que resulta da existência de uma Alemanha forte e dominadora.

«Em todos os tempos nos foi dificil vencer pequenos e insignificantes obstáculos que se opozessem ao nosso próprio desenvolvimento político».

Ou não há raças, e o orgulho de uma raça alemã é uma quimera, ou aqui fica bem estabelecida a doutrina da incapacidade da Alemanha para a vida mundial. E assim deve ser pois de outra forma não seria tão restrita em cometimentos mundiais a nação alemã — das poucas nações europeias que nunca cooperou para o alargamento da nossa civilisação, onde Portugal, tão pequeno, ocupou a mais brilhante posição.

Com aplauso cita o Príncipe de Bulow o estadista Miguel, quando êste diz:

«Nos nossos parlamentos raras vezes um debate se mantem mais de um dia na devida altura: ao segundo já se apresenta em minguante, e depois discute-se à larga e sem resultado sôbre coisas banais».

A Alemanha é um elemento perigoso para a harmonia mundial. — Não só por causa da incapacidade política que lhe atribue Bulow, como atraz referi, mas ainda mais pelo seu manifesto desprêso pelas convenções, e pelo seu processo de corrupção que, infelizmente, consegue macular individualidades das mais altas posições de alguns dos seus inimigos, esquecidas do que devem à sua dignidade, e responsáveis pelo mais hediondo crime, — o de ferirem pelas costas aqueles que, cheios de abnegação e patriotismo, heroicamente se sacrificam pela sua pátria.

Procurando dignificar a raça germânica referem-se os seus mais notáveis historiadores, Waitz, Gissebrecht, Sybel, Lamprecht à sua fidelidade aos tratados.

No seu elogio diz corajosamente Lamprecht: «A consciência da raça (germânica), afirma-se desde a sua origem por uma cultura comum, e os traços que a distinguem conservam-se sempre — fôrça militar, fidelidade aos tratados, sentimentos profundos, vigor de espírito e de corpo, sabedoria, actividade, fôrça de querer». Mr. Henri Bergson glosa estas

qualidades pela seguinte forma interessante e pitoresca: A raça germânica, pura na Alemanha, não se modifica nas suas qualidades essenciais que Lamprecht enumera—*fôrça militar,* correlativa do espírito de invasão e absorpção: *fidelidade aos tratados* pelo seu completo desprêso por êsses farrapos de papel: *sentimentos profundos,* manifestados pela crueldade dos processos usados, levados ao mais alto gráu na destruição dos navios neutros, com sacrifício de inúmeras vítimas completamente estranhas à contenda: *sabedoria* para iludir o mundo e disseminar o bacilo da corrupção por todos os organismos sociais: *fôrça de querer* sugeitar todo o mundo ao seu domínio com a pretensão de criar uma extraordinária civilisação, sem observar quantas e brilhantes civilisações teem existido, e existem, sôbre as quais nunca poderá sobresair.

No emtanto Treitschke já preconisou a doutrina, agora adoptada pela Alemanha, de que um tratado só obriga um povo em quanto êste não tem interesse em o rasgar.

Foi por isso que a Alemanha não respeitou a neutralidade da Bélgica, que a Prússia se comprometera a defender. Mas mais grave ainda é a maneira como desrespeitou a doutrina que por ela foi apresentada na segunda conferência da Haya, inserida na acta final de 18 de outubro de 1907, e que versava sôbre a maneira como deviam ser conduzidas as operações por forma a evitar ruinas e desastres; sôbre o respeito à honra e direitos da família, à vida dos indivíduos à propriedade particular, às convicções religiosas e ao exercício dos cultos. Por ela era interdita a pilhagem, e seriam considerados propriedade particular os bens das municipalidades, dos estabelecidos consagrados ao culto, à caridade, à instrução artes e sciências, mesmo sendo do Estado.

A Alemanha não possue as qualidades scientíficas e artísticas que pretende possuir, e muito menos o Estado prussiano que domina e só prevalece pelo valor militar. — De modo algum quero amesquinhar-lhe os seus trabalhos scientíficos, mas é preciso tambêm não lhe exagerar o valor e reconhecer que não possuem geralmente o traço do génio. Valem, sôbretudo, pela paciência das suas investigações seguidas, como é costume dizer-se geometricamente. Sem disposição para os grandes vôos os seus trabalhos assentam muitas vezes em bases inconsistentes e fantasiosas aproveitadas com o espírito de produzir uma sciência espectaculosa. Temos um exemplo frisante na sua hipergeometria feita por uma das

suas mais notáveis figuras matemáticas dos últimos tempos — Rieman.

É campo vasto para o seu paciente labor a química orgânica com os seus $n+1$ compostos em que a paciência, por vezes com utilidade, pode tornar n tão grande quanto queira. Mas não encontraremos lá um Pasteur.

Na astronomia embora possua um Kepler capaz de deduzir do estudo das observações feitas as leis que teem o seu nome, não possuiu um Newton nem um Laplace, nem hoje possue os génios de Deslandres, Lokyer ou Hale, sendo em todo o caso dignos de respeito muitos dos seus astronomos como Wolff, Kaiser, Muller.

É certo que possuiu Leibnitz mas a França orgulha se justamente dos mais ilustres sábios como Descartes, Lagrange, Pascal, Benard.

É sem dúvida notável na música. — Basta ter possuido entre outros Bach, Beetowen e Wagner.

Mas na pintura — onde estão os trabalhos dos génios de Rafael, Tintoreto, Ticiano, Rubens, Rembrandt, Murillo, Goya, Vellasquez, os efeitos cheios de graça e delicadeza de Watteau, de Curot e tantos outros?

¿Emfim que diremos da sua decoração, da sua arquitectura hirta, sêca, pesada, muda de sentimento artistico, fotografando bem o espírito alemão e até a sua fisionomia? E no emtanto que graça, que encanto na arte francesa, nos geniais trabalhos arquitectónicos dos italianos e dos inglêses.

E ainda é justo observar que exactamente não é no Estado que comanda a Alemanha, na Prússia, que encontramos em maior número os homens de maior destaque, se exceptuarmos os militares.

Mas é grande pelo seu ensino; será afirmação considerada incontestável. — Não pode com efeito negar-se o enorme trabalho realizado pela Alemanha para o seu desenvolvimento scientífico, o muito que tem trabalhado para o incremento das suas indústrias, sôbretudo químicas e metalúrgicas, naturalmente por serem as que mais aproveitam às suas qualidades genéricas.

Comtudo não deixa de ser certo que o seu triunfo resultou principalmente da sua orientação na produção de produtos baratos, embora inferiores, e é também certo que a despeito dos seus múltiplos processos de pressão comercial, as suas dificuldades economicas eram ameaçadoras, sendo certo que,

por tal motivo, se a guerra era desejada pelo elemento militar, pela necessidade de valorisar a sua indústria, pelos industriais do aço para dar escoante a sua superprodução, não o era menos pela finança afogada numa prosperidade estagnada.

Mas mais interessante ainda é ouvir a êste respeito a opinião do próprio Imperador, e observar como êle, com tanta razão, condena o que numa febre admirativa outros povos, esquecidos do seu carácter e das suas tradições, querem considerar a máxima perfeição.

É êle que, há pouco, num discurso célebre, que caiu como uma formidável granada sôbre os educadores alemães, declara e prova que o seu ensino não conseguiu os objectivos especulativos, técnicos e patrióticos a que estava obrigado. E o Imperador, que é sem dúvida o primeiro homem da Alemanha, que é o fulcro indispensável em que se firma êste imenso império, donde resulta a sua máxima instabilidade, a constante tendência para um pavoroso cataclismo, talvez ainda de aspectos e efeitos mais graves do que o da catástrofe russa, prova as suas asserções, e dá à sua demonstração a maior autenticidade porque apresenta o testemunho da sua experiência.

Nós que estamos sofrendo as desastrosas conseqüências da monomania germânica, e vemos as nossas gerações definhadas debaixo da férula de um ilessionismo scientífico que nos vai desviando de um estudo sólido mas moderado, e nos atira para um pandemónio que desorienta os espíritos, deforma o corpo e amesquinha o carácter, facilmente o compreendemos.

Sem poder alongar-me aqui, limitar-me hei ar ápidas citações, chamando a atenção de todos os que vivem absortos no deslumbramento germânico para as palavras daquele que, sôbretudo por isso, mais devem acatar.

«Essencialmente, desde 1870, a instrução foi monopolizada pelos filologos, que se restringiram ao saber, esquecendo-se da formação do carácter e das necessidades da vida presente».

Contra o exagêro do tempo que um aluno precisa dispender para dar satisfação às exigências do regime do ensino alemão, protesta Guilherme II nos seguintes termos:

«Passando ao trabalho da nossa juventude, reconheço que é indispensavel a redução do número de horas de estudo. Foi, quando cursei o Liceu de Cassel qne se fez ouvir o primeiro grito de protesto lançado pelos pais e famílias: — o Sr. Conselheiro intimo Hintzpeter deve recordar-se. Foi or-

denado um inquerito. Eramos obrigados a entregar todas as manhãs ao nosso director uma nota com o número de horas que nos tinham sido precisas em casa. Pois bem, eu, meus senhores, debaixo da fiscalização do Sr. Hintzpeter, era obrigado a trabalhar em casa durante 7 horas! A estas 7 horas somavam-se 6 horas para as classes, e contando 2 horas para as refeições, é facil fazer a conta do tempo que ficava por dia para tudo o mais».

A propósito só chamarei a atenção para a falsidade propalada entre nós, de que, a organização que adoptamos, daria como resultado sairem os alunos das aulas com a cabeça recheiada pelas prelecções ouvidas, sem necessidade de mais esfôrço:

Sete horas eram exigidas ao Imperador da Alemanha, que sem dúvida possue um cérebro privilegiado, para a pesada digestão que entre nós se quiz fazer crêr seria instantânea! E decerto esta mentira contribuiu muito para se aguentar êste vicioso sistema.

Contra a pretensão de se fazer do país uma academia de sábios inúteis protesta energicamente o Imperador:

«É exacta a frase do príncipe de Bismarck, *o proletariado dos bachareis,* sobre os que possuimos. A maior parte dos candidatos da fome, principalmente os jornalistas, são liceistas falhados. Constituem um perigo. Este excesso, que já é demasiado, torna a nossa patria similhante a um campo saturado de agua, que já não admite regas. Por este motivo não autorizarei a abertura de mais gimnasios, sem que a sua necessidade me seja bem demonstrada. Já temos de mais».

Referindo-se aos desastres fisicos diz:

«Quanto não é grave que um homem não veja com os seus olhos? Pois 74% dos nossos alunos são miopes!»

.....

«Asseguro-vos que remediarei este mal».

Não me permite o tempo alongar-me nestas interessantes citações, e por isso terminarei referindo os termos em que Guilherme II condena a educação cívica:

«Então (em 1864, 1866, 1870) só havia um pensamento: restaurar o Imperio Alemão, e rehaver a Alsacia e a Lorena. Tudo isso desapareceu depois de 1871. O Império constituiu-se: tinhamos obtido o que se desejava e *nisso se ficou.* Contudo era preciso ensinar á juventude que era necessário saber conservar o que se tinha ganho. Nada se fez neste sentido, e ultimamente notam-se tendências centrifugas. En-

contro-me em condições de apreciar estes factos porque me encontro no primeiro plano, e tenho obrigação de os observar. Esta situação resulta da maneira como é educada a juventude».

Era preciso preparar a actual guerra. A intensa acção imperial conseguiu o seu *desideratum,* e o espírito de guerra, o espírito prussiano, continuou a dominar a Alemanha.

Atitude hóstil para com Portugal. — Emfim notarei que a Alemanha tem tido constantemente uma atitude hóstil para com Portugal. Poderá ser explicada pela ambição de adquirir domínios coloniais, e julgar o nosso país mais facilmente expoliável. Nem por isso o seu procedimento deixa de ser condenável, e de natureza a provocar os nossos protestos e a nossa justa defesa.

Foi a Conferência de Berlim, com a sugestão de Bismark, que nos expoliou de uma das nossas mais ricas regiões para ser constituído o vastíssimo império do Congo, preparando talvez assim uma importante aquisição. Formada, pela condescendência inglêsa, nossa vizinha ao sul de Angola, logo a voracidade alemã nos tirou para sempre a tranquilidade naquela colónia. O gentio do sul tornou-se irrequieto e agressivo. A pretensão à aquisição de Angola tornou-se uma das obsecações da Alemanha.

Na impossibilidade de realizar violentamente o seu propósito, ou de conseguir o seu objectivo da conivência dos govêrnos portugueses, pretendeu o conselho de Willelmstrasse recorrer aos processos da usura. Emprestar para levar o dinheiro e o penhor. Na esperança de que fosse extraordinariamente avultada a indemnisação que a arbitragem com Mac-Murdo impuzesse a Portugal, e ao nosso país, ainda convalescente da crise financeira de 1891, fôsse difícil o respectivo pagamento, quiz a Alemanha impôr-nos um empréstimo caucionado com Angola. Fórmula indirecta da entrega desta província, cuja posse Portugal tem obrigação de defender atravez dos maiores sacrifícios.

Estavamos em 1899, e o presidente do govêrno de então, o ilustre estadista José Luciano de Castro, energicamente repeliu a insidiosa proposta, e, procedendo com o maior zêlo e actividade conseguiu habilitar-se para o pagamento a que fomos obrigados, felizmente muito inferior ao que era esperado pela cubiça alemã.

Foram instantes as pressões sofridas, mas a Inglaterra, nossa amiga e aliada, prestou constante e valioso auxílio ao

nosso govêrno, que cheio de patriotismo, e cumprindo com a maior elevação o seu dever, a ela recorreu.

O epilogo desta tremenda luta, que decorreu ignorada, mas em que Portugal se encontrou no mais grave perigo, teve lugar no dia 12 de maio.

— Nesse dia entrava no Tejo uma esquadra alemã de 9 barcos. Encontrou já fundeada uma poderosa esquadra inglesa de 10 navios. Era tarde para poder influir com o pezo dos seus canhões.

Passou despercebido o significado desta estranha coincidência. Assim o exigiam as reservas diplomáticas. É bom torná-lo hoje conhecido; não para acender ódios, — *mas para se fazer justiça.*

Infelizmente há pouco os acontecimentos tiveram um curso bem diverso. A Alemanha conseguiu a porta aberta de Angola, prelúdio da alienação do nosso domínio na África Ocidental, da perda da joia mais valiosa do nosso império ultramarino.

A nossa atitude de 1898 valeu-nos a consideração da Alemanha, e o seu Imperador não duvidou pouco depois visitar Portugal com manifesta consideração.

Para agora anunciava-se uma visita que, infelizmente, só poderia ter uma explicação de vassalagem.

*
* *

Inglaterra.

Está bem longe de ser conhecida entre nós como tanto o merece a história da nação inglesa. É a Inglaterra grande, imensamente grande; é poderosa; segue constante na sua ascensão há cêrca de 15 séculos; triunfa sempre. Porque há de despertar emulações, invejas mesmo? ¿Porque não se trata de fazer o estudo das suas qualidades, dos seus processos, da causa dêsse constante triunfo, que à ignorância surpreende e à inercia desagrada? E quando os carácteres de raça não permitam atingi-la ou aproximar se, justo é que seja admirada, ou pelo menos respeitada.

O predomínio do elemento saxónico, que primeiro deslocou o celta e depois conseguiu impôr-se aos invasores normandos, imprimiu a esta nação as superiores qualidades que constituem a sua incomparável fôrça, que lhe asseguram a vitória sôbre os inimigos externos, e a certeza de vencer as mais graves crises internas.

Entre as suas qualidades destacavam então, como destacam hoje, um excepcional senso prático, o máximo individualismo aliado a um grande respeito pelos direitos alheios; um trabalho honesto, metódico e perseverante, e sôbretudo uma intransigência irredutível na sua política caracterisada pelo *self governement,* traduzido primeiro pela *common Law,* e mais tarde, em 1215, pela Magna Carta ainda hoje respeitada.

É bem digno de verificar como são diametralmente opostas as qualidades dos dois pôvos que presidem às duas mais importantes civilisações do mundo. Enquanto no império germânico uma entidade domina todos os elementos, que abdicam, quási por completo, da sua individualidade, no império inglês os elementos desinvolvem-se na máxima independência e liberdade, e coordenam-se por si adquirindo o organismo a maior fôrça. Por isso, enquanto a Alemanha passa séculos sem poder alargar a sua acção para fóra da concha em que se criou, a Inglaterra rápidamente se espalha por toda a terra, criando o mais poderoso organismo dos tempos modernos — os Estados Unidos da América do Norte; e dominando nas mais vastas e ricas regiões de todas as grandes divisões da terra, na Índia e Birmania, na Ásia; no Egito e Cabo, na África; na Austrália e Nova Zelândia, na Oceania.

De cêrca de 132.547:943 quilómetros quadrados de terra pertencem-lhe 29.696:827, com 426.596:000 de habitantes dos 1.691.322:200 que a habitam. Pelo seu movimento marítimo póde considerar-se principal senhora dos mares. Enquanto a sua marinha mercante se elevava em 1911 a 19.418:824 toneladas com 9:901 vapores, tanto como a tonelagem de todos os outros paizes, a Alemanha possuia sómente 4.466:880 com 1:856 vapores.

É um modêlo de tino político. — A êle deve a unidade do seu vasto império, que esta guerra veiu pôr em evidência com a solidariedade manifestada por todos os seus domínios, dispostos a contribuirem com o máximo esfôrço para o triunfo do Império Britânico. E se existe uma pequena mancha na Irlanda, estou convencido de que ella desaparecerá ao terminar a luta presente.

O Príncipe de Bulow reconhece e justifica este facto «o rancor contra o Estado, comum na Alemanha, é quási desconhecido na Inglaterra. Uma das principais razões porque é tão bom cidadão o inglês, é porque póde ser dentro do

Estado um livre particular. Os limites, vacilantes na Alemanha, da acção governativa, estão bem fixados na Inglaterra».

A fixidez do seu domínio resulta decerto em grande parte do seu respeito pelos povos. — Nas suas relações, mesmo com póvos de muito menos fôrça procede sempre com as maiores atenções. Bem o podemos nós reconhecer. Datam do século XIV as íntimas relações de Inglaterra e Portugal. Já nesse século a dinastia Joanina foi iniciada com uma Princeza inglesa de que os filhos, glórias no nosso país, são sempre lembrados com saudade.

Em todos os tempos a aliança inglesa, que os nossos reis cimentaram com o mais leal apoio, manifestando uma notável capacidade política e um acendrado patriotismo, e que no penúltimo reinado se valorizou com os íntimos laços de amizade que ligaram os reis Eduardo VII e Carlos I, uniu os dois póvos. E, comtudo, é fácil de verificar como a Inglaterra sempre respeitou a nossa raça, como nunca procurou infiltrar-se no nosso país. Das tendências alemãs temos uma prova frisante no Estado de Santa Catarina no Brazil.

Como conseqüência dos seus diversos caractéres resulta o agrupamento de quási todos os póvos do mundo em volta da Inglaterra e em hostilidade com a Alemanha, apoiada sómente pelos maometanos de Constantinopla, pela Bulgária e pela Áustria, que, vencida em Sadowa, de Império sol passou a Império satelite.

Transigência com a Alemanha. — Admiráveis qualidades as dêsse povo inimigo das lutas armadas, disposto sempre a ceder o mais possível, a permitir o engrandecimento dos outros enquanto êste engrandecimento não constitue um perigo para a tranquilidade e direitos dos outros póvos civilisados, mas serêno, tenaz, invencível, quando obrigado a entrar em luta com qualquer outro povo que pretenda ascender ao domínio absoluto.

Dão sobeja prova destas afirmações as suas constantes condescendências para com os ímpetos absorventes da Alemanha, que nada tendo contribuído para a descoberta e civilisação do mundo, de um momento para outro pretende instalar-se por toda a parte.

Até Heliogoland cedeu, e por toda a parte se harmonizou com as ambições alemãs, chegando ao ponto de deixar interceptar a sua linha Cairo-Cabo, de concordar com o córte

do Congo Francês, um dos mais graves atentados ultimamente perpetrados.

É um povo essencialmente imperialista. — Mas na verdadeira acepção da palavra, porque a sua fôrça resulta do valor de todos os elementos, cônscios dos seus direitos e dos seus deveres, sempre orientados no mesmo sentido, e por isso dispondo da máxima fôrça.

A Alemanha, a despeito da sua fórma imperial, é um estado de que os elementos tendem constantemente para a dispersão, e só por circunstâncias ocasionais se agrupam, tanto os indivíduos, com os seus ódios sectários, que o antigo chanceler Bulow nos descreve ocupando-se dos socialistas alemães, como os Estados, de tendências diversissimas, com os seus rancores latentes, que ainda hoje reçumam nos descendentes das antigas tribus germânicas, e só podem ser sopeados quando dominados por uma acção potente, como é hoje a da Prússia com o seu Kaiser.

Nenhuma dúvida tenho em afirmar a grande conveniência que haveria em que na nossa educação, feita quanto possível à inglesa, entrasse especialmente o ensino sumário da história da Inglaterra. Creio que assim se despertariam sentimentos que são indispensáveis para robustecer uma raça.

Não posso alongar-me, mas não passarei adiante sem observar rápidamente o que se passa na Inglaterra com a religião e o socialismo.

Religião e socialismo. — É opinião unânime que ao seu puritanismo deve em grande parte a Inglaterra o seu triunfo. Numa época em que a perversão dos espíritos atinge já um limite perigosissimo e ameaça o desmembramento dos povos, como consequência da destruição da sua base essencial — a família, maior importância deve ter a acção religiosa.

E para justificação do que valem êstes sentimentos e da maneira como a Inglaterra os acata hoje, como os concebeu e respeitou sempre, limitar-me-ei a uma citação, que vale um tesouro, tirada do programa de uma das suas mais modernas e notáveis escolas, instalada em Abbotsholme por um dos seus mais afamados educadores, Mrs. Reddie, a qual corresponde ao nosso ensino secundário, com especial desinvolvimento de estudos técnicos e artísticos.

«A religião ocupa lugar primacial na vida, e a vida deve estar saturada dela. Não apresentamos a religião às crianças como uma parte da vida, mas como um todo orgânico e har-

monioso, que deve penetrar completamente o indivíduo, embora por meio de variadas crenças religiosas. Durante um quarto de hora, pela manhã e à tarde, todos os alunos se reunem para manifestar a sua fé e esperança por meio de sinais externos».

Aos domingos todos os alunos frequentam os templos da sua religião.

Aproveito a ocasião para pôr em paralelo com as exigências do ensino alemão, tão justamente criticadas pelo Imperador, a distribuição do tempo nesta escola. Trabalho intelectual, 5 horas; exercícios físicos e trabalhos manuais, 4 horas e meia; ocupações artísticas e preparação para a vida de sociedade, 2 horas e meia; refeições e tempo livre, 3 horas.

Referi-me atrás à chaga do socialismo, que infecta o organismo da hamanidade e que o Príncipe de Bulow justamente critica nos termos que citei.

Não hesito em ter a coragem de afirmar, e presto seguramente um grande serviço, que é completa a desorientação nas pessoas que aceitam as teorias socialistas, ou fazem a sua propaganda.

O que deram para o pacifismo mundial está provado, pela mais sanguinolenta e selvagem guerra de que a humanidade tem a envergonhar-se, e que os mestres, os propagandistas do socialismo, os socialistas alemães proseguem pela fórma mais criminosa, bastando para tornar esta classificação justa observar a iníqua guerra submarina, em que todo o mundo é atacado, a torto e a direito, com o mais completo desprêso por todas as convenções sociais.

São tão notáveis as apreciações sôbre êste assunto, feitas pelo ilustre estadista e meu respeitado amigo D. Eduardo Dato, no seu célebre discurso de Sevilha do meio dêste ano, que não quero deixar de as registar aqui.

«É preciso saber de que maneira marchamos para o socialismo como próxima e definitiva consequência da guerra.

«Precisamente, nos últimos tempos anteriores à sua declaração, não estavam muito no apogeu as teorias colectivistas. Os seus sectários, convertidos em políticos, sofriam de uma tremenda e irreductível divisão interna. A crise do socialismo era um tópico obrigado nos seus livros e discursos; a ruptura das escolas socialistas era considerada inevitável. Crescia em combatividade e rebeldia o chamado sindicalismo, que não tardou em adoptar a divisa de revolucionário.

«Em presença de um combatente saído da própria família, o socialismo scientífico e o reformista não encontravam fórma

de libertar-se das diatribes dos seus e dos receios dos adversários. Ainda restavam fócos luminosos como os de Vandervelde, que procurava assentar a emancipação da classe operária na cooperação, fundamento pouco distinto do corporativo intransigente dos revolucionários. No emtanto o abismo subsistia, acrescendo-se de incapacidade os defensores de uns e outros sistemas. Ao fim de dois anos de guerra a carência de soluções entre os socialistas tornou se mais patente, e pode afirmar-se que êles fôram as primeiras vítimas da contenda, acatando como patriotas em todas nações uma guerra que o seu crédo político não admitia».

Em primeiro lugar, e para tirar a êste fetiche talvez a sua maior fôrça de atracção, — a ideia de que constitue uma novidade, é preciso tornar bem conhecido que a doutrina socialista proclamada pela Alemanha, e o regime que preconisa, outra coisa não é senão o dos póvos selvagens dos tempos primitivos. É o progresso que se pretende implantar.

¿Pois serão tão ignorantes os modernos socialistas que não saibam que exactamente o regime dêsses póvos, ainda no estado bárbaro, era o colectivismo da propriedade e dos meios de trabalho; que nesses póvos, quando chegados a um estado mais adiantado, mas ainda atrazadissimo, existiu já a repartição periódica da propriedade, como sucedeu entre os hebreus, slavos, germanos, prussianos e outros? Não é êste ainda o regime das populações bárbaras da Ásia e da África?

A que deve a humanidade o seu progresso? É incontestável, ao seu espírito crescente de individualismo. É o que demonstra a história dos póvos que mais elevada civilisação adquiriram como o Império Romano — é o que demonstra pela fórma mais irrefragável a grandeza do Império Britânico.

É o povo inglês aquele que melhor vive e que mais refractário tem sido à malaria socialista que, longe de elevar, afunda e destroe todos os progressos da civilisação, acobertada com um falso sentimentalismo do socôrro aos fracos, que não é outra coisa senão um incentivo para a preguiça, para a inercia, para o aniquilamento de todas as fôrças, para se chegar ao nada.

Honra ao homem que cumpre os seus deveres, que trabalha com inteligência e energia, que produz e respeita o trabalho alheio! Ele é o benemérito da humanidade. É êle que deve merecer toda a consideração. É da sua existência que depende o futuro de um povo, de uma raça.

Emquanto a teoria socialista alemã, com Karl Marx à frente,

préga o estado providência e a igualização do trabalho, o operário inglês afirma o seu valor, reivindica um lugar bem marcado, e consegue melhorar a sua situação material como nenhum outro. Pelas suas *Trad'es Unions,* sem alterar as bases da sua sociedade, rechaçando enérgicamente as embaladoras teorias socialistas, que só podem conduzir à letargia e à morte, tornaram-se capitalistas. Só no país da Inglaterra o número dos operários inscritos nas *Trade's Unions,* aproxima-se já de dois milhões, e o seu rendimento eleva-se a mais de *dois milhões de libras,* conseguido exclusivamente pelo seu próprio esfôrço.

Não posso alongar-me mais sôbre êste assunto, mas prometendo voltar em breve a ocupar-me desta extraordinária raça, terminarei esta parte recordando duas interessantes apreciações do Príncipe de Bulow sôbre o seu valor político.

«Em parte alguma do mundo tem a política tão grande fixidês, e segue com tão segura orientação, como na Inglaterra. A tenás continuidade da sua política, através dos séculos, independente nos seus fins e fundamentos das mudanças de govêrno, deve a Inglaterra os seus grandiosos êxitos na política mundial».

Enfim, diz ainda o Príncipe de Bulow:

«O povo inglês é politicamente o mais sábio de todos os povos».

* * *

França.

A despeito das multiplas vicissitudes porque tem passado a região hoje ocupada pela França desde as épocas históricas, há uma circunstância interessante a registar: — a unidade para que tendem os variados elementos que a ocupam, sucedendo mesmo o notável facto de serem rápidamente absorvidos pelo seu meio aqueles que em diversas épocas a invadem ou assolam.

Recordando o que disse em relação à Alemanha, logo se reconhece como diferem essencialmente as populações dos dois países na sua disposição para a constituição de uma nacionalidade. E, contudo, as suas áreas são sensivelmente iguais: 540:777 quilómetros quadrados para a Alemanha, 536:464 pará a França. Infelizmente que para a França o desenvolvimento da população declinou extraordinariamente, resultando como conseqüência uma grande desproporção de fôrças, pois segundo a estatística de 1914, a população da

Alemanha elevava-se a 64.926:000, emquanto que a da França era sómente de 39.602:000; menos 25:324:000; 61 % da população da Alemanha.

É o que facilmente pode apreciar-se considerando as diferentes fases porque passaram os dois países depois de Carlos Magno, e sôbretudo o desinvolvimento da França desde que se instalou a dinastia capetiana nos fins do décimo século, pouco antes da eclosão da nacionalidade portuguesa, que, é bom lembrá-lo, debaixo da acção enérgica e inteligente dos seus reis, secundada pela coragem e tenacidade do povo português, foi de todas as nações da Europa a que primeiro ocupou estavelmente, e com um organismo homogénio, a região que até hoje tem constituído o seu domínio nesta parte da terra.

A completa constituição da França, nos seus actuais limites, demorou até aos fins do século XVIII, quási até à época da revolução: mas sempre numa marcha ascensional e com uma disposição harmónica de todos os seus elementos. É para notar que, por exemplo, a Alsacia só entrou no organismo da França depois do tratado de Westfalia em 1648, e a Lorena depois de 1766, e, comtudo, logo o seu carácter se tornou essencialmente francês, e só a França êstes póvos consideram como sua pátria.

O génio gaulês domina esta formosa civilisação através de todos os tempos: notável pelo seu heroismo, pelo seu espírito de cavalheirismo, e sôbretudo pelo *charme* com que encanta e arrasta o mundo, até quando se deixa empolgar por perigosas e prejudiciais ilusões.

Ninguem pode por fórma alguma pôr em dúvida a sua energia, a valentia dos seus exércitos. O brilho das suas façanhas militares deslumbra em todos os tempos. Muitos dos nomes já gravados na história da pavorosa luta a que assistimos, eram já célebres, como Soissons e Verdun. Contudo o seu carácter nada tem do espírito essencialmente guerreiro da Alemanha, e a união dos diferentes póvos fez-se mais por uma identidade de ideias, do que por uma acção de conquista.

A chaga aberta pelo desastrado tratado de Francfort tem sangrado sempre: mas não infectou o organismo com o ódio, e é para respeitar o espírito de conciliação, por vezes de excessiva tolerância, que a França tem constantemente manifestado durante o doloroso período decorrido desde 1871.

São bem diversos os aspectos que apresenta a sua vitalidade. Por vezes uma observação superficial poderá consi-

derar sucumbido o seu organismo. Decerto ainda hà pouco a Alemanha supoz aquele valoroso país minado pela podridão e tombado na agonia. Seriam as conseqüências dos venenos que lhe infiltrára, do socialismo e do pacifismo, por meio de putrefactas injecções de egoismo e traição.

Êrro profundo que a nação alemã está pagando duramente.

Onde esperava encontrar decomposição e cobardia, encontra a Alemanha a máxima vitalidade, o mais assombroso patriotismo; abnegação e heroismo que obrigam todos os povos do mundo, e até a própria Alemanha, ao mais profundo respeito, à maior admiração por essa generosa nação, que tanto nos seduz com o seu génio scientifico e artístico, com o seu espírito idealista e altruista, que a leva tantas vezes a sacrificar-se pela causa das outras nações, e ainda nos embala com os seus cantos, mesmo quando por vezes a razão cede a injustificados sentimentalismos.

Ao génio gaulês, mais uma vez ficará devendo a humanidade escapar ao jugo germânico.

A batalha do Marne, decisiva no século xx, terá de ser posta a par da batalha de Méry-sur-Seine, ganha em 451 pelos francos sôbre os hunos comandados pelo cruel Attila, a qual marcou a derrota dos bárbaros invasores, a despeito das suas qualidades guerreiras, e do seu espírito devastador que então, como hoje, levou o luto e a destruição a florescentes regiões.

Como a histórica e sacrificada Arras, deverá ter lembrado, ao sofrer no século da sciência, no século da fraternidade, o mais completo e horroroso martírio, a miseranda sorte, exactamente igual, que teve nos princípios do século v, tendo então por companheiras, entre outras notáveis cidades, Mayença, Strasburgo, Reims, também mártir de hoje!

Então, como agora, o executor foi o mesmo povo. Então chamou-se-lhe a invasão dos bárbaros. Agora, singular irrisão, chama-se-lhe a invasão dos scientificos, da *Kultur*.

*
* *

Rússia.

Dificilmente poderáó aplicar-se com mais propriedade a outro país as conhecidas palavras de Rebelo da Silva: — «os maiores impérios no auge da opulência decáem de um para outro momento desfeitos em pó diante dos que lhe sucedem».

Ainda há pouco era o gigantesco colosso que ameaçava o mundo. Rapidamente debaixo da acção enérgica de imperadores notáveis como Catarina e Pedro o grande, que levou o seu zêlo a vir como simples trabalhador aprender na Holanda a arte da construção naval, e numa simples barraca, piedosamente conservada, viveu em Zandam a vida comum dos operários, tornou-se o maior império do mundo em superfície, com os grandes massiços da Europa e da Ásia, cêrca de 22.673:585 de quilómetros quadrados, e de 162.165:000 de habitantes.

No entanto a sua ambição conservava-se insatisfeita, devido à falta de mares livres que lhe permitissem relações fáceis com os outros povos da terra: as suas extensas stepes eram um constante aguilhão a obrigá-la a procurar saídas para todos os lados. No entanto os seus desejos eram sempre contrariados; e ainda quando depois de uma guerra sangrenta, em que parecia chegado o momento de terminar o ominoso domínio turco na Europa, o Tratado de S. Stephano ruiu-lhe as esperanças quási realizadas.

Incapaz de medir-se com a sua rival, a Inglaterra; tendo sofrido o formidável revés que lhe inflingiu ainda há pouco o Japão; desprezada pela Alemanha, e sempre mal vista pela Austria, uma situação nova lhe tinha sido criada pela necessidade sentida pela França de um forte apoio. E os povos francês e russo, qua aparentemente se encontravam em pólos opostos, uniram-se com um objectivo comum, a defesa própria contra a cubiça alemã.

Os representantes da democracia francesa, e do autocratismo russo, com pasmo de todos os princípios, e do próprio Kaiser, que, embora chefe de uma religião de Cristo, se tinha tornado o protector dos sectários de Mafoma — abraçaram-se estreitamente: as côres russas e francesas entrelaçaram-se em Paris e S. Petersburgo, e misturaram-se os hurras dos marinheiros russos com os dos marinheiros franceses em Kronstadt e no Havre.

O ouro francês correu em abundantes caudais para fertilizar as energias russas. Em pouco tempo a Rússia viu-se afagada pela amizade do Japão e da Inglaterra, suas rivais seculares. Agravado o perigo germânico, a Inglaterra, saindo do seu isolamento, mas sempre cautelosa, inovou a fórmula da *entente,* que passou a unir os tres países — França, Rússia e Inglaterra. Reacção fatal provocada pela insaciável ambição germânica.

É incontestável; a Rússia valorizou-se prodigiosamente,

tornou-se um elemento que passou a inspirar sérios receios, e a sua fôrça manifestou-se poderosa fazendo tremer por duas vezes as monarquias centrais, que a estas horas já teriam quebrada a sua audácia, se por meio do subôrno, e especulando com os desvarios de um povo ignorante, não tivessem travado a acção triunfante de Brussiloff.

Minada pelos elementos destruidores da loucura nihilista, alimentada pelo socialismo revolucionário; desorganizada pela corrução alemã, a Rússia falta de uma *élite* de govêrno capaz de compreender os seus deveres para com o povo e a necessidade de um homem superior que lhe dirija os movimentos e lhe estabeleça um objectivo capaz de dar coesão aos seus diversos elementos, surpreendeu o mundo com um dos mais formidáveis cataclismos. E, repentinamente, como se fôssem falsas visões o seu czarismo, a sua religião e o seu povo, que no Czar via um pai da família russa, caíu na orgia das facções incapazes de governar, mas sôfregas de sangue e de destruìção, e facilmente dominaveis pela acção alemã, que decerto preparou o pavoroso incêndio que, rapidamente, da maior grandeza está reduzindo aquele poderoso império a cinzas. E, emfim, a Alemanha que pelo génio de Bismarck reduziu a gloriosa nação francesa a uma república fraca e facilmente dominável, como infelizmente se tem visto, ostentando-se nas eminências do poder os mais insignes inimigos da sua nacionalidade, conseguiu também reduzir a Rússia a impotentes repúblicas e infligir assim à causa dos aliados, partilhada pelo mundo inteiro, o mais desastroso revés sofrido durante a actual guerra, — a pulverisação do cilindro russo.

E, para cúmulo ainda houve quem acusasse dêste fatal acontecimento, contra toda a lógica admissivel, o Czar e a Inglaterra. A muito pode levar a cegueira ou o desejo de não ver, como se não estivesse hoje bem patente, que se devem à acção nefasta das sociedades secretas, habilmente manejadas pela Alemanha, os horrorosos desastres desta guerra, que, de outra fórma, o czarismo russo, aliado ao heroismo francês e à tenacidade britânica, há muito teria terminado, com o completo triunfo da humanidade.

Esperar agora alguma cousa dos escombros de uma Rússia anarquizada e escravizada pelos seus chefes revolucionários, seria um êrro: mas negar os valiosos serviços que prestou emquanto o Czar Nicolau pôde manter a sua autoridade, seria uma flagrante injustiça. Admitir a versão de um entendimento entre Berlin e o Czar, é uma injúria a êste e à lógica, bastando para o reconhecer, atender à irreductibilidade

que resultava do objectivo Constantinopla, assegurado pelo Imperador Guilherme ao Grão-Turco.

*
* *

Responsabilidades.

Poderá ser considerada escusada a sua discussão. Há trovoadas porque os elementos terrestres tornam inevitável num dado momento a descarga eléctrica. Há lutas porque há homens; há guerras porque há nações. Cumtudo, a necessidade que os elementos combatentes sentem de justificar a sua atitude deve significar que alguma cousa mais há a considerar nestes acontecimentos humanos, do que a cega fatalidade. Não poderá desviar-se desta opinião quem admitir o livre arbítrio, embora com fórmas mais ou menos restrictas.

No caso presente é para notar ser exactamente a guerreira Alemanha — o país das invasões, quem mais se esforça por convencer-nos da sua inocência, excitando-se mesmo em presenca das provas da sua tremenda responsabilidade que só poderia ter atenuante numa confissão franca de uma fatalidade de raça, que constantemente impele a sua população, subordinada ao carácter prussiano, para a conquista dos povos civilizados.

¿Poderá ao menos ter sido o sanguinário crime de Sarajevo a causa ocasional desta hororosa selvageria como se pretendeu fazer acreditar?

A nacionalidade austríaca dos seus autores, a atitude da Sérvia, roçando quási pela humildade, afastam completamente esta hipótese.

¿Pertencerá a responsabilidade à Inglaterra, necessitada de defender o seu império comercial e marítimo? Fácil será demonstrar como esta hipótese é inadmissivel.

¿Pretenderia a Rússia praticar um golpe ousado para atingir o seu objectivo de Constantinopla? Verificaremos tambêm como era para a Rússia intempestiva esta pretensão.

¿Pertencerá toda a responsabilidade à França sempre animada pelo espírito de *révanche,* mas sempre espiritualista no ardente desejo de recobrar as suas irmãs queridas, sempre transigente, e nesta ocàsião com a sua fôrça militar profundamente diminuida pela acção socialista, e pela acção corrupta de tantos elementos de poder que a Alemanha tinha conseguido impelir para a mais miserável felonia?

Quem como eu se encontrou em França nas vésperas do

tremendo atentado da declaração de guerra, e na Alemanha no dia em que esse crime foi consumado, nenhuma dúvida póde ter.

A França, embora gotejando sempre sangue da ferida que deixou aberta o tratado de Francfort, sentia-se desvairada ao entrever um acontecimento cuja possibilidade de modo algum queria admitir. Povo heróico mas sôbretudo trabalhador e económico, preferia sofrer a ter um conflito profundamente perturbador da sua tranquilidade, do gôso da sua riqueza. E a sua atitude podia ser inquietante para quem não conhecesse, não tivesse a devida confiança, nas suas excepcionais qualidades de raça.

Em Berlim, quando ainda só alvorecia esse tremendo dia em que ia decidir-se da sorte da Europa e do mundo, em que ia assentar-se na realização da mais sangrenta tragédia representada pela miserrima humanidade, o espectáculo era completamente diverso. Parecia que todos os génios máus das lendas das suas florestas, que todos os vestígios do sangue dos seus antepassados referviam no peito da sua população e a impeliam para a luta numa serenidade medonha, de quem está disposto a recorrer a todas as extremidades para conseguir o seu objectivo. Ali só havia uma resposta: *Havemos de ter a guerra.* A guerra feita em nome de Deus — dizia o seu imperador numa estranha alucinação, numa tremenda blasfemia. — Em nome de Deus justo e bom, uma guerra em que a crueldade de Tirpitz, sacrificando sem tréguas, sem descanço, inofensivos e inocentes, eclipsa a figura sinistra de Atila.

E Deus não ilumina com um raio misericordioso essa desorientada mentalidade, tão cheia de orgulho como vasia de sentimento!

Mas a dolorosa impressão que sentia quando em 31 de julho de 1914 deixava esse extraordinário país que é a França para entrar no dia 1 de agosto em Berlim, e observar o entusiasmo guerreiro do povo alemão, transformou-se, passados 8 dias, quando de novo tive ocasião de atravessar a França, na mais profunda comoção e respeito ao ver aquele corpo, que poucos dias antes parecia exangue, rejuvenescer por encanto e manifestar-se cheio de energia e coragem, dispondo como sempre das suas heróicas e distintas qualidades, e pronto para, *à cœur ouvert,* defender a sua pátria até à última gôta de sangue.

Se o quadro se me oferecia doloroso e triste quando atentava nos seus campos entregues aos cuidados da mulher fran-

cesa, hoje obrigada aos mais pesados mistéres, manifestava-se cheia de animação e vivacidade na confiada e vibrante coragem dos seus homens.

Um país que possue taes qualidades, embora por vezes atingido pela infame malaria da traição, triunfará sempre, será sempre uma garantia da defesa da civilisação!

¿Poderia a Rússia querer a guerra quando o seu progressivo incremento lhe devia fazer desejar que demorasse o mais possível a época de ser forçada à luta para a realização do seu ideal — a passagem livre nos estreitos? Acudia à Sérvia? Como podia deixar de o fazer sem comprometer o seu prestígio?

¿Mas não está hoje perfeitamente averiguado que a Áustria já estava resolvida a aceitar as explicações da Sérvia submissa, e que a Alemanha, quando estava iminente a conciliação, precipitou um ultimatum à Rússia com um praso de 12 horas, e uma pergunta à França, que outra cousa não era senão um ultimatum, em harmonia com as resoluções tomadas num célebre conselho reunido em Potsdam, a 29 de julho de 1914, debaixo da presidência do Imperador?

¿E quando tinham lugar estes acontecimentos? Quando a Inglaterra e a França empregavam os mais enérgicos esfórços para evitar a horrorosa tempestade que a Alemanha a todo o transe quiz desencadear, convencida de que tinha chegado o momento de tornar a Europa numa grande Alemanha, e assim dominar o mundo.

¿Poderia querer a guerra a França que a muito custo estabelecera o serviço de 3 anos, de que o povo se entregava descuidado aos trabalhos dos campos e das indústrias, com as regiões oficiais invadidas por um injustificável pacifismo, que chegou à audácia de pretender que a França recebesse inerme os exércitos alemães?

¿Poderia querer a guerra a Inglaterra, sempre complacente com as exigências alemãs, que ao princípio da guerra não possuia exército, nem organização militar, reduzida a pouco mais de 100:000 homens armados, que os alemães se fartaram de ridicularizar, desprovida de armamentos e fábricas de munições, a ponto de terem de aprender a recruta com simples páos a fingir de armas, os primeiros corpos de exército inventados por Lord Kitchner, alma que foi da organização militar inglesa?

¿No entanto quem tinha gasto quási meio século entregue ao constante cuidado de fazer a guerra? Quem tinha feito do desinvolvimento do espírito de guerra e conquista, e até

de um messianismo doentio de uma missão divina para castigo dos outros povos, o objectivo principal da educação nacional?

¿Quem tinha perseverantemente preparado os mais criminosos processos de combate, como os gazes e os submarinos, ao mesmo tempo que fazia os mais falazes protestos nas conferências de paz?

¿Quem tinha o espírito tão absorvido pela obsessão de guerrear, que até já tinha preparados nos outros países as bases para gigantescos canhões?

¿Quem tinha levado ao mais alto gráu de perfeição o serviço de espionagem, que lhe permitiu preparar os 42 especialmente destinados para a destruição da defêsa da Bélgica?

¿Quem tinha, sôbretudo, pensado em corromper profundamente os países que teria de combater, por forma a levá-los a um tal estado de decomposição que se lhe tornasse impossível a defesa?

¿Pois não é prova evidente de que os povos da *entente* contavam conseguir um adiamento indefinido da realização dos propósitos alemães, a sua falta de preparação militar, e também as dúvidas que ainda nos primeiros dias se manifestaram sôbre a entrada na luta, principalmente da parte da Inglaterra?

Para se apreciar êste facto rápidamente recordarei o lugubre drama, pouco conhecido, que nas costas do norte da França se passou nos primeiros dias de agosto.

Ao principiar a guerra as principais fôrças da esquadra francesa encontraram-se no Mediterraneo, e a Alemanha, ainda com a esperança na neutralidade da nação inglesa, bem justificada se observarmos que, em 30 de julho, o Rei Jorge V respondia ao govêrno francês, «o meu governo continuará a discutir franca e livremente com Mr. Cambon todos os pontos que podem interessar os dois governos», fazia sair do canal de Kiel as 2.ª e 3.ª esquadras, com a visivel intenção de um rápido golpe sôbre a esquadra francesa, incapaz de sofrer o embate das fôrças alemãs, cuja superioridade era enorme, mais do dobro, estando os franceses reduzidos a 4 *dreadnougts*.

É bom também recordar que a guerra foi precipitada no momento em que o Presidente Poincaré visitava a Rússia.

A resolução do govêrno francês foi imediata e trágica: — ordenou o sacrifício da esquadra francesa, mandando que aquelas reduzidas fôrças fossem ao encontro da esquadra alemã.

A 2 de agosto recebia o chefe da esquadra naval o seguinte comunicado; — aparelhai ámanhã às 5 da manhã para tomar

posições iniciais do plano de operações, mas esperai ordens precisas para iniciar hostilidades.

Pouco depois à meia noite e 30^{m} era enviado o seguinte rádio-telegrama.

«Marine Paris á Amiral (Marseillaise) — Appareillez immédiatement et defendez par les armes le passage de la flotte de guerre allemande partout, á l'exception des côtes territoriales anglaises. Accusez réception par télégramme».

Vinte minutos depois o contra almirante Rouyer, comandante da esquadra, dava a ordem da partida para o sacrifício. Todos o compreenderam. Toda a esquadra francesa do canal encarou com a máxima serenidade e valentia a dolorosa situação que se lhe apresentava. — Uma completa aniquilação de vidas e material era o fim para que corria fatalmente com toda a intrepidez e heroicidade.

Nada se sabia da atitude da Inglaterra. O parlamento inglês ainda deveria deliberar. Nada estava combinado. E antes de chegar essa resolução poderia ter tido lugar uma sinistra tragédia.

Às 5 horas da manhã do dia 3 de agosto partiu a esquadra francesa, guiada pelo Jeanne d'Arc, ao encontro da esquadra alemã, para se bater até a última estilha, até ao último homem. O dia passou na constante preocupação do recontro esperado.

Felizmente, a Alemanha não se atreveu a realizar o seu anunciado ataque. A França, que tanto devia sofrer, escapou a mais esta provação.

Às 10 da noite pode emfim o govêrno francês enviar o seguinte rádio-telegrama.

«Marine Paris á Amiral (Marseillaise) — Vous pouvez communiquer avec commandant forces Anglaises».

Estava finalmente resolvida a atitude da Inglaterra.

Fica bem constatada a disposição pacífica dos países da *entente,* que, se alguma responsabilidade teem, é exactamente a de não se terem concertado devidamente, por forma a imporem respeito à Alemanha.

¿ Poderia ter sido evitada esta selvagem carnificina? Teria a Alemanha desistido dos seus intuitos de meter o mundo na fôrma germânica?

*

* *

Atendendo à parte importante que Portugal toma nesta devastadora guerra, como conseqüência das relações secula-

*

res que nos ligam à Inglaterra, e porque para muitos espíritos ainda existe a opinião de que à Inglaterra poderá pertencer alguma responsabilidade, julgo conveniente expôr alguns factos mais que arredam completamente esta suspeita.

É a própria Alemanha que pretendendo desviar de si as responsabilidades reconhece também que não pertencem à Inglaterra. Veja-se o que escreve o Dr. Karl Helfferich na sua defesa oficial do império alemão. *A origem da guerra mundial à face das publicações oficiais da Triple-Entente,* a páginas 17, da versão portuguesa:

«Em todo o caso é bom salientar que tanto a Rússia como a França pretendiam aparentar a maior moderação nessa data (24 a 26 de julho)».

«A razão é evidente: *a Rússia não tinha ainda a certeza da cooperação francesa nem da inglesa*».

O grifo é do original.

E acrescenta «Na conversa que o Sr. Savanoff (ministro dos estrangeiros da Rússia), por solicitação sua, teve no dia 24 de julho, em casa do embaixador francês e na presença do embaixador inglês (livro azul, n.º 6), pediu que a Inglaterra se declarasse solidária com a França e com a Rússia, provocando da parte do Sr. G. Buchanan a seguinte inteligente resposta: Eu, evidentemente não podia falar em nome do Govêrno de Sua Magestade (Britânica), mas em meu nome individual não via razão para que a Rússia podesse esperar da parte do Govêrno de Sua Magestade qualquer declaração de solidariedade que implicasse a obrigação incondicional de apoiar pelas armas a Rússia e a França. *Os interesses directos da Gran-Bretanha na Sérvia eram nulos, e uma guerra por causa dêste país nunca seria sancionada pela opinião pública inglesa*».

A tradução e grifo são do original.

Mas ainda nos primeiros dias de agosto, já encetadas as hostilidades contra a Rússia e França, se empenhava a Alemanha por conseguir a neutralidade da Inglaterra. Na referida publicação a páginas 34 lê-se:

«A Alemanha ainda foi além nas suas concessões tendentes a facilitarem a neutralidade inglesa. O chanceler comunicou a *4 de agosto de 1914* ao Parlamento que tinha proposto ao govêrno inglês que, *emquanto a Inglaterra se mantivesse neutra,* a esquadra alemã não atacaria as costas da França, e acrescentava que, *emquanto se mantivesse a neutralidade inglesa,* os alemães, em caso de reciprocidade, também não empreenderiam operações contra a marinha mercante francesa».

Agora o grifo é meu. O texto demonstra pela forma mais incontestável que a própria Alemanha reconhece que a Inglaterra não queria a guerra. O que é realmente estranho, e demonstra a falta de tino político, do que se queixa o Príncipe Bulow, é que a Alemanha julgasse possível que a Inglaterra reincidisse no êrro cometido em 1870 — de abandonar a França, numa luta desegual, com grave perigo para o equilíbrio europeu, e para a causa da humanidade, firme no propósito de não aceitar o jugo germânico!

A Alemanha, conseguido o seu intento, aniquilaria a Rússia e a França. Das suas disposições em relação à Inglaterra pode avaliar-se pelo seguinte texto da obra citada do Príncipe de Bulow:

«É demasiado soberbo o valeroso povo inglês para deixar-se intimidar por ameaças claras ou encobertas, tão pouco se intimidaria o povo alemão. E hoje, apoiados por uma respeitável armada, encontramo-nos em relação à Inglaterra em posição muito diversa daquela em que nos encontravamos ha 15 anos, quando se tratava, quanto possível, de evitar um conflito com a Inglaterra até que tivessemos construido as nossas esquadras».

Pelo que é de justa, e elucidativa, citarei ainda a opinião que sôbre a atitude da Inglaterra emite Mr. Emile Hovelaque, ilustre Inspector Geral da Instrução Pública em França, por uma forma digna de toda a consideração:

«É pela ideia imaterial da sua raça e não pela sua grandeza material que os ingleses combatem; não por um baixo materialismo, pela egoista exploração do mundo, mas pelo livre desenvolvimento das vontades e das energias, pela forma superior de uma humanidade pacífica que coloca o direito acima da fôrça e não quer submeter-se a tirania de especie alguma. É por estes princípios de justiça imparcial, de administração ponderada, viril e integra que lutam aqueles Índios que deviam revoltar-se contra o seu senhor — e dão a vida por êle».

*
* *

É conveniente destruir também um argumento correntemente apresentado para justificar a Alemanha da sua atitude invasora, — a necessidade de dar colação ao seu excesso de população.

A estatística de 1914 fornece interessantes elementos eluci-

dativos, que condenão as pretensões germânicas, e demonstram a verdadeira significação da sua atitude.

Na percentagem de emigrantes ocupa a Alemanha o penultimo lugar na escala em que são considerados 14 paises da Europa, sómente com 45 emigrantes por 100:000 habitantes. Abaixo só se encontra a França com 25, mas acima estão todos os demais países com percentagens que chegam a 530 para a Espanha e Portugal, 546 para a Áustria, 590 para a Inglaterra, 840 para a Suécia e Noruega, 1060 para a Irlanda, e com a percentagem máxima de 1190 atingida pela Itália.

É tambêm interessante atender ao total da emigração, e verificar o seu constante e considerável decrescimento. Tendo sido de 1362:400 o número de emigrantes no período de 1880 a 1890, êste número desceu para 530:000 de 1890 a 1900, e ficou reduzido a 219:600 no período de 1900 a 1910. Só com a Irlanda se dá um facto análogo, mas em menores proporções.

Para melhor ser apreciada a razão da Alemanha acrescentarei os números correspondentes para a Áustria, Inglaterra e Itália.

Para a Áustria respectivamente nos mesmos períodos 428:600; 650:000; 2444:000. Para a Inglaterra, 1283:600; 1463:500; 1892:000. Para a Itália 652:000; 2265:000; 3512:000.

*
* *

A guerra em geral.

Tendo os seus preparativos de ofensiva, desde muito, larga e cuidadosamente dispostos, a Alemanha, mal acabada de proclamar a sua declaração de guerra, imediatamente desmascarou as suas baterias, o seu propósito de despreso por todas as convenções gerais, por mais humanitárias e civilizadas que fossem, e embora sancionadas com a sua assinatura, a sua esperança de rápidamente dominar a situação por meio de uma acção violenta e repentina, que em poucos instantes aniquilasse a França, lhe permitisse com pouco intervalo reduzir a Rússia, sem permitir mesmo que a Inglaterra se repozesse do espanto que lhe causariam tão vertiginosos como desastrosos acontecimentos.

Violada a neutralidade do Luxemburgo e da Bélgica, esmagada a épica resistência dêste heróico povo, com o qual a humanidade contraiu uma dívida de honra, o desastre de Charleroi parecia tornar inevitável a imediata capitulação da

França e da humanidade. A fôrça da *entente* ficaria virtual no campo do idealismo, e as raças por ela representadas teriam chegado ao seu fim. As águias alemãs teriam o lauto banquete das civilizações saxónicas e latinas, que a par se tinham desenvolvido e irmanado, com os mesmos periodos de desenvolvimento e prosperidade, tendo a renascença raiado na mesma época para umas e outras. — Desde o século XIV ficaram intimamente ligados os destinos da Inglaterra e Portugal. São do mesmo século Shakspiare, Camões, Cervantes, Ronsard e Miguel Angelo. Roma, París, Londres, Lisboa, são desde muito quatro centros grandiosos — Roma para as artes, París para a sciência, Londres para a indústria e comércio, Lisboa para as descobertas e colonização.

Mas decerto nesse momento histórico, em que esteve iminente o triumfo da invasão, as almas de Santa Genoveva, de Jeanne d'Arc, agitaram-se convulsivamente, e se não puderam exercer uma acção material, fizeram vibrar tão intensamente a alma da França, que as distintas qualidades desta nação irromperam mais fortes e gloriosas do que nunca. Num avanço soberbo de decisão e heroismo fez-se o milagre, e o génio francês, num momento, destruiu o trabalho perseverante e sacrilego de uma nação, incapaz de compreender as delicadezas da civilização, e que julga que um povo, como um indivíduo, possue elevadas qualidades civilizadoras só por ser possuidor de larga sabedoria, ou de poderosos meios de acção.

Para a vitória do Marne, que se deve sem dúvida a toda a nação francesa, contribuiu em todo o caso consideravelmente um homem notabilíssimo, que a pátria decerto chora com funda saudade, e de que a morte ficou envolvida em estranho mistério — o general Galieni. Comandante da defesa de París, a êle se deve a rápida intervenção do exército de que dispunha, o qual deslocado com uma rapidez estonteante, aproveitados todos os automóveis disponíveis, lançou de repente a confusão e a derrota num exército que se supunha já invencivel, e pronto a ditar ao mundo uma paz que seria um perpetuo sofrimento. Teriamos alargada a ferida aberta pela paz de 71.

O prestígio de von Kluch e do estado maior alemão desabou por encanto, e a 26 de setembro de 1914 podia considerar-se terminada a épica batalha do Marne, que será a mais notável desta conflageração, com um passivo para a Alemanha de 140:000 homens mortos, 25:000 prisioneiros, e imenso material de guerra perdido, inclusive 150 canhões.

A partir dêsse dia a humanidade estava salva da vitória alemã. Sem dúvida não teem depois faltado crueis dias de provação.

Todos os meios teem sido aproveitados para intimidar e devastar, mais do que para vencer e combater. A providência tinha lavrado irrevogável sentença. A par de gloriosas campanhas a Rússia, ainda num regime de ordem e fôrça, sofreu profundos revezes, que seriam amplamente compensados se as armas da corrupção não trouxessem à Alemanha a vitória do cáos, da podridão russa.

A Roménia, a Sérvia, o Montenegro tiveram de sucumbir a despeito da sua heroica defêsa. Foram de pouco resultado os esforços realizados na Grécia e Macedónia, e de pouco brilho a acção dos aliados, ali comandados por Sarrail.

A Itália, por muito tempo vitoriosa, foi gravemente atingida. Mas com o auxílio anglo francês pode confiar-se em que oporá uma barreira invencivel aos exércitos austro-alemães. No entanto a Alemanha, depois da derrota do Marne, só encontrou como recurso na sua bagagem estratégica a campanha de trincheiras, tão usada nos séculos XV e XVI, e um grande cêrco foi estabelecido desde Belfort a Nieuport. Voltaram a representar um papel importante os sacos de terra, e, como outrora, as tropas passaram a ocupar durante longos meses as trincheiras, cavadas muitas vezes na lama, encharcadas de água, apesar das passadeiras e do trabalho das bombas, já também munidas de *arrières coins*, e onde o desbaste humano é feito às marteladas, e a intemperie faz ainda mais destroços do que as balas e granadas, e os próprios gazes, de moderna aparição, embora processos análogos já então fossem usados.

É uma guerra bem de índole alemã, em que predomina a acção colectiva e metódica, e a fábrica e o engenheiro valem mais do que a caserna e o oficial.

No Marne a vitória foi obtida pela direcção inteligente e enérgica dos generais, pelo heroismo dos soldados.

Na guerra de trincheiras o contra-ataque é a alma do sistema. Surpreender o assaltante na desordem da vitória.

Mas, passados já 3 anos, a Alemanha ainda não conseguiu um triunfo, e recua constantemente. Pouco? Mas cada polegada representa uma pequena derrota, um quilómetro uma batalha perdida. E, só em março último, o recuo alemão foi de 3:000 quilómetros quadrados.

Entre outras são especialmente notáveis as epopeias de Verdun, do Somme de Messines, ficando sôbretudo memo-

rável o triunfo alcançado pelos franceses em Verdun, onde a tragédia já por duas vezes revestiu as mais negras côres.

Foi em 21 de fevereiro de 1916 que pelas 7 ½ da manhã principiou êsse pavoroso combate, que transformou êsse canto de terra num medonho inferno, e pode dizer-se só terminou em 15 de dezembro, quando os franceses recuperaram a sua primitiva linha.

Nesse primeiro dia durou o bombardeamento até às 5 da tarde, e uma constante saraivada de granadas colossais nivelou o terreno, destruindo tudo quanto existia. E comtudo muitos iguais se seguiram.

A queda do forte de Douaumont, no dia 25, deu ao Kaiser a visão de ter readquirido a situação perdida no Marne, e, orgulhoso com a acção dos seus fieis Brandburgueses, comunicou ao mundo «o forte de Douaumont, pilar angular das fortificações de Verdun, ficará solidamente nas mãos dos allemães».

Foi recobrado em 24 de outubro!

O heroismo e tenacidade do exército francês excedeu todos os limites. Logo em princípio foi preciso sacrificar 4 divisões. Debaixo da chuva de metralha e fogo que os alemães lançaram durante muitos dias, os franceses tiveram de fazer de mortos e viver enterrados em lama em confusão com mortos e feridos. As provações excederam o possível: os soldados tiveram de privar-se de beber, para com a pouca água que possuiam refrescar as fauces candentes dos canhões e das espingardas, e ao fim tiveram de sofrer o ataque desvairado de homens ébrios pelo alcool e pelo éter.

A região de Verdun ficou transformada numa rica mina de ferro.

Foi o mais brutal ataque de que há memória. 56 divisões entraram neste combate. No do Soissons entraram 90. Mas no entanto a Inglaterra pode montar e preparar um dos maiores exércitos que uma nação tem apresentado.

O general Nivelle que partilha da glória que neste combate adquiriram Castelnau e Pétain afirmou — «Ils ne passeront pas». E o exército francês sustentou-lhe a palavra.

Não posso alargar-me como quereria sôbre êste glorioso feito de armas que garante o triumfo dos exércitos aliados. Verdun tornou-se um lugar sagrado — uma visita obrigatória, e Lloyde George, que dali levou algumas castanhas para possuir no seu parque uma avenida *Verdun* de castanheiros, disse estas memoráveis palavras: «Ao tocar esta terra sagrada sinto-me profundamente commovido. Não fallo só em

meu nome. Transmito-vos a admiração commovida do meu paiz, desse grande império de que sou aqui o representante. Todos se curvam como eu reverentes perante o sacrificio e perante a gloria».

Em seguida a êste desastre, perdida a esperança de iludir os seus adversários com uma paz irrisória, a Alemanha, perdida a razão e a consciência, cheia de raiva e desespero, declara a guerra submarina a todos os neutros; — máximo desprêso por todas as convenções sociais.

A conseqüência dêste estranho procedimento foi concitar mais violentamente a opinião de todos os povos, e levar a declararem-lhe a guerra muitos dos mais poderosos, com os Estados Unidos da América do Norte à frente.

Supunha-se que a influência de alguns milhões de alemães que ali residem dificultaria a acção daquele país. Baldada esperança. Serenamente resolvida a sua atitude de beligerante, a interferência dos Estados Unidos torna-se um factor decisivo na luta travada.

Para se apreciar a popularidade desta acção basta lembrar o entusiástico recolhimento feito em seguida à missão francesa, constituída pelo merechal Jofre, que durante bastante tempo suportou brilhantemente o pesadíssimo encargo do comando do exército francês, e de Mr. Viviani.

No colossal banquete de mil convivas que lhes foi oferecido em New-York, em que tomaram parte as mais consideradas notabilidades americanas, entre elas, Taft, Roosevelt e Hughes, Joseph Choate, presidente do Comité organizador, proferiu as seguintes expressivas palavras: «Creio que nada é mais apreciado pelas mulheres do que assistir a um jantar de leões. Há, porêm, um momento em que se sente o rugido dos leões. Chegou êsse momento. Agora que vamos entrar juntos nesta guerra com a Grãn-Bretanha, nossa mãe pátria bem amada, e com a França, nossa querida, deliciosa, feiticeira, facinante e hipnotisante irmã, o final não pode ser duvidoso. Estamos seguros da vitória que alcançaremos juntos».

*
* *

Estados Unidos.

Falta-me o tempo para demonstrar a importância enorme da decisão dos Estados Unidos, a qual determinou a quási totalidade dos povos da América a declarar-se em hostilidade contra os impérios Centrais, sendo dos primeiros o Brasil.

Desde o início da luta manifestou-se esta nação solidária com o país irmão, o que deve encher-nos de satisfação. E, felizmente, todos os acontecimentos decorridos demonstram que quanto mais nos afastamos da época em que o Brasil se tornou um estado autónomo, mais se estreitam e tornam cordeais as relações entre Portugal e aquela nação. É uma grande glória para o povo português; e a importância rápidamente crescente do Brasil, a constituição dessa já hoje poderosa nação, bastaria para demonstrar os serviços positivos que à civilisação prestou o povo português, que bem merece, pelos seus grandes feitos e, sem receio o digo, pelo que ainda é capaz de fazer, o respeito mundial.

Os Estados Unidos, povo de formação recente que dispõe da mais rara iniciativa, de excepcionais qualidades de engenho, e ao mesmo tempo das qualidades que lhe legou a Inglaterra, ordem, tenacidade e sentimento prático, possuidor de uma região riquíssima, de mais de nove milhões de quilómetros quadrados (9.413:309), com uma população que hoje deve atingir os 100 milhões (93.401:100 segundo a estatística de 1913), votado o estado de guerra, passaram à acção com a sua costumada energia e actividade.

Será valiosissimo o auxílio do seu exército, serenamente preparado por forma a efectivar-se com a maior vantagem. Para conseguir esse fim todas as disposições precisas serão tomadas: — portos com larga capacidade para receberem as suas tropas; frota para as conduzir à Europa; uma rêde de caminhos de ferro para as levar à frente; e principalmente um serviço de abastecimento a que nada faltará. Desde logo foram adoptadas rigorosas medidas da máxima economia na alimentação própria para ser assegurado largamente o fornecimento às tropas e às nações aliadas.

Imediatamente se efectivou o seu concurso financeiro, por si bastante para ser da maior importância a sua intervenção.

Para se fazer ideia do que representa, só lembrarei que as despesas previstas para a guerra, até ao fim de junho de 1918, elevam-se a 18 milhões de contos, ao câmbio actual cêrca de 30 milhões de contos! Os empréstimos já levantados, em grande parte destinados a auxiliar as nações aliadas, elevam-se a mais de 12 milhões de contos.

Ao principiar o futuro ano de 1918 as suas fôrças devem aproximar-se de 3 milhões de homens. Só o pôrto de New-York está fornecendo, por semana, aos aliados mais de 50:000 contos de mercadorias.

Acrescentarei ainda que estão sendo construídos 30:000

aviões que tornarão os aliados senhores dos ares, e que nos estaleiros estão em construção 1036 navios com a arqueação total de 5.924:700 toneladas, dos quais poderá dispôr-se por todo o ano próximo.

*
* *

Portugal na guerra.

Ao lado dos grandes colossos, a que especialmente me tenho referido, tem sido também importante a acção dos pequenos países. Foi de efeito capital a intervenção da Bélgica, foi valorosa a defesa da Sérvia e do minúsculo Montenegro.

Portugal colocou-se desde o primeiro momento ao lado da sua antiga aliada. Os tratados não exigiam a sua cooperação militar, e nunca a Inglaterra pediria mais do que o que neles se encontrava estipulado. Mas resolvida a intervenção na guerra com fôrças armadas, um só desejo pode haver — que a nossa acção seja gloriosa e distinta. Tive sempre a maior confiança em que assim sucederia. Repetidas vezes tive ocasião de o testemunhar publicamente.

Os factos tem justificado amplamente a minha opinião. A visita que acabo de fazer aos nossos camaradas, que em França sustentam heroicamente a causa da humanidade e da sua pátria, comoveu-me, e confirmou-me na certeza de que Portugal sairá respeitado e aureolado desta cruel provação.

Há quási um ano que as nossas tropas se batem em França; e desde o princípio da guerra temos tido necessidade de sustentar incessantes lutas na África. Em todos os pontos têem demonstrado as suas elevadas qualidades de coragem e abnegação, sendo infelizmente certo que muito temos sofrido em consequência de graves faltas dos elementos precisos para a acção poder desinvolver-se com todas as vantagens. Tendo o nosso exército passado ainda há pouco por uma perigosa transformação, é fácil de compreender quanto foi melindroso tomar parte na presente campanha, que na França tem um carácter essencialmente scientífico, sendo incalculáveis as exigências da preparação.

Ora tendo Portugal enviado já para a linha da frente ocidental cêrca de 60:000 homens, considerável número de artilheiros para a França, e cêrca de 30:000 homens para as campanhas de África, o que representa um sacrifício enorme, é com viva satisfação que constato a alta consideração que as nossas tropas teem merecido aos nossos aliados.

Tive a fortuna de reconhecer pessoalmente a excelente dis-

posição das nossas fôrças, como eram distintamente comandadas, e ao mesmo tempo de apreciar o que é esta guerra, velha na fórma, mas tão nova e extraordinária pelos meios que aproveita.

Tendo encontrado nos elementos militares que dirigiam os serviços em París e no campo da batalha, e especialmente no ilustre general comandante do nosso exército, a mais cativante amabilidade, foi-me possível chegar ao nosso campo de acção no dia 4 de outubro, e observar minuciosamente, durante os tres dias inolvidáveis que nele permaneci, a organização das nossas fôrças, e as condições em que se encontravam, tanto debaixo do ponto de vista moral, como material.

Antes, e devido à apreciada amizade do meu ilustre amigo, sábio director do Observatório de Meudon, Mr. Deslandres, tive ocasião de assistir a várias experiências de material e canhões do exército francês no campo de Satory, junto de Versailles, e especialmente dos canhões aproveitados pela infantaria na luta das trincheiras, devidos àquele meu querido Amigo, que desde o primeiro dia da guerra deixou com os seus companheiros os seus notáveis trabalhos astronómicos para se dedicar à causa da pátria, juntando o seu sacrifício ao dos seus dois únicos filhos, ambos desde o primeiro momento na linha de fogo.

É obrigação minha deixar aqui registada a minha profunda admiração pelo estoicismo com que a família francesa se sacrifica, sem queixumes e sem vãos sentimentalismos; pela maneira altiva e patriótica como as mães corajosamente suportam as pungentes dôres com que esta cruel luta as alancêa durante longos meses e anos, sem que por ora se vislumbre o raiar da aurora da paz.

Não passarei também sem lembrar que nos serviços do exército encontrei todos os outros meus estimados colegas, e entre tantos lembrarei agora Mrs. Sallet, Simonin, Azambuja, Conde de La Beaume, que, desgraçadamente, já então tinha sofrido a perda de seu único filho, voluntário de 18 anos, todos firmes na convicção de triunfo da nossa querida França, dando-lhe todo o seu esfôrço, sem um momento de desalento. No antigo observatório de París, como guarda àquele lugar sagrado, que tanta glória tem dado à França, conservava-se só o seu simpático e sábio director Mr. Baillaud, que não podendo prestar os seus serviços no campo da batalha, dali regula o importante serviço da hora, que nesta guerra tem particular valor, e nos anima com a sua inquebrantável confiança na vitória.

Em Amiens encontrei já um antigo amigo, o ilustre capitão Miranda, que me acompanhou no automóvel, indispensável para, sem perda de tempo, se galgarem os 70 quilómetros que esta cidade dista do nosso quartel general, com escala pela escola do uso da máscara, preparatório necessário para se poder entrar na região do combate, que tanto pelo efeito das granadas, como dos gazes, se estende muitas dezenas de quilómetros àquem das trincheiras, — até 50 quilómetros para as granadas.

É impossível inumerar as variadas impressões produzidas pelo espectáculo de uma campanha desta ordem. Espectáculo que durante dias, meses e anos sucessivos se repete constantemente, mais ou menos variável na intensidade e nos processos usados, sempre com o acompanhamento do troar do canhão, do silvo da granada, do canto do avião e do torpedo, numa constância de perigos, que os faz esquecer, e da destruição de vidas que torna a morte num hábito.

No percurso das estradas tinha já tido ocasião de admirar em primeiro lugar a sua meticulosa conservação, a ordem com que todos os movimentos eram executados, as atenções dedicadas aos prisioneiros alemães, que com aspecto de um magnífico tratamento, vagarosamente executavam ligeiros trabalhos de reparações, emquanto que os mais pesados estavam a cargo de grande número de chineses contratados, homens fortes que me surpreenderam.

Em dezenas e dezenas de quilómetros eram as estradas ladeadas por intermináveis armazens de munições e abastecimentos improvisados, com abrigos de sacos de terra. Cadeias sem fim de pesados camions transportavam os milhares de toneladas precisos para o abastecimento quotidiano. E tudo na mais completa ordem, tudo com o maior aceio, reluzindo os metais das viaturas como se se tratasse de uma espectaculosa parada. A par desfilavam serenos os regimentos da cavalaria indiana, os batalhões de canadianos, e as viaturas da artilharia. Tinha se a estranha impressão do tremendo exodo de um povo: pensava-se nessas tribus nomadas que com todos os seus haveres viviam e vivem em constante peregrinação. Tomava-me um respeito profundo ao pensar em que ali passavam alguns milhões de homens, sustentados por muitos mais milhões, e que todos tinham feito o sacrifício da sua tranquilidade, do seu ouro, do seu sangue, para virem deter a inundação germânica, que ameaçava alagar o mundo.

E no meio de elementos tão notáveis pela sua organização e coragem, eu tive o prazer de observar como o exército por-

tuguês ocupava uma situação distinta e respeitada, procurando todos os seus elementos cumprir o seu dever com inexcedível brio e coragem.

Desde o seu general em chefe, incansável no exercício das suas funções, que exigem multiplas aptidões, — valentia, energia, zêlo e diplomacia, até aos nossos queridos soldados, todos os elementos demonstravam uma decidida vontade de honrar superiormente o nome português.

Apesar das circunstâncias terem os sectores entregues ao heroismo português em relativa acalmação, não deixava de troar quási constantemente o canhão, de sentir-se o ruído sêco das *costureiras,* e não faltavam de noite os ataques dos aviões — que poucos dias antes tinham produzido o macabro sinistro do incêndio de um hospital de doidos, em que muitos tinham perecido — os recontros das patrulhas, com lutas mais ou menos violentas, em que os nossos têem conseguido sempre vencer tendo já havido muitos actos de grande heroicidade. Agora só lembrarei o que pouco antes tinha distinguido o alferes miliciano Cidade, aproveitando a ocasião para recordar os elogios merecidos pelos oficiais milicianos, que distintamente têem acompanhado os seus camaradas de carreira.

Nas ambulâncias os serviços eram feitos com a maior dedicação e cuidado, sendo digno do maior elogio o aceio que por toda a parte se notava. Os nossos médicos como os nossos padres, já tratando o corpo, já animando o espírito, davam as mais brilhantes provas. Uns e outros chegavam ao sacrifício de se sacrificarem para salvar a vida alheia, abrindo as veias para fornecer o sangue precioso e indispensável em momentos extremos.

Se a valentia da nossa infantaria estava já bem provada, a competência dos nossos artilheiros merecia também a mais elevada consideração. Percorrendo as trincheiras e observando os serviços de tiro de canhão, tive o prazer de certificar-me do merecimento das nossas tropas, tendo tido ocasião de assistir a algumas descargas dos 7 ½ na bateria que estava debaixo do comando do valente tenente Monteiro Pacheco.

*
* *

Tantas e tão emocionantes são as muitas descrições desta guerra, que não pode ser pretensão minha expôr aqui impessões novas.

Uma observação farei para destruir uma acusação que por vezes corre, — de serem muito sacrificados pelos ingleses os povos que a seu lado combatem. A todos os oficiais franceses ouvi as mais elogiosas referências às delicadezas do exército inglês.

Para com as nossos têem primado pelas maiores atenções, e o nosso distinto comandante general Tamagnini é possuidor de valiosissimos testemunhos da grande consideração que merece ao alto comando inglês. El-Rei Jorge V, com expressivas palavras de aprêço, colocou-lhe com as suas mãos o colar da Ordem do Banho. Se canadianos e australianos são repetidas vezes os primeiros no ataque, é porque o seu génio assim o exige.

* * *

Até horas adiantadas da noite, à roda da meza de trabalho do ilustre general, esquecido do que seja o descanço, na intimidade, animado pela alegria que a juventude conserva no meio dos maiores perigos, e que afirmava a nobreza dos carácteres dos seus ajudantes e meus amigos, capitão Monteiro, tenente Luis de Camões e do alferes Bleck, orgulhoso de ter corrido toda a escala militar, desde impedido que se revia no lustro das botas do seu oficial, e ali prestava com o maior brio e zêlo os seus serviços, numa conversa interessantissima, eu ia completando com as explicações, que com a maior proficiência me eram feitas, a aprendizagem que os factos observados sugeria.

Há a distinguir a preparação e a acção. Na primeira parte há inúmeros elementos a considerar: A guerra é, como nos séculos XV e XVI, uma guerra de trincheiras. Mas os elementos de que a sciência militar hoje dispõe complicam de um modo extraordinário a sua movimentação.

Na parte material das trincheiras não terá havido modificações importantes, os *dug-outs* devem ter existido, mas a sciência introduziu elementos de incalculável valor, e a cronometria, a telegrafia, a telefonia, a fotografia prestam serviços inestimaveis.

A química fornece poderosos agentes de destruição; — com aços especiais para o fabrico dos morteiros, dos canhões, das espingardas, dos torpedos, das granadas, das balas; com violentos explosivos que aproveitam as prodigiosas fôrças armazenadas pela matéria; com os gazes asfixiantes, e as máscaras que evitam os seus crueis efeitos.

A física fornece aparelhos que permitem apreciar as posições com todo o rigor, os telefones, a telegrafia sem fios, a fotografia com que à topografia adquiré novos e expeditos processos.

A mecânica resolve o problema da navegação aérea, nova arma de guerra, que desta vez ainda não exerceu toda a acção a que está destinada, mas já tem servido, de um modo notável, para os reconhecimentos, e com o auxílio da fotografia permite que todos os dias possam ser levantados rigorosos planos dos acampamentos por meio dos quais o combate chegou a um rigor scientífico, verdadeiramente surpreendente.

E à vista dessas cartas compreende-se a precisão do tiro da artilharia, e como, com o auxílio da cronometria, podem executar-se ataques de precisão matemática, em determinados momentos, e em determinadas extensões, conjugados com perigosos fogos de barragem.

Fica-se fazendo uma ideia aproximada da grandiosidade desta luta, do que é preciso de preparação scientífica. Mas — diz-nos o General — indispensaveis como são todos êstes elementos, um hà que conserva sempre o primeiro lugar — o valor moral, a facilidade de tomar rápidas e acertadas resoluções. São qualidades que distinguem no mais alto gráu os exércitos aliados. Com elas esbarrou a *Kultur* alemã. São a explicação do extraordinário triunfo dos países aliados, que sem preparação guerreira, dominam quem demoradamente se praparára para a luta.

Uma arte nova tambêm resultou da existencia dos aviões — a camoflagem, arte de iludir a sua observação, de mascarar os trabalhos por fórma que a fotografia não os possa desvendar.

A acção é principalmente notável pelos meios formidaveis de que dispõe, e logo em primeiro lugar há a considerar a quantidade enorme de homens que de um e outro lado entram na luta.

Nas antigas batalhas, raras vezes os exércitos atingiam 100, 200 mil homens. Hoje temos frente a frente muitos milhões de homens. Tivemos canhões de 42, aproveitam se morteiros de 38, e a França já construiu o 55. As granadas e os torpedos produzem assombrosos estragos, e a terra demonstra a potência da sua destruição com crateras de que as dimensões chegam a 5 e 6 metros.

Cêrca das 11 horas da noite recebia-se o comunicado enviado ao mundo pelo comando alemão. Pouco antes tinha

sido recebida a noticia detalhada da acção em todas as frentes. Tudo magnificamente impresso em óptimo papel!

Mas é isto uma guerra ou uma mistificação?

Sentia-se o canto dos aviões, as granadas e os torpedos silvavam no ar e realizavam a sua trágica missão de morte. Nas trincheiras os ouvidos estavam atentos. Os ataques inesperados sucediam-se. A luta corpo a corpo, a caça ao homem continuava com a maior crueza em frente da tranquila serenidade dos movimentos celestes.

Emfim, foi forçoso partir, — cheio de saudade e reconhecimento.

E agora tive ocasião de observar outro espectáculo mais trágico. Alêm a morte ainda não tomára o aspecto pavoroso da inercia. Agora atravessavamos campos desolados, passavamos por trincheiras abandonadas, por montões de pedras que ainda há pouco constituiam risonhas habitações, por florestas de cruzes evocadoras de sofrimentos e heroismos.

Em Arras, na cidade mártir, a scena atingia um limite inacessível à imaginação humana. Nessa histórica cidade, ainda há pouco cheia de animação e de preciosidades, de inestimável valor, entre as quais sobresaia a linha delicada da sua monumental catedral que ao céo elevara as préces de sucessivas gerações nem uma construção tinha sido poupada. — Derrocadas completas, muros arruinados, esqueletos de casas, alguns telhados dependurados, semelhando figuras decapitadas, por toda a parte a mais completa desolação!

Que horrorosos dramas evocavam aquelas lugubres ruínas, habitadas sómente por aves agoirentas, entregues à guarda de alguns soldados! A impressão tornava-se ainda mais dolorosa com a contemplação das gigantescas ruínas da sua bela catedral, que para ali jazia abandonada, exposta ao vendaval, com as suas abóbadas derruidas, as suas colunatas fendidas, os seus muros esquartejados.

Mas no meio daqueles informes destróços do mais criminoso vandalismo, uma figura ficára intacta e ali se conservava, como a pedir ao céo perdão para tanto crime, a rogar pela salvação da pátria francesa. *Notre-Dame de Lorette,* talhada no mármore rijo, mas traduzindo nos seus doces e delicados traços o sentimento humano em graça, impunha a devoção e o amor, e enchia o coração de fé, — o sentimento que mais beneficios nos prodigaliza, animando-nos, como nenhum outro, para suportar as agruras da vida. E que imensa fé e coragem não tinha feito cobrar *Notre-Dame de Lorette!*

Bem o sentiam os meus estimados companheiros entre os

quais se encontravam os Doutores Magalhães Lima e Augusto de Castro.

*
* *

Prognóstico do desenlace da guerra.

É grande o valor dos contendores. É rija a resistência dos impérios centrais, que a estas horas terão perdido para cima de 7 milhões de homens, sem poder contestar-se-lhes uma meticulosa organização para a guerra, e a coragem para recorrerem aos mais condenáveis processos — o bombardeamento de cidades indefesas, e até o afundamento de navios inermes, pertencentes a países neutros, mesmo a países a que devem a maior gratidão e respeito. Bem lho merecia o generoso monarca espanhol que, no meio de dificuldades quási insuperáveis, tem conseguido prestar os mais assinalados serviços à humanidade.

De nada lhe valerá essa longa preparação, e a sua concepção do direito e dos mais elementares sentimentos de humanidade. O triumfo dos aliados ficou assegurado com a vitória do Marne.

Tem sido cruel a acção dos submarinos, o que não tem impedido o aumento do comércio dos países que lutam contra a Alemanha, sendo a final esta nação quem sofre as conseqüências. Para apreciar esta verdade basta observar o total do movimento de importações e exportações dos Estados Unidos em 1914, 1915 e 1916, respectivamente 2:122, 3:119 e 4:446 milhões de dolares, em números redondos. Nos mesmos períodos o comércio da Alemanha com os Estados Unidos (antes dêste país entrar na guerra) foi de 307, 90 e 102, sendo as exportações sómente de 158, 12 e 2.

É deveras grave a falência da Rússia, a inutilização dos exércitos roménos, sérvio e montenegrino. É doloroso o desastre há pouco sofrido pela Itália e o rude golpe logo no princípio suportado pela Bélgica.

Mas todos êstes acontecimentos, por mais importantes que possam considerar-se, em nada influirão sôbre o resultado final, sendo é certo para sentir que retardem o momento da completa liquidação.

Todos êstes factos são incidentes da verdadeira luta. Todos esses países, alguns infelizmente já derrubados, outros obrigados a sustentar heroicamente uma luta desigual, teem prestado assinalados serviços.

*

Permitiram que a linha ocidental se tornasse invencivel, e que esteja gastando dia a dia, e por forma notável, as fôrças dos grandes impérios do centro.

Desde a derrota do Marne nunca mais os exércitos alemães cessaram de ser derrotados nesta linha e de abandonar consideráveis extensões de terreno, apesar dos seus desesperados ataques.

As batalhas de Verdun do Aisne, de Soissons, de Ypres, da Messines de Cambrai são constantes manifestações da superioridade dos aliados, que neste momento vão receber mais um importante auxílio, o dos Estados Unidos da América do Norte.

Nenhuma dúvida haja sôbre a sua importância.

Já me referi à sua importância financeira e económica. Terá tambêm enorme valor a sua cooperação militar. Sorriam-se os impérios centrais do exército de terra da Inglaterra, sempre dedicada exclusivamente ao engrandecimento da sua poderosa armada. Hoje teem de curvar-se deante da fôrça imponente que êste país lhe apresenta com mais de 6 milhões de homens modelarmente equipados e preparados.

Garantem os Estados Unidos que colocarão nas linhas da batalha, dentro em pouco, muitos milhões de homens. Assim sucederá.

Mas, diz-se, os aliados não conseguirão romper a inexpugnável linha de Edinburgo! Os factos ocorridos há 3 anos de modo algum garantem esta asserção, e são muitos os sinais de que o exército alemão se encontra exausto.

Com os reduzidos avanços realizados gastar-se-iam dezenas de anos para chegar a Berlin! Mas não se atenta em que a vitória em nada depende de uma vitoriosa marcha até Berlin. Alguns quilómetros conquistados significam uma importante vitória, um enorme desgaste das fôrças vencidas.

Conceda-se, e é inadmissivel, atendendo à decadência financeira e económica dos impérios centrais, que êstes aguentam por muitos anos a sua frente ocidental.

Nem por isso deixam de estar já virtualmente vencidos e condenados a sucumbir num praso mais ou menos curto.

É que vencido se encontra de facto um inimigo que se acha impossibilitado de comunicar com o mundo, e cujo pavilhão desapareceu da superficie dos mares, para ocultar as suas crueis proezas nos abismos dos oceanos.

*
* *

Conseqüências gerais da guerra.

Problema complicado e de extraordinária dificuldade.

Hoje, como nunca sucedeu, a sua solução afecta todos os países. Quási todos beligerantes, e mesmo, os poucos que teem conseguido manter a sua neutralidade, muito comprometidos.

Demais são multiplos os aspectos a considerar. Moral, social, económico financeiro, industrial comercial, militar e muitos outros.

É indispensável reduzir as largas considerações que êste importante assunto sugere.

Devemos confiar em que os sentimentos de moralidade e justiça serão acrisolados. Acentuam-se os sentimentos religiosos. Aumenta o respeito pela igreja. São muitos os Bispos glorificados, e a despeito da difícil situação em que se encontra, tem o Papa conservado uma posição universalmente respeitada, embora tenham sido infrutíferos os seus esfôrços para a realização da paz.

As imoralidades descobertas teem levantado a mais justa indignação, e é de esperar que o seu justo castigo entibie de futuro os mais audazes.

Reconhecido que as ideias socialistas exportadas pela Alemanha para aniquilamento das sociedades, sómente teem como conseqüência destruir os sentimentos de cordealidade, destruir a família e a pátria, e estancar as fontes de riqueza, é justo esperar que os elementos trabalhadores tomem a orientação inglesa e americana, e baseem o seu bem estar no seu trabalho activo e inteligente.

As riquezas inexgotaveis patenteadas pelos países aliados garantem a sua rápida reconstituição.

Já dei algumas indicações sôbre os recursos colossais dos Estados Unidos. Para apreciar o esfôrço de que é capaz a França limitar-me-ei a observar que, só os adeantamentos feitos pelo Banco de França, já em 27 de junho do corrente ano montavam a 10:600 milhões de francos.

Segundo o cálculo de Lloyd George o rendimento da Inglaterra é avaliado em 16 milhões de contos. O rendimento da França é avaliado em 7 milhões.

Aproveito a ocasião para registar que as despesas da

guerra foram calculadas por dia para o ano de 1916 em cêrca de 100:000 contos, e o total para o primeiro anno em cêrca de 64 milhões de contos. Não será, pois, exagerado supôr que teremos já chegado a uma despesa superior a 200 milhões de contos!

O rendimento médio anual era calculado por M. Helfferich, financeiro alemão, em Escudos 285$32 para o inglês, 173$16 para o francês, 194$00 para o alemão. A capitação francesa, inferior, apesar do capital francês ser mais importante tem explicação na forma como em França são colocados os capitais.

É seguro que meios poderosissimos serão de futuro aproveitados para um rápido desenvolvimento da produção, e é indubitável que assistiremos a uma actividade febril, que se esforçará por conseguir rapidamente o preenchimento das lacunas produzidas pela guerra.

Ninguem pode supôr que os impérios centrais ficarão isolados por uma barreira vedada para todas as relações mundiais. Mas é certo que sofrerão dolorosas conseqüências.

Continuarão seguramente com os seus fornecimentos, mas em notáveis condições de inferioridade, pois sómente à fôrça de baratear os seus produtos poderão vencer a repugnância que por muito tempo se oporá às suas relações, e ao mesmo tempo terão de vencer as novas e fortes correntes agora estabelecidas.

As complicações podem tornar-se muito mais graves se fôr adoptado o critério alemão, sôbre indemnisações, de von Zedlitz, antigo director do Banco do Estado Prussiano, o qual julga deverem compreender: — custo de mobilisação; sustento do exército e da armada; despesas da campanha, reconstituição dos armamentos, das fortificações, dos navios, das linhas férreas, das pontes e das estradas; despesas provinciais e locais resultantes da guerra; prejuízos sofridos pelos particulares, municípios e cidades; reconstituição dos monumentos públicos; emfim o capital de pensões concedidas aos inválidos e famílias dos soldados mortos.

¿ Por quanto tempo teria de durar a escravatura económica da Alemanha se ámanhã tivesse de suportar esta penalidade?

E é oportuno observar que exclusivamente à Alemanha cabe a tremenda responsabilidade da perda de um capital incalculável pela destruição irremediável das mais apreciadas preciosidades, sem justificação alguma nas necessidades da guerra.

Pela sua parte os aliados respondendo à nota do Presi-

dente Wilson, quando os Estados Unidos ainda estranhos à luta procuravam influir com a sua generosa intervenção na terminação da guerra, demonstravam o seu espirito de conciliação e desejos de umá paz justa e honrosa, como pode apreciar-se pela citação dos seguintes paragrafos da sua resposta:

«8. Os Aliados consideram que a nota por eles entregues aos Estados Unidos, em réplica à nota alemã, responde à pergunta feita pelo govêrno americano e constitue, conforme as suas próprias palavras, «uma declaração pública relativa às condições em que a guerra pode ser terminada». Entretanto o presidente Wilson deseja mais: deseja que as potências beligerantes declarem quais são os fins a que se propõem continuando a guerra. Os Aliados não encontram nenhuma dificuldade em satisfazer esse desejo; os seus fins nesta guerra são bem conhecidos porque teem sido declarados várias vezes pelos seus diversos govêrnos; em detalhe, sôbre compensações e indemnisações equitativas pelos prejuizos sofridos, só podem ser expostas quando chegar o momento das negociações. Mas o mundo civilizado sabe que elas incluem em primeiro lugar a restauração da Bélgica, da Sérvia e do Montenegro com as compensações devidas a esses países; a evacuação dos territórios invadidos da França, da Rússia e da Rumania e, ao mesmo tempo, as justas reparações; a reorganização da Europa, garantida por um regime estável, baseado sôbre o respeito das nacionalidades e do direito que todos os povos, grandes ou pequenos, teem de gozar uma segurança completa e um livre desenvolvimento económico e também sôbre convenções territoriais e regulamentos internacionais apropriados a garantir as fronteiras terrestres e marítimas contra ataques injustificaveis; a restituição das províncias ou territórios outrora arrancados aos Aliados pela fôrça e contra a vontade de seus habitantes; a libertação dos italianos, dos slavos, dos rumaicos, dos tcheques e dos slovacos da dominação estrangeira; a libertação dos povos submetidos á sanguinária tirania dos turcos e a expulsão da Europa do império otomano, que é incontestavelmente estranho à civilização ocidental.

«10. É quási inútil dizer que, se os Aliados querem salvar a Europa da cubiça brutal do militarismo prussiano, nunca foi seu propósito pretender, conforme se propalou, a exterminação ou o desaparecimento politico dos povos germânicos. O que os Aliados querem antes de tudo é assegurar a paz sôbre os princípios de liberdade, sôbre a fidelidade

inviolável aos deveres internacionais, nos quais se inspira sem cessar o govêrno dos Estados Unidos.

«Tendo em vista tão elevados fins, os govêrnos Aliados estão decididos, cada um e solidariamente, a agir com toda a fôrça de que dispõem e a fazer todos os sacrifícios para chegar à conclusão victoriosa de um conflito do qual, eles estão convencidos, depende não sómente a sua própria segurança e prosperidade, porêm, igualmente o futuro da civilização».

Sôbre o futuro militar sinto não poder compartilhar a esperança que o espírito evangélico de S. Santidade põe na abolição quási completa das despesas militares.

Conseguido êste resultado ficaria resolvido o difícil problema das indemnisações, porque cada povo, na economia que faria, teria larga compensação para os pesados sacrifícios que tem suportado.

O que hoje temos de reconhecer é que as desgraças que lamentamos teriam sido evitadas, se a Inglaterra e França tivessem sempre tido em consideração a probabilidade de uma guerra.

Muitos séculos teem decorrido depois que na sabedoria das nações entrou o princípio — *si vis pacem para bellum.* Infelizmente estou persuadido de que muitos mais decorrerão ainda sem haver motivo para que desapareça.

* * *

Entre as importantes conseqüências que devem esperar-se avultarão de certo as novas linhas comerciais que se esboçam, e, facto curioso, com as quais parece querer a Providência suavisar os crueis sofrimentos da França.

É o que facilmente pode reconhecer-se considerando as duas novas artérias que se preparam. — Uma pode já considerar-se assegurada, — de Bordeus a Odessa por Lião, Milão, Veneza, Belgrado. A outra, dependente da execução do tunel da Mancha, poria a Inglaterra em imediata ligação com o Oriente através a França. A linha Londres, Calais, Lião, Marselha, em caminho de ferro, terá seguramente uma enorme importância para a França.

A linha Bordeus Odessa, com natural prolongamento para a Ásia, e com a vantagem de receber os produtos americanos, num ponto muito mais vantajoso do que Hamburgo, será um

golpe mortal sôbre o futuro da sonhada linha Hamburgo Bagdad.

E sem agora me alongar mais sôbre êste importante assunto, só observarei quanto devem ser graves para a Alemanha as conseqüências da sua errada política de domínio universal, e como nada deve surpreender a rápida derrocada do império, verificando-se mais uma vez a verdade das opiniões do Príncipe de Bulow sôbre a incapacidade política da Alemanha.

*
* *

Portugal na paz.

Confiemos em que o período da paz chegará, e brevemente; como conseqüência de uma vitória esmagadora dos aliados, ou do máu êxito de todas as tentativas dos exércitos alemães para romper as linhas do ocidente.

Então terá passado êste período de exaltação, que tudo tem permitido, e será preciso encarar a sério a situação criada.

Três pontos de vista haverá especialmente a considerar — territorial, financeiro e económico.

A solução territorial deve supôr-se que sairá da conferência da paz, e nenhuma apreensão deve causar-nos. As declarações dos aliados são categóricas, e a Alemanha demonstra ter já perdido a esperança de ditar a lei ao mundo. Restituir-se-lhe hão todas ou parte das suas colónias? Será um caso a regular em harmonia com a exigência de que os aliados não podem prescindir de que voltem à situação primitiva todas as regiões actualmente ocupadas pelos impérios centrais, excepção possível para o cáos russo, e que sejam restituídos à sua pátria a Alsácia e a Lorena.

Declarações feitas no centro trabalhista inglês sobresaltaram a opinião portuguesa.

Mas êsse centro é composto de elementos dissolventes da própria Inglaterra, — dos pacifistas em que o sentimento de pátria está tão obliterado que quási não existe. O seu valor pode ser facilmente aquilatado pela maneira como a nação inglesa se está batendo exactamente por ideias diametralmente opostas.

Nenhuma dúvida tenho de que nada significam esses estranhos propósitos, absolutamente seguro da consideração em que a nobre nação Britânica há de ter a lealdade e dedicação de todo o povo português.

Demais é fácil de compreender que é inadmissivel supôr que a Inglaterra colabore na instalação do império sul africano.

¿O que será a nossa situação financeira? Pelo menos gravissima. Se já hoje, e infelizmente sem se ter conseguido a preparação correspondente, a dívida pública deve estar aumentada em cêrca de 200:000 contos: a quanto montará quando terminar a guerra? Mas basta considerar aquela cifra para se reconhecer já que deverão ser pezadissimos os encargos a suportar. Sendo actualmente a receita pública de cêrca de 70:000 contos, um aumento de mais de 10:000 contos de impóstos, cêrca de 20 % dos actuais, deverá criar uma situação insuportável, com o perigo de prejudicar tanto o funcionamento da máquina da produção, que esta diminua em vez de aumentar, como se torna tão preciso.

Sómente uma rasgada e feliz solução do problema económico nos poderá salvar.

¿Encontram-se em Portugal os indispensáveis elementos para se chegar a um resultado satisfatório? Objectivamente creio bem que sim: subjectivamente confiemos, em que a Providência nos ilumine, e tenhamos o tino preciso para tirar todo o proveito possível das condições em que nos encontramos.

Tem Portugal a vantagem de ser uma nação das mais homogéneas. O clima, embora não seja geralmente e debaixo de todos os pontos de vista isento de reparos, permite vantajosas e múltiplas produções, e é bastante temperado para poderem ser consideravelmente reduzidas as despesas domésticas.

Possuimos culturas quási exclusivas como a oliveira e sobreira. Por toda a parte a vinha vegeta exuberantemente produzindo os mais diversos e afamados vinhos. Temos uma extensa costa com magníficos pórtos, entre êles um dos melhores do mundo, abundância de magnífico peixe, e um sub-sólo riquissimo em magníficos minérios.

Dá-nos ainda considerável vantagem para as transacções a circunstância do país se estender numa estreita facha ao longo do mar.

A população, com notáveis disposições marítimas e colonisadoras, manifesta distintas qualidades de actividade e iniciativa desde que se afasta da metrópole.

De fácil adaptação para todos os serviços, dando ainda agora nos campos da batalha provas de brilhantes qualidades, o seu triunfo é certo desde que adquira a necessária robustez

física e moral, uma excelente educação, sôbretudo profissional, as qualidades de ordem, disciplina e trabalho, e também estéticas e de aceio indispensáveis a uma sociedade progressiva.

As medidas a adoptar para rápidamente se conseguir aumentar o valor do país podem classificar-se em harmonia com dois principais objectivos — moral e económico.

É, sem dúvida, a elevação do nível moral o mais poderoso meio de se conseguir a felicidade e desenvolvimento de um povo. Á sua rígida educação religiosa deve em grande parte a Inglaterra a fôrça que mais tem contribuido para o seu engrandecimento.

É o primeiro cuidado que deve preocupar-nos. Conseguido êsse resultado teremos assegurada a ordem e respeito mútuo, indispensáveis para se obter a prosperidade de um povo pela vontade conforme de todos os seus elementos, — zelosos dos seus direitos e cumpridores dos seus deveres.

O valor económico é função de vários elementos, principalmente da capacidade de trabalho, da capacidade scientífica, da administração geral, da fôrça livre utilisável, das matérias primas disponíveis.

A fôrça livre utilisável depende do seu quantitativo, e também da maneira, como é aproveitada, já pela redução da perda nos atritos, já pela capaçidade que superintende.

Em harmonia com êstes princípios gerais, eis algumas medidas que se impõem como mais importantes:

Promover a produção de todos os elementos indispensaveis, de modo que num momento excepcional o país deles possa dispôr com segurança.

Intensificação do trabalho, substituindo-se a tendência para a redução do serviço pela justa remuneração do trabalho executado.

Aproveitamento inteligente do trabalho por meio de uma educação bem orientada, que habilite em harmonia com as disposições naturais e não induza a despesas supérfluas.

Meticuloso aproveitamento do tempo em trabalhos úteis por todos os elementos sociais, qualquer que seja a sua condição.

Economia máxima nas despesas destruidoras de riqueza, como são as da alimentação e vestuário.

Cuidadosa higiene, com vida orientada por fórma que cada pessoa possa dispôr da máxima fôrça para produzir o mais possível.

Sólida e prática instrução, despida da preocupação de

fazer sábios desde a instrução primária, para afinal só se criarem miopes e raquíticos de corpo e espírito.

Desinvolvimento do espírito de iniciativa e artístico.

Aproveitamento racional do trabalho feminino, condignamente remunerado, e por fórma que de modo algum seja prejudicada a missão principal da mulher — ser boa mãe.

Desinvolvida rêde de estradas, sempre no melhor estado de conservação, de caminhos de ferro, e intenso serviço de camionagem. (É seguro que o triunfo de um país depende essencialmente da barateza e facilidades de transportes).

Marinha mercante suficiente pelo menos para nos tornar independentes da influência dos interesses estranhos. (Serão da grande utilidade os navios de pequena tonelagem preparados para aproveitar principalmente a vela e acidentalmente o motor).

Intensificar o aproveitamento dos produtos culturais, entre os quais os florestais e arbustivos devem ter lugar especial; e das nossas riquezas metalúrgicas, notáveis em alguns metais que tem subido valor, como o radium e wolfram.

Como exemplo do que pode esperar-se dos produtos florestais lembrarei que, só para aduela, tem sido o nosso país tributário anualmente de cêrca de 1:000 contos de madeira de carvalho.

Aproveitamento das fôrças hidro eléctricas. É um recurso que só por si poderá chegar para salvar o país da grave situação criada pela guerra.

É certo que não dispomos de uma riqueza proporcional à da França, avaliada em 18 milhões de cavalos, ou mesmo da Espanha, calculada em 6 milhões, nem com condições tão vantajosas como as quedas de Noruega. Comtudo, 600:000 cavalos com que pode contar-se, representam um importante valor, de rendimento anual superior a 12:000 contos, com a circunstância de deverem contribuir para um aumento de produção agrícola e industrial de muitas dezenas e até centenas de milhares de contos.

Desinvolvimnnto da rêde ferro-viária das colónias, elemento capital para a sua valorisação; e da sua colonisação, feita por fórma que desapareçam as revoltas indígenas, de que os naturais, infelizmente, bastantes vezes, nenhuma responsabilidade teem.

Desinvolvimento do comércio internacional com base no máximo respeito pelos contratos, e no aprveitamento dos processos mais modernos, por fórma a conseguirmos uma situação semelhante à que, com sinais de maior prosperidade,

ocupam países da mesma ordem que Portugal, e mesmo outros mais pequenos.

Para se observar quanto é modesta a situação em que nos encontramos, limitar-me hei à citação de alguns elementos elucidativos.

Há muitos anos que o nosso comércio geral se conserva estacionário em volta de 120:000 contos, e ainda em 1913, excluindo o ouro e a prata, foi a exportação de 35:287 contos e a importação de 88:975, com um total de 124:252 contos. No emtanto, tomando o câmbio ao par, em 1910 o comércio total da Holanda foi de 1.952:000 contos, e da Bélgica 1.086:000 contos!

Há especialmente a tratar do comércio com o Brazil e Espanha, o qual está longe do valor que deve atingir. E comtudo o grande desinvolvimento que ambos aqueles países tem adquirido, alêm das especiais relações em que nos encontramos, estão indicando a necessidade de conseguirmos o maior incremento para as nossas relações comerciais.

Com a Espanha torna-se de toda a conveniência estabelecer acôrdos uteis para ambas as nações e que facilitem as relações internacionais. Nesse sentido estão indicadas linhas de rápido percurso como Lisboa-Bordeus, Lisboa-Porto, Madrid, Barcelona e Vigo, Porto, Cadiz.

Muito teria de acrescentar; não mo permite a consideração que V. Ex.as me merecem, e demasiado tenho abusado da bondade com que se têem dignado ouvir-me.

Mas atendendo ao que é de interessante verificar o conjunto de medidas que um problema especial sugere, exporei ainda as que no Congresso de Agricultura, realizado em Madrid em 1911, propuz para a solução do importante problema social pôsto na seguinte tése — *Meios mais apropriados para atrair os proprietários ao campos, e evitar que estes sejam abandonados pelos operários agrícolas* —. Encarei a solução do problema debaixo de dois pontos de vista, — económico-agrícola e social.

Considerando o primeiro deveria ter-se em vista obter o maior rendimento para os produtos agrícolas:

1.º Reduzindo as despesas da produção:

a) Pela educação agrícola;

b) Pela cooperação agrícola, especialmente para o trabalho e crédito, regulado êste exclusivamente com o fim de facilitar a acquisição de sementes, animais, adubos, águas de irrigação e máquinas.

c) Pela facilidade das comunicações com boas estradas e bons motores para a tracção.

d) Pelo fornecimento de energia barata.

e) Pela livre importação de adubos e máquinas, e máxima redução dos fretes ferro-viários, devendo as sociedades agrícolas estabelecer uma comissão permanente encarregada de tratar dêste assunto junto dos govêrnos e das companhias, e tambêm dos transportes de produtos agrícolas.

2.º Aumentando o rendimento da produção agrícola:

a) Conseguindo a máxima produção.

b) Pela cooperação na venda.

c) Pela rigorosa fiscalização, na qual deverão ter interferência oficial as sociedades agrícolas devidamente organizadas.

d) Pela redução do prêço dos transportes dos produtos agrícolas.

e) Pelo livre trânsito e venda de produtos agrícolas.

f) Pelo desinvolvimento dos outros ramos de produção e liberdade de culturas.

A resolução do problema debaixo do ponto de vista social compreende os processos a seguir em relação às duas entidades — trabalhadores e proprietários (pequenos e grandes).

Para os primeiros:

a) Justificação, para poder-se habitar nos grandes centros, de recursos ou trabalho que assegurem os indispensaveis meios para viver, tendo o Estado obrigação de os fornecer em colónias agrícolas àqueles que os não possuam.

b) Tornar verdadeiramente regional o recrutamento, limitando-se a pequenos períodos o tempo da incorporação.

c) Criar e desinvolver nas classes rurais novas fontes de riqueza com indústrias caseiras, já derivadas dos produtos agrícolas destinados à alimentação, já de outra ordem, como rendas, bordados, obras de talha, couro, verga, tecidos, etc., facilitando o trabalho com a distribuìção ao domicílio de energia barata.

d) Promover e proteger a criação de associações de socorros mútuos que vão até ao ponto de assegurar a subsistência aos inválidos.

e) Distingui-los com honras e prémios.

f) Desinvolver a instalação de colónias agrícolas, que deverão substituir o regimen penitenciário.

g) Melhorar as comunicações.

h) Difundir profusamente o ensino agrícola e artístico, bem como o de indústrias caseiras, promovendo nas mais insignificantes povoações, conferências, festas e diversões de interesse social nas quais seja aprimorada a educação moral e artística.

i) Desinvolver a agricultura artística.

Para os proprietários:

a) Tornar intensa a vida local pela máxima descentralização da administração pública.

b) Distingui-los com honras e prémios.

c) Instituir o ensino geral da agricultura nas Universidades com a maior consideração e extensão.

d) Intangibilidade dos pequenos casais.

e) Liberdade de testar em favor dos filhos.

f) Redução a termos estatísticos da contribuição de registo que seria paga por sêlo.

g) Criação da inscrição predial com detalhada descrição da propriedade e respectiva planta, direitos, encargos e provável rendimento líquido; com registo obrigatório para todos os actos nela exarados e as seguintes vantagens:

1) De ser transmissível por simples endôsso perante testemunhas.

2) De serem indiscutiveis os direitos nela exarados, tendo precedido um período de reclamações.

3) De gozarem os direitos atribuídos aos títulos da dívida pública para uma percentagem do valor que lhe seja atribuído em harmonia com o rendimento líquido.

É tempo de terminar.

Portugal é, felizmente, o país mais velho da Europa, e aquele em que a unidade nacional, sem a menor espécie de coacção, é mais perfeita. — Quaesquer que tenham sido as origens dos elementos que aqui se desinvolveram, a sua fusão foi completa num todo homogénio e harmónico.

Tem existido para todo o país o mesmo ideal, proseguido com tenacidade e heroismo, da descoberta do mundo, e da expansão colonial, com a característica sempre notável de uma estreita e leal aliança com o povo anglo-saxónico, mesmo antes da constituição do Estado Britânico. Felizmente, nem diversidade de crenças existe entre os nossos elementos.

¿De que precisamos? De que todos os portugueses, que tanto se orgulham do que Portugal tem sido no seguimento de muitos séculos, ponham de parte indesculpaveis caprichos,

descabidas pretenções, e esmagando a torpe víbora da *invídia,* se lembrem que todos serão fortes, quando forte fôr Portugal, e com todos os seus esforços, com toda a sua abnegação, tenham sómente a orientá-los êste desejo.

Todo o indivíduo tem obrigação de zelar pelo seu brio, toda a família tem obrigação de defender a sua dignidade, todo o país tem obrigação de pugnar pela sua grandeza moral e material e por conseguir a consideração e estima mundial, arredando com tenacidade e ao mesmo tempo com energia e tacto, todas e quaesquer fôrças que tendam a dissolver o seu organismo, a prejudicar a sua acção.

Faço os mais ardentes votos para que adquiram o maior valor os variados elementos que constituem a nossa querida Pátria.

Saúdo com entusiasmo e admiração os nossos aliados, e especialmente os póvos inglês e francês, — saúdo entusiasticamente, com o coração transbordando de afecto, os nossos valentes soldados que, com sacrifício da sua vida, com um fundo sofrimento que se repete a todos os instantes, estão prestando neste momento à sua pátria o mais assinalado serviço.

Estou certo de poder afirmar que todos aqui os acompanham constantemente com os mais fervorosos votos pelo seu triunfo, com o maior carinho pelas famílias que deixaram, muitas já enlutadas, com o maior desejo de prodigalizar-lhes honras e de demonstrar-lhes sempre quanto os apreciamos e lhes queremos.

Viva o exército português!

COSTA LOBO.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Navegação portuguesa nos séculos XVI e XVII — Naufragios inéditos — Novos subsidios para a Historia Tragico-Maritima de Portugal, por Carlos de Passos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1917.

Afonso d'Albuquerque, por A. Prado Coelho. Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar, 1917.

Ministerio da Marinha e Ultramar — Navegação para America do Sul. Lisboa, Imp. Nacional, 1906.

Visionario, segunda edição, por Matheus de Albuquerque. Porto, Imp. Moderna, 1912.

A vila, publicação historica de Vila Franca de Xira, volume I, por Urbano Mendonça Dias. Ponta Delgada, Tip. Central, 1916.

Paz e Felicidade, publicado pelo Instituto Historico do Minho. Viana do Castelo, Tip. Comercial, 1917.

Carvalhaes — Traços historicos, por Alfredo Menezes. Porto, Tip. Sequeira, 1016.

Regulamento Interno do Instituto Historico do Minho. Viana do Castelo, Tip. Comercial, 1917.

Anuario da Casa Pia de Lisboa — Ano economico de 1915–1916. Lisboa, Tip. «Casa Portuguesa», 1916.

Boletim oficial do Ministerio de Instrucção Publica — Ano I — N.os 6 a 12. Coimbra, Imp. da Universidade.

Critica contemporania á Chronica de D. Manuel, de Damião de Goes, ms. do Museu Britanico publicado e anotado por Edgar Prestage. Lisboa, Imp. «Libanio da Silva», 1914.

Mutilados da Guerra — Conferencia inter-alliados para a sua reeducação, por José Pontes. Lisboa, Tip. Colonial, 1917.

Estatistica Geral da Provincia de Cabo Verde do ano de 1915. Praia, Imp. Nacional de Cabo Verde, 1916.

Ministerio do Trabalho e Providencia Social — Boletim da Providencia Social — N.º 3. Lisboa, Imp. Nacional, 1917.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



Volume 65.º
N.º 2

1918
Fevereiro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Uma crise de subsistências no ano de 1680, por D. José Manoel de Noronha..... 65
A guerra e os exércitos da actualidade, por A. Gomes de Sousa..... 73
Correspondencia do Conde de Castelmelhor com o P.e Manoel Fernandes e outros (1668 a 1678), por Edgar Prestage..... 89
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos..... 99
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo..... 108

UMA CRISE DE SUBSISTÊNCIAS NO ANO DE 1680

De há um certo tempo a esta parte, dia a dia os jornais se vêem ocupando da crise de subsistências, que aflige os pó-vos de Portugal. E não só os jornalistas encontram na crise um tema fácil para seus artigos, como também os govêrnos, a pretexto dela, teem legislado longa e profusamente.

Um dos factos, que mais tem impressionado muita gente, é a ostensiva intervenção dos municípios no sentido de tornar mais suaves as condições gerais, impondo, a certos respeitos, restrições ao livre exercício do comércio. É isto novo em Portugal? ¿Ou, pelo contrário, em outro tempo, tiveram também as Câmaras sua intervenção — em especial a de Lisboa, capital e principal centro urbano do País?

Eis o que será curioso investigar.

A crise de agora tem suas causas, bem conhecidas e alheias, em grande parte, à situação interna da Nação. Mas factos diferentes podem gerar efeitos semelhantes. E assim é que outras crises de subsistências ficaram registadas na história nacional, sem que a determiná-las tenha aparecido uma conflagração da categoria daquela que, desde o início de agosto de 1914, ensanguenta e retalha a civilizada Europa.

Não é, porêm, a indagação das causas o que, a nosso ver, reveste maior interêsse: é, de preferência, o conhecimento dos meios que foram empregados para obviar à escassez dos géneros alimentícios.

Há pouco tempo, estudando, para um trabalho histórico de maior fôlego, o ano de 1680, viemos ao conhecimento de que, nessa data, se verificou mais uma crise, então produzida pela séca — o mesmo terrível flagélo que, no outono de 1917, tanto se fez sentir, preparando um péssimo futuro ano agrícola.

Parece-nos interessante pôr em relêvo o modo como se conduziu o govêrno de então e as medidas que adoptou.

Certamente a crise de 1680 não foi a única, nem mesmo a mais importante das crises portuguesas. Foi *uma* crise, como houve outras, muitas outras. Do estudo que fizemos, porêm, concluimos que a sua solução não foi, nas suas linhas gerais, sensivelmente diferente da das restantes crises do século XVII.

Sem a pretenção de fazer uma história das crises de subsistências em Portugal — trabalho que demandaria muito tempo e grande canceira — limitámo-nos a destacar uma delas, pondo em fóco as velhas fórmulas e os velhos processos.

* * *

Reduziremos às indispensáveis, as considerações de ordem geral, para não alongar, sem proveito nem utilidade, êste artigo. Recordaremos simplesmente alguns factos.

Em 1667, após uma conspiração palaciana em que entrou a própria Rainha, foi depôsto D. Afonso VI. O Infante D. Pedro assumiu a regência, alegando, entre outros motivos, a incapacidade física de seu irmão mais velho.

Em 1668, um ano depois, foi assinado o tratado de paz com a Espanha, afinal resolvida a reconhecer a nossa independência.

Em 1680, durava ainda a regência de D. Pedro, que só, três anos mais tarde, quando o pobre Rei morreu, na sua câmara de Cintra, cingiu a corôa.

Precisamente em 1680, logo em Janeiro, a 29, — em face da *saca do trigo* que ia para fóra do reino, atendendo à falta que podia vir a fazer aos naturais, *por estar o ano pouco entrado e incertas as novidades,* e para obviar a *alguma futura carestia em detrimento dos povos,* — a vereação resolveu não conceder mais licenças para exportação (1).

É de saber que o regimento do Terreiro, mandado fazer pelo rei D. João III em 13 do abril de 1529, concedia ao Senado a faculdade de dar licenças para a exportação de pão, com a cominação de severas penas para os que prescindissem da autorização camarária (2).

---

(1) Os documentos, sôbre que se baseia a nossa narração, encontram-se em Eduardo Freire de Oliveira — *Elementos para a história do município de Lisboa*, tom. VIII, Lisboa, 1896, pág. 378 e segs. As transcrições vão em itálico. Seguimos nestas a ortografia oficial, porque Freire de Oliveira não respeitou a dos documentos que copiou.

(2) *Ob. cit.*, vol. cit., pag. 408.

O município começou, pois, a sua luta, para impedir ou minorar a carestia, pondo em jôgo os meios que cabiam nas suas atribuìções. Seriam êstes suficientes?

Não eram. Cumpria interessar o poder central, único que tinha a fôrça indispensável para reprimir a exploração, filha de prejudiciais interêsses particulares. No entanto, a Câmara marcou, desde logo, a atenção que lhe mereciam os assuntos de alimentação pública e a bôlsa do povo, a qual hoje, como ontem, não pode suportar altas de preços.

Dois meses depois, dia por dia (29 de março), a insuficiência da medida estava demonstrada amplamente. A Câmara dirigiu, ao Infante-regente, uma consulta, na qual expôs, com clareza, a situação. A séca fazia prever um ano apertado, escasso de produções. Apesar da resolução do Senado, continuava, para Castela, a exportação de trigo e de gado, agravando as circunstâncias, decerto más, em que viria a encontrar-se a população. Era verdade que o Infante tinha diligenciado providenciar, expedindo *ordens e decretos*. Mas nem umas nem outros tinham sido executados a rigor. ¿O que se deveria fazer portanto? Passar as determinações necessárias, aos governadores das províncias, para que repremissem o tráfico com os castelhanos, impedindo a saída do trigo e do gado.

No 1.º de abril, o Regente respondeu que, pelo que respeitava aos trigos, já tinha dado as ordens convenientes, e idênticas daria, quanto aos outros mantimentos citados na consulta.

Vereação e poder central mostravam-se ambos animados da melhor vontade. Tanto assim que, logo poucos dias depois (10 de abril), o Infante pediu ao Senado que estudasse os meios de impedir a falta de pão, lembrando que, se das Ilhas poderia vir algum, seria mistér assegurar os transportes.

É de crer que os Vereadores tivessem já o assunto bem ponderado, porque a resposta não se fez esperar (15 de abril), indicando todo um conjunto de medidas para elaborar as quais não chegariam uns escassos cinco dias.

Eis o plano, que versa quatro pontos principais:

a) Em primeiro lugar o manifesto dos cereais. As justiças ordinárias deveriam alistar todo o pão existente em poder dos lavradores e mais pessoas, entrando, para êsse fim, nas terras da Corôa e nas dos donatarios, sem respeito pelos privilégios e imunidades. Dêste modo se poderia, a todo o tempo, pedir contas do cereal aos proprietários dele, e ficaria asse-

gurado também o abastecimento local, pois só para Lisboa seria permitida a saída do género manifestado;

b) Para prover às necessidades da capital sería lícito, aos condutores obrigados na Câmara desta cidade, trazer da província o cereal necessário, a cujo transporte se não poderiam opôr as câmaras e justiças locais, *guardando inviolavelmente as cartas de visinhança.* Nos municípios da procedência se faria registo das partidas saídas, do nome do vendedor e do do condutor. A êste seria passada uma certidão autêntica da quantidade transportada, para evitar toda a fraude tendente à inobservância do decreto real;

c) A abundante produção das Ilhas seria eficazmente aproveitada, obrigando os mercadores mais ricos da praça de Lisboa a transportar quanto pão fôsse necessário. Para que tal obrigação não ficasse letra morta, seria conveniente que os negociantes prestassem duas fianças, uma em Lisboa, outra nas Ilhas, fianças que poderiam levantar logo que entregassem o cereal no terreiro público.

As Ilhas ficariam proíbidas de exportar — excepto para Mazagão e para a Madeira. Mas, para que nem os celeiros ficassem inutilmente cheios, nem qualquer das embarcações fizesse uma *maliciosa arribação,* deveriam partir com segurança, todas juntas;

d) Um dos vereadores, João de Saldanha de Albuquerque, desejaria ver a obrigação de manifesto estendida ao gado e ao azeite, cuja escassez não era menor que a do trigo.

A consulta da Câmara subiu à presença do Regente para ser examinada. Entretanto Sua Alteza continuou legislando, conforme entendia conveniente.

Não faltava quem apontasse a especulação como causa grave da carestia que pesava sôbre a população da capital. Era o caso que os *vendedores, medideiros e mais pessoas,* empregadas no *manejo do Terreiro,* compravam, a pronto pagamento, aos lavradores e aos feitores de pessoas poderosas, trigo em grandes quantidades, com a condição de só o tirarem das propriedades quando a alta dos prêços atingisse fortes proporções. Um tal abuso radicára-se pela impunidade de que ficaram gosando as numerosas pessoas pronunciadas até então.

Em face disto, o Infante ordenou aos vereadores do Terreiro e da Ribeira, que, cada um em seu pelouro, puxassem das devassas instauradas nos últimos dez anos. Ao mesmo tempo, deu novas instruções aos corregedores do crime, natural complemento da primeira providência adoptada.

Ora a atitude do Poder, conforme temos visto até aqui, se visava a vantagem dos povos, não deixava de ser fortemente adversa aos particulares interêsses de várias entidades, cujo maior cuidado consistia em sofismar, ou atenuar em seu proveito, as salutares medidas prescritas.

O contratador dos portos secos, Domingos de Antas da Cunha, veiu queixar-se de que os cabos de guerra, os oficiais de justiça e os das câmaras, opondo-se à exportação, para Castela, de todos os géneros alimentícios, lhe faziam diminuir consideravelmente os proventos. Pretendia o Cunha que a proíbição só se mantivesse quanto aos cereais. D. Pedro mandou ouvir a Câmara, que, em consulta de 3 de Julho, manifestou a sua opinião de que a petição do contratador era *não só injusta mas prejudicial ao bem comum,* porque a carestia viria a acentuar-se com a saída dos géneros. Ora não seria justo que os povos sofressem maior opressão, mórmente naquele ano, em que *liberalmente ofereceram a Sua Alteza o tributo dum milhão,* àlêm dos usuais, por deliberação das Côrtes. ¿ Sofreriam os rendimentos dos portos secos e, portanto, os do contratador? Que sofressem embora, pois *a utilidade pública prefere a qualquer particular e deroga leis, estatutos e contractos.* Deveriam manter-se as determinações impeditivas da exportação.

É de crer que a pretenção de Domingos de Antas da Cunha naufragasse perante oposição tão formal. Nem teria sido inútil a independência com que o Senado lembrou a liberalidade da Nação, recentemente afirmada, quando dos preparativos do casamento da Infanta D. Isabel com o Duque de Saboia.

Só em 20 de Julho, o Regente respondeu à consulta de 15 de Abril, que já deixámos sumariada, na devida altura. O Infante resolveu: que se mandasse vir de Alcácer e de Pôrto de Rei, todo o trigo enceleirado; que se promovesse a venda e a importação dos cereais; que, com os fundos da Junta do Tabaco, se mandassem vir mil e duzentos moios; que todo o milho do Minho, excedente ao consumo da província, fôsse conduzido para a capital.

O poder central não perfilhou, em globo, as propostas da Câmara, o que não impediu esta de continuar defendendo as classes populares, propondo medidas, oferecendo pareceres, indicando remédios.

Em 1 de Agosto, foi o Senado quem retomou, ainda uma vez, a iniciativa das providências salutares. Prevendo a falta do azeite, redigiu uma consulta em que propôs que, tanto o

azeite velho como o pouco que haveria a esperar da futura colheita, não pudesse mandar-se a regiões estrangeiras, como, até àquele momento, com grave dano de todos, se tinha praticado. E como constava que, em Aveiro e no Pôrto, se tinham carregado grandes quantidades do referido género, conveniente seria impedir a continuação de tais embarques, sob pena de apreensão de todo o embarcado. Para reprimir uma especulação análoga à que vimos efectuar-se com o trigo, deveria o Regente ordenar, às justiças das comarcas e governadores das províncias, onde houvesse azeite, não consentissem que êste ficasse retardado em lojas e armazens, antes o fizessem conduzir a Lisboa.

Algum tempo depois (27 de Agosto) foi plenamente adoptada, nas suas linhas gerais, a proposta camarária, ficando proibida, até Novembro de 1681, *a saca dos azeites para fóra do reino, excepto para as conquistas,* servidas por navios portugueses, *por serem os moradores delas também vassalos.*

Do trigo, mandado vir das Ilhas para obviar à escassês do Continente, chegaram, primeiro, duzentos moios. O Infante mandou ouvir o Senado sôbre o *método* de repartir esta quantidade pelos necessitados e pelos conventos pobres, de modo a impedir que os negociantes se aproveitassem do baixo preço.

A Câmara deu a sua opinião (23 de Setembro): cem moios seriam vendidos aos particulares, os outros cem aos conventos pobres. O trigo destinado aos particulares deveria ser expôsto, no Terreiro do Paço, em taboleiros bastantes, na presença dos procuradores da cidade, dos almotacés das execuções e dos misteres, que, *como pessôas principais do povo,* fariam a distribuição a quem, sem escrúpulo, se pudesse presumir que não compraria para revender. Os cem moios destinados aos conventos vender-se-iam a todos os de frades e de freiras que provassem, por atestado jurado de seus prelados, a sua pobreza e a necessidade do cereal. Com estas duas providências se remediaria o povo e se evitaria o incómodo da venda no Terreiro, lugar apertado e incapaz para se dar aviamento aos muitos compradores.

O Regente conformou-se com êste parecer, ordenando, para complemento dele, que a justificação da pobreza dos particulares se fizesse por certidão dos párocos.

Podemos saber, com exactidão, o preço do trigo, vendido sem ganho algum para a régia fazenda. Consta do seguinte decreto, que reproduziremos na integra: *O Senado da Câmara desta cidade ordene se entreguem logo a António Flo-*

rim, tesoureiro da Junta do Tabaco, 2:599$600 réis, que tanto importaram e fizeram de custo, até se recolherem nas tercenas, os duzentos moios de trigo que mandei vir das Ilhas para o Senado poder mandar vender ao povo.

Afinal veiu trigo em abundância, ao que parece, e não houve com êle o necessário cuidado, como se deduz do decreto de 5 de Fevereiro de 1681, último, de que temos conhecimento, relacionado com a crise que vimos historiando. É uma ordem ao Senado para que faça vender imediatamente, atendendo ao seu *estado,* todo o trigo armazenado nas tercenas. Nos primeiros seis ou oito dias, venda-se aos que trouxerem atestado de pobreza; nos dias seguintes, venda-se indistintamente a todo o povo, sem lucro nem perda para o Tesouro.

*
* *

Eis, em resumo, os meios indicados para a solução da crise de 1680, e, então, postos em prática. Essas medidas consistiam fundamentalmente na proibição de exportação de trigo, azeite e gado, e na importação do trigo das Ilhas, para ser vendido, sem ganho, pelas entidades oficiais.

Ocorrerá perguntar: ¿ porque se não promoveria a importação de Espanha, nossa visinha num longo tracto de fronteira?

A pergunta é tanto mais fundamentada quanto é certo que já em tempo de D. João III se recorrera ao trigo de Castela. Mesmo sob a Regência, em 1674, o Senado pedira a suspensão dos direitos aduaneiros sôbre o trigo do outro estado peninsular (1). E tão eficaz parecera à Câmara esta providência que não duvidara insistir por ela, apesar do desfavorável acolhimento que tinha merecido ao Infante (2).

Semelhante acolhimento é já uma primeira razão para que os Vereadores não renovassem a proposta. Mas há outra. No ano de 1680 grassava a peste no visinho reino. Tomaram-se precauções para evitar o contágio, tendo sido o mesmo Senado o proponente de tais medidas. Primeiramente (3 de Julho) determinara o Infante que às embarcações vindas dos pórtos de Gibraltar até Barcelona se não désse *prática,* em nenhum pôrto do reino, e que as vindas de Cadiz até o Al-

---

(1) *Ob. cit.,* vol. cit., pág. 26.
(2) *Ob. cit.,* vol. cit., págs. 37, 51.

garve fossem examinadas pelo provedor-mór de saude. Ao mesmo tempo, proíbiu que se alugassem casas a estrangeiros, sem prévio exame dêstes pelo provedor-mór.

Depois (8 de Agosto), os médicos apresentaram o seu plano de defesa da saúde pública, e ao Senado foi cometido o encargo de executá-lo.

Vê-se pois que já militavam duas causas para impedir a importação de Castela. Mas havia terceira, não menos importante: é que êsse país lutava com escassês não inferior à que desolava o nosso Portugal...

Fica assim antecipadamente desfeita a crítica à atitude dos governantes, baseada no facto dêstes não terem sabido aproveitar os celeiros espanhois para transformar em abundância a miséria portuguesa.

Janeiro de 1918.

D. José Manoel de Noronha.

A GUERRA E OS EXÉRCITOS DA ACTUALIDADE

Conferência realizada no Instituto de Coimbra, na noite de 30 de janeiro de 1918

A guerra é uma manifestação natural na vida dos povos e tem sido um meio de civilização rápido e poderoso. Sem ela a humanidade assim mutilada errava hoje sobre a terra numa existência bem diferente da actualidade.

Dado, porêm, o gráu de civilização a que chegamos, parece transformar-se num agente de desmedidas ambições oposto a todos os idiais de perfeição. Encontraram por isso os pacifistas largo campo para as suas ideias, estabelecendo-se na vida intelectual e política da Europa e da América uma corrente consciente que tornou menos raras as declamações em seu favor.

Talvez um excesso de utopias humanitárias, a contribuir para o enfraquecimento militar dos que mais as aceitavam e a permitir que o lúgubre troar do canhão e o crepitar da fusilaria mais rapidamente acordassem todos os sonhadores da paz eterna.

Pretendia-se que os pleitos entre as nações fôssem liquidados em tribunais arbitrais; teríamos porêm que admitir que em muitos casos a aplicação duma sentença só pela fôrça se poderia tornar efectiva, ou fôsse o prelúdio duma guerra.

Respeitando, pois, as aspirações dos simples pensadores e aceitando as lições da actualidade, convencemo-nos que as melhores garantias de paz só poderão encontrar solução na mais perfeita organização defensiva dos estados.

*
* *

Quando do conflito franco-alemão, a propósito de Marrocos, julgavam os filósofos que as suas teorias pacifistas tinham

conseguido conjurar o perigo e que os povos se achavam num estado de cultura que seria a absoluta garantia de paz. No entanto as nações continuavam agrupadas e armadas para próximas eventualidades.

De um lado a Inglaterra, a França e a Rússia, de outro a Alemanha, a Áustria e a Itália. Porêm, tradições históricas de raça não permitiam que neste último país se apagassem os velhos ódios com a Áustria, e levavam os italianos a ver nela não uma aliada, mas sempre um inimigo provável, ainda que os sucessos de Tripoli tivessem permitido que a Tríplice aliança se considerasse consolidada.

*
* *

Os estados secundários temem a sorte da sua neutralidade e convencem-se que a sua fraqueza não pode mais representar uma garantia de independência.

A Turquia tem que se resignar com a perda da Herzogovina, pois não encontra o apoio que esperava do estado a cuja influência se submeteu.

A Espanha tem Marrocos para litígio. A Suissa, a Holanda e a Bélgica não vêem nos tratados garantia absoluta da sua independência, pelo que intensificam a sua organização defensiva. A Suissa prepara-se para a necessidade de um levantamento em massa, e a Bélgica conta com uma defesa passiva que a tornou a pátria dos grandes mestres da fortificação.

Isto pelo que respeita à Europa, pois outros acontecimentos se desenrolaram por êsse mundo fóra que mais embrulharam a política mundial. A revolução da China deu lugar a previsões de desmembramento, o que seria uma nova prêsa para as grandes potências, apetite sofreado pelo Japão. E a partilha virtual da Pérsia, entre a Inglaterra e a Rússia, contribue bem pouco para arrefecer as susceptibilidades alemãs.

Todos os meios pacíficos são impotentes para desembrulhar semelhante meada. Só a gume de espada se lhe poderão cortar os nós górdios. E assim sucede, servindo de pretexto o bem conhecido caso de Seravejo.

*
* *

A indemnização de guerra, recebida pela Alemanha depois de 1870, permitiu-lhe um impulso considerável, que, atribuído

às consequências da guerra, deu ao exército um extraordinário prestígio, trazendo-lhe um tal aperfeiçoamento que, dadas as ambições de raça, põe em risco a segurança dos outros países.

O oficial alemão é considerado na sociedade como o cidadão modelar, quer pela sua cultura física e cívica, quer pela sua ilustração geral. Gosa de um prestígio que a mais classe alguma é lícito disfrutar, apreciando-se a categoria social pela situação que se possa ocupar no exército. Por isso a família lastima mais a inutilização de um filho para o serviço militar que a sua morte.

O largo desenvolvimento das suas indústrias permite-lhe dotar o exército de grandes melhoramentos materiais, criando as indústrias da guerra, que são também verdadeiros caudais de ouro a entrar pelo seu território. É assim que encontramos espingardas, canhões, metralhadoras, pistolas, de fabrico alemão, em Portugal, Espanha, Bélgica, Turquia, Suécia, Sérvia, China, Afganistan, Columbia, Venezuela, Bolívia, Argentina, Brasil, Chili, Perú, Uruguay e México.

Á primeira vista parece que as suas ambições e o seu espírito guerreiro não seriam muito favorecidos com semelhante distribuição de material de guerra, que poderia ser encarada como pretenção de armarem o mundo inteiro, que ao mesmo tempo, a cada momento, pareciam desafiar.

É que além de haver pouco a temer, pela situação geográfica, alguns dêsses países, tais fornecimentos permitiam-lhes o aumento da sua riqueza e o desenvolvimento das respectivas indústrias, indispensável aos abastecimentos do seu colossal exército, na previsão da guerra, e constituia uma das bases do seu progresso militar.

Além disso a sua potência era desvalorizada pelas muitas fraudes cometidas no fabrico, conseguindo-se muitas vezes captar, nesse sentido, a aquiescência dos próprios homens públicos dêsses países, pois por toda a parte se encontram de simples ingénuos a traficantes.

E os seus fornecimentos ao estrangeiro não se limitavam ao material, forneciam tambem oficiais como organizadores e instrutores militares, que só o eram de facto nos países que contavam a seu lado, sendo, nos restantes, espiões e propagandistas.

E nem só oficiais do exército o eram. Havia verdadeiros corpos de exército para a espionagem, constituídos por médicos, engenheiros, caixeiros viajantes e artífices, onde não faltava o auxílio do sexo frágil, que era largamente representado na espionagem alemã.

Em París havia agências de criadas, a que naturalidades diversas se atribuiam, para colocar em casas onde pudessem desempenhar missões que interessavam à futura guerra. Eram quási todas senhoras da boa sociedade alemã.

Consultórios de médicos de fama, *ateliers* de modistas e de alfaiates de clientela escolhida, eram centros de espionagem. Homens de estado eram por vezes guiados no seu automóvel por um espião.

* * *

Sabia a Alemanha ó exército que precisava para as suas ambições e a resistência que êle poderia encontrar nos países contra os quais o desejava lançar, prevendo mesmo a hipótese das suas ambições serem repudiadas por todos os que eram ciosos da sua independência e da observação dos princípios do direito internacional que as potências se comprometeram a observar.

Conhecendo excelentemente, pela espionagem, os recursos militares de todos os países, a Alemanha foi dotando o seu exército com os melhoramentos indispensáveis para aniquilar a resistência que se lhe pudesse defrontar, e foi assim que as fortificações da Bélgica, consideradas inexpugnáveis, fôram destruídas por canhões de tais calibres como jámais se esperariam ver nos campos de batalha.

Os 25 estados confederados, que constituiam o império alemão, dispunham de 25 corpos de exército, de 11 divisões de cavalaria, um número desconhecido de divisões de reserva e ainda de 50 brigadas mixtas no 3.º escalão.

Cada corpo de exército era constituído por um estado maior, duas divisões e as seguintes tropas não enquadrada nas divisões:

Uma companhia de pioneiros;
Uma equipagem de pontes para corpo de exército;
Um destacamento de telegrafia;
Quatro colunas de munições de infantaria;
Oito colunas de munições de artilharia;
Doze colunas de víveres;
Dois depósitos de remonta móvel;
Doze hospitais de campanha;
Duas colunas de padaria de campanha;
Um batalhão de obuses pesados;
Um destacamento de aerosteiros.

Cada divisão tinha a seguinte composição:
Um estado maior;
Duas brigadas de infantaria;
Três ou quatro esquadrões de cavalaria;
Uma brigada de artilharia de campanha a 12 baterias;
Quatro colunas ligeiras de munições;
Uma companhia de pioneiros;
Uma equipagem de pontes;
Uma companhia sanitária.

Além disto a 1.ª divisão de cada corpo de exército tinha mais uma 2.ª ambulância e um batalhão de caçadores.

As divisões de cavalaria eram constituídas pelos seguintes elementos:
Um estado maior;
Três brigadas de dois regimentos a quatro esquadrões;
Um destacamento de metralhadoras;
Um grupo de duas batarias a cavalo com uma coluna ligeira de munições;
Um destacamento de pioneiros em viaturas ou bicicletas;
Um destacamento de sinaleiros.

As divisões do 2.º escalão tinham idêntica composição à que deixamos indicada para as que faziam parte dos 25 corpos de exército, e as brigadas do 3.º escalão tinham seis a oito batalhões, um esquadrão, três baterias e coluna ligeira de munições.

* * *

A Alemanha tinha o serviço militar obrigatório dos 17 aos 45 anos comportando dois períodos. O de serviço activo dos 20 aos 39 anos, sendo o tempo restante, não compreendido no serviço activo, o de reserva.

A duração do serviço efectivo era de três anos para a cavalaria e artilharia a cavalo e de dois anos para as outras armas e serviços, podendo os homens ser retidos por mais tempo.

Os oficiais do activo provinham das escolas de cadetes e das escolas de guerra, e os de reserva eram recrutados no voluntariado de um ano.

Os sargentos numa grande percentagem eram oriundos das escolas preparatórias, onde frequentavam um curso de dois ou três anos segundo a proveniência, e os restantes recrutavam-se directamente nas unidades, entre as praças com mais de dois anos de serviço.

Nas diferentes armas do exército não havia oficiais provenientes da classe dos sargentos. A sua promoção fazia-se apenas para quadros auxiliares.

Para aperfeiçoamento da instrução dos oficiais de todas as armas, tinha a Alemanha a sua Escóla Técnica de Charlottenbourg, e, para recrutamento dos oficiais do estado maior, as Academias de Guerra de Berlim e de Munich.

A instrução das tropas nas diferentes armas e serviços era ministrada nos regimentos e nas escolas de aplicação.

O seu armamento era constituido, na infantaria, pela espingarda Mauser m/1898 com uma alça graduada até 2:000 metros, calibre $7^{mm},9$, atirando com uma bala conhecida pela bala S de fórma aproximadamente cilíndrico-cónica, com uma velocidade inicial de 860 metros, dando uma flecha de $0^{m},50$ para a trajetória de 500 metros.

As suas metralhadoras eram do sistema Maxim, atirando com o mesmo projectil da espingarda e podendo executar cêrca de 400 tiros por minuto.

A cavalaria era toda armada de lança e carabina m/1898 do mesmo calibre da espingarda e em idênticas condições balísticas.

As tropas de artilharia de campanha guarneciam canhões de 77, tiro rápido, e obuses ligeiros de campanha m/1898.

A artilharia pesada era constituida por uma grande variedade de canhões de calibres diversos, morteiros e obuses.

Eis uma sucinta ideia das fôrças de que a Alemanha dispunha ao iniciar a actual guerra, que se encontravam em condições da mais rápida mobilização, atribuindo-se-lhes a possibilidade de mobilizarem em três dias, segundo as declarações que por vezes ouvi em território alemão.

*
* *

A França tinha um serviço de espionagem regularmente montado, pelo que não poderia ignorar as intenções com que dia a dia a sua inimiga valorizava o seu poder militar.

Eram constantes os clamores dos profissionais na imprensa militar, mas apesar de tudo, o anti-militarismo tomava vulto e dificultava por vezes uma preparação que permitisse precaver-se do traiçoeiro golpe inimigo.

Está ainda bem presente o que se passou com a proposta de lei sôbre o aumento do tempo de serviço.

Quando o inimigo se preparava para transpôr as frontei-

ras, a França contava poder organizar 20 corpos de exército, constituídos pelos seguintes elementos:

Um estado maior;
Duas ou três divisões;
Uma brigada de cavalaria;
Um regimento de artilharia;
Uma companhia de sapadores;
Uma companhia de pontoneiros;
Uma companhia de parque;
Um parque de artilharia;
Depósito de remonta móvel;
Um parque de gado;
Uma padaria de campanha;
Uma formação administrativa;
Um número variável de ambulâncias.

A composição das divisões era a seguinte:

Um estado maior;
Duas ou três brigadas de infantaria;
Um esquadrão de cavalaria;
Um regimento de artilharia;
Uma companhia de engenharia;
Uma ambulância;
Uma formação administrativa;
Uma secção de munições.

Com a cavalaria independente organizava oito divisões constituídas por um estado maior e três brigadas.

O seu exército territorial tinha as seguintes unidades:

145 regimentos de infantaria;
7 batalhões de caçadores a pé;
12 batalhões de zuavos;

Um número de esquadrões variável com os recursos, em cavalos, do território;

Um número variável de batarias de artilharia;
21 batalhões de sapadores mineiros;
25 secções de tropas de administração.

Os oficiais de infantaria e cavalaria eram recrutados na Escola Especial Militar de S. Cyr e nas escolas para sargentos candidatos a oficiais, Escola militar de infantaria de S. Maixeut e Escola de aplicação de cavalaria em Saumur.

Os oficiais de artilharia e engenharia eram recrutados na Escola Politécnica de París e na Escola militar de artilharia e engenharia de Versailles, frequentada por sargentos candidatos a ofiiciais.

Os oficiais de administração na Escola de administração em Vincennes.

Destinava-se um quinto das vacaturas no pôsto de alferes para ser preenchido pelos sargentos ajudantes.

Uma proveniência tão heterogénea foi por vezes largamente discutida na imprensa militar, pois lançava-se nos corpos das diferentes armas oficiais com grandes diferenças de cultura, mas todos sujeitos aos mesmos direitos e deveres.

Os oficiais do estadò maior eram preparados na Escola Superior de Guerra em París, frequentada por oficiais de todas as armas que tivessem pelo menos sete anos de oficial.

Os sargentos das diferentes armas e serviços eram recrutados nos corpos e nas escolas destinadas aos filhos dos sargentos.

As tropas eram instruídas nos regimentos, nas escolas de aplicação e campos de instrução.

Na França o serviço militar era pessoal e obrigatório, sendo de dois anos no exército activo, onze anos na reserva do exército activo, seis anos no exército territorial e igual período na reserva do exército territorial.

Era grande o número de sociedades de instrução militar que visavam especialmente a tornar os mancebos aptos a entrar no exército, pela educação física e cívica.

A infantaria estava armada da espingarda m/86, modificada em 1893, do calibre de 8^{mm}. As metralhadoras para as tropas de campanha eram de sistema Puteaux conduzidas em baste, e para as tropas de fortaleza do sistema Hotchkiss.

A cavalaria tinha carabinas m/900 do mesmo sistema da espingarda de infantaria, lança, nalguns regimentos de dragões, e metralhadoras em viaturas.

As tropas de artilharia de campanha guarneciam canhões de 75, e as de artilharia a pé morteiros de 220 e canhões de diversos calibres entre 120 e 220.

* * *

O exército Belga mobilizado era constituído por quatro divisões, uma companhia de caminhos de ferro, um destacamento de telegrafistas de campanha, uma equipagem de pontes, uma ambulância e uma formação administrativa.

Os elementos de cada divisão eram os seguintes:

Um quartel general;

Duas brigadas de infantaria a dois regimentos de quatro batalhões;
Um batalhão de carabineiros;
Um esquadrão de gendarmes;
Uma brigada de artilharia de dois regimentos a seis baterias;
Uma companhia de engenharia;
Um destacamento de telegrafistas;
Formações administrativas;
Duas colunas de munições de infantaria;
Quatro colunas de munições de artilharia;
Um parque de engenharia;
Uma ambulância;
Uma coluna de viveres;
Dois hospitais de campanha e um depósito de remonta.

O exército belga dispunha ainda de duas divisões de cavalaria independente a duas brigadas, de dois regimentos a cinco esquadrões, de um grupo de artilharia de duas baterias, de uma coluna ligeira de munições e uma coluna de ambulância.

As fortificações de Antuérpia, Liège e Namur eram guarnecidas por cincoenta e uma baterias activas e vinte e sete de reserva.

O recrutamento fazia-se com voluntários e mancebos tirados à sorte nas chamadas anuais, não sendo chamado para serviço militar mais que um filho por família.

A duração do tempo de serviço era de quinze meses na infantaria, artilharia a pé e engenharia. Vinte e quatro meses na cavalaria e artilharia a cavalo; vinte e um meses no trem e artilharia de campanha e doze meses e meio na administração.

Dois terços dos oficiais eram recrutados na Escola Militar de Bruxelas e um terço nos sargentos submetidos a um exame de instrução geral e militar.

Os oficiais para o estado maior eram preparados na Escola de Guerra de Bruxelas.

Os quadros de sargentos eram preenchidos pela Escola de Pupilos do exército e por praças preparadas nas escolas regimentais.

A infantaria estava armada da espingarda Mauser m/1889 calibre $7^{m},65$ e de metralhadoras do mesmo calibre, m/1911. sistema Maxim.

A cavalaria tinha carabina Mauser m/1889, e alguns regimentos estavam também armados de lanças.

A artilharia de campanha guarnecia canhões Krupp de 75.

*
* *

Eis uma ideia muito sucinta da composição dos exércitos que receberam os primeiros embates do invasor na frente ocidental.

Não era grande o desequilíbrio de fôrças numéricas. A principal vantagem do exército alemão estava na rapidez da sua mobilização.

Se o exército francês tivesse mobilizado a tempo de executar um plano defensivo que detivesse os primeiros embates a guerra teria tomado uma feição bem diferente e os alemães não seriam hoje senhores de tão importante zona do território da França.

Por outro lado, se os belgas se não tem opôsto, com o seu exército de campanha e as suas fortificações, à sua passagem, pretendendo a todo o transe salvar a honra da nação, París estaria na posse dos alemães. O exército belga foi um benemérito na causa dos aliados e o seu heroismo é sem dúvida o acto contemporânio mais digno de exaltar-se.

Bem sabiam os alemães que quanto mais rápidos fôssem os seus movimentos menor resistência encontrariam por isso entravam no território da Bélgica ao mesmo tempo que lhe imploravam um caminho livre.

No dia 4 de agosto de 1914, eram as próprias fôrças alemãs, que tinham violado a neutralidade da Bélgica, que espalhavam profusamente a proclamação do general comandante em chefe Von Emmich em que se recordavam os gloriosos dias de Waterloo, as amizades dos dois povos e alianças de outrora. Que um caminho livre para atacarem era sómente o que desejavam. Que nada sofreriam dos horrores da guerra e que pagariam em bom ouro tudo quanto requisitassem, mostrando-se sempre os melhores amigos de um povo pelo qual tinham a mais alta estima e simpatia.

Terminava por implorar o patriotismo belga afim de evitar os horrores da guerra, mas na tarde dêsse mesmo dia a heróica nação respondia sustando-lhe o avanço na passagem do Meuse, o que levou a população belga a ser vítima do desespêro alemão. Em Warsage, onde os alemães tinham feito larga distribuìção da proclamação, foram logo queimadas e arrazadas vinte e cinco casas e mortos dezoito civis.

*
* *

A Inglaterra, país da Entente, vendo na violação da Bélgica um perigo iminente para a sua causa, enviou as primeiras fôrças do seu exército em auxílio da França.

A organização das tropas inglesas não comportava a constituìção de corpos de exército. Podia no entanto reùnir, sob as ordens de um comandante em chefe, um corpo expedicionário constituído pelos elementos seguintes:

Seis divisões;
Uma divisão de cavalaria;
Duas brigadas de infantaria montada;
Dois esquadrões de polícia;
Um batalhão de infantaria;
Duas companhias de telegrafia sem fios;
Duas companhias de telegrafia com fios;
Duas companhias de telegrafia aéria;
Três companhias de aèrosteiros;
Duas equipagens de pontes e tropas de comunicações.
Tudo isto num efectivo aproximado de 150:000 homens.
Cada uma das seis divisões tinha a constituìção seguinte:
Três brigadas de infantaria;
Duas companhias de infantaria montada;
Três grupos de artilharia montada.
Um grupo de obuses a duas baterias;
Uma bateria pesada;
Uma coluna de munições;
Duas companhias de sapadores;
Uma companhia de telegrafistas;
Uma coluna de víveres e três ambulâncias de campanha.

As brigadas de infantaria montada eram constituídas por um ou dois batalhões de infantaria montada, um ou dois regimentos de cavalaria, uma bateria a cavalo com coluna de munições, um trem de víveres e bagagens e uma ambulância de campanha de cavalaria.

O recrutamento era feito exclusivamente por voluntários contratados, para o que existiam nas principais cidades póstos de recrutamento, sendo afixadas nos lugares públicos as condições de alistamento.

Dois terços dos seus oficiais provinham do Real Colégio Militar e da Real Academia Militar e o terço restante dos alunos das universidades que se preparavam para um exame especial.

*

Os sargentos eram exclusivamente recrutados nas fileiras.

A infantaria estava armada da espingarda Lee Enfeeld, calibre 7,7, com uma velocidade inicial de 725 metros que dava uma flecha de 2 a 800 metros.

A çavalaria estava armada de carabina do mesmo modêlo da espingarda de infantaria.

O material de artilharia de campanha era de tiro rápido, atirando projecteis de nove quilos, sendo de seis quilos e meio o pêso dos projecteis atirados pela artilharia a cavalo.

A Inglaterra dispunha ainda de uma reserva de 136:000 homens e de um exército territorial que orçava por 250:000 homens.

Foram as tropas do 1.º escalão, constituindo um corpo expedicionário, que correram em auxílio da França.

*
* *

Vencida a resistência da Bélgica, acentuavam-se dia a dia os progressos do invasor, chegando a considerar-se eminente a tomada de París, pelo que se organizou a sua defesa confiada ao general Gallieni.

Estavão os alemães a três dias de marcha da linha avançada das fortificações de París e calcula-se que a sua marcha ofensiva seria dirigida para êsse objectivo. Porêm o serviço de informações, funcionando sob a direcção do general Bourdeaux, assinalou, ao meio dia de 1 de setembro de 1914, que as colunas alemãs desviavam a direcção para sudoeste parecendo evitar as fortificações da defesa, e observou-se, no dia 3, que se desviavam do campo entrincheirado para tomar por objectivo o flanco esquerdo do 5.º exército francês. Gallieni, obtida a autorização para os atacar, dirigiu o seu ataque sôbre as guardas de flanco do 1.º exército alemão afim de se poder lançar sôbre a retaguarda das suas colunas.

A cavalaria do 1.º exército alemão era comandada pelo general Von der Marwitz, que estava fazendo as suas comunicações por radiogramas não cifrados, que por isso eram recebidos na Torre Eiffel.

Soube-se assim que a cavalaria estava estropiada, que os cavalos precisavam de ser ferrados, e que por isso se não mecheria durante dois dias.

No dia 7 o exército de París disparava o primeiro tiro de canhão: estava travada a batalha do Marne. Em 9 retirava precipitadamente o exército de Von Klück. Gallieni tinha

salvo París e ilustrava-se com o mais brilhante feito de armas a registar na história militar do seu país.

O facto do governador de uma praça abandonar as fortificações que defendia para ir de encontro ao inimigo era de tal originalidade perante o critério alemão, que o general inimigo confessava que em cem governadores não esperava encontrar um que o fizesse.

Aproximava-se o inverno, quadra pouco propícia a operações militares naquela região, e o exército francês não podia naquele momento empreender operações de maior vulto, pelo que se pôs a coberto de qualquer retorno ofensivo recorrendo largamente a fortificação do campo de batalha.

O exército alemão, por seu lado, organizou defensivamente o terreno ocupado, pondo-se a coberto de novas surpresas. Nunca a fortificação teve tão largo emprêgo nos campos de batalha. O terreno passa a disputar-se palmo a palmo.

*
* *

A batalha do Marne marca uma nova era militar: os diferentes órgãos do exército sofrem consideravelmente na sua organização e nos seus meios de acção, e a guerra entra numa fase não prevista.

A cavalaria, considerada como os olhos e os ouvidos do exército, cede o seu lugar à aviação, que, dado o grande desenvolvimento das indústrias dos beligerantes, podendo-se considerar ainda embrionária no início da guerra, toma um rápido e extraordinário desenvolvimento.

A artilharia e a infantaria, as duas irmãs na luta, surpreendem-nos com os seus novos meios de acção.

São as facas para limpar as trincheiras, as mocas de prégos, as granadas de mão, os morteiros de trincheira, as granadas de fumo para proteger qualquer movimento das vistas do inimigo, os gazes lacrimogénios, asfixiantes e intoxicantes, não me referindo à série de ardis variável com a imaginação dos combatentes.

Os beligerantes tornam-se dois colossos cheios de ferocidade e os neutros são impotentes para lhes fazer observar os princípios do direito internacional mais conhecidos pelas leis da guerra.

Essa luta, que há muito se anunciava como rápida e sangrenta devido aos grandes aperfeiçoamentos introduzidos no

armamento, torna-se longa e cruel, em oposição ao gráu de perfeição moral que a humanidade julgava ter atingido.

* * *

Não é fácil improvisar um exército, nem todos os países se encontram em condições de fazer surgir uma organização militar, o que depende do desenvolvimento das suas sciências, das suas indústrias e da cultura física e cívica. Por isso talvez não erre quem afirmar que os exércitos serão sempre a melhor pedra de toque para aferir o moral e material de um povo.

Encontrava-se a Inglaterra para êsse fim em condições excepcionais. Com a sua riqueza, com o seu largo desenvolvimento scientífico e industrial e o seu conjunto de faculdades organizadoras, conseguiu lançar sôbre os campos de batalha um exército de milhões de homens. A divisão do trabalho e a rápida organização de escolas para todas as especialidades puseram-no à altura das exigências de momento.

* * *

O esfôrço dos beligerantes em aumentar o seu poder militar intensificou-se de tal forma que presentemente a Inglaterra e a França opõem-se a 123 divisões alemãs numa frente de 739 quilómetros que tem sido o objectivo do principal esfôrço inimigo.

A Alemanha mobilizou rápidamente todos os seus recursos afim de conseguir uma pronta decisão na luta, tendo porêm falhado o seu plano, com um relativamente rápido equilíbrio de fôrças, só pode ter um objectivo ou seja manter-se no território alcançado aos aliados. A batalha de Verdun mostrou-lhe a impossibilidade de maior aspiração.

Outros exércitos terão que surgir dos recursos dos aliados para se romper o equilíbrio em seu favor, o que lhes permitirá ditar uma paz bem diferente da que os alemães pretendem neste momento.

Contribuirão para isso os recursos dos países ultimamente lançados na luta ao lado dos aliados, quer pelos agravos e provocações alemãs, quer por comunidade de interêsses e afinidades de natureza diversa.

*
* *

Estávamos ligados à Inglaterra por uma secular aliança. Dela tinhamos recebido dinheiro, cavalos, material e oficiais para organizar um exército que pudesse assegurar a independência da nação, quando o sólo pátrio fôra vítima das aventuras de Napoleão.

Ingleses tinham combatido ao nosso lado auxiliando-nos a libertar a pátria do jugo extrangeiro. E quando massas exaltadas, que não tinham tido a coragem de passar pelos perigos da resistência ao invasor, desencadeavam ódios e paixões em nome de um desorientado patriotismo, fomentando a guerra civil, foram ainda ingleses que restabeleceram a ordem, evitando lamentáveis excessos.

Se portanto tratados nos não ligassem, ligava-nos a história por laços insolúveis.

Os países de existência definida e sem ambições de conquista teriam todo o interêsse em manter a sua neutralidade, mas nem todos se encontravam em condições de a poder efectivar, sendo assim compelidos a definir a sua situação perante o conflito mundial. Era-nos forçado o caminho: seguir a política da nossa aliada, sem impertinências, mas honrando tratados e tradições.

Tínhamos uma organização miliciana para todos os escalões do exército, pela qual o serviço militar efectivo se reduzia a algumas semanas, o que não deixava de seduzir aqueles que devido a uma fraca cultura cívica recorriam a todos os processos de se eximirem ao serviço militar. Discutível porêm se seria a mais conveniente perante as exigências militares que se nos impunham, tanto mais que, se atendermos um pouco à orgânica militar e compulsarmos a história, não concluiremos que as organizações milicianas possam ser exemplos de instrução e disciplina.

As dificuldades na organização do corpo expedicionário à França e os insucessos na África devem ter mostrado que os exércitos permanentes não eram instituições liquidadas, como afirma o relatório que precedeu a organização do nosso exército.

*
* *

Com os elementos das oito divisões nominais que pos-

suíamos conseguiu-se organizar um corpo expedicionário de duas divisões, que se encontra combatendo em França há quási um ano.

É para nós um sacrifício não inferior ao dos países aliados, dado o nosso estado financeiro, o atraso das nossas indústrias e a desorganização em que a guerra nos veiu surpreender.

Já muitos baquearam estoicamente num ideal que lhes entulhava a alma: afirmar o valor da raça portuguesa. Que os restantes possam rápidamente regressar, com a vitória dos aliados, são os nossos votos! E que a missão que no sólo pátrio os espera seja do mais feliz êxito: Espalhar a civilização pelas aldeias, estabelecer um núcleo donde possa irradiar uma sólida organização militar e, com o seu prestígio e autoridade moral, levar os seus compatriotas à paz e concórdia indispensável para que um trabalho fecundo nos impulsione para uma era digna do nosso passado.

Coimbra, 30 de janeiro de 1918.

A. Gomes de Sousa.
Tenente Coronel.

CORRESPONDENCIA DO CONDE DE CASTELMELHOR COM O P.E MANOEL FERNANDES E OUTROS (1668 A 1678)

(Cont. do vol. 64.º, pag. 653)

Antes de deixar Paris, o Conde se tinha dirigido a Carlos II e á Rainha Catharina, pedindo a sua protecção. Parece que ao princípio o Rei de Inglaterra não quiz intrometter-se no caso, mas que depois mandou dizer a Castelmelhor que se no fim de algum tempo o animo de D. Pedro não abrandasse, escreveria a seu favor. É natural que D. Pedro fosse prevenido por sua irmã da deliberação de Carlos II, e não podendo allegar motivo que tornasse razoavel a prohibição ao Conde de residir em Inglaterra, lembrou-se do seguinte alvitre para sahir do embaraço. O Conde pedia que o deixassem viver num canto de Portugal para ver a sua familia e tratar dos seus negócios, e agora D. Pedro mandou-lhe liçença para poder viver na Madeira, onde tinha grandes propriedades, e participou-lhe que se viesse até Lagos, ali acharia uma fragata de guerra para o transportar, sem despeza da sua fazenda (1). O Conde viu-se num dilema. Não poude recusar e dar a entender que percebia a cilada que lhe armavam; ao mesmo tempo ir habitar uma ilha longinqua, seria expôr-se ás perseguições e humilhações com que os tiranetes locaes, para agradar a côrte, certamente o mimosearíam: portanto escolheu o unico caminho viavel, fingindo acceitar, e ao mesmo tempo renovava as diligencias junto a Carlos II, a fim de conseguir licença para ir a Londres.

Em 17 de maio, informado do novo desterro com que o governo portuguez quiz brindar o Conde, Carlos II escre-

---

(1) F. Palha, *op. cit.*, pag. 40; Ericeira, *Portugal Restaurado*, tom. II, pag. 876.

veu ao Principe, estranhando a ideia, e disse (inter alia): «Nous nous trouvons obligés d'avouer que les nouvelles en sont bien surprenantes, et font naitre en nous une si grande compassion envers cette personne infortunée, que nous prions bien instamment Votre Altesse de le permettre de venir demeurer ici en Notre Royaume. Et, afin d'oster toutes les difficultés qu'on pourra objecter a cela, nous voulons bien engager Notre Parole Royale à Votre Altesse que le dit Comte ne jouira Notre Protection que devant les tesmoinages qu'il rendra de sa fidelité à Votre Altesse et à sa Patrie» (1).

O Conde teve noticia desta carta e em 31 de julho escreveu a que se segue ao Padre Fernandes. É forçoso confessar que não disse toda a verdade, quando negava ter solicitado a intercessão do Rei de Inglaterra.

R.^{mo} P.^{e} Confessor (2). — Meu irmão dará conta a V. R.^{ma} da noticia que aqui me chegou sobre as cartas que El Rey e a Rainha da Gram Bretanha tinhão escrito ao Principe nosso Sn.^{r} em ordem a my: como isto seja assi, escuso de o repetir a V. R.^{ma}; só lhe pesso que queira com o seu juiso faser hum pouco de reflecção sobre a maneira com que de novo se trata de molestar me. Eu, P.^{e} R.^{mo}, não busquei esta carta del Rey; afirmo-lhe a V. R.^{ma} que dera muito do meu sangue pela ter alcançado, pois que della consta a honra que todos recebemos de hum tamanho Rey. Não houve ninguem que se achasse no meu estado nos tempos antigos e presentes que não procurasse que algum Principe lhe desse a sua protecção; el Rey de Inglaterra ma deu, sem eu faser por isso diligencia; boa figura sou eu para a refusar; o meu juizo não me aconselhára ainda a fazelo. Por amor de Deos que queira V. R.^{ma} informar o Principe nosso Sn.^{r} e tomar por sua conta a defeza da verdade, como tem feito athé agora, e segure-se que lhe não faltarei em nada: dê-me V. R.^{ma} em que o sirva, que o farei como devo.

Deos guarde a V. R.^{ma} muitos annos. —Turim, 31 de julho 1676.—Maior servidor de V. R.^{ma}—*Conde de Castelmelhor* (3).

Em setembro D. Pedro respondeu a Carlos II, recusando

---

(1) F. Palha, *op. cit.*, pag. 44.
(2) Nota á margem: *Sobre a carta que por elle escreveo El Rey de Inglaterra.*
(3) Codice 4174, fl. 265.

a licença pedida e allegando que da residencia do Conde em Inglaterra «resultaria escandalo para todos os nossos subditos, que ainda conservam horror ao que a damnosa immoderação do Conde praticou» (1).

Em vista disto, era evidentemente inutil esperar mais do governo portuges. Restava ao Conde a esperança de que os Reis de Inglaterra lhe permittissem a transferencia á sua Côrte sem o consentimento do Principe, e para este effeito dirigia então todos os seus esforços, e já o tinha conseguido pelo fim de 1676 (2).

Por carta de 4 de janeiro de 1677, Carlos II participou a D. Pedro a deliberação que tomára e rebateu as insinuações contra Castelmelhor com a maior franqueza: «Não sabemos na verdade em que elle se portasse tão immoderado e inconvenientemente que os portuguezes possam ter horror á sua presença, e muito menos que lhes sirva de tão grande escandalo o ser concedido ao misero e desterrado um lugar nos nossos dominios em que possa respirar. Na verdade quando nos recordamos da lealdade e talento com que o Conde se empenhou sempre em unir as Corôas Britannica e Portugueza, dos favores que dispensou aos nossos Ministros que residiram em Lisboa, emquanto administrou os negocios do Estado, e, finalmente, do conceito qne a sua fidelidade e inteireza tem merecido aos justos avaliadores, não podemos deixar de pensar que a sua vinda e convivencia hão de ser por tantos titulos muito agradaveis a nós e ao nosso povo. Além de que, depois de termos indagado e conhecido qual tem sido a sua submissão e modestia na Côrte de Turim, (onde com permissão de Vossa Alteza tem vivido tanto tempo), facilmente acreditamos quo nada fariamos de excessivo, ou de iniquo, pedindo que lhe fosse permittido viver no mesmo modo nos nossas dominios».

Não podia haver testemunho mais honroso para o Conde. Acrescentou Carlos II, que esperava que D. Pedro não houvesse de levar a mal que exercesse a sua clemencia a favor do Conde, que tão bem o soubera merecer, «principalmente tendo a nossa mediação sido tão infeliz, que nenhum outro resultado tivesse produzido nesta occasião, além de induzir

---

(1) Citada por F. Palha, pag. 49. O original é em latim e diz textualmente: «quae damnosa Comitis immoderatio commisit».

(2) F. Palha, *op. cit.*, pag. 50.

o animo de Vossa Alteza a ordenar a deportação do Conde para uma ilha remota» (1).

Em face desta intimação D. Pedro curvou-se, e por carta de 12 de abril concedeu a licença que o soberano ingles não se dignára pedir.

Agora é preciso voltar atraz. Logo que soube da annuencia de Carlos II, Castelmelhor se preparava para a partida. Tencionava começar a viagem em janeiro de 1677, mas adiava-a a pedido da Rainha D. Catharina, que desejava tentar mais um esforço junto ao irmão, talvez para lhe poupar o desgosto duma imposição da parte do marido.

Isto vem explicado nas cartas do Conde ao Confessor, de 13 de fevereiro e 24 de abril. Nesta ultima o exilado torna a declarar que a intercessão dos Reis de Inglaterra fôra espontanea (2): é a maior culpa em que o vejo incorrer por este tempo e creio que o peccado não foi mortal. Nesta carta o Conde parece ter readquirido a independencia e falla de homem para homem: daqui em diante não é mais o humilde pretendente. Embora continue com a pretenção de voltar a Portugal, a sua paciencia venceu metade da contenda em sahir de Turim: como bem disse Benjamin Disraeli, Conde de Beaconsfield: «Everything comes to him who knows how to wait» (3).

R.^{mo} P.^{e} Confessor (4). — De meu irmão saberá V. R.^{ma} a alteração que tem a viagem que se encaminhava a Inglaterra, com que escuso de cançar a V. R.^{ma} com a repetição; direi somente que de todo este procedimento, e do que tenho tido em tantos annos, se pode tirar huma consequencia maes que provavelmente certa, que não busco maes que descanço, nem buscarei. Por amor de Deus que queira V. R.^{ma} representalo a S. A. e pedir lhe que queira por sua clemencia pôr fim a meus trabalhos, dando-me licença para me retirar a minha casa em hum lugar desse Reyno qual quiser. Como as minhas cousas tomarem forma, eu lhe seguro a V. R.^{ma}

---

(1) F. Palha, *op. cit.*, pag. 52. O original é em latim.
(2) Cf. F. Palha, *op, cit.*, pag. 47.
(3) Póde-se traduzir assim: «tudo consegue quem sabe esperar». Meu tio, Sir Philip Rose, que referia o ditado, foi amigo intimo e um dos testamenteiros de Disraeli e era tão sabida a amizade que unia os dois, que certa revista ingleza publicou o retrato daquelle com o seguinte dizer em baixo: *Lord Beaconsfield's friend.*
(4) Nota á margem: *Particullar.*

que seja aquelle que pessa licença para passar á Ilha (1): em toda a parte donde me seja permittido ler hum livro, e viver longe de toda a aparencia e realidade de desejar mais que isso, estarei bem, porem he necessario primeiro dar ordem ás minhas cousas, e ver o encaminhamento de meus filhos, e tambem não são necessarios seculos para isto se conseguir. Não tenho procurado em toda a minha vida maes que servir e obedecer a S. A., e despois de quasi dez annos não tenho procurado maes que levar toda a sospeita que de my se pudesse ter em ordem ao serviço de S. A.; e hum habito de dez annos, com experiencia do que se ganhou nos passados, he forte cadea para ligar os venturos. Espero que V. R.ma me fassa esta mercê e que me dê em que o sirva, que o farei como devo.

Deos guarde a V. R.ma como dezejo.—Turim, 13 de fevereiro de 677.—Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (2).

R.mo P.e Confessor (3). — Confesso ingenuamente a V. R.ma que me não causou pequeno espanto a nova que meu irmão me deu neste correo de como fora recebida em algumas pessoas dessa corte a que tinha chegado de eu me dispor para ir á de Inglaterra. Não bastava o saber-se que todo este favor que me vem daquella parte, tem a origem na bondade daquelles Principes, e que para o alcançar não tinha eu feito a menor diligencia. A data da carta do secretario de estado para meu irmão em que se lhe disia que S. A. me permittia de poder ir á Ilha da Madeira, a data da que El Rey de Inglaterra escreveo sobre este aviso, mostrão bem, ainda aos que não são grandes geometricos, que de lugares tam distantes como he Londres de Turim não podia haver anticipada noticia do que se faria em Londres, e isto parece que me justificava. Foi S. A. servido responder a esta carta o como V. R.ma o sabe, eu o não devo saber. A esta responde S. Md.e Britanica; manda me escrever que vá á sua corte esperar a resposta desta replica. He corte de hum cunhado de S. A. adonde S. A. me não prohibio que fosse. Que mal tinha feito em executar esta ordem? Porem suponhamos que fizesse mal, hum aceno que a Rainha me fez, deixando na

---

(1) Aqui não foi sincero. Queria ganhar tempo.
(2) Codice 4174, fl. 232.
(3) Nota á margem: *Particullar, sobre varias matherias.*

minha eleição de ir, ou não, e somente declarando-me que lhe parecia melhor que não fosse, athé que S. Md.ª tivesse reposta do Principe nosso Sn.r não me fez ficar aqui? Quem me impedia de esconder esta ordem e ir-me a Inglaterra, e procurar que a Rainha me favorecesse? Quem me impedia de replicar-lhe e ir, se eu tivera negocios daquella parte e buscára no mundo outra cousa maes que socego em hum lugar desse Reino, com minha familia, adonde ha Deos de permittir que S. A. mo conceda, para que se veja a minha moderação? Dê-me V. R.ma licença que lhe diga isto, pois que dez annos de paciencia o podem permittir, e a miseria em que me vejo: *dant enim animum ultimæ miseriæ ad libere loquendum*, já o disia alguem nessa antiguidade, que pode ser não se visse nos trabalhos em que eu me vejo. Digo pois, se eu tinha negocios, quem me impedia ir, se eu os tivera, quem me prohibio não ir á corte de Castella, adonde pode ser que me ouvissem, quem me defendeo falar a Antonio Vaz? Isto tudo com dez annos de desterro não basta a justificar-me, e começamos como de novo! Que animo me pode ficar para procurar outra cousa senão meter-me em hum canto neste ou naquelle lugar que seja de minha comodidade, porque assi he necessario que eu o escolha, e dar tempo ao tempo, e deixar que quem tem a fortuna de ser ouvido de S. A. em tudo que o quer inventar contra my, desafogue a sua paixão e eu passar a minha vida debaixo da violencia que se me faz, pedindo a Deos que me perdoe meus pecados. Eu vejo que tudo me faz mal, e que nada do que faço me faz bem; estou esperando saber o que S. A. foi servido responder á Rainha de Inglaterra e o que S. Md.º me manda avisar, para ver o que devo fazer. Pesso a V. R.ma que queira informar a S. A. do que aqui refiro, assegurando-lhe que se eu fôr a Inglaterra, irei e estarei daquella mesma maneira que deve ir e estar hum fiel vassalo de S. A., que a qualquer outra parte donde fôr ou estiver, farei o mesmo, e que nisto satisfaço á obrigação com que nasci, que he tudo quanto posso fazer. Eu espero que S. A. seja servido de crer que obro como devo e dever a V. R.ma hum tamanho bem como será este para my; ao serviço de V. R.ma não faltarei.

Deos guarde a V. R.ma muitos annos. —Turim, 24 de abril 677.—Maior servidor de V. R.ma—*Conde de Castelmelhor* (1).

---

(1) Bibliotheca Nacional, Codice 4174, fl. 266.

Como já disse, a carta de D. Pedro a Carlos II foi datada em 12 de abril, e em 20 de maio o Rei de Inglaterra escreveo ao Conde, dando-lhe a noticia que este tanto desejava ter. A carta reza assim:

«A Londres ce 20 May 1667. — Mon Cousin — J'ay tardé quelque temps a faire response a vos lettres dans l'esperance de vous pouvoir mander quelque chose qui vous fust agreable, ce que je me vois en possession de vous pouvoir faire a cette heure, le Prince de Portugal mon frere vous ayant accordé a ma prière la liberté de venir dans mes estats, et je fais la presente pour asseurer que vous y seres le bien venu, et que je seray ravi que cela me puisse fournir plusieurs occasions de vous tesmoigner l'estime que j'ay tousjours fait de votre persône et la verité avec laquelle je suis, Mon Cousin, votre bon Cousin = Charles R.» (1).

Não resisto a transcrever esta carta, que foi publicada pela primeira vez por Fernando Palha, porque os termos em que vem redigida demonstram os sentimentos de affecto e de estima que o Rei nutria pelo Conde. Estes sentimentos honravam a ambos, porque não entravam nelles o interesse; pelo menos o Conde já não tinha influencia em Portugal que podia aproveitar o Rei, mas inesperadamente vinha fazer-lhe serviços importantes na propria Inglaterra, em troco da hospitalidade, para não fallar da pensão, que recebia de Carlos II. Refiro-me á intervenção de Castelmelhor em dois successos, um publico, outro particular, sendo o primeiro o Popish Plot, e o segundo a conversão do monarca á fé catholica no leito da morte. Pelos trabalhos já citados de Fernando Palha e de D. Francisco de Sousa e Holstein, sabemos quanto trabalhava o Conde em favor da Rainha D Catharina, accusada pelo infame Titus Oates de ter attentado contra a vida do marido, e quanto era devido aos seus esforços sahir ella illesa da calumnia que os sectarios protestantes lhe armaram por odio ao Catolicismo: tambem sabemos que foi o Conde que, quando Carlos II agonizava, e queria reconciliar-se com a Igreja, lhe trouxe o padre Huddleston e lhe ensinou o que devia fazer nesta ocasião unica.

Mas vou-me antecipando. Ao receber a carta de Carlos II, o Conde mandou copia ao seu irmão para mostrar ao Confessor, e ao mesmo tempo escreveu a este, annunciando a

---

(1) F. Palha, *op. cit.*, pag. 55.

sua proxima partida para Londres (1); e em setembro, já chegado lá, contou na carta que se vae ler, a sua viagem, estada em Paris, e recepção em Inglaterra. A unica nota desagradavel foi dada por um compatriota e parente, D. Francisco de Mello (2), embaixador de Portugal, que mandou dizer ao Conde que tinha ordem para não tratar com elle. O governo portuguez ia seguir e mesma politica em Londres, como em Turim; e tanto mais agora, porque os triumphos do Conde só tiveram o effeito de irritar os seus inimigos da côrte de Lisboa.

R.^mo P.^e Confessor (3). — Aqui foi Deos servido permittir que chegasse, despois de ter padecido huma doença em Paris, a qual, ainda que não mostrasse perigo, foi harto importuna. Achei a Rainha com melhor saude do que cuidava, e não ha duvida que os banhos que tomou este anno lhe aproveitarão muito. Queira Deos conservar lha para bem geral da christandade e para honra mui particular da nossa nação. No meyo de muita gente disse a Rainha de França, quando lhe signefiquei que vinha á esta terra, que a recomendasse á Rainha, e esteve hum quarto de hora a publicar que era huma Santa, e todas as maes virtudes que resplandecem em S. Md.^e disse e quis dizer. S. Mag.^de foi servida dar-me a mão a beijar e assegurarme da sua real protecção, mediante o meu procedimento justo em ordem ao serviço do Principe nosso Sn.^r. De ElRey recebi o mesmo acolhimento e de toda a corte. Só de Dom Francisco de Mello não posso dizer maes, senão de o haver visto e escrever-lhe que estava prompto para o buscar em sua casa, como a ministro do Principe nosso Sn.^r, logo que elle me dissese que o podia fazer; respondeu que tinha ordem para não tratar comigo, e não posso deixar de diser a V. R.^ma que me custa muito ver como pre-

---

(1) Codice 4174, fl. 272.

(2) Este primo de D. Francisco Manuel de Mello não era pessoalmente desaffecto ao Conde, antes o contrario, tanto que a Rainha D. Maria Francisca estava persuadida de que elle fosse a causa do Rei de Inglaterra se interessar a favor de Castelmelhor. Vide os documentos citados no *Quadro Elementar,* IV, parte 2, pag. CCLXXXI.

Pouco depois da chegada do Conde, D. Francisco, deprezando as ordens do seu governo, começou a conviver com elle, e antes de morrer, encarregou-o de ver os seus papeis e de entregar á Rainha D. Catharina os de interesse publico, para que fossem remettidos a Lisboa. F. Palha, *op. cit*, pag. 127, nota.

(3) Nota á margem: *De Inglaterra, com novas da nossa Rainha.*

valecem as más informações no que me toca, e se bem esta corte me quer consolar com atribuir isto maes á desgraça que á culpa minha, com tudo a pena de me ver tratado desta maneira não tem diminuição. Não quiz pedir a Suas Magestades que escrevessem sobre isto huma palavra ao Principe nosso Sn.r, porque quero que Suas Magestades vejão primeiro o meu procedimento do que falem em mym em nada. Fassa me V. R.ma mercê de assegurar S. A. que o animo de seu vassallo he em my como foi sempre e será; as novas que eu espero irão daqui do meu procedimento farão dar credito a estas palavras e darão occasião a V. R.ma de lembrar a S. A. o meu negocio, e o mottivo á clemencia do Principe nosso Sn.r para me difirir. Dê-me V. R.ma em que o sirva, que o farei como devo. Deus guarde a V. R.ma muitos annos.

Londres, 29 de setembro 677. — Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

Estranho que o Conde continuasse com os pedidos e que quizesse voltar ao seio duma sociedade hostil, e ao paiz onde os seus inimigos occupavam todos os cargos, mas nelle o amor da patria era fortissimo. Se Portugal tinha sido para elle madrasta, não cessava de ter saudades delle, apesar de viver agora no paço real de Somerset House, rodeado de todas as considerações, e no convivio e amizade da flor da aristocracia inglesa, e dos homens illustres que o sabiam estimar (2). Na correspondencia do tempo encontram-se referencias a elle, sempre elogiosas.

Em carta ao Duque de Ormonde de 18 de setembro de 1677 diz Sir Robert Southwell: «I am so taken up in conducting about my old friend the Conde de Castel Melhor, who finds a most kind reception from the King, Queen and all at court, that I have little time to acknowledge your grace's of the 8.th»; e em carta de 22 do mez: «The Conde de Castel Melhor is here at last arrived, extremely caressed by all» (3). John Evelyn chama-lhe «a very intelligent and worthy gentleman» e no seu *Diario* sob data de 16 de abril de 1678, re-

(1) Bibliotheca Nacional, Codice 4174, fl. 273.

(2) Entre elles Lord Arlington, ministro que tinha a seu cargo os negocios estrangeiros.

(3) Historical Manuscripts Commission, *Mss. of the Marquis of Ormonde*, new séries, IV, 376.

gista ter levado o Conde á Real Sociedade de Londres e ao Collegio dos Physicos; e que a amizade entre os dois perdurou, vê-se de outra nota no mesmo *Diario* sob data de 10 de julho de 1685 que diz: «The Count of Castel Mellor *(sic)* that great favourite and prime minister of Alphonsus, late king of Portugal, after several years banishment, being now received to grace and called home by Don Pedro, the present king, as having been found a person of the greatest integrity, after all his sufferings, desired me to spend part of this day with him and assist him in a collection of books and other curiosities which he would carry with him into Portugal».

A correspondencia do Conde com o Confessor, que se conserva no codice 4174 da Bibliotheca Nacional, acaba no anno de 1678 com tres cartas dirigidas do paço real de Windsor e de Londres. Numa dellas ha referencia ao desejo do Conde de voltar á sua casa, mas o empenho não parece o mesmo. De resto o Conde dá noticias sobre a politica Europea, sobre a Rainha D. Catharina e sobre a questão magna da supposta conspiração catholica, que vem tratada desenvolvidamente nas suas cartas publicadas por D. Francisco de Sousa e Holstein e na obra de Fernando Palha. Para estas publicações remetto os leitores que queiram informar-se do papel honroso que o fidalgo portugues desempenhava numa crise gravissima, e num dos processos mais celebres, da historia inglesa.

Alem dos serviços assignalados por elle prestados á Rainha nesta occasião, Castelmelhor, que procurava sempre os aumentos da patria, fez os maiores esforços para obter a retrocessão de Tanger a Portugal, quando o governo inglês deliberou largar aquella praça em 1683 (1). Tambem não se mostrava ingrato pela hospitalidade que recebéra dos Duques de Saboia, e nos primeiros tempos de sua estada em Londres elle servia de agente diplomatico da côrte de Turim, tratando com desvelo e bom resultado os negocios que lhe foram confiados (2).

(Continúa). EDGAR PRESTAGE.

---

(1) Vide um artigo meu a este respeito no *Boletim da Academia das Sciencias de Lisboa,* vol. XI.

(2) Vide F. Palha, *op. cit*, pag. 80, 84, 85 e seg.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do vol. 64.º, pag. 633)

II

Classicismo e romantismo (1)

No decurso das minhas lições sôbre o drama de Goethe, especialmente a propósito da união de Fausto e de Helena,

---

(1) Não é possível dar uma definição de classicismo e romantismo que abrangendo feições tão complexas e mesmo contraditórias, seria *ipso facto* deficiente e até errónia. Com razão dizia o professor da Universidade de Manchester, C. Herford, no prefácio do seu manual *The Age of Wordsworth* que «nenhuma exposição do romantismo e de tudo o que êle envolve, pode de forma alguma ser elementar». E acrescenta o extinto Prof. Carlos de Mesquita, da Faculdade de Letras de Coimbra, a quem devo deixar consignada aqui a homenagem devida ao seu formoso talento e erudição, no seu excelente trabalho — *O Romantismo inglês*, pág. 8 e 9 —, que «*Romantismo*, como todas as expressões que designam épocas literárias, como *Renascença*, como *Classicismo*, é pouco mais do que uma alcunha no género dessas que em todos os países se dão aos partidos políticos e que decerto exprimiam pitorescamente a feição dêles que mais impressionava os contemporâneos. Mas decorrem anos, decorrem séculos e a alcunha pitoresca transforma-se aos olhos do historiador numa etiqueta convencional, aceita por comodidade, por transigência com a nomenclatura tradicional, mas cobrindo agora um conteúdo infinitamente mais rico do que aquele a que o inventor a destinava. O que para êste significava um ridículo, ou um estigma odioso dos seus adversários, significa para nós um complexo movimento social que é impossível deduzir da significação do apodo». Egual confusão se dá em história literária com os termos *idealista* e *realista* que nada significam, sem se lhes precisar o sentido. Os mesmos escritores que em um dado período foram chamados realistas, são considerados idealistas pelos do período seguinte, assim como êstes por seu turno voltarão a receber a designação de idealistas, de outros, cujo realismo é mais acentuado.

*

pareceu-me conveniente definir tanto mais que as ideias a tal respeito correntes são errónias, em que sentido se devem

---

Com profundo espírito crítico, versa Mielke esta questão na obra «Der deutsche Roman des 19 Jahrhunderts». Berlin, Schwetscke und Sohn, 1898, S.en 385–386: «In dieser Aufeinanderfolge sind die Alten immer die Idealisten, die Jungen die Realisten gewesen und da die Jungen jedesmal alt wurden, so erschienen sie ihren eignen Nachfolgern im Prinzip ihres Schaffens zuletzt immer wieder als Idealisten. Die Jungdeutschen waren gegenüber den weltflüchtigen Romantikern die Realisten, die Dorfgeschichtenschreiber waren es gegenüber den Jungdeutschen, Reuter und die Dichter unserer grossen Zeitromane gegenüber der Auerbachschen und Hackländerschen Schule. Unsere Gegenwart hat vergessen, dass Dichter wie Auerbach und Spielhagen einst von ihren Zeitgenossen als Realisten gefeiert wurden, dass die welche sie selbst als ästhetische Idealisten zu benennen liebt, ehemals sogar den Tadel der Kritik wegen «allzu realistischer Ausschreitungen» erregten. Ein feinsinniger Kopf wie Adolf Stahr, dessen Betrachtungen über den modernen Roman zu dem besten gehören was über unsere Dichtungsart geschrieben worden ist, kennzeichnete vor dreissig yahren das Plattdeutsch einiger Spiehhagenscher Figuren als naturalistisch und störend ja. Seit der Zeit hat der Dialekt immer grösseren Eingang in die moderne Poesie zu gewinnen gewusst in der er freilich nie herrschend werden kann. Aus dieser Tatsache geht jedoch hervor dass die Welt des 19 Jahrhunderts im Allgemeinen sich mehr und mehr daran gewöhnte die besonderen Erscheinungsformen des Lebens auch in der Kunst gelten zu lassen. Der Poesie ist es nicht anders ergangen als der Musik und der Malerei oder vielmehr unseren inneren Sinnen nicht anders als unserm Auge und unseren Ohren. Die goldenen Töne Mozarts wurden zuerst von den Zeitgenossen des grossen Meisters als zu lärmend und geräuschvoll empfunden, der Vorwurf wiederholte sich, als Wagner alle Effekte der Instrumentierung verstärkte, heutzutage sind seine Tonmassen von seinen Jüngern überboten worden. Sollen wir and der Malerei denselben Vorgang nachweisen, etwa ein *Cornelius* und ein *Böcklin* in Vergleich setzen? Alle unsere Sinne sind, so scheint es mälig für die äusseren Eindrücke gekräftigt und damit zu gleicher Zeit die Grenzen der Kunstwirkung erweitert worden. Unser Auge hat sich an die stärkeren Reize des Lichtes, unser Ohr an die Fülle des Tones gewöhnt, und so wie die Welle des Lichtes und des Tones von der Wirklichkeit ausströmt, treibt es die schöpferische Phantasie immer lebhafter, sie mit nicht minderer Kraft in dem Bild der Kunst zu gestalten».

Henrique Hart (1855–1906), um dos primeiros campeões, conjuntamente com seu irmão Júlio do *moderno naturalismo alemão*, ao apresentar o seu jornal, «Berliner Monatshefte für Literatur, Kritik und Theater» que apesar da sua curta duração foi com os «Kritische Waffengänge» (1882–1884) e «Kritisches Jahrbuch» (1889) um dos principais demolidores dos ídolos mediocres, escrevia: «Na escolha dos nossos colaboradores houve apenas um critério, o do talento contraposto à mediocridade. Não tivemos em vista criar uma escola; realismo, naturalismo, idealismo e todas as outras palavras em *ismo*, não teem como etiquetas outro valor senão o que lhes dá a personalidade. Pela nossa parte, só conhecemos uma poesia, a poesia do génio, do talento e um

tomar na história da literatura alemã os termos *clássico* e *romântico* não tão opostos, como geralmente se supõe. Vi-me por vezes forçado a grandes divagações, aliás vantajosas para os alunos que na sua maioria se apresentam nas Faculdades com uma ignorância quási completa dos rudimentos não só da literatura, mas da língua alemã. Eis o motivo por que foi aqui inserido êste apêndice.

*

Para os clássicos não há oposição irreconciliável entre natureza e liberdade, fenómeno e ideia, objecto e sujeito que estão intimamente ligados para a unidade e harmonia, na existência objectiva, enquanto, é claro, esta fôr bela. Não chegaram logo, porêm, a resultado tão optimista. Assim Schiller reconhecia a princípio na natureza um limite, um estôrvo às suas entusiásticas aspirações de liberdade, à realização dos seus ideais; sentia a fraqueza do espiritual perante o sensivel-corpório, perante a fôrça irresistível do material; consumia-o, por isso, a melancolia, o Weltschmerz da maior parte dos românticos. Êste pessimismo transparece em várias das suas poesias em que trata o mesmo assunto com pequenas variantes: o poder ilimitado da morte. Ocorre-me neste momento a sentida *Elegie auf dem Tode eines Jünglings,*

único inimigo, a mediocridade, o diletantismo. A poesia do génio foi em todos os tempos simultaneamente realista e idealista; respirou sempre verdade, frescura, natureza; voltou-se sempre para o homem completo, são e valoroso, para tudo o que em nós aspira à superioridade e à profundeza. Só há uma luta digna do nosso esfôrço: a luta pelo génio, pelo verdadeiro talento». A propósito veem aqui as justas palavras de Adolfo Bartel: os nomes em arte fraco significado teem — Titelfragen sind in der Kunst ziemlich gleichgültig (Gerhart Hauptmann. Berlin, 1906, pág. 117).

Lembremos também o seguinte passo do «Cours de Psycologie et de Morale», par Paul Janet et Raymond Thamin. (Paris, Librairie Delagrave, pág. 355): «En tout ordre, et toujours il y a des classiques et des romantiques qui pour leurs successeurs deviennent classiques à leur tour. Et cet esprit sans cesse renaissant de l'opposition est une des conditions de la vie du progrès. Oportet haereses esse».

Sôbre o sentido dos termos — *clássico* e *romântico* — aplicados à história da sciência, veja-se o trabalho de Ostwald — *Les Grands Hommes* — traduction du Dr. Marcel Dufor. Bibliothèque de Philosophie Scentifique, cap. X, Classiques et romantiques.

toda ela impregnada de profunda tristeza, de que dá bem ideia a bela estrofe seguinte:

Und die Welt war ihm so süss
Und so freundlich, so bezaubernd winkte
Ihm die Zukunft, und so golden blinkte
Ihm des Lebens Paradies;
Noch als schon das Mutterauge thränte,
Unter ihm das Todtenreich schon gähnte,
Ueber ihm der Parzen Gaden riss,
Erde und Himmel seinem Blick entsanken
Floh er angstlich vor dem Grabgedanken —
Ach, die Welt ist Sterbenden so süss!

O mundo despertava em Schiller, como nos românticos, sentimentos contradictórios: ora o encarava pelo lado favorável, como fonte perene de todas as alegrias, ora como causa de todas as dores. Chama-lhe na mesma elegia komisch-tragisches Gewühl, ungestüme Glückswelle, possenhafter Lottospiel, faul-fleissig Gewimmel, arbeitsvolle Ruhe, teufelvoller Himmel.

No diálogo em prosa — «Der Spaziergang unter den Linden» exprime Schiller pela bôca de Wollmar as suas ideias pessimistas. Êste e Edwin podem comparar-se ao Mefisto e ao Fausto da tragédia de Goethe. Com o mesmo cinismo revoltante, com a mesma ironia cáustica do companheiro sinistro do infeliz doutor, préga também Wollmar ao seu amigo a doutrina da inutilidade do esfôrço humano: «O destino da alma está circunscrito ao da matéria. Em todos os pontos do universo eterno a morte imprimiu o seu sêlo despótico. Em todos os atomos leio a desconsoladora inscrição —Vergangen». «A natureza, continúa êle para Edwin, que vós representais como uma donzela de faces rosadas, em dia de núpcias, parece-me uma matrona decrépita com arrebiques nas faces encovadas. Já há muitos séculos que vive dos restos da mesa da morte; pinta-se com os cadáveres dos próprios filhos e evita as maldições com o seu brilho enganador. É um monstro sujo, que se ceva com a própria imundicie acumulada durante muitos anos...» E quando Edwin recorda jubiloso que junto de uma tília beijara pela primeira vez a sua Julieta, responde Wollmar que se afasta com tristeza do lugar: «Unter dieser Linde habe ich meine Laura verloren».

O ideal da unidade humana e da harmonia encontravam-no os clássicos na antiguidade; para os Stürmer o antigo tem

ainda o carácter de esperança, aspiração indeterminada. E com o próprio Schiller a princípio dava-se o mesmo. O mais belo monumento literário dêste período de transição — «Os Deuses da Grécia» — está impregnado de tristeza:

> Schöne Welt, wo bist du? — Kehre wieder,
> Holdes Blütenalter der Natur!
> Ach, nur in dem Feenland der Lieder
> Lebt noch deine fabelhafte Spur.

Os seus estudos históricos e o conhecimento da filosofia kantiana tinham-no levado a esta conclusão: «a antiguidade é a época da bela unidade e harmonia da vida; com a época moderna, cristã acentua-se o dualismo da natureza e do espírito; o objectivo é esmagado pelo subjectivo. A princípio, o divino e humano não eram distintos; depois separaram-se. «A distancia infinita dos homens está entronizado um deus que aniquilou muitos deuses, os irmãos dos homens, nos quais se reflectia a plenitude da vida, da existência objectiva:

> Einen zu bereichern unter allen
> Musste diese Götterwelt vergehen.

«Na Grécia, pelo contrário, o divino e o humano são inseparáveis; o ideal e a realidade não se distinguem, o sensível e o espiritual confundem-se». A unidade e harmonia do ideal e espiritual descobre-a Schiller por fim no reino do belo. Sente-se animado do espírito do Sturm und Drang; transporta-se ao mundo helénico em que esta unidade se revela como fenómeno histórico; volta à natureza. O tom pessimista, elegíaco, desaparece:

> An Deinen Armen, an Deinen
> Herzen wieder, Natur, ach, und es war nur ein Traum
> Der mich schaudernd ergriff mit des Lebens fruchtbaren Bilde.
> Reiner nehm'ich mein Leben von deinem Altare,
> Nehme den fröhlichen Mut hoffender Jugend zurück...
> Unter demselben Blau über dem nähmlichen Grün
> Wandeln die nahen und wandeln vereint die fernen Geschlechter,
> Und die Sonne Hommers siehe! sie lächelt auch uns.

Estudando os antigos, Schiller aproximava-se de Goethe, que já antes se havia voltado para o ideal helénico, a que dera expressão na Ifigenia, obra prima tão admirada pelo

amigo. Goethe passou rápidamente do pessimismo que transparece ainda na bela tragédia:

> Und an dem Ufer steh'ich lange Tage
> Das Land der Griechen mit der Seele suchend.

ao tom optimista que caracteriza todas as suas obras.

Os dois génios chegaram quási ao mesmo resultado por caminhos diferentes. O primeiro, por exemplo, nas cartas a Körner, desenvolve *à priori* os conceitos fundamentais do belo e da liberdade, e procura a sua confirmação nos fenómenos particulares da arte e da natureza; Goethe, pelo contrario, estudou primeiro a natureza e só depois chegou à intuição da unidade substancial. Schiller encontrava a confirmação do ideal helénico nos conceitos abstractos da filosofia kantiana; Goethe encontrava o seu ideal realizado no presente concreto, na Itália, onde via o que apenas presentira, ou observára como fragmento, nos museus, igrejas, obras de arte, etc. Para Schiller os conceitos fundamentais eram sujeito, ideia, espírito, liberdade; para Goethe objecto, substância, natureza, necessidade. Um descobria na natureza a liberdade; o outro descobria na liberdade a natureza. Para Schiller a natureza deve ser completamente livre para ser bela; para Goethe a obra de arte, produto da actividade criadora livre, é bela, quando completamente conforme à natureza, à necessidade, mas por esta mesma oposição ambos tiveram a consciência da unidade do sujeito e objecto, liberdade e natureza, ideia e experiência, especulação e intuição, idealismo e realismo. Um e outro reconheceram a influência benéfica das suas relações que Goethe classificou de *Glückliches Ereigniss*. Conheceram-se em 1794 numa sessão realizada na Sociedade de sciências naturais de Iena. Tanto a Schiller como a Goethe desagradava a orientação do naturalista que se prende só com factos particulares, incapaz de se elevar às vistas de conjunto, de compreender o particular no geral. Mas para Goethe esta intuição da natureza consegue-se pela experiência, vem do objecto; para Schiller pela ideia, vem do sujeito. Discutiram animadamente estas questões, até que chegaram a casa de Schiller. Goethe entrou e expoz com grande entusiasmo a metamorfose das plantas e em alguns traços esboçou uma planta simbólica. Schiller ouviu-o com a máxima atenção, meneou a cabeça e disse: «mas isto não é experiência; é uma ideia», ao que Goethe replicou: «Das kann mir sehr lieb sein dass ich Ideen

habe, ohne es zu wissen, und sie sogar mit Augen sehe». «E, assim, diz Goethe, com esta discussão sôbre o sujeito e o objecto, selámos uma aliança que se manteve inalterável e que foi de tão profícuos resultados para ambos nós». Schiller exprime o mesmo pensamento, quando em carta a Goethe afirma que o espírito acentuadamente especulativo que parte do subjectivo, da unidade da ideia e o espírito que parte do objecto, da multiplicidade da experiência, apesar de diametralmente opostos, se podem, ou antes, se devem encontrar, quando ambos são geniais. Quere dizer, a poesia deve ser igualmente realista e idealista, como sucede com Goethe e Schiller. Nem êste nem aquele se mantiveram nesta polaridade; chegaram à consciência da identidade, isto é, da unidade primitiva que não se segue à oposição, mas que a precede. No *Belo real* não desaparece por completo a oposição do subjectivo e objectivo; o que só se dá no *Ideal-humano,* e também no que nós chamamos o *Divino (Das Göttliche)* (1).

---

(1) Goethe, como vimos, não podia admitir uma concepção dualística do universo que repudiava com o maior azedume e até desprêzo, como alguma cousa de insensato e impossível. «Quem não compreender, diz o poeta, que espírito e matéria, pensamento e extensão, corpo e alma, são os duplos ingredientes necessários do universo que têem iguais direitos, e que por isso devem ser considerados ambos representantes de Deus, perdeu o juizo há muito, fazendo melhor em empregar o tempo nas conversas frívolas de todos os dias». Esta ideia monística da substância absoluta pediu-a Goethe a Spinosa, e como êle designava muitas vezes a natureza com o nome de Deus. Os dois termos identificam-se: Deus para Goethe significa a unidade substancial da existência objectiva; é equivalente a natureza no sentido de *natura naturata.* Como a palavra Deus se prestava a interpretações muito diversas, o poeta prefere frequentemente o nome *natureza;* orgulha-se até que lhe chamem «Atheist», «religionsloser Heide», porque repugna à sua razão a existência de Deus como ser individual, como pessoa, o que não obsta a que nas suas poesias empregue *Gott* no sentido cristão de pessoa, criador, pai dos homens. A contradição é perfeitamente explicável: o poeta, ou melhor o artista, tem de individualizar o conceito abstrato-metafísico que, como pensador, aprecia em toda a pureza; tem de traduzir o abstrato no concreto, de corporizar o espiritual. Mas quando Goethe para os seus fins artísticos representa Deus antropomórficamente, recorre, como também Schiller, sôbretudo ao politeismo grêgo, que criado e elaborado por um povo artístico nas suas origens, está por completo eivado de poesia. O Deus cristão, *unbekannt verborgen,* como dizia Haman, isto é, oculto no seio da pura subjectividade, contrariava a sua natureza artística, e por isso bem mais do que a religião católica, a protestante lhe parecia imprópria para a idealização poética, porque o catolicismo pelo menos com os seus símbolos tão belos e variados se aproxima, a seu ver, do politeismo pagão e oferece aos poetas uma fonte rica de

O *Belo-ideal* realizou-se no mundo grego; por isso todo o artista que quizer escapar à confusão do presente deve procurar os seus modêlos no mundo belo e harmónico dos gregos, que na frase de Goethe sonharam o mais belo sonho da vida. Esta vida ideal tornou-se para os dois poetas a vida real. No mundo do belo desaparece a oposição do sujeito e do objecto; há unidade e harmonia, socêgo e paz. Na admirável poesia «Das Ideal und das Leben», caracteriza Schiller com mão de mestre a aspiração dos clássicos:

Aber der, von Klippen eingeschlossen,
Wild und schäumend sich ergossen,
Sanft und eben rinnt des Lebens Fluss
Durch der Schönheit stille Schattenlande,
Und auf seiner Welten Silberrande
Malt Aurora sich und Hesperus.

---

inspiração. Daí o emprêgo largo da liturgia católica no Fausto. A própria divindade de Cristo não a admitia, porque parecia lhe um absurdo que uma existência limitada, condicionada, fôsse igual à existência infinita, incondicionada, ou como Spinoza dizia, que uma simples modificação da substância fôsse da mesma essência que ela ou pelo menos semelhante. Schiller lamentava-se de que com a época moderna cristã se acentuasse o dualismo entre a natureza e o espírito, e de que um Deus entronizado a distância infinita dos homens tivesse aniquilado muitos deuses, os irmãos dos homens que refletem a plenitude da vida, da existência objectiva. Goethe desenvolve um pensamento análogo na poesia — «Gross ist die Diana der Epheser»: é a época do aparecimento do cristianismo, da primeira popaganda cristã no Epheso; um ourives trabalha com o melhor do seu esfôrço e talento numa imágem admirável da deusa Diana. Vive na observação da natureza, cuja multiplicidade se revela no mundo dos deuses gregos; ouve a nova de um Deus desconhecido sem fórma, oculto, o Deus dos cristãos:

Da hört er denn auf einmal laut
Eines Gassenvolkes Windesbraut,
Als gäb's einen Gott so im Gehirn
Der, hinter des Menschen alberner Stirn,
Der sei viel herrlicher als das Wesen
An dem wir die Breite der Gottheit lesen.

O artista pouca atenção lhe presta e continúa a trabalhar com o mesmo entusiasmo nas imagens dos seus deuses.

A Jacobi, com quem as suas relações de íntima amizade esfriaram um pouco, depois de este ter publicado contra Schelling o livro «Von den göttlichen Dingen, escrevia Goethe: «Eu sou como um daqueles ourives do Epheso que passando toda a vida na contemplação e veneração do templo augusto da deusa, a dar fórma artística às suas figuras misteriosas, eram incapazes de acolher com simpatia qualquer outro deus sem fórma que os seus concidadãos quizessem impôr».

Aufgelöst in zarter Wechselliebe,
In der Anmut freiem Bund vereint,
Ruhen hier die ausgesöhnten Triebe,
Und verschwunden ist der Feind.
.....
In den heitren Regionen,
Wo die reinen Formen wohnen,
Rauscht des Jammers trüber Sturm nicht mehr.
Hier darf Schmerz die Seele nicht durchschneiden,
Keine Träne fliesst hier mehr dem Leiden,
Nur des Geistes tapferer Gegenwehr.
....
Nur der Körper eignet jenen Mächten,
Die das dunkle Schicksal flecten;
Aber frei von jeder Zeitgewalt,
Die Gespielin seliger Naturen,
Wandelt oben in des Lichtes Fluren,
Göttlich unter Göttern, die Gestalt.
Wollt ihr hoch auf ihren Flügeln schweben,
Werft die Angst des Irdischen von euch!
Fliehet aus dem engen dumpfen Leben
In des Ideals Reich.

Só, porêm, dentro de certos limites terminára a luta do sujeito e objecto, no domínio do estético, do belo e da arte. Só aí existia para os clássicos uma certa unidade e harmonia do subjectivo e objectivo; dentro das outras esferas da vida e da realidade mantinha-se a mesma oposição, isto é, só no mundo do sonho, da fantasia (Wunderwelt) se estabelecera a harmonia. É nesse sentido que na *Pandora,* Goethe glorifica a beleza como um dom prodigioso, sagrado e divino (göttlich heiliges) que desce das esferas celestes até aos homens e se lhes revela.

Du suchest nach Worten, sie würdig zu loben
Du willst sie erhöhen, sie wandelt schon oben.
Sie steigt hernieder in tausend Gebilden,
Sie schwebt auf Wassern, sie schreitet auf Gefilden,
Nach heiligen Massen erglänzt sie und schallt
Und einzig veredelt die Form den Gehalt.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do vol. 64.º, pag. 658)

FRANÇA (JOÃO DE)

Morava em Lisboa, e a 16 de julho de 1456 lhe foi concedida licença para andar em besta muar (1).

A 20 do mesmo mês e ano foi-lhe dada carta de aposentação por ser doente (2).

FRANÇA (JOÃO DE) 2.º

Mercador e morador na cidade do Porto. Era o filho maior varão de mestre Janim.

«Dom Afomso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que da parte de Joham de França pichaleiro mercador morador em esta nossa cidade do Porto nos foy apresentada hũa carta daforamento confirmada per El Rey Dom Joham meu avoo que deus aja pera senpre da quall o theor he este que se ao diante segue:

«Ano do Nascimento de nosso Senhor Jhesu Cristo de mil iiij^{c} lxiij anos xbj dias do mes de nouenbro em a cidade do Porto na Rua Noua ante as portas das casas de Grauiele Gonçaluez almoxarife del Rey noso Senhor estando elle de presente pareceeo Joham de França pichaleiro ffilho que foy de mestre Janym E apresentou peramte o dito almoxarife hũu aforamento que foy feito ao dito mestre Janym no tenpo

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 103.
(2) Idem — Idem, liv. 13, fl. 100 v.

del Rey Dom Joham sijnado per Joham Afomso de Lanquer veedor da sua fazenda e asseelado cõ o sseello pemdente de hũas casas que ssam do dito Senhor que estam na dita Rua Noua da quall ho theor tall he:

«Dom Joham pela graça de Deus Rey de Portugall etc. a quantos esta carta virem fazemos saber que mestre Janym pichaleiro genrro de mestre Rrogel morador em a nossa cidade do Porto nos enuiou aco mostrar hũu aforamento publicó feito e asinado per Steuam Anes nosso scripuam dos contos da dita cidade o quall foy feito a xij dias do mes de feuereiro da era desta carta em o quall he contheudo antre as outras cousas que nós mandamos e demós poder a AfonssEanes nosso contador no dito logo que podesse aforar pera senpre ou em pessoas segundo elle entendesse por nosso seruiço as casas que mamdamos fazer na Rua Fremosa da dita cidade. E o dito contador mandou a Vaasco Anes pregoeiro na dita cidade que metesse em pregam parte das cassas da dita Rua o quall pregoeiro disse e deu de sy fe que trouxera em pregam per as Ruas e praças da dita cidade per espaço de tenpo parte das ditas casas antre as quaes era hũas que estam na dita Rua Fremosa que parte de hũa parte com a Moeda e da outra parte com casas em que mora Vaasco de França E da outra parte com casas outras que estam da dita Rua e da outra parte com Rua publica que nom achara quem por ella mais desse nem em mayor monta posesse que o dito mestre Janym que pos em ella pera nós em rubo pera todo senpre pera elle e pera Catarina Rodriguez sua molher e pera todos seus herdeiros e ssocessores que depois elles vierem sessenta e tres liuras da moeda antiga ou aquelo que nos mandarmos pagar.....
E nos veemdo o que nos pedia entendendo por nosso seruiço Teemos por bem e confirmamos lhe o dito aforamento E mandamos a Joham de Burgos que hora he nosso almoxarife em a dita cidade e aos scripuaes do dito oficio E a outros quaesquer que hi depos elles vierem por nossos almoxarifes e espriuaes que esto ouuerem de ueer que o façom asi comprir e gardar e Registar esta nossa carta em seus liuros pera arrecadarem pera ella em cada hũu anno pera nós o dito foro E o dito mestre Janym e sua molher e herdeiros tenham nos pera sua guarda e al nom façades. Dada em Samtarem xbj dias de Julho. El Rey o mandou per Joham Afomso dAlamquer sseu vassallo e veedor da sua fazenda. Pedro Afomso a fez. Ano de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} lbj *(sic)*.

«E apresemtado asy o dito aforamento per o dito Joham de França elle disse logo ao dito almoxarife que elle era o mayor ffilho barom que do dito meestre Janym ficara E que por asy seer o moor ffilho as ditas casas nom pertenciam a outro nenhũu sse nõ a elle..... por quanto o dito Joham de França he homem abastamte pera ir rreger e rrepairar as ditas casas e de todos o que lhe fezer mester e o dito Joham de França outorgou todo e pedio hũu estormento daforamento por sua guarda E e dito almoxarife lho mandou dar per elle asynado e asseellado com ho sseello que tem dalfandegua e pedio outro tall pera o dito senhor. Testemunhas Rodrigo Afonso varejador dos vinhos e Gasfim Vaaz scudeiro de El Rey e Pedro Vaaz criado de Joham Rodriguez de Goa e outro. E eu Diego Fernandez scripuam dos contos que a todo esto foy presente este estormento scripuy pera o dito Joham de França ano sobredito dia mes e era.

«Pedimdo nos o dito Joham de França por mercee que lhe confirmassemos o dito emprasamento..... confirmamos lhe o dito emprazamento..... Dada em a dita nossa leal cidade do Porto primeiro dia do mes de feuereiro. El Rey o mandou por Lopo dAlmeida do seu conselho e veedor da sua fazenda. Amtonyo de Matos a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} Lxbj anos» (1).

JANIM (MESTRE)

Picheleiro no Porto, genro de mestre Rogel e pai de João de França. Aforou para sempre umas casas na rua Formosa, no tempo de D. João I. Veja-se *França (João de)*.

Há um mestre Janim, peliteiro.

MOREIRA (AMARO)

«Em o dito dia 27 de Fevereiro se passou na mesma forma carta a Amaro Moreira de Picheleiro e mais obras de Estanho por Portaria do Duque Mordomo Mor de 13 de Novembro de 1711» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 14, fl. 11.
(2) Idem — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 89 v.

NYTOLL (ANRRIQUE)

Morava em Lisboa e, a pedido de mestre Guilhelme, vidreiro do mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha, foi-lhe passada carta de privilégio a 3o de março de 1446 (1).

RODRIGUES (JOÃO)

«Dom Afomso etc. a quantos esta carta virem fazemos saber que nós tomamos ora por nosso pichaleiro pera nos auer de seruir em as nossas obras quando lhe da nossa parte for Requerido Joham Rodriguez morador em esta cidade de Lixboa e queremos e mandamos que daquy em diante elle seja escusado de pagar em nossos pididos nem peitas nem fintas talhas seruiços emprestidos nem em outro nenhũus encarregos que per nós nem per os concelhos sam ou foram lançados per quallquer guissa que seja nem seja titor nem curador de nenhũas pessoas nem haja nenhũ encarego nosso nem dos ditos concelhos contra sua vontade nem seja besteiro do conto nem da garrucha posto que pera ello tenha contra. Outro ssy nom pousse nenhũ cõ ell em suas cassas de morada e adegas caualariças nem lhe tomem pam uinho Roupa palha lenha galinhas goados nem bestas de seella nem dalbarda etc. Lixboa biij° dias dabrill per outiridade do Senhor Infante Dom Pedro titor curador do dito Senhor Rey Regedor cõ a ajuda de Deus defenssor por ell dos sseus Reinos e Senhorio. Rodrigo Anes a fez ano do Senhor Jhesu Christo de mil iiij^{c} Riij anos. Eu Lopo Afonso a fiz screpuer» (2).

RODRIGUES (JOÃO) 2.°

Aforamento de umas casas na rua das Cangostas, da cidade do Porto. A segunda pessôa seria sua mulher Maria Gomez. Carta de confirmação de 7 de fevereiro de 1554. (3).

ACIPRESTE (PASCOAL)

«Dona Maria por graça de Deos Princeza de Portugal etc.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 23 v.
(2) Idem — Idem, liv. 27, fl. 75.
(3) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 63, fl. 34 v.

Faço saber a D. Nuno Alves Pereira Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho mordomo mor de minha caza que heu ey por bem e me praz fazer merce a Pascoal Asipreste de o tomar por tanoeyro de minha caza para me seruir como os mais officiaes della em que gozará de todos os preuilegios que gozão os criados de minha caza e por firmeza de tudo lhe mandey passar esta carta por mym assinada e passada pela minha chancelaria e sellada com o sello de minhas armas. Dada nesta cidade de Lixboa aos 19 de mayo. Francisco da Silva a fiz anno do nacimento de nosso Senhor Jezus Christo de 1669. E Eu Belchior do Rego e Andrade secretario a fiz escrever. A Princeza» (1).

ANES (GIL)

Carta de privilégio a Gil Anes, tanoeiro francês, morador em Lisboa. Dada em Evora a 16 de abril de 1452 (2).

ANES (JOÃO)

«Dom Joham etc. A quãtos esta nosa carta vyrem fazemos saber que querendo nos fazer graça e merce a J.º Anes, tenoeyro, morador em a nosa cidade do Porto, o damos ora daquy em diamte por mestre dos tenoeyros em a dita cidade como o ate quy foy Dioguo Pīz que o dito officio tinha e se ora finou, com o quall officio auera de mantimẽto ordenado em cada ano seis centos e doze rs como os auia o dito Joam Anes *(sic)* e asi os proes... Dada em Lixboa a xxij dias de agosto. El Rey o mãdou per o comde do Vimioso, do seu conselho e vedor de sua fazenda. André Diaz a fez de b^{c}xxxij» (3).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 22.
(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 51.
(3) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 46, fl. 119.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Discurso leido en la solemne apertura del curso academico de 1917–18 na Universidade de Oviedo, por D. José M. Vijandre y Fernandez Luanco. Oviedo, Est. Tip. Sucessor de A. Brid, 1917.

Duas cartas do Dr. Antonio de Sousa Macedo, escritas de Inglaterra, por Edgar Prestage, publicadas pela Academia das Sciencias de Lisboa Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

Ministerio das Finanças — Direcção Geral de Estatistica — Produção de vinho comum e azeite em 1916–1917 — Existencia dos mesmos produtos em 30 de março de 1917. Lisboa, Imp. Nacional, 1917.

Allegações da Camara Municipal de Lourenço Marques na acção que move contra The Delagoa Bay Development Coperation Limited, por Serafim Gomes de Seiça. Lourenço Marques, Imp. Nacional, 1917.

Algumas paginas dos trabalhos da gerencia da Associação Comercial da India Portugueza — Bienio de 1915 a 1916, por J. J. da Cunha. Nova Goa, Imp. Bragança & C.ª, 1917.

O Dr. Antonio de Souza Macedo, Residente de Portugal em Londres (1642–1646), por Edgar Prestage, publicado pela Academia das Sciencias de Lisboa. Coimbra, Imp. da Universidade, 1917.

Embaixada de João Gomes da Silva ao Rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartolomeu, por Edgar Prestage. Porto, Tip. da Empreza Literaria e Tipografica, 1917.

Observações Meteorologicas, Magneticas e Sismicas, feitas no Observatorio Meteorologico de Coimbra no ano de 1916. Volume LV. Coimbra, Imp. da Universidade, 1917.

A historia e os historiadores no seculo XIX, por Edgar Prestage. Porto, Tip. da Empreza Literaria e Tipografica, 1917.

Anuario do Instituto Superior de Comercio, 1913–14 a 1916–17. Lisboa, Tip. «A Editora L.da», 1917.

Origine et developpement de l'appareil surrénal et du système nerveux sympathique chez les Chéiroptères, por A. Celestino da Costa. Lisbonne, Impremiete de la Librairie Ferin, 1917.

Actas das Assembleias Geraes da Academia das Sciencias de Lisboa. Volume III (1911–1912). Lisboa, Imp. Nacional, 1916.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coímbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA

Volume 65.º

N.º 3

1918

Março

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

D. Maria Amália Vaz de Carvalho..... 113
A propósito da revisão da Farmacopeia Portuguesa de 1876, por VICENTE JOSÉ DE SEIÇA..... 114
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por SOUSA VITERBO..... 128
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. THOMAZ DE ALMEIDA MANUEL DE VILHENA..... 137
Correspondencia do Conde de Castelmelhor com o P.e Manoel Fernandes e outros (1668 a 1678), por EDGAR PRESTAGE..... 151
O Fausto de Goethe, por GUSTAVO RAMOS..... 165

D. MARIA AMALIA VAZ DE CARVALHO

Celebraram-se, no início deste mês de março, as bodas de oiro literárias de Alguem que tem jus a uma muito especial atenção da parte de todos os que admiram a Intèligência e amam Portugal. Êsse Alguem é a Senhora D. Maria Amália Vaz de Carvalho, honra do seu sexo e da sua Pátria, uma das mais puras glórias da moderna literatura do nosso País.

A *O Instituto* — como órgão duma corporação scientífica, que tem a honra de contar entre os seus sócios a ilustre Senhora — cabe o dever, que constitue um grato direito, de apresentar a homenagem da sua admiração à Autora de tantos livros valiosos.

Não foi êste simples, singelo preito que *O Instituto* pensou prestar. Neste número deveria ser publicado um estudo sôbre a obra da Senhora D. Maria Amália, devido à pena do notável crítico literário Fidelino de Figueiredo. O precário estado de saúde dêste nosso consócio, junto aos seus inadiáveis deveres oficiais, impediram-no, porêm, de concluir o seu trabalho a tempo de ser publicado.

Limitamo-nos, pois, a afirmar, uma vez mais, a nossa admiração e o nosso respeito pela Autora de *Uma Primavera de Mulher* que, em cincoenta anos de ininterrupto labor intelectual, tem sabido exercer, como um sacerdócio, a sua tarefa literária.

A PROPÓSITO DA REVISÃO DA FARMACOPEIA PORTUGUESA DE 1876

A história da farmácia em Portugal, que me tenho esforçado por organizar desde o início da nacionalidade, fazendo-a acompanhar dos factos históricos que têem modificado a vida da nação, especialmente no que diz respeito às sciências, e que, para a farmácia, só começaram a ter a sanção da lei em 25 de fevereiro de 1521, no célebre regimento do Físico-mór do Reino, promulgado por D. Manuel I, êsse trabalho diz-me que a classe farmacêutica tem sido, na maioria dêsses períodos históricos, muito esquecida e menos considerada.

Nos países em que éssa classe tem merecido a atenção dos governos, acompanhando o progresso das sciências, e mesmo entre nós, pelo esfôrço próprio dalguns dos seus membros, a classe farmacêutica não presta sómente o seu concurso em benefício da humanidade enferma, mas também valioso auxílio às artes, indústrias e agricultura.

Uma prova que tem sido a classe scientifica menos considerada, é que, mesmo em 1902, para obtêr uma reforma no ensino, que foi de muito valôr relativamente ao que existia, mas que não satisfez por completo as aspirações da classe, foi necessário que ésta criasse uma receita especial para sustentar as novas Escolas. Pois déssa receita, que em pouco tempo se tornou grandiosa, as Escolas de Farmácia são as que menos têem aproveitado o seu auxílio.

Essa reforma que devia ser acompanhada da reforma de exercício profissional, que garantisse aos novos diplomados o fruto do seu trabalho e dispêndio, está ainda por fazer, dando éssa falta origem a consequências que reputo desastrosas, e, entre élas, a falta duma farmacopeia em harmonia com as exigências da atualidade, o que representa evidentemente anarquia em serviços de naturêsa muito especial, que se prendem com a saúde pública.

A classe farmacêutica tem-se esforçado por obtêr a revisão dêsse livro oficial, bem como a reforma de exercício, pela

qual seria criada uma comissão permanente de revisão da farmacopeia, sem que o tenha podido conseguir, não tendo quem secunde os seus esforços, mas antes quem se anteponha à realização dêsse desiderato, que representa um benefício público.

*
* *

Foi por alvará de 7 de janeiro de 1794 que D. Maria I promulgou a primeira farmacopeia portuguêsa, com o título de *Farmacopeia Geral,* de que foi autor o Dr. Francisco Tavares, natural de Coimbra, então professor da Faculdade de Medicina da Universidade, e que ocupou depois altos cargos na côrte, entre êles o de Físico mór do Reino, já no reinado de D. João VI.

Esse trabalho, que foi muito importante para a época da sua publicação, e que representava muitos conhecimentos em farmácia, foi por um historiador célebre atribuído ao pai do autor, farmacêutico estabelecido em Coimbra, e que era tido como erudito na sua especialidade. Contudo, o Dr. Francisco Tavares foi muito considerado como professor e publicista.

Quando digo que a farmacopeia geral foi a primeira farmacopeia portuguêsa, refiro-me à sua situação perante a lei, como livro oficial, obrigatório para farmacêuticos e médicos, pois que, antes désta obra, apareceram com o título de farmacopeia: a *Farmacopeia Elegantíssima,* de Zacuto Lusitano; a *Farmacopeia Lusitana,* de D. Caetano de Santo António, primeiro livro sôbre farmácia escrito em português, com quatro edições, desde 1704 a 1754; a *Farmacopeia Ulyssiponense,* publicada em 1716, por João Vigier, sobrinho de Pedro Donodeo, farmacêutico da Rainha, esposa de D. Pedro II, sendo êste o primeiro livro português que falou de química; a *Farmacopeia Tubalense,* do farmacêutico Manuel Rodrigues Coelho, natural de Setubal, dividida em três partes, sendo a última sómente impressa em 1751, e sendo as duas primeiras reimpressas em Roma em 1760; posteriormente apareceu a *Farmacopeia Dogmática,* de Fr. João de Jesus Maria, de que só se imprimiram as duas primeiras partes, e que foi de pouco valôr, relativamente às anteriores; mais tarde aparecem as *Farmacopeias Lisbonense* e a *Naval,* de que foi autor o Dr. Manuel Joaquim Henriques de Paiva, tradutor de diferentes obras de farmácia e de química; a *Farmacopeia Portuense,* de António Rodrigues Portugal; a *Farmacopeia Naval e Castrense,* de Jacinto da Costa; a

*

Farmacopeia química, médica e cirúrgica, de António José de Sousa Pinto, que também publicou os *Elementos de Farmácia, Química e Botânica,* e a *Farmacopeia das Farmacopeias Nacionais e Estrangeiras,* compilada pelo bacharel B. J. O. T. Cabral.

A *Farmacopeia Tubalense,* apesar da promulgação da *Farmacopeia Geral* em 1794, ainda no começo do século passado tinha grande voga, sendo o livro clássico da profissão. É que nêsse trabalho pouco importava a grandêsa do título e do volume, mas sim o abundante número de artigos sôbre drogas e fórmulas, que, pela clarêsa, minúcia e escrupulo com que foram escritos e escolhidos, pouco a pouco, durante trinta anos, a tornaram obra muito estimada e útil.

Se a estas obras juntarmos os livros portuguêses: *Polyanthea Medicinal,* de Curvo Semedo; *Matéria Médica,* de Castro Sarmento; *Receptuário Lusitano, Reflexões críticas e Praticante convencido,* de Manuel Gomes de Lima; *Coletânio Farmacêutico,* fundado nos canones de Mesuë, publicado com o pseudónimo de António Martins Sodré, boticário da província da Beira, mas de que era autor D. António dos Martires, cónego regrante de Santo Agostinho e farmacêutico conimbricense; a *Matéria-Médica, Físico-Histórico-Mecânica,* do Dr. Jacob de Castro, impressa em Londres em 1735, e reimpressa na mesma cidade em 1758; as obras de Brotero (*Flora Lusitanica,* etc., *Phytographia Lusitaniæ Seletior,* etc., e *Noções botânicas das dormideiras,* etc.); o *Compêndio de Física e Química,* de Mousinho de Albuquerque; a *Flora Farmacêutica e Alimentar,* do Dr. Jerónimo Joaquim de Figueiredo, lente de Matéria Médica da Universidade de Coimbra, infeliz vítima das nossas dissenções políticas, e ainda os livros estrangeiros: *Farmacopeia* de D. Felix Palácios (*Palestra Farmacéutica, químico-galénica,* 1730); *O Exame dos boticários,* composto pelo padre Fr. Estevão de Vilas, monge de S. Bento, e administrador da Real botica de S. João de Burgos, traduzido do espanhol por João Nunes Leite de Melo; a *Farmacopeia Bateana,* que mereceu a honra de duas traduções, uma feita por D. Caetano de Santo António e outra por D. António dos Mártires; a *Farmacopeia* de Beaumé; o *Dictionaire Universelle des Drogues Simples,* de Nicolas de Lemery e a *Histoire Naturel des Drogues,* de Henry et Guibourt, tem reunido todas as obras consultadas pelos nossos farmacêuticos do século XVIII e começo do século XIX, e que constituiam, na maioria, as suas bibliotécas.

Antes de 1704, os canones e têoremas sôbre prática far-

macêutica e conhecimento de drogas medicinais, por Mesuë, farmacêutico árabe, passavam por pontos de fé scientífica, adoptados por todos, pois que, Mesuë, era tido como grande autoridade e mestre, e apelidado — o *Evangelista dos boticários.*

Mas, a farmacopeia de 1794 envelheceu, como era natural, e como a corporação incumbida desde 1772 da sua publicação a não fizesse, foi por decreto de 6 de outubro de 1835 autorizado a legalmente servir de farmacopeia do reino o *Código Farmacêutico Lusitano*, de Agostinho Albano da Silveira Pinto, doutor em Filosofia e bacharel formado em Medicina, ilustre director da Academia de Marinha e Comércio e da Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que prestou êsse serviço até 14 de fevereiro de 1861, em que foi substituído pela edição póstuma do mesmo Código, anotado e publicado por José Pereira Reis, substituição feita por decreto daquela data.

Apesar da edição de Pereira Reis ter sido revista pela Sociedade Farmacêutica, que a não considerou digna de servir como farmacopeia do reino, pelo que requereu nêsse sentido ao govêrno, o motivo que deu origem ao decreto de 6 de outubro de 1835, foi ainda o que originou o de 14 de fevereiro de 1861.

Não admira, porêm, que tal facto se désse, porque, em 24 de janeiro de 1840, foi publicada uma portaria, continuando a dar ao *Código Farmacêutico* do Dr. A. A. da Silveira Pinto os foros de livro lei, inutilizando o trabalho duma comissão nomeada em 1838 para elaborar uma farmacopeia, comissão para que fôram nomeados, entre outros, o Conselheiro Francisco Soares Franco, médico, e António José de Sousa Pinto, farmacêutico, que publicaram o seu trabalho em 1841, com o título — *Farmacopeia Lusitana*, composta pela comissão criada por decreto da Rainha Fidelissima D. Maria II, em 6 de outubro de 1838.

Em 1840 as coisas tinham mudado, e não se viam pelo mesmo prisma por que eram encaradas em 6 de outubro de 1838. Por isso, a falta duns e o favoritismo doutros, fizeram com que o *Código Farmacêutico* continuasse a ser lei do país.

* * *

Em 1876, por decreto de 14 de setembro, é promulgada a segunda farmacopeia, com o título — *Farmacopeia Portuguêsa*, que ainda hoje é lei do país, para o que foi nomeada,

por decreto de 15 de novembro de 1871, uma comissão de homens ilustres nas sciências, e que produziu um notável trabalho, digno dos maiores elogios, dentro e fóra do país, e que as comissões de idênticas obras no estrangeiro têem compulsado —, porquê, nesse trabalho —, apesar de antiquado, ainda hoje há que aproveitar. O relatório, escrito pela hábil pena do Dr. Sousa Martins, ilustre professor da Escola-Médico-Cirúrgica de Lisboa e farmacêutico, já falecido, é uma peça literária de muito merecimento, a que prestei a devida homenagem na comissão a que tive a honra de pertencer em 1903, e que agora recordo, cônscio de que faço justiça ao muito merecimento do exímio professor, e dos que o acompanharam em trabalho tão árduo, e que souberam vencer com tanta elevação e competência.

Dos elogios feitos à bôa obra da comissão, destacam-se uns artigos do *Journal de Pharmacie,* de Anvers, de novembro de 1877, pelo farmacêutico H. Verhassel, de que foram publicados extractos em *Separata,* e que êste sábio subordinou ao título — *Observations sur la nouvelle Pharmacopée Portugaise.*

O autor começa assim o seu trabalho:

«Ce ne sont pas toujours les grands états, trop souvent troublés par les guerre et les revolutions, qui marchent á la tete du mouvement scientifique; maints petits pays, grâces á la paix profonde qui y règne et aux sages institutions qui les régissent, ont avancé d'un pas rapide dans la voie du progrés. Parmi ces derniers se rauge le Portugal, qui vient d'étre doté d'une pharmacopée digne, á plus d'un titre, de fixer l'attention des pharmaciens».

Seguidamente faz Verhassel a análise minuciosa e muito conscienciosa da Farmacopeia Portuguesa de 1876, comparando-a com as Farmacopeias Francêsa e Bélga dêsse tempo, e faz um apêlo aos farmacêuticos e comissões de farmacopeias, para que estudem e aproveitem déssa nova publicação o muito que tem de útil e habilmente combinado, terminando do modo seguinte a série das suas considerações:

«En terminant ici nos observations, nous exprimons le vœu que le codex dont nous venons de donner un léger aperçu, soit examiné sous toutes ses faces. L'apparition d'une nouvelle pharmacopée est, on peut le dire, un événement dans le monde pharmaceutique et il est du devoir de tout pharmacien de connaitre et d'etudier un ouvrage de cette importance».

Desde 1890 que se reconhece a necessidade de fazer a revisão da farmacopeia de 1876.

Em todas as épocas estas obras precisaram de repetidas revisões; mas, atualmente, a revisão torna-se muito mais necessária, pela invasão de produtos químicos, principalmente feita pelo comércio alemão, porque, se muitos dêsses produtos desaparecem em curto lapso de tempo, pelo seu pouco ou nenhum valôr curativo, outros ha que tomam lugar nas fileiras dos que permanecem e justificam o seu pôsto pelos seus efeitos terapêuticos. Acresse, alêm disso, a circunstância de que novas têorias modificaram á terapêutica adoptada.

A opoterapia, e ésta de menos importância do que a seroterapia e a assepsia, fazem muita falta no nosso livro oficial. A escolha entre os variados produtos impõe-se, como se impõem novas reacções e propriedades físicas e químicas para a sua identificação e para o reconhecimento da sua purêsa, das suas alterações e das suas falsificações. A química marchou a passos agigantados de 1876 até nossos dias.

Em todos os países em que a farmácia evoluciona a par da medicina, ramos da arte de curar que devem fazer-se acompanhar, para que se não dê desiquilíbrio, e possam prestar os benefícios que déssas classes temos a esperar, a farmacopeia é, o máximo, revista de dez em dez anos, e, passados cinco anos, é publicado um suplemento à farmacopeia, relativamente ao que nesse período se passou de mais importante no movimento profissional déssas classes, merecendo registo no livro oficial.

Entendemos que entre nós o período de revisão deveria ser de oito anos, e que os suplementos fossem de publicação bienal, é claro, por uma comissão permanente e convenientemente remunerada.

*
* *

Por decreto de 21 de janeiro de 1903 foi nomeada a comissão para a revisão da farmacopeia de 1876, pelo célebre estadista Hintz Ribeiro, já falecido, a quem os farmacêuticos portuguêses devem muito, pois foi o único homem de estado que os atendeu desde 1821, mas em especial desde 1835, em que um grupo de notáveis farmacêuticos, dedicados aos interesses da sua classe, criaram a Sociedade Farmacêutica de Lisboa, a que mais tarde deram o título de Sociedade Farmacêutica Lusitana, e que lutou sempre com denôdo e acêrto pela reforma do ensino e exercício, conseguindo a do ensino pela lei de 19 de julho de 1902, setenta anos depois!!... Foi esta lei que eu regulamentei, quando chamado para êsse

fim pelo então ilustre director geral Dr. Abel de Andrade, regulamento publicado em 27 de novembro do mesmo ano.

E já que falámos da reforma de Hintz Ribeiro em 1902, vem a propósito citar a reforma geral de instrução pública de Passos Manuel, em 1836, e a do Govêrno Provisório da República, em 1911.

A de 1836 deu origem a protestos enérgicos da Sociedade Farmacêutica, pela pouca importância que se deu à instrução dos farmacêuticos, quando tanto se fez em benefício da medicina e cirurgia.

Essa reforma, por decreto de 29 de dezembro de 1836, criou dois cursos de farmácia, um à semelhança da célebre Escola anexa dos estatutos de 1772, por certo o único aleijão das grandes reformas do Marquês de Pombal, outro a arremedar as exigências da fisicatura, extinta em 1837, por decreto de 3 de janeiro, que resultou principalmente da guerra de extermínio que lhe moveu a Sociedade Farmacêutica, exigências que êsse tribunal aproveitou do Regimento dos médicos e boticários cristãos velhos, de D. Sebastião, reeditado em 7 de fevereiro de 1604, por D. Filipe II, e que só à Universidade concedia direitos que a fisicatura abusivamente aproveitou no seu interesse, fundando-se no seu Regimento de 25 de fevereiro de 1521, que, quanto às habilitações para farmácia e medicina, devia ser revogado por aquele documento.

A reforma de 1836 e os remendos que lhe foram aplicados em 20 de setembro de 1844 e 12 de agosto de 1854, tiveram a vantagem, a par doutros motivos, de mostrar à classe farmacêutica o modo como devia defender-se e lutar para conseguir os seus fins.

Em 1911, por decreto de 26 de maio, foi publicada a reforma do Govêrno Provisório da República Portuguêsa, que, se não fôsse o modo como o regulamento déssa lei, de 18 de agosto do mesmo ano, interpretou alguns dos seus artigos, as Escolas ficariam em muito peores circunstâncias, quanto diz respeito à sua autonomia, do que as criadas pela reforma de 1902.

Com ésta reforma ganhou a classe farmacêutica a criação de cursos que muito concorrem para uma bôa instrução dos farmacêuticos. Mas, o aperfeiçoamento e elevação duma escola e da classe a que ministra a instrução, não se faz sómente com a criação dos cursos e cadeiras, é preciso mais e muito mais. Torna-se necessário que êsses cursos e cadeiras sejam convenientemente dotados com os meios e tempo

necessários a uma conveniente aplicação teórica e prática dessas sciências, e que o pessoal encarregado dêsses trabalhos seja em número suficiente e convenientemente remunerado.

A autonomia das Escolas, sonho doirado dos saudosos fundadores da Sociedade Farmacêutica Lusitana e dos seus sucessores, só se obteve completa em 9 de setembro de 1915, nos artigos 63.º e 64.º da lei orçamental do Ministério da Instrução Pública. Atendendo a que já era o ideial dos farmacêuticos de 1821, levou noventa e quatro anos a conseguir, quási um século!!...

É preciso, pois, que essa autonomia tão desejada frutifique e se transforme numa obra grandiosa; é preciso que à sombra dela não haja outra ambição que não seja a da elevação das Escolas e da instrução da classe; é preciso, enfim, que os professores e as associações farmacêuticas trabalhem no sentido de obtêr uma remodelação das sciências exigidas para o diploma de farmacêutico e a reforma do exercício de farmácia, com fiscalização farmacêutica, porque, sem ela, nenhum ou pouco valor terá éssa reforma.

Ambicionei sempre, e deve ser uma aspiração da classe farmacêutica portuguêsa, que nas suas Escolas, como na Escola Superior de Farmácia de París e outras, o ensino das sciências correlativas seja feito dentro das Escolas de Farmácia, porque ninguem melhor do que os seus professores conhece as necessidades dos futuros profissionais, dando a êsse ensino uma orientação essencialmente adequada aos alunos de farmácia. Em 1911 conseguiu-se que duas dessas sciências fizessem parte dos cursos das Escolas, a física e a zoologia, mas melhor seria começar pela química e botânica, que reputamos de maior importância.

Os cursos de especialidades, alguns são regidos nas Escolas num curto lapso de tempo; mas, as cadeiras de farmacotécnia, e esta muito particularmente, a de química farmacêutica e a de história natural das drogas não podem, mesmo com grande esfôrço da parte dos professores, reger-se convenientemente em dois semestres. Não serão demais quatro semestres para a regência de cada uma delas, como sucede em Escolas estrangeiras.

A prática farmacêutica, ou estágio, que não pode nem deve confundir-se com a prática da cadeira de farmacotécnia, foi, pela reforma de 1911, tornada obrigatória, quando eram criados cursos livres!!...

Na reforma de 1902, exigia-se como prova o exame de validação da prática, que, como periodo de transição, era

feito à entrada nas Escolas, exigindo-se para a admissão a êsse exame os documentos comprovativos dum determinado tempo de prática, abonada por qualquer farmacêutico administrador ou estabelecido.

A exigência do estágio, por qualquer fórma obrigatório, não pode atualmente justificar-se; o aluno com o seu curso de sciências muito variadas, interessa-se por adquirir o bastante conhecimento do movimento duma farmácia, nas suas relações com os clínicos, colegas, autoridades, público e fornecedores, e prepara-se para satisfazer a um exame final, em que prova achar-se habilitado a entrar na vida profissional, exame que poderemos denominar de validação de estágio, como em França, ou dar-lhe qualquer outra denominação, e que lhe dá o direito a exercer a sua profissão.

Como de há muito era êste o meu critério, fiz neste sentido uma proposta no Conselho da Escola de Farmácia de Coimbra, na sua sessão de 31 de julho de 1913, que largamente fundamentei e justifiquei, e que foi aprovada por unanimidade, proposta que igualmente fiz na sessão de 20 de janeiro de 1915, primeira da comissão criada por portaria de 30 de dezembro de 1914, e que já tinha sido aprovada pelas Escolas de Lisboa e Porto, quando tomaram conhecimento dum projecto que elaborei para a conversão das Escolas de Farmácia em Faculdades.

A frequência dos quatro semestres na cadeira de farmácia, aspiração de mestres e alunos desde a criação das Escolas de 1902, porque representa uma necessidade imperiosa para a instrução farmacêutica dos alunos, pode eliminar o exame de validação ou final a que me refiro, visto que o aluno será obrigado a dois exames nesta cadeira, um por cada dois semestres.

O que deixo dito com relação ao ensino e exercício profissional, não é o produto duma ideia de ocasião, mas uma convicção criada à custa de 48 anos de vida farmacêutica, desde o seu início, e 38 de ensino e serviço público, não me poupando a esfôrços e sacrifícios desde 1880, em que muito me começaram a preocupar os destinos da minha classe.

Mas, dissémos, que por decreto de 21 de janeiro de 1903 foi nomeada uma comissão para fazer a revisão da farmacopeia de 1876, que copiamos pela ordem que lhe foi dada no respectivo decreto:

Eduardo Augusto Móta, professor de matéria médica e terapêutica da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, presidente;

João Ferraz de Macedo, professor de clínica médica da mesma Escola;

Carlos Joaquim Tavares, professor de patologia interna da referida Escola;

Ricardo de Almeida Jorge, professor de higiene da mesma Escola;

Eduardo Burnay, professor de química orgânica da Escola Politécnica de Lisboa;

Aquiles Alfredo da Silveira Machado, professor de química inorgânica da mesma Escola;

D. António Xavier Pereira Coutinho, professor de botânica da mesma Escola;

Aníbal de Betencourt, director do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana;

Vicente José de Seiça, professor de farmacotécnia da Escola de Farmácia de Coimbra;

Nuno Freire Dias Salgueiro, professor de farmacotécnia da Escola de Farmácia do Porto;

José da Ponte e Sousa, professor de química farmacêutica da Escola de Farmácia de Lisboa;

Guilherme José Enes, director do Pôsto de Desinfecção Pública de Lisboa;

Carlos Moniz Tavares, médico militar;

José Bento Coelho de Jesus, presidente da Sociedade Farmacêutica Lusitana;

Alfredo da Silva Machado, director dos Serviços farmacêuticos dos hospitais civis;

Joaquim Urbano da Veiga, ex-chefe do Serviço farmacêutico naval; e

Emílio Fragoso, chefe do Serviço farmacêutico do hospital Estefânia, secretário.

Desta comissão já não pertencem ao número dos vivos os professores Drs. Eduardo Móta, Ferraz de Macedo, Carlos Joaquim Tavares e Ponte e Sousa, e os farmacêuticos Coelho de Jesus e Urbano da Veiga.

Deploramos com muito sentimento a perda déstas notabilidades.

Foi em 6 de fevereiro de 1903 que a comissão plena reuniu pela primeira vês, e, o seu primeiro cuidado, foi, como era natural, a nomeação duma subcomissão que apresentasse à comissão plena as bases sobre que devia assentar o trabalho de revisão para que tinha sido nomeada. Déssa subcomissão fizeram parte o prof. Eduardo Mota, presidente, prof. Ferraz de Madedo, prof. Aníbal de Betencourt, Guilherme Enes, Urbano da Veiga, Silva Machado, prof. Vicente José de Seiça e Emílio Fragoso, secretário.

As bases apresentadas pela subcomissão, fôram as seguintes:

1.ª Que a ordem alfabética, adoptada na farmacopeia vigente, fôsse também a seguida na nova edição;

2.ª Que para determinados produtos de origem orgânica se preferisse, para título principal do artigo, o nome trivial à denominação scientifica;

3.ª Que determinadas substâncias de origem vegetal, por muito vulgares, não fôssem descritas em artigo especial, devendo, porêm, incluir-se em tabéla, com indicação do seu nome vulgar, espécie botânica a que pertencem e a parte a empregar;

4.ª Que os medicamentos tóxicos a que se fizer referência no texto, fôssem também incluídos em tabela especial, com a indicação da dóse máxima, por uma só vês e *pro die;*

5.ª Que se não fizesse referência aos processos de preparação dos medicamentos adquiridos pelos farmacêuticos na grande indústria quimica, mencionando-se simplesmente os seus caractéres de identidade, com indicação dos processos de reconhecimento da sua purêsa;

6.ª Que os reagentes indicados nos processos de análise das drogas e medicamentos galenicos de maior actividade, fôssem englobados em quadro especial, com indicação do modo de prepará-los e condições a que deviam satisfazer;

7.ª Que se eliminasse da nova edição o que hoje é considerado matéria obsoleta na actual farmacopeia, e que se incluisse o que a sciência tem definitivamente conquistado para a terapêutica desde 1876;

8.ª Que se incluisse em tabéla especial uma lista das substâncias absolutamente indispensaveis nas farmácias;

9.ª Que as resoluções da Conferência Internacional de Bruxelas, referentes aos medicamentos classificados de heroicos ou enérgicos, fôssem adoptadas pela comissão, inscrevendo-as no texto da nova farmacopeia, e tomando para título principal do artigo o nome trivial português e para primeiro subtítulo qualquer das denominações latinas inscritas no protócolo déssa conferência.

Estas bases fôram todas aprovadas por unanimidade pela comissão plenária, em 28 de março de 1903, excepto a 5.ª base, resolvendo-se que os processos de preparação dos produtos da grande indústria fôssem igualmente indicados, ainda que de modo sumário.

O relatório apresentado pelo secretário, em que se fazia a justificação das bases adoptadas, era, alêm de desenvolvido, um documento de valôr.

A base que dizia respeito às deliberações da Conferência Internacional de Bruxelas sôbre medicamentos heroicos teve larga discussão, muito interessante, pela importância que assumia.

Aprovado o parecer da subcomissão, deliberou a comissão plena subdividir-se nas seguintes subcomissões, para a execução das bases dêsse parecer:

— Farmácia — Opoterápia, sôros, vacinas e esterelizações — Química — História natural das drogas.

Coube-me na proposta feita pela presidência, o lugar de vogal na subcomissão de farmácia; como, porêm, o Sr. Coelho de Jesus me pedisse com instância para que com êle trocasse, passei à de opoterápia, sôros, vacinas e esterelizações, lugar que a pedido do Dr. Ponte e Sousa troquei pelo da subcomissão de química, aonde fiquei definitivamente no lugar de secretario, e da qual faziam parte o Dr. Eduardo Burnay, presidente, e os vogais — professores Aquiles Machado e Dr. Carlos Joaquim Tavares.

O primeiro trabalho que foi discutido, foi o da subcomissão de farmácia, apresentado à comissão plenária em 23 de fevereiro de 1904.

Sôbre a discussão dêsse trabalho daremos aqui lugar ao que escreveu o autor de uns artigos publicados no periódico *A Nação,* de Lisboa, que mostrou conhecer bem o trabalho da comissão, e que dizia no número 15:830, de 18 de setembro de 1913, o seguinte:

«A discussão que se prolongou até 9 de julho dêsse mesmo ano (desde 23 de fevereiro de 1904), foi longa, tendo intervindo, especialmente nela, o Sr. Vicente José de Seiça,.... professsor de farmacotécnia da Escola de Farmácia de Coimbra, etc.....».

E assim foi. Pelo modo como discuti êsse trabalho e pelas propostas que fiz, dei lugar a um novo trabalho, que a publicação do *Codex Medicamentarius,* farmacopeia francêsa de 1908, veiu provar que razão e acêrto me assistiam para tão longe levar a minúcia da discussão, documentando-a sempre com as experiências de meu ensino e exercício profissional.

E pena foi que a nossa farmacopeia não tivesse sido publicada antes do *Codex* de 1908, porque a publicação dêste lhe realçaria o valôr. O mesmo sucedeu com o trabalho de química a que vou referir-me, e que foi o motivo principal dêste artigo.

Desde 5 de fevereiro de 1903 até 31 de julho de 1904, quando entreguei o trabalho de química que fiz, estive em

Lisboa, para a execução de trabalhos práticos, entendendo-se pasa isso o presidente com Sua Ex.ª o Ministro, trabalhos que executei no laboratório químico da Escola Politécnica.

Não recebi mais por isso; a comissão era gratuita.

No trabalho de química que apresentei, ainda a farmacopeia francêsa de 1908 veiu justificar-me, pela extensão que dei aos artigos que elaborei, procurando realizar um trabalho que não permitisse dúvidas para a identificação e reconhecimento da purêsa, alterações e falsificações, conforme os variados processos que a indústria química emprega na preparação dos produtos.

Se alguem se preocupou com o tamanho do livro, eterna preocupação dos que nada fazem, ou com os conhecimentos dos farmacêuticos déssa época, que, pelo regulamento das Escolas criadas pela reforma de 1902, podiam adquiri-los por fórma a satisfazer todas as exigências dêsse trabalho, a minha preocupação ao elaborá-lo foi tão sómente a de que uma farmacopeia deve ser um livro útil ao serviço profissional farmacêutico, dando garantias aos clínicos e ao público e elementos de estudo aos alunos, para que estes possam dar bons profissionais no futuro, acostumando-se às exigências da lei.

Seguidamente à discussão do trabalho da subcomissão de farmácia fôram discutidos os restantes trabalhos, à medida que eram apresentados à comissão plenária, menos o de opoterápia, sôros, vacinas e esterelizações.

Mas, porque não era publicado o trabalho da comissão de 1903, e qual o motivo da demora?

E o que vou resumir, não trasladando para aqui o que dizem a tal respeito os artigos de *A Nação,* de 17, 18 e 19 de setembro, e ainda outros motivos, pela índole especial dêste boletim.

Regressando a Coimbra no fim de julho de 1904, quando entreguei o trabalho que fiz, e tendo-se já discutido o trabalho da subcomissão de farmácia, que muito me interessava, admirava-me que se não distribuisse para a discussão o trabalho da subcomissão de opoterápia, sôros, vacinas e esterelizações, que também desejava estudar com atenção.

Pelos artigos de *A Nação*, a que me refiro, se vê que houve morosidade nos trabalhos da Imprensa Nacional, e também porque a subcomissão de opoterápia, sôros, vacinas e esterelizações, não deu sinal de si, encarregando-se mais tarde do respectivo trabalho o secretário geral.

Quando êsse trabalho se achava concluido, e por consequência em condições de entrar em discussão, isto em prin-

cípio de 1911, como se vê dos mesmos artigos, são nomeados, sem que a comissão fôsse ouvida a tal respeito, dois professores de medicina de Lisboa para fazerem parte da comissão, devendo um dêles ocupar o lugar de secretário geral, que não aceitou, sendo nomeado para o substituir um professor da Escola de Farmácia de Coimbra, que aceitou, mas que não chegou a tomar conta do cargo.

Não ficaram por aqui as surprêsas.

Em 18 de setembro de 1913 é publicado o decreto n.º 139, dissolvendo a comissão de 1903 e nomeando uma comissão permanente da farmacopeia portuguêsa para a sua revisão, pelo menos trienal, emanando déla a comissão para o preçario dos medicamentos, feito bienalmente.

Foi a publicação dêste decreto que deu lugar aos artigos de *A Nação* a que me refiro.

Désta comissão desligaram-se alguns dos seus membros, que não aceitaram; e como o assunto não foi discutido no parlamento, o decreto não teve execução, porque ésta comissão era criada com remuneração, que não chegou a ser estipulada.

Aplaudimos a criação duma comissão permanente de revisão da farmacopeia, que fazia parte integrante de projectos de reforma de exercício de comissões a que tive a honra de pertencer, mas em condições diferentes do decreto n.º 139, quanto à escolha dos seus membros.

O que me pareceu sem acêrto, foi a inutilização do trabalho da comissão de 1903, feito com tão bôa vontade, com tanto trabalho, abnegação e dispêndio por parte dos membros da mesma comissão, referindo-me, é claro, aos que trabalharam, e alguns com afinco, tendo em vista sómente ser úteis às classes farmacêutica e médica e ao seu país.

E como depois desta última surprêsa, nalguns jornais scientíficos começaram a ser publicados trabalhos de alguns dos membros da comissão, cabe agora a publicação dos que apresentei sôbre química, trabalho que publicarei tal como foi feito, incluindo a ortografia da época, para que se possa apreciar no conjunto, convencendo-me de que, se algumas modificações precisaria actualmente, doze anos depois, ainda nêle ha que aproveitar.

Coimbra, abril de 1916.

VICENTE JOSÉ DE SEIÇA.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 2, pag. 112)

FERNANDES (VASCO)

Vasco Fernandez, tanoeiro, morador em Lisboa. Mercê do oficio de mestre dos tanoeiros de Cochim, o qual lhe foi vendido por Pero Alvares, moço da estribeira, a quem el-rei o tinha dado por alvará de 12 de março de 1529. Carta de 27 de março de 1529 (1).

MARTINS (ANTAM)

«Nomeado tenoeiro do meu almazem e terecenas de Tauila, por falecimento de Martim Vaz. Carta de 7 de dezembro de 1524» (2).

PIRES (JOÃO)

Era alemão e residia em Lisboa. Foi-lhe passada carta de privilégio, em Evora, a 29 de março de 1452 (3).

RODRIGUES (BELCHIOR)

«Dom Joam etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que comfiamdo eu de Belchior Roīz, tenoeiro, morador na cidade do Porto, que no oficio de mestre dos tenoeiros

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações e Mercês*, liv. 45, fl. 186.
(2) Idem — Idem, *Doações e Mercês*, liv. 45, fl. 147.
(3) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 95.

da dita cidade syrua bem e fielmente, por lhe fazer merce tenho por bem e o dou ora daquy em diamte por mestre dos ditos tenoeiros da dita cidade asy e da maneira que o elle deue ser e como o athe quy foy Joane Annes seu pay que o dito oficio tinha e o nele renunciou segundo se vyo por hũu pubrico estromento de renunciação que parecia ser feito e asynado per Aluaro Monteiro pubriquo tabeliam na dita cidade do Porto aos cimquo dias do mes de março deste anno presemte de mill b^{c}Rbij, com o quall oficio o dito Belchior Roīz aueraa de mamtimento em cada hũu anno seiscẽtos e doze rs, que he outro tamto como tinha e avia o dito seu pay. E mamdo ao comtador... Dada na villa dAlmeirym aos xbj dias do mes dabrill. Pero Cubas a fez anno do nascimento de noso Senhor Jhũu X$\overline{\text{po}}$ de ¡b^{c}Rbij, e eu Amdré Pirez o sobsprevy» (1).

TANOEIRO E SELEIRO

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que o juiz e vereadores e procurador da minha cidade de Viseu me emvyarão dizer per sua carta que na dita cidade ha gramdes vinhas e vinhátaryas per que ha mayor parte dos moradores e pouo da dita cidade viuem e que não ha hy nenhũu tenoeyro que queyra nella viuer por causa das muitas fimtas que em cada hũu ano se lamção pello pouo e asy dos emcaregos do conselho que sobre elle carregam, e que no tempo da vimdima he tamanha ha fadigua no correger da louça que peleyjam sobre os tanoeyros que hy vem de fora, e que iso mesmo não tem seleiro que viua na dita cidade nem a sete e oyto leguoas doredor dela, semdo oficio tam necesario, e isto por causa das ditas fimtas e emcarreguos do concelho. Pedimdome ouuese por bem por fazer merce ha dita cidade e a elles que queremdo hy vyr viuer hũu tenoeyro e hũu seleiro fosem escusos de todas as fimtas que pello dito comcelho fosem lamçadas e de todollos outros emcarreguos do concelho, e visto todo por mym, ey por bem fazer merce ha dita cidade que achamdo hũu tenoeyro e hũu seleiro que queyrão vyuer na dita cidade e que se obriguem a seruir seus oficios comtinuadamemte e ter temda como aos

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 15, fl. 62.

ditos oficios pertemce, me praz que hos ditos dous oficiaes sejam escusos... Dada em a minha villa dAlmeyrim aos xiiij dias do mes de feuereiro. D.º Gomez a fez. Ano do nacimento de noso Senhor Jhũu $X_{\overline{po}}$ de mill b°Rj anos. Amrique da Mota o fez escprever» (1).

INDÚSTRIA DA SEDA

PASSAMANEIROS E SIRGUEIROS

O livro de Acúrcio das Neves, *Noções históricas* (Lisboa, 1827), é sem dúvida a obra mais importante e noticiosa que possuímos acêrca das indústrias portuguesas e com especialidade da indústria da seda. Membro da Junta do Comércio, tendo ao seu dispôr valiosos elementos, conhecendo *de visu* o movimento fabril, mais fácil se lhe tornava a tarefa, mas outro fôsse êle que deixasse correr o marfim e só se importasse de receber os seus honorários, cumprindo apenas strictamente com os deveres oficiais do cargo. Merecido é portanto todo o elogio que se lhe faça pelo trabalho que executou e pelo serviço geral inteligentemente prestado. Praz-me dedicar esta pequena homenagem à sua memória, tanto mais que o seu nome, devido a questões políticas, ficou sepultado sob a lápide de um pesado e injusto esquecimento.

Acúrcio das Neves dedica o primeiro capítulo da sua obra aos primórdios da indústria da seda em Portugal e cita apenas dois factos: um relativo ao século XIII, outro ao século XV. O primeiro baseia-se no foral doado aos moradores do couto de Ervededo pelo arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho, em que há referências interessantissimas à cultura da amoreira e criação do sirgo.

O segundo é um capítulo das côrtes de 1472-1473, em que os povos requereram providências a D. Afonso V, sôbre o mesmo assunto, citando em seu abono a florescencia do reino de Granada, devida à produção e lavra das sedas.

Depois disto há um salto enorme, passando logo ao reinado de D. Pedro II, para se espraiar em seguida, largamente, nas tentativas de D. João V e no grande desenvolvimento

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 34, fl. 7 v.

que as fábricas de seda tiveram em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal.

O Visconde de Santarêm publicou em Paris em 1838 um interessante opúsculo intitulado *De l'introduction des procédés relatifs à la fabrication des étoffes de soie dans la péninsule hispanique sous la domination des arabes,* e nele, com respeito a Portugal, avança mais um facto, alêm dos citados por Acúrcio das Neves. É um capítulo das côrtes de Evora, de 1481, reinado de D. João II, em que os procuradores dos povos se queixavam das exacções praticadas por certos oficiais públicos contra os que cultivavam a amoreira e criavam bichos de seda. Esta circunstância demonstra-nos que a tradição se não tinha quebrado e que os povos ligavam importância a êste ramo da sua actividade industrial.

Apesar da concorrência importante e persistente dos produtos estrangeiros, a tecelagem da seda nunca se extinguiu entre nós, e no reinado de D. Manuel, entre os ricos e variados objectos enviados de presente ao Preste João faz-se menção especial de um *brocado minhoto* (1).

Os sirgueiros de agulha de Lisboa queixavam-se contra a introdução dos artefactos extrangeiros da sua indústria.

Vide Freire de Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa,* vol. 10, pág. 370.

LEAL (SILVESTRE ANTUNES)

Natural de Lisboa, filho de Silvestre Antunes: tomado por oficial de passamaneiro da Casa Real. Alvará de 18 de outubro de 1678 (2).

FERNANDES (BALTASAR)

Sirgueiro, morador em Lisboa. Pediu licença para trazer armas por causa de Pero Dias, seu inimigo, com quem tivera razões. Carta de 13 de maio de 1541 (3).

FERREIRA DE AGUIAR (MIGUEL)

«Dona Maria por graça de Deus, Raynha de Portugal etc. Fasso saber a D. Nuno Alvares Pereira Duque do Cadaval

---

(1) Veja-se o meu opúsculo *Indústrias textis e congeneres.*
(2) Torre do Tombo — *Matrículas,* liv. 3, fl. 417 v.
(3) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 34, fl. 24.

*

meu muito prezado sobrinho Mordomo mor de minha casa que eú hey por bem e me praz fazer merce a Miguel Ferreira de Aguiar de o tomar por official de cirigeiro de minha casa para me seruir como os mais officiaes della, em que gozará de todos os privilegios, liberdades e prelominencias que gozão os meus criados, e por firmeza de tudo lhe mandei passar esta carta por mim asignada passada pela minha chancelaria sellada com o sello de minhas armas. Dada nesta cidade de Lixboa aos 25 dias do mes de Novembro. Bernardo de Araujo a fes Anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1687. — Duque. — Raynha» (1).

GONÇALVES (GONÇALO)

«Nós El Rey por este aluara releuamos a G.º Gonçaluez, castellaão, sirgueiro da Rainha minha molher, que sobre todas preço e amo, e pollo da dita Rainha, que nollo por elle pedio, quallquer pena em que emcorresse por ataa feitura deste aluara cambar ouro em nossos regnos sem nossa licença, cõtanto que daquy em diante o nom faça mais sem nossa autoridade. E porem mandamos... Feito em a cidade dEuora xbij dias de nouẽbro. G.º Cardosso o fez. Anno do nacimento de nosso Senhor Jhũ X° de mil iiij°lij» (2).

«Dom Afonso etc. A quamtos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Gonçallo Gonçalvez, castellaao, sirgueiro da Raynha minha molher, que sobre todas amo e preço morador em esta nossa cidade de Lixboa, pello do capellam moor delRei de Castella, nosso muito prezado e amado primo e sseu embaixador, que nollo por elle pedio, teemos por bem e queremos que daqui en deante seja priuilligiado... Dada em a nossa muy nobre e sempre leall cidade de Lixboa xj dias do mes dabrill. Joham de Lixboa a fez. Anno de nosso Senhor Jhũ X_{po} de mil iiij°lb» (3).

LIMA (JOÃO DE)

«Dona Luisa por graça de Deus, Rainha de Portugal etc. Faço saber a D. João Mascarenhas meu muito prezado so-

---

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas.
(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 122.
(3) Idem — Idem, liv. 15, fl. 52 v.

brinho mordomo mayor de minha caza e Conde de Santa Cruz que eu hey por bem e me praz de fazer merce a João de Lima de o tomar por sirgueiro de minha caza para me servir como os mais officiaes della com que goza de todos os privilegios liberdades que lhe são concedidos e por firmeza de tudo lhe mandei passar esta carta por mim asinada e passada pela minha chancelaria sellada com o sello de minhas armas. Dada em Xabregas aos 20 de Mayo de 1665. Manuel Gomes Freire a fes. E eu Belchior do Rego Andrade a soescrevi. — Rainha» (1).

LOPES (JOÃO)

«Dom Joam etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que eu comcedy ao ifamte dom Luis, meu irmão, que samta gloria aja, de por seu falecimẽto fazer merce aas pesoas, a que elle deixou em seu testamẽto temças e merces de lhas mamdar dar da maneira que elle o decrarase, e por que elle deixou a João Lopez, syrgueiro, hũu moyo de triguo de temça, como era declarado no liuro dos seus descarguos, ey por bem, por niso fazer merce ao dito João Lopez, que elle tenha e aja de mim de temça em cada hũu anno, em dias de sua vida, o dito moyo de trigo, de janeiro que ora pasou deste anno presemte de b^{c}lbj em diamte, e mamdo ao barão dAluyto, veador de minha fazemda, que lho faça asẽtar no liuro della e despachar em cada hũu anno pera luguar, omde delle aja bom paguamento. E pera firmeza de todo lhe mandey dar esta per mim asynada e aselada do meu sello pemdemte. Dada na cidade de Lixboa a xxiij dias de nouembro. Balltesar de Pomte a fez. Anno do nascimento de noso Senhor Jhũu X_{po} de mill b^{c}lbj, e primeiro que se o dito moyo de triguo asẽte no liuro de minha fazenda, apresentara o dito João Lopez certydão de Manuel Coresma, scprivão da fazenda do dito Ifamte, de como no liuro dos seus descarguos no titolo do dito João Lopez fica posta verba como ouue este padrão per vertude do asẽto que no dito titolo estaua. E eu Aluaro Pirez o fiz scprever» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 18 v.

(2) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 65, fl. 308 v.

MOURA (LUÍS DE)

«Eu El Rei faço saber ao mordomo mor de minha casa que Luis de Moura me enuiou dizer que eu lhe fizera merce do officio de meu sirgueiro por hum aluara de lembramça, que se perdeo ao assinar deste, de que o treslado he o seguinte: «Eu El Rei faço saber a uos mordomo mor de minha casa que auendo respeito a Francisco Rodriguez, já falecido, seruir o officio de meu sirgueiro com satisfação, ei por bem e me praz fazer merce a Luis de Moura, seu filho, do dito officio de meu sirgueiro, tendo idade para o seruir, e sendo apto e sufficiente se lhe fara aluara em forma do dito officio, e para sua guarda e minha lembrança lhe mandei dar este aluara, que lhe farei inteiramente cumprir, o qual ei por bem que valha etc. Manoel da Costa o fez em Lixboa a vinte e tres dabril de mil e seis centos e cinquo. João Cardoso o fez escreuer». E por quanto o dito Luis de Moura esta examinado e apto e sufficiente e ter idade para seruir o dito officio como justificou diante de nos, ei por bem e me praz de lhe fazer merce do dito officio de meu sirgeiro, com o qual auera de ordenado, digo de moradia, quatro centos rs por mes, e hũa vestearia ordinaria cada anno, e he outro tanto como tinha seu pai Francisco Roīz e sera obrigado a fazer todas as obras tocantes ao dito officio que se fizerem por meu mandado para a Casa da Mina e India e almasens, e assi mais todas as obras que forem necessarias para o Reino como as que forem para fora delles, que serão pagas a custa de minha fazenda, e o prouedor e officiaes da dita casa lhe darão as ditas obras e não a nenhum outro official e o deixarão seruir assi e da maneira que o siruia o dito seu pai. Mandouos que o façais assentar no liuro dos moradores de minha casa no titolo dos officiaes da mestura com a dita moradia para se lhe fazer pagamento como se fazia ao dito seu pai. Bento Jusarte o fez em Lixboa a 26 dagosto de seis centos e onze. João Cardoso o fez escreuer» (1).

MOURA (PEDRO DE)

Nomeado oficial de sirgueiro da Casa Real, por falecimento

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D Filipe II, *Doações*, liv. 21, fl. 190 v.

de seu pai Luís de Moura. Tinha 400 réis de moradia por mês e uma vestiária por ano. Alvará de 16 de junho de 1669 (1).

RODRIGUES (JOÃO)

«Eu El Rey faço saber a vós padre Diogo de X$\overline{\text{po}}$, prouedor do espritall de todollos samtos desta cidade de Lixboa, que Joam Roīz, cirgueiro, morador na dita cidade, me emuiou dizer que elle tinha hũuas casas ao tromq.° em hũua trauesa que hia pera a rua dos fornos, foreiras ao dito spritall em mill e cemto e cimquoemta rs e duas gualinhas de foro em cada hũu anno em vida de tres pesoas, de que elle era a derradeira pesoa e por serem muito pequenas e não renderem mais que tres mil e oitocemtos rs em cada hũu anno me pedia ouuese por bem lhas mamdar anouar em primeira pesoa com o crecimemto de mais foro que fose justo e me bem parecese, pello que vos mamdo que com os deputados do dito spritall viseys a dita pitição e as casas de que nella fazia menção e respomdeseis a ella per esprito o que vos bem parecese acerca do que asy pedia, ao que per voos foy satisfeito segundo vy per vosa reposta, em que dizeis que com os ditos deputados vireis as ditas casas e erão muito pequenas e de pouquo remdimemto, de que o dito João Roīz pagaua de foro em cada hũu anno os ditos mill e cemto e cimquoemta rs e duas galinhas e era nellas a deradeira pesoa, e vos parecia, auemdo eu por bem lhas mamdar anouar, diuia ser com crecimemto de cemto e cimquoemta rs mais de foro em cada hũu anno aalem dos ditos mill e cemto e cimquoemta rs e duas gualinhas pera serem mil e trezentos rs e duas galinhas de foro em cada hũu anno, e visto seu requerimento e a dita diligemcia e vos o parecer, ey por bem que as ditas casas lhe sejão anouadas em vida de tres pesoas com os ditos cemto e cimquoemta rs mais de foro em cada hũu anno, alem dos ditos j̄cl rs e duas galinhas que ora pagua pera terem mill e trezemtos rs e duas gallinhas de foro em cada hũu anno. Mandouos que lhe paseis carta daforamemto em forma das ditas casas pella dita maneira em vida de tres pesoas, de que elle sera a primeira com o dito foro de mill e trezemtos rs e duas gallinhas em cada hũu anno, que he mais os ditos cemto e cimquoemta dos que ate quy paguou

---

(1) Torre do Tombo — *Matriculas,* liv. 3, fl. 414.

e nella se decrarara as comfromtações das ditas casas e se treladara este meu aluara pera se por elle em todo tempo ver e saber como se a dita anouação e aforamento fez per meu mandado. P.º Cubas o fez em Lixboa a xbiij dias doutubro de mil b^{o}l e sete, e eu Aluaro Pirez o fiz escreuer» (1).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo—Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 65. fl. 359.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do vol. 64.°, pag. 600)

CAPÍTULO XIII

Importância da batalha de Ourique. — Aclamação de D. Afonso Henriques

É certo que a vitória obtida por D. Afonso Henriques, sôbre o alto e aguerrido moiro Esmar, produziu um intenso abalo na alma portuguesa. Só os feitos singularmente impressivos, dispõem da mágia de se perpetuarem por uma longa tradição na memória dos póvos. Muitos e variados triunfos constelaram o régio diadema do fundador da monarquia, e, sem a menor dúvida, o mais celebrizado foi o de Ourique; embora não represente um golpe decisivo na vizinha moirama, com a qual a nossa gente teve, ainda durante séculos, de sustentar rijas pelejas, nem se lhe deva qualquer alargamento imediato das fronteiras do condado portucalense. Mas, a valia de acções tais, não se aquilata apenas por circunstâncias de teor idêntico: outras diversas a podem determinar.

A batalha de Ourique, significa, como já adverti, nem mais nem menos do que a felecíssima estreia da Cruzada Portuguesa. Do êxito desta empreza, ditada pela Fé e pelo patriotismo, dependeria todo o futuro do povo que à custa de labores desmedidos, se propunha a constituir uma nacionalidade independente.

O pequeno rincão herdado por Afonso Henriques, mal dispunha de condições para resistir à corrente unificadora que ia reunindo os diversos estados espanhois, sob o setro imperial de Afonso VII. Precisava de medrar, de robustecer-se, para ganhar fóros de nação. Depois de algumas ten-

tativas, aliás brilhantes de audácia, o filho de D. Tareja dissuadira-se de alargar os limites do seu estado para o norte e para o Oriente. Já não fôra modesta proêsa desmembrá-lo da Espanha christã. Para o engrandecer tinha de dirigir a conquista para a terra dos infieis, lançar-se freneticamente na guerra santa, com aquele ardor próprio de descendente dos mais feros batalhadores que se defrontaram com o Islam, na Península, e do devoto e belicoso borgonhês, tão apaixonado por quebrar lanças por amor de Deus, que apenas se lhe abriu uma breve folga, nas lides aqui travadas com os descridos, logo a aproveita, para ir a Jerusalêm, associar-se aos que lidavam para redimir os santos lugares do domínio vexatório dos sarracenos.

Alêm da índole herdada para o afeiçoar a tais cometimentos, e da sua qualidade de cavaleiro e de principe cristão, era D. Afonso Henriques fronteiro de domínios mouriscos; e, essa situação só por sí, naturalmente lhe impunha o destino de fazer a guerra contra os infiéis. E foi sôbretudo por guerrear e vencer moiros, que ganhou fôrça, autoridade e prestígio, para consolidar a independência do seu património. O imperador, seu primo co-irmão, tolerou-lhe a rebeldia, porque êle o convenceu pelos seus feitos formidaveis, do valor da sua espada na obra épica da reconquista cristã. Tambêm o mesmo préstimo (1) lhe atraiu as boas graças da Cúria Romana, traduzidas em importantes concessões, entre

---

(1) Ver as cartas de el-rei D. Afonso Henriques dirigidas a Inocêncio II, em dezembro de 1143 (*Quadro Elementar das Relações Politicas*, tom. IX, fl. 8. — *Elucidario*, tom. I, *Dinheiro de S. Pedro*. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. X), e a Alexandre III, em 1163, (*Quadro Elementar*, tom. IX, fl. 14. — Archivo Nacional da Torre do Tombo, *Livro de S. Theotonio*, fl. 13 v. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. XI, cap. IV). — Desta última carta recorto o seguinte trecho, que é elucidativo: «Porque os outros Emperadores, Reys, Duques, Principes, & mais poderosos da terra ouuerão por heráça o patrimonio de seus pais pertencente ao peculio de São Pedro, com o qual permanecem na sogeição de vossa Santidade, e da Igreja Romana. Porẽ ou não acresentão cousa algũa do que alcansarão, ou se algũa cousa vão acquirindo das nações barbaras, o approprião a si mesmos como a verdadeiros senhores. Mas eu servindo fielmente ao bemauenturado São Pedro com o que me ficou de meus paes, & cõ o mais ganhado por minha industria, acho ter tomado aos Mouros cõ o fauor do Sagrado Apostolo muito mais do que dantes tinha, por cujo respeito offereci tudo de boa vontade ao patrimonio Apostolico, pretendẽdo mostrar-me sempre Caualeiro do bemauenturado São Pedro, & obedientissimo aos mandados de vossa Santidade».

as quais avulta o reconhecimento da sua realeza, pelo Vigario de Cristo (1). Êste acto consagrador, dimanado do mais alto poder moral, firmou a corôa do nosso primeiro monarca, legalizando a autonomia da pátria portuguesa (2).

A bula de Alexandre III, *Manifestis probatum est argumentis* (3), dirigida a el-rei D. Afonso Henriques, aduz, com perfeita clareza e justiça, os honrosos motivos que tornaram o príncipe crédor da benevolência da Santa Sé. Rememora os serviços prestados pelo rei à Igreja nos campos de batalha, em que sempre se mostrou intrépido vencedor de seus inimigos, bom filho e príncipe católico, e alude às obras piedosas que documentam o seu zêlo pela religião. Confirma ao monarca as graças anteriormente concedidas, toma-o debaixo da sua protecção, assim como ao reino de Portugal, e a todos os lugares que êle, com ajuda e favor de Deus, arrancasse das mãos dos sarracenos, sôbre os quais não teriam o menor direito os príncipes cristãos circumvizinhos, estendendo essa prerogativa aos seus sucessores. Adverte-o ainda, de que não desista do empenho de dilatar os limites da Fé cristã, para que a Santa Sé sempre se confesse grata a tão devoto e glorioso filho, e êle continue disfrutando o seu afecto.

Sabida como é a preponderância do papado na cristan-

---

(1) A. Herculano, *Historia de Portugal*, tom. I, nota XIX, a fl. 492. — João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e jurisprudencia ecclesiastica e civil de Portugal*, tom. I, fl. 62. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. X, e liv. XI, cap. IV.

(2) Escreve A. Herculano: «Havia, na verdade, muitos annos que o joven principe recebia dos seus subditos o titulo de rei, posto que nenhum acto nos reste de uma eleição regular; mas isto não era bastante para destruir as leis gothicas, que se oppunham á desmembração da monarchia, apezar de alguns abusos anteriores. Assim com um direito politico assaz disputavel, n'uma epocha em que a força resolvia mais do que nunca a sorte dos povos e dos imperantes, e sendo possivel, ou antes provavel, que renovada a lucta da independencia, Portugal, ainda em debil infancia, viesse cedo ou tarde a succumbir, como succedera á Navarra, só collocando o seu throno á sombra do solio pontificio, Affonso Henriques podia tornal'o solido e estavel. A supremacia, que em geral o summo pastor exercia sobre todas as monarchias christans, associava-se a idéa de que na Hespanha tinha a sé romana um dominio particular e immediato, e por isso uma vez que ella se declarasse protectora do novo estado, a existencia individual deste estribava-se n'uma jurisprudencia politica superior ás mesmas instituições wisigothicas. (*Historia de Portugal*, tom. I, fl. 342).

(3) Archivo Nacional da Torre do Tombo, *Collecção de Bullas*, maço 16, n.º 20. — *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, tom. I, fl. 7. — *Quadro Elementar*, tom. IX, fl. 16.

dade do século XII, pode julgar-se da valia do auxílio que representava a benevolência de Roma, em favor das aspirações do povo português e do seu valoroso chefe. Considero presunção muito ridícula, atribuir êsses obséquios pontifícios, inspirados não sómente em princípios de equidade, mas, também em superiores conveniências religiosas e sociais, ao estímulo caricato, procedido do censo anual de dois marcos de oiro, que D. Afonso Henriques se comprometera a pagar a S. Pedro, como testemunho de vassalagem (1).

Alexandre III não merece nota de venal. Passa como um dos mais ilustres e respeitados pontífices (2) da Idade Média, aliando a talentos de estadista, virtudes edificantes. O seu carácter era tão isento, que entendia por dever, moderar a generosidade dos fieis para com a Igreja, quando a julgava excessiva (3). Se fôra dado a negócios reles, melhores lucros teria realizado, com a venda ao imperador de toda a Espanha, de uma recusa formal às pretensões do príncipe português.

A sombra protectora da tiara defendeu a nossa pátria durante o acidentado período da sua infância, da cubiça dos príncipes cristãos vizinhos, por reconhecer na monarquia nascente, pelos singulares predicados de fervor religioso e de ânimo combativo do príncipe e dos súbditos, mais uma iniciativa organizada e de bom valor, para a dilatação do império da Cruz, na Península. Procurando os Papas suprimir ou pelo menos moderar as rivalidades e discórdias entre os soberanos da sua obediência confessional, intensificavam o ambicionado desenvolvimento da Cruzada.

Quando se compreenda em toda a sua complexidade a importância que representou o exercício da guerra santa, na laboriosa formação do reino de Portugal, visiona-se, sem maior embaraço, o vivo interêsse, suscitado pela jornada de Ourique aos primeiros portugueses, na hora grave, em que vinha avançando o perigo musulmano, com todo o prestígio da bravura e da crueldade, com a ameaça trágica de asfixiar

---

(1) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XI.

(2) *Acta et Vita Alexandre III,* apud Baron, an. 1159. — L'Abbé Rohrbacher, *Histoire Universelle de l'Eglise Catholique,* tome dizième. — Reuter, *Alexandre III et siècle.*

(3) Escreve Cantu: «Este grande homem, informado de que os suecos, por excesso de devoção, deixavam todos os bens ás egrejas, prohibiu aos individuos que tivessem um filho o dispor de mais de metade da fortuna, e de mais do terço aos que tivessem dois». (*Historia Universal,* vol. VII, liv. decimo segundo, cap. II).

quaisquer assomos de investida a que se afoitasse o senhor de Coimbra. Nesta empreza ia D. Afonso Henriques jogar uma cartada decisiva, porque se abalançara a expôr às contingências de um encontro muito desigual, a flôr da sua Cavalaria e as suas melhores tropas. Como se vê, na já citada nota extraída da *Memoria escripta de mão de Santa Cruz de Coimbra* (1), todos os Cavaleiros do séquito do infante, fôram dos que mais se ilustraram, através do seu longo govêrno, por grandes feitos e serviços com a espada e com o conselho. Levou o que havia de melhor. Não deixou ficar um só válido, e, tudo somado, dava muito pouco em número.

Não se descobriram ainda elementos para orçar com justeza, as fôrças respectivas das duas facções; considera-se, porêm, a das islamitas muito superior à dos cristãos. Está, pois, o atractivo do drama, na desigualdade e não na quantidade dos combatentes. Essa diferença em desfavor da hoste portuguesa, põe em relêvo a sua ousadia, valoriza o seu ingentíssimo esfôrço e atiçou entusiasmos férvidos, como reacção natural de uma crise amargurada de receios, de incertezas, de anciedade. Se D. Afonso Henriques e os seus bravos cavaleiros houvessem sucumbido, ou se deixassem cativar nos plainos de Ourique, convenço-me de que o pequenino Portugal teria falecido no seu berçinho, sombreado pelos poéticos salgueiros do Mondego e pelos lindos arvoredos do Minho, e da tentativa de separação restaria qualquer remembrança breve, nos anais do imperialismo espanhol mediévico. Ficou alguêm de reserva, com prestígio e envergadura, para ateimar pela autonomia do condado? Não consta. E ponderadas as circunstâncias, semelhante desastre com todas as suas terríveis consequências, não apresentava menores probabilidades do que o triunfo. Antes pelo contrário. Dada ainda a hipótese da derrota não ser absoluta, um golpe a mais e nova humilhação, depois da chacina de Tomar e da destruição de Leiria, que deixara mal garantida a defesa de Coimbra, poderia empalidecer e porventura apagar a boa estrêla do príncipe. A grande confiança nos chefes militares que às vezes se exagera, a ponto de parecer resultado de fascinação, quando a boa sorte capricha em mimá-los, arrefece depressa, com a insistência dos revézes.

E diga-se a verdade: em 1139, a fama do terrível Ibn-

(1) Cap. XII, fl. 599.

Errik, «o perfido galego», «o maldito de Deus», como vieram a apodá-lo os cronistas maometanos, em desabafos de ódio implacável, depois de lhe sentirem as garras, ainda não alarmava os descridos. Antes, pelo contrário, nessa data, era receado o sinistro poder de Islam, com uma longa tradição de triunfos e de crueзas, atribuindo-lhe a fantasia dos nazarenos exagerados recursos guerreiros.

A vitória de Ourique persuadiu o príncipe e a Cavalaria portuguesa, de que haviam capacidade para se medirem com vantagem com os sarracenos, embora êles se lhes apresentassem numa sensível superioridade numérica. O êxito de experiência tão arriscada, e por sem dúvida a primeira, a valer, ensaiada no govêrno de Afonso Henriques, actuou sôbre a nossa gente, como um brado radioso de «*sursum corda*», retemperando brios, exaltando o ânimo combativo pelo convencimento do próprio valor, aferido em rude prova.

Deve-se ao feliz início da Cruzada Portuguesa, o seu desenvolvimento brilhante e fecundíssimo que alcançou consolidar a autonomia da nossa pátria e depois se traduziu, sempre com o mesmo espírito de dilatar a Fé e o Império, nas conquistas e descobertas de alêm-mar, ganhando para Portugal um posto de honra na epopeia da civilização.

Segundo os velhos cronistas (1), D. Afonso Hanriques foi aclamado rei, na manhã da batalha de Ourique. Em seguida aos actos religiosos com que o príncipe e os do seu exército se preparavam para as eventualidades do combate, vieram os principais cavaleiros significar a D. Afonso o propósito «que tinham todos de o levantar logo por Rey». A princípio retraiu-se o homenageado, declarando-lhes com modéstia, lidimamente cavaleirosa, «que não se queria chamar senão seu irmão & companheiro»; insistiram, porêm, os oferentes e com boas razões demoveram o príncipe da sua escusa. Então reboaram pelo acampamento, todo doirado pelo deslumbrante sol de julho, os gritos de «REAL REAL POR DOM AFFONSO REY DE PORTUGAL!», e as calorosas aclamações dos *miles* e dos homens de armas, o rufo dos «atambores» e o

---

(1) Christovam Rodrigues Acenheiro, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, cap. III, apud *Collecção de Ineditos*, tom. V, fl. 23. — Duarte Galvão, *Chronica do mais alto e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques, primeiro rey de Portugal*, cap. XVI. — Duarte Nunez de Lião, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, tom. I, fl. 94. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv, X, cap. II.

clangor das trombetas, deram uma grande solenidade guerreira a êsse acto.

Seria uma bela scena cavalharesca, e não me admira que se tivesse dado, exactamente, nas circunstâncias referidas. A consagração antecipada do herói, poderá parecer inverisímil aos menos familiarizados com as práticas caprichosas da Santa Ordem, mas, a investidura dos cavaleiros que representava uma recompensa, e melhor caberia após o triunfo, também se efectuou, não raro, antes das grandes batalhas, como já aludi noutro capítulo (1), para estimular o ânimo dos iniciados, no momento supremo, em que mais se necessitava de encandecer a sua coragem e de atromentar-lhe a sêde da glória que arrasta para as grandes loucuras salvadoras.

Os cavaleiros portugueses elevando o seu chefe, que se prazia com ser apenas «seu irmão & companheiro» (2), à categoria de rei, dignificando-o, dignificavam-se. Subiam de vassalos de um príncipe, título (3) com o qual se enfeitava qualquer governador de distrito, naquele tempo, a súbditos de um rei. E êstes ouropeis, que a crítica hodierna desdenha, eram então apreciados por modo muito diverso, promovendo até heroicidades, a ância de merecê-los.

A corôa real oferecida na ponta das espadas de um punhado de bravos, naquela hora histórica de tamanho perigo e pungentissima incerteza, ali mesmo no arraial, à vista do fantasma terrível do Islam, cujos esquadrões luzentíssimos já se ordenavam para a investida, daria porventura ainda melhores alentos ao eleito e aos aclamadores. A alma da Cavalaria amava estes lances grandiosos e enternecedores.

---

(1) Cap. IV, fl. 77.

(2) Duarte Nunez de Lião, *loc. cit.*

(3) «De feito achamos este (titulo de prnicipe) applicado por aquelles tempos como um termo generico aos individuos, que exerciam algum poder publico, bastando para o tomarem, que fossem simples governadores de districto. Assim vimos que Fernando Joanne era *princeps Limiæ*, e que *principes* eram os barões de Portugal e os de Navarra. (*Chron. Adef. Imperat.*, I, 34 e 36). — Gonçalo Gonçalves era *principe* (alcaide) do Castello de Soure pelos annos de 1112 (*Liv. Preto*, fl. 116 v.), e finalmente, para não citar uma infinidade de documentos, tanto Affonso VI de Leão, como seu genro, o Conde Henrique, foram chamados ao mesmo tempo *principes*». (*Dissert. Chronol.*, tom. III, parte I, n.os 122, 125, 130, 133, 145, etc). — A Herculano, *loc. cit.*, tom. I, nota XVIII, fl. 491. — Diz Viterbo: *Principe* de algum territorio, comarca ou lugar. O mesmo que *Rico-homem, Potestade, Maiorino* ou *tenente*. (*Elucidario*, palavra Principe III).

Nos monumentos coevos, conhecidos no nosso tempo, não se descortinam referências sôbre o assunto; mas, conviria atender a que os velhos cronicons se despreocuparam sempre de particularidades similares. Outros, porventura, teriam existido e desaparecido; e julgo crível que algo se puzesse em História, em idade proxima do acontecimento, como vem indicado nas *Cronicas Breves e Memorias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra* (1).

O mais antigo documento, onde se alude à aclamação de D. Afonso Henriques, em Ourique, é do primeiro quartel do século XIV. Consta de um rôlo de pergaminho (2) do cartório dos freires de Palmela, contendo os artigos apresentados ao Papa João XXII, pela Ordem de Santiago, em Portugal, cujo mestre era então Pedro Escacho, em que se insiste pela sua separação da de Castela. Lê-se no preâmbulo do articulado que D. Afonso, havendo rechassado os sarracenos no Campo de Ourique; fôra aclamado rei pelos seus nobres e pelas outras comunidades (3). Ora êste monumento não é História, mas é incontestavelmente histórico e grave, pelo seu carácter oficial (4), pela autoridade dos que o elaboraram e pela veneração devida ao Pontífice a quem era dirigido. E convenço-me de que na côrte de D. Diniz, a mais policiada e esclarecida da primeira dinastia, não se ignorariam as circunstâncias principais da aclamação do fundador da monarquia. Demais, os estudos históricos mereceram desvêlos ao douto soberano que instituiu a nossa primeira universidade. A êle se deve a tradução em linguagem portuguesa da célebre *Chronica Geral de Espanha* ou *Estoria Geral* (5), escrita ou mandada organizar por

---

(1) «Mais ante que entrasse em batalha, *conta a estoria* que os seus què o acalçarom por Rey, e des entom se chamou Rey de purtugal». (Apud *Portvgaliæ Monvmenta Historica*, volvmen I, fl. 27).

(2) *Livro dos Copos*, fl. 83, no Archivo Nacional.

(3) «D. Alfonsus I.us rex Portugaliæ... in manu potenti conterendo sarracenorum barbaricam feritatem in campo de ourique a suis nobilibus et aliis communitatibus in regem assumptus est».

(4) *Sexta Parte da Monarchia Lusitana*, liv. XIX, cap. XX.

(5) «Esta obra escripta e mandada organisar por Affonso o Sabio, e conhecida segundo Mondéjar nos manuscriptos pelo titulo de *Estoria geral*, foi mandada traduzir para a lingua portugueza por seu neto o rei Dom Diniz. Com certeza influiu no desenvolvimento da forma historica em Portugal. Na Bibliotheca nacional de Paris conserva-se um manuscripto portuguez com o titulo «*Historia geral de Hespanha*, composto em castelhano por el rei de Leão e Castella, Dom Affonso o Sabio, tras-

seu avô, Afonso o Sábio. E quem se ocupava assim, da História dos seus vizinhos, não era provável que descurasse a da sua pátria. Comprova pois o seriíssimo arrazoado dos spatários que no comêço do século XIV, corria como certo e indiscutível, o facto de D. Afonso Henriques ter sido aclamado rei em Ourique, pelos seus Cavaleiros e soldados. Diverge apenas do informe dos antigos cronistas, já referido, em marcar a aclamação só depois da vitória. E talvez acerte. Também os Cavaleiros da Cruzada elegeram rei de Jerusalêm, o seu companheiro e chefe Godefredo de Bouillon, após o triunfo. A legenda dos impressionantes episódios da epopeia libertadora dos lugares santos, exerceu durante longo tempo uma influência sensível na imaginação dos póvos cristãos, e não se presuma mero devaneio, dada a índole romântica e imitativa da nossa raça, que aquele decantado sucesso servisse de modêlo para a apoteose prestada pela Cavalaria portuguesa ao seu heróico companheiro e chefe, também, com o auxílio divino (1), vencedor dos infieis em arriscada lide para reaver domínios da Cruz.

D. Afonso Henriques e a pleiada de lutadores glorificada em Ourique, foram naturalmente embalados, logo nos seus mais tenros anos, com a tradição alucinadora das proezas dos Cruzados no Oriente, decerto ainda muito viva no condado portugalense, porque a trouxe em toda a sua pureza o conde borgonhês na volta da Palestina, poucos anos depois da conquista de Jerusalêm. Alimentavam-na com certeza, os seus principais familiares e irmãos de armas que lhe sobreviveram e vieram a ser os educadores da brilhante geração, cujos brios se provaram no magnífico desenvolvimento da guerra santa, neste trecho do Ocidente. Egas Moniz, Mem de Gundar (2), o ainda muito moço Gonçalo Mendes da

---

ladado em portuguez por o rei Dom Diniz ou por seu mandado». (Theophilo Braga, *Curso de Historia da Litteratura Portugueza*, fl. 122).

(1) «... auxilio sibi facto diuino». (*Vita Sancti Theotonii*, § 27. Apud *Portvgaliæ Monvmenta Historica*, vol. I, fl. 86).

(2) «Dom Mem de Gundar he outro Capitão, que veyo de Asturias, & se achou com o Conde D. Henrique. Diz delle o Conde D. Pedro, que foy Caualeiro muy bom, & honrado; que para os termos de que vsa o Conde, não he pequena abonação do seu valor, & nobreza. Casou Dõ Mem de Gundar cum hũa senhora da Galiza, que auia nome Dona Goda, da qual houue alguns filhos muy valerosos nas armas, de quem se falará adiante, quando tratarmos da batalha de Ourique». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. VIII, cap. XXV).

Maia, alcunhado o *Lidador,* por motivo dos seus luzentíssimos feitos nas guerras, o respeitável abade do mosteiro de D. Mumadona (1) e tantos outros personagens da côrte (2) de D. Henrique, como os Fafes, os Mendez, os Guterres, os Anaias, gozaram deliciosos serões nas salas explêndidas da alcáçova (3) de Guimarães e nas do castelo de Coimbra, bem mais modestas, ouvindo e discutindo as curiosas narrativas dos recemvindos dos lugares Santos. Alêm do conde, tambêm visitaram pela mesma época a Palestina, dois dignitários eclesiásticos que disfrutavam de grande autoridade e exerceram profunda influência moral na juvenil sociedade portuguesa: o arcediago D. Telo (4) e o prior D. Teotónio (5),

---

(1) «Não vedes, digo, a alpendrada de uma igreja, a portaria de um acisterio, a grimpa de um campanario? É o mosteiro de D. Mumadona: é um claustro de monges negros: é a origem desse burgo, do castello rouqueiro e dos seus paços reaes. Havia duzentos annos que neste valle viviam apenas alguns servos, que cultivavam a villa ou a herdade de Vimaranes. Mas o mosteiro edificou-se, e a povoação nasceu. O ameno e aprazivel do sitio attrahiu os poderosos; o Conde D. Henrique quiz ahi habitar algum tempo, e sobre as ruinas de um fraco e pequeno castello, a que os mouros se acolhiam ante o assolador tufão das correrias dos mouros se alevantou aquella machina». (A. Herculano, *O Bobo,* cap. II). — Êste convento dedicado a Nossa Senhora da Oliveira e ao Salvador do Mundo, foi instituído na primeira metade do século x, pela condessa de Mumadona, viuva de Hermenegildo Gonçalves Mendes, conde da Tuy e do Porto, e governador da província de Entre Douro e Minho, e tio de D. Ramiro II, rei de Leão. Foi na igreja dêste convento que o Conde D. Henrique deu princípio à colegiada com o nome de capela real. (Ver sôbre êste curioso assunto: *Corographia Portugueza* do Padre António Carvalho da Costa, tom. I, liv. I, cap. I, II, VIII, IX, X, XI, XII e XIII. — *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal, vol. III, fl. 351. — *Guimarães e Santa Maria,* por J. G. de Oliveira Guimarães, abade de Tagilde, fl. 55).

(2) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. VIII, cap. XXX e XXXI.

(3) A. Herculano dá-nos uma brilhante descrição do que fôra o Castelo de Guimarães, no cap. II, do seu romance — *O Bobo.*

(4) «Começou a florecer em tempo do Conde D. Henriq̃, & era já então Arcediago da Sé de Coimbra, & cõ este titulo, & o de principal ministro da casa acõpanhou o Bispo de Coimbra D. Mauricio, quãdo foi â Terra Santa em o anno 1103. Como já temos assentado. Deu mostras da sua muita prudencia neste ministerio, & de grande amor de Deos na devoção cõ q̃ visitou os lugares sagrados. Fazẽdo volta ao Reino foi crescendo em reputação & em virtudes . . .». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. IX, cap. XXII). — Como escrevi no cap. XII, em nota a fl. 598 êste D. Telo foi o fundador de Santa Cruz de Coimbra.

(5) «... renunciando o Priorado de Viseu, emprendeo este caminho, & chegando á Palestina, visitou com singular devução aquelles lugares santificados com a presença do Saluador do mundo. Tornando a Portu-

ao qual já me tenho referido no decorrer desta História. Estes padres de previlegiada intelectualidade e de apurada cultura, sabiam ver e expôr as suas impressões. Dado o espírito religioso e aventureiro daquela idade, e a especial atenção que os nossos maiores professavam por semelhantes assuntos, sob o estímulo do perigo musulmano sempre eminente, visiona-se o interêsse e a avidês com que seriam escutados tão curiosos relatos, dimanando tanto mais, de altas personagens do maior respeito e prestígio. Quantas vezes o honrado aio do filho de D. Tareja, lidimo modêlo de lealdade e de bravura, de Fé sublime e de patriotismo extreme, não teria apontado ao seu *criado* e a seus próprios filhos — entre os quais se destacava o terrível Lourenço Viégas, cognominado o *Espadeiro,* pelos formidáveis golpes da sua espada — a figura nobre e gloriosa do conde, seu amo, como espelho da mais perfeita Cavalaria cristã, recontando-lhes com intuito educativo, e porventura no entusiasmo enternecedor, frequente nas almas singelas e puras, ao evocarem scenas e feitos gratos ao seu sentimento, todos os pormenores que colhera do príncipe, sôbre a devota jornada, e o que viu e soube nos sitios, «onde o senhor falou a linguagem dos homens».

A mocidade guerreira do século XI educou-se no culto de Carlos Magno e dos seus decantados paladinos. Na primeira metade do século seguinte foram os fastos da Cruzada de Jerusalêm que apaixonaram a juventude cavaleirosa.

Não me demoro a inquirir qual das duas versões expostas, sôbre o momento exacto da aclamação do nosso primeiro rei, merece preferência; procuro apenas saber se tal facto, se relacionou com a célebre batalha. Ora sôbre êste ponto ajustam a tradição, o documento dos spatários e todos os velhos cronistas, sem sombra de dúvida ou de discrepância. E não descortino motivo de tômo, para repelir semelhante aviso. Nem os documentos mais próximos do sucesso, nem as probabilidades históricas o contrariam, segundo me persuado.

Desde princípios de julho de 1139, até abril de 1140, não

---

gal, como fossem grandes as lembranças que lhe ficaram impressas na alma daquelles Santuarios, quis outra vez repetir a mesma jornada». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXXXIII). — Sôbre a segunda viagem de S. Teotónio aos Lugares Santos encontram-se interessantes e piedosos pormenores na *Vita Sancti Theotonii,* § 10, apud *Portvgaliae Monvmenta Historica,* vol. I, fl. 81.

*

se conhecem diplomas oficiais (1) de D. Afonso Henriques. Naturalmente, durante todo êsse lapso, moirejou-se mais na guerra do que na chancelaria. Mas, aquela falha de diplomas oficiais não comprova, nem prejudica a hipótese que analiso.

Verifica-se no exame dos documentos que D. Afonso Henriques, já durante o govêrno de sua mãe e até novembro de 1136, se intitulou constantemente *infante* (2); daí em diante *príncipe* (3), até à época da batalha de Ourique, e depois *rei* (4). Pela primeira vez se declara assim (5), em uma escritura de doação da ermida de Santa Marinha de Panoias, ao presbítero Nuno Gonçalves, com data de abril de 1140 (6).

Do expôsto se deduz sem maior dificuldade, que o acto da aclamação do primeiro rei dos portugueses se deveria ter realizado no período compreendido entre os primeiros dias de julho de 1139 e o comêço de abril do ano seguinte.

Naqueles belígeros tempos semelhantes consagrações não se alcançavam por meras habilidades de chancelaria; era preciso conquistá-las de espada na mão, ganhando a confiança dos súbditos e o voto dos companheiros, sob o deslumbramento dos grandes rasgos de heroicidade e do êxito das iniciativas audazes, sôbretudo daquelas que melhor obtemperassem às aspirações mais gratas ao sentimento dos povos, e, outrosim, delindo com o prestígio dimanente de uma superioridade de grande brilho, feita e afirmada nos lances das guerras, os ciumes dos émulos e os embargos dos mais poderosos.

Durante a quadra que acima registei, apenas se produziram dois factos com probabilidades de se encadearem com o gravíssimo acontecimento de que estou tratando, e foram êles: a vitória de Ourique, a 25 de julho de 1139, e a jornada de Val-de-Vez, na primavera de 1140. Limitou-se êste recontro ao torneio, aliás lindo, e já descrito no capítulo anterior (7). Como triunfassem os nossos, cativando conforme as leis da Cavalaria alguns dos principais caudilhos leoneses, o impe-

---

(1) João Pedro Ribeiro, *loc. cit.*, tom. I, fl. 62.
(2) Idem, tom. III, *Append. IX*, fl. 93 a 111.
(3) Idem, tom. III, *Append. IX*, fl. 112 a 117.
(4) Idem, tom. III, *Append. IX*, fl. 117.
(5) «Ego egregius rex alfonsus gloriosissime yspanie imperatoris nepos et consulis domni henrici et tarasie regine filius, dei vero providentia totius portugalensis provincie princeps». (*Liber Fidei*, fl. 139 v).
(6) IV idus aprilis era MCLXXVIII.
(7) A fl. 291 e *nota* 1, e fl. 292 e *nota* 1 e 2.

rador tomou o desaire por enguiço e deputou mensageiros ao campo adverso, junto do arcebispo de Braga, convidando-o a interferir a favor da paz. O prelado aquiesceu, e pouco se afadigaria para trazer à concórdia o moço rei de Portugal, pois não obstante as vantagens já obtidas pela nossa gente, o desfêcho da luta mostrava-se problemático.

Livres do pesadêlo pouco agradável de uma briga eminente e porventura terrível de que ambos — diga-se a verdade — se arreceiavam, os dois primos «se virão, & dandose as mãos, se partirão em paz» (1).

Os cronistas do século XVI (2) mal apontam êste episódio, e trocam-lhe a cronologia, assinando-lhe a data antes do cêrco de Guimarães!

Alega o bispo Sandoval (3) que foram os nossos e não os seus compatriotas, os primeiros a propôr a solução pacífica. Talvez erre o prelado. Alêm de lhe ser contrário um monumento coevo, como é a *Chronica dos godos* (4), não parece verosímil que dispondo D. Afonso Henriques das melhores vantagens, partisse dele a iniciativa para o desconsolado entendimento.

Do que não resta dúvida, porêm, é de que toda esta scena de Val-de-Vez, foi uma campanha chocha, abortada, sob o ponto de vista guerreiro e cavaleiroso. Não se presente nos contendores o empenho de renhir. Arreceiam-se uns dos outros porque mal confiam em si próprios, e nenhum manifesta naquela hora, talvez de enervamento ou de fadiga, vislumbre de apetite de tirar pelas armas a prova dicisiva do respectivo valor. Estavam aborridos e cançados todos, das bulhas domésticas, e anciosos de batalhar contra os moiros.

As circunstâncias que deixo anotadas não ofereceriam concerteza a melhor oportunidade, aos Cavaleiros portugueses para alevantarem nos escudos o seu príncipe. Entretanto, duma passagem do citado e insuspeito antístete de Tui, se depreende que o concêrto da trégua se efectuou, em termos da mais perfeita igualdade para ambos os soberanos (5).

---

(1) «... & ambo Reges congressi, & simul prẽsi discendunt in pace».
(2) Acenheiro, *loc. cit.*, fl. 18. — Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. VII.
(3) *Chronica del Inclito Imperador de Espana Don Alonso VII*, cap. XXXVII.
(4) «... sed cũ bellum infiliciter ab Hispanis geri cœpisset Imperator, fecit interuentu Archiepiscopi Bracharensis a prælio abstinere...».
(5) «Juraron la paz y côciertos los Reyes, y juntamente com ellos los ricos hombres que se hallauan en sus campos, yendo de parte del

Êste pormenor põe em destaque, a alta categoria que então já disfrutava o senhor D. Afonso Henriques. Convenço-me de que não a adquiriu nos dias insípidos e mornos da jornada de Val-de-Vez; ganhou-a, com maiores probabilidades, naquela ardentíssima manhã de julho, em que após uma sangrenta peleja, esbandalhou, no escampado de Ourique, o exército sarraceno, humilhando o seu mais terrífico adversário e petulante vizinho, o moiro Esmar, governador de Santarêm. Creio mais azada esta conjuntura para o rasgo da aclamação.

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena.

Emperador algunos Caualleros á tomar el juramento al Rey, y a los suyos en sus tiendas: y viniendo assi mismo otros de parte del Rey a recebirlo del Emperador. Luego con la solenidad acostumbrada se entregaron los castillos los vnos á los otros. Soltaron los presos que en las escaramuzas auian cautiuado...» *loc. cit.*

CORRESPONDENCIA DO CONDE DE CASTEL-MELHOR COM O P.e MANOEL FERNANDES E OUTROS (1668 A 1678)

(Cont. do n.º 2, pag. 98)

R.mo P.e Confessor (1). — Ha muitos dias que não tenho carta de V. R.ma, e tambem não ha poucos que deixo de cançar a V. R.ma com as minhas: não sendo de outro prestimo, quis poupar a V. R.ma esse trabalho. Estimarei que V. R.ma passe com a saude que lhe sei desejar.

A Rainha, que Deos guarde, passa muito bem agora nesta villa de Windsor, adonde S. Mag.des vierão passar hum mes de tempo. O lugar he muito agradavel, pela sua situação e sahidas belissimas que tem. Estas são as novas que posso dar a V. R.ma de S. Mag.de. As do mundo são, que despois das grandes deficuldades que já terão chegado a V. R.ma que os francezes fasião em não largarem as praças sem que Suecia tivesse a sua satisfação, se resolvérão a acomodar este negocio, vendo a resolução em que estavão tanto esta terra como os holandeses de se unirem para continuarem a guerra: a ultima carta, que veyo hontem, diz que elles tem declarado de não persistirem em nenhuma cousa maes que na villa de Dinam, que deixão hum anno de tempo para se ajustar este negocio, sendo ElRey de Inglaterra e os Estados de Holanda os arbitros delle; passado este anno e não o tendo ajustado, darão os castelhanos em lugar desta tal villa a de Charlemont; querem largar At com o termo que lhe tinhão dado; quando a tomarão, lhe tinhão tirado seis lugares da sua jurisdição; dizem os castelhanos que lhe restituão com o termo antigo; respondem os francezes que não he do tempo desta guerra que lhos tinhão desmembrados, e assi que se acomodem a

---

(1) Nota á margem: *De Inglaterra com varias novas.*

sofrer. Aqui não se acha a rasão dos francezes tam má, porem ainda se não sabe o que se ajustará; porem he certo que huma diferença tam pequena não interromperá a pax, que se fará por agora entre França, Castella e Holanda; fala-se em huma suspenção de armas de seis mezes no Imperio: esta pax particular se entende que fará a geral. Isto he o que por estas partes ha: dê me V. R.ma em que o sirva, que o farei como devo, a quem Deos guarde como desejo.

Windsor, 12 de septembro 678.—Maior servidor de V. R.ma —*Conde de Castelmelhor* (1).

R.mo P.e Confessor (2). — Continua o conselho d'elRey a inquirir este negocio da conspiração, de que denunciou hum homem que esteve annos recolhido na Companhia, e a quem disem que os superiores della não quiserão receber por não acharem que tinha a sufiencia que se requer nos que tomão; disem que picado disto, denunciou de huma conspiração contra a pessoa de ElRey e este Reyno, tramada pelos padres da Companhia; acusa varias pessoas neste Reyno, das quaes algumas estão presas, entre os quaes ha hum tal sig.r Colman, secretario que tinha sido da s.ra Duqueza de Jorch (3), homem de engenho. Não se sabe adonde isto pode parar, e se o Parlamento, que dentro de nove ou dez dias se deve ajuntar, tomará conhecimento deste negocio: suppem-se que sempre os Catholicos terão trabalho, de que Deos os livrará, se fôr servido. ElRey está ainda distante daqui umas poucas de milhas em hum lugar de caça, porem dentro de dous dias virá para a cidade; como chegar, se verá que caminho tomão as cousas. A Serenissima Rainha passa com saude. As novas do mundo consistem na esperança que todos tem de ver a ratificação de Castella; pelo que toca ao Imperio, aqui se diz que o Emperador fará a sua pax particular, e do Imperio, ficando Dinamarca, Suecia e Brandembourg em guerra, porque com estes he necessario que restituão aos Suedeses *(sic)* o que lhe tem tomado, he mais duro. Isto he o que por aqui avulta, de que quiz dar conta a V. R.ma, a quem pesso se não esqueça de representar a S. A. o incomodo que padece a minha casa com a minha ausencia, que cada dia crece mais, para que S. A. me dê li-

---

(1) Bibliotheca Nacional, Codice 4174 ,fl. 276.
(2) Nota á margem: *De varias novas.*
(3) York.

cença de me retirar á minha casa: dê-me V. R.ma em que o sirva, que o farei como devo. Deos guarde a V. R.ma muitos annos.

Londres, 14 de outubro 678. — Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

R.mo P.e Confessor (2). — A meu irmão remeto a noticia do que aqui tem passado e passa, que a dará a V. R.ma. O que importa he que Deos nosso Sn.r permitta que se aclare a verdade, para que a inocencia não corra risco: não ha duvida que convem isto a todos. A serenissima Rainha passa com saude, mostra o seu animo nesta occasião, que não pode ser mayor: ElRey cada vez tem mais rasão de a estimar, e na verdade ainda se não vio S.ra tam sancta ser tam amada de gentes de religião opposta. Queira Deos que isto continue e que huns rumores que os dias atraz aqui andarão, sobre cousa que já deu cuidado á nossa terra, não vão adiante; por agora se não fala. As novas do mundo consistem na esperança com que todos estão que venha a ratificação de Hespanha; o Emperador e o duque de Lorena aceitarão a alternativa que os francezes offerecerão no primeiro projecto em Nimega; elles tomarão Aix de la Chapelle e fazem grandes dannos no pays de Julliers. Não se sabe se quererão estar pelo partido que tinhão offerecido, e se não responderão ao Emperador que o vir tam tarde os tem desobrigado da palavra, como fizerão ao duque de Neobourg. Dis-se que os holandeses sobre isto e sobre algumas outras dificuldades na entrega de Mastrich não são mui contentes da pax; o partido do Principe de Orange he certo que o não está. No norte ganharão os Principes confederados Stralsund, e se crê que Crinsual (?) que he a unica cousa que os Suedeses *(sic)* conservão em Alemanha, será rendida, com o que elles perderão athé agora nesta guerra no seu particular tanto como os castelhanos, ou maes. Aqui se faz diligencia com ElRey pelos confederados para que conserve as suas tropas: disem elles que este será hum meyo de vir a pax geral, que he o que só convem hoje; porem o parlamento junto, que não trata de outra cousa maes que do negocio presente (3), não

---

(1) Bibliotheca Nacional, Codice 4174, fl. 278.
(2) Nota á margem: *Sobre a nossa Rainha de Inglaterra e outras novas.*
(3) O Popish Plot.

dá athé agora mottivo para se formar juizo se a corte terá tambem partido que vença isto mesmo que se lhe pede; poucos dias nos informarão do maes. Dê-me V. R.ma em que o sirva, que o farei como devo.

Deos guarde a V. R.ma muitos annos. — Londres, 8 de novembro 678. — Maior servidor de V. R.ma — *Conde de Castelmelhor* (1).

Este estudo seria incompleto, se eu não fallasse mais amiudo do destinatario principal das cartas de Castelmelhor, das causas do longo desterro do Conde, e das pessoas que nelle tiveram especial ingerencia.

O historiador da Companhia de Jesus, Padre Antonio Franco, compoz uma extensa noticia biographica do Padre Manoel Fernandes (2), de que consta que este teve carreira brilhante na ordem: depois de servir de reitor de varios collegios, chegou a ser preposito da casa de S. Roque, o que abona os seus dotes de intelligencia e capacidade governativa. Alem disso, elle deu provas do zelo apostolico nas missões dos Açores e na occasião duma peste no Algarve, em que se referem delle actos heroicos de virtude. Já era valido de D. Pedro no tempo da revolução palaciana de 1667, e é provavel, como affirma a *Deducção Chronologica*, que fosse elle o Jesuita incumbido de «consolar» El Rei depois da sua prisão, incidente que vem contado na *Anti-Catastrophe*, embora o auctor deste livro caridosamente esconda o nome de quem representou tão triste papel (3). No anno seguinte foi

---

(1) Bibliotheca Nacional, Codice 4174, fl. 279.

(2) «*Imagem de virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no real collegio de Jesus de Coimbra*», tom. II, pag. 587–597, Coimbra, 1719.

(3) «Nomeou o Infante religiosos para divertirem e consolarem El Rei; ao principio não os quiz ouvir, mas passado tempo disse que entrassem os que quizessem; e o primeiro que lhe fallou foi um religioso da Companhia, o qual lhe disse — que Sua Alteza estava mui sentido de chegar a executar com elle o que a Sua Magestade parecia rigoroso, sendo procedido de amor de irmão e não de cobiça de reinar; que socegasse Sua Magestade, pois tudo o que se fazia era pela conservação do reino e serviço seu, reconhecendo-o Sua Alteza por seu soberano; que neste particular estivesse certo que lhe não faltaria á lealdade de vassallo, nem á conservação da monarchia, que era necessario dar alguma demonstração ao povo alvoroçado, o qual podia com desaforo intentar o que não podia ter remedio, pois o governo de seus validos havia escandalisado tudo; que uniformemente tinhão para si, que não tirando Sua Magestade do governo, jámais ficarião seguros das violencias passadas, e como as cousas se tomão conforme os tempos, ou dissimulando-as ou castigando-as,

nomeado confessor do Regente, cargo que occupava durante vinte seis annos a inteira satisfacção de D. Pedro, que lhe confiava, não só a sua consciencia, mas os negocios de maior peso, nos quaes votou sempre desinteressadamente, com valor, inteireza e fidelidade ao Rei, que o amava summamente, segundo declara o seu panegyrista. Para lhe acrescentar as honras, foi chamado por D. Pedro para a junta dos Tres Estados, cargo honrosissimo, porque quasi todos os membros eram grandes do reino, mas improprio do estado religioso pelas materias que ali se tratavam, que eram as da defesa militar do pais contra Castella.

Pelas *Constituições* era expressamente prohibido aos Jesuitas acceitarem taes distincções, e levantou-se uma celeuma no seio da Companhia contra o procedimento do Padre Fernandes (1), que era tanto mais culpavel, pór elle ser já professo; por isso não admira que o General Oliva dirigisse uma carta severa ao Provincial, Padre Barradas, ameaçando o delinquente com graves penas, caso não desistisse do posto. Padre Fernandes curvou-se ás ordens do seu superior, dizendo que não sabia que o seu acto fosse ferir de tal maneira o espirito de hu-

---

presentemente o governo do reino depende mais do povo do que dEl Rei, e para atalhar a todos os disturbios a que se poderia atrever a plebe indomita e escandalisada, é necessario dar-lhe todas estas satisfações, reservado o castigo para quando só a misericordia lhe possa valer. Não quiz El Rei ouvir mais, e o suspendeo dizendo: — «Ou vós sois incredulo na fé, ou apostata na religião; conheço que toda essa pregação que tendes feito é contra a verdade da religião, contra Deos, e contra a lealdade que me deveis como a vosso Rei. Vós, como os mais, sois um traidor; se o povo conspira contra minha pessoa, eu não quero vossa defensa, antes quero que me lanceis fora e me ponhaes diante do meu povo; não busqueis este pretexto para cohonestar vossa tirania e a de quem vos mandou, nem enganeis ao povo e ao mundo, pois tudo se ha de vir a saber; por maiores que sejão vossas desculpas, nunca vos salvarão, pois as traições commettidas contra os Principes naturaes (ainda que ha exemplo de muitas) nenhuma se escreve para louvor, senão para infamia; conheço que estou preso por meu irmão, mas com a consolação que ficará de mim a memoria de um Principe innocente e desgraçado, a qual fará immortal minha fama; e o Infante ficará nella tão manchado e será seu nome tão escandaloso, como o meu bem ouvido e aceito». (*Op. cit.*, pag. 671).

É claro que isto traduz só a sustancia de que, segundo o acerrimo defensor de D. Affonso VI, o monarca teria proferido nesta occasião.

(1) «Vix explicari potest quanta in Professis facta fuerit turbatio, acerbissimæ litteræ a gravioribus datæ ad Provincialem absentem, ad Generalem Præpositum ut tanto vulneri pro injuncto sibi munere adferent medullam». *Synopsis Annalium Societatis Jesu in Lusitania,* pag. 342. (Augsburgo, 1726).

mildade dos seus collegas, desculpa que não convence, e se absteve de voltar á Junta. Não obstante, continuava a occupar-se dos negocios politicos, facto que o seu biographo lamenta por ter sido prejudicial aos progressos espirituaes, do Confessor, embora allegue em defeza deste que elle não podia furtar-se á vontade regia (1).

Parece que o Padre Franco, com esta desculpa, e o Padre Fernandes, no caminho que trilhava, se mostravam ambos um pouco esquecidos dos exemplos de tantos religiosos illustres da historia da Igreja, que antes queriam desagradar ao Rei que a Deos, mas não é meu intuito condemna-los, podendo ser que circunstancias hoje desconhecidas os justificassem (2).

Para ajuizarmos, com relativa segurança, do caracter do Padre Fernandes como homem publico, era necessario que pudessemos surprehende-lo em algumas phases da sua vida politica: infelizmente os unicos casos de que tenho noticia

---

(1) «Auspicatus administrationem Regni Petrus, non Regis sed Principis Regentis nomine, sibi voluit a confessionibus nostrum Emanuelem Fernandum id temporis Prœpositum domus professæ, de cujus apostolico spiritu in peste Algarbiensi tum in sacris missionibus apud Insulanos Assorum suis locis narratum est. Plurimis videbatur nisi attingisset munus confessarii, inter illustrissimos Societatis in virtute heroas eminentem locum occupaturus. Non qui ille minus religiose aliquid scienter commiserit, sed quod negotia publica, quibus ex voluntate Principis deesse non potuit, antiquum vitæ tenorem ex parte visa sunt hebetare». *Synopsis*, etc., pag. 342.

A longa lucta sustentada pelos Padres Antonio Vieira, Manoel Fernandes e mais Jesuitas em alliança com os Christãos-novos para a reforma da Inquisição, e que durou de 1672 a 1681, tinha tanto character politico como religioso, mas era evidentemente materia que cabia nas attribuições dum sacerdote; e não ha duvida que a Companhia defendia os principios da justiça. Vide o artigo do Sr. J. Lucio de Azevedo, *Os Jesuitas e a Inquisição em conflicto no seculo* XVII no *Boletim da Academia*, vol. X.

(2) A este proposito lembro-me duma anecdota graciosa que vem nas *Monstruosidades:* «O estado de religioso he fugir do mundo com estudo, e não estudar como se poderá introduzir nas razões de estado. Com galante censura o insinua o Marquez de Cascaes, sempre discreto e sempre satirico: desterrado da côrte, com pouco pesar do desterro, se veio para huma terra sua quatro legoas de Coimbra, donde com hum barrete de padre da Companhia e huma canna na mão, bem provido de nominas e veronicas, andava fazendo doutrina pelos lugares aos meninos, e motejado de que tomava o exercicio aos padres da Companhia, respondeo que quando os padres da Companhia se mettião a ser Conselheiros de estado, não ficava aos do Conselho de estado outro despique, senão tomar o oficio e obrigação de ensinar meninos aos padres da Companhia». (*Op. cit.*, pag. 87).

vem contados por pessoas pouco affectas á Companhia, e portanto algo suspeitas nos pormenores da sua narrativa. Entre estas destaca-se o auctor, desconhecido por signal, das *Monstruosidades* (1) que refere o papel desempenhado pelo Confessor quando foi do desterro do Rei D. Affonso VI para a ilha Terceira. Na referida occasião, a fim de evitar um escandalo e talvez disturbios, porque na desgraça o pobre monarcha gozava da sympathia geral, julgou-se conveniente que este partisse voluntariamente, e, sendo incumbido da missão de o pôr em caminho, o Padre Manoel Fernandes prestou-se a engana-lo, certificando-lhe que ia para Almeirim, onde estaria á sua vontade (2).

---

(1) É forçoso confessar que este auctor não é sempre de inteira confiança; vide por exemplo o que refere sobre o tratado com a França negociado pelo Conde de Castelmelhor (pag. 11), cuja administração elle critica com violencia, fazendo lembrar as folhas radicaes modernas.

(2) «Ao tempo dicto se ordenou ao Padre Confessor Manoel Fernandes (e havia de ser Padre da Companhia o executor desta resolução, ou porque professam dissimulação, ou porque os fes nossa desgraça fatal ruina de nossos Principes). Entrou este no aposento del Rei, e com voz branda, semblante alegre e razões estudadas, lhe disse que já era chegado o tempo á liberdade de S. M., que S. A. lhe mandava perguntar se queria hir para Almeirim, donde estaria á sua vontade e alliviaria a molestia com o entretenimento da caça. Facil he de persuadir o que se deseja. Alegrou-se El Rei e perguntou-o quando; respondeu-lhe que havia de ser quando S. M. levasse em gosto; tornou El Rei: «pois seja logo». «Seja logo», disse o Padre Confessor, «e prepare-se V. M.»; «eu não tenho que preparar, senão he alguma roupa e vestidos»; e passando das palavras ás obras, o Padre Confessor com dois criados do serviço del Rei lhe concertarão o que elle ordenou em dois cofres, ou bahús, cingindo elle a sua espada que o Padre lhe queria estorvar (temeria o instrumento do castigo porque se conhecia culpado). Disse El Rei ao reverendo Padre Confessor: «Como me não avisastes mais cedo, para não sahirmos tão tarde?» Respondeu: «Senhor porque este he a melhor hora, que está este povo barbaro recolhido, e tem tal odio a V. M. que se entender que sahe daqui, commetterá algum insulto contra a sua vida e pessoa». A mentira vestida de zelo tem muita semelhança com a verdade, porem quando o zelo he falso, nada differe da aleivosia; bem sei que haverá razões para a desculpa, mas nenhuma para escusar a hipocrisia».

«Sahio El Rei com aquella pouca companhia, trazendo-a toda no Padre Confessor, que lhe affirmava que tudo fora estava preparado, e na sua antecamara entrou hum titular (de proposito calarei o nome de todos os que cooperárão nesta facção, ou porque pela minha relação o não percão, porque se a obediencia os justifica em sua opinião, ha casos em que o desobedecer he virtude e neste o veremos; e Christo aconselha o retiro áquelle que para padecer pela fé lhe faltar animo. Vio El Rei a este titular e conhecendo-lhe disse: «Conheceis-me a mim por vosso Rei?» Nada lhe respondeo. Repetio El Rei a pergunta e continuou o res-

O estratagema vingou. Puzeram El Rei numa carruagem, e marchando a todo o correr, guiáram para a fortaleza de S. Julião, mas vendo que era muito differente a jornada, elle perguntou: «adonde me levão; este caminho vae para Belem, e não para Almeirim». «Senhor», lhe disseram, «se V. M. não vae para Almeirim, irá para a ilha Terceira, donde estará em liberdade, e seguro de sua vida e pessoa, por o ter assi pedido a S. A. o Rei de Inglaterra e a Rainha, irmã de V. M.» o que El Rei ouviu com animo tão generoso que só respondeu: «lá que assi o querem, assi seja, seja Deos louvado».

É curioso confrontar com o procedimento do Padre Fernandes, o dum simples leigo, tambem partidario de D. Pedro. Refiro-me a Francisco de Brito Freire. Este fidalgo estava nomeado para commandar a esquadra que ia levar El Rei á Terceira, e lá ficar de guarda ao monarca, concedendo-se-lhe como premio o governo perpetuo da ilha e o titulo de Visconde, mas como entendia que a sua honra perigava, refugiou-se com os Jesuitas, para não acceitar a commissão, o que lhe valeu ser preso na Torre de Belem (1). Desta maneira

---

peito em lhe não dar resposta, se bem com a submissão do gesto confessava o que não dizia; ao que El Rei lhe disse: «Bem vos entendo, mas lembro-vos que assististes ao acto, em que todos me jurárão por Rei destes reinos. A tudo isto dizem que estava presente o Principe, em parte donde via e ouvia, sem ser visto, acompanhado de alguns senhores, que a adulação vestia das côres de agrado» etc. (*Op. cit.*, pag. 80).

(1) «Estava nomeado por cabo das fragatas Francisco de Brito Freire, (fidalgo até aqui bem conhecido por suas obras e daqui por diante muito mais por exemplo do valor e da fidelidade), e tanto que El Rei foi entregue em S. Gião, se mandou chamar a Palacio, e lhe derão huma ordem do que havia de fazer; leo e achou que lhe davão o governo da Ilha Terceira perpetuo, e o titulo de Visconde, ordenando-lhe S. A. que nella havia de ficar com El Rei, e o havia de ter preso na fortaleza, com outras circumstancias que até agora não descobrio o segredo, ainda que as deo a entender o excesso; porem eram taes, que vendo nellas Francisco de Brito perigar sua fidalguia, fidelidade e honra, desenganado do que vem a ser tudo o deste mundo, sem dizer palavra, se foi direito ao mosteiro dos Padres da Companhia, da Cotovia, com resolução de se amparar do Padre Confessor contra os golpes do castigo que lhe havia de fulminar a desobediencia, e pedir o habito, mais accomodado á defensa que ao desengano. He Francisco de Brito rico, e solteiro; facilmente o recolheo a conveniencia, sem reparar no mal ou bem que o poderia tomar o Principe, a quem satisfarião com o entregar sem repugnancia, e allegarião o serviço de que com o recebimento asseguravão a entrega. Forão logo dar-lhe conta, que nunca errão as da commodidade. Mandárão-se-lhe ao Brito sujeitos que o podessem reduzir de seu proposito, nenhum o che-

o militar deu uma boa lição de moral ao religioso, que, a julgar pelo que sabemos delle, levava a obediencia devida ao Principe aos extremos do servilismo.

Mas o que mais nos interessa, é saber como o Confessor se portava para com o Castelmelhor, durante o exilio deste: para isso faltam elementos importantes, entre os quaes as cartas do Padre Fernandes dirigidas ao Conde; portanto quasi que temos de cingir-nos ás informações dadas por Simão de Vasconcellos, e ao que se pode deduzir da correspondencia que é assumpto deste estudo.

Já me referi ao grande auxilio prestado por Castelmelhor á Rainha D. Catharina, durante a crise provocada pela conspiração anti-catholica em Inglaterra. Grata pelo amparo que nelle encontrára, a Rainha lembrou-se que ninguem melhor do que o Conde podia servir o cargo de embaixador de Portugal em Londres, vago pela morte de D. Francisco de Mello, e julgava que D. Pedro, que desejava sobretudo que o Conde não voltasse a Portugal, annuiria de boa vontade, aproveitando-se dos talentos e patriotismo do foragido. Carlos II consentiu em que se usasse do seu nome no pedido que se havia de dirigir ao Regente, e o Padre Manoel Dias foi mandado a Lisboa com a carta que a Rainha endereçava ao irmão. A proposta levantou celeuma na côrte, como nos informa Simão de Vasconcellos, e este foi buscar o Confessor, como lhe tinha ordenado o Conde, que esperava encontrar apoio nelle, mas não foi bem acolhido: «Disse-me que havia tido carta do Padre Lemos, que lhe dizia da parte da Rainha que fizesse toda a diligencia possivel, por que isto se conseguisse, que assim lho mandava a Rainha, e que se tal não succedesse, que qualquer outro que fosse se arriscava muito, porque não seria bem recebido desses Principes; que isso parecia que era quererem dar de lá leys a este governo (e isto é phrase cá de fora; que é dura cousa que Inglaterra

---

gou a torcer de sua resolução, o que visto, lhe despirão os Padres a roupeta, e o entregárão aos Ministros da justiça, que por ordem do Principe o levárão á Torre de Bethlehem e o mettérão em o mais aspero aposento della, como ao maior criminoso, ouvindo-se-lhe repetir muitas veses, que quem temia a Deos, não sabia ter medo dos homens.....

.....

Conseguio-se o desterro del Rei, vio-se desassombrado o poder, e não lhe negou a estimação, e mandou-o tirar da prisão dentro de hum mes. A virtude, ao mesmo que reprehende, agrada; porque se o vicio a aborrece, a razão a estima». (*Monstruosidades*, pag. 82).

queira que não seja ministro nosso senão quem elle quizer), e discursou comigo o que entendia; eu lhe disse que pelo que a V. S. convinha, não era mais que estar em sua casa e tratar da criação de seus filhos, porque nessa missão podia ter muitos desgostos, sendo levado a ella contra vontade destes senhores, os quaes haviam de fazer de virtude peçonha e puderam condemnar pelo successo as intenções, que V. S. a não procurava, como S. S. veria do capitulo daquella carta que eu lhe mostrava, e tirando da carta de V. S., lha li, e viu o que V. S. dizia, a que acrescentei que V. S. se não havia de fazer captivo ali, que o mostrar ao mundo que era capaz de todas as licitas occupações era obrigação, para que se visse que fôra digno do lugar que havia tido, e que se conhecesse que S. A. tinha vassallos tão capazes que os estimavam no mundo. Passamos ás conveniencias do reino; a estas disse que S. A. as devia de considerar, que se não arriscasse a que a Rainha se desgostasse por não fazerem o que ella pedia, que a fidelidade de V. S. se conhecia muito bem, e que se V. S. tivesse outra tenção, a tivera já exercitado, porque o lugar de embaixador lhe não daria mais credito, antes se podia desconfiar mais de V. S. se o tivesse para outro fim, que a razão maior era sahir V. S. da prohibição de não fallar com os ministros de S. A. e receber as suas cartas de crença. *A isto satisfez este, dizendo que o Principe de Conde muitas vezes passára de general contra Castella a sel-o della contra França, e de Castella a sel-o de França contra Castella, e que destes exemplos havia muitos.* O que entendi delle é que conhece o animo de V. S. e sempre o teve em boa conta, e que se na sua mão estivera o pôr a V. S. na maior fortuna, o fizera, porque conhece o zelo com que V. S. obrava no serviço do reino e o pouco que estes senhores teem para o augmento delle» (1).

Transcrevi estes periodos, embora extensos, para que cada leitor possa formar o seu juizo ácerca das partes nesta pratica curiosa. Para mim entendo das palavras que sublinhei que o Confessor não era tão amigo do Conde como o Simão imaginava, aliás nunca teria suggerido ao irmão a possibilidade de Castelmelhor atraiçoar a patria, depois das provas de lealdade que elle tinha dado durante tantos annos. Tambem entendo que Simão era pouco penetrante, tomando por sinceras as palavras amaveis do Confessor proferidas a res-

(1) F. Palha, *op. cit.*, pag. 109.

peito do Conde. Não quero dar a entender que estava na mão do Confessor fazer de Castelmelhor embaixador portuguez em Londres; elle nem poude contribuir para isso; mas se fosse homem leal, teria dito o que devia saber melhor que ninguem, isto é, que a Rainha, que tudo podia, nnnca havia de consentir, e que portanto todas as diligencias neste sentido seriam inuteis. Da mesma maneira, se o Confessor fosse amigo sincero do Conde, em lugar de o entreter com esperanças infundadas durante annos, lhe teria informado logo de principio que D. Maria Francisca e os do governo estavam inalteravelmente oppostos á sua restituição ao reino. Mas o Padre Manoel Fernandes não era nenhum Frei Antonio das Chagas. Comtudo talvez fosse providencia de Deos (que, é licito crer, queria purificar o Conde na dura eschola da adversidade) que o Confessor lhe faltasse com o desengano, porque, sem as provas de paciencia que dera Castelmelhor, este não teria conseguido o apoio dos Reis de Inglaterra, que emfim o restauraram á sua patria, aureolado pelos trabalhos que padecéra, e engrandecido na sua fama de diplomata e homem publico.

As duas pessoas que mais se salientavam na opposição á proposta da esposa do Rei Carlos II, eram a Rainha D. Maria Francisca e o Duque de Cadaval. Simão de Vasconcellos noticia que quando o emissario de D. Catharina fallou á Rainha sobre o assumpto, achou-a «tão fera, que parecia que se mudava o mundo. Daqui começarão a ferver as juntas sobre a materia. São os que nella tem voto o Duque (1), Fronteira (2), Villar Maior (3), o Lacerda (4), João de Roxas (5) e José da Fonseca, este acerrimo inimigo de V. S., e por se lhe conhecer este genio, é chamado a ellas... A Rainha chamou a todos elles, fallou com toda a resolução, segundo o que se entende, que não viessem em tal nunca» (6).

---

(1) O Duque de Cadaval.

(2) D. João de Mascarenhas, Conde da Torre, Marquez da Fronteira.

(3) Manuel Telles da Silva, Conde de Villa Mayor, depois Marquez de Alegrete.

(4) O Secretario de Estado, Francisco Correia de Lacerda, irmão de Simão Correia de Lacerda, auctor da *Catastrophe* e Bispo do Porto.

(5) João de Roxas de Azevedo, secretario da assignatura. Este tinha sido secretario das embaixadas de França e Roma, sendo embaixador naquellas côrtes seu cunhado Francisco de Sousa Coutinho. *Cntastrophe de Portugal*, pag. 125.

(6) F. Palha, *op. cit.*, pag. 108. Estes homens, com o Marquez de Arronches, constituiam a camarilha da côrte hostil a Castelmelhor. No

O Conde de Castelmelhor mal imaginava que o odio contra elle era tão vivo, mas o Padre Antonio Vieira estava melhor informado, como demonstrava numa carta a Duarte Ribeiro de Macedo: «Correu que se mandáva carta credencial ao Conde de Castelmelhor, mas tem amigos que antes deixarão perder o reino e o mundo, que admitti-lo á graça ou serviço do Principe» (1). Assegura-nos Simão de Vasconcellos que o domínio destes homens era tal que o «pobre Principe» não podia fazer o que desejava. Quer fosse por necessidade, quer por prudencia, quer por commodismo, talvez por todos estes motivos juntos, D. Pedro deixava-se guiar na administração pela mulher, muito mais intelligente que elle, entregava o governo aos fidalgos que o tinham levantado á regencia, e mantinha relações familiares com os tribunos do povo de Lisboa. Quasi se pode dizer delle que agia segundo a formula constitucional, «le Roi règne mais ne gouverne pás»; e não admira, porque a sua posição foi durante largos annos bastante instavel. Ao passo que no seculo anterior D. Sebastião tinha podido levar Portugal á desastrosa

---

dizer de Simão de Vasconcellos, o Duque era «velhaco e máo», o secretario «uma abobora, não quer mais que comer e dormir». F. Palha, *op. cit.*, p. 148.

D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Duque de Cadaval, foi o primeiro grande do reino e usufruia os maiores cargos. Senhor de mais de vinte villas, era mordomo-mór, 1.º plenipotenciario para o tratado da paz com a Hespanha em 1668, presidente do Conselho Ultramarino, da Junta do Tabaco e do Desembargo do Paço, e servia de embaixador á côrte de Turim para o casamento da Infanta D. Isabel. A elle em parte D. Pedro devia o throno, e o Duque foi nomeado pela Rainha seu procurador na causa de divorcio. O seu valimento só terminou com o reinado; D. João V afastou os servidores do pae, e o Duque conservou-se retirado dos negocios publicos até á morte.

Sir Robert Southwell, embaixador inglez em Lisboa, affirma que era homem de «little conduct», no que concorda com Simão de Vasconcellos; mas isto não impedia que o Duque fosse bemquisto do povo pela sua affabilidade. (*Monstruosidades*, pag. 70).

O embaixador de Saboia informou á sua côrte que o Duque era «il pui zelante e il pui affezionato ai servizi delle corona che s'abbia la corte. Non sa che sia interesse. Natura gli ha dati mediocri talente, che tiene estremamente soggetti a voleri della regina, la quale l'ha in quella stima che merita lo stato e la fedeltá sua». *Vita di Maria Francesca Elisabetta di Savoia Nemours Regina di Portogallo*, pelo Barão Gaudenzio Claretta. Turim, 1865, pag. 300.

Este testemunho não contradiz o de Simão de Vasconcellos. O amigo intimo da Rainha mal podia ser bom caracter. «Noscitur ab amicis».

(1) *Cartas de Antonio Vieira*, tom. IV. Lisboa, 1855, pag. 102.

jornada de Africa contra o sentimento quasi unanime do paiz, D. João IV vivéra entre conspirações fomentadas pela fidalguia descontente e por Castella, D. Affonso VI fôra derrubado por um movimento palaciano, e D. Pedro, filho da revolução, tinha de defender-se contra os partidarios do irmão e as intrigas estrangeiras, e se via obrigado a ceder ás exigencias do povo, que lhe contrariava a politica francesa e lhe impunha a assignatura da paz com a Hespanha. A acção do governo na questão dos Cristãos Novos é significativo da força de que gozava a opinião publica, facto que os estrangeiros faziam notar: no principio D. Pedro attendia ás reclamações da gente da nação, que tinham a seu favor o bom senso e o apoio dos Jesuitas e dum partido na côrte, mas os Estados insurgiam-se, o clero por motivos religiosos, o povo principalmente por odio á usura dos Judeus, e vendo o throno em perigo, o Principe retrocedeu.

Effectivamente as revoluções de 1640 e 1667 deram um abalo forte e profundo no prestigio e no poder pessoal e absoluto do soberano em Portugal — é máu quando os subditos aprendem a fazer e derrubar os seus reis — e foi só pelos fins do seu longo reinado que D. Pedro poude restaurá-los, graças a circunstancias fortuitas e á popularidade que cuidadosamente cultivára. Devia esta ás suas qualidades, mas tambem ás suas fraquezas: era justiceiro, mesmo com os fidalgos, cujos desmandos soube reprimir, sobrio no vestir e na mesa, gastava pouco em si proprio, attendia aos negócios publicos, cumpria rigorosamente os deveres externos da religião. Tudo isto agradava á gente seria. De outro lado, os seus divertimentos predilectos, as toiradas e as mulheres, tornavam-o sympathico ás massas, embora a Rainha tivesse de padecer dos ciumes e das doenças que o trato illicito do marido lhe acarretava. Se D. Pedro, como é innegavel, subiu por meios indignos ao poder supremo, mostrou-se bom principe, segundo as normas do tempo, como indica Colbatch, que vivia em Lisboa nos fins do seculo XVII e era observador perspicaz e critico insuspeito, por ser protestante e um pouco affonsista nas sympathias (1).

Em vista do que fica exposto, não admira que, longe de tornar a D. Pedro responsavel pelas desgraças do irmão,

---

(1) A apreciação feita por Colbatch do caracter dos membros do governo deve ser lida por quantos estudam o periodo. *Op. cit.*, pag. 164-180.

*

Simão de Vasconcellos escrevesse a este: «S. A. não deixa de conhecer que V. S. é bom vassallo desta corôa, e que no tempo passado governou bem, mas como o Duque é tão grande inimigo nosso, não ha poder que o derrube, senão fôr a pedra da estatua de Nabuco» (1); e em outra carta acrescentou: «estes senhores têem grande odio á pessoa de V. S. e sua phrase, principalmente a do Duque, é que não vae nada em que a Rainha (2) se perca, e avaliam por melhor o deixá-la perecer».

(Continúa). EDGAR PRESTAGE.

(1) F. Palha, *op. cit.*, pag. 148.
(2) D. Catharina.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 2, pag. 107)

Como era natural, esta conciliação poderia satisfazer os espíritos apenas momentaniamente; houve de novo a consciência da oposição, surgindo as dúvidas opostas. Não estabelecerá a arte, em vez da unidade e harmonia, desarmonia de sujeito e objectivo; não se deverá procurar talvez antes esta unidade e harmonia em domínios mais vastos, ou em fundamentos mais ocultos do real? Eis a preocupação essencial do movimento conhecido pelo nome de romantismo. O clássico e o romântico, como disse Guilherme Schlegel num dos seus cursos feitos em Berlim de 1801 a 1804, não representam dois géneros de poesia diferente, ainda menos dois gráus diferentes de perfeição; são apenas duas épocas sucessivas na história da arte. Na sua polaridade tocam-se e quási se confundem: o romantismo no seu comêço é clássico, o classicismo no seu auge é romântico. O classicismo representa por assim dizer um momento na evolução da cultura; por isso não tem variante; o romantismo oscila entre o sujeito e o objecto, ideia e experiência, espírito e natureza, liberdade e necessidade. O romântico ora se inclina para o real, ora se eleva ao ideal; caracteriza-o o desejo de apreender o perdido. A obra do romantismo foi definida com precisão por Coleridge e Wordsworth no prefácio das suas baladas líricas. A colecção compunha-se de poemas de duas espécies: «numa os incidentes e as circunstâncias eram pelo menos em parte sôbrenaturais, mas o interesse a que visavam consistia em conciliar a simpatia do leitor pela verdade dramática das emoções que acompanham naturalmente tais situações, supondo-as reais. Quanto à segunda, os assuntos eram escolhidos na vida ordinária». A atenção de Coleridge dirigia-se «para as personagens e caracteres sôbrenaturais ou pelo menos

românticos, mas de modo a que evocassem na nossa natureza íntima um interesse humano e uma impressão de verdade, capazes de conseguirem para estas sombras de imaginação a suspensão voluntária e momentânia de incredulidade que constitue a fé poética». Wordsworth propunha-se «dar o encanto de novidade às coisas de todos os dias e evocar um sentimento análogo ao do sôbrenatural, despertando a atenção do espírito da letargia do hábito, dirigindo-o para o esplendor e maravilhoso do mundo que se estende perante nós, tesouro inexgotável, mas para o qual... temos olhos que não veem, ouvidos que não ouvem e corações que não sentem, nem compreendem».

Tieck sôbretudo revela esta volubilidade de tendências característica dos românticos. O grande glorificador de Goethe e Shakspeare idealista dos mais arrojados, poeta do horrível e do sombrio escreve no gôsto da Aufklärung, para a colecção «Straussfedern» editada por Nicolaï, novelas de baixa moral utilitária, como «Das Schicksal», «Die männliche Mutter», «Die Rechtsgelehrten.» O carácter da maior parte dos seus heróis é inconsistente. Assim Lovell no romance do mesmo nome procura escapar tanto quanto possível à existência objectiva, ao mundo real, refugiando-se nos domínios longínquos do subjectivo puro, no mundo da lenda, do milagre e das fadas, dos sonhos e presentimentos, mas logo a seguir deseja voltar à existência objectiva. A oposição ainda se acentúa mais fortemente em Jean Paul. Por um lado, sente-se atraído pelas regiões do subjectivo, do transcendente, da morte, pelas visões da imortalidade; por outro, prende-se aos fenómenos mais triviais da vida, aos seus contrastes ridículos. É simultâniamente o poeta da dor, das lágrimas e da morte e o humorista que satiriza todos os ridículos da sociedade. O mesmo se dá com Hölderlin e Novalis. Ambos desde cedo se sentiram dominados pelo mundo subjectivo e objectivo. Hölderlin passa do sujeito para a natureza; Novalis segue o caminho opôsto: vai da natureza para o sujeito. Hölderlin cuja poesia Barthel (Vid. Die deutsche Nationallitteratur der Neuzeit) classifica de «klassisch-romantisch», procurava conciliar o espírito da velha Grécia com a realidade da vida moderna. O conflito entre o subjectivo e o objectivo surgia-lhe porêm em toda a intensidade e incapaz de o resolver oscilava entre os dois pólos, sem se inclinar definitivamente para qualquer. Assim umas vezes apregôa a renúncia dos prazeres mundanos; outras vezes lança-se neles com entusiasmo; ora glorifica um amor platónico, ora revela um sen-

sualismo grosseiro. Numa das suas mais belas poesias, o fragmento dramático, Empedokles, proclama a sujeição do eu à necessidade do objectivo, à ordem, à legalidade:

O gebt euch der Natur, eh'sie euch nimmt!...
Wenn dann der Geist sich an des Himmels Licht
Entzündet, süsser Lebensodem euch
Den Busen, wie zum ersten Male tränkt
..... und euch das Leben
Der Welt ergreift, ihr Friedensgeist, und euch's
Wie heiliger Wiegensang die Seele stillet;
..... dann reicht die Hände
Euch wieder, gebt das Wort und teilt das Gute,
O dann, ihr Lieben! teilet Tat und Ruhm,
Wie treue Dioskuren; jeder sei
Wie alle — wie auf schlanken Säulen ruh'
Auf richt'gen Ordnungen das neue Leben,
Und euren Bund befest'ge das Gesetz.

Novalis consagra à natureza uma devoção sincera; por isso exalta a geologia como a sua sciência predilecta:

Der ist der Herr der Erde,
Wer ihre Tiefen misst,
Und jeglicher Beschwerde
In ihrem Schoss vergisst,
Wer ihrer Felsenglieder
Geheimen Bau versteht
Und unverdrossen nieder
Zu ihrer Werkstatt geht.
Er ist mit ihr verbündet
Und inniglich vertraut,
Und wird von ihr entzündet
Als wäre'sie seine Braut.

E no entanto o seu romance «Heinrich von Ofterdingen» conclue pela extranha afirmação que o desenvolvimento do poeta se completa na vida mística e contemplativa. «Tendo percorrido todo o círculo da existência terrestre, tendo recolhido nele todas as imagens das cousas, o poeta deve voltar a si próprio, entrar na alma como se entra na pátria». No seu idealismo arrojado faz afirmações como estas: «Was brauchen wir die trübe Welt der sichtbaren Dinge mühsam zu durchwandern? Die reinere Welt hegt ja in uns in diesem Quell. Nach innen geht der geheimnissvolle Weg. Hier oder nirgends ist unsere Heimat».

Como Jean Paul, também o poeta da luz entoa hinos à

noite; apaixonado pelo mundo visível, transporta-se ao invisível da vida, foge para a morte, mas em breve regressa das regiões do sonho, ao mundo «onde a luz se agita em eterno movimento». Frederico Schlegel, mais crítico do que poeta procurou mostrar como o espírito romântico era dominado pela desarmonia do subjectivo e objectivo. Esta desarmonia revela-se-lhe na oposição entre Kant, Lessing e Herder; no próprio Schiller que foi simultâniamente discípulo de Kant e admirador de Goethe e sôbretudo na oposição de Fichte e Goethe. Em Fichte o eu é tudo; o objectivo é apenas o material, do qual o eu construe o seu mundo; em Goethe, pelo contrário, o subjectivo é apenas o material que se perde, se resolve na substância absoluta, no puro objecto. Schlegel chegou à conclusão aparentemente parodoxal de que a filosofia e a poesia se tocam intimamente e no entanto se contrariam. «A filosofia, diz Schlegel é o conhecimento mais geral; deve abranger por isso o objectivo, mas êste em Fichte é o desdobramento do puro subjectivo; a poesia é a arte do subjectivo, mas em Goethe a arte é acentuadamente objectiva». Nesta ordem de ideias chamava Schlegel à filosofia de Fichte e à poesia de Goethe os dois pólos, os dois centros da arte e da cultura alemã. A desarmonia do subjectivo e objectivo significa a oposição do espírito romântico (cristão) ao espírito clássico (pagão helénico).

Neste sentido, o romantismo é uma revolução contra as tendências absolutas da unidade do classicismo que se manifesta no mundo estético, nos domínios do belo e da arte, como em todos os outros domínios da vida: religião, filosofia, política, etc. Tal movimento não é, pelo menos a princípio, como se tem afirmado muitas vezes, uma sujeição do espírito, à autoridade e tradição, um retrocesso do puro humano ao mito, ao estreito formalismo religioso; sancionou as doutrinas que tinham triunfado na escola do Sturm und Drang. Era no entanto acentuadamente místico, o que não é de extranhar, pois os seus exagêros significam uma reacção natural contra o racionalismo, contra o seu aprêço excessivo do lógico, do claro, do finito e limitado. Daí a predilecção dos românticos pelo vago, pelo indeterminado, pelo obscuro, pelo inconsequente. O movimento romântico apresenta três feições essenciais: na religião, sob a forma de idealismo cristão, religião de pura subjectividade; na arte sob a forma de lirismo e música; na filosofia como idealismo subjectivo, platonismo. A religiosidade dos românticos é sôbretudo poética, como o paganismo de Schiller e Goethe.

Mais tarde, porêm, é certo, alguns românticos, como Frederico Schlegel e Werner, fizeram-se apóstolos do absolutismo político e religioso, mas já então o espírito do romantismo puro estava desvirtuado. Os românticos consideram a religião a par da sciência e da arte, uma fenomenalidade própria da cultura humana, ou como dizia Schleiermacher nas suas «Reden über Religion» — eine besondere Provinz des menschlichen Geisteslebens. Já antes de Schleiermacher Novalis e Wackenroder, o grande amigo de Tieck haviam unificado a religião e a arte.

Assim como o romantismo é uma reacção do espírito cristão contra o espírito pagão-helénico, tambêm representa igual reacção da poesia lírica contra a poesia épica e dramática, ou antes da arte lírico-musical contra a arte plástica. Guilherme de Humboldt via no lirismo, como A. W. Schlegel, o elemento vital da tragédia e no seu profundo estudo sôbre o Hermann e Dorothea fazia consistir a essência da arte na representação plástica (plastische Gestaltung) e na expressão subjectiva, no sentimento pessoal do poeta (Stimmung) —. (Vid. Aestetische Versuche über Goethe's Hermann und Dorothea). Goethe e Schiller nas suas baladas haviam dado expressão ao seu ideal artístico, ligando o lírico, o épico e o dramático; o elemento lírico era porêm de todos o menos intenso. A. W. Schlegel, imitando-os, compoz *Romanzen*, isto é, baladas com um carácter acentuadamente lírico. Êste predomínio do lirismo era desfavorável aos grandes géneros. Assim o drama perdeu a unidade e a fôrça, tornou-se místico, simbólico, fatalista; o romance é digressivo; os caracteres indeterminados, vagos. A ausência de limite necessário eis a característica principal das produções românticas. O lirismo dos românticos difere profundamente do de Goethe. Neste o sujeito está sempre em íntima relação com a natureza, com o objecto; daí a riqueza, a variedade de formas, de caracteres; naqueles o objecto perde-se de vista; a linguagem tornou-se, é certo, bela e harmoniosa, mas monótona, independente da ideia ou imagem que representava.

Na música, talvez mais ainda do que na poesia lírica, encontravam os românticos o símbolo das suas aspirações, pois pela sua natureza não há arte como ella tão oposta ao mundo plástico. Na mesma ordem de ideias exalta Schiller a música, na poesia — «Die Macht des Gesanges» — e no dístico —.

Leben atme die bildende Kunst, Geist fordr'ich vom Dichter
Aber die Seele spricht nur Polyhymnia.

Para Wackenroder, é a arte das artes que nos ensina a sentir o sentimento (Das Gefühl fühlen lehrt) que liberta o coração humano da miséria e confusão da existência terrestre (von dem Wuste und Geflecht des irdischen Wesens). Por isso os metros antigos foram sujeitos a uma severa revisão e as rimas suábias de Schiller (ü—i, ä ö—e) postas de parte.

A prosódia alemã só se constituiu definitivamente com os românticos, mas também aqui os exagêros se fizeram sentir: rimavam-se palavras falhas de sentido, os assuntos tratados eram com freqüência simples prétextos para se tirarem efeitos de ritmo. A forma dominava muitas vezes o fundo. Novalis chegou mesmo a afirmar num dos seus fragmentos que se poderiam conceber poesias sem sentido, constituídas por palavras harmoniosas, narrativas sem conexão que no entanto se poderia estabelecer por associações de ideias como nos sonhos. A época romântica, que vai desde 1790 a 1825 ou 1830, é o período mais florescente da música e como diz Kronenberg, termina com a maior sinfonia do pensamento, o sistema filosófico de Hegel, com a maior sinfonia poética da vida, o Fausto de Goethe e com o ciclo das nove sinfonias de Beethoven (1).

A filosofia romântica é caracteristicamente platónica. Platão exerceu grande influência no espírito juvenil de Schlegel, como também Hemsterhuis, o amigo e contemporânio de Hamann, Herder e Jacobi. O platonismo dos românticos difere porêm do platonismo de Jacobi e Hamann, do mesmo modo que a arte e a religião romântica diferem do formalismo ortodoxo-tradicional.

Os românticos, pelo menos a princípio, colocaram-se num ponto de vista puramente humano, o que bem se reconhece na crítica que Fr. Schlegel fez ao Woldemar de Jacobi: aprecia o valor do homem a quem tanto deve, mas condena a intenção didáctica da obra, o talento teológico que domina o poético e filosófico. «Woldemar, diz Schlegel ist eigentlich eine Einladungsschrift zur Bekanntschaft mit Gott und das theologische Kunstwerk endigt wie alle moralischen Debauchen endigen mit einem *salto mortale* in den Abgrund göttlicher Barmherzigkeit».

A filosofia do romantismo é a de Fichte. E como não havia de ser assim, se a filosofia de Fichte é a doutrina de eu, da pura subjectividade? Novalis compara-o a Newton; chama-

(1) Cfr. Die Geschichte des deutschen Idealismus.

lhe o descobridor das leis do mundo subjectivo; Jean Paul, autor da «Clavis Fichteana», fala de Fichte «que penetra no centro do mundo do espírito», e Schlegel considerava como os maiores acontecimentos do século, o aparecimento de Guilherme Meister, a revolução francesa e a filosofia de Fichte (1).

Se se transportam para a arte e para a poesia sôbretudo os princípios de Fichte — o eu é tudo; o mundo é apenas o produto do eu; o objectivo nada é em si, o que é deve-o ao eu, à pura consciência, ao puro subjectivo —, compreende-se a que resultado se chega.

O sujeito não deve apenas ter preponderância, como sustentavam Schiller e Kant, mas sim dominar como eu absoluto, isto é, a poesia moderna não deve ser apenas sentimental, mas transcendental (Transzendental-Poesie).

Para o poeta romântico, o poder do eu não tem limites; cumpre-lhe sujeitar o objecto, não apenas pelas conquistas lentas e progressivas da sciência, mas pelo poder imediato do espírito sôbre a matéria, a que Novalis chamava a *magia*. As cousas só têem a realidade que lhes dá o sujeito. O poeta romântico deve dominar a matéria que trata, elevar-se acima do assunto, isto é, ser irónico para todo o objecto. A ironia romântica que, como diz Schlegel, é um mixto de graça e seriedade, pode tomar várias formas. Dá-se o paradoxo, quando o sujeito se eleva acima das opiniões professadas incondicionalmente pela maioria dos homens; chama-se espírito (Witz) quando o domínio do sujeito sôbre o objecto se exerce apenas num ponto determinado; o poeta é humorista, como Jean Paul, quando apresenta o pequeno como grande e o grande como pequeno, e assim aniquila ambos por um mútuo contraste. A forma mais estravagante da ironia é a *Selbstironie:* o sujeito põe-se acima de si mesmo, considera-se um fenómeno objectivo, nulo no sentido transcendente. É o caso de Tieck, em que a ironia é uma paródia perpétua do sujeito. Há um género literário que, como nenhum outro, se prestava a dar expressão à ironia romântica — o romance. O grande modêlo é o «Wilhelm Meister», pois nele tanto Schlegel como os outros românticos viam representado, não o romance épico-objectivo, mas o irónico-subjectivo (2).

---

(1) Assim como Schiller foi o sistematizador das teorias clássicas, também Schlegel o foi das românticas.

(2) «O Guilherme Meister» apareceu precisamente ao alvorecer do

Guilherme Meister é o próprio Goethe, a vida do herói é a autobiografia do poeta. O objectivo da obra, como a ex-

---

romantismo: a figura prestigiosa de Goethe era então venerada nos círculos literários de Iena com um respeito quási religioso, pois ninguem, como o autor do Fausto, realizava o ideal dos romnâticos, que procuravam a aliança da filosofia, da crítica, das sciências, da natureza e da literatura, numa obra que abrange os assuntos mais variados e complexos. Fôra êle um dos primeiros que presentiram que a cultura scientifica, longe de esterilizar as actividades poéticas, podia dar-lhes *novo estímulo*, que o estudo da natureza e da sua técnica incomparável era a mais instrutiva das estéticas para o artista síncero e consciencioso. A admiração dos românticos ao poeta era de um exagêro quási doentio. Novalis chama-lhe «o primeiro fisico do tempo» e define muito justamente o seu empirismo activo, observando que «*nele está em acto* tudo o que nos outros *é* apenas *tendencia*». Por maiores que fôssem as lacunas e as imperfeições do ramance de Goethe, era impossível desconhecer a moralidade e o alcance moral. Não se tratava da uma confissão individual, à maneira do Werther, ou de uma crise passional, no gôsto moderno; era um quadro moral de uma época e de uma sociedade que o autor apresentava; a história da educação completa de uma alma. Os românticos acolheram-no com entusiasmo: Schlegel, como vimos, considerava-o um dos três grandes acontecimentos do século; Novalis sabia-o quási de cór, tudo lhe parecia admirável: a magia do estilo, a carícia insinuante da língua polida, simples e ao mesmo tempo variada na expressão. (Novalis Schriften. Kritische Neuausgabe auf Grund des handschriftlichen Nachlasses von Ernst Heilborn. Berlin). Não durou por muito tempo o entusiasmo que se veiu a converter em manifesta antipatia. E Novalis que chegou a proclamar eminentemente românticas a moral e a filosofia do romance, ataca-o nestes termos violentos: «Os Anos de aprendizagem são num certo sentido absolutamente prosaicos e modernos, o elemento romântico é aniquilado, assim como a poesia da natureza e o maravilhoso. É no fundo um livro nefasto e estúpido, cheio de pretensão; é uma sátira contra a poesia e a religião. O ateismo poético, eis o espírito que nele domina». (N. S., *ob. cit.*, II, 1, pag. 280 e 357). Em carta a Tieck confessa mesmo que lhe parece impossível como se deixou deslumbrar por tanto tempo (Holtei, Brief an Tieck, 1864, I, pag. 307). O juizo de Novalis sôbre o «Guilherme Meister» tornou-se pouco a pouco o de toda a crítica romântica. Eichendorff na *Historia do romance alemão no seculo XVIII*, reproduz quási textualmente as palavras de Hardenberg e o próprio Frederico Schlegel nas suas conferências literárias feitas em Viena, chama a Goethe «Shakespeare alemão pela fórma, mas um Voltaire alemão pelo fundo», e na sua crítica, aparecida nos «Heidelberger Jahrbücher» define o Guilherme Meister como um «Roman gegen das Romanische». Desde então, a ideia fixa de Novalis foi escrever uma refutação poética ao romance de Goethe. Lembrou-se a princípio de dar a essa refutação poética a fórma de artigo; a crítica projectada tomou porêm, pouco a pouco, a fórma do romance. Eis a origem do «Henrique de Ofterdingen» que devia aparecer em Berlin na mesma livraria em que apareceu o «Guilherme Meister» e até ser impresso na mesma tipografia. A antítese entre as duas obras é evidente: Guilherme Meister parte do sonho, do ideal juvenil e quimérico para dêle se separar cada

posição das suas ideias sôbre arte e artistas, sôbre o mundo e os homens, estado e religião, serve apenas para fazer destacar acima das cousas o próprio sujeito, a individualidade artística na sua liberdade ilimitada. Por isso, como diz Schlegel, Goethe parece lá do alto do seu espírito ridicularizar a sua obra prima. Os principais representantes do movimento romântico procuravam imitar a obra de Goethe, que consideravam o «non plus ultra» da poesia. Assim, nasceram o «Sternbald» de Tieck; o «Hyperion» de Hölderlin; o «Ofterdingen» de Novalis; a «Lucinda» de Fr. Schegel, e o «Titan» de Jean Paul.

Segundo Schlegel, o poeta deve escrever um único romance, isto é, uma obra em que o eu seja representado na sua atitude irónica pare com as cousas. O romance de Goethe tem para os românticos significação análoga à da «Naive und sentimentalische Dichtung» de Schiller para os clássicos.

Em ambas as obras domina um tom elegíaco que correspondia ao modo de ser dos românticos, profundamente torturados pela consciência da oposição entre o subjectivo e o objectivo. «Nós perdemos, diz Schiller, a natureza, a unidade do nosso ser, e por isso também a arte e a poesia, mas aspiramos a ela; desejamos realizar o nosso ideal. Raras vezes o conseguimos, e no entanto a poesia aparece também na vida vulgar». Schiller pinta simbolicamente esta saudade do passado na tocante elégia «das Mädchen aus der Fremde»:

In einem Tal bei armen Hirten,
Erschien mit jedem jungen Jahr,
So oft die neuen Lerchen schwärmten,
Ein Mädchen schön und wunderbar.
Sie war nicht in dem Tale geboren,
Man wusste nicht, woher sie kám.
Und schnell war ihre Spur verloren,
So oft das Mädchen Abschied nahm.

---

vez mais, aproximando-se do mundo real, conta os seus progressos por desilusões; as suas aventuras e falsas evocações segundo a frase de Novalis, só fazem retardar «o aparecimento do Evangelho económico burguês».

O elemento romântico representado por Mignon e pelo harpista tem um carácter acentuadamente patológico e doentio. Henrique de Ofterdingen parte da realidade conquanto já impregnada de misticismo e de poesia para se elevar pelo poder da poesia interior ao mundo do sonho e do ideal.

A preocupação do poeta revelava-se nos mais pequenos pormenores. A obra só foi publicada depois da morte do poeta em 1802, graças aos esforços de Tiech o Frederico Schlegel.

Goethe também no seu romance representa na figura de Mignon, simbólica, mas ao mesmo tempo tão cheia de vida, a aliança da natureza e da poesia. Toda a obra tem um carácter acentuadamente elegíaco que transparece sôbretudo nas estrofes sentidas do harpista. Guilherme ao ouvi-lo, sente-se profundamente comovido; a dôr do desconhecido abriu o seu coração angustiado; não resistiu à compaixão, deu livre curso às suas lágrimas». Bom velho, exclama êle, que sensações em mim provocaste! Tudo o que domina no meu coração, a ti o devo. Não te perturbes, prosegue; ao mesmo tempo que alivias os teus sofrimentos, tornas feliz um amigo».

Esta tristeza agrava-se nos românticos, principalmente em Hölderlin e Novalis; torna-se melancolia, hipocôndria. O ideal que se perdeu, para os clássicos vivia só no passado. Schiller e Goethe viam-no no mundo grêgo; os românticos na idade média, na arte gótica, nas poesias de Dante e Ariosto, na infância do povo, na idade infantil e também no futuro.

Os românticos, tomando o Guilherme Meister por modêlo, não compreenderam a diferença entre o eu empírico, individual, limitado e o eu absoluto, infinito. Quando Guilherme se colloca em relação aos fenómenos objectivos da vida humana, num ponto de vista irónico, não é o seu eu individual que contrapõe às cousas, mas o espírito da humanidade à natureza. E também o caso de Fichte. O eu do filósofo idealista pouco ou nada tem que ver com o eu individual, com a personalidade humana, limitada; é antes um eu superindividual, um transsubjectivo, o espírito incondicionado ou absoluto que por isso em oposição ao humano, também se chama divino. Eleva-se acima do tempo e do espaço. Assim foi compreendido por Schiller:

Hoch über der Zeit und dem Raume webt
Lebendig der höchste Gedanke.
Und ob alles in ewigen Wechsel kreist,
Es beharret im Wechsel ein ruhiger Geist.

O mesmo êrro cometteram os românticos com a interpretação da ironia socrática. Quando Sócrates olha para as cousas objectiva, ironicamente, não é porque considere o seu eu pessoal, limitado a medida de todas as cousas, mas porque procura reduzir a variegada multiplicidade do objectivo à unidade do transsubjectivo, da Ideia do Divino de que êle crê estar próximo, só quando é possuido pelo seu «daimon», alguma cousa secreta, divina, que se oculta no homem e o

dirige não para fins individuais, mas sim universais que lhe ensina não a verdade individual dos sofistas, mas a eterna verdade que o não ilude e o guia sempre a caminho do bem. Os Stürmer, no mesmo sentido que Sócrates, exaltavam o «Genius», isto é, o puro humano, a boa acção, a amizade e o amor, o entusiasmo criador do profeta, do artista, do pensador. «Eu creio, diz Herder, que todo o homem tem no fundo da sua alma um génio, um dom profético e divino uma luz que nos pontos mais escuros nos indica o caminho, lançando-nos um raio furtivo». Herder fala com o seu génio em todas as grandes questões da vida, interroga-o como oráculo sôbre o futuro, e a êle diz Goethe: «Acariciei o meu génio maternalmente com consolação e esperança». Em honra do seu génio compoz Goethe o hino

Wen du nicht verlässest, Genius
Nicht der Regen, nicht der Sturm
Haucht ihm Schauer übers Herz.
Wen du nicht verlässest, Genius,
Wird dem Regengewölk,
Wird dem Schlossensturm
Entgegen singen,
Wie die Lerche
Du da droben.

Den du nicht verlässest, Genius
Wirst ihn heben übern Schlammpfad
Mit den Feuer flügeln;
Wandeln wird er
Wie mit Blumenfüssen
Uber Deukalions Flutschlamm.

«Em correntes igneas, borbulha o meu génio em revolta agitação», exclama Klinger.

A tentativa dos românticos para estabelecerem a harmonia entre o sujeito e o objecto, faliu, porque não eram capazes de elevar-se acima dos limites do individual, do subjectivo pessoal. Apesar de todos os seus esforços para apreenderem o objectivo, lançando-se no campo livre da natureza, eram sempre impelidos para o subjectivo. Sucedia-lhes, diz Kronenberg, o mesmo que ao rei Midas da lenda: «assim como êste convertia em ouro tudo o que tocava, também os românticos convertiam todo o objectivo em subjectivo individual; a epopeia e o drama em lirismo; a objectividade de Goethe em subjectivismo; ao sistemático preferiam o fragmentário e confuso; o individualismo chegou aos maiores exagê-

ros, ao cinismo e à frivolidade, de que é exemplo típico a Lucinda de Schlegel».

Mas ainda antes da escola romântica chegar a tais extremos, apareceu Schelling que aliava o platonismo e o espinozismo e era simultaneamente discípulo de Fichte, Herder e Goethe. A doutrina da identidade — Die Einheitslehre — estabelecia a síntese há muito procurada: a união do sujeito e objecto, natureza e espírito, liberdade e necessidade. O mundo ideal e o mundo real são duas emanações não só paralelas, mas exactamente correspondentes ao pensamento divino. Há uma espécie de harmonia preestabelecida entre as ideias e as cousas. De cada objecto temos em nós um conceito que não deriva dêle directamente, mas que eternamente está depositado na nossa consciência.

Temos apenas de evocar estes conceitos, à medida que os objectos nos passam pelo espírito; para conhecer o mundo basta-nos ler em nós mesmos, seguir com o nosso olhar interior a evolução das cousas, reproduzir em pensamento a dialéctica divina que criou o universo. A sciência terá a unidade que reina na natureza, será uma manifestação do ser universal e absoluta como êle. O método filosófico não será a vulgar reflexão que isola as cousas; será a intuição, uma espécie de imaginação especulativa que classifica no conjunto as ideias e as coordena. O objecto da filosofia será construir o mundo, refazer o poema da criação.

De entre os autores românticos é sem dúvida Novalis o mais característico. Por isso passo a expôr com certo desenvolvimento as suas doutrinas.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Subsidios para o estudo das Relações exteriores de Portugal em seguida á restauração (1640–1649), Vol. I, por Carlos Roma du Bocage, publicado pela Academia das Sciências de Lisboa. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

Projecto que serviu á construção do Observatorio «Campos Rodrigues» em Lourenço Marques na parte astronomica, por Frederico Oom. Lisboa, Imp. Nacional, 1916.

Associação Comercial do Porto — Relatorio da Direcção no ano de 1916. Porto, Oficinas do «Comercio do Porto», 1917.

Nas azas do destino — Salmo patriotico a proposito da partida das forças expedicionarias portuguezas para o campo da batalha em França, por Osorio Goulart. Horta, Tip. de «O Telegrafo, 1917.

Cem grandes virtudes em cem pequenos capitulos — Frutos da leitura e da refeção, por Luis Leitão. Lisboa, Libraria Ferin, 1915.

A Lei da Separação das Egrejas do Estado e outros diplomas legaes — Estudo critico, por Alberto Martins de Carvalho. Coimbra, Tip. Popular, 1917.

Estudos geograficos — Alterações litoraes — A Ria de Aveiro, por Luis Filipe de Lencastre Schwalbach Lucci. Lisboa, Tip. do «Anuário Comercial», 1918.

A sombra das boas arvores — Volume 1.º e 2.º, por Luis Leitão. Lisboa, Imp. de Manuel Lucas Torres.

Potamologia — Estudos sobre o Tejo — Dissertação para o concurso de assistente do 5.º grupo (geografia) da Faculdade de Letras de Lisboa, por Luis Filipe de Lencastre Schwalbach Lucci. Lisboa, Tip. do «Anuário Comercial», 1915.

Emigração e Colonização, por Luis Filipe de Lencastre Schwalbach Lucci. Lisboa, Tip. do «Anuário Comercial», 1914.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



Volume 65.º
N.º 4

1918
Abril

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Boletim do Instituto 177
Livros antigos e médicos antigos, por Thomaz de Mello Breyner 181
Correspondencia do Conde de Castelmelhor com o P.e Manoel Fernandes e outros (1668 a 1678), por Edgar Prestage 197
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo 206
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 214



O Reitor da Universidade

tem a honra de convidar V. Ex.ª a assistir à cerimónia do doutoramento em Letras de Ex.mo Senhor Alfredo Fernandes Martins, a qual se efectua no próximo dia 30 do mês corrente, pelas 15 horas, na Sala Grande dos Actos.

Paço das Escolas, em 26 de Abril de 1950.

Trajo de cerimónia

Este convite é pessoal e intransmissível e deve ser apresentado à entrada

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 31 DE MARÇO DE 1918

Aos 31 de março de 1918 reuniu a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LOBO, servindo de secretário o B.el COELHO SOBRAL.

O Presidente começa por referir-se, com palavras do maior sentimento, à perda que a Sciência, a Diplomacia e o Exército tinham recentemente sofrido pelo falecimento do General CARLOS ROMA DU BOCAGE, ilustre sócio do Instituto. Propõe que na acta seja consignado um voto de sentimento, e que êste seja transmitido à família enlutada, o que foi unanimemente aprovado.

Continuando no uso da palavra, o Presidente dá conta da amável recepção que, em Madrid, recentemente lhe foi feita pelos elementos scientíficos daquela capital, especialmente pela Real Academia de Jurisprudência, presidida pelo ilustre sábio e estadista, D. ANTÓNIO MAURA, e pelo Instituto Nacional de Previdência, presidido pelo ilustre General e sábio académico, D. JOSÉ MARVÁ, onde se afirma em larga escala a acção perseverante, inteligente e dedicada de D. JOSÉ MALUQUER, o notável intelectual espanhol que já honrou o Instituto de Coimbra com a sua visita. As atenções que lhe dispensaram, continúa o Presidente, são devidas, com a maior satisfação o afirma, à muita consideração de que o Instituto gosa.

O prof. FILOMENO DA CAMARA declara que se congratula, em seu nome e no de toda a Sociedade, por êste notável acontecimento, salientando que as considerações, de que foi alvo o Instituto, em muito se devem à elevada categoria scientífica do seu Presidente. Propõe: 1.º) que na acta seja lançado um voto de congratulação pela recepção que ao Presidente do Instituto foi feita em Madrid, e pelas atenções que lhe tributaram; 2.º) que ao ilustre Presidente da Academia de Jurisprudência de Madrid seja manifestado o profundo reconhecimento do Instituto. Estas propostas foram

aprovadas, resolvendo-se igualmente — em homenagem aos sábios, que presidiram à conferência de Madrid, e ao Presidente — publicar, na Revista da Sociedade, a gravura que comemora essa festa.

O Presidente agradece, com o maior reconhecimento, estas manifestações. Em seguida, comunica que o Instituto se associou à celebração das bodas de oiro literárias da notável Escritora, Senhora D. Maria Amália Vaz de Carvalho. Depois de fazer o elogio da ilustre Senhora, lembra que S. Ex.ª, desde 4 de julho de 1896, é sócia honorária do Instituto. Não podia, pois, esta Sociedade deixar de acompanhar calorosamente as justas homenagens prestadas.

O Presidente passa a referir-se, nos termos mais honrosos, ao ilustre consócio e sábio botânico, Prof. Júlio Henriques, que, no país e no estrangeiro, tanta glória tem dado à Sciência portuguesa, e propõe que o Instituto se associe intensamente à consagração que a Universidade resolveu tributar a S. Ex.ª, ficando desde já assente que, além doutras manifestações que venham a ser resolvidas, seja dedicado a S. Ex.ª o número da Revista do próximo mês de maio.

Os Proff. Filomeno da Camara e Paiva Pita associaram-se, com frazes da maior consideração pelo ilustre sábio, a estas propostas, que foram aprovadas por aclamação.

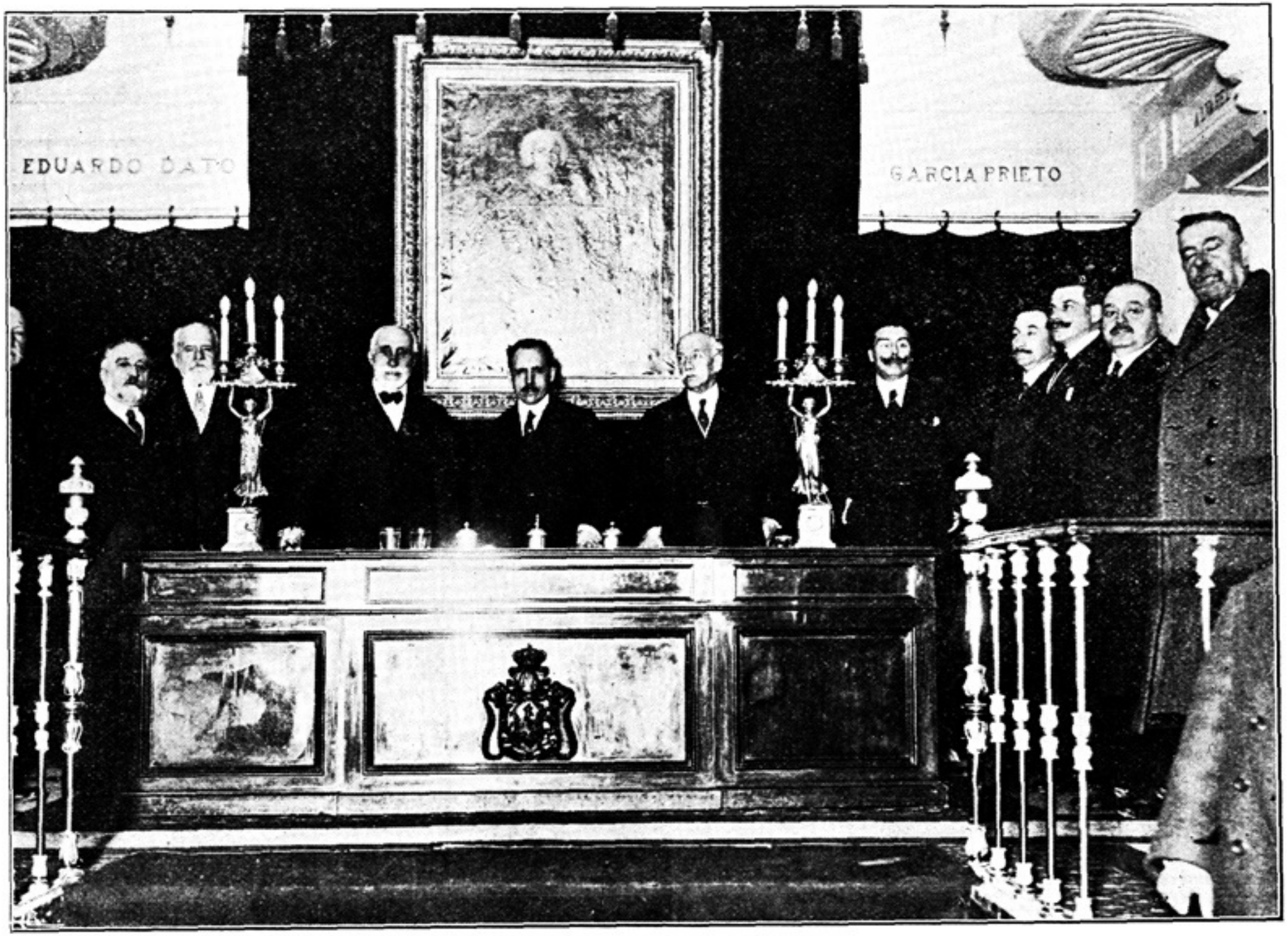
Tendo o Presidente dado conta da maneira como o ilustre consócio, Dr. António de Carvalho Monteiro, está dispôsto a auxiliar o Instituto, depois de elogiosas referências a S. Ex.ª feitas pelo Prof. Paiva Pita e pelos Srs. Fortunato de Almeida e Coelho Sobral, é, por aclamação, eleito sócio honorário e declarado benemérito da colectividade.

Com a maior satisfação, é recebida a notícia, comunicada pelo Presidente, de que em breve seria a nossa Universidade visitada por notável missão scientifica de professores de Medicina de Espanha, presidida pelo sábio académico Dr. Gomez Ocaña, que honrará o Instituto, dedicando lhe uma conferência.

É resolvido receber esta missão com provas da maior simpatia e consideração.

O Presidente refere-se, com palavras do mais caloroso aplauso, à obra grandiosa, que em Espanha está realizando o Instituto Nacional de Previdência, salientando a necessidade de estabelecer, no País, uma obra idêntica, de harmonia com as nossas tradições. Depois de largas considerações, propõe que o Instituto se dedique ao estudo dêste assunto.

Falam, nesta ordem de ideias, os sócios Prof. Paiva Pita,



D. ANTÓNIO MAURA—DR. COSTA LOBO—D. EDUARDO DATO

Prof. Filomeno da Camara, Fortunato de Almeida e Coelho Sobral. É eleita, para se ocupar da questão, uma comissão composta dos sócios Prof. Costa Lobo, Prof. Magalhães Colaço, Fortunato de Almeida, Vaz Serra, D. José Manoel de Noronha, com a faculdade de agregar outros sócios julgados necessários para bom desempenho do encargo.

Examinados os processos apresentados, passa-se à votação de sócios.

Foi o seguinte o resultado da eleição:

SÓCIO HONORÁRIO ESTRANGEIRO

Ex.mo Sr. D. António Maura, jurisconsulto, presidente do Conselho de Ministros de Espanha.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Ex.mos Srs. D. Pablo Martinez Pardo, senador, vice-presidente da Real Academia de Jurisprudência.

D. Álvaro Lopez Nuñez, escritor, secretário da administração central do Instituto Nacional de Prevision.

Visconde de Eza, antigo Ministro.

D. Juan Lopez Soler, chefe da secção geográfica do Depósito da Guerra.

SÓCIOS HONORÁRIOS NACIONAIS

Ex.ma Sr.ª D. Maria Amália Vaz de Carvalho.

Ex.mo Sr. Dr. António Augusto de Carvalho Monteiro.

SÓCIOS EFECTIVOS

Ex.ma Sr.ª Marquesa de Pomares, escritora.

Ex.mos Srs. Dr. João Pereira Dias, assistente efectivo da Faculdade de Sciências de Coimbra.

António Gomes de Sousa, Tenente Coronel do exército.

Dr. José Afonso Baeta Neves, Tenente Coronel médico.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Ex.nos Srs. D. Luís de Castro, antigo ministro, professor do Instituto Superior de Agronomia, publicista.

Dr. Manuel Severiano Simões Baião, clínico, publicista.

*

Eduardo Moreira, publicista.
Manuel da Camara, publicista.
Dr. José Augusto Cardoso, professor do Liceu de Vizeu.
Dr. José Coelho de Andrade, médico, publicista.
Luís Filipe de Lencastre Schwalbach Lucci, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, publicista.
César Ferreira, oficial da Armada, engenheiro, publicista.
Luís Leitão, publicista.
Aristides Moreira da Mota, advogado, publicista.
Joaquim Augusto da Fonseca Pedroso, arqueólogo.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Coelho Sobral, servindo de secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(aa.) Costa Lobo.
Coelho Sobral.

LIVROS ANTIGOS E MÉDICOS ANTIGOS (1)

Suponho, com fundamento, que o livro mais antigo que há escrito na língua portuguesa sôbre moléstias venéreas se chama *Methodo de Conhecer e Curar o Morbo Gallico,* e como sub-título tem os seguintes dizeres:

«Disputão-se largamente por questões, e argumentos em forma todas as duvidas que se podẽ mover sobre a essencia, species, causas, sinaes, prognosticos, e cura do morbo gallico, e as que póde haver sobre o azougue, pau santo, salsaparrilha, raiz da China e mais remedios deste mal» (2).

É autor desta obra o Dr. Duarte Madeira Arraiz, «Physico do pulso de Sua Majestade», que a dedica ao Príncipe D. Teodósio, malogrado e muito esperançoso filho primogénito de El-Rei D. João IV.

Foi impresso em Lisboa, com todas as licenças necessárias, por António Alvarez.

O Dr. Maximiano de Lemos, erudito Professor da Faculdade de Medicina do Pôrto, que se tem dedicado à História da Medicina Portuguesa, disse-me não conhecer na nossa língua e sôbre moléstias venéras obra alguma anterior a esta.

Dêste livro curioso possuo três edições.

A 1.ª edição, que é rarissima e que eu adquiri por um acaso feliz, deve ter-se esgotado fácilmente, porque fez sensação na época em que apareceu.

---

(1) A Academia das Sciências de Lisboa (antiga Academia Rial) resolveu publicar, à sua custa, a obra *Arsenicais e Sífilis — Crítica do tratamento abortivo,* devida à comprovada competência do seu e nosso consócio Dr. Dom Thomaz de Mello Breyner.

Devidamente autorizados, temos o prazer de inserir, no presente número da nossa revista, um capítulo do interessante trabalho, que, dentro em breve, deverá ser posto à venda. — *Nota da Redacção.*

(2) Nas transcrições clássicas conservarei sempre a ortografia e pontuação dos originais.

Reúne num só tômo muitos conhecimentos importantes e úteis sôbre uma parte especial da medicina, o que não era a regra nessa época remota.

Em geral no século XVII, e muito depois, um tratado de medicina juntava e baralhava muitos conhecimentos num só volume, com interêsse, com talento até, mas em geral sem ordem.

No livro do Dr. Duarte Arraiz nota-se método: vê-se que é escrito por quem teve muito entendimento, muita sabedoria e muita prática.

Como é bem cuidada a história da moléstia, como é pitoresca a descrição das manifestações, com que argúcia é discutido o diagnóstico!

A parte relativa a terapêutica é curiosa pela quantidade de receitas, e cheia de bom critério.

O azougue merece ao autor referências muito especiais, e os diferentes lenhos clássicos são objecto da mais particular atenção.

Note-se que o autor dá já naquela época uma importância grande à hereditariedade do *morbo gallico,* ocupando-se também em capítulos especiais da sífilis *nos meninos que ainda mamam e nos que já não mamam.*

Nem se esquece de falar na hidroterapia como auxiliar no tratamento das moléstias sifilíticas rebeldes, recomendando as Caldas de Chaves na p. 165 da edição de 1751.

O livro deve ter sido, como já disse, grande êxito na época (1).

Em 1715 fez-se em Lisboa uma nova edição, na oficina de António Podroso Galram.

Ao livro chamou-se então *Madeira Illustrado,* e foi «reformado ao sentir dos tempos» pelo Dr. Francisco da Fonseca Henriques, natural de Mirandela e médico de D. João V.

Considera-se esta edição a mais rara de todas, e durante alguns anos a busquei sem conseguir encontrá-la.

Sua Majestade El-Rei D. Carlos I, de memória para mim cada vez mais saùdosa, conseguiu obter um belo exemplar que adquiriu expressamente para me oferecer.

Tenho também a 3.ª edição e essa é a reprodução exacta da 2.ª, com a diferença única de ter saído em 1751 da oficina de Domingos Gonçalves, impressor lisbonense.

---

(1) Num catálogo de livros raros que vi em Madrid está a obra de Duarte Arraiz marcada com 150 pesetas.

Êste meu exemplar (1) tem no frontispício a assinatura de Camilo Castelo Branco.

E basta sôbre o livro. Estou desviando-me do assunto e nada mais devo dizer, por agora, do curioso tratado que nos legou o Físico de João IV, tanto mais que hei-de ocupar-me dêle em opúsculo especial.

Limito-me a consignar, e é o que importa neste momento, que nele não pude descobrir a menor referência às drogas que hoje sabemos serem derivadas do Arsénio.

Há na língua espanhola um livro, impresso em Sevilha no ano de 1539, que tem para nós interêsse especial.

O título completo é assim: «*Com privilégio imperial y del rei de Portugal. Tratado cõtra el mal serpentino: que vulgarmente en España es llamado bubas q fue ordenado en el ospital de Todos os Santos: fecho por ruy dias de ysla*».

Nunca vi êste livro. Apenas o conheço pelas referências que faz dêle o meu colega e amigo Dr. Sebastião da Costa Santos, actual Director dos Hospitais Civis de Lisboa e dono dum exemplar de raridade bibliográfica (2). Afirma êle que em Diaz de Ysla não encontrou a menor referência aos arsenicais.

Percorrendo muitos outros livros antigos, alguns dos quais são riquíssimos repositórios de numerosas e variadas fórmulas, nada encontrei sôbre Arsénio.

É claro que não valia a pena subir pela história da Medicina, e particularmente da Farmacologia, até épocas muito remotas, porque é natural que se encontrasse cada vez menos à medida que andássemos para trás. O que eu chamo *livros antigos* são os do século XVIII e um pequeno número do século XVII. Tive a paciência de percorrer com atenção alguns muito curiosos que possuo e bastantes outros que pertenceram à antiga livraria particular da Farmácia do Hospital de S. José, e hoje fazem parte da Biblioteca do mesmo Hospital.

Em nenhum dêles encontrei os arsenicais, então conhecidos, fazendo parte das fórmulas variadíssimas gabadas como soberanas contra o mal.

Era de esperar que assim fôsse, pois o rosalgar, único arsenical citado, apenas figura como *veneno*.

---

(1) Oferecido pelo meu amigo Vitorino Chagas Roquete.

(2) *O Tratamento das Boubas no Hospital Rial de Todos os Santos em princípios do século XVI*, por Sebastião da Costa Santos. Lisboa, 1916.

Eis uma lista das obras de medicina que tenho. Não são muitas, mas são as que mais conheço:

Luz verdadeira e recopilado de toda a cirurgia, pelo licenciado Antonio Ferreyra. Lisboa 1705.

Castello forte contra todas as enfermidades que perseguem o corpo humano, por João Lopes Corrêa. Lisboa 1723.

Medicina Lusitana, Soccorro Delphico aos Clamores da Natureza Humana para total profligação dos seus males, pelo Doutor Francisco da Fonseca Henriques, transmontano, natural de Mirandela, medico do Augustissimo Rey de Portugal D. João V. Impresso em Amsterdam no anno de 1731.

Pharmacopea Tubalense Chimico-galenica, de Manoel Rodrigues Coelho. Lisboa 1735.

Medicina Practica de Guadalupe. Madrid 1756.

Todos êstes livros se ocupam largamente de moléstias venéreas. Percorri-os nessa parte mais duma vez e com cuidado, mas não desencantei uma única referência às drogas que têm ARSÉNIO.

Nada achei tampouco no exemplar que possuo do *Tratado Clássico,* de John Hunter, publicado em Londres no ano de 1783 (1).

Sem a menor esperança de descobrir arsenicais ou antimoniais em fórmulas destinadas a combater a sífilis, tratei em todo o caso de fazer uma busca minuciosa na colecção riquíssima de velhas farmacopeias e formulários que existe na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Com atenção e curiosidade percorri uma série de livros velhos sôbre farmacologia e matéria médica, desde o famoso e raríssimo *Antidotario Romano,* publicado em Messina em 1637, com os comentários do Dr. Pietro Castelli Romano, até os tratados publicados na primeira metade do século XIX e já hoje envelhecidos.

Consultei variadas farmacopeias portuguesas e, com especial cuidado, a 1.ª edição da *Pharmacopeia Lusitana,* publicada por D. Caetano de Santo António da cidade de Coimbra, em 1704, quando o autor era apenas um frade boticário de Santa Cruz.

Vi também a edição da mesma obra reformada em Lisboa, quando D. Caetano era já cónego regular de Santo Agostinho no Rial Mosteiro de S. Vicente de Fora.

---

(1) Oferta do ilustre Prof. Curry Cabral.

Folheei com a maior cautela farmacopeias, dispensatórios, formulários, prontuários e receituários os mais variados e curiosos, feitos em Madrid, Edimburgo, Londres, Leão, Paris, Amsterdam, Roma, Viena de Áustria e Praga.

Em tantas obras consultadas, nas quais os autores *mostram principalmente o conhecimento do reino vegetal,* apenas encontrei uma ligeira referência ao *rosalgar* no vocabulário apenso à *Pharmacopêa Olyssiponense, gallenica e chimica, por Joam Vigier, nacional do Reyno de França e morador na côrte de Lisboa em 1716.* No texto não há nem uma só alusão à droga.

Em outro livro, chamado *Formules de médicamens usitées dans les différens Hôpitaux de la Ville de Paris p. en 1747,* encontra-se na p. 185, quando trata do *antimónio preparado* (onde costuma haver ARSÉNIO à mistura), a seguinte nota: *on le donne pour les maladies de la peau, même celles qui dépendent du virus vénérien.*

Eis tudo quanto pude achar nas obras do século XVIII.

Nos tratados de terapêutica e nos formulários do século passado aparecem uma ou outra fórmula onde figuram arsenicais.

São exemplos destas — e por serem as mais famosas as cito — a solução de iodo-arsenito de mercúrio apresentada por Pedrelli contra as sifílides rebeldes, assim como a solução arsenical de Baudin, que não vale mais nem menos que os licôres arsenicais de Fowler ou de Pearson.

O que se chama *sifílides rebeldes* eram as que difícilmente se curavam, por aparecerem em gente enfraquecida e linfática com manifestações feias.por muito infectadas. Estas beneficiam do ARSÉNIO, que actua ao mesmo tempo como tónico e como modificador cutâneo.

Fica pois demonstrado que *não tinha razão* o articulista da *Presse Médicale,* de Paris, quando, pouco tempo depois da descoberta do Salvarsan, dizia, por sinal em artigo de fundo, *que o* ARSÉNIO *se empregou sempre largamente contra a sífilis desde a mais remota antiguidade.*

* * *

O que deve ser um especialista.

Não há dúvida que todo o especialista merecedor dêste nome deve saber bem medicina geral, e se a tiver exercido por algum tempo antes de se entregar exclusivamente a uma especialidade tanto melhor.

Outro tanto deverá dizer-se em relação à cirurgia. Se o especialista tiver exercido nos dois ramos da sciência médica decerto estará depois muito mais à vontade dentro da especialidade a que se dedicar.

O grande Charcot, antes de se fazer neurologista, foi durante anos médico dos Hospitais de Paris, onde fez policlínica. O mesmo aconteceu ao Prof. Brissand, a Pierre Marie e a tantos outros especialistas notáveis.

Guyon, antes de ser urologista, foi cirurgião dos Hospitais no Bureau Central, onde o tirocínio é importantíssimo. O parteiro Tarnier fez muita cirurgia geral durante dez anos antes de se dedicar exclusivamente à obstetrícia.

O Prof. Alberto Neisser, o conhecido sifiliógrafo de Breslau, já era policlínico havia anos quando se especializou.

Quando há dezanove anos anos o acaso e a fôrça das circunstâncias me obrigaram a dirigir no Hospital do Destêrro a consulta externa de moléstias venéreas (1), já tinha eu cinco anos de clínica geral, sendo dois dêles passados no Banco dos Hospitais de Lisboa, onde o tirocínio é grande e magnífico.

Esta circunstância foi para mim sôbremaneira vantajosa, e ajudou-me a caminhar na minha nova orientação médica quando não tinha a quem recorrer para poder instruir-me.

Aprendi só, ou antes, com alguns estudantes que apareciam nas suas horas vagas para aprenderem comigo, e eu aprender com êles, observando juntos, errando hoje, acertando ámanhã, mas observando sempre.

Todo o rapaz que ao terminar o seu curso de medicina se dedicar imediatamente a um ramo único de medicina ou da cirurgia poderá aprender a manejar com rapidez um instrumento e até com segurança, manobrará fácilmente com aparêlhos os mais complicados, mas não poderá ser nunca, ainda dentro da sua especialidade, o que se chama um verdadeiro clínico, capaz de fazer com segurança um diagnóstico antes de pegar num bisturi.

Tomemos o caso, que durante muito tempo foi o mais vul-

---

(1) A Consulta Externa de Moléstias Venéreas funcionou primeiro no Hospital de S. José, sob a direcção do meu saùdoso colega Sousa Lopes. Retirando êste médico de Lisboa, fui eu nomeado pelo enfermeiro-mór Ferraz de Macedo para dirigir a nova Consulta, transferida por minha proposta para o Hospital do Destêrro, onde foi por mim inaugurada no dia 27 de Março de 1897. — *T. M. B.*

gar, dum médico recem-saído duma escola se dedicar desde logo às doenças de olhos exclusivamente. Poderá em poucos meses ser um operador capaz de cortar uma íris com perícia, pode ser exímio em cateterismos dos canais lacrimais, poderá até ser um *cataracteiro* habilidoso, mas nunca será um oftalmologista digno de tal nome e da confiança pública, se não tiver muito bem sabida a sua patologia geral e muito especialmente a patologia nervosa.

Hoje a tendência da juventude médica é toda mais depressa para a especialização nas vias urinárias e na laringo-oto-rinologia. Da precipitação com que se especializam certos médicos, são suficiente testemunho alguns desgraçados que andam por aí sem próstata podendo tê-la ainda no seu lugar, outros sem cornetos, ou sem amígdalas, e outros ainda que estão afónicos por motivos de intervenções desnecessárias nas cordas vocais.

Especialização na sífilis.

Estas considerações que acabo de fazer e muitas outras que me ocorrem não as faço por impertinência, mas sim por terem desgraçadamente o seu equivalente na especialidade que me ocupa e sôbretudo me preocupa.

Quantas criaturas andam por aí, sem prejuízo da própria saúde e até risco da vida, a tratarem-se por meios violentos duma sífilis que nunca tiveram, ao passo que tantos sifilíticos deixam de ser tratados porque a moléstia anda ignorada ou não foi reconhecida a tempo.

Tudo por falta dum bom diagnóstico, que vem da ignorância em patologia.

Na sífilis, ainda mais, se é possível, do que nas outras enfermidades, é verdadeiro o aforismo de Peter: — *Não há sífilis, mas sim sifilíticos.*

Dois bagos de trigo vindos da mesma seara, tirados até da mesma espiga, dão origem a plantas diferentes quando semeadas em *terras* diversas na riqueza.

Exemplos.

O mesmo acontece com as doenças. Conheço uma história clínica, ou antes duas histórias tiradas das minhas notas clínicas, que demonstram também tam grande verdade.

Dois mancebos, aproximadamente da mesma idade, apanharam sífilis na mesma noite e na mesma mulher.

Ambos tiveram sifiloma genital. Um dêles — rapaz fraco linfático, com taras variadas — mostrou-me, quinze dias depois do coito suspeito, uma ferida típica no pénis. Decorridas apenas três semanas tinha uma rúpia no antebraço esquerdo, placas mucosas labiais e uma irite no ôlho direito.

O outro — rapagão sadio e robusto — só um mês depois

do contágio me apareceu com uma úlcera no sulco balano-prepucial. Fez as despesas do período secundário com umas dôres de cabeça e uma roséola fugaz.

Claro está que foram diversos os tratamentos feitos aos dois doentes.

Ao primeiro, fisiológicamente miserável, tratei-lhe da moléstia adquirida e levantei-lhe o estado geral.

Neste caso e em muitos outros parecidos foram os arsenicais que me ajudaram a triunfar da doença.

Com licôr de Fowler, com arseniato de sódio em dóses possíveis, ia levantando o tom geral do doente, ao mesmo tempo que lhe modificava as manifestações cutâneas e lhe preparava o organismo para melhor reagir à medicação específica.

Associação do Arsénio ao mercúrio.

Assim costumava proceder com os doentes enfraquecidos, mas sempre esbarrava com a dificuldade da dóse arsenical máxima, e quantas vezes lamentei *não haver maneira de poder administrar Arsénio em quantidade útil e sem risco para o doente.*

Aí pelo ano de 1902 já eu tonificava os sifilíticos em tratamento pelos mercuriais, dando-lhes ao mesmo tempo injecções de cacodilato de sódio. A cura era assim mais rápida. Levanta-lhes o organismo, mas para o ataque do mal só tinha então o mercúrio e, em certos casos, o iodêto de potássio.

Cacodilato iodo-hidrargírico.

Nessa mesma época apareceu o *Cacodilato iodo-hidrargírico,* que permitia, como indica o nome, reùnir numa só injecção a medicação tónica e a específica dupla.

Comecei a usar a fórmula com resultados os mais animadores. Fiz até sôbre o assunto, e para apresentar ao Congresso Internacional de Medicina reùnido em Madrid no mês de Abril de 1903, uma comunicação ilustrada com alguns casos concludentes (1).

Em todo o caso até essa época os arsenicais só entravam como adjuvantes no tratamento da sífilis; intervinham como agentes preparadores do terreno, mas sem a menor pretensão de serem curativos.

Atoxil.

Assim estávamos quando, em 1907, o *Atoxyl* (amilarsinato de sódio) entrava na terapêutica como eficaz anti-sifilítico pela mão do Dr. Paul Salmon, do Instituto Pasteur.

---

(1) Foi publicada na *Medicina Contemporanea,* de Lisboa, em alguns números do 2.º semestre dêsse ano.

Êste médico ilustre não se fartava de gabar o novo remédio, que se apresentava ao público apadrinhado por Metchnikoff, ao mesmo tempo que o velho e honesto Hallopeau o ia injectando emquanto sifilítico apanhava o jeito.

Em Outubro de 1907 mandava para o *Bulletin de Thérapeutique* um artigo cheio de entusiasmo e fé sôbre o poder curativo do novo medicamento, apresentava séries de casos felizes, citava os alemães Lesser e Lassar, o belga Duhot, e seu compatriota Balzer e ainda outros. Infelizmente iam aparecendo casos bastante freqùentes de intolerância e, por vezes, tam graves que obrigavam a interromper o tratamento.

Inconvenientes do atoxil.

Por fim, dum lado e doutro, chegavam notícias de perturbações da visão em seguida ao emprêgo do atoxil.

Conhecedor dos contratempos fáceis de sôbrevir ao emprêgo do novo medicamento, recusava-me sempre em aplicá-lo aos doentes que mo pediam.

Só uma vez, por indicação, formal e por escrito, dum sábio confrade estrangeiro, e para terminar um tratamento iniciado por êle num doente obrigado a voltar para Lisboa, é que injectei atoxil, mas com a declaração de vencido.

Era legítima a minha repugnância, porque depois da 3.ª injecção, feita a preceito e seguindo as recomendações do mestre, as perturbações não deixaram de se mostrar, e então pus para sempre de banda o arsenical de Salmon.

Opinião de Neisser.

No Congresso Internacional de Dermatologia e Sifiligrafia, realizado em Roma em Abril de 1912, o Prof. Neisser no seu relatório dizia textualmente: «Na terapêutica humana é preciso suprimir o atoxil, cujo emprêgo é perigoso por causa da sua grande afinidade para o nervo óptico».

Razão tinha eu, pois, em ter mêdo dêle cinco anos antes, quando de toda a parte o gabavam, quando os próprios doentes o pediam. Resisti, e fiz eu muito bem.

Arsacetine.

Aparecia em seguida a *Arsacetine,* com a pretensão de remediar os inconvenientes do *atoxil.*

Neisser obtêm alguns resultados satisfatórios, mas os acidentes oculares começam a dar-se também e o novo remédio tem a sorte do precedente.

Hectina.

Em 1909 entra em scena a *Hectina,* que vem a ser, quimicamente falando, o *benzosulfoneparaminofenilarsinato de soda.* Descoberto pelo Dr. Mouneyrat, de Lyon, foi logo experimentado pelo Dr. Balzer, de Paris, que achou o remédio deveras eficaz nos mais variados acidentes sifilíticos, tanto precoces como tardios.

De toda a parte vinham informações favoráveis à hectina,

mandadas até por vultos como Brocq, Gaucher, Danlos, Zinger, Lassar, Petrini de Galatz (1) e outros. É claro que Hallopeau apressou-se a usar o remédio de Mouneyrat. Com a maior lialdade e o maior entusiasmo o vemos empregando a hectina com o fito de achar nela, aplicada como tratamento geral e também local, um meio de fazer abortar a sifilis.

Nesses trabalhos foi secundado por vários especialistas de fama, e é preciso não esquecer o nosso ilustre, quási compatriota, Moniz de Aragão, da Baía (2).

Tratamento abortivo.

Tendo-me mais duma vez referido já, em comunicações e artigos, ao *tratamento abortivo,* desvio-me agora um pouco do assunto principal dêste trabalho para deixar bem patente o meu modo de ver sôbre uma questão tam debatida, começando por declarar *que não conheço caso algum, próprio ou alheio, capaz de me convencer da eficácia de semelhante recurso, nem tampouco casos em que a excisão do acidente primitivo tenha evitado a explosão de manifestações secundárias e os progressos da infecção.*

Antes, porêm, de expôr o meu modo de ver pessoal, quero deixar aqui umas linhas de história.

História.

Parece ter sido Jacques Catania o primeiro médico que, no seu *Tractatus de Morbo Gallico,* publicado em 1505, expôs a ideia não só de curar os acidentes da sífilis, mas até de os fazer parar na sua evolução por meio das fumigações cinábrias, que êle foi o primeiro a usar, e também pelas fricções com pomada de azougue.

Do século XVI ao século XIX, reina por toda a parte a confusão no diagnóstico, e o mercúrio é empregado à toa e com sorte vária, fazendo bem muitas vezes, sendo prejudicial ou-

---

(1) Quando há meses em artigo da *Medicina Contemporanea* citei êste notável sifilógrafo, um colega disse-me em tom de correcção ser Galatz o nome duma terra e não dum homem. Eu ja sabia isto e por êstes tempos de guerra toda a gente conhece, pelo menos de nome, a linda cidade das margens do Danúbio. Devo no emtanto dizer que há um médico das minhas relações pessoais chamado Petrini, o qual, por ter nascido em Galatz, e para se distinguir dos homónimos, costuma assinar *Petrini de Galatz,* sem pontuação. O mesmo faz o Dr. Roux de Lausanne para se diferençar doutros colegas com igual apelido. E outra não é a origem dos numerosos Bragas e Guimarães que há em Portugal.

(2) Não podemos nós, portugueses, considerar os brazileiros como estrangeiros, tantas são as afinidades que têm comnosco, tanto o carinho que nos dedicam. São mais ainda que *nuestros hermanos,* por isso que são *nossos irmãos.* Dizia Sousa Martins que em Espanha há uma língua *que se habla,* emquanto que no Brasil há uma língua *que se fala.*

tras vezes, dando em todo o caso com freqüência estomatites violentas, porventura especialmente aos que recebiam o tratamento sem o precisarem (1).

O famoso e antiqüíssimo ungüento napolitano, bem como outros mercuriais, chegaram a usar-se com tam pouco critério e tal brutalidade, que era corrente o preceito de se administrarem até que o doente *cuspisse os dentes.*

John Hunter.

Em 1788, o médico inglês John Hunter publica, em Londres, o seu *Treatise on the venereal diseases.* Com o seu talento e com o seu grande prestígio defendeu a unidade das moléstias venéreas. Tal doutrina ganhou muitos adeptos e contribuíu para aumentar a confusão, que prevaleceu até o ano de 1852, quando o francês Bassereau veiu estabelecer nitidamente a diferença entre o *cancro duro, úlcera calosa* ou *sifiloma,* e o *cancro mole.*

Como refôrço à minha maneira de ver, vou resumir duas histórias tiradas das minhas notas clínicas, e ambas elas apresentadas já por mim em sessão da Sociedade de Sciências Médicas de Lisboa.

Casos clínicos demonstrativos da inutilidade duma excisão.

1.º Um doente meu, homem de 30 anos, viúvo duma senhora que morreu tísica e tuberculoso êle próprio, sifilisou se, apresentando-se na minha consulta particular com um grande sifiloma genital e os lábios cheios de placas.

Tratei êsse homem com injecções de bi-iodeto de mercúrio, que vinham em empôlas de vidro. Uma filha dêle, criança de 9 anos, fraquíssima, linfática, com gânglios por

---

(1) Tenho notado que a estomatite mercurial se manifesta mais fácilmente nas pessoas que não têm sífilis. Nos sifilíticos o mercúrio gasta-se talvez na esterilização da moléstia e sobra menos para ser eliminado. É apenas uma hipótese que me ocorreu, mas que tem factos a corroborá-la. Assim nas enfermarias de homens vi às estomatites aparecerem com freqüência em seguida às aplicações de pomada mercurial em abundância sôbre o escroto, deixando de se revelar em alguns doentes que tinham, além duma epididimite, uma infecção sifilítica.

Eram vulgaríssimas as estomatites mercuriais nas maternidades, quando as infecções puerperais se tratavam com aplicações abundantes de unguento napolitano sôbre o ventre das mulheres. De vez em quando havia uma puérpera rebelde à estomatite, e essa era uma sifilítica.

Há pessoas que têm estomatite só pelo facto de friccionarem outras com a pomada. Indagando bem, tenho apurado que essas pessoas não são sifilíticas. Pelo contrário, conheço dois homens sifilíticos com máus dentes que emprego em fazer fricções e que nunca tiveram a mais leve ameaça de inflamação bucal.

Pode e deve haver excepções, mas aqui ficam os factos por mim observados e que não deixam de ser curiosos.

toda a parte, feriu-se na extremidade do dedo mínimo da mão esquerda, com o vidro duma das empôlas donde tirara o remédio para tratar o pai. Êste, quando viu correr o sangue, chupou forte e longamente a ferida da pequena; mas, reparando na imprudência que fizera, meteu a mão toda da criança num soluto antisséptico quente e mandou chamar-me.

Cheguei três horas depois do acidente e, sem me importar com as lavagens feitas, propús ao pai aflito, e êle aceitou, fazer uma excisão larga de tecido à roda do ponto infectado.

Apertei o dedo da menina, por altura da falanginha, com um tubo de borracha e anestesiei com cocaína. Depois fiz duas incisões dum lado e doutro da ferida, de modo a tirar uma espécie de cunha formada por tecidos moles. Desinfectei largamente a superfície sangrenta, parei a hemorragia com o termocautério, terminando pela aplicação dum penso antisséptico como nesse tempo se usava.

Parece-me que não se podia fazer nada de mais radical.

Decorridas quarenta horas, havia no sítio da excisão uma exuberância de tecido parecida com um fungo, e no fim de dez dias êsse fungo retraía-se no centro da ferida, endurecia, adquiria um brilho e uma côr especiais, tomava, emfim, todo o aspecto dum cancro duro.

A criança perdeu por completo a vontade de comer, entristeceu, queixou-se de dôres de cabeça e acamou.

Uma bela manhã, três semanas depois do fatal descuido paterno, uma criada anunciava um sarampo na menina. Era uma roséola autêntica, seguida em poucos dias de muitas placas bucais, vaginais e anais.

Ora eu fiz nesta infeliz doentinha muito mais do que a excisão dum sifiloma, porque fiz a completa ablação do sítio onde êle poderia *vir a existir*.

Não é fácil arranjar uma oportunidade como esta tam completamente demonstrativa de quanto é inútil uma extirpação de acidente primitivo.

Tudo neste caso é excepcional, mas a verdade é que poucas horas depois da inoculação eu excisei não só o ponto inoculado, mas os tecidos circunvizinhos, e, como já disse, nada evitei.

2.º Em 1892 foi parar à enfermaria de Santo António um tipógrafo, de 24 anos, com uma ferida crostosa, do tamanho duma moeda de dez réis, na parte média do lábio inferior. Havia enorme gânglio submaxilar.

Como interno quis eu logo operar; mas o meu chefe, que era o Prof. Curry Cabral, não aceitou o meu diagnóstico de epitelioma e mandou esperar.

Entretanto o doente pediu alta, para entrar dias depois noutra enfermaria.

Ali foi o tumôr labial extirpado bem como o gânglio satélite.

Uma análise histológica não revelou a natureza epitelial da neoplasia, e o aparecimento duma roséola veiu mostrar-nos que se tratava dum cancro duro labial, conforme supusera o meu ilustre mestre.

Foi mais um caso em que a excisão de nada serviu; e assim há-de ser sempre, porque so podemos intervir sôbre lesões evidentes, e essas são já a manifestação duma infecção geral. Crítica.

Diz-se que o vírus se difunde com extrema lentidão. Prefiro dizer que essa lentidão varia de indivíduo para indivíduo; ou, melhor ainda, conforme o terreno.

Seria interessante saber exactamente quanto tempo levam os treponemas a transpôr uma distância determinada: mas como fazer tal medição?

A frase clássica, que diz *ser a lesão inicial já uma manifestação local duma infecção generalizada,* continúa a ser verdadeira e a ter confirmação constante. A dureza é, pois, o primeiro sintôma da moléstia.

Por todas estas razões devem pôr-se de reserva os casos que o honesto Dr. Hallopeau, duma constância admirável na sua ideia de abortar a sífilis, nos vem apresentando desde há anos, primeiro com o óleo cinzento e depois com a hectina.

Eu mesmo experimentei em Lisboa algumas vezes o tratamento abortivo pela hectina, depois de o ver executar em Paris pelo seu grande e principal defensor.

Numa criatura da minha enfermaria, e em dois homens da consulta externa, vi o aparecimento das manifestações distanciar-se bastante da data em que fiz o tratamento local e geral pela hectina.

A mulher principalmente, que era uma meretriz inscrita no registo e que nunca perdi de vista, chegou a dar-me a esperança de ter, ao menos uma vez, abortado a molestia.

Tinha 20 anos e nunca sofrêra doutro mal. Tinha cancro duro típico na fúrcula, e a reacção de Wassermann era positiva forte.

Vinte meses depois do tratamento que eu empregára com a pretensão de abortivo, ainda que sem a menor fé, *a doente*

veiu mostrar-me placas bucais; e a reacção de Wassermann, que três vezes seguidas fôra negativa, tornou a ser positiva.

Dos outros casos nem vale a pena falar em detalhe. Só servem para confirmar o que já pensava.

É mau ter um desengano no princípio da vida ou duma carreira.

Foi o que me aconteceu com o tratamento abortivo da sífilis.

O caso, atrás referido, da criança a quem o pai chupou o dedo ferido, é de tal modo brutal que tira o ânimo para novas tentativas e torna incrédulo o maior partidário da terapêutica esterelizante duma vez só, até o ponto de pôr uma barreira aos progressos da diátese.

O caso do falso epiteliôma de lábio também é concludente.

Bouchard Hallopeau Moniz de Aragão.

Admiro a doutrina que o Prof. Bouchard, no Congresso do Cairo de 1902, expôs com tanta clareza sôbre a terapêutica esterilizante local, tornando-a extensiva até a sífilis.

Tenho o maior respeito por tudo quanto Mestre Hallopeau tem dito com a sua autoridade de sábio, executado com método perfeito e paciência de frade beneditino.

Dá gôsto ver a fé inalterável do Dr. Moniz de Aragão com os seus 127 sifilíticos tratados pelo método de Hallopeau (só localmente), e dos quais nunca mais houve notícias (que eu saiba). Saber-se apenas que fôram injectados *in loco dolenti* sem auxílio de tratamento geral, mercurial ou iodado, é realmente saber muito pouco.

E depois?...

Teòricamente, o ataque local da moléstia vai de acôrdo com o que nos diz a clínica sôbre a marcha inicial da infecção e com o que nos mostra a anatomia sôbre as vias que a dita infecção segue para se generalizar, não se desviando também do que a fisiologia patológica nos ensina sôbre a acção curativa, a que já me referi, de certos agentes terapêuticos quando introduzidos, mesmo em dóses pequeníssimas, numa região circunscrita onde se localizam acidentes duma doença generalizada.

Não oferece dúvida que uma solução treponemicida injectada na zona primitivamente invadida abaixo do cancro, muito perto dêle ou até em qualquer ponto do tecido celular, absorve-se seguindo o mesmo caminho que os treponemas percorreram.

E não terão acaso os treponemas andado mais depressa que os treponemicidas?

Umas vezes sim e outras não. Podem até passar umas

vezes em pequena quantidade, outras vezes em grande, podendo assim explicar-se as diferenças no tempo que decorre desde a data da tentaviva de abôrto até o aparecimento das novas manifestações.

Num dos meus casos de cancro duro, clínicamente evidente e confirmado por uma reacção de Wassermann (que nem sempre é positiva no primeiro período da sífilis) (1), eu fiz o ataque mais completo que pode fazer-se. **Exemplo.**

Comecei por injectar o acidente com todos os preceitos que aprendi directamente com o Dr. Hallopeau, fiz tratamento geral e até injectei o gânglio satélite. É o caso a que já me referi da meretriz de 20 anos.

É o melhor da minha série por ser aquele em que levou mais tempo o reaparecimento das manifestações, mas está longe, ainda assim, de ser um caso concludente

É certo que aparece um ou outro caso que poderiamos chamar *esperançoso,* mas únicamente conhecido até à data de ser publicado. Depois nada mais se sabe.

O Dr. F. P. Guiard, de Paris, é talvez quem nos fornece elementos mais interessantes sôbre o método de Hallopeau, mas mostra-nos únicamente que as manifestações não apareceram quando deveriam ter aparecido, o que é pouco.

Ainda assim um atrazo já é um benefício.

Diz-nos também que sôbre quatro casos pessoais, o êxito se mantinha em três dêles no fim de três anos, de quatro anos e de quatro anos e meio.

Por fim conta que um dos doentes casou, aliás sem a sua autorização, e foi pai de duas crianças perfeitas.

Mas depois? Estará a moléstia conjurada para todo o sempre, ou apenas latente? E os meninos? Que notícias há dêles?

Quantos nascem aparentemente livres de todo mal para mais tarde, passados meses, anos, muitos anos até, revelarem o mal herdado.

Estou a lembrar-me dum rapaz que teve um cancro duro típico, confirmado pela existência de *Spirochaeta* num exame rigoroso, que o Prof. Celestino da Costa fez com o ultramicroscópio. **Desengano pessoal.**

Não havendo que esperar por mais sinais, principiei o tratamento intensivo. Depois de três injecções intervenosas de

---

(1) Antes de vinte e cinco dias *não é certo.* É êste o período marcado pelo próprio Wassermann.

*

«606», continuei a dar injecções mercuriais, em meses alternados, durante o inverno e primavera. No verão seguinte o doente foi para as Caldas de Molêdo, onde fez 25 fricções mercuriais, e tomou outros tantos banhos sulfurosos.

Decorrido um ano — fim de 1912 — visitou-me já casado, e dai a seis meses veiu ao meu consultório com uma ama que trazia ao cólo um filho dêle e com a esposa já grávida outra vez.

Esta segunda gravidês não foi àvante; e o homem dêste casal, aparentemente limpo de moléstia, tinha, todavia, uma reacção de Wassermann positiva depois de a ter tido já duas vezes negativa. A espôsa, essa, alêm duma reacção de Wassermann fortemente positiva, tinha na perna esquerda uma úlcera típica, que fechou no fim de três semanas com duas injecções de «914».

Oxalá não tenha sucedido ou venha a suceder cousa parecida com os doentes do Dr. Guiard.

Inconvenientes do método de Hallopeau.

Alêm de não ser eficaz o método de Hallopeau, ainda aplicado com todo o rigor, tem, quando feito com hectina, inconvenientes que devem ser tomados em linha de conta.

Dôr.

As injecções são dolorosíssimas quando feitas no tecido celular do pénis, queixando-se os doentes duma sensação semelhante à da queimadura no momento das picadas. Segue-se uma dôr diversa, mas muito incómoda, e que pode durar muitas horas.

Edema.

Por fim forma-se um edêma duro, acompanhado por vezes de picadas que se propagam até o prepúcio, dando ao mesmo tempo lugar a uma fimose tal que se torna impossível descobrir a glande.

Com esta complicação, que tem o grande inconveniente de não deixar fazer o penso ao acidente primitivo, quando sub prepucial, e com as outras já citadas, para que insistir no tratamento pela hectina?

De mais a mais não está provado que seja abortivo.

Por minha parte está de vez abandonado e não me faz a maior falta, porque de 1910 para cá, e graças ao grande Ehrlich, tenho maneira de atacar a sífilis com segurança, eficácia, rapidez e sem fazer doer ao doente.

Não se realiza «Therapia sterilisans magna», como se anunciou; mas quantos benefícios veiu a trazer à humanidade o remédio do grande sábio de Franckfort!

THOMAZ DE MELLO BREYNER.

CORRESPONDENCIA DO CONDE DE CASTEL-MELHOR COM O P.E MANOEL FERNANDES E OUTROS (1668 A 1678)

(Cont. do n.º 3, pag. 164)

Acontecia que D. Maria Francisca e o Duque, além de serem os maiores inimigos do Conde, eram os que tinham mais influencia no governo do pais. «O Duque é o todo aqui» (1), affirma Simão, e em outra parte cita o testemunho dum apostolo, que com os dotes oratoricos do Padre Antonio Vieira, estava impregnado do verdadeiro espirito do Evangelho: «a Rainha senhora é de tudo, e como faz tanta confiança no Duque, tudo o que nos toca tem ali o maior obstaculos; assim me dizia Frei Antonio das Chagas, que não havia mais que ter paciencia, que não se podia esperar do governo presente cousa que nos estivesse bem, que elle assim o reconhecia pelo que ouviu, e que só a Ilha da Madeira V. S. conseguiria, querendo ir para ella, mas que no reino não consentiriam a V. S.; que, quanto ás intercessões da Rainha (2), eram muito boas, mas que aqui se estimavam pouco..... dizem que S. M. não pode saber o que lhes convém, e que sua conservação está diante de tudo, e que esta só se seguirá, não estando V. S. no reyno emquanto El-Rei fôr vivo; isto me disse Frei Antonio das Chagas com bem magua sua» (3).

---

(1) F. Palha, *op. cit.*, pag. 151.

(2) D. Catharina.

(3) F. Palha, *op. cit.*, pag. 152. Frei Antonio das Chagas não se mettia na politica, como o P.º Antonio Vieira, e porisso recolhia mais fructo da sua doutrina e dos seus sermões, nos quaes seguia o dictame de S. Jeronymo: «lacrymæ auditorum laudes tuæ sint»; leiam-se, por exemplo, as pagg. 53 e 87 da sua *Vida*, por P.º Manoel Godinho (Lisboa, 1687). Tambem faltava-lhe a ambição pessoal do Jesuita, e sendo nomeado Bispo de Lamego em 1676, não aceitou; isto num tempo em que a caça ás mitras era vulgar e vergonhosa. Vide *Monstruosidades*, passim.

Neste periodo temos a explicação formal e nitida do ongo desterro de Castelmelhor.

As cartas de Simão de Vasconcellos (1), de que tenho citado trechos, são dum valor extraordinario para o conhecimento da politica interna do periodo e supplementam as noticias das *Monstruosidades*. É natural que elle carregasse um pouco nas côres com que pintou os perseguidores do Conde, mas effectivamente as suas informações muitas vezes condizem com as do referido livro, e no que respeita á Rainha, com as declarações della. Vejamos agora o que esta diz sobre Castelmelhor, nas cartas á Duqueza de Saboia.

Numa carta de 2 de abril de 1679, protestando contra o interesse que a irmã mostrava ter pelo Conde, diz D. Maria Francisca:

«Mais pour vous montrer que je vous parle sincèrement, je vous dis que je considère qu'il ne serait ni honorable ni utile pour le Portugal de voir élever par vous une personne qui y est méprisée et hayé, et qui y a gouverné avec un pouvoir absolu et tirannique, et dont le mémoire y est en horreur, et qu'il paraitrait quo nous ne serions pas aussi naïves que nous le sommes, si vous édifierez le méme autel qui a été détruit et démoli il y a si peu d'années en Portugal, ou bien que son ambition et non pas la justice et la raison aurait causé sa ruine, puisque l'on se contenta ici à le voir élever dans le pays le plus ami et ou les injures que ce royaume publiait en avoir reçues devaient être plus senties» (2).

A Duqueza não se deixava influenciar pela irmã, antes pelo contrario, quando Castelmelhor passou a Inglaterra, elle correspondia com ella e com os ministros da côrte de Turim, e a Duqueza se servia dos serviços do Conde para obter do governo inglez o tratamento régio para os representantes de Saboia. Comtudo foi preciso agir com circunspecção para não ferir as susceptibilidades da Rainha de Portugal, como se vê duma carta que em 21 de outubro de 1679 a Duqueza dirigiu ao Conde di Magliano, seu ministro em Londres: «Vous n'ignorez pas que monsieur le comte de Castelmelhor est mal à la Cour de Portugal, et particulierement dans l'esprit da la reine et de monsieur le prince régent, et la première, ayant appris que vous vous êtes adressé au dit comte

---

(1) Convinha fazer uma edição dellas á parte, visto que nem todas foram publicadas por F. Palha. Tambem convinha fazer uma edição annotada das *Monstruosidades*, com indice onomastico e de assumptos.

(2) Claretta, *op. cit.*, pag. 138, nota.

en arrivant en Angleterre, et que vous vous aviez lui beaucoup de confiance et de liaison, elle nous a fait de grandes plaintes, comme si vous n'aviez toutes celles... qu'il faudrait avec messieurs les ambassadeurs de Portugal; ainsi vous tacherez à l'avenir de vous ménager avec beaucoup de adresse et de prudence pour ôter ce scrupule aux dits ambassadeurs, et leur donner tout le sujet possible d'être contents de votre confiance et de votre union avec ceux que doivent effectivement paraître fort grands dans l'etat présent des choses: Nous ne prétendons pas neanmoins que vous discontinuez d'en agir essentiellement comme par le passé avec monsieur le comte de Castelmelhor, mais ce sera avec discrétion et avec adresse por ne pas choquer les premiers, qui ne sont pas probablement amis de celui-ci, auquel il sera bien de ne rien temoigner de ce que dessus, pour lui épargner le chagrin qu'il en receverait» (1).

Numa carta posterior, a que Claretta não marca data, a Rainha continuava a deturpar a verdade sobre o caracter e comportamento do Conde, deixando entrever o odio intenso que lhe consagrava: «Il est toujours le même, et je le reconnais dans tout ce qu'il fait en Angleterre avec le même poison dans le cœur contre nous que nous l'avons experimenté en Portugal, quand il fut assez exécrable pour attenter d'en donner d'effectif à S. A. R. et assez infame pour en... l'avouant à demander une amnistie à S. A. R. avant qu'elle regnât. S. A. R. fut assez généreuse pour l'avoir gardé, après qu'elle eut pris les rênes du commandement, et cette impunition a été cause de l'opinion injuste qu'on a de l'innocence du dit comte, aussi nous recevous tous les jours des marques de son peu de repentir, et entre nous je vous le dis de bonne foi comme à une sœur à qui je découvre le fond de mon cœur: le comte de Castelmelhor n'est pas seulement ennemi de l'Etat, mais le mien en particulier. Il s'est plus déclaré à Londre qu'en aucun endroit, parce qu'il a moins craint de le faire qu'en votre cour et en France, où il n'avait pas été si bien reçu; j'en ai des preuves certaines et dont je ne puis douter; je ne suis pas facile à croire le mal, et j'ai, comme vous savez, moins de fiel que de miel; c'est pourquoi vous m'en devez croire, et j'espère qu'après cet aveu que je vous fais avec peine, parce que je n'aime point à me rendre partie même de mes plus cruels ennemis, vous en

---

(1) Claretta, *op. cit.*, pag. 139.

userez avec le comte de Castelmelhor comme votre amour pour moi vous le dictera» (1).

E 1682 parece que a Rainha tinha acalmado um pouco, e embora apontasse á irmã os inconvenientes do regresso do Conde a Portugal durante a vida de D. Affonso, «ce simulacre que ferait parler comme bon lui plairoit», ella promettia que seu interesse particular, «qui est peut être plus grand que vous ne vous imaginez», não a levasse a continuar a sua opposição, se o socego publico não fosse prejudicado (2). Apesar desta promessa, só a sua morte e a do marido poz termo ao exilio de Castelmelhor.

Mesmo quando o Conde conseguiu voltar, a côrte ficou-lhe fechada durante largos annos, o que Colbatch attribue ao Duque de Cadaval (3). O mesmo auctor diz que foi informado de que por 1691 os Jesuitas, cujo poder politico continuava a ser grande (4), queriam que o Conde fosse outra vez chamado para o governo (5); mas a ideia não vingou, e o Duque, pelo casamento do filho com a bastarda do Rei, augmentou, se é possivel, a sua influencia, assim como ficára ainda mais ligado á Rainha, quando casou successivamente com duas fidalgas francezas.

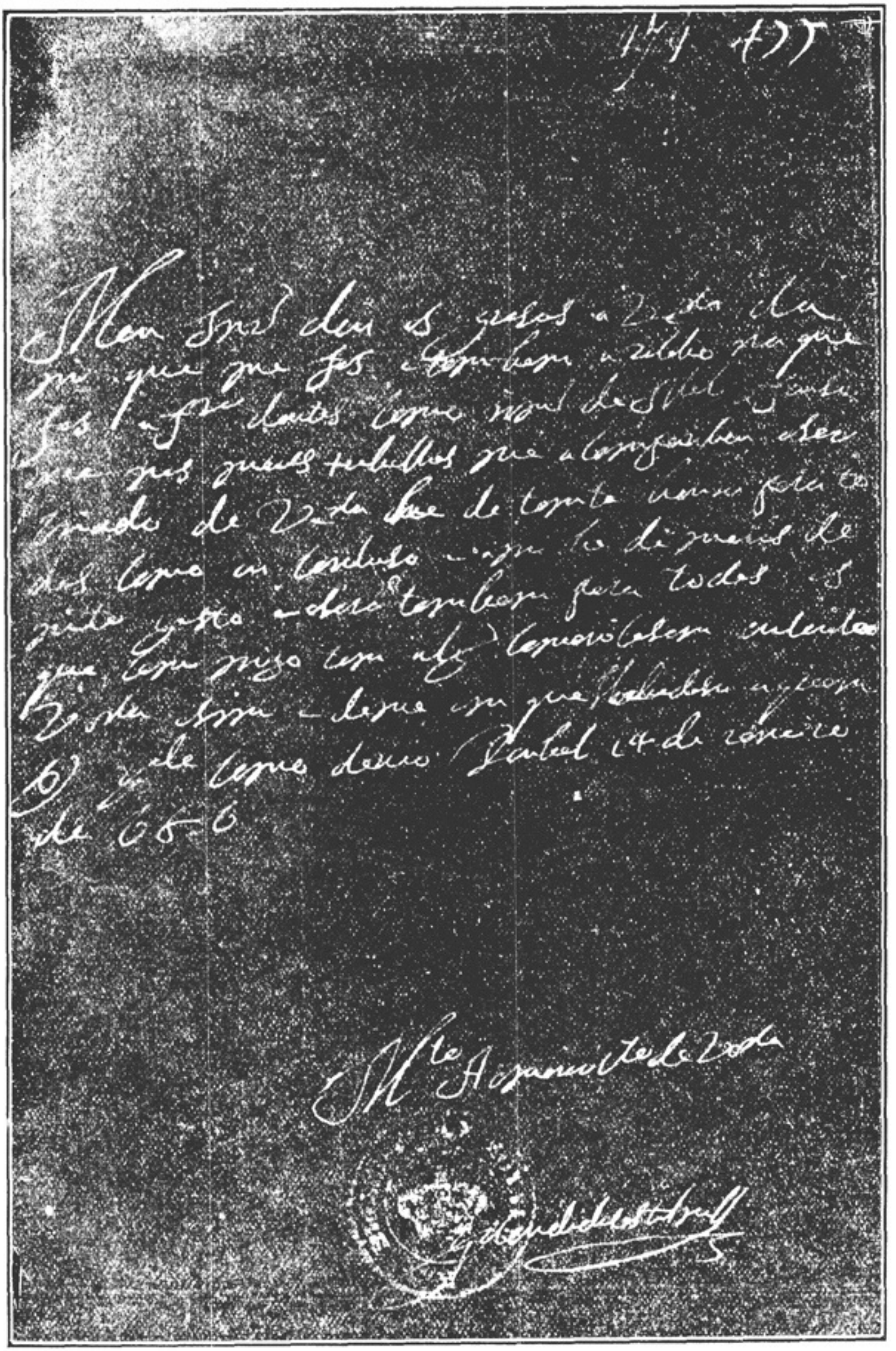
Comtudo, o conflicto entre a Companhia de Jesus e Castelmelhor, que era politico e não de principios, ficou sanado com o decorrer do tempo, e quando o Conde regressou ao reino, o Padre Antonio Vieira deu-lhe os parabens em carta de 15 de julho de 1686, lembrando o seu feliz governo e comparando-o a Atlante, e continuando a cartear-se com elle, consagrava-lhe merecidos elogios; e depois da morte do grande politico, o Padre Antonio Franco registrou o juizo da posteridade, proclamando-o «varão infinitamente benemerito da utilidade publica».

Seria interessante saber com certeza quais eram as relações ulteriores entre Castelmelhor e Cadaval: só sei que o Conde dirigiu ao Duque a seguinte carta autographa, datada de Pombal em 14 de janeiro de 1686, de que dou uma photographia;

Meu Sn.r dou as grasas a V. Ex.a da m.e que me fes e

---

(1) Claretta, *op. cit.*, pag. 139, nota.
(2) Idem, pag. 140, nota.
(3) *Op. cit.*, pag. 48.
(4) Os confessores de D. Pedro e das suas duas mulheres eram da Companhia.
(5) *Op. cit.*, parte 2, pag. 110.



CARTA AUTOGRAPHA DO CONDE DE CASTELMELHOR

tambem a recebo na que fes a F.re dantes como irmam de M.el afonso que nos meus trabalhos me acompanhou; e ser criado de V. E.xa he de tanta honra para todos como eu conheso e a mi he de mais de m.to gosto e o será tambem para todos os que com migo tem algũa comonicasam.... V. E.xa asim e dê me em que lhe obedesa a quem D.s g.de como deseio.

Pombal, 14 de janeiro de 686.—M.to A. ... c.to de V. E.xa — *G Conde de Castelmelhor* (1).

Descripção do Codice

O codice que contém as cartas do Conde de Castelmelhor é o numero 4174 do nucleo antigo da Bibliotheca Nacional de Lisboa, volume em folio de 302 folhas, encadernado em percalina antiga com a inscripção na lombada: *Do Governo de Portugal Conde de Castelmelhor*. Faz parte duma serie de dez tomos que antigamente existiam todos na Bibliotheca da Ajuda. Dois destes (entre elles o de que se trata) foram comtudo emprestados por Alexandre Herculano, quando director da Bibliotheca, ao historiador Andrade Corvo, que nunca os devolveu, tendo sido posteriormente encontrados no espolio deste ultimo escriptor e comprados para o Estado. Devem ser transferidos para a Ajuda, a fim de completar a collecção.

O codice abre com copias de duas cartas do Conde a seu irmão Simão, escriptas de Londres aos 10 e 11 de dezembro de 1678, incluidas nas *Monstruosidades,* e que foram reimpressas por F. Palha, e com a copia da parte duma carta do enviado portugues em Inglaterra, Joseph de Faria, sem data. De folhas 1 a 116 se encontra uma collecção de cartàs autographas brevissimas do Conde datadas de 1663 a 1667, isto é, do tempo do seu governo, mas destituidas de interesse politico. Na maioria são dirigidas a Antonio Cavide, e transmittem as ordens regias para se dizer missas para o exito da guerra contra a Castella, e pelas almas dos que morreram nà campanha. Passamos a referir o contheudo dalgumas destas cartas:

Em 31 de outubro de 1665 o Conde escreveu a Cavide

---

(1) Esta carta existe na Bibliotheca Nacional de Paris (*Manuscrits portugais*, n.º 27, fl. 474), e devo a photographia della á gentileza do meu amigo e consocio Sr. João Lucio de Azevedo, a quem agradeço este favor. Como de costume, o Conde, na sua assignatura, faz preceder o seu titulo da primeira letra do nome da mulher, que era Guiomar.

nestes termos: «S. M.de quer entender o que se fez o anno passado pelos defuntos para assi se fazer agora»; da resposta vê-se que o Rei tinha mandado dizer 101 missas emquanto o exercito estivesse na campanha do Alemtejo de 1663-64, das quaes 50 ás Almas; e tambem 800 cada semana, das quaes 500 ás Almas (1).

Em 25 de novembro de 1664 o Conde encommendou por conta do Rei 2:000 missas ás Almas (2); em 6 de abril de 1665 mais 400 ás Almas, e que se dessem 200 esmolas de vintem (3); em 30 de outubro 1:000 missas pelas almas dos que morreram na fragata *S. Bernardo* (4), e em 24 de novembro 100 pelos que se afundaram na fragata *Santo Antonio* (5). Em 4 do mesmo mez o Conde ordenou que se dissessem 100 missas todos os dias pela tenção do Rei a respeito do exercito do Minho, das quaes 40 ás Almas do Purgatorio, 10 a Nossa Senhora da Conceição, 10 a S. Bernardo, 10 a Santo Antonio, 10 a S. Jorge, 10 ao Anjo da Guarda do Reino, e 10 «para que Deus nosso Senhor as aplique ao que fôr mais seu serviço» (6). Bastam estes exemplos para provar a piedade do Rei, ou do Conde, ou de ambos.

Entre os poucos documentos que versam outros assumptos, vem os seguintes: recibo dos presentes remettidas por El-Rei aos feridos da batalha de Ameixial, que consistiam em «2 canastras grandes de caxas de marmelada, huma de fios pannos e hum frasco de oleo de aparisco e 4 rolos de imprasto», sendo datado de Estremoz em 14 de junho de 1663 (7) — as contas do officio na Misericordia pelos mortos na batalha do Canal (8), e as do officio pelos mortos na batalha de Montes Claros e sitio de Villa Viçosa, cuja despeza importou em 155$946, que incluia 38$140 para as missas e musicos, a razão de 80 reis cada missa (9) — carta a Antonio Cavide, datada de 21 de janeiro de 1665, em que o Conde participava que o Rei estava doente e pedia que enviasse a «pedra de vazar (10) e cordeaes e o mais

---

(1) Fls. 29 e 30.
(2) Fl. 65.
(3) Fl. 71.
(4) Fl. 95.
(5) Fl. 97.
(6) Fl. 98.
(7) Fl. 13.
(8) Fl. 24.
(9) Fl. 106.
(10) Afamado medicamento oriental, que vem descripto nos *Collo-*

que os medicos julgarem conveniente para huma fevre catarral», e que além d'isso mandasse dizer 1:000 missas por um defunto e 500 ás almas (1). Esta carta vem confirmar as informações dos historiadores, segundo as quaes, não só os negocios publicos, mas tudo o que tocava á pessoa do Rei, passava pelas mãos do Conde de Castelmelhor.

A folhas 117 e 120 encontram-se duas cartas dirigidas ao Padre Manoel Fernandes, ambas, ao que parece, pelo Conde da Torre: a primeira de 22 de dezembro de 1666 traz esta nota em letra coeva: «antes de confeçor de S. A. mas já valido seu»; a segunda carta é datada de Santarem em 29 de abril de 1667. A estas seguem duas cartas do Conde de Castelmelhor ao da Torre de 22 e 27 de abril de 1667, uma do mesmo a Duarte Gomes da Matta e outra autographa de Castelmelhor ao Padre Fernandes (?). Todas estas são originaes, mas de pouca importancia.

Da folha 128 a 279 vem as cartas que são o assumpto deste estudo (2) e o codice fecha com duas cartas da Marqueza de Castelmelhor, mãe do Conde, que servia o officio de Camareira-mór (3), e com nove de Simão de Vasconcellos e Sousa dirigidas ao Padre Fernandes, do Castello de S. Philippe, perto de Setubal, onde estava preso, desde julho até outubro de 1668.

Com excepção das poucas da mão do Conde, cuja letra, além de miuda, é irregular, ordinaria e feia (como se vê da photographia), as cartas do codice são bem legiveis, mas em algumas o papel está corroido pela tinta e tem buracos. Por ora estas são pouco numerosas, de forma que na copia que se fez para mim, rarissimas palavras ficaram em branco.

Nas cartas que transcrevo, conservo a graphia, mas desdobro as abreviaturas e melhoro a pontuação.

---

quios de Simples e Drogas, de Garcia de Orta. Vide a edição de Ficalho, vol. 2, pag. 231.

(1) Fl. 66.

(2) Intercaladas (nas fls. 134 a 138) vem copias das cartas de Carlos II de Inglaterra a D. Pedro, datadas de 4 de janeiro de 1677, em favor de Castelmelhor, copia da carta de Carlos II ao Conde de 20 de maio do mesmo anno, informando que D. Pedro lhe dera licença para passar a Inglaterra, copia da resposta do Conde de 15 de junho, e copia da carta do Secretario de Estado, Henrique Coventry, de 21 de maio, remettendo ao Conde a carta regia e dando-lhe as boas vindas. Todas estas cartas são vertidas em portuguez.

(3) Uma carta autographa do Conde, dirigida a ella de Alicante, em 14 de novembro de 1668 vem a fl. 163.

Resenha chronologica das cartas do Conde de Castelmelhor ao P.e Manoel Fernandes, que se encontram no Codice 4174

Folio	Data	Proccdencia
140	1668, Março 23	Indecifravel.
141	» Abril 25	Sevilha.
145	» » 26	»
147	» » 30	Osuna.
148	» Maio 10	»
149	» » 17	»
150	» » 23	»
151	» » 23	»
152	» Julho 1	Granada.
153	» » 25	De muito longe de Madrid.
155	» Agosto 7	Longe de Madrid.
156	» Setembro 1	Granada.
157	» » 18	»
158	» Outubro 5	»
166	» Dezembro 8	Perpinham.
168	1669, Fevereiro 22	Genova.
170	1670, » 21	Turim.
171	» Março 20	»
174	» Abril 4	»
177	» » 17	»
178	» Junho 10	»
179	» Julho 8	»
180	» Agosto 4	»
181	» Setembro 3	»
182	» Outubro 15	»
185	» Dezembro 12	»
186	1671, Janeiro 9	»
187	» Fevereiro 18	»
188	» Março 5	»
193	» » 17	»
194	» Abril 5	»
189	» Maio 14	»
195	» Julho 10	»
199	» Agosto 21	»
200	» Outubro 29	»
201	1672, Março 31	»
202	» Abril 28	»
203	» Junho 24	»
204	» Agosto 5	»
210	» Setembro 25	»
213	» Outubro 29	»
212	» Novembro 25	»
214	1673, Janeiro 5	»

Folio	Data	Procedencia
215	1673, Fevereiro 3	Turim.
220	» Março 2	»
221	» » 12	»
222	» » 29	»
225	» Junho 9	»
226	» Julho 28	»
228	» Setembro 29	»
229	» Outubro 15	»
231	» Dezembro 23	»
233	1674, Fevereiro 15	»
236	» Março 1	»
237	» Abril 27	»
238	» Junho 8	»
241	» Julho 21	»
242	» Agosto 3	»
245	» » 17	»
246	» Outubro 26	»
247	» Dezembro 6	»
248	1675, Março 28	»
252	» Abril 26	»
253	» Junho 7	»
254	» Julho 19	»
255	» Setembro 14	»
256	» » 27	»
262	» Dezembro 15	Paris.
263	» » 28	»
264	1676, Fevereiro 1	Turim.
265	» Julho 31	»
232	1677, Fevereiro 13	»
266	» Abril 24	»
272	» Junho 19	»
273	» Setembro 29	Londres.
276	1678, » 12	Windsor.
278	» Outubro 14	Londres.
279	» Novembro 8	»

EDGAR PRESTAGE.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 3, pag. 136)

SERRALHEIROS E FERREIROS

Não se pode formar uma ideia exacta do estado a que chegaram certas artes e certas indústrias entre nós pelos trabalhos que delas nos ficaram, actualmente existentes. Não só se tem destruído muitas dessas obras interessantes, mas não se tem feito sequer inventário das que escaparam aos estragos do tempo, ao vandalismo e incúria dos homens. A atenção dos curiosos e dos investigadores só há pouco tempo é que foi chamada para êstes assuntos, e como se trabalha dispersadamente, em fogo de atiradores, não houve ainda oportunidade de congregar os elementos dispersos, de fazer portanto o balanço da nossa actividade artística em diversas épocas. A indústria dos metais, por exemplo, nas suas variadas manifestações, não foi tão escassa como se afigura aos que julgam pelas aparências e não se querem dar ao trabalho de inquerir, de colecionar, de comparar.

A nossa literatura artística é resumida, e isso tem contribuído poderosamente para o esquecimento e para o abandono de muitos objectos valiosos, que se tem deixado perder ou arruinar, sem que ao menos se tenha procurado salva-los pelo desenho ou pela descrição. Os nossos fotografos, pisando o caminho da rotina, reproduzem convencionalmente um certo número de monumentos, demasiado conhecidos, ao passo que deixam inéditos muitos outros que bem mereciam ser vulgarisados. Quer-me parecer que as escolas industriais poderiam e deveriam neste ponto prestar um grande serviço, organizando albuns dos objectos mais curiosos, que existem no raio da sua séde. As reproduções em gesso, ou por qual-

quer outro processo, seriam também um elemento de salvação, ao passo que seriam um dos mais eficazes elementos de ensino.

A serralharia artística em Portugal não atingiu por ventura o desenvolvimento que alcançou em Espanha, onde ainda hoje se admiram exemplares de primeira ordem, como são a *reja* da capela real de Granada, fabricada por mestre Bartolomeu em princípios do século XVI, e a da catedral de Toledo, feita em 1548 por Francisco Vilapando.

Dignas todavia de rivalizar com estas seriam sem dúvida as magníficas grades que existiam na igreja de Santa Cruz de Coimbra, separando o cruzeiro do corpo da igreja e vedando os túmulos dos reis.

Vejam-se os meus opúsculos *Notas de archeologia artística* (1901) e *Serralheiros e ferreiros* (1908).

Eis os nomes de mais alguns artífices.

JORGE (ANTÓNIO)

«Em 20 de septembro de 1711 se passou carta da mesma forma de serralheiro da Casa Real a Antonio Jorge por Portaria do Duque, mordomo mor de 24 de julho de 1711» (1).

LOPES (ANTÓNIO)

«Dona Maria por graça de Deus, Princeza de Portugal etc. Faço saber a D. Nuno Alves Pereira, Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho mordomo mor de minha caza que eu hey por bem e me praz de fazer merce a Antonio Lopes de o tomar por sarralheyro de minha caza para me servir como os mais officiaes della com que gozará de todos os privilegios e liberdades que lhe são divididos e por firmeza de tudo lhe mandei passar esta carta por mim assinada e passada pella minha chancelaria e sellada com o sello de minhas armas. Dada nesta cidade de Lixboa aos 19 de junho de 1669. Eu Francisco da Silva a fiz. E eu Belchior do Rego de Andrade secretario a fiz escrever. — A Princeza» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 89.

(2) Idem — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 23 v.

ENCARNAÇÃO DA SILVEIRA (MANUEL DA)

«Eu El Rey faço saber aos que esta minha Prouizão virem que tendo respeito a me reprezentar Manuel da Encarnação da Silueira, Mestre do oficio de Ferreyro nesta cidade e examinado em toda a sorte de obra a elle pertencente que elle dezejava servir me pella repartição do meu Conselho Ultramarino na ocupação do dito oficio e fazer todas as obras que nelle forem necessarias para as conquistas pello seo justo valor e com o mayor comodo que for possivel e para outro qualquer seruiço que tocar ao mesmo officio e porquanto o supplicante pertende de só gozar o preuilegio na forma em que pello dito Tribunal se tem feito a outros oficiaes sem despesa nem salario algum mais que somente exercitar a dita ocupação sendo o supplicante o que proximamente fes e ajustou as ferragens que forão para a Nova Colonia Pedimdo me lhe fizesse merce de o nomear por Mestre Ferreyro da repartição do dito Conselho Ultramarino na forma em que se tem praticado com os mais officiaes e tendo consideração ao que alega Hey por bem fazer lhe Mercê de o nomear (como por esta o nomeyo) por Mestre Ferreyro da repartição do meu Conselho Ultramarino com declaração que não vencerá ordenado algum mais gozará de todos os preuilegios de que gozão os mais officiaes. Pello qúe Mando ao Prezidente e conselheiro do mesmo Conselho e mais pessoas a que tocár cumpram e guardem esta Prouizão e a fação cumprir e guardar inteiramente como nella se conthem sem duuida algũa jurando primeiro de satisfazer com as obrigações da dita ocupação e valerá como carta sem embargo da ordenação do Livro 2.º titulo 40 em contrario e pagando novo direito 2$800 reis que se carregarão ao Thesoureiro Manuel Antonio Botelho Ferreira a fls. 233 v. do Livro 1.º de sua receita como constou de seu conhecimento em forma. Registado no Livro 1.º do registo geral a fls. 194 v. Lixboa occidental aos 22 de outubro de 1738. Rey» (1).

FERNANDES (MATEUS)

Em 10 de abril de 1545 compareceu no Tribunal da Santa

(1) Bibliotheca Nacional de Lisboa, liv. 24 do Conselho Ultramarino, fl. 53.

Inquisição Mateus Fernandes, ferreiro, dizendo que Francisco Rodrigues lhe tinha dito que assim, se obrigassem os cristãos a ser judeus, êles não seriam bons judeus, assim também os cristãos novos não podiam ser bons cristãos.

JORGE (MANUEL)

«Dona Maria por graça de Deus, Princeza de Portugal etc. Faço saber a Dom Nuno Alves Pereira Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho mordomo mor de minha caza que eu hey por bem e me apraz de fazer merce a Manoel Jorge de o tomar por ferreiro de minha caza pera me servir como aos mais officiaes della em que gozará de todos os previlegios e liberdades que lhe são devidos e por firmeza de tudo lhe mandey passar esta carta por mim asinada e passada pella minha chancelaria e sellada com o sello de minhas armas. Dada nesta cidade de Lixboa em 19 de junho. Eu Francisco da Silva a fiz ano do nacimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1669. E eu Belchior do Rego de Andrade secretario a fiz escrever. — A Princeza» (1).

TOSADORES

ALVARES (RODRIGO)

Era filho de Afonso Alvares. El-rei o tomou por seu tosador. Carta dada em Lisboa a 8 de fevereiro de 1522 (2).

CORREIA (ANTÓNIO)

Tomado por tosador da Casa Real, por falecimento de Álvaro Rodrigues. Alvará de 30 de janeiro de 1651 (3).

VAZ (ADÃO)

Tomado por tosador da Casa Real. Era irmão de Rodrigo

---

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 23.

(2) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 51, fl. 36 ou 32, segundo outra numeração.

(3) Idem — *Matriculas*, liv. 5, fl. 482 v.

Alvares, que renunciou o dito ofício. Carta de 20 de junho de 1532 (1).

INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO

ALFAIATES E JUBITEIROS

ABRAÃO (ABET)

«Dom Joham etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que cõsyrãdo nos aos muitos seruiços que nos tem feito Abraão Abet nosso alfayate, e como continuadamẽte anda em nossa cassa, e querendo lhe fazer graça e mercee segundo seus merecimentos teemos por bem e priuiligiamollo e queremos que nom pague portagees em nenhũu lluguar por onde for e estiuer nem em seruiço reall, cabeças e mantimentos sysa judẽgua, sysam, genesym que em algũus luguares destes nossos regnos sejã ou forem requeridos e queremos e nos praz que per ellas todas nom seja requerido nem costrangido e asy nos praz... Dada em a nossa mui nobre villa de Santarem 11 dias dabrill. P.º Luis a fez anno de mill iiij^{c} lxxxiiij» (2).

ABRAÃO (MAILL)

«Dom Afonso etc. A todollos juizes e justyças dos nosos Regnos, a que esta nosa carta for mostrada, saude, sabede que Mayll Abram, alfayate do Iffante dom Fernando meu muyto amado e preçado Irmaão nos emuyou dizer que podia auer dous anos que Ysaque Fanamel e Avizybooa, sua molher, e Josepe Fanamel, seu filho, e outras pesoas que querelarom delle que em sendo ell casado com Ana sua filha e uyuendo elle com ella que elle lhe dera tamtos maaos tragimẽtos e lhe dera a comer e a beber peçonha com que morera, e que forã tiradas sobre ello inquiriçoões deuasas, asy a ryquyrimẽto dos querelosos como da justyça e preguntados

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 16, fl. 88.

(2) Idem — Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 84.

mais os mestres que della curarom em semdo doente em as quaees inquiriçoões forom preguntadas tres pesoas a ell muy sospeytas que diziam o que lhe parecia e por lhe quererem mall, e que por se mostrar dello sem cullpa ouuera carta de seguramça e andando o feito lhe sobreuera hũu tall anegocyo que nom podera seguir os termos della, e que outrosy alguũas pessoas cristaãs defamarom dell que dormyra com hũa Constança Anes manceba de Luis do Porto, e que o acharom com ella em apartado fora da dita cydade, e que prẽderom a ella e ell fogira em cima de huũa mula, e que tirarom sobr'ello inquiriçom deuasa per que dezyam que se prouaua que dormira com ella e usaua por as testemunhas seerem muy sospeytas por as quaees cousas elle andaua omyziado, pidindonos por mercee que, ainda que judeu fose, que per bem da nosa perdoamça gerall, lhe perdoasemos a nosa justyça se nos a ella por as ditas cousas em alguũa guisa era theudo, e nos visto seu dizer e pidir com a dita perdoamça que ora fezemos per razom da nosa ida contra o turco, e querendo lhe fazer graça e merce, se a morte nom foe a aleyue ou treyçom ou sobre segurança dada per nosa carta selada e se foe eeso mesmo o dito fornysio ante do mes de janeyro que ora pasou de iiij^{c} e cynquoenta e seys anos, teemos por bem e perdoamos lhe a nosa justiça, a que nos por a dita morte e fornysio he teudo, com tanto que elle uaa usar e morar continoadamẽte em a nosa cidade de Cepta tres anos compridos –s– os dous a sua custa e o postumeyro aa nosa, ficãdo resguardado aas partes etc. Carta em forma. Dada na cydade de Lixboa iiij dias dagosto. ElRei o mãdou pello doutor Lopo Vaaz de Serpa e per Gomez Lourenço seos vasallos e do seu desenbargo e das petições. FilipAfonso a fez ano do Senhor Jhũ X^{o} de mil e iiij^{c} lbj» (1).

ABRAÃO (MESTRE)

«Dom Joliam etc. A quantos esta nossa carta virem fazemos saber que nos somos emformado que na isnoga dos judeus da judaria da nossa cidade de Lixboa, estaa huũa cadeira vaga que fora dIsaque Abravanell polla quall pagaua cadano a cumuna dos ditos judeus tres allqueires dazeite, e

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 93.

ora querendo nos fazer graça e merce a mestre Abraão, nosso alfaiate, temos por bem e a nos praz que elle tenha a dita cadeira e que page cadano o dito foro aa dita cumuna, como dito he, e porem mandamos aos arabys, veereadores e procurador e oficiaes da dita cumuna e a quaees quer outros a que o conhecimento dello pertencer que metam loguo ao dito mestre Abraão em posse da dita cadeira e lhe mandem loguo fazer a carta do dito foro segundo custume e hordenança da dita cumuna sem outra duuida nem enbargo que a ello ponham por quanto a nos praz que elle dito mestre Abraão a tenha e outro nenhuũ nam, e por certydam dello e guarda sua lhe mandamos dar esta nossa carta asynada per nos e assellada do nosso seello pendente. Dada em Santarem x dias de junho. Afonso de Barros a fez anno de mill iiij^{c} lxxxiiij» (1).

ABTIRÃO

«Carta para andar em mula a Abtiraão, judeu, alfaiate do Princepe meu sobre todos prezado e amado filho. Dada em Coimbra xxiiij dias de setembro» (2).

Uma nota abaixo diz que a carta não tinha era nem nome de quem a fez. Vem depois de outra de 1464.

ADAROQUE (BELHAMIM)

Belhamim Adaroque, judeu, alfaiate, morador em a cidade de Lisboa. Um ladrão, por nome João Fernandes, que fôra enforcado, dissera no seu confesso que lhe vendia a ele as roupas que furtava. Ele não tinha certesa disso, mas para evitar a acção da justiça andava amorado. Carta de perdão de 29 de março de 1462 (3).

AFONSO (JOÃO)

«Dom Afonso etc. A uos juizes da muy nobre e leall cidade de Lixboa e a todalas outras nossas justiças, que esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 5.
(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 8, fl. 167 v.
(3) Idem — Idem, liv. 17.

a Johã Afonso, alfayate, morador em esta cidade, criado que foy do ifante dom Fernando, meu muito prezado e amado tio, cuja alma D.ª aja, pollo seruiço que fez ao dito ifante teemos por bem e preuilegiamolo.. Dada em a muy nobre villa de Santarem a primeiro dia de março per autoridade do senhor ifante dom Pedro regente etc. Johã Roīz a fez ano do senhor de mill iiij^{c} Rb anos. Eu Johã de Lixboa que esta carta fiz escpreuer e soescpreuy» (1).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 83.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 3, pag. 176)

Para Novalis não há a ilusão dualista de uma realidade imposta ao eu. O eu, consciente do seu poder mágico, sabe que pela sciência, vontade, fé e amor, génio artístico, é êle próprio o autor do mundo que o rodeia, desta ficção que para o vulgo é obra de um poder extranho. O poeta dá expressão às suas doutrinas filosóficas e religiosas, principalmente nos *Fragmentos,* de que ainda hoje não existe uma edição crítica completa, sendo difícil separar os seus pensamentos originais e os extractos de autores diversos, cuja proveniência Novalis não indica. No entanto Henrique de Lichtenberger no belo estudo-Novalis (Paris, Bloud & C.ie, 1912) — procura sistematizar o pensamento do poeta que se modifica incessantemente no decurso das suas leituras, correspondências, conversas com os amigos, ou em virtude do seu esfôrço pessoal de reflexão. Pelo seu interêsse, passo a resumir a exposição do ilustre professor da Sorbonne, acrescentando-lhe algumas observações próprias interessantes.

A concepção da vida a que chega Novalis, é conhecida geralmente pelo nome de *idealismo mágico.* Para se compreender o sentido desta fórmula, torna-se necessário examinar, como Hardenberg define a ideia realista que o homem faz geralmente de si e do universo. Quando tentamos certificar-nos do que sômos, começamos por definir-nos: um espírito unido ao corpo. O corpo é uma parte do mundo exterior considerado como a sôma de tudo que pode fazer impressão sôbre a nossa sensibilidade. Os órgãos dos sentidos transmitem as impressões à alma, em que se faz a síntese do mundo dos sentidos e do mundo do espírito, em que se estabelece a comunicação do que em nós é o corpo com o que é o espírito. O núcleo central do nosso ser é espiritual. A esfera do

corpo é para Novalis o domínio da necessidade: sofremos as impressões exteriores como alguma cousa de fatal que se produz em nós independentemente da nossa vontade e sem que nela possamos mudar seja o que fôr. Como espíritos, pelo contrário, sômos soberanamente livres; a esfera do espírito é na terminologia de Novalis o domínio do milagre. Tudo o que provêm do espírito, que não nos é imposto por uma fatalidade externa ou por um fim utilitário, é para Novalis «miraculoso». O mesmo dualismo que encontramos no homem, surge no universo.

De um lado a Natureza, o mundo da matéria, submetido à necessidade, obedecendo a leis imutáveis; do outro o mundo dos espíritos, reino da liberdade e do milagre. O homem pode ser considerado uma redução do universo, ou o universo, como um aumento ilimitado do homem, um «macro-anthropo». Mas esta concepção simplista da maioria dos homens é puramente ilusória na opinião do poeta. Não há em face do espírito uma realidade da mesma importância, a Natureza distinta do espírito e subtraída à sua acção. Espírito, Natureza ou Matéria, são dois aspectos complementares de uma única realidade. O esfôrço do homem deve ser tomar consciência da unidade fundamental do Espírito e da Natureza, do mundo da liberdade e do mundo da necessidade. É preciso que saiba converter o sujeito em objecto, o pensamento em matéria, ou, inversamente, o objectivo em subjectivo, a matéria em pensamento. «O nosso corpo deve tornar-se livre (isto é, liberto de toda a necessidade orgânica), e a nossa alma orgânica. A arte de praticar esta dupla operação é o que Novalis chama a «magia». O «idealista mágico» é o homem que chegou a mudar o pensamento em objecto e o objecto em pensamento, a espiritualizar o seu corpo e a materializar as suas ideias, numa palavra, a restituir à original integridade a unidade quebrada pela ilusão dualista do nosso ser e do ser universal. Novalis explica a génese desta ilusão e o modo como della nos podemos libertar pela teoria da Imaginação produtora, que reproduz com pequenas modificações as doutrinas de Fichte.

Para o filósofo idealista o eu autónomo e absoluto é verdadeiramente o princípio criador; o mundo exterior ou não-eu é a criação do eu; o eu quando chega ao estado de plena consciência reconhece a identidade absoluta do eu e do não-eu. Ora, a faculdade fundamental do Espírito, anterior à inteligência porque lhe fornece a matéria ou os objectos, faculdade intermediária entre a liberdade infinita mas inconsciente

do eu absoluto e a consciência nascente saída da limitação desta liberdade, é o que Fichte chama a Imaginacão produtora. O não-eu é, por um lado, o produto inconsciente; por outro, o produto absolutamente necessário e sistemático desta Imaginação. O eu absoluto cria inconscientemente o não-eu que se lhe apresenta desde então como exterior ao eu. A ideia da imaginação criadora foi acolhida com grande entusiasmo pelos românticos, em especial por Frederico Schlegel e Novalis. Para Fichte a imaginação produtora funciona de um modo inconsciente, necessário e lógico; para Novalis, pelo contrário, é consciente, livre e arbitrária. Para Fichte o não-eu é um mecanismo que está fora de toda a consciência e é rigorosamente determinado em todas as suas partes; Novalis, pelo contrário, vê no não-eu uma obra de arte livremente concebida. A imaginação criadora é a actividade fundamental do eu, a fonte comum do mundo exterior, a sôma de toda a realidade espiritual ou material. Por conseqüência há o mesmo gráu de realidade em todas as nossas representações, nas que chamamos o mundo, como nas ficções da imaginação poética. No homem vulgar o funcionamento da imaginação criadora é inconsciente ou fracamente consciente; nos homens superiores pode tornar-se consciente. O artista e o filósofo são para Novalis livres criadores que tiram a ideia criadora de que se inspiram unicamente dêles próprios, que se não restringem a um domínio especial, que não são necessitados por qualquer fim prático, abrindo assim caminhos novos e elevando-se cada vez mais alto nas regiões do pensamento.

O acto genial por excelência, o acto misterioso pelo qual o eu se desdobra em Alma e Espírito e a alma se torna um objecto para o Espírito, e pelo qual o Espírito contempla a alma de um modo puramente desinteressado, procurando adivinhar o seu mistério, é o que Novalis chama, segundo Fichte, a «Intuição intelectual». É pela intuição intelectual que se revela ao génio a verdade fundamental que o universo, o mundo intelectual, como o mundo espiritual, é o produto da imaginação criadora. É preciso restabelecer esta adaptação do Espírito e da Natureza, e para isso trabalhar pelo desenvolvimento da sciência que representa a contra-pressão exercida pela humanidade contra o que se chama as «fatalidades necessárias». Quando o Espírito armado da sciência dominar o mundo por completo, verá desvanecer-se o fantasma da necessidade. Novalis, no seu exagerado optimismo, não hesita em admitir que a medicina poderá recuar

cada vez mais os limites da vida humana e tornar-se um dia «a arte da imortalidade artificial». Pelos nossos esforços permanentes, admite que podemos fazer do corpo um órgão dotado de todas as aptidões e entrevê no futuro o momento em que a vontade, senhora de todos os órgãos, se poderá tornar mágica, isto é, criadora de milagres. Quando o homem atingir êste último gráu de desenvolvimento, tornar-se há idealista mágico. Em vez de sofrer a lei das cousas, impõe-lhes a sua lei; êle, microcosmos, domina o macrocosmos, convertendo assim toda a necessidade em liberdade.

Entre a «realidade» e a «ficção» não há diferença específica. Uma realidade é uma ficção em que acreditamos. A verdade, o saber, provêm da «ilusão», do «êrro». A crença, a fé, é a operação pela qual criamos em nós miragens que se tornam realidades, convertendo o êrro em verdade. Toda a realidade tem a sua origem em um acto de fé; todo o saber é antecipado pela fé. A espiritualização do universo, a redução à unidade do eu e do não-eu é para Novalis um acto de fé. A fé representa para Novalis um poder miraculoso: é um milagre e cria milagres. Assim estava perfeitamente convencido que acreditando na presença da sua noiva morta, junto de si, ela lhe aparecia realmente, e que Deus «existe no momento em que nele se crê». Para Novalis o núcleo central do nosso ser, e por conseqüência a realidade última do mundo é o amor. O seu idealismo mágico repousa na noção de um centro afectivo e místico da alma que possuisse o dom mágico e miraculoso de viver o mundo. O mundo não é mais que a sôma das experiências de um coração que ama. O poeta dá expressão a êste pensamento na história dos amores de Jacinto e do Botão de Rosa, que forma o centro do Lehrling zu Saïs (1).

---

(1) O amor místico das plantas e flores — Die Blumensucht — é um dos motivos predilectos dos românticos. A flôr simbolisava a vida harmoniosa, inocente, sem reflexão e sem esfôrço, vida de puro sonho. Mitos de flores aparecem nos dramas teosóficos de Zacarias Werner, especialmente em «Die Söhne des Thales»; no drama de Tieck «A vida e a morte de S.ta Genoveva». Jesus aparece à santa sob a forma de um cálice de púrpura; «quanto mais um homem ou uma obra forem divinos, tanto mais se assemelham à planta», escreve Frederico Schlegel na Lucinda. «De todas as manifestações da natureza é esta a mais moral e a mais bela». Em «Die unsichtbare Loge de Jean Paul Richter» ha um passo idêntico ao comêço do Henrique de Ofterdingen e de que Novalis se inspirou. O herói de Jean Paul sái da adolescência; à hora do seu novo nascimento soou para êle. Está estendido sôbre o leito, tem a sen-

Jacinto ama apaixonadamente a sua pequena vizinha Botão de Rosa, que corresponde à sua ternura. Já os animais dos bosques e as flôres dos prados murmuram sôbre êste segredo amoroso. Um belo dia Jacinto sente despertar o amor da sciência; não pode resistir ao desejo de penetrar no retiro misterioso em que reina oculta Iris, a mãe da Natureza. Abandonando a amada, vagueia através do mundo, em procura de informações sôbre a santa deusa, junto dos homens e dos animais, dos rochedos e das árvores. Ninguêm sabe responder-lhe. Pouco a pouco abranda a sua perturbação íntima; a nostalgia dissipa-se num doce presentimento

---

sação de se fundir num orvalho que o cálice de uma *flôr azul* vinha aspirar; depois a flôr, balouçando-se, levantou-o nos ares, levando-o para um quarto alto. No romance de Novalis, o herói viu também em sonhos a *Flôr azul* que se incarna nas figuras de Mathilde e Cyana, em que não é difícil encontrar os traços das suas apaixonadas, Sofia de Kühn e Júlia Charpentier, que torna a encontrar mais tarde confundidos numa mesma figura ideal quando o desenvolvimento do poeta se completa, ao entrar numa existência superior, em que tudo o que viu e experimentou se espiritualiza ou transfigura, num alêm que é ainda dêste mundo, num ceo sôbre a terra. É certo, porêm, que em Novalis o mito da *Flôr azul* é a expressão alegórica de um pensamento filosófico. O poeta aproveita uma das ideias fundamentais da Doutrina da sciência de Fichte. O filósofo fala de uma aspiração nostálgica, um *Sehnen*, em virtude do qual o Eu descobre dentro de si a indicação primeira de uma realidade extranha. É uma impulsão que o leva para alguma cousa inteiramente desconhecida e que se manifesta por uma privação, à procura de um objecto que preencha esta lacuna, sem que apareça a causa de semelhante vácuo. Esta aspiração é importante, não só para a parte prática, mas também para o conjunto da Doutrina da sciência. Só assim o Eu se dobra sôbre si mesmo e é em seguida atraído para fora; só assim se manifesta nele um mundo exterior.

Também no poema Endymion, do romântico inglês Keats, surgem no solo no murmúrio de uma eclosão mágica, flores, corolas de murta, folhagem; à beira de um lago colhe Endymion flores, quando vê reflectida nas águas a figura de Cupido; ao tentar aproximar-se da deliciosa visão, uma chuva de botões de rosa e de fôlhas húmidas de orvalhos, ocultam-na aos seus olhos profanos. Poena aparece-lhe no meio de flores; no canto segundo alude-se a um botão de rosa, cujo pedúnculo Endymion mergulha num regato. O botão floresce; da flôr sái uma borboleta que êle procura em vão.

As flores desempenhavam um certo papel em várias associações místicas do tempo. Segundo nos diz o teosopo Schubert, as relações da alma com Deus ou com o universo são representadas por símbolos: imagens de plantas, animais, ou aparições luminosas. Êstes sinais hieroglíficos constituem os elementos de uma linguagem profética superior que se revela ao homem no sonho, no êxtase religioso. (Vid. G. H. Schubert, «Die Symbolik des Traumes», 1814, pag. 21).

amoroso. Depois de errar muito tempo através de regiões selvagens e de terríveis solidões, atinge enfim a terra de sonho, em que sob a sombra das palmeiras reina a Virgem velada. Uma agitação infinita domina-o e faz-lhe bater o coração: tudo lhe parece novo e ao mesmo tempo familiar. Ao chegar ao termo da sua viagem, levanta o véu ligeiro que cobria a deusa e com surprêsa vê cair-lhe nos braços a sua amada, Botão de Rosa.

A revelação da natureza foi idêntica à revelação do Amor. O universo é amor. A cosmologia de Novalis repousa como a sua psicologia na identidade do eu e do não-eu. Põe de parte por isso a física vulgar, que se baseia na ilusão dualista, substituindo-a por «uma física superior» que nega a inercia e a morte e se aplica a «interpretar todo o processo exterior como símbolo e resultado último de um processo interior». Não explica o espírito como um produto da matéria, mas, pelo contrario, admite a unidade original do corpo e do espírito, e assim proclama que «o mundo dos espíritos é o 1.º capítulo da física». Do mesmo modo que para o homem, o não-eu é o produto da imaginação produtora, também no seio do organismo universal, o mundo dos corpos, a natureza objectiva, é o produto da imaginação criadora do macrocosmos. É nesse sentido que Novalis enuncia que «a física não é mais do que a teoria da imaginação». O génio superior, o «poeta» em quem o livre jogo da imaginação se tornou consciente, será capaz de presentir na natureza o jogo da imaginação criadora do organismo universal. Como corôa a esta física superior, Novalis sonha com uma astronomia moral, em que se revelasse num símbolo poético a identidade de Deus e da natureza, do mundo visível e invisível.

Astronomia e metafísica são a mesma sciência. O sol é em astronomia o que Deus é em metafísica; a liberdade e a imortalidade são os correspondentes da luz e do calor. Originariamente não havia distinção entre o espírito e o corpo, separação entre os indivíduos; havia o *Chaos* inconsciente, amorfo e incoerente. É a idade do ouro do universo, em que reinam o Amor e a Poesia. Por um cataclismo quebra-se a unidade primordial; começa o reino da ilusão dualista; a natureza é tumultuosa e violenta. Desencadeiam-se paixões terríveis; em convulsões enormes surgem as montanhas com os seus precipícios vertiginosos, os vulcões fumegantes, as correntes impetuosas, os monstros hediondos, as florestas primitivas. Com a aparição do homem a terra tende para a harmonia e para o equilíbrio. O seu poder gerador dimi-

nuiu, mas em compensação as suas energias civilizadoras e sociais augmentaram. «Nós sômos missionários; sômos chamados a aperfeiçoar a terra». «Um dia profetiza Novalis, não haverá natureza; tudo se transformará pouco a pouco em um universo espiritual».

A poesia na sua evolução mostra-nos o paralelismo entre o microscomos humano e o macro-antropos que é o universo. A poesia surge a principio entre os homens na forma de mitologia em que se condensa toda a experiência da humanidade primitiva. Depois, à medida que se desenvolve o reino da ilusão dualista, opera-se a dissociação. A mitologia que resumia toda a sabedoria humana, separa-se em diferentes elementos: ficção poética, sciência, religião, filosofia, história. Com o desaparecimento da ilusão dualista, dá-se um renascimento da mitologia: o Maerchen, forma primitiva da poesia mitológica original, aparece como o ponto culminante para que converge toda a evolução espiritual como o género que abrange todos os outros e que é ao mesmo tempo livre ficção da imaginação, explicação simbólica da natureza, confissão de fé religiosa, resumo da história universal. As suas doutrinas religiosas são uma conseqüência das suas concepções filosóficas (1).

---

(1) Para se compreender o carácter acentuadamente religioso do movimento romântico, torna-se necessário filiá-lo nos acontecimentos políticos da época. A Revolução francesa, conquanto aclamada na Alemanha por uma elite de ideólogos que a condenaram, logo que os seus excessos se fizeram sentir, nunca exerceu acção sensível nas camadas populares. A mocidade universitária deixou-se ainda, como é natural, seduzir pelo romantismo revolucionário, mas no dia em que a revolução passou da defensiva à ofensiva, ameaçando contaminar os paizes vizinhos, despertou por toda a parte uma reacção antirevolucionária, igualmente enérgica. O partido pietista, estabelecido na cidade, que passava por ser o foco por excelência das «luzes e do progresso» em Berlim, recrutou a maioria dos seus adeptos na franco-maçonaria, onde dominavam as tendências mais contraditórias. Assim, a par dos *Aufklärer* que preconizavam uma educação filosófica e racional da humanidade e dos iluminados de Weishaupt, que sonhavam a conquista dos poderes políticos e a reforma das instituições públicas por intermédio de uma liga secreta e poderosa, diferentes seitas místicas que pretendiam que a obra da regeneração nacional só podia ser levada a efeito por uma restauração religiosa, começaram a influir na antiga franco-maçonaria, acabando por fazer prevalecer nela a sua orientação. Foi o triunfo desta tendência mística que abriu a era das perseguições contra os elementos racionalistas. O govêrno, e especialmente os ministros de Frederico Guilherme II, Woellner e Bischoffswerder, procuravam por muitos meios animar o misticismo, em todas as suas manifestações, para opôrem um

Deus é a Unidade suprema para que tende a dupla série dos corpos e dos espíritos; é a identidade última da Natu-

---

dique à propaganda revolucionária. A êste partido de reacção pietista, liga-se a obra politica e religiosa dos românticos, sôbretudo de Novalis: tanto uns como outros têem a mesma concepção teocrática do Estado, sonham com uma restauração religiosa universal, sob a forma de uma espécie de *catolicismo ideal*, muito diferente nos seus traços gerais do *catolicismo histórico romano.*

No ano de 1798 sobe ao trôno da Rússia o rei Frederico Guilherme e sua graciosa esposa, a raínha Luiza. Por toda a parte sucedem-se as manifestações de lealismo monarquico; fundou-se uma revista que devia registar os feitos gloriosos do novo monarca: *Os anaes da monarchia prussiana sob o reinado de Frederico Guilherme III.* No número de Junho publicou Hardenberg, com o pseudónimo de Novalis, um pequeno número ds fragmentos escolhidos em prosa, com a dedicatória «Fé e amor. O Rei e a Rainha». Grande foi a surpresa dus amigos que se lembravam do seu entusiasmo revolucionário de outros tempos. Esta mudança brusca tinha como principal causa o seu feitio, apaixonado, volúvel, havendo contudo outros motivos mais pessoais e patológicos que actuaram no seu espírito. Novalis, descobrindo semelhanças fisionómicas entre a raínha Luiza e a sua apaixonada Sofia de von Kühn, no seu delírio funde as duas figuras e o culto religioso que consagrou a uma, torna-se a homenagem indirecta que presta à outra. Dá expressão a êstes sentimentos numa extranha poesia do teor seguinte: a sombra de Sofia aparece-lhe uma última vez mas numa espécie de holocausto místico, imola-se deante da nova incarnação do ideal feminino que a rainha Luiza acaba de manifestar aos homens (Vid. Novalis, «Schriften Ed. Ernst Heilborn». Berlim, 1907, pag. 360–361).

Na sua apologia da monarquia do direito divino transparece sempre o antigo carácter revolucionário. A concepção do Estado, de Novalis, difere muito da que tinham os melhores espíritos do século XVIII, e que Guilherme de Humboldt defendeu eloqùentemente no tratado sôbre «Os limites da acção do Estado». Para os partidários desta doutrina o Estado era um mal necessário, um poder exclusivamente repressivo; atribuiam-lhe como único fundamento o egoismo bem entendido dos indivíduos. Importava, pois, que todos se defendessem dos seus excessos, que se traçassem os limites da sua acção. Humboldt negava-lhe o direito de intervir nas questões de educação; não lhe reconhecia a iniciativa de nenhum progresso positivo de qualquer ordem, económica, moral ou social. O único bem que dêle havia a esperar era não entravar a acção dos particulares. Novalis, pelo contrário, tem uma concepção quási religiosa do Estado educador, fonte de todo o progresso, de todo o direito e nêle saúda como Robespierre, a incarnação de uma Ideia divina, da Razão e da Virtude; absorve por completo o homem no cidadão. O Estado, a seu ver, deve atrair a si todas as fôrças vivas da nação; quanto mais impostos houver, mais se aperfeiçoa, preconiza a criação de cozinhas e habitações em comum; o cidadão fora do Estado nada deve possuir. O verdadeiro *indivíduo social* é o homem e a mulher reunidos; quando o amor fôr glorificado iniciar-se há a era de paz eterna. O milagre que o par alquímico Eros e Freya operou no universo físico, realizá-lo-hão os esposos da Prússia na sociedade politica. A causa da superioridade

reza e do Espírito, da necessidade e do milagre. O Deus de Novalis não é o Deus-Natureza dos panteistas, nem o eu dos

---

da monarquia do direito divino, consiste precisamente em ella repousar sôbre a fé; é uma emanação directa de uma Ideia superior que se manifesta e perpetua por um verdadeiro milagre. O rei é, entre os homens, o mesmo que o ouro é entre os metais e o sol no nosso sistema planetário; é o representante de Deus na terra. O espírito do povo deve manifestar-se no Estado de uma maneira concreta. Por isso Novalis quer o uso de condecorações, uniformes que tornem visíveis todas as funções do Estado, como tantos membros místicos do corpo social.

Êste delírio religioso acentua-se sôbretudo no ano de 1799. Griess publica uma série de sonetos, meio-místicos, meio-galantes, em que evoca as grandes figuras de santas, obras primas de mestres italianos; Steffens, comquanto protestante, comove-se até às lagrimas, ao contemplar a madona de Rafael no museu de Dresden; «o cristianismo está aqui na ordem do dia», escreve no verão de 1799, Dorothea Veit a Schleiermacher. Êste publica os seus *Discursos sobre religião* que dão uma actualidade especial às discussões religiosas, e que para os românticos constituiu a sua nova Bíblia; Novalis escreve os seus hinos religiosos que se podem classificar em três grupos: os hinos a Jesus, os hinos a Maria, e os hinos teosóficos.

Na composição das canções religiosas foi influenciado pela teologia de Zinsendorf, o grande reformador de Herrenhut, cujas características essenciais se podem resumir nas seguintes: dedicação desinteressada e puramente sentimental à pessoa de Jesus que o levava a dizer que «se fôsse possível a existência de outro Deus, preferia ser condenado com o Salvador do que salvo com êle»; grande piedade pelos sofrimentos de Cristo ,sôbretudo pelas suas manifestações fisiológicas; daí a invocação às chagas do Crucificado, ao seu sangue, ao suor da Agonia, que dão aos seus cantos um cunho realístico por vezes chocante; a convicção de que a união mística da alma e do Salvador, e mais especialmente da Igreja e de Cristo, têem a sua representação na vida terrena, na aproximação dos sexos. A dedicação a Cristo toma assim o aspecto de uma espécie de lealismo transcendental, de obrigação cavaleiresca. Um pensamento análogo encontramos no admirável soneto espanhol que passo a transcrever e que tem sido atribuído a Santo Inácio de Loiola, Sam Francisco Xavier e Santa Tereza, e de que existem seis traduções francesas: as de Juan María Mary, Anatole de Montesquieu, Firmin Didot, Adolphe de Puibusque, Xavier Marmier, Jacques Demogeot.

A CRISTO CRUCIFICADO

No me mueve, mi Dios, para quererte
El cielo que me tienes prometido:
Ni me mueve el infierno tan temido
Para dexar por esso de ofenderte.

Tu me mueves, Señor; muéveme el verte
Clavado en essa cruz y escarnecido;
Muéveme el ver tu cuerpo tan herido;
Muéveme tus afrontas, y tu muerte.

filósofos. Não é a natureza, porque é pelo contrário o fim para que tende a natureza, aquilo com que ela um dia deve

---

Muévesme al tu amor en tal manera,
Que aunque no hubiera cielo, yó te amára;
Y aunque no hubiera infierno, te temiera.

No me tienes que dar, porque te quiera
Que aunque quanto espero no esperára
Lo mismo que te quiero te quisiera.

O hino sagrado tomou assim em parte o carácter do *Minnelied;* Novalis encontrava na literatura alemã alguma cousa de análogo nos cânticos de Gerhart e de Luthero, e sôbretudo nos Minnesinger, como Walther v. der Vogelweide que na frase expressiva de Hermann Michel, representavam o ideal ascético sob a forma do galante terrestre (das asketische Frauenideal ins Irdische-Galante gewendet). (Vid. W. v. Vogehveide, 7.te Aufl. Einleitung, XXI. Leipzig, Brockhaus, 1911). As composições de Novalis são admiráveis pela limpidez da forma, pela emoção ingénua despida de afectação, pela melodia simples e arrebatadora da versificação. Schleiermacher, que era reservado em elogios, admirava-as calorosamente, e, graças aos seus esforços, alguns dêsses cânticos foram incluidos na colecção de Berlim de *Cânticos populares para as Igrejas evangélicas,* composto em 1829, e ainda hoje são entoados para edificação dos fieis. Em honra de Maria compoz Novalis apenas dois hinos, mas que são joias de inestimável valor. O culto poético de Maria conservou-se sempre na Alemanha, a despeito da Reforma.

Desde o século XVII a figura da Virgem aparece em místicos, como Boehme, Arnold, conquanto sob outros nomes, como o da «Divina Sofia» ou da «Eterna Sabedoria». Goethe não hesita em a fazer intervir no Fausto.

Herder, o prégador protestante na côrte de Weimar, publica na «Terpsichore» sonetos e poesias místicas do jesuita Jacob Balde, sob o título colectivo de Maria. Resta um terceiro grupo de cânticos em que o poeta exprime mais perfeitamente as suas concepções religiosas: são os hinos teosóficos. Ao lado da ortodóxia oficial subsistia na Alemanha luterana uma tradição ininterrupta de religiosidade mística: dentro da igreja manifestaram-se tendências separatistas anárquicas, que na segunda metade do século XVIII, sob o nome vago de *pietismo,* hostilizava tanto a filosofiia das luzes, como as doutrinas ortodoxas. Este misticismo extra-confessional procurou organizar-se sob um plano mais ou menos oculto: foi animado da ideia da criação de *um catolicismo ideal teosófico* que Novalis escreveu o pamfleto político religioso «Europa ou a Cristandade». A dissertação do poeta filósofo abre por um quadro idílico do catolicismo medieval que contrapõe ao industrialismo prosaico e utilitário da sociedade moderna com o seu árido mecanismo scientífico que abafa todas as manifestações espontâneas do instinto e do sentimento.

A reforma, a seu ver, conquanto puzesse termo a grande número de abusos e estivesse animada das melhores intenções, cometeu o mal insanável de quebrar a harmonia que existia entre todos os povos cristãos. Incapaz de criar uma poesia religiosa, provocou a dissolução reli-

harmonizar-se. Também não é o eu, porque é o mundo suprasensível na sua pureza, ao passo que o eu é uma parcela impura dêste mundo. O homem deve aspirar a tornar-se igual a Deus, o que consegue quando tivermos estabelecido a harmonia da nossa inteligência com o universo, isto é, quando praticarmos o idealismo mágico. Novalis é bastante severo para o protestantismo que se apoia exclusivamente no texto bíblico, e não atinge «o Santo Espírito que vale bem mais do que a Biblia». Não aceita também os dogmas do cristianismo; a própria fé era Cristo, não é para êle um dogma absoluto.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

---

giosa, aliando-se ao peor inimigo de toda a religião: ao espírito racionalista, ao livre pensamento.

A religiosidade mística da Idade-Média não desaparecera por completo sob a acção do luteranismo, e nos fins do século xviii, irrompeu com nova energia. Basta citar os nomes de Weigel, de Boehme, de Arnold, de Arndt, de Zinzendorf, Jung-Stilling e Lavater. Anunciou-se a criação de uma nova igreja, um catolicismo ideal que fundisse todas as crenças do passado. Diferentes tentativas se fizeram para unificar as inúmeras seitas protestantes que pejaram a Alemanba. O misticismo estava largamente representado na franco-maçonaria e talvez por isso uma das ideias fixas dessa época foi a regeneração moral da humanidade por meio de uma associação oculta de pensadores e filantropos. Daí a simpatia dos românticos às ordens religiosas, e sôbretudo à Companhia de Jesus, cuja organização admirável era reconhecida pelos próprios adversários. Novalis não pretende, porêm, restaurar o catolicismo romano, pois no dia em que foi contestado perdeu o seu carácter social; ficou arruinado. Sonha com uma igreja nova que deve ser criada por intermédio de uma física também nova, mágica e simbolista: é preciso interpretar Deus e a natureza isoladamente, mas por um simbolismo incessante descobrí-los nas suas relações mútuas, perceber sob os fenómenos físicos um agente espiritual e divino, e inversamente representar todos os fenómenos morais por elementos naturais. O Cristo histórico cede pouco a pouco o lugar a um novo Messias que se manifesta aos crentes em inúmeras metamorfoses, no pão e no vinho com que se nutrem, na bemaventurada que estreitam, no ar que respiram, nos sons e palavras que impressionam os sentidos, e que sentirão enfim no meio das agonias supremas do amor, no êxtase divino da morte, penetrar até ao fundo mais íntimo da sua carne consumada (N. S., II, 2, pag. 14). O catolicismo de Novalis está longe de ser ortodoxo; era mais um sonho de universal e indissolúvel comunhão religiosa que estabelecesse a união entre todos os espíritos orientados para o mesmo ideal.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Caldas da Saude nas proximidades de Santo Thyrso — Considerações ácerca do projectado transporte das águas para a vila, por José Coelho d'Andrade. Porto, Tip. da «Encyclopedia Portuguesa», 1911.

Vinte Contos Insulanos — Narrativas Açorianas, por Manuel da Camara. Horta, Tip. de «O Telegrafo», 1917.

Questões de Medicina Forense, por José Coelho de Andrade. Porto, Tip. a Vapor da «Encyclopedia Portuguesa», 1913.

Dialecto Indo-Portugues de Negapatão, por Sebastião Rodolfo Dalgado. Porto, Tip. Sequeira.

Anaphylaxia — Um caso clinico e algumas considerações geraes, por José Coelho d'Andrade. Porto, Imp. «Civilização», 1914.

O contra almirante João Braz d'Oliveira — In memoriam, por Vicente Almeida d'Eça. Lisboa, Tip. da J. F. Pinheiro, 1917.

Bibliographia Nobiliarchica Portuguesa — Vol. I, ano MCMXXI, por Eduardo de Campos de Castro de Azevedo Soares. Braga, Imp. de Augusto Costa & Matos.

Uma campanha generosa, por Arthur de Vasconcelos. Itatiba, Tip. de «A Reação», 1916.

O Imposto — Conferencia realizada no Salão dos Paços Municipaes do concelho das Ilhas, por ocasião do 1.º Congresso Provincial reunido na cidade de Nova Gôa em abril de 1915, por J. B. Amancio Gracias. Nova Gôa, 1917.

Compendio Vniuersal do todos os viso-Reis, governadores, capitães geraes, pelo Padre Manoel Xavier, da Companhia de Jesus. Nova Gôa, Imp. Nacional, 1917.

Urosemiologia clinica, por Virgilio Machado. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

Privilégios de estrangeiros em Portugal — Memória apresentada á Academia das Sciências de Lisboa, por Vitor Ribeiro. Coimbra, Imp. da Universidade, 1918.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



VOLUME 65.º
N.º 5

1918
Maio

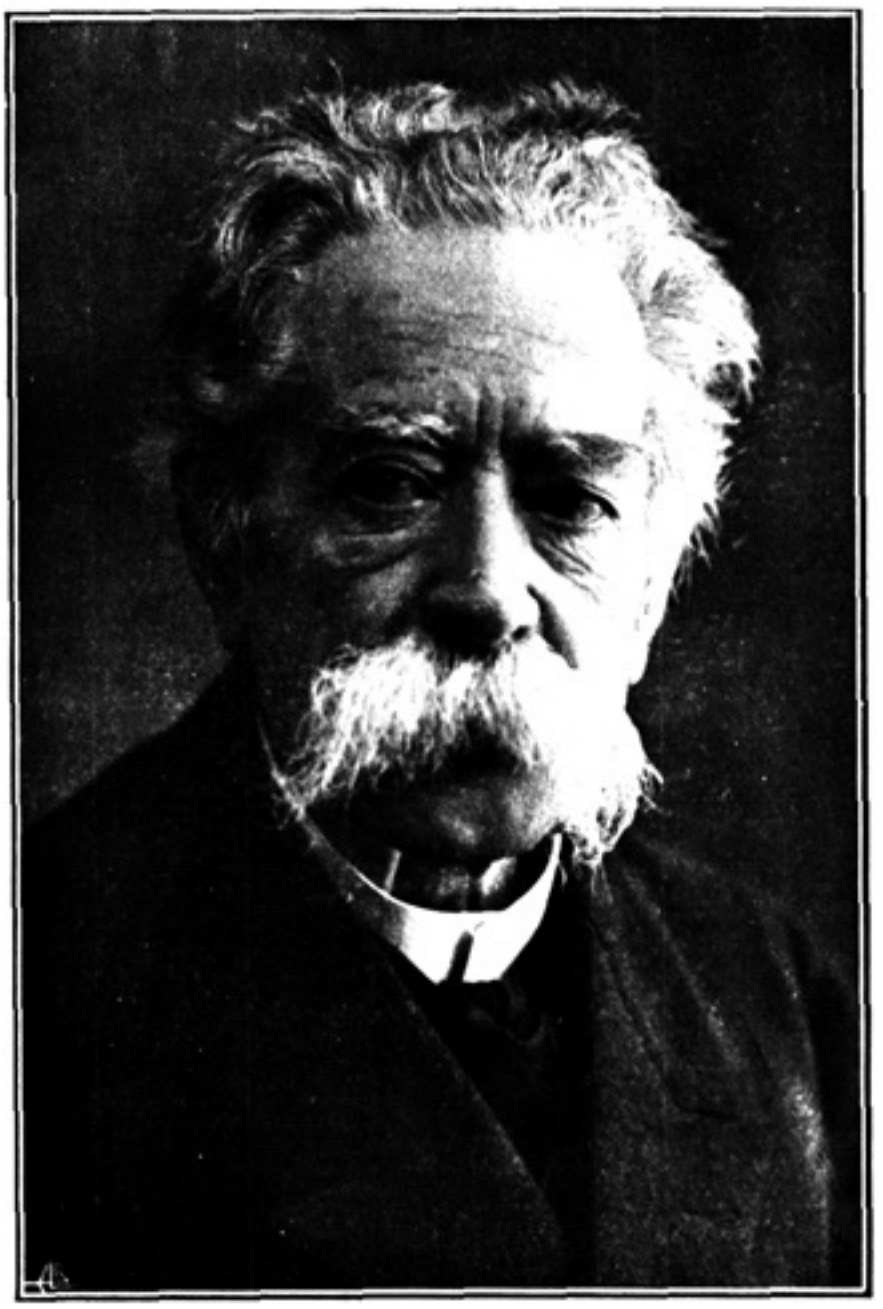
COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

O Sr. Dr. Júlio Augusto Henriques e a sua influência no estudo da Botânica em Portugal, por ANTÓNIO XAVIER PEREIRA COUTINHO..... 225
Diante de um velho livro, por BENTO CARQUEJA..... 243
Psorotichia Henriquesi (n. sp.), pelo Prof. GONÇALO SAMPAIO..... 245
Doutor Júlio Henriques, por JOAQUIM RASTEIRO 247
Doctor Julio Henriques, por BLAS LÁZARO É YBIZA 250
Doutor Júlio Henriques, por D. LUIS DE CASTRO 253
Da Saúdade e de outras mais alegres flores..., pelo DR. JOAQUIM MARTINS TEIXEIRA DE CARVALHO 255
O ensino da Botânica e o Jardim Botânico, pelo DR. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO 261



Dr. Julio Augusto Henriques

O Sr. Dr. JÚLIO A. HENRIQUES E A SUA INFLUÊNCIA NO ESTUDO DA BOTÂNICA EM PORTUGAL

No dia 17 de Janeiro completou oitenta anos de idade, neste ano de 1918, quinquagésimo da sua regência, o professor da Universidade de Coimbra, Sr. Dr. Júlio A. Henriques, agora jubilado.

Não podem estas datas passar despercebidas, nem ao professorado do nosso ensino superior, cujo ornamento êle tem sido por tão largos anos, nem aos seus numerosos discípulos, em cada um dos quais conta um amigo e um admirador, nem a todos aqueles que teem a dita de o conhecer ou de com êle ter relações de qualquer natureza.

E bem vasta é a obra dêste professor incansável, obra que não cabe dentro das quatro paredes da sua aula, mas que se alarga, como vou dizer, a todo o país, e, saindo ainda além dos nossos acanhados limites continentais, se estende pelas colónias, persistente sempre, sempre com a feição da maior utilidade.

O que foi o seu ensino universitário, melhor o poderão dizer os seus alunos. Da boa vontade com que sempre atende todos os que querem trabalhar, dos meios que com o maior agrado põe à sua disposição, testemunharão todos os que se lhe teem dirigido e que sempre o encontraram como guia, conselho e auxiliar bondoso e solícito.

Modesto, sem outras ambições que não sejam os progressos da sciência a que todo êle se devotou, constante no seu

posto de honra do professorado, sem se deixar arrastar pelas baixas questiúnculas políticas da triste actualidade, nem seduzir pelas fascinações do mando ou dos lugares bem remunerados, com a fé que tudo vence, com a tenacidade constante de tantos anos, o Sr. Dr. Júlio Henriques alcançou uma tão larga fôlha de benemerência, que não será fácil excedê-la e nem mesmo igualá-la.

Sempre igual e agasalhador nas suas relações, sempre afável e benévolo, teve a boa fortuna de encontrar dois excelentes colaboradores no Sr. A. Moller e no falecido Dr. Mariz, como tem o raro condão de saber enfeixar um número considerável de esforços alheios para juntar aos seus, e de os unificar a todos na sua obra constante, que exactamente por isso atinge tão grandes resultados.

Vou tentar resumir, na ocasião em que se celebram os gratos aniversários acima indicados, a acção multíplice dêste professor ilustre, na vida intelectual portuguesa.

Do seu ensino universitário e do interêsse que lhe tem merecido a aquisição dos meios materiais educativos, podem dar ideia os seus relatórios de diversos anos lectivos (1882–83, 1883–84, etc.), bem como os artigos publicados no «Boletim da Sociedade Broteriana», sob os títulos *O Instituto Botanico da Universidade de Coimbra* (vol. X.) e *O Jardim Botanico da Universidade de Coimbra* (vol. XV a XVIII). Aí se poderá ver o gráu de desenvolvimento que conseguiu no que diz respeito à aula e seus anexos, às importantes colecções dos seus Museus e Herbários, ao enriquecimento da Biblioteca, às trocas de sementes e plantas do Jardim Botânico, etc.: desenvolvimento em parte orientado nas suas idas ao estrangeiro, onde sempre honrou o país, com a visita aos estabelecimentos análogos da Inglaterra, da França, da Bélgica, etc.

Como publicação auxiliar do ensino, citarei a sua *Terminologia Botanica,* que, primeiro publicada em 1885, rápida-

mente teve segunda edição (1889), acrescentada com uma clave para a determinação das Famílias Botânicas; e tão bem aceite foi êste livrinho, mesmo pelos alunos estranhos à Universidade de Coimbra, que teve em 1904 uma nova edição, com o título de *Terminologia e Taxonomia Botanicas,* completada agora com um resumo dos principais métodos de classificação, a começar no de Jussieu e a acabar no de Engler.

Independentemente do seu ensino universitário, mas ainda com o fim educativo, tem publicado, alêm de numerosos artigos dispersos em vários jornais, os seguintes trabalhos, originais ou traduções, em volume próprio ou no «Boletim da Sociedade Broteriana», e que enumero por ordem cronológica:

— *Lições Elementares de Geographia Botanica,* por G. J. Baker (tradução), 1879.

— *Phylloxera: apontamentos,* 1880.

— *Elementos de Agricultura,* por H. Tanner (tradução da 3.ª edição), 1881.

— *Instrucções para a colheita e preparação dos productos botanicos,* 1882.

— *Clave para a determinação das Familias de plantas Phanerogamicas,* por Fr. Thonner (tradução). No vol. XIV do «Bol. da Soc. Brot.», e em volume à parte.

— *Rudimentos de Botanica e de Agricultura para o ensino das Escolas Normaes,* 1898.

— *Regras de Nomenclatura adoptadas no Jardim e Museu Botanicos de Berlim* (tradução). No vol. XIV do «Bol. da Soc. Brot.».

— *Diccionario de Plantas Uteis,* pelo Barão F. Von Mueller (tradução, anotada no que se refere a Portugal pelo tradutor), 1905.

— *Regras internacionaes de Nomenclatura Botanica adoptadas no Congresso de Vienna em 1905.* No vol. XXIII.

*

Passando a referir-me mais particularmente à sua acção como naturalista, começarei por dizer que em 1879 fundou a *Sociedade Broteriana,* com o fim de tornar mais perfeito o conhecimento da nossa flora, reùnindo e centralizando o esfôrço de diversos indivíduos, espalhados por diferentes pontos do país, e que entre si distribuiam as plantas colhidas, depois de verificadas em Coimbra.

O momento da fundação desta Sociedade era singularmente favorável: coincidia com a maior actividade que, na Escola Politécnica de Lisboa, o Conde de Ficalho imprimira às herborizações, realizadas pelo falecido Antonio Ricardo da Cunha e pelo Sr. Jules Daveau, e que reùniram tão grandes elementos de estudo; coincidia, ainda, com o aparecimento (1870–1880) da obra notável dos professores M. Willkomm e J. Lange, *Prodromus Florae Hispanicae,* que se tornou de capital importância para o estudo da nossa flora; como quási coincidia, por último, com a aquisição que o Sr. Dr. Júlio Henriques pôde fazer, para o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, do riquissimo Herbário das plantas da região mediterrânia, coligido por Willkomm, e que servira de base ao *Prodromus Florae Hispanicae,* aquisição de muito valor, pelos exemplares de classificação segura, assim obtidos para comparação.

A «Sociedade Broteriana» tem distribuído 1:806 números na sua exsicata.

Em 1883 encetou o Sr. Dr. Júlio Henriques a publicação do *Boletim da Sociedade Broteriana,* que conta hoje 27 volumes. Neste vasto repositório dos actuais conhecimentos botânicos portugueses encontram-se publicadas as monografias de quási todas as Famílias representadas no país, de que se encarregaram diversos, e cujo conjunto se tornou a base da revisão da nossa flora.

Mas o papel do Sr. Dr. Júlio Henriques, neste trabalho de revisão, não se reduziu ao papel, embora importantissimo,

de coordenador. Êle próprio realizou numerosas herborizações e se encarregou do estudo de várias Famílias.

Como resultado imediato dessas herborizações, publicou primeiro o *Relatorio da Expedição Scientifica á Serra da Estrella* (Secção de Botânica), onde, depois de uma parte histórica quanto às explorações da Serra, aponta as suas regiões botânicas e enumera as plantas encontradas, no total de 716 espécies.

Em seguida publicou no «Boletim da Sociedade Broteriana» por ordem de datas:

— *A vegetação da Serra do Marão* (vol. III), em que indica 109 espécies.

— *A vegetação espontanea do Bussaco* (vol. III), com a enumeração de 407 espécies.

— *A vegetação da Serra do Gerez* (vol. III). Visitou esta Serra pela primeira vez em 1871, repetindo a visita por várias vezes; as plantas que colheu e as que obteve de diversos colectores apresentam neste escrito a totalidade de 493 espécies.

— *Uma excursão botanica na Serra do Caramulo* (vol. IV). Realizou-a em Junho de 1884; colheu e determinou 127 espécies.

— *Da Serra da Estrella á da Louzã* (vol. V), em que descreve o aspecto geral da vegetação.

— *De Macieira até Castro-Daire* (vol. XVII), com a enumeração de 84 espécies.

As Famílias da flora portuguesa estudadas pelo Sr. Dr. Júlio Henriques, e cujas monografias estão todas publicadas no «Boletim da Sociedade Broteriana», são as seguintes:

— *As Amaryllidaceas de Portugal* (vol. V), com 23 espécies.

— *Familias das Cryptogamicas vasculares* (vol. XI), com o total de 43 espécies.

— *Familias das Gymnospermicas* (vol. XIII), com 11 espécies.

— *As Plantaginaceas* (vol. XIV), com 15 espécies.

— *As Gramineas de Portugal* (vol. XX). Já em 1880 o Sr. Dr. Júlio Henriques tinha publicado um catálogo das Gramíneas portuguesas, elaborado a seu pedido pelo professor E. Hackel (*Catalogue raisoné des Graminées du Portugal,* com um apêndice em que é descrita uma nova espécie dos Açores). O trabalho a que agora me refiro, muito mais completo, pois que abrange as herborizações feitas posteriormente durante mais de 20 anos, enumera 200 espécies, com as descrições respectivas, e as chaves dichotómicas para a sua determinação.

Acêrca das plantas vasculares da nossa flora continental, publicou ainda uma *Nota sobre a proveniencia do Cupressus glauca e sobre a introducção d'esta especie em Portugal* (vol. III); mais tarde, com a devida autorização do autor, publicou sôbre o mesmo assunto a tradução de um artigo do Sr. Dr. Maxwell T. Masters, intitulado o *Cedro de Góa* (vol. XII).

Tendo obtido, graças à liberalidade de C. Roumeguère, para a Biblioteca do Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, os manuscritos de Tournefort, onde o célebre botânico francês indica os itinerários que seguiu nas suas herborizações em Portugal no ano de 1689, a lista das plantas colhidas e o lugar dessas colheitas, publicou o Sr. Dr. Júlio Henriques êsses manuscritos no vol. VIII do «Boletim da Sociedade Broteriana», anotando-os com a identificação das 622 plantas, enumeradas sob as antigas frases latinas tournefortianas, aos nomes botânicos actualmente usados. Mais tarde, no vol. XV do mesmo «Boletim», publicou o resto dêstes manuscritos, que

diz respeito às herborizações no reino vizinho, com o título de *Exploração botanica em Hespanha por Tournefort.*

Sintetizando, por último, os trabalhos monográficos publicados no «Boletim da Sociedade Broteriana», na parte concernente à Bacia do Mondego, publicou depois o seu *Esboço da Flora da Bacia do Mondego,* primeiro também no «Boletim» (vol. XXII a XXVI), e depois em volume separado (1913).

Sob aspecto já mais especial, escreveu em *Le Portugal au point de vue agricole* (1900) o capítulo III — *Flore Agricole de Portugal* — em que, numa breve introdução, se refere às regiões botânicó-agrícolas portuguesas, à distribuição das principais plantas cultivadas, aos cereais, leguminosas, plantas forraginosas, plantas industriais, à vinha, à oliveira e às árvores de fruto, seguindo o catálogo das plantas agrícolas portuguesas.

Simultâniamente com êstes trabalhos, distribuiu uma *Flora Lusitanica Exsiccata,* que conta actualmente 1:900 números, para tornar mais conhecidas nos herbários estrangeiros as plantas portuguesas.

A influência, porêm, do Sr. Dr. Júlio Henriques, no melhor conhecimento da flora portuguesa, não se tem limitado às plantas vasculares, e grande atenção lhe teem também merecido as plantas não vasculares; socorrendo-se de especialistas estrangeiros, que estudassem as colecções portuguesas, muitas delas reùnidas sob o seu impulso, ou que fizessem a revisão e síntese de trabalhos anteriores, publicou sucessivamente:

— *Contributiones ad floram cryptogamicam lusitanicam* (1880). Inclue êste catálogo 395 espécies de Algas determinadas por Wolff e Kutzing, 249 espécies de Líquenes determinados por Wolff, e 132 espécies de Fungos determinados por Berkeley e Cooke.

— *Contributiones ad floram mycologicam lusitanicam,* ad-

ctore Dr. G. Winter, V–VI séries (nos vol. II–III do «Bol. da Soc. Brot.»). Enumera esta série 297 espécies; a 1.ª série do mesmo trabalho encontra-se no *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes;* as séries II–III–IV no *Instituto* de Coimbra. O Dr. Winter, de Leipzig, reviu todo o Herbário de Fungos da Universidade de Coimbra, e juntou-lhe mesmo muitas espécies tiradas do seu Herbário.

— *Hepaticas colhidas em Portugal* (no vol. IV do «Bol. da Soc. Brot.»). Antecede uma introdução escrita pelo Sr. Dr. Júlio Henriques, com generalidades acêrca destas plantas, e a tradução dos quadros dos Géneros de T. Husnot; segue depois a indicação de 81 espécies, determinadas por Lindberg e Stephani.

— *Lichenes Insulae Maderae,* auctore Dr. Stizenberger (vol. V do «Bol. da Soc. Brot.»), com 145 espécies.

— *Manipulos de Algas portuguesas colhidas por A. F. Moller,* determinadas por G. B. De-Toni (VI vol. do «Bol. da Soc. Brot.»), com 57 espécies.

— *Lichenes du nord de Portugal* (vol. VI do «Bol. da Soc. Brot.»). Compreende êste trabalho 245 espécies, colhidas por I. Newton e determinadas por Nylander.

— *Révision des Ustilaginées et des Uredinées contenues dans l'Herbier de Welwitsch,* par G. de Lagerheim (vol. VII do «Bol. da Soc. Brot.»). Inclue 54 espécies, umas portuguesas, outras africanas.

— *Algues marines du nord de Portugal,* par le Dr. F. Hauck (vol. VII do «Bol. da Soc. Brot.»), com 57 espécies.

— *Catalogo dos Musgos encontrados em Portugal* (vol. VII do «Bol. da Soc. Brot.»). Compõe-se de 255 espécies, determinadas por Schimper e Lindberg, tendo sido mais tarde a colecção revista por V. Brotherus.

— *Contributions à la flore mycologique de Portugal,* par G. de Lagerheim (vol. VIII do «Bol. da Soc. Brot.»), com 62 espécies.

— *Fungi lusitani collecti a cl. viro A. F. Moller anno 1890,* recensuit J. Bresadola (vol. IX do «Bol. da Soc. Brot.»), com 45 espécies.

— *Florula mycologica lusitanica sistens contributionem decimam ad eamdem floram, nec non Conspectum Fungorum omnium in Lusitania hucusque observatorum,* auctore Saccardo (vol. XI do «Bol. da Soc. Brot.»). Na *Florula* estão indicadas 163 espécies; o *Conspectus* enumera 1:182 espécies.

— *Appendix sistens aliquot fungillos lusitanicos et guineenses.* Êste apêndice ao trabalho anterior refere-se a 14 espécies.

— *Quadro synoptico das Ustilagineas e Uredineas,* por L. Géneau de Lamerlière (vol. XI do «Bol. da Soc. Brot.»). Traduzido pelo Sr. Dr. Júlio Henriques, com a devida autorização do autor, que o completou, fazendo entrar nele todas as espécies encontradas em Portugal até àquela data.

— *Lichenes Azorici a Dre. B. Carreiro lecti et a Dre. Nylander determinati* (vol. XII do «Bol. da Soc. Brot.»), com 31 espécies.

— *Quelques observations sur la technique des Diatomées,* par J. da Silva e Castro (vol. XVI do «Bol. da Soc. Brot.»).

— *Florae mycologicae lusitanicae contributio duodecima,* auctore Saccardo (vol. XIX do «Bol. da Soc. Brot.»), com 129 espécies.

— *Contribuzione allo studio della flora ipogea del Portugallo,* per il prof. Mattirolo Oreste. A primeira destas Contribuìções foi publicada no vol. XXI do «Bol. da Soc. Brot.», e enumera 10 espécies; a segunda Contribuìção foi publicada no vol. XXII, e refere-se a 12 espécies, entrando neste número algumas das anteriores.

— *Contributiones ad mycofloram Lusitaniae.* Centuria III-IV-V, auctore J. Veríssimo de Almeida et M. de S. da Câmara (vol. XXIV do «Bol. da Soc. Brot.»). Centuria VI, auctore M. de S. da Câmara (vol. XXV).

— *La flora mycologica del Portogallo,* per il prof. G. B. Traverso e Dott. Carolina Spessa (vol. XXV do «Bol. da Soc. Brot.»). Tem êste trabalho, alêm de uma parte histórica, bibliografia bastante desenvolvida, um catálogo de 1:909 espécies, e por último algumas diagnoses de espécies novas.

— *Materiaes para o estudo do Plancton da costa portuguesa,* por Luiz W. Carrisso (vol. XXV do «Bol. da Soc. Brot.»).

E ainda sob outros aspectos o Sr. Dr. Júlio Henriques atendeu ao estudo das nossas plantas portuguesas. Em numerosos volumes da «Boletim da Sociedade Broteriana» se vê o quadro das observações fenológicas realizadas durante o ano respectivo no Jardim Botânico de Coimbra, pelo Sr. Moller, e no vol. XV o Dr. E. Ihne, de Darmstadt, tira as conclusões dos estudos levados a cabo durante os 16 anos seguidos de 1882 a 1898. No mesmo volume, o Sr. Dr. Júlio Henriques, sob o título de *Antigas observações phenologicas,* mostra a alta antiguidade desta ordem de trabalhos.

Procurando, por outro lado, reùnir no «Boletim da Sociedade Broteriana» o que de mais importante se encontra relativamente à distribuição geográfica das plantas portuguesas, aí publicou os seguintes artigos, transcritos ou traduzidos:

— *Estatistica da vegetação das steppes e da beira-mar da peninsula iberica,* por M. Willkomm (vol. XII). Tradução do Sr. Moller.

— *Regiões botanicas de Portugal* (vol. XVII). Tradução resumida feita pelo Sr. Moller da obra de M. Willkomm, *Grundzüge der Pflanzenverbreitung auf der iberischen Halbinsel.*

— *La flore littorale du Portugal,* par J. Daveau (vol. XIV).

— *La flore des plaines et collines voisines du littoral,* par J. Daveau (vol. XIX).

— *Les stations de la zone des plaines et collines,* par J. Daveau (vol. XXI).

E ainda:

— *Project de nomenclature phytogeographique,* par Ch. Flahault (vol. XVII).

Quanto às galhas encontradas nas plantas portuguesas, publicou:

— *Prima communicazione intorno alle galla (zoocecidi) del Portugallo,* per il Dr. A. Trotter (vol. XVI). *Seconda communicazione* (vol. XVII). *Terza communicazione* (vol. XVIII). Com a indicação total de 90 zoocecidias, colhidas em Coimbra pelo Sr. A. Moller.

Não é menos pronunciada a acção do ilustre professor na nossa agricultura colonial e no conhecimento das plantas da Africa portuguesa. Indicarei a êste propósito as suas seguintes publicações:

— *Instrucções práticas para a cultura das plantas que dão a quina* (1880).

— *Instrucções práticas para as culturas coloniaes* (1884). Com um apêndice, onde ensina a colher e acondicionar as plantas vivas e sementes para serem transportadas a distância, bem como a colher e preparar as plantas sêcas para herbário e as amostras para museu.

— *Plantas da borracha e da gutta-percha* (1901). Em que trata, não só da cultura, como dos processos de preparação dos produtos obtidos.

— *Agricultura colonial, meios de a fazer progredir. Memoria apresentada ao Congresso Colonial Nacional* (1901).

Sustenta nesta Memória a indispensabilidade da criação de pessoal convenientemente educado; a necessidade do estabelecimento de jardins botânicos, onde se preparem plantas úteis, que sejam distribuídas pelas colónias; a necessidade da fundação de escolas elementares de agricultura nas colónias, bem como de hortos e estações esperimentais; por último, a necessidade da exploração botânica, feita por pessoas convenientemente instruídas, que permita o inventário das riquezas naturais.

— *Agricultura colonial* (separata da *Revista Portuguesa Colonial*). Êste livro, muito prático e útil, abre com umas generalidades sôbre agricultura colonial e tem depois uma parte especial, onde cada cultura é tratada com muito desenvolvimento.

Nesta acção colonial do Sr. Dr. Júlio Henriques não pode ser esquecida a distribuição de plantas obtidas no Jardim Botânico de Coimbra e de sementes alcançadas por seu intermédio, em que tanto sôbresai o facto da introdução das quinas na Ilha de S. Tomé. Já em tempos anteriores, Welwitsch tinha lembrado a conveniência da exploração das quinas nas colónias portuguesas, mas a primeira tentativa, feita sendo ministro Mendes Leal, foi infeliz na qualidade da semente e não deu bons resultados. Mais tarde, em 1868, a cultura foi de novo ensaiada com grande entusiasmo, procurando o Jardim Botânico de Coimbra fornecer sementes de boas espécies e criando plantas, que enviou para a África portuguesa. As quinas desenvolveram-se bem em S. Tomé, e passados poucos anos contavam-se na Ilha bastantes milhares de pés. Estabeleceu-se em Lisboa uma fábrica, para a preparação do quinino, com bom êxito. Infelizmente a grande baixa dêste medicamento, que depois se deu no mercado, trouxe o desânimo dos cultivadores e o quási abandôno de uma tão bem auspiciada cultura.

Debáixo do ponto de vista, puramente scientífico, do conhecimento da flora das nossas possessões ultramarinas, tambêm a influência do Sr. Dr. Júlio Henriques tem sido notabilissima, pois reùniu colecções muito importantes de plantas, que em parte êle próprio estudou e em parte foram estudadas, a seu pedido, por distintos especialistas estrangeiros, que lhe dedicaram numerosas espécies e um género. Para tornar bem saliente a grandeza desta sua acção, segue cronologicamente a lista dos trabalhos dessa ordem, publicados todos no «Boletim da Sociedade Broteriana»:

— *Plantas de Macau, colhidas e determinadas por F. Gomes da Silva* (vol. II–III). Catálogo de 337 espécies.

— *Plantas colhidas por F. Newton na Africa occidental* (vol. III). Enùmera 124 espécies; os Fungos foram estudados por Winter; os Líquenes por Nylander; as Algas por Nordstedt, Flahault e Wittrock; os Fetos por Baker; as Gramíneas por Hackel; as Cyperáceas por Ridley.

— *Explorações botanicas nas possessões portuguesas* (vol. III). Refere-se neste artigo às explorações de F. Newton e Rodrigues de Carvalho na África ocidental, às de Cardoso Júnior em Cabo Verde, às de Capêlo e Ivens perto de Coroca; noticia como A. Moller foi encarregado de proceder à exploração botânica da Ilha de S. Tomé, dá conta dos resultados obtidos e de como êste explorador instruiu F. Quintas e o deixou incumbido de continuar a exploração.

— *Flora de S. Thomé: Cryptogamicas* (vol. IV). Depois de uma introdução, com generalidades àcêrca desta Ilha e das suas diminutas explorações botânicas anteriores, segue o catálogo de 361 espécies. Os Fetos desta colecção foram estudados pelo Sr. Dr. Júlio Henriques e revistos por Baker; os Musgos foram determinados por Müller; as Hepáticas por Stephani; os Fungos por G. Winter; os Líquenes por Nylander; as Algas por Agardht, Nordstedt, F. Hauck e C. Flahault.

— *Plantas colhidas na Africa occidental por F. Newton, Capello e Ivens, Pereira de Carvalho e J. Cardoso Junior* (vol. IV): 148 espécies, determinadas pelo Dr. Hoffmann, de Berlim, excepto as Cyperaceas determinadas por Ridley.

— *Catalogo da flora da Ilha de S. Thomé: Gymnospermicas e Monocotyledoneas* (vol. V). Contêm 86 espécies, determinadas pelo Sr. Dr. Júlio Henriques, com o auxílio de Hackel, Ridley, etc.

— *Contribuição para o estudo da flora da costa occidental de Africa* (vol. V). Plantas colhidas por D. Maria José Chaves em Boma, na foz do Zaire, e por F. Newton em S. Tomé, Príncipe e Ajudá: 85 espécies, classificadas por Nylander, Stephani, Hackel, Ridley, Baker e Dr. Júlio Henriques.

— *Apontamentos sobre a flora da Zambezia. Exploração do medico Rodrigues de Carvalho* (vol. VI): 70 espécies, determinadas por Stephani, Baker, Hackel e Ridley.

— *Mycetes aliquot guineenses a cl. Moller et F. Newton lecti in Ins. S. Thomae et Principis,* auctoribus Saccardo et Berlese (vol. VII).): 24 espécies.

— *Nouvelles contributions à la flore mycologique des Iles Saint-Thomé et du Prince recueillies par MM. A. Moller, F. Quintas et F. Newton,* etudiées par MM. G. Bresadola et S. Roumeguère (vol. VII): 85 espécies.

— *Catalogo das plantas da Africa portuguesa, colhidas na Zambezia por M. R. de Carvalho, em Cabo Verde por J. Cardoso Junior, em Ajudá e Angola por F. Newton, no Principe por F. Quintas, em Quindumbo por J. Anchieta, no Congo por D. Maria José Chaves, na Huilla pelo Rev. J. Antunes* (vol. VII): 140 espécies, determinadas pelo Dr. Hoffmann, A. Cogniaux, R. A. Rolfe e Dr. Júlio Henriques.

— *Musci novi Insularum Guineensium,* auctore V. Brotherus (vol. VIII): 27 espécies, colhidas quási todas por F. Quintas.

— *Contributions à la flore mycologique de l'Ile de S. Thomé,* par l'abbé J. Bresadola (vol. IX): 26 espécies.

— *Catalogo de plantas da Africa Portuguesa, colhidas em Angola por Capello e Ivens, e nas Ilhas do Principe e de S. Thomé por F. Quintas* (vol. IX): 41 espécies, determinadas pelo Dr. Hoffmann, de Berlim, e R. A. Rolfe, de Kew.

— *Contribuição para o estudo da flora de Africa. Catalogo da flora da Ilha de S. Thomé* (vol. X). Enumera 356 espécies de Phanerogâmicas, determinadas pelo Sr. Dr. Júlio Henriques, com o auxílio de Engler, Hoffmann, Schumann, C. de Candolle, A. Cogniaux, Oliver, Lindau e Pax.

— *Compostas da Africa portuguesa,* pelo Dr. O. Hoffmann (vol. X-XIII): 171 espécies, colhidas pelo Rev. Antunes, Newton, Welwitsch, Capello e Ivens, Anchieta, etc.

— *Plantae africanae novae,* auctore K. Schumann, Baker, R. Rolfe et A. Cogniaux (vol. XI): 12 espécies, das colheitas de Sisenando Marques e Welwitsch.

— *Lichenes africani a cl. J. A. Cardoso ins. S. Nicolai et S. Jacobi, F. Quintas Lourenço Marques et in agro Moçambicensi determinatione R. R. Emeriae Episcopi lecti* (vol. XII): 36 espécies, classificadas por Nylander.

— *Enumeração das plantas colhidas nas Ilhas de Cabo Verde,* por J. A. Cardoso Junior (vol. XIII). Os Líquenes desta colecção foram determinados por Nylander, os Musgos por Brotherus, as Phanerogâmicas pelo Sr. Dr. Júlio Henriques, auxiliado pelo prof. Christy e Dr. C. Bolle; toda a colecção soma 205 espécies.

— *Énumération des Algues des Iles du Cap Vert,* par M. E. Askenasy (vol. XIII): 153 espécies.

— *Subsidios para o conhecimento da flora da Africa occidental. Catalogo das plantas colhidas por A. Sisenando Marques, subchefe da Expedição portuguesa ás terras do Muato-Iamvo* (vol. XVI): 221 espécies, determinadas pelo Sr. Dr. Júlio Henriques, com o auxílio de A. Engler, K. Schumann, Gilg, Gürke e Pax.

— *Catalogo de plantas africanas:* colhidas por F. Newton em 1883, em Angola; por D. Maria J. Chaves em 1886, em Landana; por Capêlo e Ivens na sua travessia em 1884; por F. Quintas, em Moçambique, em 1893; por P. Amado em 1894, na Humpata; pelo Rev. Antunes e Dekindt, na Huíla; pelo Dr. Rodrigues Braga, em Moçambique; por Anchieta, em Angola; por J. A. de Sousa, em vários pontos da costa ocidental (vol. XVII): 437 espécies, classificadas pelo Sr. Dr. Júlio Henriques, auxiliado pelos botânicos de Berlim.

— *Especie nova da flora das Ilhas de Cabo Verde: Chloris nigra,* Hackel (vol. XXI).

— *Fungi aliquot africani lecti a cl. A. Moller, I. Newton et A. Sarmento.* Auctore Saccardo (vol. XXI): 40 espécies.

— *Plantae Insulae St. Thomae* (vol. XXIV): 3 espécies, duas das quais determinadas por Veríssimo de Almeida e Sousa da Câmara, e uma por Cogniaux.

— *A Ilha de S. Thomé sob o ponto de vista historico-natural e agricola* (1917). Êste interessantissimo trabalho, enriquecido com ótimas fotografias, ocupa quási todo o tômo XXVII do «Boletim da Sociedade Broteriana». A Ilha de S. Tomé, e tudo quanto com ela se relaciona, mereceu sempre ao Sr. Dr. Júlio Henriques grande predileção, e tanto que em 1903, aos 65 anos de idade, se resolveu a empreender viagem e a verificar *de visu* os numerosos apontamentos e dados recolhidos para a publicação do seu trabalho de conjunto. «Desde que o Jardim Botânico — diz o abalisado professor — começou a ter relações com os agricultores da Ilha de S. Tomé, enviando-lhe plantas úteis, e entre elas principalmente as da quina, para que encetassem novas culturas, nutri desejos de visitar esta ilha, para ver e estudar processos agrícolas, e para contemplar a esplêndida vegetação tropical». E realizou, emfim, o seu desejo.

Abre êste belo estudo por um resumo histórico Refere-se

depois à posição geográfica da ilha, largamente à sua orografia, e à sua estructura geológica; o capítulo do estudo das rochas é feito pelo professor de Geologia da Universidade de Coimbra, o Sr. Dr. Anselmo Ferraz de Carvalho. Trata em seguida do clima, da fauna e da flora; depois, da agricultura e da floresta, em capítulos que se lêem sempre com o maior agrado, e termina esta parte formulando um problema bem curioso, cuja resolução deixa a investigações futuras — haveria habitantes em S. Tomé na época neolítica? A pergunta baseia-se no aparecimento de um instrumento de pedra, na Roça Pôrto-Alegre, comparável a alguns da idade da pedra pulida. Vem, por último, o catálogo dos animais e o das plantas; para o catálogo dos animais reùniu todos os trabalhos sôbre o assunto de vários naturalistas nacionais e estrangeiros; o catálogo das plantas é a coordenação, ampliação e revisão dos estudos publicados nos números anteriores do «Boletim» acima indicados, somando um total de 1:129 espécies.

Êste trabalho do Sr. Dr. Júlio Henriques, fruto de esforços e estudos persistentes durante tão longos anos, e a que êle inquestionavelmente dedicou particular interêsse, tão harmónico em todas as suas partes, escrito com tanta singeleza e tão belamente ilustrado, só por si faria sem dúvida a reputação de um naturalista ilustre.

Antes de terminar, devo ainda dizer que o espírito elevado do Sr. Dr. Júlio Henriques, não podia deixar de se comprazer em recordar e glorificar os mortos insignes, que pela sciência trabalharam, apontando assim exemplo e incentivo aos vivos, e lavrando um testemunho de gratidão pelas suas obras.

Nesta ordem de ideias publicou a *Biographia de Felix de Avellar Brotero* (no «Plutarcho Português»); a *Biographia do Visconde de Villa Maior* (adjunta ao «Jornal de Horticul-

tura Pratica», 1885); publicou em diversos números do «Boletim da Sociedade Broteriana» as *Comemorações de Linneu, Hooker, Willkomm, Lange, Saporta, Boissier, Darwin, Nylander, Conde de Ficalho, Barros Gomes, J. de Mariz, Veríssimo de Almeida, Tavares Carreiro, etc.* Assim como, ainda, perpetuou a memória de Brotero no seu Jardim Botânico de Coimbra, erigindo-lhe em 1887 um singélo monumento.

Tal é, em rápido resumo, a obra notável e prestimosa dêste infatigável trabalhador. Tão rijo de corpo aos oitenta anos, que ainda há poucos meses foi herborizar para Trás-os-Montes, como robusto de espírito, e bem o demonstra o seu esplêndido trabalho sôbre S. Tomé, últimamente publicado, ao pensar em jubilar-se, não pensou em descançar emfim, de uma tão laboriosa vida: procurou e conseguiu ficar Director do seu Herbário e Naturalista da sua Universidade, para velar sempre pelas suas colecções, para poder continuar os seus ininterruptos trabalhos.

Lisboa, 23 de Abril de 1918.

António Xavier Pereika Coutinho.

DIANTE DE UM VELHO LIVRO

Acompanho a notável obra scientífica do Dr. Júlio Henriques desde os tempos, já afastados, da minha mocidade.

Nela aprendi a interessar-me pela Flora do meu país; ao seu calor vivificante me acostumei a amar a Botânica.

Por tal forma tem sido conduzida essa obra que o Dr. Júlio Henriques conseguiu tornar-se o *Linneu Portuguez*, sem levantar as invejas que o grande naturalista e médico suéco ergueu, quando fez aparecer o seu *Hortus uplandicus*.

Fácil é descobrir porque assim sucede: Sucede assim porque o Dr. Júlio Henriques carinhosamente acolhe, de braços abertos, quantos mostrem devoção pela Botânica, e bizarramente prodigaliza ensinamentos e subsídios a quantos à Botânica dediquem a sua atenção e o seu estudo.

A fundação da Sociedade Broteriana é a prova evidente do que afirmamos; o seu Boletim é repositório precioso de trabalhos valiosos realizados pelo Dr. Júlio Henriques e de estímulos inapreciáveis para quantos se consagrem ao estudo dessa bela sciência, que é a Botânica.

A generosidade de um amigo, residente na Holanda, fez-me possuir a obra «*Plantarum seu Stirpium Historia*», de Matias de Lobel, impressa, com ilustrações, nas célebres oficinas de Cristóvão Plantin, de Antuérpia, no ano de 1576, dois séculos antes da publicação da maior parte das obras de Linneu, especialmente do *Systema Naturae*.

Numerosas vezes tenho percorrido os dois volumes dessa obra, em que aliás escasseia o caracter essencialmente scientífico, que distingue os trabalhos de Linneu.

Pude, porêm, familiarizar-me com bastantes espécies, há mais de quatro séculos conhecidas, muitas das quais são da Flora Portuguesa; pude, sôbretudo, apreciar a evolução que a Botânica realizou, num intervalo que vai dos meados do século XVI aos do século XVIII, e os trabalhos realizados nesse período para o conhecimento da Flora da Grécia, da Espanha, da Inglaterra, da França, da Itália, etc.

No prefácio, em que Matias de Lobel dedica a obra aos governadores gerais de Gália e Bélgica, e que representa suprema homenagem, especialmente por abrir um livro que tão grande sensação produziu no mundo scientifico daquele tempo, lê-se uma frase que nem por ser transcrita de poeta, deixa de ser apropriada à celebração da homenagem ao português ilustre e ao botânico benemérito, que é o Dr. Júlio Henriques.

A frase é esta: *Crescit et immensum gloria calcar habet.*

Efectivamente, a obra do Dr. Júlio Henriques tem hoje colossal vulto e cobre-o de justificada glória.

Pôrto, 1918.

BENTO CARQUEJA.

PSOROTICHIA HENRIQUESI (n. sp.)

Thallus crustaceus, rimoso-areolatus, badioater, ad saxa arcte adherens, protothallo nigro. Apothecia saepe in areolis solitaria, primum punctiformia, urceolata, demum majus minusve prominens, 0,4–0,5 millim. lat., disco nigricante, leviter concavo aut planiusculo, persistente margine; hymenio J+ coerulescente, ac deinde luteo-igneo; paraphysibus tenuibus haud articulatis, apice conglutinatis; hypothecio et epithecio lutescentibus. Sporae in acis elongato-cylindraceis octo, plerumque uniserialiter, ovoideae, hyalinae, simplices, 10–15 × 5–8 μ. Ad rupes calcarias circa Conimbricam, ubi mense febr. anno 1918 a me lecta est.

Dicata clarissimo Dr. Julio Henriques in Universitate Conimbricensi insigni ac peritissimo Botanicae professore.

Êste interessante liquen, novo para a sciência, apresenta um aspecto que faz lembrar certas espécies de *Acarospora*, tanto pelo talo gretado-areolado, como pela forma e disposição das apotécias. Intimamente ligado às pedras calcáreas, sôbre que vive, estende-se por vezes em largas manchas crustáceas, como as da *Verrucaria nigrescens*, de uma tonalidade castanho-anegrada, profunda e irregularmente fendilhado, de modo a parecer composto em toda a sua extensão de pequenas aréolas poligonais, planas ou levemente côncavas, em que se encontram as apotécias. Estas são em geral solitárias, isto é, uma por aréola, aparecendo a princípio sob a forma de depressões puntiformes, mas tornando-se depois

suburceoladas e cada vez mais largas, até adquirirem o desenvolvimento definitivo: um tanto salientes, com disco anegrado, ligeiramente côncavo ou plano, cercado por um bôrdo proeminente e ocupando quási toda a superfície da respectiva aréola. O hipotécio é amarelado, e o himénio pela acção do iodo torna-se de um azul mais ou menos acentuado, que vira ràpidamente para amarelo ou amarelo-fulvo, sôbretudo nas ascas; a côr azul, no entanto, reaparece pela lavagem. As paráfises, que são subdifluentes e finas, mas bem distintas, não oferecem articulações nem ramificações, aglutinando-se intimamente no cimo e diluindo-se aí na substância amarelada que forma o epitécio. Os esporos estão contidos, aos 8, em ascas longas e sublineares, geralmente 1-seriados, ovoides, hialinos, simples, com 10–15 micras de comprido por 5–8 de largo.

Colhi exemplares desta planta nas rochas calcáreas dos montes de Santa Clara, em Coimbra, a 16 de fevereiro do ano corrente. Havendo-os estudado e verificando que estava em presença de uma forma inédita do género *Psorotichia*, tive o maior prazer em dedicar a nova espécie ao Dr. Júlio Henriques, sábio botânico e reputado professor da Universidade de Coimbra, a quem os estudos fitológicos devem em Portugal os mais assinalados serviços. Manifesto por êste meio a minha gratidão ao grande mestre e venerando decano dos naturalistas portugueses, que tanto me tem guiado pelo seu douto conselho e que tantas provas me tem dado de uma amizade sincera.

Faculdade de Sciências do Pôrto, abril de 1918.

Prof. Gonçalo Sampaio.

DOUTOR JÚLIO HENRIQUES

Consagra o «Instituto» o presente número do seu jornal ao grande homem de sciência, Dr. Júlio Henriques, e quís o seu ilustre Presidente a minha modestíssima colaboração neste acto de homenagem: altíssima honra para mim, nulo proveito para os outros. Mas, como no templo do Senhor entram para orar pobres e ricos, assim venho eu, como aqueles, na turba dos fiéis, lançar um grão de incenso na turificação do sábio professor.

Como apareço eu aqui? — Como agrónomo.

É o lado por que melhor se justifica o vir cooperar nesta consagração.

Da Botânica recebe a Agronomia os seus mais valiosos elementos: do estudo da biologia vegetal deriva a técnica das operações culturais, como do progressivo conhecimento da flora resulta a riqueza das explorações do solo, e do conjunto dêsses estudos e das suas aplicações, o constante aperfeiçoamento de toda a tecnologia agrícola.

Como remate da obra colossal, de que a sciência botânica é sólido fundamento, está a etiologia das doenças parasitárias devidas a fungos, doenças cuja preponderante influência no resultado das culturas e no comércio dos seus produtos, constitue hoje factor decisivo na economia de toda a agricultura.

Quem, pois, melhor que o agrónomo pode reconhecer o útil trabalho, de toda a vida, de um botânico do valor do Dr. Júlio Henriques?

«*Bone Deus si... Lusitani noscent sua Bona Naturæ...!*», exclama o grande Linneu em carta ao Dr. Domingos Vandelli, com a data de 12 de Fevereiro de 1765.

Ainda hoje os nossos *bens naturais* são mal conhecidos, a não ser a Flora, que eminentes botânicos teem estudado e dado a conhecer, desde o clássico Brotero até ao seu ilustre sucessor Júlio Henriques, a quem não quero deixar de pôr ao lado, como honroso companheiro, o meu mestre de sempre e colega de hoje no Instituto Superior de Agronomia, D. António Xavier Pereira Coutinho.

Assim outros elementos do nosso meio físico e económico fôssem conhecidos! Muito teria caminhado a nossa agricultura, e com ela todos os nossos recursos como nação.

Mas quantos portugueses compreendem, ou melhor, praticam o seu papel como elementos de valorização da sua pátria?!

Quantos olham o patriotismo principalmente baseado no trabalho próprio e na independência da sua vida privada?!

Quantos se dedicam de corpo e alma à sua profissão, aperfeiçoando-se sempre desde a mocidade á velhice, e legando ao futuro uma sciência, uma arte, um ofício mais adiantado e mais perfeito que o que recebeu dos antepassados?!

Quantos *se resignam* à investigação paciente, aturada e escusa de um problema cuja resolução conscienciosa traria a felicidade dos contemporânios e vindouros, sem que ao próprio outro resultado advenha, a não ser a morte tranquila do que utilmente trabalhou; sem que possa gozar em plena vida das aclamações fáceis da multidão ignara?!

Quantos portugueses são capazes de se constranger a não se ocupar do que se chama *política* e a não discutir, ignorando-as, as mais elevadas questões de governação pública, deleitando-se ao mesmo tempo com o sofisma e com a in-

triga, perdendo horas, perdendo dias e anos de vida numa esterilidade absoluta de ocupação?!

Não reparam que político, na boa acepção do termo, só pode ser um homem de rara envergadura moral, de elevada e vasta instrução, de grande tino, e com a vocação especial que, no fim de contas, qualquer género de actividade requer.

Não era dêstes mas daqueles que Herculano dizia: «Dos políticos e de nós se condôa o Senhor; porque tanto nós como êles disso havemos mistér».

A fôrça duma raça deriva do potencial efectivo, material e moral, de cada indivíduo, e não da fôrça dos seus Poderes Públicos. É mistér que os homens de valor incutam esta ideia na grande massa dos cidadãos portugueses.

Só quando a maior parte da população disto esteja convencida, poderemos ser um povo feliz e forte.

Estas divagações nasceram naturalmente da contemplação da grande figura do Dr. Júlio Henriques, como são sugeridas sempre que nos é dado considerar a vida de um homem que se dedica inteiramente ao estudo bem orientado, ao trabalho constante, ao esfôrço útil, e que por mais recôndito que seja o seu labutar, essa mesma labuta corrói, gasta e pule as paredes que o encerram, tornando-as transparentes, deixando ver, iluminado pela radiosa luz da benemerência, o vulto que ocultavam. É então um consagrado.

Atingiu êste estádio o Dr. Júlio Henriques.

O país deve a êsse homem de sciência e de trabalho uma das suas glórias.

O presente número do «Instituto» convêm espalhar-se como cateçismo em que todos aprendam a respeitar e a amar um dos homens de melhor exemplo para a geração que vive.

JOAQUIM RASTEIRO
Prof. do Instituto Superior de Agronomia

DOCTOR JULIO HENRIQUES

Noticioso de que se trata de rendir un homenage à un hombre de ciencia de la falla y de la historia del profesor de la Universidade de Coimbra Sr. Henriques, he creido que tal ocasion no puede pasar inadvertida para los naturalistas españoles, que sienten sincero afecto por el pueblo hermano y siguen con viva simpatia todas las manifestaciones de su alma progresiva y especialmente las que se refirien à su vida científica.

Grandes son los méritos que concurren la perzona que es objéto del mencionado homenage para que no sean bien conocidos de cuantos siguen con vivo interés la obra contínua de los naturalistas de ambos países, hoy, por fortuna, mas relacionados que en otras épocas, y mas dispuestos que nunca à rendirze el mútuo tributo de consideracion y de sincera estima.

Y aunque yo no sea sino un modesto profesor español, me atrevo à solicitar de la ilustre asamblea que ha de reunirze em Coimbra, que me permita tomar parte en este acto de justícia aunque no sea mas que por la antígua y gratíssima relacion que mantengo con el ilustre botánico, de quien he recibído reiteradas atenciones y afectuosas pruebas de buena amistad en las repetidas veces que he visitado Coimbra y su jardin botánico.

Recuerdo adema, y no sin revivir una grata emocion, que al celebrarse el segundo centenario del gran Linneo huve la satisfacion de hallar en Suecia à un antiguo amigo el ilustre

profesor portugués y de alternar con el en los diversos actos que constituyeron aquella grandiosa fiesta de paz y confraternidad, fiesta que hoy añoramos con tristeza ante la terrible conflagracion que ensombrecerá para siempre la historia de los tienpos presentes.

Consolémonos por un instante, alejándo de nuestra mente los tristes dramas del actual momento y recordando los méritos que concurren en la ilustre perzona del profesor Henriques.

Larga y brillante es la historia de este en el profesorado y, por larga y aprovechada, le ha procurado la gloria de casi todos los hombres de ciencia que hoy destacan en Portugal se hayan beneficiado de sus leciones, y aunque esta consideracion justificaria sobradamente la solemnidad que en su honor ha de celebrarze, esta ocasion es la mas propria para recordar obras, méritos, no menores, los que se refieren à su labor perzonal como investigador y botánico de excepcionales aptitudes.

Constante explorador de la rica flora portuguesa débole esta nos pocos de los progresos que en su conocimiento se han realizado en los tiempos modernos. Cuando una flora llega à estar regularmente conocida en su conjunto queda aun mucho que hacer para la distincion de sus especies raras ó críticas, para la comprobacion de nuevas localidades y la rectificacion y fijeza de las áreas de las espécies, para el afinamiento de los caracteres destintivos de las variedades y formas locales, de que Portugal, como España, se halla tan ricamente dotada. Y en esta labor de perfeccionamiento, tan util y que tanta labor exige, ha trabajado con gran constancia y fruto, empleando en ella su fino talento y sus condiciones de observador.

Su intervencion en la vida de la Sociedade Broteriana, de tan simpática y brillante historia, contribuyendo à un servício tan valioso à la cultura y à la difusion de los conoci-

mientos científicos en Portugal; su exploracion interesante y fructuosa llevada a cabo en la isla de Santo Tomé; su acertada gestion en la direccion del jardin botánico de Coimbra, teniendo en excelente estado las colecciones vivas y muertas del mismo, ciertamente que no han sido los menores servicios que el exímio botánico ha prestado à Portugal.

Tal suma de merecimientos ha asegurado la memoria del Sr. Henriques, cuyo nombre figurá dignamente en la historia científica de nuestros tiempos, honrando à su país y mereciendo la consideracion de los estraños.

Y agradecido quedo de que, en tan solemne ocasion, se me haya permitido unir mi voz, de acuerdo mi espiritu de justícia con los sentimientos afectuosos que siento haver el Profesor Henriques, asociandome al acto que en honor de este celebran en Coimbra los elementos intelectuales de Portugal.

Blas Lázaro é Ybiza,

Catedrático de Botánica de la Universidade Central de Madrid, de la Real Academia de Ciencias de Madrid.

DOUTOR JÚLIO HENRIQUES

Ainda hontem li em *A Gazeta das Aldeias* um pequeno comentário do ilustre mestre Dr. Júlio Henriques, àcêrca não sei de que planta utilizável na agricultura portuguesa. Em quási todos os fascículos daquela publicação se pode encontrar o nome do inclito catedrático, subscrevendo curtas e pacientes respostas a consultas, quantas vezes infantis e rudimentares, de assinantes do periódico.

Está ali todo o adorável carácter do egrégio professor. Êle que paira alto na sua sciência e podia não descer da transcendência filosófica, compraz-se ao contacto da utilidade imediata nas aplicações agrícolas de botânica, que patenteia e evidenceia aos olhos e à prática dos cultivadores do solo pátrio.

Êle que chegou gloriosamente a uma idade que ao descanço convida, quotidianamente trabalha, não em entretenimentos vãos, mas em proveitosos ensinamentos com que lucrará o país.

Em Portugal, onde todas as mediocridades scientificas, todos os semi-instruídos, se divinizam em sábios, intangíveis e longínquos, antepondo barreiras entre êles e o público, Júlio Henriques, legítimo e autêntico homem de sciência, tem estado sempre em contacto directo, íntimo com o público numa verdadeira obra de *extensão universitária,* que praticava já mesmo muito antes de se ter importado a locução agora em voga, como se fôsse uma novidade admirável de criação norte americana.

Em Júlio Henriques admiro a lição da sua catedra, a lição do seu Jardim Botânico, onde — em ambas — soberanamente prolongou o nome de Brotero; admiro a lição dos seus escritos, mas mais do que admiro, — comove-me, — a simplicidade da sua lição constante aos humildes.

Há qualquer cousa dos Evangelhos neste rasgo... E há tudo de um profundo amor à nossa pátria.

D. Luis de Castro,

Presidente da Sociedade de Sciências Agronómicas de Portugal.

DA SAÚDADE E DE OUTRAS MAIS ALEGRES FLORES...

Fim da noite... Há uma alegria estranha nas flores das porcelanas japonesas que decoram a sala onde escrevo; parecem-me mais claras, erguer-se, como se lhes désse vida nova o ar da madrugada que entra pelas janelas do claustro com o murmúrio da fonte a correr, deixando-me no ouvido a frescura dos beijos altos e cantados.

Ao fundo de salas sem luz, a claridade de uma porta aberta donde espreitam, a sorrir, as flores do meu jardim mais alto e entra o perfume forte das assucenas.

Perto de mim, um Buda, talhado em pedra cuja côr esverdeada aumenta a intensidade misteriosa do sorriso dos seus lábios pintados de vermelho, sentado sôbre o chão, as mãos postas sôbre as pernas cruzadas, abre a custo os olhos e ri para o seu ventre nú. A sombra dêle estende-se pela parede, exagerando-lhe cómicamente uma das orelhas que parece ter se estendido assim para ouvir melhor o segredo que lhe conta o crisântemo soberbo, vermelho e oiro, do prato em que caíu.

Da concha de porcelana, em que se vai consumindo lentamente o meu cigarro esquecido, sobe um fumozito azul, acre, irritante como o perfume de uma bôca que se fecha.

Há que tempos que me espera, atravessado sôbre a mesa e iluminado fortemente pela luz do candieiro próximo, um

linguado de papel que me parece grande, grande, como as estradas que nos meus contos de menino cortavam florestas de sonho e levavam os meus heróis, ou às cavernas em que dormiam dragões ferozes, ou a castelos em que lhes sorriam donzelas, para a morte ou para o amor!...

Não há remédio, é meter por êle fora com o meu velho mestre e amigo Dr. Júlio Henriques. Quando andamos juntos, há sempre coisas novas para dizer, há de passar depressa o tempo, a caminhada será fácil...

Tanto que recordar... Se temos passado a vida a substituir-nos um ao outro...

Quando eu vim para Coimbra, era êle quem decorava festas e saráus, e lembra-me sempre com prazer a admiração de Rafael Bordalo Pinheiro, ao entrar no Teatro Académico e dar com a decoração que êle fizera na sala em que Rei Colaço ia realizar, em benefício da Sociedade Filantrópico-Académica, o primeiro concerto que dava em Portugal.

Que linda noite de festa! Que alegria! E tanta gente com 19 anos, como eu!...

Na decoração cantava alto todo o amor que as plantas inspiraram sempre ao ilustre botânico, como sábio e como artista; êsse amor que criou as suas explêndidas aguarelas tão admiradas no estrangeiro em que teem sido por vezes expostas e copiadas com autorização que sempre deu generosamente. E nunca a preocupação artística o desviou do interêsse scientifico.

As suas aguarelas que eu admirava quando seu discípulo, ao correrem por entre os alunos, e que demorava na minha mão a ver como aquilo se fazia com tanta simplicidade e tanto efeito, criaram em mim muito mais amor às plantas da amada terra portuguesa do que o microscópio, os her-

bários sêcos e até as flores vivas com que o bom Deus esmaltou as ervinhas dêstes saúdosos campos do Mondego.

E, uma sexta-feira santa, a do ano em que fui seu discípulo, e que encontrei, ao vir das Ursulinas, fora do jardim, uma fôlha caída, de uma côr estranha, levei-a para casa para fazer uma aguarela como as dêle.

Era uma fôlha grande, áspera e irregular como uma carta geográfica em relêvo, verde-escura, com uma mancha grande vermelha, côr de sangue a coalhar, e pequenas nódoas amarelo-claras.

Fizera-me ao princípio medo, por a tomar por um animal que, em pequeno, encontrei no cano de uma mina de água e que outros rapazes queimaram vivo, dizendo-me depois que era uma salamandra.

A fôlha era bonita, mas deu à minha vaidade a mais cruel lição. Não consegui reproduzir nem a beleza da forma, nem a do colorido.

As decorações do Dr. Júlio Henriques eram verdadeiras composições artísticas, notáveis pela linha e pela côr, cuja simples cópia daria obras de arte para admirar.

Mais tarde, fui eu quem substituiu o Dr. Júlio Henriques nas decorações académicas, e êle fornecia-me sempre alegremente plantas e flores, e ria-se para mim, como quem sabia bem o que aquilo era...

Quando eu deixei a Sociedade Filantrópico-Académica, depois de ter sido presidente uns oito ou dez anos, foi êle quem me substituiu no cargo, por outros dez ou doze.

Agora, fui eu que o substitui na presidência do Conselho de Arte e Arqueologia da 2.ª Circunscrição.

Ando por isso agarrado à sua biografia e não há festa que se lhe faça que eu não tome também um pouco para mim.

Sou aliás um dos seus melhores discípulos, o que talvez ninguêm saberá, pela modéstia em que eu involvo as passagens célebres da minha biografia.

Desta vez, porêm, não me calo! Eu conto...

Um dia, o Dr. Júlio Henriques mandou-me oito fôlhas de papel Watman, pedindo-me para eu fazer em cada uma, uma aguarela. Eram destinadas a involver os ramos de flores que seriam oferecidos, daí a dois dias, às senhoras que tomavam parte num concerto a favor da Sociedade Filantrópico-Académica de que êle era presidente.

No dia imediato, pelas duas horas da tarde, procurava-me o Dr. Júlio Henriques para me recordar a tarefa. Eu tinha já feito um desenho.

Lembro-me bem: representava um nicho gótico de misula e baldaquino muito rendilhados, e dentro um anjo de longas vestes, guitarra, cabecinha caída sôbre o hombro e a carinha melancólica, de quem cantava um fado triste... triste.

Gostou e disse-me, a rir, apontando para as outras fôlhas de papel: se faz todos os desenhos assim, não tem tempo... Eu concordei e pedi-lhe que me mandasse flores que eu pudesse copiar rápidamente a aguarela.

Pouco depois, recebia um grande ramo em que vinha um pelargónio vermelho, manchado de veludo preto, que me seduziu logo e que aguarelei ainda antes de jantar.

No dia imediato, apareceu o Dr. Júlio Henriques; entrou no quarto, onde eu acabava de aguarelar, com a cara de quem não tinha coragem para me descompôr por eu não ter acabado a tarefa.

Eu mostrei-lhe com um gesto de triunfador as fôlhas de papel que se estendiam pela mesa e pela cama, alegres das côres vivas da aguarela fresca.

Êle entrou dando palmas e gritando bravos, com uma grande alegria no seu olhar húmido e azul.

— Como pôde fazer?... Tanto trabalho...

E eu:

— Veja! Veja e admire...

— Mas êste pelargónio tem muito trabalho...

— Pudera! Foi o primeiro...

— E esta... não, não é. É... Tambêm não...

E olhava para mim a rir... Não reconhecia as flores que eu desenhara.

Eu expliquei:

— Meu caro. Tive de improvizar flores que se adaptassem a manchas alegres de côr. Puxei as fôlhas, recortei-as, torci-as, como foi necessário, para encher papel. As flores nasceram onde foi necessário, e deu isso...

— Mas está muito bonito! E esta música?...

— A música, meu caro Dr. Júlio, foi tambêm necessidade de encher papel. Fui traçando as linhas da pauta musical, seguindo o capricho das flores, semeando notas como semeara as flores, e determinando os andamentos conforme a ária que elas cantavam: *ralentando* quando diminuia o colorido, *alegro non tropo* quando começavam a animar-se, *vivace* quando cantavam alto.

Veja, Dr., não é necessário ser grande guitarrista para se ver que flores e notas traduzem a mesma música.

Música e botânica são do mesmo autor...

— A botânica, é boa.

— Acha?

— Podia haver flores assim, concluiu olhando-me bondosamente e enrolando muito alegre os desenhos; na natureza há outras mais estranhas...

Quere dizer: eu criara uma flora nova, sem ofender as leis da criação, e com grande conveniencia para a arte.

Tudo isto... com um ano de botânica...

Porque não hei de eu contar estas coisas que ninguêm sabe?...

Eu não disse que o tempo passava depressa?...

Aí está o linguado cheio da minha letra miudinha. Parece

de assúcar, coberto de formigas. Corre um vento fresco. É capaz de chover. Vou fechar a porta do jardim.

Que linda rosa, tão fresca, apesar de ter passado a noute ao luar. A alegria com que tu vês romper a luz! Não há rosa mais bonita do que a minha rosa de todo o ano.

Um cravo vermelho, tão trigueirito! Porque te escondes vaidoso?

Bons dias cravos!

Adeus goivos e rosas! Vem aí o dia! Tomai cautela com o sol!

No céo enovela-se uma nuvemzita iluminada pelo primeiro raio do sol, muito vermelha, envergonhada de ser surpreendida pelo dia sem se ter deitado ainda.

Vem deitar-te comigo, última ilusão da noite!...

Coimbra, maio de 1918.

Dr. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho.

O ENSINO DA BOTÂNICA [1] E O JARDIM BOTÂNICO

Por causa de um luto recente não pode o Dr. Luis Carrisso tomar parte nesta festa. Era sua intenção falar-nos do Jardim Botânico sob a direcção do Dr. Júlio Henriques. Actual professor de Botânica e director do Jardim, conhecendo bem a sua história, o Dr. Carrisso poria em relêvo a sôma de trabalhos ali realizados pelo seu venerando predecessor.

O ilustre professor da Universidade do Porto, Dr. Gonçalo Sampaio, acaba de nos apresentar uma análise completa da obra do Dr. Júlio Henriques como naturalista. Botânico português dos mais distintos, ninguêm melhor do que Sua Ex.ª poderia fazer o estudo dos trabalhos de quem à Botânica votou toda a sua longa vida scientífica.

Não posso tomar o lugar do Dr. Carrisso dentro do programa que traçara. Cabendo-me tarde, há poucos dias, a honra de me associar a estas homenagens prestadas ao Dr. Júlio Henriques, faltaram-me o tempo e os meios para analisar com a amplitude exigida uma só parte da obra do nosso querido colega.

Tentarei portanto, sómente, apresentar da sua vida universitária uma ligeira notícia.

Como professor, como director do Jardim Botânico, como

---

(1) Lido na sessão solene em homenagem ao Dr. Júlio Henriques, promovida pela Faculdade de Sciências e realizada em 29 de maio.

organizador do Herbário, da Biblioteca e do Museu de Botânica, prestou à antiga Faculdade de Filosofia, à Universidade, os mais altos serviços.

*
* *

De 1860 a 1879 a Faculdade de Filosofia entrou num período de renovação dos seus processos de ensinar. Os laboratórios desinvolveram-se e procurou-se atrair para êles a freqüência de estudantes. Ao mesmo tempo o ensino teórico elevou-se, abandonando formas que nalgumas cadeiras atingiam as raias do escândalo.

Eram antigas as aspirações da Faculdade para se levantar da condição inferior em que vivia. Faltando lhe sempre a indispensável assistência financeira do Estado que arrecadara os bens da Universidade, via instantes reclamações desprezadas ou apenas satisfeitas numa parte mínima. São a êste respeito interessantissimas as representações ao Govêrno em abril de 1851 e em junho de 1855. Esta última é um brado sentido contra o abandono a que a Faculdade era votada. Faziam-se comparações entre a recusa sistemática em satisfazer os seus pedidos e os benefícios recebidos pelas Faculdades de Direito e Medicina. Mas continuaram *representando* e ainda em 1855 se insiste na conveniência de mandar viajar por conta do Estado dois professores da Faculdade «a fim de estudarem entre as nações mais ilustradas da Europa o ensino prático e as aplicações mais importantes dos diferentes ramos dos estudos físicos e naturais».

Conseguiram em 1857 encarregar duma missão scientífica no estrangeiro o Dr. Matias de Carvalho e Vasconcelos, que durante tres anos, na França e na Bélgica, representou a Universidade e em especial a Faculdade de Filosofia por uma forma brilhante e digna. Fôra em Paris discípulo de Wurtz.

Infelizmente o Dr. Matias de Carvalho não prestou à Fa-

culdade os serviços esperados. Levado para a direcção da Casa da Moeda, foi logo atraído pela política e pela diplomacia.

Seguiram as missões scientíficas dos professores Jacinto de Sousa e Santos Viegas. Pelo seu estudo nos meios scientíficos da Inglaterra, França e Alemanha, pelo convívio com os grandes físicos da época, voltaram aqueles professores habilitados, o primeiro a montar e organizar o Observatório magnético e meteorológico, o segundo a imprimir ao ensino teórico e prático da física a elevação que conservou até ao fim da sua longa carreira.

Dentro dos mesmos dez anos o intuito de refundir o ensino da química, manifesta-se por outra forma — *pela tentativa de entregar a um químico estrangeiro de competência reconhecida* a direcção dos trabalhos do laboratório químico. Devidamente autorizada a Faculdade, contratou para esse fim o ilustre químico alemão, Dr. Tollens. Infelizmente pouco se demorou em Coimbra. Em 1870, passado um ano, deu a sua demissão e regressou à Alemanha.

*
* *

Ora é neste período de renovação que o Dr. Júlio Henriques cursa a Universidade e inicia a sua vida de professor.

Os seus estudos foram acidentados. Pelas tendências de espírito era o moço estudante solicitado para as Sciências naturais; mas obedecendo à vontade de seu pai, veiu para Coimbra formar-se em Direito. Apesar de contrariado, fez um curso regular, que amenisou com a freqüência das cadeiras do antigo curso administrativo.

Com todo o seu ar de afabilidade e brandura, o Dr. Júlio Henriques é dotado dum forte carácter, duma vontade que não desarma para conseguir o que é justo.

Quantos exemplos na sua vida pública e alguns do maior valor, lembremo-nos da célebre questão dos R R..., conhecida de nós todos na Universidade.

Perante a vontade paterna a sua não desarmou. Concluida a formatura em Direito, completou os seus cursos na Faculdade de Filosofia.

Em 21 de novembro de 1864 foi aprovado o ponto para a sua Dissertação inaugural, em 29 de maio de 1866 era nomeado professor substituto extraordinário.

Eram, como se sabe, os professores substitutos chamados para tudo, para tudo eram oficialmente considerados habilitados. Nessa qualidade, regeu Química, Zoologia, Agricultura, Mineralogia. A sua orientação moderna mesmo nesta fase se revelou. No ensino da cadeira de Química orgânica que, de passagem, lhe competiu, deu começo ao ensino prático da análise química. A umas dezenas de reacções feitas pelo professor no anfiteatro de química, substituiu o trabalho prático, obrigatório, dos alunos no laboratório.

Durante êstes anos de entrada para a Faculdade ia completando a sua educação como botànico. Era o companheiro inseparável do Dr. António de Carvalho, irmão de Matias de Carvalho, nas minuciosas herborizações em torno de Coimbra.

Especialisava-se, como agora se diz, no estudo da Botânica.

De 1869 a 1870 ensinou a pela primeira vez. Em 10 de janeiro de 1874 foi promovido a professor catedrático, entregando-lhe a Faculdade a regência da cadeira de Botânica.

Começa então, verdadeiramente, a sua carreira de professor.

*
* *

O seu predecessor tinha deixado cair o ensino da Botânica no mais lamentável descrédito. Vivia longe de Coimbra, nas aulas lia e liam depois os discípulos as fôlhas dum compêndio cuja publicação não chegou ao fim. A aula de botânica era no Museu, e havia como material de ensino os restos muito deteriorados do Herbário de Brotero, umas dúzias de livros escolhidos sem critério, um microscópio Nachet de que ninguêm se servia. Tudo faltava.

Para se avaliar singelamente, rápidamente, dos serviços que o Dr. Júlio Henriques prestou à Faculdade, basta comparar os meios de ensino que existiam quando começou a sua carreira e os que actualmente podem ser utilizados. Tudo se deve ao seu próprio esfôrço.

Nem teve a facilitar a execução da tarefa que se impuzera os ensinamentos colhidos em viagens demoradas pelos centros scientíficos estrangeiros. Como professor, fez-se unicamente pelo seu trabalho.

Começou por estabelecer a sua aula numa dependência do Jardim, e foi pouco a pouco, dentro dum orçamento arrapanhado, adquirindo com método o material de ensino para ilustrar as suas lições e para apetrechar o laboratório de botânica, que criára.

O ensino teórico era sempre acompanhado de demonstrações práticas em dias e horas diferentes das aulas. As turmas organizavam-se atendendo ao material de que dispunha.

Nunca se lamentou dêsse acréscimo avultado de trabalho, feito sem remuneração alguma. Considerava-o um dever.

O laboratório convidava naturalmente os alunos. Na histologia e morfologia muitas preparações que se examinavam eram feitas na ocasião, verificando-se todas as operações e

reacções que servem para distinguir os diversos elementos anatómicos, as suas modificações, etc.

Ia adquirindo os microscópios necessários, câmaras claras, aparelhos para microfotografia. Organizou também uma colecção de aparelhos para o estudo dos fenómenos de fisiologia vegetal.

As dissertações académicas, trabalhos de compilação sem valor, substituem-se por trabalhos de microscopia, de morfologia comparada e por herborizações.

Os alunos colecionavam pequenos herbários, trocando exemplares e concorrendo para o Herbário do Jardim. Entraram assim muitas plantas de localidades donde nada havia, entre elas algumas espécies novas para a Flora Portuguesa.

Com pequenissimos recursos, menos de quatrocentos mil réis anuais para expediente, compra de livros, de material, deve-se à sua perseverança, à sua tenacidade obstinada, o desinvolvimento do laboratório. Não fazia despesas vistosas e inúteis. Em cada ano aperfeiçoava o que tinha ou alguma cousa inovava.

Quási no fim da sua carreira de professor tem a felicidade de dar ao laboratório as proporções actuais. Ao lado de salas amplas, uma galeria bem iluminada e alegre, tem capacidade, comodidades e material para o trabalho simultânio de grande número de estudantes.

Os assistentes e os alunos tinham o querido mestre sempre ao seu lado, não perdendo ensejo de lhes prestar esclarecimentos preciosos, de a uns e outros auxiliar com os tesouros longamente acumulados do seu saber profundo.

Na aula, como professor, não lhe faltavam as mais preciosas qualidades. As lições eram organizadas com método e a exposição era clara e simples. Não desprezava nenhum meio de a tornar animada, desde o emprêgo de exemplares naturais, criteriosamente escolhidos, de modêlos e estampas

dos mais perfeitos e que adquirira, até às simples figuras no quadro, feitas com perícia, com a sua conhecida habilidade para o desenho.

Além de ser um naturalista que tanto nos honra e eleva no conceito do mundo scientífico, foi o Dr. Júlio Henriques um professor notável, modelar.

A sua devoção pela Botânica bem se manifesta também no entusiasmo com que a ensinava. Transmitia-a com o mesmo ardor com que a cultiva.

*
* *

Percorramos agora rápidamente a história do Jardim Botânico, para vermos em que condições começa a direcção do Dr. Júlio Henriques. Vejamos depois, embora de fugida, os factos mais importantes que a distinguem.

A história do Jardim Botânico mostra-nos o seu desinvolvimento quási sempre contrariado pelas estâncias superiores. Aos esforços empregados em Coimbra para lhe dar disposições úteis e belas, dignas dum estabelecimento universitario, ainda há pouco único no país, opunham-se tendências para o fazer restringir dentro de proporções mesquinhas.

Por ter sido muitas vezes publicada, é bem conhecida a célebre carta do Marquês de Pombal ao Bispo Reformador Reitor, D. Francisco de Lemos, cortando os vôos às aspirações dos professores Vandelli e Dalla Bella para darem à Faculdade que se acabava de criar um Jardim Botânico digno dêsse nome.

Deviam limitar o seu jardim, dizia o Marquês, «a um pequeno recinto cercado de muros, com as comodidades indispensáveis para um certo número de hervas medicinais e próprias para o uso da Faculdade médica; sem que se excedesse

delas a compreender outras hervas, arbustos e ainda árvores das diversas partes do mundo em que se tem derramado a curiosidade já viciosa e transcendente dos sequazes de Linneu, que hoje teem arruinado as suas casas para mostrarem o *malmequer* da Pérsia, uma *açucena* da Turquia». Ordenava que «se calculasse por um justo orçamento o que há de custar o tal jardim de estudo de rapazes e não de ostentação de príncipes ou de particulares, daqueles estravagantes e opulentos que estão arruinando grandes casas na cultura de *bredos, beldroegas e poejos* da Índia, da China e da Arábia».

Êste critério estreito tem perseguido o pobre Jardim. Com raras tréguas, tem sôbre êle pairado sempre o espírito do Marquês.

Para ser um estabelecimento útil ao ensino, dispôsto para o estudo das mais variadas questões botânicas, para dar também uma impressão de beleza, como é indispensável, um Jardim Botânico precisa de ser construído e mantido com uma dotação generosa. Pois ainda nestes terríves anos em que todas as despesas subiram enormemente, tem o Jardim e dependências um orçamento dentro da limitada verba de 2.400$000 réis.

Em 1775 estava plantado o modesto horto botânico, cumprindo-se rigorosamente a vontade do Ministro de El Rei D. José. Ocupava pequena parte dos terrenos adquiridos por D. Francisco de Lemos e que pertenciam às cêrcas dos religiosos de S. Bento e de S. José dos Marianos. O Reitor, da opinião dos professores italianos, e pensando em dar maior extensão e regularidade ao que estava traçado, tinha ainda aforado às religiosas de Santa Ana parte dum olival contíguo aos terrenos mencionados.

Ainda no seu primeiro govêrno da Universidade, foram alinhadas as principais ruas, ordenados os terraplenos, marcadas as escadarias em torno do quadrado em que se confinava o horto primitivo. Êste foi mais tarde cercado de muros

com parapeitos, deu-se-lhe entrada por pórticos e escadas com certa beleza.

Assim o encontrou Brotero quando em 1791 tomou a sua direcção. Viera o já então célebre botânico chamado do extrangeiro para reger a cadeira de Botânica e Agricultura para êle expressamente criada na Faculdade de Filosofia.

Durante os 20 anos da sua permanência em Coimbra, é realmente criado o Jardim Botânico. O autor da «Flora Portuguesa» e da «Phytographia Lusitaniae» encontra no grande Bispo, que em 1799 voltou ao govêrno da Universidade, todo o apoio para executar o que delineara. Conhecedor da organização dos principais jardins da Europa, era seu grande empenho seguir no de Coimbra o plano dos estabelecimentos desta ordem pertencentes às mais célebres universidades.

Brotero foi jubilado em 1811 e em seguida nomeado director do real Jardim Botânico da Ajuda.

Pelo que diz respeito à conclusão e embelezamento do jardim de Coimbra segue-se uma longa pausa. Na parte scientífica entra numa decadência tal que o conselho da Faculdade reconhece em 1822 ser necessário acudir-lhe de pronto. Resolveu repovoar a Escola segundo o sistema de Linneu, plantar os terraplenos superiores segundo o método de Jussieu.

Em 1825, reconhecendo-se alguns progressos, ainda era notável a falta de plantas.

Em 1836 é cedida para a Faculdade de Filosofia toda a cêrca dos Bentos e mais uma parte da que fôra dos religiosos de S. José dos Marianos e mais tarde das religiosas Ursulinas de Pereira. Assim se constituia a actual cêrca que, entregue primeiro aos professores de agricultura e tendo variados destinos, só depois de 1862 é realmente anexada ao Jardim Botânico.

Até 1860 o Jardim arrastou uma vida miserável. Também ficava barato ao Estado — a sua dotação anual não passava de 450$000 réis. Vivia de esmolas. Plantas e sementes eram

com freqüência oferecidas por pessoas generosas. Nas actas da Faculdade muitas vezes se mencionavam votos de agradecimento por dádivas. A todos os protectores do Jardim excedeu o Dr. Welwitsch que tanto trabalhou para o conhecimento de Portugal e da África portuguesa.

De onde a onde completava-se um terraço, dava-se comêço a um lanço de escadas, assentava-se um portão. Poucas plantações se faziam e o Jardim estava fóra do convívio com os grandes estabelecimentos congeneres; não se trocavam plantas nem sementes.

A conclusão das estufas em 1866 marcou para o Jardim o princípio duma era nova. Já nesse ano se contratou em Paris o jardineiro Edmond Goeze.

Êsse contrato foi devido ao ilustre e opulento açoreano José do Canto. Levando o jardineiro Goeze à Ilha de S. Miguel, êle, António Borges da Câmara, José Jácome Correia e Ernesto do Canto fizeram-no portador duma riquíssima colecção de plantas raras com que se ornamentou a nova estufa.

A êste generoso impulso segue-se o estabelecimento de relações com os Jardins de Paris, Kew, Hamburgo, Berlim.

Do Dr. Decaisne, director do Jardim das Plantas e do Dr. Hooker, de Kew, recebeu tambêm o Jardim valiosas ofertas.

Nesta época a direcção do Jardim foi entregue a uma comissão administrativa que em pouco tempo realizou trabalhos notáveis, como a plantação da avenida das tílias, plantações e arruamentos na cêrca.

O ilustre açoreano António Borges de Medeiros prestou assinalados serviços.

Seguia-se a demolição de casarões de feio aspecto situados no local do vasto terrapleno em frente do edifício de S. Bento, a adaptação de parte dêste edifício para habitações do pessoal do Jardim e para acomodação do seu material.

* * *

Em 1874 foi entregue a direcção do Jardim ao Dr. Júlio Henriques. Fica em boas mãos.

Nos primeiros anos melhorou as condições da estufa, continuou as plantações no Jardim e na cêrca. A publicação anual do catálogo de sementes facilita as trocas, sempre crescentes.

Já em 1884 êsse catálogo oferecia sementes de 2000 e tantas espécies. Treze jardins extrangeiros pediram e receberam sementes.

O Jardim passa a assumir o papel que lhe compete, saindo dele, alêm de sementes, grande número de plantas vivas para estabelecimentos públicos, para as Câmaras municipais, para particulares.

Tornou-o tambêm útil para os agricultores das nossas colónias remetendo-lhes grande número de sementes e plantas. O impulso dado à cultura das *quinas,* em S. Tomé, em Cabo Verde e Angola, à cultura da Vanila aromática, das árvores da canela, etc., é notabilíssimo.

Promoveu tambêm a aclimação em África das plantas americanas produtoras da borracha.

De quinas, só em 1883, mandou para a África 824 plantas alêm de número avultadíssimo de sementes.

* * *

Não descurava os aspectos ornamentais do Jardim, fazendo dispôr nos terraços contíguos às ruas e alamedas de preferência as plantas ornamentais, convenientemente agrupadas. No grande quadrado do horto pombalino foram as plantas

dispostas por ordem geográfica. Era sua intenção ter ali representados os tipos de organização característicos das várias regiões da terra.

Dentro da pequena, da mesquinha dotação do Jardim Botânico realizou o verdadeiro milagre de o engrandecer, de o embelezar e de o tornar um estabelecimento capaz de prestar ao país, sôbretudo às colónias africanas, serviços do mais alto valor.

*
* *

O Museu Botânico é obra sua. Numa das salas estão dispostos exemplares de criptogâmicas, gimnospérmicas e monocolitedóneas e modêlos representando essas plantas ou parte delas e a par os produtos naturais — frutos, fibras, ou artificiais. Era esta sala o antigo refeitório do Colégio de S. Bento.

Numa outra que mandou construir encontra-se o que diz respeito às dicolitedónias. Veem-se frutos naturais ou artificiais, madeiras, produtos muito diversos. Uma belíssima estante é feita de madeiras das colónias portuguesas, especialmente da África. As mezas do centro são construídas de madeiras da Índia.

É notável a colecção de produtos das nossas províncias ultramarinas.

*
* *

A organização do Herbário bastaria para tornar o Dr. Júlio Henriques digno das mais elevadas homenagens, crédor de todas as benemerências.

Nele se encontram diversas colecções:

1.º O Herbário, da região mediterrania coligido pelo professor Willkomme, adquirido graças aos esfôrços do Dr. Júlio

Henriques. Conseguiu do seu colector o pagamento em prestações, tiradas da sua exígua dotação.

2.º O Herbário português que contêm os resultados da exploração botânica do país feita pelo Dr. Júlio Henriques e pelos empregados seus auxiliares, a contribuição da Sociedade Broteriana e outras.

3.º Colecção de plantas europeias, australianas, etc., obtidas por trocas.

4.º O resultado das herborisações em S. Tomé, por Adolfo Moler e Quintas; muitas plantas das explorações botânicas na África Portuguesa, por Welwitsch.

* * *

A Sociedade Broteriana de que foi o fundador e de que sempre foi a alma, muito deve o conhecimento da flora portuguesa. Nos 27 volumes do *Boletim da Sociedade Broteriana,* publicou perto de 60 artigos e notícias. Fundou esta sociedade em 1880 com 20 sócios, o primeiro número do boletim foi publicado em 1882.

Além dos serviços que a Sociedade Broteriana prestou na exploração botânica do país, tirou o Dr. Júlio Henriques da publicação do boletim magníficos resultados para a formação da biblioteca botânica. Por trocas com o boletim e auxiliado pela maneira por que era considerado por todos os botânicos seus contemporanios conseguiu reunir essa famosa biblioteca botânica que em 1882 era formada por 1:113 volumes. Em 1912, como se vê do seu catálogo, continha já 2:162 volumes. Quási duplicava em 10 anos. Enriquece-a de publicações raras e de manuscritos de valor. A oferta que obteve do célebre manuscrito de Tournefort, a Topografia Botânica, no qual estão enumeradas todas as plantas colhidas por aquele distinto botânico durante a viagem que fez em Por-

tugal em 1684, oferta devida aos seus esfôrços, é um facto que não pode deixar de se mencionar.

* * *

O Dr. Júlio Henriques nunca aceitou condecorações que tantas vezes lhe foram oferecidas.

Foi feito Doutor hononário por ocasião do bicentenário de Linneu na Universidade de Upsala. Recebeu o diploma o anel de ouro e a corôa de louros.

Entre tantos sábios europeus e americanos representava dignamente o nosso país cuja sciência pelo seu valiosíssimo e intensivo trabalho sempre honrou e afirmou perante o extrangeiro.

Exemplos como êste duma alta inteligência, duma capacidade de trabalho extraordinária votadas exclusivamente à cultura da sciência, são infelizmente poucos num país de indolentes como o nosso.

DR. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas: —

Sulla pluralitá dei tipi ipsistenocephali (Sopra alcuni crani Portoghesi), por A. A. Mendes Correia. Roma, Imp. de la sede della Societá, 1916-1917.

Obituarios da Igreja e Casa Professa de São Roque, por Victor Ribeiro. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

Estudo sobre o Syndroma cardiaco de Beau e Arystologia, por José Coelho de Andrade. Porto, Typ da Empreza Guedes, 1909.

Noticia Historica e Topographica da Vila de Goes e seu Termo, por J. Affonso Baetta Neves. Lisboa, Tip. Baeta Dias, 1897.

Congresso Dentario Inter-Aliados, por Simões Bayão. Porto, Tip. da Empresa Literaria e Tipografica, 1917.

A Cadêa Comarcã — Subsidios para a historia de Santo Thyrso (1860-1915), por José Coelho d'Andrade. Santo Thyrso, Tip. Tyrsense.

Comercio Portuguez na actual Situação Internacional, por Bernardino Vareta. Porto, Tip. Pereira, 1917.

Refrigeração dos paiois nos navios de guerra, por Cesar Ferreira. Lisboa, Tip. de J. F. Pinheiro, 1917.

A Lei da Separação das Egrejas do Estado, por Alberto Martins de Carvalho. Coimbra, Tip. Popular, 1917.

Observações sobre a capacidade de transporte e velocidade dos navios de passageiros, por Cezar Ferreira. Lisboa, Tip. J. F. Pinheiro, 1916.

Depois do Terremoto — Subsidios para a historia dos bairros ocidentais de Lisboa — Vol. I, por G. de Matos Sequeira. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

Études sur les Maladies et les Parasites du Cacaoyer et d'autres Plantes cultivées de S. Thomé — Fascicule I, por A. F. de Seabra. Lisbonne, Imp. de la Librairie Ferin, 1917.

Sur les brachycéphales prénéalithiques et leur culture — Tome VIII, por A. A. Mendes Correia. Lisbonne Imp. de la Librairie Ferin, 1917.

Na Nova Crença Idécrealismo, por José Emidio Soares da Costa Cabral. Coimbra, Tip. Popular, 1918.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



VOLUME 65.º — 1918
N.º 6 — Junho

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Los laboratórios de matemática en la enseñanza y en la investigación, por David Fernández Diéguez 275
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena 299
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo 319
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 331

LOS LABORATORIOS DE MATEMÁTICA EN LA ENSEÑANZA Y EN LA INVESTIGACIÓN

PROYECTO DE UN INSTITUTO NACIONAL DE MATEMÁTICA

«Hoy todas las ciencias lo són de laboratorio.»

DR. RODRIGUEZ CARRACIDO.

Pensábamos, desde hace tiempo, en el proyecto de una gran Institución que sirviese en los momentos actuales y en lo porvenir para la investigación y desarrollo de la ciencia matemática y para su difusión en nuestra patria. Había nacido en nosotros esta idea, hace años, con motivo de la lectura de un párrafo de la obra *Theorie des nombres,* del insigne y malogrado aritmólogo francés Eduardo Lucas, que dice asi: «Como todas las ciencias, la Aritmética resulta de la observación; ella progresa por el estudio de los fenómenos numéricos dados por cálculos anteriores, ó fabricados, por decirlo asi, por la experimentación; pero no exige ningún laboratorio y ella sóla posée el privilégio de convertir sus inducciones en teoremas deductivos. Como en Química, por ejemplo, se preparan los números por medio del cálculo; por la divisibilidad, se descomponen éstos en sus elementos simples, los factores primos; por la teoria de los residuos potenciales, se determina su aspecto, y en cierto modo sus reacciones mutuas; en fin, por la yuxtaposición de los números triangulares, cuadrados, poligonales, cúbicos, etc., la teoría de las formas numéricas recuerda el estudio de los sistemas cristalinos. Por la observación de la última cifra en las potencias sucesivas de los números enteros, Fermat, nuestro *Divus arithmeticus,* crea la Aritmética superior, dando el enunciado de un teorema fundamental; por el método experimental, buscando la demostración de esta proposicion,

Euler imagina la teoría de las raíces primitivas; por el empleo inmediato de estas raíces primitivas Gauss obtiene su célebre teorema sobre la división de la circunferencia en partes iguales; y éste fué el punto de partida de las profundas investigaciones de Abel y de Galois, de MM. Kummer, Hermite y Kronecker, en el Algebra superior.»

Meditábamos sobre las frases precedentes, cuando llegó á nosotros la noticia de haberse inaugurado en la Universidad de Edimburgo un *Laboratorio de Matemáticas,* creado en este centro docente y puesto bajo la dirección del ilustre professor E. T. Whittaker. Este hecho nos hizo consolidar en nuestra opinión acerca de cómo deben evolucionar los procedimientos de la enseñanza y de la investigación de la Matemática para obtener, con el mínimo esfuerzo, el mayor fruto posible; y á la vez acabó de dirigir nuestras ideas hacia la concepción de un proyecto de Instituto Nacional de Matemática cuja descripción sintética pretendemos hacer en el presente trabajo con el que no perseguimos más finalidad que divulgar ciertos conceptos sobre los modernos *métodos de laboratorio* en la ciencia matemática, por si alguien viera en él cosa aprovechable y digna de ser llevada á la práctica, algun dia, por quienes dispongan de autoridad y medios para ello.

La ciencia moderna y los observatorios

A los antiguos procedimientos deductivos empleados en la investigación científica, al caracter apriorístico, abstracto y teórico que distinguía los conocimientos humanos hasta el siglo XVII, sucedieron las innovaciones introducidas en el método científico por Renato Descartes y Francisco Bacon, fundador, el primero, del racionalismo metafísico, y precursor, el segundo, de la filosofía empírico-positivista. El *Discours de la methode,* de Descartes, y el *Novum Organum,* de Bacon, constituyen, expurgados de sus errores, la base y el manifiesto del método moderno, y dieron lugar, en gran parte, al espíritu que informa actualmente á la ciencia. La necesidad, que comenzó á sentirse, de estudiar ésta multiplicando las observaciones, catalogando los hechos, efectuando repetidas experimentaciones y elevándose por inducciones apropiadas al conocimiento de las leyes científicas, dió origen á esas oficinas, centros ó dependencias donde se estudia, se trabaja, se observa, se experimenta, se comprueba y se obtienen, finalmente, nuevas relaciones, y leyes que

constituyen la verdadera ciencia, oficinas ó centros que, como sabemos, se conocen con el nombre da *Laboratorios.*

No se concibe hoy el estudio de la Física, de la Química, de la Mecánica, de la Biología, de la Electrotecnía, de la Aeronáutica, etc., sin los correspondientes laboratorios dotados de los medios necesarios para efectuar en ellos todos ó la mayor parte de los experimentos que implican ó suponen aquellas disciplinas. No basta ya, como en siglos pasados, el solitario gabinete del docto para hacer ciencia, ni la cátedra ó el aula para ensenarla: necesitanse esos nuevos talleres ó arsenales técnicos donde se adiestren en aquellos conocimientos las generaciones de jóvenes escolares, muchos de ellos futuros sabios, y se realicen por los maestros é investigadores ya formados, multitud de observaciones y experimentos, ensayos y descubrimientos que enriqueciendo las ciencias las hagan progresar con paso firme y acelerado.

Mas este espíritu de observación y experimentación, propio de laboratorio, no se limita al estudio é investigación de las ciencias mecánico-físico-químicas y biológicas: extiéndese á otras ramas del humano saber, como lo prueban las nuevas orientaciones de la Psicología, de la Sociología y de la Ciencia jurídica que han hecho precisa la creación de laboratorios de Psicología experimental, laboratorios de ciencias sociales y laboratorios de Derecho, dotados todos ellos del material conveniente para inducir con acierto las nuevas leyes psicológicas, sociales y jurídicas.

Según esto, no puede establecerse hoy un centro de enseñanza sin estas dependencias ó laboratorios. I así, al lado de las cátedras de los Institutos, Liceos, Gimnasios, Escuelas especiales ó grandes Universidades que se encuentran no sólo en las populosas capitales de Europa y América, sino tambien en muchas de sus ciudades principales, existen siempre el laboratório de Física, el de Química, el de Mecánica, el de Psicología experimental, etc.; y generalmente, no sólo destinados á la enseñanza de los alumnos, para que ejerciten prácticamente en el laboratorio lo que aprenden en la cátedra, sino que tambien muchas veces hay amplios locales y copiosísimos medios puestos á disposición de investigador para que pueda realizar estudios especiales sobre un tema cualquiera de aquellas ciencias. I sin pararnos á detallar los museos y laboratorios que dependen de la Sorbona de París, ni los de que dispone la Universidad de Londres con sus numerosos colegios, ó los de la de Berlin y otras ciudades de Alemania; y sin acer referencia á los bien montados labora-

torios y seminarios que funcionan en los treinta y tantos Institutos y Escuelas especiales que integran la famosa Universidad católica de Lovaina, nos detendremos tan solo un momento á reseñar brevemente y á guisa de ejemplo, entre cien ó más que pudiéramos citar de los centros docentes similares á nuestros Institutos Generales y Técnicos, los locales consagrados á la Física en el Oberrealschule auf der Uhlenhorst, de Hamburgo, que ocupan una superficie de 250 metros cuadrados y que están distribuídos como sigue:

Una gran sala de enseñanza provista de un aparato de proyecciones, de instalaciones de agua, de gas, de electricidad, de aire comprimido y de aire enrarecido;
Una sala para la preparación de experimentos;
Un laboratorio para los trabajos prácticos de los alumnos;
Una sala de collecciones;
Una cámara obscura;
Una sala de trabajo para el professor.

Los trabajos de Weber, Fechner y Wundt sobre la Psicología experimental dieron lugar á la creación de los laboratorios de esta ciencia que hoy funcionan en los principales centros científicos de Europa y América. Como tipo de laboratorio psicológico, sólo citaremos el que funciona en la Universidad de Lovaina bajo la dirrección de los professores Thiéry y Michotte, cuya instalación es casi perfecta, no sólo por lo que se refiera á la organización, sino tambien por lo que hace á la multitud variada de instrumentos y aparatos registradores que contiene.

Contra las afirmaciones de Stuart Mill respecto á la imposibilidad de la experimentación en el campo de la ciencia social, se levantan hoy eminentes sociólogos que han respondido á aquéllas fundando numerosos *laboratorios sociales,* entre los que citaremos, como ejemplo, el que funciona en el «Instituto de Sociologia» de Solvay, en Bruselas y que comprende biblioteca y sala de revistas, y gabinetes de Estadística, de Geografía económica, de Historia económica y de Tecnología, amén de diversas otras dependencias muy interesantes y enderezadas al mismo fin.

I continuando así, podríamos citar laboratorios de Derecho, de Economía Política, etc

Los Laboratorios de Matemática

Ia es hora de que nos ciñamos al objeto principal de este trabajo y entremos á estudiar, aunque sea someramente, los *Laboratorios de Matemática* y su influencia en la enseñanza y en la investigación científica.

Natural era que la ciencia matemática no quedase al márgen del movimiento que tomaron todos los conocimientos humanos cuando se preconizó (á veces con exageración) la via experimental como la más expedita para el estudio y descubrimiento de las verdades del orden físico, químico, biológico, etc. I así sucedió que se incorporase aquélla ciencia á dicho movimiento, sobre todo con motivo de la revisión que sufrieron en los últimos ochenta años, no sólo los fundamentos de la Matemática, muy especialmente los de la Geometría, sino tambien los métodos pedagógicos que privaban en la enseñanza de la ciencia de la cantidad.

Ante la evidencia de los hechos que ponen de relieve la rápida evolución de la Matemática y las múltiples aplicaciones técnicas que aumentan de dia en dia, van deponiendo, poco á poco, su actitud intransigente, en lo que se refiere á enseñanza, los partidarios del dogmatismo científico, del *matematismo,* si bien no llegan, con razón, á las exageradas conclusiones de los matemáticos empiristas que, como Laisant, afirman que *todas las ciencias son experimentales,* y que sin la presencia del mundo exterior carecerían de todo conocimiento matemático los séres inteligentes.

Fruto de esta evolución de la ciencia matemática y de sus métodos de enseñanza debian ser los *Laboratorios de Matemática* y la modificación de los programas y planes de estudio en los diversos centros docentes. Es verdad que estos laboratorios no han llegado todavía á difundirse en la forma y número de los laboratorios de las ciencias físico-químico-biológicas y de aplicación, cosa muy lógica por otra parte, dado el mayor grado de abstracción que caracteriza las verdades de la ciencia del número, de la extensión y de las funciones en general.

Este mayor grado de abstracción no empece, sin embargo, que se encuentren cada vez más puntos de contacto entre la Matemática pura y los fenómenos del mundo físico, hasta tal extremo que si alguien dijo que la Matemática es la Lógica en acción, de las ciencias físico-naturales puede afirmarse

que son la Matemática realizada ó en acción tambien. I en efecto; las leyes del algoritmo matemático, ó mejor dicho, las expresiones algorítmicas del análisis tienen su adecuada interpretación en las leyes geométricas, mecánicas, físicas, químicas, psico-físicas, etc., que rigen los fenómenos del Universo; así como, recíprocamente, toda ley referente á estos fenómenos se expresa por relaciones algorítmicas ó funciones algebráicas. Así, mil y mil ecuaciones algébricas son la expresion analítica, ó expresan algorítmicamente la ley matemática de multitud de hechos geométricos. En la Mecánica tropezamos á cada momento con igualdades que expresan algorítmicamente otros tantos echos de las fuerzas y del movimiento ¿No se ha obtenido ya una solución teórica, general y completa del problema de la construcción de las relaciones algébricas y transcendentes por medio de máquinas, ó sea de la resolución mecánica de las ecuaciones? ¿No son generalmente conocidos los métodos físicos de resolución de las ecuaciones y de sistemas de ecuaciones por procedimientos hidrostáticos y eléctricos?.... Este paralelismo ó armonía entre la Matemática pura y las ciencias del mundo físico háse puesto, más de una vez, de relieve en los descubrimientos que se han realizado en la primera con ocasión del estudio de fenómenos físicos ó químicos, así como el establecimiento de teorías de éstos en virtud de investigaciones puramente matemáticas, como puede verse en la historia de estas ciencias. Esta perfecta correlación entre las expresiones algebráicas y los *hechos* con que la naturaleza constituye las cantidades en tal ó cual estado, en tal ó cual orden, forma, como dice el matemático francês M. F. Vallès, *el verdadero lazo que une la filosofía natural á la ciencia del cálculo, el verdadero intermediario que transforma las leyes del mundo en fórmulas algebráicas siempre comprensibles, el tránsito indispensable con cuyo auxílio nuestra razón sin cometer errores llega á poner los problemas naturales en ecuación.*

Condúcennos estas consideraciones á das importantísimas consecuencias: una referente á los nuevos métodos de enseñanza de la ciencia matemática, outra relativa á los nuevos procedimientos de investigación. Ia no es suficinte en estos tiempos para las cátedras de Matemáticas — ha dicho Ernesto Pascal — un tablero y un poco de yeso: son necesarios un abundante material de enseñanza que objetive ésta, y unos métodos pedagógicos que permitan obtener al alumno, con el mínimo esfuerzo, el mayor resultado útil, no sólo en cuánto

á la adquisición de conocimientos positivos y de aplicación, sino en cuánto al desenvolvimiento y educación de sus facultades físicas, intelectuales y morales, manteniendo despierto en todo momento su interés pedagógico. Tambien la investigación matemática encáuzase hoy dia por caminos muy diferentes de los que se seguían en otros tiempos en que el hombre de estudio se recluía en su gabinete de trabajo, con un lápiz ó una pluma y frente á unas cuartellas de papel para hacer labor científica. Actualmente se hacen necesarios otros medios que sólo se cncuentran en los *Laboratorios de Matemática* debidamente dotados del material necesario. Las nuevas orientaciones de la ciencia obligan ya á establecerlos en las Universidades, para llegar en no largo plazo á introducirlos hasta en los centros de enseñanza secundaria, según expresan las siguientes palabras del citado matemático italiano Ernesto Pascal: *Forze fra cinquant'anni non si concepirà più una Facultà Matemática senza Gabineti e Laboratori!*

Los Laboratorios de Matemática en los Institutos

Por lo que se refiere á la organización y funcionamiento de estos *Laboratorios de Matemática,* he aquí como nosotros concebimos los que podrían establecerse en nuestros Institutos Generales y Técnicos docentes similares.

Local. — Para instalar el *Laboratorio de Matemática,* se dispondrá de una sala amplia, con ventanales que suministren luz unilateral izquierda ó bilateral por la izquierda y por detrás, con relación á los alumnos, y provistos de contraventanas ó de *stores* opacos que permitan dejar á obscuras la sala, cuando así convenga para realizar proyecciones luminosas. En el caso que escaseen los locales, dicha sala podrá ser la misma que se destina á cátedra de Matemáticas. Tendrá instalaciones de luz eléctrica y de agua, y medios que permitan una perfecta ventilación, y, en donde sea necesaria, una higiénica calefacción.

Mobiliario. — Se compondrá: *a*) De una mesa de madera cubierta de pizarra ó madera recubierta de plomo, destinada á demostraciones experimentales. *b*) Mesas-bancos ó asientos con pupitre, individuales, con tablero de tamaño adecuado para que los alumnos puedan realizar, con comodidad, ejercicios gráficos, dibujos, trabajos manuales, etc. Deben

estar colocados en escalonamiento tal, que permita ver los experimentos que se lleren á cabo en cualquier punto del espacio destinado á la experimentación, así como los cálculos y dibujos que se hagan en el encerado ó pizarra y las proyecciones luminosas que aparezcan sobre la pantalla. *c*) Librerias, armarios y vitrinas para colocar y guardar los libros de la biblioteca que debe tener todo laboratorio, los aparatos, instrumentos, máquinas de cálculo, sólidos y superficies geométricos, dibujos, mapas, etc. *d*) Algunos accesorios, como lavabos, colgadores, etc.

MATERIAL DE ENSEÑANZA Y EXPERIMENTACIÓN. — Una pizarra doble, de gran tamaño, de elevación, ó sea corredera verticalmente, compuesta de dos partes ó tableros iguales, uno de ellos cuadriculado (cuadrados de unos 5 cm. de lado). — Una esfera apizarrada, de 1 metro de diámetro, poco más ó menos, giratoria y montada sobre pie de fundición. — Reglas, esquadras, cartabones, compases, reglas articuladas para el trazado de paralelas, transportadores (semicircular, rectangular, modelo *Morin,* etc.) para dibujar en el encerado ó pizarra. — Compás trisector y polisector, elipsógrafo, parabolígrafo, hiperbolígrafo, curvígrafo, pantógrafo, planímetro, aparato divisor de la circunferencia, etc. — Algún modelo de tablillas de cálculo, algún aritmógrafo para efectuar las cuatro reglas fundamentales, algún modelo de máquina de cálculo, algunos modelos de reglas de cálculo, algún modelo de cilindro, círculo y hélice de cálculo, algún modelo de mecanismo ó aparato para la resolución de ecuaciones algébricas. — Un modelo de balanza hidrostática de *Meslin* para la resolución de ecuaciones; un aparato eléctrico de *L. Kann* para la resolución de ecuaciones. — Un aparato ó compendium métrico, con balanza bastante sensible (modelo *Bopp* si otro análogo). — Diversas colecciones de superficies para la demostración de los primeros teoremas del triángulo, pera demostrar la igualdad, semejanza y transformación de las figuras geométricas, asi como para demostrar las fórmulas del area de las figuras poligonales y del círculo (modelos *Koepp* si outros análogos). — Un modelo *Wienecke* para la demostración de los principales teoremas de Geometría plana según el principio del movimiento. — Un aparato indicador movible *Wienecke* para la representación de las funciones y de sus relaciones con las variables. — Un aparato para la demostración intuitiva de las principales relaciones entre las lineas trigonométricas de un arco ó ángulo y las de su com-

plemento. — Un aparato para la enseñanza intuitiva de los quebrados. — Un grafómetro, una escuadra de agrimensor, miras, jalones, plomada, brújula, nivel, etc., para estudios prácticos de Geometría sobre el terreno. — Colecciones completas de sólidos geométricos. — Colección de modelos desarmables para la enseñanza de la Estereometría. — Colección de cuerpos geométricos huecos, de cinc, para la demostración intuitiva de las fórmulas de sas volúmenes y de sus relaciones métricas. — Colección de líneas, superficies y cuerpos geométricos, de alambre, mostrando su generación (modelos del *Dr. H. Wiener*). — Aparato mecánico para colgar y elevar láminas, tablas numéricas, gráficos, mapas, etc. — Trípode de hierro con mesita para colocar modelos y sólidos geométricos y mostrarlos á los alumnos. — Aparato de proyecciones con *epidiáscopo* para proyectar objectos opacos, dibujos, retratos, etc., y *pandiscopio* ó aparato dibujante, y otros accesorios; pantalla, y una colección, lo más completa posible, de diapositivas con retratos de matemáticos ilustres, con copias de las portadas de obras célebres de matemáticas, y con otros asuntos referentes á la Historia de la Matemática, asi como con diseños y fotografías de instrumentos, aparatos, máquinas, etc., de los que no exista modelo en el laboratorio. — Cajas de barras de yeso de diversos colores, portatizas y esponjas, cepillos ó paños para la limpieza de los encerados ó pizarras. — Se dispondrá, tambien, de completo sortido de hojas de papel, cartulina, cartón; de varillas de madera y de metal, de tablas delgadas de madera; de una sierra de marquetería, de alicates, barrenas, tijeras, etc.; goma, hilos, alambres, etc.; estuche de instrumentos de Geometría, y otros acesorios, que sería prolijo enumerar, para la construcción de figuras y sólidos geométricos asi de Planimetría como de Estereometría. — Hojas ó rollos de papel cuadriculado milimétrico.

Los alumnos, además, se proveerán de pizarras manuales con una de las caras cuadriculada, de estuche de instrumentos de Geometría, de lápices, reglas, escuadras, cuadernillos de papel de hilo, carpeta, cartulinas, metro articulado ó cinta métrica, tijeras, tubos de *sinteticón* ó de otra substancia conglutinante, etc., para los cálculos, dibujos y trabajos manuales.

Biblioteca. — Todo *Laboratorio de Matemática* de Instituto tendrá una biblioteca lo mejor surtida que sea posible, no faltando en ella, además de las obras clásicas de los grandes matemáticos y de buenos tratados de Aritmética, Teoría

de los números, Algebra, Geometría, Trigonometría, Geometría Analítica, Geometría Descriptiva, Cálculo infinitesimal, Mecánicas racional y aplicada, Tablas logarítmicas y logarítmico-trigonométricas, Tablas de números primos, Tablas de cálculos, Geometrografía, Metodología, Historia, Filosofía y Pedagogía matemáticas, etc., la notable *Encyclopedie des Sciences Mathématiques Pures et Apliquées* que se publica en Alemania y que actualmente se está traduciendo al francés bajo la dirección de Jules Molk, el *Répertoire Bibliographique des Sciences Mathématiques,* y en particular aquellas obras que se refieran á la especialidad matemática que cultiven los Profesores á cuyo cargo esté el Laboratório que además de servir para la enseñanza de los alumnos, tendrá los elementos que sean estrictamente precisos para las investigaciones científicas á que aquéllos se dediquen, por lo qual no faltarán en la biblioteca dos ó tres revistas de Matemáticas, una del tipo de *L'Intermédiaire des Mathematiciens,* otra de carácter didáctico y pedagógico como *L'Enseignement mathématique,* y otra de índole científica general.

Personal. — El *Laboratorio* funcionará bajo la dirección de los Catedráticos de las clases de Matemáticas á quienes ayudarán el Auxiliar ó Ayudante de Ciencias, cuando el número de alumnos que asistan á los trabajos del laboratorio exceda de treinta. Los Profesores podrán designar á los más aplicados é inteligentes de aquéllos para que les auxilien en su labor docente y de investigación.

Horario. — Dedicadas las horas de la mañana á las clases teóricas de Matemática, podrán destinarse á los estudios de laboratorio una hora á hora y media de la tarde, y en dias alternos. Claro es que sobre estas indicaciones ó ditribución de tiempo han de influir circunstancias locales que no pueden someterse á reglas uniformes y generales.

Algunos trabajos que pueden realizarse en un Laboratorio de Matemática elementar. — Sui ánimo de exponer un programa completo, ordenado y graduado, nos limitamos á esbozar un breve cuestionario de algunas materias que pueden ser objecto de la labor de los jóvenes alumnos de un Instituto General y Técnico español, en un *Laboratorio de Matemática.*

Aritmética. — Cálculo escrito y cálculo gráfico con núme-

ros enteros y decimales. — Abreviación de las operaciones en casos particulares. — Construcción de la tabla de multiplicar en papel cuadriculado. — Estudio de las funcciones, con el papel cuadriculado. — Cálculo de los valores numéricos con formulas más ó menos complicadas. — Descomposición de números en factores primos; determinación de los divisores de un número; determinación del *m.c.d* y del *m.c.m* de vários números. — Construcción de tablas de números primos, de residuos cuadráticos, etc. — Uso y manejo de algún modelo de tablillas de cálculo y de algún aritmógrafo. — Construcción gráfica, en el papel cuadriculado, de cuestiones de Estatística (diagramas, sencillos abacos ó nomogramas, etc. — Cálculo de tantos por ciento y por mil. — Resolución de problemas de Aritmética mercantil. — Aplicaciones del Sistema métrico decimal á las operaciones de medir y pesar (manejo del metro, del litro, de la balanza, etc.) y cálculo de los números métrico-decimales. — Problemas que se resuelven por la correlación de las unidades métricas (pasar de la capacidad al volumen y al contrario; conocido el volumen de un cuerpo, calcular su peso y al contrario; hallar el peso de un cuerpo conocida su capacidad, y al contrario), etc.

Geometría. — Dibujo de figuras geométricas poligonales y circulares. — Recortado, en papel ó cartulina, de dichas figuras. — Construcción, con varillas, de dichas figuras. — Construcción gráfica de ángulos, perpendiculares, paralelas, tangentes, figuras inscriptas y circunscriptas, etc. — Medición con el transportador, de ángulos y arcos circulares. — Construcción de ángulos por medio del transportador, cuando se dan en grados ó en radiantes. — Averiguar experimentalmente el valor de la suma de los ángulos de un triángulo, de un cuadrilátero, de un polígono cualquiera. — Determinación experimental del número π. — Comprobación experimental de la regla relativa á la longitud de la circunferencia, empleando hilos arrollados á cilindros, etc. — Invención de métodos para medir longitudes de curvas. — Construcción de segmentos proporionales (cuarta, tercera y media proporcional). — División de segmentos rectilineos en partes iguales y en partes proporcionales á otros segmentos dados. — Construcción de figuras semejantes (uso del pantógrafo). — Construcción de escalas numéricas y gráficas. — Comprobación de algunas proposiciones relativas á areas, por medio del papel cuadriculado y por cálculo aritmético, midiendo las

lineas y los ángulos. — Representación gráfica de expresiones tales como $(a+b)^2 = a^2 + 2ab + b^2$, $(a+b)(a-b) = a^2 - b^2$, $a^2 = b^2 + c^2$, etc. — Uso del metro: medición de longitudes, distancias, etc. — Determinación experimental de areas de figuras planas irregulares: *a*) por medio del planímetro; *b*) por medio del papel cuadriculado; *c*) pesando una figura recortada en cartulina y comparando su peso con el de un cuadrado, etc. — Construcción de sencillas figuras de Estereometría (rectas y planos perpendiculares, ángulo de recta y plano, ángulos poliedros, etc.). — Estudio elemental geometrográfico de problemas geométricos. — Determinación práctica de areas y volúmenes de superficies y cuerpos geométricos. — Construcción, en cartulina, de pirámides, prismas, cones, cilindros, poliedros regulares, etc., y desarrollo de estos cuerpos. — Determinación experimental del volumen de un sólido de forma irregular, como aplicación del principio de Arquímedes. — Construcción de figuras iguales, simétricas, homotéticas. — Resolución de problemas referentes á la esfera. Trazado de elipses, parábolas é hipérbolas por diversos procedimientos (geométricos, mecánicos, etc.); principales problemas referentes á estas curvas.

Algebra y Trigonometría. — Práctica del cálculo algebraico en general. — Entender cualquier fórmula de modo que se pueda aplicar cuando se den los valores numéricos de las diversas cantidades. — Traducción en fórmula algebraica de una regla expresada aritméticamente. — Planteo y resolución de problemas que conducen á ecuaciones de primero ó segundo grado con una ó varias incógnitas. — Medios de fijar la posición de un punto en un plano (coordenadas cartesianas y polares). — Resolución gráfica de ecuaciones valiéndose del papel cuadriculado. — Estudio gráfico, en el papel cuadriculado, de las permutaciones, variaciones y combinaciones, asi como de las principales propiedades de las progresiones aritméticas y geométricas. — Construcción gráfica de fórmulas ó leyes sencillas de la Mecánica y de la Física. — Descomposición de expresiones algebraicas en factores. — Concepto de derivada: su representación gráfica. — Determinación de casos elementales de máximos y mínimos (representación gráfica). — Calculo de una tabla de logaritmos valiéndose del papel cuadriculado. — Uso de las reglas de cálculo logarítmico. — Uso de las tablas de logaritmos: aplicación á la abreviación de los cálculos. — Aplicación de los logaritmos á problemas de interés compuesto, anuali-

dades, etc. — Definiciones del seno, coseno, tangente y cotangente de un ángulo; determinación de sus valores por métodos gráficos. — Uso de las tablas de senos, cosenos, tangentes y cotangentes, y de las tablas logaritmico-trigonométricas. — Ejercicios y problemas sobre las funciones trigonométricas. — Resolución de triángulos por medio del calculo. — Determinación de distancias y alturas. — Aplicación de la Trigonometría á algunas cuestiones elementales de Cosmografía, Física y Mecánica.

Hermánase muy bien con la índole de los trabajos en un laboratorio matemático, un elemental y oportuno estudio histórico de los métodos, teoremas y simbolismos de la ciencia matemática asi como de los hombres ilustres que más se han distinguido en ella, realizado del modo más gráfico é intuitivo que permitan los medios que se disponga (proyección de retratos, esquemas, diseños, libros clásicos, monumentos, paisajes, etc.). De este modo, además de imprimir á la enseñanza de la Matemática el debido caracter integral que la hace más educativa, se consigue despertar y mantener vivo el interés pedagógico del alumno. Tengamos presentes estas elocuentes y fecundas frases de Maroger: «Cuánto interés despertarían la Aritmética y la Geometría, si se asociase un poco de su historia á la exposición de sus principales teorías, si se asistiese á los esfuerzos de los *Pitágoras,* de los *Platón,* de los *Euclides,* ó, más tarde, de los *Vieta,* de los *Pascal,* de los *Leibnitz?* Los numerosos teoremas en lugar de ser abstracciones muertas y anónimas se convertirían en verdades vivas, humanas, teniendo su historia, como una estatua de Miguel Angel, como un cuadro de Rafael».

Como complemento de los trabajos de laboratorio, es muy conveniente que los alumnos hagan, de cuando en cuando, excursiones al campo para realizar operaciones prácticas de medición de distancias, alturas, areas; división de terrenos, y levantamiento de sencillos planos; asi como que efectúen visitas á talleres y fábricas para que se habitúen á verificar, en medio del estrépito de la maquinaria, oyendo el acompasado ruído del motor, el irregular golpe del martillo ó el estridente de la sierra mecánica, etc., operaciones numéricas y gráficas diversas, relacionadas con los múltiples problemas que constantemente se presentan en las artes mecánicas, en los oficios, etc.

Los Laboratorios de Matemática en las Universidades

Estes laboratorios de Matemática de que estamos hallando deben establecerse tambien, aunque con una instalación adecuada á los estudios superiores, en las Escuelas técnicas especiales y en las Faculdades de ciencias matemáticas de las Universidades.

Como ejemplo de cómo son actualmente dichos centros de estudio é investigación en los establecimientos docentes superiores, citaremos el ya aludido *Laboratorio de Matemáticas* inaugurado en Octubre de 1913 en la Universidad de Edimburgo y puesto bajo la dirección del ilustre profesor E. T. Whittaker, tan conocido por sus trabajos de Análisis y Mecánica, y el establecido en la Universidad de Madrid por el docto matemático D. Luís Octavio de Toledo.

He aquí parte del programa de los trabajos que se habían de realizar durante el curso de 1913 á 1914 en el Laboratorio de Matemáticas de la Universidad de Edimburgo:

Diferencias é interpolación. Cálculo con tablas de logaritmos, de números y de senos. Tablas de senos naturales, de productos, de cuadrados, etc. Solución numérica de problemas trigonométricos.

Soluciones numéricas de ecuaciones lineales. Evaluación numérica de determinantes. Método de mínimos cuadrados.

Desarrollos de funciones en series de Fourier. Métodos de análisis de funciones dadas empíricamente. Análisis de funciones armónicas y esféricas. Evaluación numérica de integrales definidas. Resolución numerica de ecuaciones diferenciales. Cálculos en que intervienen funciones elípticas.

Construcción y uso de tablas de funciones de Legendre, de Bessel, etc.

Construcción de curvas y superficies. Trazado de mapas. Solución gráfica de ecuaciones numéricas. — Soluciones gráfica y mecánica de problemas de trigonometría. Métodos gráficos de integración, etc.

Uso y manejo de instrumentos de cálculo, como reglas de cálculo, aritmómetros, planímetros, integradores y analizadores armónicos.

Para iniciar los trabajos en el *Laboratorio Matemático* establecido, como ensayo, por el Sr. Octavio de Toledo en

la Facultad de Ciencias de la Universidad de Madrid, en Enero de 1914, se disponía en dicho centro de los siguientes instrumentos:

Un aritmómetro Payen (sistema Thomas).
Un aritmómetro, tipo *Dactyle.*
Una regla logarítmica *Richer* de 42 em. de longitud.
Una regla logaritmica *Nestler* de 25 cm. de longitud.
Una regla logarítmica *Nestler* de bolsillo, de 12,5 cm. de longitud.
Una regla logarítmica de bolsillo, modelo arreglado por el capitán de ingenieros de ejercito N. Alcayde.
Seis reglas logarítmicas de Faber, modelo 357_s, de 28 cm. de longitud.
Un aparato para el trazado de elipses.
Un pantógrafo.
Un planímetro cartesiano-tangencial, modelo de D. José Ruíz-Castizo.
Una excelente collección de figuras geométricas
Una colección de diversas tablas logarítmicas.

Los profesores de la Universidad de Madrid, D. Julio Rey Pastor y D. J. Alvarez Ude, organizaron en Febrero de 1917 un *Seminario de Matemáticas elementales,* que tan relacionado está con la índole y organización de los laboratorios matemáticos. El programa de los trabajos emprendidos, puede leerse en las páginas 118 y 119 del número 52 (Abril 1917) de la *Revista de la Sociedad Matemática Española.*

Escuela pedagógica de Perry, ó Método de Laboratorio

Un sistema de enseñanza que se armoniza perfectamente con la índole de estos *Laboratorios de Matemática* es el que empezó á divulgar en Inglaterra, hace más de cuarenta años, John Perry, Profesor de Matemáticas en el Real Colegio Científico de Londres, en el fin de reformar los antiguos procedimientos de enseñanza de dichas ciencias, principalmente de las que tienen por objeto la preparación para los estudios técnicos, creando asi la que ya se puede denominar *Escuela Pedagógica de Perry,* que más tarde penetró en los Estados Unidos de América donde es conocida con el nombre de *Método de Laboratorio.*

Sin detenernos á detallar este sistema de enseñanza que

puede verse extensamente descrito en la obra titulada *La Enseñanza Matemática en las Escuelas Técnicas de Inglaterra,* por D. Luís de Gaztelu, (Madrid, 1013), y sobre todo en la que lleva por título *Matemáticas práticas,* por John Perry, traducida del inglés y anotado por dicho Sr. Gaztelu (Madrid, 1914) sólo indicaremos aquí sus principales características, que son:

1.ª El principio fundamental de esta escuela, consiste en sacrificar el orden lógico en la exposición y la elección de materias á las condiciones psicológicas y á las facultades mentales del alumno, debiéndose, por tanto, elegir materias que despierten interés en al estudiante.

2.ª En la elección de materias ha de tenerse en cuenta la utilidad, procurando enseñar desde el principio sólo cosas útiles, y haciendo ver al alumno, en cuánto es posible, la utilidad de lo que va aprendiendo, mediante aplicaciones oportunas, que contribuyen al mismo tiempo á despertar su interés.

3.ª El orden de exposición, que es uno de los caracteres más importantes de este método, consistirá en enseñar *simultáneamente* y por el mismo Profesor, la Aritmética, el Algebra, la Geometría, etc., que es costumbre clásica ó tradicional enseñar con absoluta independencia y en orden sucesivo. Siguiendo aquél método se procurará fundirlas y hacer ver las íntimas conexiones que existen entre ellas, evitando así repeticiones inùtiles.

4.ª Expurgar la Aritmética, el Aigebra, la Geometría, etc., de multitud de proposiciones parásitas y de demostraciones artificiosas y complicadas, reduciendo aquellas à la exposición de las ideas directivas y de los métodos esenciales, é introduciendo las nociones útiles de función y derivada, así como las ideas fundamentales de la Geometría analítica y del Cálculo integral, muy necesario este último para la obtención de las formulas de areas y volúmenes, que hoy se deducen en la Geometría por procedimientos artificiosos, difíciles de retener y sin constituir un método uniforme.

5.ª Empleo frecuente de los métodos gráficos en la resolución de problemas, y por consiguiente uso sistemático del papel cuadriculado para la representación de funciones.

6.ª Mensuración de lineas, superficies y cuerpos y determinación de sus longitudes, areas y volúmenes por procedimientos experimentales.

7.ª Realización de cálculos numéricos por medio de tablas logarítmicas, reglas de cálculo, etc.

8.ª Combinar las matemáticas abstractas con otras materias (Mecánica, Física, Estadística, etc.) que naturalmente interesen al joven estudiante, de modo que todos los resultados obtenidos por procedimientos teóricos se puedan comprobar experimentalmente en el laboratorio.

El precedente sistema ó método pedagógico de Perry, propio para *laboratorio de Matemática,* no puede sin embargo substituir, totalmente y en absoluto, como algunos pretenden, á la enseñanza teórica, en gran parte, que se da en nuestros Institutos, centros en los cuales es preciso que el alumno se haga cargo del orden lógico y de síntesis científica elemental de la Matemática á fin de que este estudio le sirva de gimnasia ó educación de su inteligencia; se bien es cierto que deben modificarse en plan, orden, extensión é intensidad los programas que actualmente privan en gran parte de los centros docentes de segunda enseñanza en los que deberían tener cabida muchas de las modificaciones que Perry preconiza. Creemos que el desideratum por lo que se refiere á la enseñanya de la Matemática en nuestros Institutos, es simultanear ó acoplar un racional estudio teórico de la ciencia (reformando los actuales programas) con apropiadas y compatibles (en tiempo) prácticas de laboratorio.

Un Instituto Nacional de Matemática

El rápido y colosal desarrollo de los conocimientos especulativos de las ciencias físicas, químicas, mecánicas, etc., en los tiempos modernos, y lo numeroso de sus aplicaciones á las industrias que son base importantísima de la riqueza de los diversos países, fueron causas de que éstos, considerando la deficiencia de los medios y la limitación de los fines asignados hasta entonces á los centros docentes en ellos establecidos, comprendiesen la necesidad de crear, aparte de éstos, grandes instituciones científicas, algunas de ellas de caracter internacional, que sirviesen para satisfacer las nuevas exigencias del progreso científico.

Con este motivo se levantaron magnificas Instituciones que funcionan espléndidamente en Alemania, Inglaterra, Francia, Estados Unidos de América, etc., debidas muchas de ellas á la generosidad é iniciativa particulares. Tales son, entre otros que pudiéran citarse, el *Instituto Imperial Físico-Técnico,* de Berlín; el *National Phisical Laboratory,* cerca de Lon-

dres; el *Instituto Pasteur* y el *Instituto Oceano-gráfico,* en París; la *Smithsonian Institution* y la célebre *The Carnegie Institution of Washington,* en los Estados-Unidos de América, y el *Instituto International de Agricultura,* en Roma.

Por lo que se refiere á la ciencia matemática, es tan vasto y complejo el campo de sus investigaciones, son tan numerosas y variadas las cuestiones que ella trata, que quién desea trabajar en un punto determinado de aquela disciplina, fácilmente se desorienta y extravía en medio de la múltiple, diversa y fecunda actividad de sus modernos adelantos. Síguese de aquí la necesidad de sintetizar los conocimientos matemáticos, ordenándolos y catalogándolos, á la vez que publicando revistas, diccionarios, repertorios bibliográficos é intermediários de los investigadores, y difundiendo, además, las obras de los más ilustres matemáticos, ya poniéndolas al alcance del mayor número de hombres estudiosos, ya traduciendo al idioma patrio las clásicas y originales escritas en lengua muerta ó extranjera.

Pero ésto no basta. Aun con estos medios, la tarea del matemático resulta hoy más ardua que nunca. Se acumulan continuamente los materiales, los descubrimientos se suceden con rapidez tal, que resulta ya imposible para un hombre sólo el abarcarlos todos en su mente.

Más lo que verdaderamente se hace irrealizable á un individuo aislado, no debe en modo alguno desalentar los esfuerzos comunes. I este sentimiento de la insuficiencia individual ante la colosal labor que incumbe en los tiempos actuales á la ciencia, fué el que inspiró, por lo que atane á la filosofia, la creación de la Escuela de Santo Tomás de Aquino en la Universidad de Lovaina, según se expresa en las siguientes palabras sacadas del informe sobre los *Etudes supérieures de philosophie,* presentado al Congreso de Malinas en 1891: «Puesto que el esfuerzo individual se siente ya impotente ante el anchuroso campo de la observación, que se amplía más y más, conviene suplir por la asociación la insuficiencia del operario aislado, y que los hombres del análisis y de la síntesis se agrupen para constituir, con su trato diario y acción común, un cuerpo apropriado al desarrollo armónico de la ciencia y de la filosofia».

Este mismo sentimiento movió, sin duda, la generosidad de los esposos Mittag-Leffler, apellido de elevada jerarquía en la ciencia matemática, al disponer en su testamento que todos sus bienes fuesen destinados, después de su muerte, á la fundación y sostenimiento de un centro de alta investi-

gación científica, de un Instituto Matemático, que tuviese por modelo al Instituto Pasteur, de París, y que fuese, por tanto, diferente de una Universidad ó de una Academia.

Si en los siglos pasados pudo el esfuerzo individual hacer ciencia y acumular materiales que sirviesen para la labor de los futuros investigadores, este esfuerzo es hoy impotente, y se impone necesariamente la asociación de los cultivadores del saber.

Pero esta necesidad de la asociación para emprender los trabajos y estudios científicos no dimana solamente del dilatado campo de los conocimientos humanos y en particular, de los matemáticos; tiene tambien su causa en que la Matemática, como otras disciplinas del saber ya no se puede estudiar en abstracto y, como en pasados tiempos, en la soledad del gabinete y de una manera teórica: se hace necesario recurrir á la observación, á la experimentación, á la comprobación, valiéndose para ello de aparatos, de instrumentos, de máquinas, de laboratorios, en fin, que no están al alcance de la capacidad intelectual y económica de un sólo individuo, y que necesitan, por consiguiente, la colaboración que nace de la asociación de las actividades aisladas.

Satisfacese, en gran parte, esta necessidad de la asociación de los cultivadores del saber, estableciendo, segun ya hemos dicho, laboratórios de matemáticas como dependencias anexas á las Universidades, Institutos de segunda enseñanza, etc., para que en ellos, profesores y alumnos distinguidos y estudiosos trabajen mancomunadamente. I Pero además se estos laboratorios distribuídos adecuadamente por toda la nación, se hace indispensable un *Instituto Nacional* ó centro general de investigación que aune todos los trabajos, en el que estén reunidos y relacionados convenientemente todos los medios de investigación matemática y al que en un momento dado pueda acudirse, ya para conocer lo que se ha hecho sobre tal ó cual materia, ya para aprender á trabajar en determinado ramo de la ciéncia matemática, ya, en fin, para buscar ó encontrar alli materiales preparados que permitam á uno seguir con fruto una investigación original; constituyendo también dicho organismo un foco de donde irradien impulsos, entusiasmos y medios que difundan la cultura matemática pof todos los ámbitos de la nación.

Estos fines los cumpliria un *Instituto Nacional de Matemática* que dispusiese de todos aqueles medios que estuviesen en consonancia con la inmensa amplitud y variados aspectos que la ciencia de la cantidad presenta al hombre de estudio,

ciencia que como sabemos abarca, no sólo las diversas ramas de la Matemática pura (Aritmética, Algebra, Análisis, Geometria) y de la Matemática aplicada (Mecánica, Física matemática, Geodesia y Geofísica, Astronomia, etc.), sino tambien las numerosas cuestiones que brotan del estudio filosófico de la ciencia, ó *Filosofia de la Matemática,* del de su *Historia,* así como las que se refieren á la *Pedagogia* y *Didáctica* Matemáticas, á la *Nomenclatura* y *simbolismo* de esta ciencia (que conduce á la confección de diccionarios biográficos y bibliográficos, vocabularios técnicos, etc.), y por fin, todo lo referente al estudio y construcción del material de ensenanza y de investigación y aplicación prácticas.

La Institución matemática en que nos estamos ocupando, se compondría, por consiguiente, de diversas dependencias, de las que, tales como las concebimos, diremos breves palabras.

A) *Gabinetes-laboratorios* de: Aritmética y Teoría de los números; de Algebra y Análisis; de Geometría; de Mecánica; de Física matemática; de Geodesia y Geofísica; de Astronomía; de Investigación histórica; de Investigación filosófica, Síntesis científica y Crítica matemática; de Sistematización científica ó Metodología, Didáctica y Pedagogia matemáticas.

Unidas á los gabinetes-laboratorios de Investigación histórica y filosófica, asi como á los de Metodología, Didáctica y Pedagogía matemáticas, existirían aulas en las que se explicarían cursos completos de dichas materias.

Tambien podrían crearse cátedras de las demás ramas de la Matemática que formando parte de los correspondientes gabinetes-laboratorios constituirían en conjunto y sometidas á un plan de estudios, una completa Facultad de Ciéncias exactas que podría conferir títutos de astrónomo, ingeniero geodesta, ingeniero matemático, etc., á los alumnos que, previa matrícula, asistiesen á dichas cátedras teorico-prácticas.

B) *Talleres mecánicos.* — Anexo á los gabinetes-laboratorios habría una dependencia provista de maquinaria, instrumental y herramientas adecuadas, y con instalaciones de luz y energía electricas, agua, gas, aire comprimido, etc., en la que los investigadores, secundados por personal competente, pudieran construir modelos, aparatos, máquinas é instrumentos matemáticos, asi como todo género de artefactos relacionados con los descubrimientos ó inventos que se realicen en el campo de la Matemática pura y aplicada.

C) *Biblioteca.* — Dependencia importantísima en la que deberían figurar todo género de obras de Matemáticas, antiguas y modernas, especialmente las clásicas; láminas, dibujos, grabados, mapas, tablas, etc., directa é indirectamente relacionados con la ciencia matemática.

D) *Sala de revistas.* — Como sección anexa á la Biblioteca existiría una sala destinada á exhibir las principales publicaciones periódicas de Matemáticas y sus aplicaciones, nacionales y extranjeras, clasificadas y dispuestas convenientemente para poder ser consultadas con facilidad y fruto.

E) *Museo.* — Una dependencia muy interesante de la *Institución,* sería el *Museo.* En él se establecería una exposición permanente de instrumentos, modelos, aparatos, etc., matéráticos, antiguos y modernos y de algún valor histórico; material para la enseñanza de la Matemática; objetos que han pertenecido á célebres matemáticos españoles y estranjeros; trabajos notables hechos por los alumnos ó personal del *Instituto* (ó copia de ellos, que quedarían archivado en el Museo), etc.

No es necesario encarecer la importancia que tienen los Museos en el estudio de las ciencias: ellos aportan datos interesantes á los investigadores; facilitan, aclaran ó completan la labor del historiador, y constituyen un perenne pregón del esfuerzo de la inteligencia humuna que sirve de modelo, de guía y de estímulo.

F) *Iconoteca.* — Anexa al Museo, ó independiente de él, podría establecerse una sala donde se expusiesen los retratos, estatuas, bustos, mascarillas, etc., de los matemáticos de alguna nombradía, pues esto proporcionaría datos para estudios de biografía, de psicologia experimental, etc., aparte del homenaje que dicha exposición constituye ya por si sola.

G) *Salón de conferencias.* — A fin de difundir la ciencia, despertar emulaciones, levantar el nivel científico de la patria y dar vida externa y realce al *Instituto Nacional de Matemática,* se celebrarían, con la mayor periodicidad posible, conferencias y cursillos de divulgación ó vulgarización científico matemática, ó mejor aun, cursos intensivos superiores, que estarían á cargo de matemáticos especialistas españoles y extranjeros. Con este fin existiría un amplio Salón capáz para numeroso auditorio, y en el que se pudiese

disponer del material necesario para dichos actos (grandes tableros, encerados ó pizarras, pantalla blanca, aparatos de proyección, epidiáscopo, aparatos para escribir y proyectar simultáneamente cálculos y figuras, etc.).

H) *Pedagogium matemático experimental.* — En el *Instituto Nacional* tendría preferente cabida un departamento ó dependencia de grande importancia y beneficio: nos referimos á una sección, directamente dependiente del Gabinete-laboratorio de Metodología, Didáctica y Pedagogía matemáticas, que constaría de diversas cátedras convenientemente dotadas de profesorado competente y de adecuado material de enseñanza, en las que se estudiarían con detenimiento y de un modo experimental, los diversos métodos de enseñanza de la Matemática, desde las nociones más rudimentarias (enseñanza de párvulos), hasta las materias de ciencias exactas propias de la segunda enseñanza, compulsando procedimientos, condiciones y modos de exposición; determinando la materia, en cantidad y calidad, que han de contener los programas ó cuestionarios de los diversos grados y centros de la enseñanza; estudiando el más adecuado material para dicha enseñanza, las condiciones didácticas de los libros, la higiene del estudio de la ciencia matemática, etc.

Para conseguir estos fines y como sujeto de estudio y experimentación, concurrirían á dichas aulas un número limitado de alumnos, que se fijaría de antemano para cada cátedra, que podrían cursar diversas materias de la ciencia matemática préviamente arregladas á un plan de estudios, al término de los cuales obtendrían certificado de aptitud con validez académica en otros centros docentes oficiales.

Unido al *Pedagogium matemático experimental* y para conseguir el mayor acierto en los resultados de estas prácticas de pedagogia, didáctica y metodología matemáticas, existiría un gabinete de *antropometría pedagógica* en el cual se formaría la *ficha escolar* de cada alumno.

Al mismo departamento estaría encomendada la labor de redactar y publicar manuales de Pedagogia de la Matemática así como las innovaciones que habrían de establecerse en el plan de estudios de la Faculdad de Ciencias exactas en las Universidades españolas, para que la carrera de licenciado en esta facultad responda al caracter docente que principalmente debe tener.

I) *Gabinete de bibliografia, biografia, nomenclatura y sim-*

bolismo matemáticos (confección de diccionarios biográficos, técnicos; vocabularios matemáticos, etc.).

J) *Oficina de redacción* de las Revistas ó Boletines del *Instituto* y del Anuario matemático.

K) *Sala de dibujo y proyectos.*

L) *Locales para despachos y oficinas* del personal técnico ó facultativo (dirección, secretaria, sala de juntas, etc.); locales privados para el personal administrativo y subalterno; diversas otras dependencias como conserjería, portería, etc.

M) *Oficina de información técnica* y de correspondencia.

Omitimos otros muchos datos, que carecen de importancia por el momento y que no encontramos pertinentes en un trabajo de la índole del presente, referentes al *Instituto Nacional de Matemática,* como son: planos y prempuesto del edificio central y pabellones, menaje y mobiliario de las diversas dependencias, maquinaria y herramientas de los talleres, material científico de los gabinetes, cátedras y laboratorios, cuadros de enseñanza, funcionamiento del *Instituto,* personal técnico y docente, administrativo y subalterno, rentas y recursos para el sostenimiento de la Institucion, etc.

No es la investigacion científica en sí el principal beneficio que reportaría la fundación y funcionamiento del *Instituto Nacional de Matemática,* sinó el aprendizaje que en él realizarían los jóvenes estudiantes y los licenciados y doctores recién salidos de las aulas universitarias, muchos de ellos futuros profesores, al ver trabajar á los maestros en la técnica de la investigación matemática y adiestrarse de este modo en el manejo de los medios de que se puede valer en sus inventos y descubrimientos el sabio moderno.

A fin de estrechar más los lazos de solidariedad y de recíproco apoyo entre los investigadores, profesores y alumnos, sería muy conveniente la creación en el *Instituto* de una *Asociación de investigadores* similar á la que constituyen los *Research Associates* del Instituto Carnegie.

Al frente de la Institución, y constituyendo su junta de gobierno, existiría un comité de matemáticos que tendría á su cargo la dirección de este organismo, que por medio del personal técnico correspondiente contestaría á todas las preguntas que se le hiciesen sobre la Matemática en sus múltiples aspectos; para lo cual, además de disponer el *Instituto*

de todos los medios modernos de información, estaría el comité en constante relación con los más eminentes matemáticos especialistas del mundo. Para disfrutar de los beneficios de este negociado de consultas técnicas sería preciso estar asociado á la Institución, subscripto á alguna de sus revistas y satisfacer la cuota anual correspondiente.

En el Gabinete-laboratorio de Investigación histórica funcionaria una comisión permanente dedicada exclusivamente al estudio de la Historia de la Matemática en los paises ibero-americanos, haciendo acopio de datos biográficos, bibliográficos, etc., ordenándolos y catalogándolos para aquél fin.

Tal es, expuesta prolijamente en parte, y en parte á grandes rasgos, y omitiendo quizás, aunque involuntariamente, algo que no se nos alcanza ó que se nos haya escapado al correr de la pluma, la idea ó proyecto de un *Instituto español de Matemática* cuya implantación podría intentarse si se la cree útil, como pensamos, para elevar el bajo nivel de la cultura matemática en España. I mientras no llega el momento de establecerla en su totalidad y con la amplitud con que queda descrita, mediten los que están moralmente obligados á ello, sobre la posibilidad de llevar á la práctica y utilizando organismos ó centros ya existentes en nuestra patria, parte más ó menos grande del programa que queda bosquejado por el más modesto de los trabajadores de la Matemática en España.

DAVID FERNÁNDEZ DIÉGUEZ,
Catedrático de Matemáticas en el Instituto General y Técnico de La Coruña (España).

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 3, pag. 150)

CAPÍTULO XIV

O Milagre de Ourique

Outra tradição piedosa e interessante, rememorada sempre pela alma portuguesa, em todas as crises mais graves da sua vida nacional, como paládio da independência da pátria e penhor do favor divino, entrelaça-se também no feito de Ourique, consagrando-lhe a celebridade com o brilho incomparável que irradia do milagre.

Trata-se do aparecimento de Nosso Senhor Jesus Christo, na cruz, ao príncipe dos portugueses, pouco antes de se travar a batalha.

Quando depois de dispostas as atalaias e ordenadas outras providências para segurança do arraial cristão, na véspera do temeroso encontro, D. Afonso Henriques recolheu à sua tenda, ao anoitecer, para repousar de um dia encalmadissimo, de rudes canceiras, mostrava-se sombrio e esquivo. As suas tropas tinham encarado mal a superioridade muito sensível das fôrças inimigas, e alguns dos principais capitães induzidos pelo desalento, afoitaram-se a demovê-lo do propósito da investida. Foi repelido o aviso, mas o sentimento das complexas responsabilidadés da emprêsa e a tortura da dúvida sôbre um êxito sôbremaneira dificil, agravada com o reconhecer o frouxo entusiasmo da sua gente para a grande luta que ia empenhar, traziam o príncipe irritado e rebelde ao descanso. Tentou linitivo na leitura da *Biblia,* e logo ao abri-la, se lhe depara a passagem referente à célebre vitória

de Gedeão (1), o qual com trezentos soldados apenas, venceu os quatro reis madianitas e destruiu seus exércitos, passando à espada cento e vinte mil homens. Pareceu-lhe feliz augúrio o achado, e com o ânimo mais refeito, deixou-se adormecer suavemente. Apresentou-se-lhe, então, em sonhos, um velho de aspecto respeitável, a adverti-lo de que se mantivesse corajoso, confiante e mui ledo, porque triunfaria no combate contra os infieis; e por testemunho de quanto era amado e favorecido por Deus, ser-lhe-ia dado, em breve, ver com os seus próprios olhos, o Salvador do mundo. Veiu interromper-lhe o sôno o seu camareiro João Fernandes de Sousa, participando a chegada de um fuão, já decrépito, que requerera audiência para expôr negócio de gravidade. Admitiu D. Afonso o deconhecido e mal o lobrigou, reconheceu nêle o mesmo indivíduo venerando que instantes antes o procurara no sonho. E, agora, realmente ouve-lhe as mesmas palavras, acrescentando o santo mensageiro num tom profético e comovido: «Sois particular mimoso de Deus, & sobre vos & vossos decẽdentes tem póstos os olhos de sua misericordia, até a décima sexta géraçã, na qual se deminuirá vossa decẽdencia, & nella assi diminuida & quasi extincta, pora elle os olhos, & verá o q̃ mais lhe conuẽ». Ainda avisou o príncipe, de que pela alta noite, quando sentisse tanger o sino da sua ermida, saisse fora ao campo, pois Deus lhe queria mostrar a grandeza da sua misericordia. Retirou-se o ermita, e Afonso «poz hos jiolhos em terra» e permaneceu longo tempo orando, com grande Fé e piedade, até que vencido pela fadiga, entrou a dormitar. Era uma hora ante-manhã quando dispertou ao anunciado repique do sino; embraça o escudo, cinge a espada e sáe da tenda. Está esplêndida a noite de julho, morna, serena, brilhante, sob o soberbo lampadario de estrelas. Reina um silêncio solene no campo dos nazarenos. Tudo repousa, sob a guarda das atalaias, plantadas por toda a orla do arraial. O nosso herói «tão desacompanhado de gente, como acompanhado de esperanças e fé em Deus», afasta-se um pouco do acampamento, e erguendo o olhar para o céo, enxerga da banda do Oriente, um resplendor formosissimo que pouco a pouco se engrandece e ganha em brilho, a meio do qual se destaca a Cruz e nela prègado o Redentor. Grupos de anjos em figura de

---

(1) *Biblia Sagrada. Novo Testamento. Livro dos Juizes,* cap. VI, VII, VIII.

mancebos, trajando vestiduras alvíssimas e resplandecentes, formavam o cortejo do Rei dos Reis, escalonados em redor da sua Divina Majestade. A visão é esplêndida, deslumbradora! E o príncipe, deslumbrado e reverentissimo, cheio de santo temor, prosta-se em terra, e com muitas lágrimas, começa a rezar ao Cristo pelos seus vassalos, e numa grande humildade, grato e confundido por tão singular mercê, exclama: «Senhor, a hos Ereges, a hos Ereges faz mister appareceres, que eu sem nhuma duvida creyo, e espero em ti firmemente». O Senhor então, com suave entono, falou assim: «Não te apareci deste modo, para acrescentar a tua fé, mas para fortalecer teu coração nesta empresa, & fundar os principios do teu Reyno em pedra firmissima. Tem confiança, porque não só venceras esta batalha, mas todas as mais que deves aos inimigos da Fé Catholica. Tua gente acharas prompta para a guerra, & com grande animo pedirte ha, que com titulo de Rey comeces esta batalha; não duuides de o acceitar, mas concede livremente a petição, porque eu sou o fundador, & destruidor dos imperios do mundo, & em ti, & tua geração quero fundar para mi hum Reyno, por cuja industria será meu nome notificado a gentes estranhas. E porque teus descendentes conheção de cuja mão recebem o Reyno, comporas as tuas armas do preço com que comprei o genero humano, & daquelle porque fui comprado aos Iudeos, & ficará este Reyno santificado, amado de mi pella pureza da Fé & excelencia da piedade». De novo se prostra em terra Afonso Henriques, e adorando a Deus, com a mais enternecida devoção, exora-o a que ponha os olhos misericordiosos em os seus sucessores, conserve livre de perigos a gente portuguesa e a poupe a castigos, destinando-os antes a êle e aos seus descendentes. Deferiu a Divina Bondade a prece, prometendo que nunca desviaria dêle nem dos seus snbditos os olhos de sua misericórdia, «porque os escolhera por segadores seus, pera de terras longissimas lhe trazerem novidades & almas para a gloria» (1). E a visão sumiu-se.

O primeiro vestígio desta pia lenda encontra-se no já citado monumento coevo (2), *Vita Sancti Theotoni.* Ali se atri-

---

(1) Fr. Bernardo de Brito, *Chronica de Cister*, liv. III, cap. II.

(2) Escreve Herculano: «A Vida de S. Theotonio, escripta no seculo XII, porque o author falla do santo como de pessoa com quem elle ainda tratou, é um dos monumenros com mais certeza contemporâneos do successo». (*Historia de Portugal*, tom. I, nota XVI, fl. 483).

bue a vitória de Ourique, ganha contra «cinco reis pagãos» acompanhados por «innumera multidão de barbaros», a auxílio divino. O texto è claro: «devicit auxilio sibi facto divino» (1).

Na carta de Lucio II (2) para D. Afonso Henriques, em que aquele pontífice lhe aceitava a homenagem oferecida a Inocêncio II, bem como a promessa do pagamento de um censo anual à Santa Sé, anota-se uma frase que se poderia tomar como referência à aparição. Tratando de Portugal, escreve o papa: «terram tibi a Deo commissam» (3).

O douto e severo escritor D. Fr. Manuel do Cenáculo (4), descobriu no cartório da Câmara de Evora, uma Crónica manuscrita dos Reis de Portugal, elaborada, conforme o seu juizo, no tempo de D. Afonso IV, onde se menciona o prodigio (5), e acrescenta: «depois que os Reys foram vencidos, ElRey Dom Affonso de Portugal por memoria do qual acontecimento que Deos dera trouve por armas cinco escudos, por aquelles sinco Reys, e poseos em Cruz, por membrança da Cruz de nosso Jesus Christo em que lhe apparecera».

Quando se planeava a Conquista de Ceuta (1415), pediu D. João I, aos seus confessores Fr. João de Xira e Dr. Vasco Pereira, que o esclarecessem sôbre se seria da vontade de Deus, intentar a conquista daquela cidade africana. Na resposta dada pelos dois consultores, estirado e campanudo documento, inserto na *Chronica* de Azurara (6), alude se à

---

(1) Apud *Scriptores*, vol. I, fl. 86.

(2) Datada de S. João de Latrão, em 1 de maio de 1144. (*Quadro Elementar*, tom. IX, fl. 9).

(3) Encontra-se esta carta no Arquivo do Vaticano, no Regesto de Inocêncio IV, ano 6.º, fl. 364. A cópia dêste documento foi remetida ao nosso Arquivo Nacional, pelo Visconde da Carreira, em 1841. Tambêm se encontra cópia da mesma carta em *Symicta Lusitanica*, tom. 44, fl. 29.

(4) *Cuidados Litterarios*, fl. 368.

(5) «De Santarem passou (D. Affonso Henriques) o Tejo ata o Campo de Ourique onde achou a ElRey Ismar que a essa sazom era Rey da Estremadura com cinco Reys que o vinham buscar sabendo o grão dano que lhe fazia em sa terra e entrou com elles em batalha no lugar que se chama Crasto verde e vençeos e matou e prendeo a mor parte delles porque nosso Senhor Deos lhe apareceu e assy lhe disse e desde enton se chamou Rey de Portugal...». — Por ter desaparecido êste valioso manuscrito do Cartório da Câmara de Évora, não é motivo suficiente para julgar que não tivesse existido; tanto mais que o autor que o compulsou e cita, pela sua sciência e pelo seu caracter, era incapaz de uma fraude.

(6) Gomez Annes de Azurara, *Chronica DelRey D. Joam I*, parte III, cap. X, fl. 28.

miraculosa origem da bandeira das Quinas, em termos pelos quais se subentende que a tradição visada, era já naquela idade largamente conhecida (1).

---

(1) Depois de contar os milagres que Deus fez «aquelle bom Remigio Rey, que prometeo os votos ao Apostolo Santiago» e a el-rei D. Afonso VIII de Castela, na célebre batalha das Navas de Tolosa, pondéra assim: «Mas para que lembro eu, mui excellente Principe, outros nenhus Reis nêm Senhores, pois temos ante nossos olhos a memoria do mui notavel, fiel e Catholico Christão ElRei D. Afonso Henriquez, cujas reliquias tratamos antre nossas mãos. Vede, Senhor, os signaes que trazeis em vossas Bandeiras, e perguntai, e sabei, como, e per que guiza foram ganhados: os quaes certamente de todalas partes mostrão a Paixão de Nosso Senhor Jesus Christo, per cuja reverencia e amor o bemaventurado Rei offereco seu corpo em o Campo d'Ourique vencendo aquelles cinco Reis, como vossa merce sabe». — Os dois milagres referidos oferecem grande parentesco com o de Ourique. Na véspera da batalha de Clavijo, promovida pela recusa dos cristãos ao pagamento do odioso tributo das «cien Donzellas de las mas hermosas», que os moiros lhe haviam imposto, o bom rei Remigio ou Ramiro, fatigado de sismar em «muchas cosas, y muy cuydadoso del peligro de la gente Christiana», pois o inimigo vinha «con muchedumbre de gente y con gran denuedo», deixou-se adormecer. Apareceu-lhe então, em sonhos, S. Tiago, animando-o e confortando-o, dizendo-lhe entre outras palalavras as seguintes: «Esfuerçate, y ten mucha confiança, que por cierto yo sere en tu ayuda, y en la mañana con el poder de Dios vençeras la inumerable muchedumbre de los Moros que te tienen cercedo. Pero muchos de los tuyos (á los quales está ya apareada la holgança èterna) recebiran en esta batalha corona de Martyrio. Y porque sobre esto no aya lugar de dudar, vosotros, y los Moros me vereys manifiestamente en un Cauallo blanco de blanca, y grande fermosura, y terne vn Pendon blanco, y muy grande». Mais lhes disse que ao alvorecer cuidassem todos de suas almas, confessando-se, comungando e ouvindo missas, e ao depois arremetessem contra os moiros «lhamando el nombre de Dios y el mio». Remigio dispertando, deu conta da visão aos prelados e principais do seu exército, e cumpridas as piedosas instruções afoitaram-se à investida. O Santo Apóstolo honrou a sua palavra. Montado no seu cavalo branco como a neve, veiu tomar parte na refrega, descarregando com a sua espada brilhante, terríveis golpes sôbre os infieis. Sôbre êste curioso assunto, veja-se a *Historia del Apostol de Jesus Christo Sanctiago Zebedeo Patron y Capitan General de las Españas*, por Don Mávro Castella Ferrer, liv. III, cap. VIII, fl. 255, e nos capítulos seguintes, tratando no XIII, fl. 273, dos «graves avtores antiguos y modernos que afirman la batalla de Clauijo, aparicion y triunfo de nuestro Patron Santiago en soccorro del Catolico Rey de España don Ranimiro Primero». — Outro critério sôbre o prodígio, manifesta Sandoval num curioso livro intitulado: *Historias de Idacio Obispo e de outros prelados espanhoes, nunca hasta agora impressos, con otras notas tocantes a estos historas y Reyes dellas, recogidas por Don Fray Prudencio de Sandoval*, fl. 182. — Na célebre batalha das Navas de Tolosa (julho de 1212), pelejada por Afonso VIII, de Castela, contra Muhammed, califa dos Almohades, o triunfo das armas cristãs atribuiu-se a favor divino. Segundo resa a tra-

Em uma carta de lei, de D. Afonso V, com data de 20 de setembro de 1447, favorecendo os eclesiásticos sôbre a posse de bens de raiz, tambem se anotam frases refletindo a crença na fundação miraculosa do reino de Portugal (1).

No *Codice 79,* da Biblioteca Pública do Porto, que pertenceu ao Convento de Santa Cruz de Coimbra, vem uma resumida crónica dos reinados de D. Afonso Henriques e de D. Sancho I, sob a designação: *Esta he a arenga que fezerom em Lixbõ quando fezerom as festas aa emperatriz filha delrey dom eduarte* (2). O título indica a data do escrito. Foi em agosto de 1451 (3) que se realizaram na capital magníficas festas (4), celebrando o enlace da infanta D. Leonor (5) com Frederico III, *o Pacífico,* imperador da Alemanha e rei (6) dos Romanos. No citado manuscrito lê-se o seguinte trecho: «E assy pellegou e uenceeo cinquo rex mouros no campo douryque omde lhe apareceeo noso Senhor ihesu christo posto em a cruz. Por cuiya e semelhança do diuinal misteryo pos em seu escudo as armas que ora trazem os Reys de portugal».

---

dição, antes de romper o combate, viu-se no céo uma grande cruz luminosa que se tomou por feliz augúrio da vitória. Escreve Gonçalo Argote de Molina, no seu livro *Nobleza de Andaluzia,* que em memoria desta batalha tomaram por armas a cruz milagrosa floreteada muitas familias de Espanha, e os Pereiras de Portugal, por se achar naquela empresa o Conde D. Rodrigo Forjaz. Fr. Antonio Brandão na *Monarchia Lusitana,* tom. IV, liv. XIII, cap. III, e o Chantre Manoel Severim de Faria, nas *Noticias de Portugal,* discurso III, § VI, tambêm tratam dêstes casos heráldicos.

(1) «... e entre os Principes do mundo quaes são a Deos mais obrigados que os Reis de gloriosa memoria, de quem nós descendemos; que estes reinos, que por graça de Deos possuimos, por elle *maravilhosamente* lhe foraõ dados...». (*Monarchia Lusitana,* parte VIII, liv. XXII, cap. XIX).

(2) *Portvgaliæ Monvmenta Historica. Scriptores,* vol. I, fl. 23.

(3) Ruy de Pina, *Chronica do Senhor Rey D. Afonso V,* cap. CXXXI, fl. 440, apud *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza,* tom. I.

(4) *Idem,* fl. 443. — Nicolao Lanckmano de Valckenstein, *Historia Desponsationis Frederici III cum Eleonora Lusitanica,* apud *Provas de Historia Genealogica da Casa Real Portugueza,* tom. I, fl. 601. Neste mesmo tomo, fl. 633, veem as cartas que D. Lopo de Almeida, ao depois Conde de Abrantes, enviou de Roma e outras terras a El-Rei D. Afonso V, quando acompanhou a imperatriz que seguiu para os estados de seu marido.

(5) *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza,* tom. II, fl. 553.

(6) «que entam se chamava Rey dos Romaaõs». (Ruy de Pina, *loc. cit.,* fl. 440.

Vasco Fernandes de Lucena (1), na oração de obediência que proferiu perante o Papa Inocêncio VIII (1485) (2), já enfeita mais o sucesso, e é o primeiro a informar-nos de que D. Afonso Henriques cheio de Fé e vibrante de entusiasmo religioso, «sem se aterrar nada com tão estupendo milagre, passou a fallar assim ao Senhor: Que não era necessário que Elle Jesus Christo apparecesse a um homem que firmis-

---

(1) Vasco Fernandes de Lucena, filho de Fernão Vasques de Lucena, era natural da vila de Lucena, província de Andaluzia. Veiu para Portugal com seus irmãos, no reinado de el-rei D. Duarte, e casou aqui nobremente com D. Violante de Alvim, filha de João Lopes de Azevedo, senhor de Aguiar de Pena, cuja descendência continuou com esplendor até ao século XVIII, terminando na pessoa de Marco Antonio de Azevedo Coutinho, secretario de estado dos negócios estrangeiros e da guerra no tempo de D. João V. Tendo êste fidalgo falecido sem sucessão, passou o morgado dos Lucenas para Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro marquês de Pombal. Foi Vasco Fernandes de Lucena, jurisconsulto, do Conselho e Desembargo dos reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, Chanceller da Casa do Civel, Cronista-mór do reino e Guarda-mór da Torre do Tombo. D. Duarte enviou-o ao Concílio da Basilea, em 1435; orou nas côrtes de Torres Novas, em 1438, e também nas de Évora, em 1481. Foi aquela oração mui louvada por Ruy de Pina. (*Chronica de D. Affonso V*, cap. XI), que a julgou «muito elegante, e cheya de muy doces palavras, e grandes sentenças»; e esta, elogiada por Resende (*Chronica de D. João II*, cap. 25), como «muy bem feita e conforme ao caso». Morreu em 1499. Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana* (tom. II, a fl. 772), diz dêle: «foy hum dos Varoens mais famosos da sua idade assim na profundidade da litteratura, como na elegancia da frase com qne se explicava». Alêm dêste escritor e de Inocêncio (*Diccionario Bibliographico*, tom. VII, fl. 401), consulte-se sôbre a biografia de Lucena: *Portuguezes nos Concilios Geraes*, fl. 50, e *Novos testemunhos da apparição de Christo a D. Affonso Henriques*, fl. 11, por Antonio Pereira da Figueiredo; *Dissertação historica e critica para apurar o Catalogo dos Chronistas móres*, por Fr. Manuel de Figueiredo, a fl. 14; *Memorias autenticas para a Historia do Real Archivo*, por João Pedro Ribeiro, fl. 58, etc.

(2) «Neste anno estando elRey em Setuuel, lhe veyo recado como era falecido o Papa Xisto quinto, e assi da noua criação do Sancto Padre Innocencio oitavo, por seu breue. A que logo ordenou mandar sua acostumada obediencia, e lhe mandou com ella por embaixadores dom Pedro de Noronha seu mordomo mor, e commendador mor da ordem de Santiago, e o doutor Vasco Fernandez de Lucena do seu conselho, grande letrado, e muyto bom orador, e Ruy de Pina por secretario e muytos fidalgos, e caualleiros, e muy honrada companhia, e forão por terra ate Roma, onde forão muyto honradamente recebidos de toda a corte do Roma, e a obdiencia foy dada em consistorio muy solenemente por ho doutor Vasco Fernandez, que fez hũa muyto elegante oração com grandes e verdadeiros louuores do Papa dos Reys de Portugal». (Garcia de Resende, *Chronica dos valerosos e insignes feitos del Rey Dom Joao II*, cap. LVIII).

simamente cria na sua Divindade: Que antes se mostrasse aos Hereges, e a todos os que viviam apartados da verdadeira Religião». Êste discurso (1) notável, foi pronunciado no Consistório Público, solenissimo, em que o pontífice, rodeado pela sua Cúria, recebeu a embaixada de obediência de D. João II, composta, alêm do orador, por D. Pedro de Noronha que a presidia, tendo por secretário o ao depois célebre cronista Ruy de Pina, acompanhado de muitos fidalgos e cavaleiros. Tambêm assistiu à ceremónia o advertido cardial de Alpedrinha, D. Jorge da Costa (2), a êsse tempo já muito considerado na Côrte romana (3), onde, anos antes,

---

(1) «Desta Oração sei eu hum Exemplar impresso em letra Gothica, que não apontava nem o lugar, nem o anno da impressão. Era do Doutor Nicolao Francisco Xavier da Silva, Bibliothecario do Senhor Infante D. Antonio, e Socio da Real Academia da Historia Portugueza, que o emprestou no anno de 1749 ao M. R. Padre Bernardo Lopes da Congregação do Oratorio.... Por ordem delle no ditto anno tirei eu huma copia da minha letra, apontando á margem o como se devião emendar varios erros typograficos que hião no corpo e erão claros». (Antonio Pereira de Figueiredo, *Novos testemunhos da Milagrosa Apparição de Christo Senhor Nosso a El-Rei D. Affonso Henriques antes da famosa batalha do Campo de Ourique*, fl. 12). — Fr. Fortunato de S. Boaventura, escreve no seu *Diccionario dos homens ilustres de Portugal que floreceram em Italia, com um juizo sobre as suas obras*: «Esta oração que mereceu grandes applausos foi estampada em Roma, e no proprio anno em que foi recitada; o que é indicio vehemente de que é rarissima em Portugal; e eu assim o creio, porque tendo examinado por muitas vezes os catálogos das melhores livrarias do reino, sómente na do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra achai um exemplar em 4.º caracter gothico, sem logar de impressão, mas é sabido que foi em Roma; e por isso o P. Audifrdi a meteu no catálogo das edições romanas do século XV».

(2) Nasceu em Alpedrinha em 1406. Viveu cento e dois anos. Foi varão dotado de grande engenho, virtudes e altos pensamentos, tendo disfrutado grande preponderância durante o reinado de D. Afonso V, e servido nos mais altos cargos da igreja e do estado. A instâncias dêste soberano foi criado cardial presbitero do título dos santos Marcelino e Pedro, por Sixto IV, em 1 de janeiro de 1476. Mereceu grande aceitação a êste pontífice, bem como aos seus sucessores, Inocêncio VIII, que o elevou a cardial bispo de Albano, e Alexandre VI que o nomeou cardial bispo Tusculano e depois Portuense e de Santa Rufina.

(3) Veiu a ser tão grande a sua autoridade no Sacro Colégio que por morte de Inocêncio VIII, «esteve muy perto de o elegerem em Summo Pontifice; porque dividindo-se todo o Collegio em duas parcialidades, huma dellas seguia a Ascanio Esforcia, que procurava o Pontificado para Rodrigo de Borja Vicecancellario, e a outra seguia ao Cardeal de S. Pedro, que declarava querer fazer Pontifice ao nosso D. George. Porém posto que os que seguiam esta parte, fossem os mais antigos, e graves do Collegio; a outra, que tinha grande poder, e muitas Personages, levarão ao fim seu designio, creando Pontifice ao Vice

viera pôr-se ao abrigo do desfavor (1) do implacável Príncipe Perfeito.

Um escritor estrangeiro, Olivier de la Marche (2), nas suas interessantes *Memórias* (3), concernentes a um período que

---

Chanceller, que se chamou Alexandre VI, o qual lhe teve sempre grande respeito...». (Manoel Severim de Faria, *Noticias do Portugal*, discurso VIII, § XI).

(1) Escreve Garcia de Resende: «O Principe nunca foy contentente das cousas do Cardeal de Portugal dom Jorge da Costa, nem lhe parecia bem a muyta honra que el Rey seu pay lhe fazia, mais do que era razão, com que o Cardeal se mostraua rijo, e fazia algũas cousas mais solto do que devia, de que o Principe tinha desprazer por el Rey as consentir». (*Chronica del Rey D. João II*, cap. XIX). — Conta Duarte Nunes de Leão que estava o Príncipe Perfeito, em Lisboa, nos paços de Santos, junto ao mar, passeando na praia, acompanhado pelo Duque de Bragança, D. Fernando II, e pelo Cardial D. Jorge, arcebispo de Lisboa, quando lhe trouxeram a nova do inesperado regresso de D. Afonso V, ao reino. Consultou o príncipe o duque sôbre o modo porque deveria receber seu pai e «o Duque que era livre, lhe respondeo o que a hum bom varão podia responder, e que muito amava a el Rey D. Affonso, dizendo: Como o heis, senhor, de receber, senão como a vosso Rey, como a vosso Senhor, e como a vosso pai? O Principe calouse, e como homem agastado tomou um seixinho da borda do mar onde estava, e como fazem os que estão brincando, lançouo com muita força contra a corrente da agoa. O Cardeal que era mui avisado, e prudente, e sabia a condição do Principe, se chegou ao Duque á orelha, e lhe disse: Vedes vós senhor aquella pedra, eu vos prometto que me não ha a mim de dar na cabeça: dando a entender, que el Rey se vingaria daquella resposta, e que elle não esperaria algum enfadamento. E de feito se foi logo a Roma, entendendo tambem, que o Reynado del Rey D. Affonso, cujo favorecido elle era, duraria pouco». (*Chronica e Vida Del Rey D. Affonso o V*, cap. LXIII). O chantre Severim de Faria (*loc. cit.*) pondera mui judiciosamente: «Com a grandeza destas dignidades, e com a valia que com ElRey tinha (o Cardeal) era tanta a sua authoridade no governo do Reyno, que veyo a ser pouco grato ao Principe D. João, como homem que não quiz ser nunca governado por outrem. Pela qual razão se lhe mostrou contrario, e lhe chegou a dizer palavras tão asperas, que por viver seguro, e sem molestia, se foy occultamente para Roma; pouco depois da chegada del Rey D. Affonso de França».

(2) Poeta e cronista francês, nasceu em 1425 ou 26, e faleceu em 1501 ou 2 (Fappens, *Bibliotheca Belgica*).

(3) *Memoires d'Olivier de la Marche depuis d'an 1135 jusques en 1499*. «Ces Memoires inferieurs à ceux de Commines pour le style, leur sont peut-être supérieurs pour la sincérité. On y trouve des anecdotes curieuses sur la cour des deux derniers ducs de Bourgogne, auxquels l'auteur avoit été attaché. Les faits y sont racontés d'une manière plate et confuse; mais ils respirent la frauchise». Foram pela primeira vez «mises en buon jour par Denis Sauvage», em 1561, e encontram-se tambêm incluidas na *Collection Complete des Memoires relatifs à l'Histoire de France*, par Petitot, vol. IX.

vai de 1435 a 1499, decreve as armas de Portugal, e também lhe imputa uma origem relacionada com a milagrosa aparição (1). Serviu Olivier na côrte de Dijon, o duque Filipe III (2), *o Bom,* sua mulher a nossa gentilissima (3) e egregia infanta D. Isabel, e seu filho Carlos, o Temerário — o qual se julgou sempre muito honrado com o seu costado (4) português — e, foi provavelmente, no convívio com êstes príncipes que colheu notícias sôbre o assunto. E ainda o versaria, talvez, com o virtuoso escudeiro Vasco de Lucena (5),

---

(1) «... et de ce aucuns veuleut dire que celle croix y fut adjoustée par un roy de Portugal, qui eut ceste grâce de Dieu, qui combatant les sarrasins, une croix s'apparut au ciel devant ses yeux, qui moult le conforta et sa compaignie. Le bon prince fit son oraison à Dieu et dit. «Mon Dieu Jesus-Christ, j'ay ferme foy en toy et en ta passion douloureuse. Montre ta croix a tes ennemis infideles, qui en toy ne veulent croire». Sur quoy dit l'histoire que la croix s'apparut aux Sarrasins, et prestement furent deconfits, et que pour ce fut mise sous l'escu, la croix naissat et soustenant le dict escu». (*Loc. cit.*, apud *Collection Complete des Memoires relatifs à l'Histoire de France*, par Petitot, vol. IX, fl. 111).

(2) Era duque de Borganha, Lothier, Brabante, Luxemburgo e Limburgo, conde de Flandres, de Artois, de Borgonha, Palatino de Hainaut, Holanda, Zelanda, Namur e Charlois, marquês do Sacro Império, senhor de Frise, de Salins e de Melines. (*Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tom. II, fl. 116. — Barante, *Histoire des Ducs de Bourgogne*, tom. IV). — Casou em 10 de janeiro de 1430 com a infanta D. Isabel, filha do nosso rei D. João I.

(4) «... dotada de rara fermosuro, e de tantas perfeições, e virtudes, que a deixou recommendavel aos seculos futuros...». (*Historia Geneologica, loc. cit.*

(4) «... Carlos o *Temerario*, o qual por ser filho de uma princeza de Portugal, dizia *que tinha muita honra de ser portuguez!...*». (Carta do Cónego Roquete a Inocêncio Francisco da Silva, estampada no tom. VII, do *Diccionario Bibliographico*, fl. 406).

(5) Era português. Serviu como escudeiro o duque Carlos o *Temerario* e por morte dêste, em 1477, desempenhou o mesmo cargo junto da viuva deste príncipe, a duqueza Margarida de Yorh, irmã de Eduardo IV de Inglaterra. Traduziu em francês a obra de *Quinto Curcio*, e a *Cyropedia* de Xemphonte. M. Paris em um artigo que lhe consagrou na obra intitulada, *Les Manuscrits françois de la Bibliothéque du Roi*, tom. I, fl. 51, reputa-o como um dos escritores franceses mais elegantes do século xv. Olivier de la Marche refere-se assim a Vasco de Lucena: «... je n'ay, par don de grâce, la clergie, la memoire ou l'entendement de ce vertueux eschanson de Madame Marguerite d'Angleterre, duchesse douairiére de Bourgogne, lequel a fait tant d'œuvres, translations, et autres biens dignes de mémoire qu'il fait aujourd'hui à estimer entre les sachans, les exprimentés et les recommandés de notre temps». (*Loc. cit*, fl. 92). Teem alguns, sem fundamento, confundido êste escritor português, com o castelhano Vasco Fernandes de Lucena, do qual já me ocupei no texto e em notas, neste mesmo capítulo. — Veja-se sôbre o

também residente na Borgonha, por essa época, e ali muito considerado e querido, pela sua vasta sabedoria e invulgares talentos. Por melhores que tivessem sido os informadores, La Marche, mais poeta (1) do que historiógrafo, apresenta-nos a lenda algo deformada, enfileirando se assim entre tantos autores estrangeiros que mal poderam bolir na nossa História, sem a aleijar; todavia, mantêm a essência da tradição, e, caso curioso, põe na bôca do principe dos portugueses, no seu colóquio com o Redentor, quási as mesmas palavras que lhe foram atribuídas pelo já citado e mui erudito orador Vasco Fernandes de Lucena, na memorável oração de obediência recitada diante de Inocêncio VIII. Todo o valor do depoimento do cronista francês consiste em documentar, quanto estava difundida a versão do prodígio de Ourique, no seu tempo. É, porêm, na *Coronica DelRey D. Affonso Anriques* (2), composta por Duarte Galvão (3), em 1505, onde se encontra uma narrativa mais larga e interessante sobre o memorável sucesso. Deve-se ao velho cronista a primeira e minuciosa pintura da bela scena em que o venerando solitário (4), núncio de Deus, «quando foy con-

---

assunto: Visconde de Santarêm, *Quadro Elementar*, tom. III, fl. 73, e Inocêncio Francisco da Silva, *Diccionario Bibliographico*, tom. VII, fl. 407.

(1) Escreveu os seguintes poemas: *Le Chevalier déliberé, Le Parement et triumphe des dames, Le Débat de cuidier de fortune.*

(2) Esta crónica foi pela primeira vez impressa em 1762, em Lisboa na Oficina Ferreiriana por iniciativa de Miguel Lopes Ferreira, que a copiou do original que se conserva na Torre do Tombo. E dedicou-a a el-rei D. João V. Veja-se o que escreve sôbre esta edição o sr. dr. José Maria Rodrigues nas *Fontes dos Lusiadas*, no *Instituto*, Revista Scientífica e Literária, ano de 1905, vol. 52.

(3) Fidalgo da casa de el-rei D. Manuel e seu embaixador às côrtes de Roma, Alemanha e França, e por último ao celebrado Preste João. Nasceu em Evora, talvez, em 1455 e faleceu na ilha dos Camarões, quando ia desempenhar a sua missão à Abissínia, «carregado de annos, de prudencia e de autoridade», segundo diz João Pinto Ribeiro. Veja-se a *Bibliotheca Lusitana;* o *Catalogo dos Auctores*, a fl. 127, que antecede o primeiro e único tomo do enguiçado *Diccionario da Academia;* o *Diccionario Bibliographico* de Inocêncio; e Sousa Viterbo na sua interessante memória: *Duarte Galvão e sua Familia.*

(4) Segundo o *Agiologio Lusitano* (tom. IV, fl. 208) que comemora êste indivíduo, no dia XVII de julho, com o nome de Vigildo Pires de Almeida, o primeiro que lhe descobriu o nome, foi o presbitero secular Diogo Pires Cinza, natural de Alpedrinha, estampando-lho no seu livro, *Vida, martyrio e ultima trasladação do martyr S. Vicente*, publicado em 1620, cap. 9, porêm, não alega documento algum onde o encontrasse

tra a tarde», veiu anunciar a D. Afonso, o aparecimento de Cristo, na cruz, e o triunfo das suas armas sôbre os infieis. Também no mesmo passo se adianta a revelar-nos a promessa que o Senhor fez ao nosso bemaventurado rei, «de sempre Portugal haver de ser conservado em Reyno» (1).

Ora como Duarte Galvão (2) é o primeiro que mais largamente promenorisa a visão de Ourique (3), convêm inquerir sôbre a espécie de elementos que poderia ter utilisado para escrever a sua narrativa. No prólogo da referida obra, dirigido a el-rei D. Manuel, denuncia o autor a mui limitada originalidade do seu trabalho, pois consistira êste, principalmente, em coordenar e expôr numa mais clara e polida forma, os escritos que encontrou «sobre has vidas e excellentes feitos dos Reys de Portugal». O grande João de Barros, o *Livio Portuguez,* escreveu numa das suas *Decadas* (4) que Duarte Galvão «compoz per mandado delRey D. Manuel a chronica d'ElRey dom Affonso Henriques (ou por melhor dizer) apurou a linguagem antiga em que estaua escritta». A quem caberá a paternidade desta crónica e daqueles escritos?

Póde afirmar-se com boas razões que Fernão Lopes (5),

Também o chamam assim, António Pais Viegas no seu livro, *Principios do Reyno de Portugal,* liv. IV, fl. 136, e o licenciado Jorge Cardoso no *Agiologio,* no comentário do dia 17 de março, letra A, fl. 207, e no dia 14 de maio, letra B, fl. 251. D. António Caetano de Sousa, no citado *Agiologio,* no comentário a fl. 211, com serias razões duvida destas hipóteses. Pinho Leal, no *Portugal Antigo e Moderno,* vol. VIII, a fl. 149, fornece também curiosas notícias sôbre o venerando ermitão, bem como Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, na *Thebaida Portugueza,* tom. I, fl. 74.

(1) Cap. XV, fl. 20 e 21.

(2) Barbosa (*Bibliotheca Lusitana*) e outros, atribuiram-lhe o cargo de cronista-mór. Não existe documento por onde se comprove semelhante mercê (Sousa Viterbo, *Duarte Galvão e sua Familia,* fl. 37), e pelo que se lê na *Dissertação* sôbre os cronistas móres de Fr. Manuel de Figueiredo a fl. 7 a 9, fica-se convencido que essa nomeação não se efectuou. Ver: *Diccionario Bibliographico,* tom II, fl. 207; *Diccionario da Lingua Portugueza,* publicado pela Academia Real das Sciencias, no *Catalogo dos Auctores* a fl. CXXVII.

(3) *Chronica delrey D. Affonso Anriques,* cap. XV.

(4) *Decada Terceira da Asia,* liv. I, cap. IV.

(5) É o primeiro cronista-mór do reino de que há notícia segura, tendo sido encarregado por carta de el-rei D. Duarte, de 19 de março de 1434, «de poer em caronyca as estorias dos Reys que antygamente em Portugal forom; esso meesmo os grandes feytos e altos do muy vertuosso, e de grandes vertudes el Rey seu senhor e padre, cuja alma Deos aja». D. Afonso V, em 3 de junho de 1439 (liv. 19 da *Chancellaria de D. Affonso V,* fl. 22), confirma êste diploma, no qual também se con-

o patriarca (1) da historiografia portuguesa, alêm das suas três crónicas impressas (dos reis D. Pedro, D. Fernando e D. João I), escreveu as dos outros soberanos da dinastia borgonhesa, e rascunhou a de el-rei D. Duarte (2). E isto se comprova, não só pelas claras indicações constantes de vários diplomas das chancelarias dos nossos reis (3), mas, ainda e principalmente, pelas repetidas e inequivocas referências feitas pelo grave cronista em toda a sua obra publicada (4), com respeito aos outros tomos (5) que não vieram a lume e se sumiram por infelicidade, negligência ou qualquer motivo inconfessável (6).

---

cedia ao historiador «pera seu mantymento quatorze mil libras em cada hũu ano, pagadas aos quartees do ano». Presume Inocêncio (*Diccionario Bibliographico*, tom. II, fl. 282) que Fernão Lopes teria nascido aí por 1380, e ainda vivia em 1459. Foi guarda-mór da Torre do Tombo e escrivão da puridade do Santo infante D. Fernando, filho de el-rei D. João I. Sôbre a sua vida e escritos consultar: *Bibliotheca Lusitana*, tom. II, fl. 28; *Diccionario da Lingua Portugueza*, publicado pela Academia Real das Sciencias, no *Catalogo dos Auctores*, fl CXIV; *Memorias para a Historia do Real Archivo*, por João Pedro Ribeiro, fl. 56; Fr. Manuel de Figueiredo, *loc. cit.*, Alexandre Herculano num artigo no *Panorama*, I, III, fl. 196.

(1) Gomes Eanes de Zurara, contemporaneo e sucessor de Fernão Lopes, escreve que êle fôra «huma notavel pessoa, homem de communal sciencia e grande autoridade» (*Chronica d'El-Rei D. João I*, parte III, cap. II). — O crítico Francisco Dias diz que Fernão Lopes fôra o primeiro, na moderna Europa, que dignamente escrevera a história. Alexandre Herculano acrescenta que poucos homens teem nascido historiadores como Fernão Lopes.

(2) Damião de Goes, *Chronica d'El-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. XXXVIII.

(3) D. Afonso V, por carta de 11 de janeiro de 1449, lhe assinou 500 reais de mantimento em cada mês, na Portagem de Lisboa, pelos grandes trabalhos que êle tinha tomado, e ainda havia de tomar, em fazer as crónicas dos reis de Portugal. Êste documento transcreve-o Damião de Goes na *Chronica d'El-Rei D Manuel*, parte IV, cap. XXXVIII.

(4) *Discurso Preliminar, e Introducção ás Chronicas de Fernão Lopes*, no tom. IV da *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza*, de fl. XIX a XXIV. — Damião de Goes, *loc. cit.*

(5) João Rodrigues de Sá de Menezes, alcaide-mór da cidade do Porto, refere o seguinte numa carta dirigida a Damião de Goes e que êste inseriu na sua *Chronica d'El-Rei D. Manuel:* «... e assi foram as Chronicas dos Reis passados de Portugal, que se pérderam em poder de Frei Justo Bispo de Septa Italiano, que el Rei dom Affonso (V) mandou buscar a Italia para lhas escrever em Latim, e elle morreo de peste em Almada, e ahi se perderám».

(6) «D'este vasto trabalho de Fernão Lopes só restam as *Chronicas de D. Pedro I, de D. Fernando e de D. João I*, incompleta; todos os outros livros foram passando por copias successivas, até que os copistas

Estas primeiras crónicas representavam um labor conscencioso e de alto merecimento (1), e foram aproveitadas, copiadas ou recopiladas por outros escritores coetaneos (2) que não se avexaram de apresentar como próprio, o fruto das lucubrações alheias (3).

Alguns (4) têem numerado Duarte Galvão, entre os plagiários de Fernão Lopes. Não me parece merecido semelhante juizo. Barros, concerteza um dos melhores mestres do idioma português, nunca poderia escrever que Galvão apurára a linguagem de uma crónica redigida por Fernão Lopes. O monumento aludido pelo vernáculo autor das *Décadas,* houve, sem dúvida, proveniência bem diversa. E insinua o próprio Galvão que cuidou de ordenar e de trespassar «escritos postos por negligencia de Escritores, ou culpa dos tempos, nom sóo em menos polida, mas ainda em desordenada, e acerqua nam achada memoria» (5), o que é muito diverso de burilar ou de ataviar determinada história.

---

nas suas interpolações se persuadiram que eram autores das obras plagiadas». (Theophilo Braga, *Curso de Historia da Litteratura Portugueza,* fl. 162). — Lê-se no *Discurso Preliminar, e Introducção ás Chronicas de Fernão Lopes:* «Damião de Goes .. foi o primeiro que vindicou a fama de Fernão Lopes, e que pretendeo dar a cada hum o que era seu, ainda que muito á custa da reputação de Rui de Pina». (Apud, *Collecção de Livros Ineditos,* tom. IV, fl. XXX). Ver também as *Memorias de D. João I,* por José Soares da Silva, tom. I. Proémio. — *Panorama,* vol. III, artigo de Alexandre Herculano, sôbre *Historiadores Portuguezes.*

(1) Confessa o proprio Fernão Lopes que com muito «cuidado e diligencia vira grandes volumes de livros e desvairadas lingoagens e terras, e isso mesmo publicas escripturas de muitos cartorios e outros lugares, nas quaes depois de longas vigilias e grandes trabalhos, mais certidão aver não pode do conteudo em esta obra». (*Chronica d'El-Rei D. João I,* parte I, cap. I). — Gomes Eanes de Zurara informa que fôra necessário a Fernão Lopes, despender muito tempo «em andar pelos Mosteiros e Igrejas buscando os cartorios e os letreiros dellas, pera aver sua informação; e não só em este Reino, mas ainda ao Reino de Castella mandou El Rei D. Duarte buscar muitas Escrituras, que a esto pertencião». (*Chronica d'El-Rei D. João I,* parte III, cap. II).

(2) Gomes Eanes de Zurara, na *Chronica d'El-Rei Dom Duarte,* Rui de Pina, nas *Chronicas de D. Sancho I* e seguintes reis até à de *D. Afonso IV,* inclusive, e Duarte Nunes de Leão nas *Chronicas* dos nove reis.

(3) *Discurso Preliminar, e Introducção ás Chronicas de Fernão Lopes,* de fl. XXV a XXVIII. (Apud, *Ineditos,* vol. IV).

(4) Manuel de Faria e Sousa refere, como juizo correntio no seu tempo que as *Chronicas* de Galvão foram recopiladas, das que deixou compostas Fernão Lopes. (*Asia Portugueza,* tom. I, liv. 23).

(5) *Chronica do muito alto, e muito esclarecido principe D. Affonso Henriques primeiro Rey de Portugal.* No Prologuo do Autor.

Grande parte da obra de Galvão delineou-se sôbre uma crónica do século xv, pertencente ao extinto cartório de Santa Cruz de Coimbra e que agora repousa na Biblioteca Pública do Porto (1). Os primeiros capítulos daquele livro foram tirados quási integralmente do códice anónimo, limitando-se o copista a enfeitar-lhe o estilo. Foi porventura esta, a crónica antiga, cuja linguagem, segundo o aviso de Barros, tratou de apurar Duarte Galvão. Ignora-se o seu autor, mas Fernão Lopes decerto refusaria qualquer participação em semelhante cartapácio; basta saber-se que compendeia, com ingenuidade excessiva, todas essas fantásticas lendas (2) relacionadas com o segundo casamento e a prisão de D. Tareza, aproveitadas depois, com muita arte, por Alexandre Herculano para o seu romance *O Chronista*.

No citado velho códice, porêm, não colheu Galvão notícia de maior vulto sôbre a magna questão de Ourique, à qual dedicou em sua crónica nada menos de seis capítulos (3), porque aquele apenas memora o facto em brevíssimas linhas. Suponho que se tivesse principalmente socorrido de outros papeis do cartulário de Santa Cruz de Coimbra (4). Era o respeitável cronista homem crente e piedoso, e frequentava com asseduidade o mosteiro (5), onde seu irmão, D. João

---

(1) Está inserta no *Portugaliæ Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I, fl. 26.

(2) O Santo Ofício quando permitiu que se publicasse, em 1726, a *Chronica* de Galvão, mandou riscar os quatro capítulos (XXI, XXII, XXIII e XXIV) referentes a estas lendas. Esses quatro capítulos foram publicados na *Revista Litteraria*, do Porto, n.º 15, no vol. II, fl. 161; e sôbre êles escreveu *Breves Reflexões*, D. Fr. Francisco de S. Luis, no *Panorama*, vol. III, fl. 330, assinando, B. C.

(3) XIII a XIX.

(4) Segundo Gaspar Correia, 'el-rei D. Manuel «mandando renovar as sepulturas velhas dos gloriosos Reys seus antecessores, que estauão no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, desejoso de reçositar e memorar seus altos feitos, mandou a Duarte Galvão, seu cronista mór *(sic)* que com muyto cuidado trabalhasse buscando o tombo de seu antigo cartorio, e ajuntasse e fizesse cartorio novo de breve sumario das vidas e feitos dos Reys seus antecessores. O qual nello trabalhando, com papés podres, velhos e pedaços, ajustou e fez huma breve lenda d'ElRey dom Affonso Anriques que nom foy a decima parte do que deuia ser, segundo forão grandes e muytos seus milagrosos feitos». (*Lendas da India*, liv. III, no prólogo).

(5) No cap. XV, da sua *Chronica*, mostra se Galvão convencido de que o milagre de Ourique foi, por assim dizer, a recompensa à generosidade com que D. Afonso Henriques dotou o convento de Santa Cruz: «E já antes desto elle tinha feyto e dotado com grande devação ho Mos-

Galvão (1), governava como prior; e não repugna aceitar, dada a sua autoridade e boas letras que lhe tivessem dado o encargo de compendiar a vida dos nossos primeiros soberanos e de reorganizar o arquivo tão interessante dos cruzios (2).

Crê Frei Nicolau de Santa Maria (3) que el-rei D. Afonso Henriques incumbira o seu confessor no exército, João Camelo, de escrever os feitos gloriosos dos conquistadores de Portugal e a origem das suas famílias. Sampaio Vilas-Boas (4) também se persuadiu de que o nosso primeiro rei, logo depois da vitória de Ourique, encomendára ao referido clérigo um *Nobiliario dos Cavaleiros,* «que nas emprezas militares o ajudaram valorosamente». O mesmo soberano, cometeu a continuação do livro citado ao prior crasteiro de Santa Cruz de Coimbra, D. Pedro Alfarde, concedendo-lhe, por carta de 13 de junho de 1145 (5), certo estipêndio que transitaria com o encargo, para todos os seus sucessores no priorado.

Prestando fé a êste documento, o historiador (6) dos Có-

---

teyro de Santa Cruz de Coimbra, á honra da morte, e payxão que Nosso Senhor recebeo na Cruz, pelo que hee de crer, q̃ lhe quiz Deus assi apparecer, porque por onde cada hum mais merece, por hy ho mais honra, e alevanta». (fl. 20).

(1) O prior-mór de Santa Cruz, D. João Galvão, foi personagem de valia na sua época. Exerceu altos cargos na Igreja e no estado. Foi bispo de Coimbra, arcebispo não confirmado de Braga, e acompanhou D. Afonso V nas expedições a Arzila e Tanger. Pelos serviços que prestou nestas guerras, recebeu a mercê para êle e para os bispos de Coimbra seus sucessores, do título de Conde de Arganil, com todas as liberdades, privilégios, franquezas e preeminências, honras e insígnias dos outros Condes do reino, e lhe mandou passar o respectivo diploma, em 25 de setembro de 1472. (*Chancellaria de D. Affonso V*, liv. 29, fl. 187). Em uma provisão deste prelado, anterior a 25 de novembro de 1471, intitula-se Conde de Santa Comba (Anselmo Braamcamp Freire, *Livro Segundo dos Brazões da Sala de Cintra,* fl. 387). Mais notícias sôbre D. João Galvão, encontram-se em: D. Nicolau de Santa Maria, *Chronica dos Conegos Regrantes,* liv. IX, cap. XXVII; *Catalogo dos Bispos de Coimbra,* pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, apud *Collecção de Documentos e Memorias da Academia Real da Historia Portugueza,* tom. 24, fl. 149; *Evora Gloriosa,* fl. 223; Soledade, *Historia Serafica da Provincia de Portugal,* parte III, liv. I, cap. 32.

(2) Sousa Viterbo, *Duarte Galvão e sua Familia,* fl. 37.

(3) *Chronica dos Conegos Regrantes,* parte II, liv. IX, cap. IX.

(4) *Nobilarchia Portugueza,* a fl. 3, na edição de 1727.

(5) O original desta carta régia sumiu-se; ficou, porêm, uma cópia de cuja autenticidade se capacitou Fr. Nicolau de Santa Maria que a trasladou para a sua *Chronica dos Conegos Regrantes,* parte II, liv. IX, cap. IX.

(6) Fr. Nicolau de Santa Maria.

negos Regrantes e Barbosa Machado (1), e outros, convenceram-se de que o cronistado do reino fôra por mais de três séculos privativos dos Cruzios de Coimbra, a começar em D. Pedro e acabando durante o govêrno do Prior mór D. João Galvão que nomeára para êsse ofício seu irmão Duarte. Confiança igual, não infundiu o mesmo diploma, de que apenas existe cópia, a críticos conspicuos como Frei Francisco Brandão (2), D. António Caetano de Sousa (3), D. Tomás da Encarnação (4) e outros, que o tomaram por muito suspeito senão por apocrifo. Frei Manuel de Figueiredo num escrito erudito (5) mostra com sérios argumentos que antes de Fernão Lopes, nomeado cronista mór, por el-rei D. Duarte, em 19 de março de 1434, ninguem exercera semelhante ofício entre nós (6).

Mas, embora aos cónegos regrantes de Santa Cruz não lhes tivessem conferido a categoria oficial de cronistas do reino, é seguro que na sua comunidade se manteve sempre e desde os primordios, a tradição de ir anotando os grandes fastos da vida nacional e da história da Igreja, as proezas e a linhagem das personagens de maior evidência no reino, e tantas lendas e costumeiras da nossa terra, cheias de graça e de ingénua e enternecedora poesia. Pena foi que êsse verdadeiro museu de curiosidades históricas, pacientemente acumuladas durante os quatro primeiros séculos da vida portuguesa, como era o arquivo do venerando mosteiro dos cruzios de Coimbra, se desbaratasse quási completamente por sucessivos desastres (7), alguns bem extraordinários! Galvão,

---

(1) *Bibliotheca Lusitana,* tom. II, fl. 620.

(2) *Monarchia Lusitana,* parte V, liv. XVII, cap. V.

(3) «... porém esta Provisão, que se achou, não he original, e contém algumas contrariedades que a poem em má fé entre as pessoas eruditas, e bastava o ser copia, como advertio o Doutor Fr. Francisco Brandão, que a vio junta com outros papeis de pouca fé, o que basta para não persuadir aos que tem conhecimento de instrumentos e papeis antigos». (*Historia Geneologica da Casa Real Portugueza,* tom. I, fl. XXI e XXII).

(4) *Historia Ecclesiæ Lusitanæ,* tom. III, sec. XII, cap. VIII, § XII.

(5) *Dissertação Historica e Critica para apurar o catalogo dos coronistas mores do reino e ultramar.* (Na Collecção dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa, no fundo geral).

(6) Fr. Manuel de Figueiredo (*loc. cit.,* § 8) diz que na Torre do Tombo não se descobriu documento referente à nomeação de cronista-mór, à favor de Duarte Galvão. Veja-se tambêm Sousa Viterbo, *loc. cit.,* fl. 37.

(7) No tempo do prior D. Afonso, no dia 14 de junho de 1411, rebentou em Coimbra uma tempestade tremenda que rematou com um ver-

porêm, conheceu-o e pôde gozál-o, senão em toda a sua plenitude, ainda ao tempo em que ali se conservavam, papeis, memórias e documentos muito interessantes, os quais melhor poderia ter aproveitado o historiador de «D. Affonso Anriques» se não lhe faltasse o engenho.

Depois de Duarte Galvão até Frei Bernardo de Brito que deu à estampa em 1602 a *Primeira Parte da Chronica de Cister*, vários escritores de géneros diversos, como Cristóvam Rodrigues Acenheiro (1), João Rodrigues de Sá de Menezes (2), Damião de Gois (3), Francisco de Sá de Miranda (4), Gil Vicente (5), André de Resenda (6), Luis de

---

dadeiro dilúvio, inundando as águas o vale da quinta do mosteiro e penetrando no cartório, arrastou os papeis que nele havia. (Pedro Mariz, *Dialogos de Varia Historia,* tom. I, cap. V). D. João I, mandou trasladar em pública forma as doações e mais escrituras que escaparam daquele dilúvio, antes que de todo se apagassem as letras, por se tomarem muito molhadas, e que a estas escrituras se desse inteiro crédito, como se fossem os próprios originais. (Fr. Nicolau de Santa Maria, *loc. cit.*, liv. IX, cap. XXIV). Os *Livros de Memorias* de D. Pedro Alfarde «que erão de folhas de pergaminho encadernadas em pasta & cõ as Armas Reaes desaparecérão do Cartorio de Santa Cruz sendo Prior mór do Mosteiro D. Pedro Gauião, & dizem que os leuou hum mancebo por nome Ruy Dias de Sá que era sobrinho do Vidor do Prior mór no anno de 1514 pera os vender por muito bom dinheiro. (*Idem,* liv. IX, cap. IX).

(1) *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal* (1435), cap. III, fl. 23, apud (*Collecção de Ineditos de Historia Portugueza,* tom. V).

(2)

«As dadas por maõs Divinas
A Ruy mais que terreal
Armas são de Portugal
Sobre prata cinco Quinas
E os dinheiros por sinal».

(No *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, ano 1516, fl. 115).

(3) «Affirmant nostri scriptores ipsum Alfonsum, antequam prælium iniret, Christum in Cruce appensum in æthere conspexisse ei victoriam pollicentem...». (*Descripção de Lisboa* (1554), apud *Hispaniæ Illustratæ,* tom. II, fl. 879).

(4)

«En un dia venció tanto Rey Moro
Quando aquel Rey mayor le apareció».

(Na *Fabula do Mondego.* Estancia 7, apud. *As obras do Celebrado Lusitano Francisco Sá de Miranda,* colegidas por Manuel de Lira (1595) fl. 69.

(5)

«De tu puder ayudado
Venció cinco Reyes Moros
Juntos em campo aplazado
Tns cinco Llagas le diste».

(*Triunfo do Inferno,* tragi-comedia (1562).

(6) *De Antiqvitatibus Lvsitaniæ,* Libri Qvattvor, fl. 225, edição de Roma.

Camões (1), Frei Simão Coelho (2), Frei Heitor Pinto (3), todos sem uma dúvida e todos com a maior reverência, memoram com mais ou menos circunstâncias o prodígio de Ourique, não acrescentando qualquer deles minudência apreciável à narrativa de Galvão. É esta, porêm, largamente desenvolvida na citada *Chronica de Cister* (4), segundo o estilo imaginoso e requintado do seu autor, o qual adiciona aos termos basilares já conhecidos da lenda, certas particularidades impressionantes, sôbretudo com respeito às promessas feitas por Cristo, ao nosso primeiro rei. Desfiou-as Frei Bernardo de Brito, na forma exacta porque as apresentei

---

(1)

«A matutina luz serena, e fria
As estrellas do polo já apartava,
Quando na Cruz o Filho de Maria,
Amostrando-se a Affonso, o animava
Elle, adorando quem lhe apparecia,
Na Fé todo inflammado, assi gritava:
Aos infieis, Senhor, aos infieis,
E não a mi, que creio o que podeis».

(*Os Lusiadas,* canto III, estancia XLV).

Escreve o sr. dr. José Maria Rodrigues: «Entre as varias fontes dos *Lusiadas,* uma das que o poeta seguiu mais de perto, não só quanto aos factos historicos ou que por muito tempo foram considerados como taes, mas até, algumas vezes, pelo que respeita ás proprias expressões, é a *Chronica de D. Affonso Henriques* de Duarte Galvão. As estancias em que o poeta se occupa do conde D. Henrique e do reinado de D. Affonso Henriques (III, 23–85; VIII, 9–21) são, na maxima parte extrahidas desta obra, e por vezes, só recorrendo a ella podem ser bem comprehendidas». (*Fontes dos Lusiadas,* no *Instituto,* Revista Scientífica e Literária, ano de 1905. vol. 52, fl. 357.

(2) «Desta maneira tem os Reis de Portugal suas Armas: dinas certo de grande veneração & honrra. Porque em campo de prata tem hũa Cruz de côr celestial em memoria de Christo crucificado Redemptor do Mundo, o qual apareceo a el Rei dom Affonso Anrriquez no Campo Dourique». (*Chronica da Ordẽ de Nossa Senhora do Carmo* (1572), liv. II, cap. 17).

(3) «Tu autem serenissime rex sustines non paruam expectationem imitandi & vincendi admirabilem illam regũ, à quibus genus ducis, virtutis præstantiã, Alfonsi illius præsertim primi Lusitaniæ regis, qui Christi fide munitus, animi fortitudine septus, amplissimis virtutem ornamentis decoratus, justis legibus, & incredibilibus victoriis de hostibus reportatis, regnum illustrauit & ad amplitudinẽ perduxit. Is cim quadam die parus exercitu esset cum maximis hostium Christiani nominis exercitibus congressurus, vidit in cælo Christi speciem admirabili splendore circumlucentem: illo que aspectu roboratus, quinque potẽtes Agarenorum reges vna die denicit, & innumerabiles corũ copias superauit». (F. Hectoris Pinti Lusitani Hieronimiani *In Ezechielem Prophetam Commentaria,* na dedicatória a el-rei D. Sebastião, com que abre o livro).

(4) Liv. III, cap. II.

ao abrir êste capítulo, e alega o discutido cisterciense, haver forrageado tantos pormenores, em uma escritura, descoberta no convento de Alcobaça (1), em 1596, onde vem exarado o juramento de el-rei D. Afonso Henriques, aos Santos Evangelhos, como viu com os seus próprios olhos o Salvador do Mundo.

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena.

(1) Liv. III, cap. III.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 4, pag. 213)

AFONSO (RODRIGO)

«Dom Afonso por graça de Deos Rey de Portugal e do Alguarue e senhor de Cepta, a todolos juizes, justiças de nossos Reignos, a que esta nossa carta for mostrada, saude, sabede que Rodrigo Afonso, alfaiate, morador em a nossa muy nobre e sempre leal cidade de Lixboa nos enuiou dizer que estando os oficiaaes da camara da dita cidade, fazendo relaçom e falando sobre os dinheiros que se auiam de lançar pera a dita cidade pera se auerem de dar aalguũs carniceiros pera carne, elle como procurador dos mesteres que era falara e disera algũas razoões, por a qual razom algũas pessoas ho culparom, dizendo que dissera algũas razões e palauras desonestas contra nosso seruiço, por a qual razom, se elle amorara com temor das nossas justiças e andaua aynda por ello amorado, posto que em ello culpado nom fosse e que porem nos pedia por mercee e aa honrra da morte e paixom de nosso Senhor Jhuũ Xº que por quanto era homem proue que nom tynha de seu palmo de herdade saluo quanto auia por seu trabalho de seu oficio e auia já bem quatro meses que andaua fora de sua casa gastando o que tinha que lhe perdoassemos a nossa justiça se nos a ella pella dita razom em algũa guisa era theudo, ca elle, se algũa palaura ou razom disera o fezera mais com sinpreza que por auer vontade nem teer tençom de as dizer, e nos veendo o que nos assy dizer e pedir enuiou, querendo lhe fazer graça e mercee, aa honra da dita morte e paixoom de nosso Senhor Jhu Xº a nos praz lhe perdoarmos... Dada em a vila de Saluaterra xxii dias do mes dabril. ElRey o mandou por o doutor Lopo Vaaz de Serpa seu uasalo e do seu desenbargo e petiçoões que ora per seu especial mãdado tem carrego da correiçom

da sua corte. Joham de Villa Real a fez ano do nacimento de nosso Senhor Jhu X° de mill e iiij^c liiij anos e por quanto aquy nom era o nosso seello pendente mandamos seelar esta carta com o seello da puridade» (1).

ALVARES (MANUEL)

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que a mim praz dar logar e licença a Manuell Aluarez, alfaiate da Rainha minha senhora madre para que elle posa amdar em mulla ou faca. . Fernão da Costa a fez em Lixboa a xiiij dias doutubro ano de noso Senhor Jhu X° de mil b^c xxbiij anos» (2).

ANES (AFONSO)

«Dom Afonso etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que nos querendo fazer graça e mercee ha Afonso Anes, alfaiate da nossa corte, por quamto nos seruio em os nossos Reinos de Castella com o comdestabre por espimgardeiro, temos por bem e preuiligiamollo... Dada no Porto a xxiij dias de julho. D.° Aluez a fez de iiij^c lxxbj anos» (3).

ANES (FERNANDO)

«Carta escusando de besteiro a FernamdAnes, alfayate, morador na cidade do Porto por ter casado com uma irmaã dAluaro de Mancellos escriuão da cosinha da Rainha minha mulher. 12 de julho de 1446» (4).

BEIRÃO (SAMUEL)

«Dom Afonso etc. A vos rabijs, vereadores, procuradores das comunas das cidades e villas dos nossos regnos, saude, sabede que nos querendo fazer graça e merce a Isaq̃ Beiraão, filho de Samuel Beiraão, alfayate da Rainha minha madre e senhora, cuja alma Deus aja, teemos por bem e damollo por

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, fl. 33.
(2) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 11, fl. 117 v.
(3) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 7, fl. 12.
(4) Idem — Idem, liv. 5, fl. 76 v.

tabaliam jeerall em todallas ditas comunas, assy e pella guissa que o ataa ora foy. E porem mãdamos que daqui en diante o ajaaes por tabaliam jeerall em as ditas comunas e o leixees do dito oficio hussar e auer as escpreturas e proes dell asy e pella guissa que as ataa ora ouue sem outro nenhuũ embargo que lhe sobre ello seja posto, pello quall oficio queremos que elle nom pague penssom alguũa por que nosa mercee e vontade he de lha quitarmos, e defendemos aos nosos almoxarifes e recebedores que nom cõstrangam por a dita pensom, o quall jurou em a nosa chancelaria em sua ley que bem e direitamente obre e husse do dito oficio e guarde os artigos e taixaçom que da dita chancelaria leua sob as penas em elles contheudas, os quaes lhe fazee leer em concelho na primeira domaa de cada huũ mes unde all nom façades. Dada em a cidade dEuora ij dias de março. ElRey o mãdou pello doutor Ruy Gomez etc. P.º de Barcellos por Gomez Borges a fez anno de noso Senhor Jhu $X_{\overline{po}}$ de mil iiij^{c} l» (1).

CALDEIRA (MARIA)

«Senhor: — No Liuro da Receita e despesa da comta que foy tomada a Grauiel Caldeyram thesoureiro que foy da Rainha nosa Senhora fiquaram por pagar a Maria Caldeiram *(sic)* alfayata del Rey mil novecemtos Reaes per tres adições .s. bj^{c} reaes de dez touqados de algodam E cbxxx reaes por tres touqados e os mil cxx reaes por dezaseis touquados que se compraram da dita Maria Caldeiram ho quall foy pera o dó que se tomou pela Raynha dona Lianor e fica posta verba nas ditas adições em como ouue esta certidão pera por ela Requerer seu pagamento ho que asy certefiquo a vosa merce. Em Almeirim a xbj dias de fevereiro de mil b^{c} xxbiij^{o}. — *Gaspar de Teives.*

«Senhor: — Jorge Rodrigues fazede desembarguo em forma pera ho tysoureyro desta deuyda conteuda nesta certydam acyma espryta. — *Pedro Correa.*

«Dioguo Çalema pagay a Maria Caldeira alfayata del Rey meu Senhor os mil novecentos reaes conteudos a tras nesta certydam sendo primeiro certo como fica posta verba no ca-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 34, fl. 10 v.

derno das diuidas donde a dita certidam sayo que ouue deles pagamento. E por este aluara com seu conhecimento vos seram leuados em conta. Jorge Rodriguez a fez em Almeirim a bj de março de 1528. — *La Reyna.*

«Já fica por mym posta verba no caderno donde esta diuida saio que som mil ix^{c} reaes conteudos neste mandado como he deles paguo no dito tisoureiro Diogo Çalema o que asy certefiquo. Oye dous dias de abril de 528. — *Gaspar de Teives.*

«Conheço e confeso Mary Caldera que Resebio del thesorero Çalema los mill e novecientos Reales contenydos en este mandado e por ser asy asynamos aquy en Lisboa xx dias de mayo de mil bxxviij°. — *Lucas de Atiença — Maria Caldera*» (1).

CARRUCHEL (SAMUEL)

«Carta de privilegio a Samoell Çarruchel, alfayate da condessa de Barcellos minha muito preçada e bem amada tya. 5 de setembro de 1442» (2).

CARVALHO (ANTÓNIO)

«Em 9 de agosto se passou carta de alfayate da caza da Rainha Nossa Senhora que Deos guarde a Antonio Carvalho por Portaria do Duque Mordomo moor de 19 de julho de 1709» (3).

CONCHADO (SALOMÃO)

«Sallamã q̃chado, alfaiate da Ifanta dona Isabel, molher do Ifante dom Johã meu muito preçado e amado tio, a requerimento do dito Ifante. Carta de privilegio dirigida á comuna de Setuual. Dada em Lixboa xxx de janeiro de 1442» (4).

---

(1) Torre do Tombo — *Corpo Cronológico,* parte 1.ª, maço 23, doc. 22.

(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 109 v.

(3) Idem — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 2.º da Casa das Rainhas, fl. 86 v.

(4) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 94.

COXIM (MARRA)

«Dom Afomsso etc. A quamtos esta carta uirem fazemos saber que noos querẽdo fazer graça e mercee a Marra Coxym, nosso alfayate, pellos seruiços que delle recebemos asy amdamdo em nossa corte como nas partes dAfriqua e em estes nossos regnos de Castella, teemos por bem e o fazemos vezinho da nossa cidade dEuora e de quall quer outra cidade, villa ou lugar homde for morador. Outrosy nos praz que quamdo quer que amdar caminho nom seja hobrigado trazer signall nem o mostrar. Outrosy nos praz que nom pague sissa judemga nem escpreua nem pague seruiço reall nem nouo nem sisam nem em outro algũu trabuto dos que pagam os judeus sem embarguo de quaees quer cartas nem aluaraees de mercees que dellas tenhamos pasadas. Outrosy lhe damos licemça e lugar que possa trazer armas de dia e de noite quaees e quantas elle quiser e por bem teuer per todos nossos regnos e pousar em estalajees e cassas de xpaãos quando quer que aandar caminho e todo o que dito he lhe outorgamos asy sem ẽbargo de quaees quer leix e hordenaçõees feitas em contrairo. E porem mamdamos... Dada em Çamora a biij dias de nouembro. Pedraluarez a fez anno de mill e iiij^{c} lxxb anos. E acerqua da vezinhamça da dita cidade domde morar lhe sejam guardados os priuilegios que se guardam aos vezinhos delles e asy as outras framquezas e liberdades» (1).

COZ (JOÃO DE)

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querẽdo fazer graça e mercee a J.º de Coz, nosso alfayate, temos por bem e fazemos lhe pera sempre emfatiota pera elle e todos seus herdeiros e socesores asi acendentes como decemdentes que depos delle vierem hũs pardieiros nossos que som nAlmedyna desta nossa cidade de Coimbra, os quaees soyam seer cassa de fallcoaria e pomball e mais hum cortinhall e partem de hũa parte com cassas da see e da outra com casas de sam Bras e da outra com a pedreira e com outras comfrontaçõees com que de direito deuem partir com comdiçom que elle e os ditos seus

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 9, fl. 13.

herdeiros tenham e ajam e posuam os ditos pardieiros e cortinhall com toda sua pedra e madeira e com quaes quer outras cousas que a elles pertençam asi e tam compridamente como a nos e milhor se per direito o elles milhor poderem auer e com condiçom que elle e os ditos seus herdeiros façam bemfeiturias... Dada na dita cidade de Coinbra xxbiij dias dagosto. Gonçallo Cardosso a fez ano de nosso Senhor Jhũ X° de mill e iiij^{c} lxij» (1).

FERNANDES (DUARTE)

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta vyrem faço saber que queremdo eu fazer graça e merce a Duarte Fernandez, morador nAruda, allfaiate que foy da ecxelemte senhora, minha tia, que samta gloria aja, ey por bem que elle nã vaã com prezos.... J.° Roĩz a fez em Euora a xiij dias de setembro de jb^{c} xxxbj» (2).

FERNANDES (MARGARJDA)

«M.^{da} Frz nomeada alfayata do nosso espritall de Todollos Samtos; aja de seu mantimento um cada nm anno das rendas do dito espritall quatro mil rs em dinhr.^{o} e mais avera de comer da salla do dito espritall; sera obrigada de cozer toda a roupa do d.° esprital e correra os lemçoes e mamtas e colchas e almofadas e todo o mais que hy ouuer pera cozer; tera cuidado de ver toda roupa de linho se ha mester alguũ repayro p.^{a} lhe dar e fazer em especial os lemçoes que se gastam maes no meo e mudallos os panos do dito meo pera as ilhargas por que se gastam por igual; ajudara a fazer a ryma das mamtas e todas outras cousas. Lx.^{a} 1.° junho 1502» (3).

FRANDES (GONÇALO DE)

«Dom Afonso etc. A uos juizes da nosa mui nobre villa de Santarem e a todallas outras nosas justiças que esta carta virem ffazemos saber que nos querendo ffazer graça e mercee a Gonçallo de Frandes, allffaiate, morador em esta uilla de Santarem, criado do iffante dom Fernãdo, meu muito

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1, fl. 77.
(2) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 22, fl. 101 v.
(3) Idem — Chancelaria de D. Manuel, liv. 2, fl. 43.

prezado e amado tio, cuja alma D.ˢ aja, pollo seruiço que ffez ao dito iffante temos por bem e priuilegiamolo.... Dada em Euora xxb dias de janeiro per abtoridade do senhor ifante don P.º rejente etc. Vrbano Aluarez (falta *a ffez*) anno do Senhor Ihu X.º de mill iiijᶜ Rb» (1).

GONÇALVES (PERO)

«Carta dando as honras e privilegios dos besteiros vasallos pousados a P.º Gonçaluez, alfaiate do arcebispo de Bragaa, meu muito preçado e amado primo, a requerimento do dito arcebispo que nollo por elle pediu. Carta dada no Porto a 7 de dezembro de 1466 (ou 65?)» (2).

GONÇALVES DOS SANTOS (DOMINGOS)

«Dona Mariana por Graça de Deus Rainha de Portugal e dos Algarves etc. Faço saber a vós D. Jayme de Mello Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho do Conselho de Estado e Guerra de El Rey meu Senhor seu Estribeiro mor e Mordomo mor da minha casa que attendendo á suplica que nos fes Domingos Gonçalves dos Santos Mestre do officio de Alfayate e se achar casado com hũa filha de Manuel de Payva que foy mosso da minha cosinha lhe faço merce de o tomar por meu alfayate no lugar que vagou por hobito de Antonio Carvalho para me servir com os mais officiais della, pello que gozará de todas as honras privilegios e liberdades que logrão todos os meus criados de que lhe mandei passar esta Carta por mim assinada que passará pella minha chancelaria selada com o sello de minhas armas. Dada nesta cidade de Lixboa em 8 de Junho de 1746. — A Rainha — Duque Estribeiro Mor» (3).

GOMES (LUIS)

Por Portaria de 22 de agosto de 1681 se passou carta de oficial de alfaiate a Luis Gomes (4).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 25, fl. 69 v.
(2) Idem — Idem, liv. 14, fl. 18.
(3) Idem — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas.
(4) Idem — Idem, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 41 v.

JORGE (DOMINGOS)

Natural de Lisboa, filho de Pero Fernandes. El-rei o tomou por alfaiate das vestimentas e ornamentos da sua capela real, por falecimento de Gonçalo Carvalho. Alvará de 21 de abril de 1652 (1).

JORGE (IBEN)

«Dona Maria por graça de Deus, Rainha de Portugal etc. Fasso saber a vós D. Nuno Alvares Pereira Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho Mordomo Mór de minha Casa; que eu Hey por bem e me praz fazer mercê a Jorge Iben Alemão de o aceitar por official de Alfayate de minha casa para me servir como os mais oficiais della, em que gozará de todas as honras privilegios e liberdades que logrão os mens creados; e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta por mim assinada que passará pela minha chancelaria sellada com o sello de minhas armas. Dada em Lixboa aos 4 de Janeiro. Bernardo de Araujo a fes ano do nascimento de N. S. Jesus Christo de 1695. Martins Monteiro a fiz escreuer — Rainha — Duque» (2).

LOPES (CATARINA)

«Dom Afonso etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que pollo seruiço que tenho recebido de C.^{na} Lopez, minha alfayata, filha de Joham de Santarem, escudeiro de minha casa, tenho por bem e me praz que ella tenha e aja de mim deste janeiro passado de lxxbj em diante de teença, em cada hũu ano, emquanto minha mercee for quatro mill reaes brancos da moeda de meos regnos de Portugall, e esto em contentamẽto e satesfaçõ do dito seu seruiço e de seu casamento que de mim auia dauer sem lhe por ello ficar mais em allgũua obrigaçã, os quaes dinheiros lhe serã asentados nos liuros de minha fazenda dos ditos regnos de Portugall honde lhes delles em cada hũu anno sera dado des-

(1) Torre do Tombo — *Matriculas*, liv. 5, fl. 833 v.
(2) Idem — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 64 v.

enbargo pera minhas rendas em que lhe sejam mui bem pagos, e em testemunho dello lhe mãdey dar esta carta per mim asinada e aseelada do meu sello. Dada em Touro xiij dias de feuereiro — G.º Roīz a fez — de iiij^{c}lxxbj» (1).

LOPES (DUARTE)

«Dom Joam etc. A quamtos esta mynha carta virem faço saber que por parte de Duarte Lopez, alfayate das damas da Rainha mynha sobre todos muito amada e prezada molher, me foy apresentada hũa mynha carta per mym asynada e pasada pela chancelaria, da qual o trelado he o seguynte: ℂ Dom Joam per graça de D.^{s} Rey de Portugall e dos Allgarues daquem e dalem mar em Afryqua, senhor de Guyne e da comquista navegação comercio dEthiopia, Arabia, Persya e da Imdia, a quãtos esta mynha carta virem faço saber qne por parte de Joana Lopez, vevua, molher que foy de Grauiel Aluarez, carpinteiro, morador nesta cidade de Lixboa, me foy apresemtado hũu aluara delRey meu senhor e padre que samta gloria aja, de que o theor tall he –s– Nos elRey fazemos saber a quamtos este noso aluara virem que Grauiel Aluẽz, carpimteiro, nos dise que Lopo Fernandez noso almoxarife que foy dos paços desta cidade, lhe dera lugar que coregera hũa torynha que esta na alcaçova jumto com dom aluaro da Costa, que estaua daneficada e que lha nã tirariam sem lhe pagarem primeiro o gasto que nyso fizese e que ẽquamto a nos nã ouuesemos mister lha não tirariam, pedimdonos que o leyxasemos estar nela ou lhe pagasemos a dita despesa, e visto per nos seu requerimento, avemos por bem que ele esta nela com seu asemto asy como ora tem e lhe nã seja tirada sem lhe primeiro pagarem a despesa que se mostrar que nyso fez. Feyto em Lixboa a xxbiij dias de dezembro, ano de mill quynhẽtos vymte e hũu. Pedimdome a dita Joana Lopez por merce que por quamto o dito aluara era roto em partes lho mandase pasar em carta e que ouuese por bem que ela nem seus filhos fosem tirados da dita torinha sem lhe primeiro pagarem a despesa que se mostrar que nyso fez segundo forma do dito aluara, e por que me delo praz lhe mãdey pasar o dito aluara nesta carta,

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 7, fl. 21 v.

e ey por bem que a dita Joana Lopez e seus filhos nã seja tirada a dita torynha sem primeiro lhe pagarem a despesa que se mõtar que no coregimento dela se fez, e mamdo ao almoxarife dos paços dalcaçoua e a quaes quer outros oficiaes, a que ho conhecimento desto pertencer que lhe nam vam comtra esto e em todo lhe cumpram e goardem esta carta como nele he cõteudo, por que asy o ey por bem. Di.º Lopez a fez em Lixboa a xij dias dagosto ano do nacymento de noso senhor Ihũu $X_{p\bar{o}}$ de mill b^{c} xxxij, e eu Damyam Diaz o fiz scprever. Pedimdome ho dito Duarte Lopez por merce que por quanto a dita Joana Lopez e asy M.ª Aluẽz, sua filha, lhe vemderam per mynha lycemça a dita torynha e asemto segumdo se vyo per hũu meu aluara que lhe pera isso pasey e per hũu pubrico estormento da dita vemda e trespasaçã que parecia ser sobesprito e asynado per Di.º Orelha, tabaliam nesta cidade de Lixboa, aos dezanoue dias do mes de setembro do ano pasado de b^{c} liij com testemunhas nele nomeadas, lhe mãdou pasar carta em forma da dita torynha e asemto, e visto seu requerimento e a carta asima treladada com o dito aluara de lycemça e estormento de vemda lhe mãdei dar este, pela qual ey por bem e me praz, por fazer merce ao dito Duarte Lopez, que ele tenha posua e logre a dita torrynha e asemto, asy e da maneira que o tynha e posuya a dita Joana Lopez e sua filha e esto em vida do dito Duarte Lopez e de hũu seu filho e hũu neto sem ser tirado quall quer delles que o dito asemto tiuer e posuir nem desaposado dele pera cousa algũa que seja saluo semdo necesario pera quais quer obras ou cousas de meu seruyço que se nos ditos paços dalcaçoua ajam de fazer e quamdo lhe asy ouuer de ser tirado lhe sera primeiro pago todo o mõtar nas bẽfeytorias que o dito Duarte Lopez e seu filho e neto tiuerem feytas em quall quer tempo que lhe asy for tirado per avaliaçã que se diso fara, a qual tore e asemto parte de hũa parte com trauesa que vay ter as cozynhas dos ditos paços e com casas que foram de dom Aluaro da Costa e doutra parte com ho jardim e capela dos ditos paços e por detras com chãos e casas minhas, que ora traz Joam Vaz, meirynho do cabido da se desta cidade, e asy parte tãobem com casas que ora sam dAluaro Dīz, carpinteiro, e por diamte com rua dereyta de Samtesprito do Castelo, e o dito Duarte Lopez e seu filho e neto teram a dita tore e asemto e o posuyram pela maneira que dito he, foro e ysemto, sem dele pagarem foro algũu, e portanto mando.... Diogo Lopez a fez aos doze dias do mes de junho ano do nacymento de

noso senhor Ihũu de mill quynhentos cymquoenta e quatro. E eu Duarte Diaz o fiz escprever» (1).

LUIS (MANUEL)

«Por Portaria de 25 de outubro de 1683 a Manuel Luis de Alfayate» (2).

«Por Portaria do Duque Mordomo mór de 24 de Fevereiro de 1688 se passou carta de official de Alfayate da Caza da Rainha N. S. a Manuel Luis passada em 11 de abril do dito ano e sobscrita pelo secretario Martins Monteiro Payua» (3).

MACHADO (HENRIQUE)

«Dom Joham etc. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer graça e merce a Amrique Machado, noso allfaiate, pelo seruiço que delle temos recebydo e ao diãte esperamos receber, temos por bem e ho fazemos cidadãao desta nosa cidade de Lixboa.... Dada em Lixboa a xij doutubro — Antonio Sanhudo a fez de b^{e} xxij anos» (4).

MACHADO (LOPO)

«Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que avendo respeito aos seruiços que me tem feyto e espero que ao diãte fará Lopo Machado, meu allfayate, ey por bem e me praz de lhe fazer merce, pera ajuda de sua despesa, de vimte mil rs em cada hum anno.... Simão Borralho o fez em Obidos a xxbj dias de julho de j̄b^{e} lxix. E eu Duarte Diaz o fiz escreuer» (5).

MOUSSEM (MESTRE)

«Dom A.º etc. A todollos juizes e justiças dos nossos regnos e a outros quaes quer a que o conhecimento desto per-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 63, fl. 206 v.

(2) Idem — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 43 v.º

(3) Idem — Idem, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 55.

(4) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 1.º, fl. 73 v.

(5) Idem — Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações,* liv. 22, fl. 309 v.

tencer per quall quer guissa que seja e esta nossa carta for mostrada, saude, sabede que Salamam Toledam, cuinhado de mestre Moussem, nosso alfayate, morador em a nossa cidade de Lixboa, nos disse como elle era cassado com hũa tia de M.ª Moussem irmãa de sua madre e que veera a tall desauença com a dita sua molher que des entom ataa ora nom fazia vida com ella e que ora este ẽbaixador do princepe os metera em acordo por quanto era seruiço de D.ª de o tornar a sua molher e a seus filhos e que por quanto lhe dezia que elle dito Salamã Toledam jurara per nossa vida de nom fazer mais vida com a dita ssua molher que se temia da nossa justiça de lhe fazer algũu prejuizo e de algũa pena sse hy auya e que nã queria tornar aa dita sua molher ataa que lhe perdoassemos a nossa justiça e pena se em ella por ello ẽcorrera, que porem nos pedia por mercee que lhe ouuesemos por releuada a dita jura e lhe perdoasemos a ditta nossa justiça e pena se ahi auia. E nos vendo o que nos asy dizia e pedir e querendolhe fazer graça e mercee, se o casso tall he como diz, e he comcordado com sua molher, teemos por bem e relevamoslhe do ditto juramento contanto que paguase trezentos rs pera a nossa chancellaria.... Carta em forma dada em Euora quinze dias de março elRei o mãdou per o doutor Beleagua, dayam da Guarda e Pero Carreiro ouuidor da sua corte. P.º Anes por Bras A.º a fez anno de noso Senhor de mill iiij^{c} liij» (1).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 3, fl. 28.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 4, pag. 224)

O homem precisa na verdade de um mediador entre si e a Divindade, mas deve ficar-lhe livre por completo a escolha dêsse mediador. Jesus é um mediador, mas não o único possível. O protestantismo tem, além disso, a grave responsabilidade de destruir «o cosmopolitismo do interesse religioso», de perpetuar a scisão no seio da Igreja indivisível; «é um govêrno revolucionário que se declara permanente». A obra de dissolução inaugurada por Luthero trouxe na sua opinião, como conseqüência, o ateismo integral do século XVIII, a anarquia sangrenta da Revolução francesa. Sem ser católico poupa mais o catolicismo, em que admira sôbretudo a disciplina. Louva o Soberano Pontífice, por se ter oposto «ao desenvolvimento insolente de certas faculdades humanas, assim como a descobertas prematuras e perigosas no domínio do saber». É partidário do celibato eclesiástico e defende calorosamente a Companhia de Jesus, em que vê uma das criações mais maravilhosas do espírito eclesiástico, e uma tentativa grandiosa para restabelecer o papado na sua glória antiga. A forma exterior do catolicismo, no entanto, é, a seu ver, caduca; desagrada-lhe o seu dogmatismo rigoroso e estrito tradicionalismo. Novalis aspira a uma religião universal, em que se unissem todos os povos da terra, em que se comunicassem todas as almas santas.

É o caso também de Ricardo Wagner, génio eminentemente religioso, herdeiro desta fé romântica, ao mesmo tempo cristã e panteista, que, como sucessor de um Fichte, de um Schleiermacher, de um Novalis, vê no instinto religioso a mais sublime faculdade do homem, e no cristianismo a sua manifestação mais nobre. Em nenhum momento da existência deixou de manifestar a Jesus piedosa veneração, apesar das suas concepções sôbre a vida futura terem mu-

dado tanto, pois a princípio imaginava *o alem* como um reino dos céos misterioso e supraterrestre; a seguir, como uma sociedade futura imediatamente realizável sôbre a terra, mais tarde como o nirvana dos budistas e de Schopenhauer e por fim como o acontecimento glorioso e longínquo de uma humanidade regenerada. No período optimista e revolucionário vêmo-lo citar Jesus, que sofre pelos homens como «um dos mais sublimes iniciadores de todos os tempos»; em 1849 associa na sua adoração a Jesus, Apollo que conferiu ao homem a sorridente nobreza; em 1854, nas cartas a Listz e Röckel, coloca no mesmo pé de igualdade o cristianismo e o bramanismo, que considera como revoluções de igual valor; em 1850, na *Arte e Religião,* exalta o cristianismo acima do budismo, porque ao passo que êste é a religião de uma elite, aquele trouxe a palavra aos pobres de espírito. Nietzsche, confundindo no mesmo ódio, o cristianismo, o pessimismo e a piedade, condenou-o pela sua conversão, que lhe parecia um sintôma de decadência intelectual e moral.

E no entanto Wagner não seguia nenhum credo religioso. O catolicismo desagradava-lhe pelas pompas externas, vácuas, de sentido, pela estreiteza dogmática, culto dos santos, organização calculada no sentido de aumentar um poder material; ao protestantismo censura a fé cega na Bíblia que Luthero julga de princípio a fim inspirada por Deus, quando o antigo testamento é puramente judeu e não merece nenhum respeito. É hostil ao cristianismo oficial; como Goethe condena as religiões por religião e ataca vigorosamente a evolução histórica do cristianismo. As velhas alegorias religiosas acha-as tocantes, mas repugna-lhe aceitá-las como validades históricas ou filosóficas. É nas grandes criações de Sophocles, Shakespeare, de Beethoven, é sôbretudo no drama musical que Wagner encontra a expressão mais elevada do sentimento religioso — a forma moderna do mito religioso. O artista moderno exerce, a seu ver, funções análogas às do padre. Sabe, como êle, elevar as almas para o Divino, consolar os corações maguados pela dura realidade. Religião e arte tornam-se sinónimos. A arte é para Wagner a forma mais alta da actividade humana, no que está conforme às doutrinas românticas. Fichte, o mais profundo dos filósofos do romantismo, via num futuro longínquo, além da idade da sciência em que a razão e as suas leis são percebidas com inteira clareza, uma idade da arte, em que a humanidade pelo exercício da liberdade perfeita que realizará no termo da sua evolução, revestirá de beleza a verdade e a sciência.

III

O Fausto de Heine

Henrique Heine censura Goethe por salvar o herói da tragédia, quando a lenda o condena, donde se vê claramente que não compreendeu o alto significado do drama, cuja acção se orienta de começo no sentido da solução indicada. Como poderia Goethe condená-lo, se Fausto personifica com todos os seus êrros e virtudes o homem de génio e de carácter que em toda a parte afirma a personalidade, sacrificando-se pelos ideais? Heine classifica o desenlace de farça frívola e atribue os defeitos do drama à incapacidade do seu autor, *o ilustre sceptico do seculo xviii*, compreender o espírito da lenda!!! Também êle escreveu um Fausto (Tanzpoem), cujo assunto passo a expôr, servindo-me da descrição do autor.

ACTO I

Gabinete de estudo vasto, de altas abóbadas, mal iluminado. Estilo gótico. Ao longo das paredes armários cheios de velhos alfarrábios, instrumentos astrológicos e alquímicos, como glôbos terrestres e celestes, retortas, tubos de vidro, preparações anatómicas, esquelêtos de homens e de animais. Dá meia noite. Perto de uma meza coberta de livros e de utensílios de nigromância, está sentado Fausto numa cadeira de espaldar, entregue às suas meditações. O seu trajo é o dos doutores alemães do século xvi. Passados alguns instantes, levanta-se e dirige-se com passo incerto para um armário, onde se encontra prêso por uma cadeia um grosso *infolio*. Abre a fechadura e coloca na meza a grande custo o pesado cartapácio. Êste livro é a Chave dos Infernos. A atitude e os movimentos do doutor, denotam simultâniamente rudeza e coragem; gaucherie e orgulho doutoral. Depois de traçar no chão alguns círculos mágicos, abre o terrível volume; os seus gestos denotam a perturbação involuntária que lhe causa a conjuração infernal. O gabinete fica às escuras; relâmpagos fuzilam; o trovão ribomba, e do pavimento que se abre com ruído, eleva-se flamejante um tigre vermelho. Fausto não mostra o mínimo receio; dirige-se ao monstro inflamado e com um ar de desprêzo parece ordenar-lhe que desapareça. Assim sucede. Ao fazer nova evocação, desencadeia-se enorme tempestade. Surge então uma serpente

monstruosa que se contorce cheia de cólera e vomita fogo e chamas. Fausto marcha para ela com desdêm; encolhe os ombros, ri, zomba do espírito do inferno, incapaz de se apresentar sob forma mais terrível. A serpente, por seu turno, desaparece tambêm pelo solo abaixo. O doutor conjura de novo os espíritos com maior ardor. Desta vez, porêm, as trevas dissipam-se por completo. Luzes inúmeras iluminam a sala; não se ouve o ruído dos trovões, mas uma harmoniosa música de dança. Da terra sai, como de um açafate de flores, uma dansarina que vestida de gaze e malha faz em todos os sentidos piruetas banais. Fausto a princípio fica surpreendido, porque o espírito evocado não pôde encontrar forma mais infernal que a de uma dansarina; acaba contudo, por simpatizar com esta aparição que cumprimenta com uma reverência solene. Mefistófeles, ou melhor, Mefistófela em ar de mofa retribue o cumprimento e dança em volta do grave doutor (1). Traz na mão uma varinha mágica que tem o poder de metamorfosear tudo que toca: as constelações planetárias brilham com uma luz interior, os abôrtos contidos nos tubos tornam-se aves de plumagem variada: os mochos trazem no bico girândolas flamejantes; vêem-se brilhar subitamente sôbre as paredes muitos objectos esplêndidos, espelhos venezianos, baixos relêvos antigos, obras de arte variada, verdadeiro cáos fantástico de magnificência inaudita, um imenso e prodigioso arabesco.

A bela Mefistófela parece estabelecer um pacto de aliança com Fausto; contudo o doutor hesita, recusando-se a assinar o pergaminho que ela lhe apresentä, ao qual só falta a sua assinatura. Exige primeiro que lhe mostrem os altos dignitários do império infernal. Dentro em pouco vêem se sair da terra os príncepes das trevas. São monstros com cabeças de animais, naturezas híbridas e fabulosas, ao mesmo tempo grotescas e terríveis na sua maioria, com a corôa na cabeça e o sceptro nas garras. Fausto é-lhes apresentado por Me-

---

(1) Tambêm num drama de Immermann que lembra pelo assunto o Fausto — Merlin, um mito — o espírito do mal faz sentir a sua acção por meio de uma mulher. Merlin, o mágico, é filho de Satanaz e de uma virgem chamada Cândida; reùne em si o bem e o mal, a inocência e a perversidade. Leva os cavaleiros da Tavola Redonda à conquista do Santo Graal; mas no caminho é seduzido por Niniana que simboliza a vaidade humana, abandonando os companheiros. Perde a razão e é morto pelo demónio que lhe deu o ser; morre no meio de uma oração e consegue salvar a alma.

fistófela com a mais rigorosa etiqueta. As magestades infernais começam a sua dança pesada e grosseira, mas Mefistófela toca-as com a varinha mágica, e os monstros por encanto convertem-se em lindas dansarinas que agitam grinaldas de flores. Fausto diverte-se com a metamorfose; no entanto parece não estar por completo satisfeito. Mefistófela que lhe adivinha os pensamentos, faz aparecer um espêlho, em que se vê o retrato encantador de uma mulher com o trajo da côrte e corôa ducal. Ao vê-la, Fausto irrompe em transportes de admiração; aproxima-se da doce imagem com a expressão da mais viva ternura e do mais ardente desejo. A imagem que se move e parece respirar afasta-se com desdêm; Fausto ajoelha-se humildemente perante ella; prece inútil! repele-o de novo e os seus gestos testemunham-lhe da maneira mais significativa um humilhante desprêzo. O pobre doutor dirige olhares suplicantes a Mefistófela que responde com um zombeteiro encolher de ombros. Agita a varinha mágica; a terra abre-se e vê-se sair um hediondo macaco que a um sinal de impaciência de Mefistófela desaparece para logo reaparecer sob a figura de um esbelto dansarino. Êste aproxima-se da viva imagem e aos cumprimentos amorosos que lhe dirige com afectada correcção, responde com o sorriso mais encantador; estende-lhe os braços com a expressão de lânguidos desejos e desfaz-se em transportes de ternura. Fausto a êste espectaculo sente-se dominado pelo despeito. Mefistófela compadece-se e com a vara mágica bate no dansarino que imediatamente desaparece, depois de tomar a figura de macaco.

De novo Mefistófela apresenta o pergaminho a Fausto e êste sem a mínima relutância abre uma veia no braço e assina com o sangue o pacto fatal, renunciando à bem-aventurança eterna, em troca dos gozos temporários dêste mundo. Lança para longe as graves vestes doutorais e ornamenta-se com os ouropeis maléficos abandonados pela dansarina. Nesta mudança de trajo, é auxiliado pelo corpo de dansarinas do inferno. Mefistófela dá a Fausto lições de dansa; ensina-lhe todas as manhas do ofício. A rudeza do sábio desageitado que se esforça por imitar os passos elegantes e ligeiros da dansarina, é de grande efeito burlesco. Os diabos-dansarinas procuram demonstrar-lhe a regra pelo exemplo; puxam-no para os seus braços; passam-no de mão em mão; dansam vertiginosamente com êle, e o discípulo de coreografia acaba por ser mestre. Dansa com Mefistófela e com as suas companheiras as dansas mais variadas.

De ora àvante, um virtuoso ousa mostrar-se perante a bela imagem do espêlho mágico, que deixa transparecer nos seus gestos o amor mais apaixonado. Fausto continua a dansar com entusiasmo cada vez maior, mas de repente Mefistófela arranca-o aos encantos do espêlho que faz desaparecer com um toque de vara mágica, e a alta escola de coreografia clássica recomeça mais bela.

ACTO II

Vasta praça em frente de um castelo que se observa à direita. Sôbre a rampa, rodeados de oficiais da côrte, de cavaleiros e damas, estão sentados o duque e a duqueza em dois tronos. O duque está velho e alquebrado; a duqueza é uma mulher nova em todo o brilho da sua extraordinária beleza. É o retrato fiel do que se via no espêlho mágico, no primeiro acto. Nota-se que traz no pé esquerdo um sapato de ouro. Festa da côrte; grande luxo de decorações. Entretanto Fausto e Mefistófela entram acompanhados de grandes séquitos. Ambos com muitas reverências saúdam os soberanos. Fausto e a duqueza parecem reconhecer-se, trocando olhares de intimidade. O duque, por seu turno, aceita com agrado as homenagens de Mefistófela. Os dois dansam em honra dos esposos coroados. Mefistófela vem adular o duque e Fausto requesta a duqueza. A ardente paixão dêstes últimos tem como que a sua paródia na reserva afectada que Mefistófela opõe às galantarias de sua alteza serenissima. Por fim, o duque pede ao nigromante bailarino uma prova da sua arte mágica; deseja ver David, rei da Judeia, e Israel dansando diante da arca santa. Dócil a esta vontade augusta, Fausto tira a varinha mágica das mãos de Mefistófela; agita-a nos ares à maneira de invocação, e da terra que se abre, surge a aparição desejada. Sôbre um carro transportado por levitas, aparece a arca santa, diante da qual o monarca hebreu dansa grotescamente; atraz estão as guardas reais armadas de lanças e vestidas como judeus polacos, com amplos e compridos caftans pretos, cabeças trémulas, barbas ponteagudas e grandes bonets de peles. Estas caricaturas dão volta à scena e desaparecem aos aplausos dos espectadores.

Fausto e Mefistófela dansam mais uma vez, e de tal modo entusiasmam os duques que estes deixam o trôno e tomam também parte na festa. Segue-se uma quadrilha em que Fausto procura com as suas artes cativar a duqueza. A

certo sinal oculto, que descobre no pescoço da duqueza, Fausto reconhece nela uma bruxa e pede-lhe um *rendez-vous* no próximo sabado. Aterrada quere negar, mas Fausto aponta com o dedo para o sapato de ouro, distintivo da sua categoria de *domina,* noiva de Satanaz. A pedido do duque, Fausto presta-se a dar-lhe nova prova da sua sciência mágica. Pega na varinha e bate nas dansarinas que se convertem imediatamente nos monstros hediondos que vimos no primeiro acto e que em evoluções graciosas desaparecem pelo chão abaixo no meio das chamas. Aplausos frenéticos. As quatro personagens principais lançam-se ainda na arena e a paixão irrompe em transportes cada vez mais ousados. Fausto lança-se aos pés da duqueza que corresponde a estas demonstrações amorosas, como uma pantomina não menos comprometedora. De repente o duque volta-se e vê Fausto ajoelhado diante da duqueza. Indignado, levanta-se, desembainha a espada e precipita-se sôbre o insolente mágico, mas êste defende-se com a varinha, bate-lhe com ela na testa, donde surge um enorme chifre de veado, por cujas pontas a duqueza o segura. Consternação dos cortezãos que de espada desembainhada cáem sôbre Fausto e Mefistófela. O mágico agita a varinha; resoam trombetas guerreiras e do fundo da scena avançam filas de cavaleiros, armados dos pés à cabeça.

Enquanto os cortezãos aterrados procuram fazer face aos inimigos, Fausto e Mefistófela voam nos ares sôbre dois corcéis negros, saídos do seio da terra. No mesmo instante esquadrões de cavaleiros evocados desvanecem-se como uma fantasmagoria.

ACTO III

Reunião noturna das bruxas que solenizam o sabbat. Um planalto espaçoso. De ambos os lados, renques de árvores; nos ramos lampeões que iluminam a scena com um lúgubre luar. No meio, à maneira de altar, uma espécie de pedestal em que repousa um grande bode negro, de face humana tambêm negra, com um facho acêso entre os cornos. Ao fundo, montes alcantilados, dispostos em anfiteatro. Acocoradas em degráus gigantescos, assistem ao espectáculo as notabilidades infernais: são os demónios que se viram nos actos precedentes e que tomam aqui proporções mais colossais ainda. Pousados nas árvores estão músicos em figuras de pássaros, munidos de instrumentos de vento e de cordas,

das formas mais variadas. Já a scena está animada por grupos de dansarinos, cujos trajos recordam épocas e países estranhos. Toda a assembleia lembra um baile de máscaras. Por muito estranho que seja o aspecto da scena, nenhuma das personagens deve ferir o sentimento do belo; a repugnância que poderia inspirar o excesso do grotesco é temperada ou mesmo desfeita pelo efeito de uma magnificência feérica, por terrores reais.

De tempos a tempos, um par amoroso com um círio negro na mão, aproxima-se do altar, prosta-se diante do bóde, adorando-o segundo o rito consagrado. De todos os lados correm convivas, bruxas e bruxos, atravessando os ares montados em cabos de vassoras, forquilhas, e mesmo em lobos e gatos. Os recemchegados misturam-se aos grupos que os esperam. Sua alteza sereníssima, a sr.ª duqueza, não falta à reùnião. Apresenta-se extraordinariamente decotada, com um sapato de ouro no pé direito. Vem montada num morcego. Parece procurar alguêm com impaciência. Descobre-o logo: é Fausto que chega com Mefistófela no seu corcel negro. Ostenta um brilhante trajo de cavaleiro e a sua companheira vem de amazona à moda de uma castelã alemã.

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

War and Criminal Anthropology, por Arthur Macdonald. Washington, 1917.

Curadoria dos Serviçais e Colonos de Cabo Verde — Relatorio de novembro de 1913 a maio de 1917.

Um caso de determinação da velocidade de exercicio mais conveniente para um vapor de comercio, por Cesar Ferreira. Lisboa, Tip. de J. F. Pinheiro, 1917.

Incidentes en la historia del Movimento Teosófico, por Joseph H. Fussel. California, E. u. a.

Observatorio Astronomico de Lisboa (Tapada) — Dados astronomicos para os Almanaques de 1918 para Portugal. Lisboa, Imp. Nacional, 1917.

A combinação da maquina alternativa com a turbina, por Cesar Ferreira, Lisboa, Tip. de J. F. Pinheiro, 1916.

Sobre Epispadiais e Extrafia da Bexiga, por J. A. Pires de Lima. Porto, Tip. a Vapor da «Enciclopedia Portuguesa», 1917.

Jahresbericht der museumsgesellschaft Zürich, por Hans Geilinger-Scheele. Zurich, Buchdruclarerei Züricher Post, 1917.

O planimetro em crescente considerado como integrografo de equações diferenciaes pelo engenheiro Angelo Scribanti, por Cesar Ferreira. Lisboa, Tip. de J. F. Pinheiro, 1917.

As Superstições e o Crime — Memoria apresentada á Academia das Sciências de Lisboa pelo Visconde de Carnaxide. Coimbra, Imp. da Universidade, 1916.

Gonçalves Viana e a Lexicologia Portuguesa, por Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado. Coimbra, Imp. da Universidade, 1917.

Esboço dum Vocabulario Aryano (vedas, mahabaratta e Ramayana), por Carlos de Passos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1917.

A elasticidade do casco e o deslocamento do navio pelo engenheiro Angelo Scribanti, por Cesar Ferreira. Lisboa, Tip. de J. F. Pinheiro, 1916.

Ministerio das Finanças — Boletim mensal de Estatistica do Porto. Lisboa, Imp. Nacional, 1917.

Ministerio das Colónias — Arquivo das Colónias — Publicação oficial e mensal — Vol. I — N.º 1. Coimbra, Imp. da Universidade, 1917.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

Redacção e administração
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



Volume 65.º — 1918
N.º 7 — Julho

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

El criterio fisiologico aplicado a los sucesos humanos, pelo Dr. José Gómez Ocaña 339
Questões de arte, por Edmundo Arménio Correia Lopes. 353
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo 355
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 365

EL CRITERIO FISIOLOGICO APLICADO A LOS SUCESOS HUMANOS

HAY QUE SER OPTIMISTA

Conferencia dada en el Instituto de Coimbra, por el profesor doctor José Gõmez Ocaña, el dia 30 de junio de 1918

Aprovechemos la experiencia aconsejada por el Dante, no aumentando nuestros dolores presentes con el recuerdo de tiempos felices pretéritos que aun parecerian mejores de lo que en realidad fueron, si les evocamos y comparamos con los que actualmente padecemos.

Para tonificarnos, pensemos que la amargura que gustamos es el antecedente de la dulzura que nos espera y que con los sofrimientos físicos y morales que ponen a prueba nuestra capacidad sensible, pagamos las primicias de un mundo mejor; y aunque nosotros no le gocemos, siempre nos quederá la desinteresada, la altruista, imensa satisfaccion de haberlo comprado con nuestro sacrificio para que le disfruten nuestros hijos y venideros. Así tendrán razon hasta los muertos, los cuales en bendiciones, con la prosperidad futura de sus estirpes y de su pueblo, gozarán vida perdurable sin mezcla de dolor alguno.

El ejemplo vive mas que el indivíduo, ya que la Hístoria se encarga de perpetuarlo; y ademas toma cuerpo en los mármoles y en los bronces; se imprime, es la mas noble estructura del organismo humano, en las neuronas que fijan para cada generacion la norma ancestral y se cotiza en el alza de todos los valores, materiales y morales, de los pueblos.

Un biólogo no puede ser pesimista, porque el pesimismo es negacion y muerte, y en la naturaleza todo son afirmaciones. El mayor optimismo es la vida, ora se la contemple como accion, calor y movimiento o se la admire en su triunfo sobre los agentes que contra ella conspirán; desde la grave-

dad vencida por el corazon que contrariándola eleva al cerebro oleadas de sangre para nutrirlo, hasta las atracciones moleculares que luchan en vano para reunir en masas las miscelas dispersas por los humores o la afinidad química, contenida en sus tendencias por la inestabilidad característica de los compuestos organizados o las asechanzas parasitarias o corruptoras de los microbios, que esperan con la aparente sumision de parásitos, una flaqueza de las energias fisiológicas para rendir a los grandes organismos.

El progreso es contínuo, aunque frecuentemente interrumpido por pasajeros retrocesos y no se logra sin el sacrificio de muchas vidas, a costa de inumerables dolores, de probaturas y rectificaciones. Luego su lentitud es desesperante, aunque algo menos lento si nos fijamos en los detalles de la accion que si nos atenemos a los de la estructura. Si como los modernos métodos biológicos han demostrado, son idénticas las proteinas de los tejidos de los hombres que conviven con nosotros y las de los súbditos de los Faraones, contemporáneos de Moisés, no ha de extrañarmos que las guerras se muevan hoy como en los tiempos de Sesostris. Pero ciertamente son hoy mas extensas, intensas y mortíferas que en aquel remoto pasado. Entonces, como ahora, el material hombre era lo primero, tanto porque la táctica de los capltanes y el valor de los guerreros decidia de la victoria, como porque las guerras primitivas producian como inmediata ganancia, el esclavo. Y así, para obtenerle, emplearle o venderle, se ahorraban vidas humanas en las guerras de la antiguedad.

Actualmente, es tambien el hombre el primer valor de los ejércitos aunque, que extraña paradoja, se le sacrifique en número aterrador, víctima del alcance y difusion de los agentes destructores.

En el immediato porvenir, cuando la paz venga, tambien se elevará considerablemente la cotizacion de la vida humana y mientras nuevas generaciones llenan los huecos que en los censos de la poblacion masculina ocasionó la guerra, el hombre tendrá que multiplicar su esfuerzo, mediante la máquina, supliendo con una industria inteligente, a sus fuerzas musculares, las que ofrece la naturaleza; la energia que en forma de hulla guardan las entrañas de la tierra, los saltos de agua, las corrientes aéreas, las oscilaciones periódicas de las mareas y las fuerzas potenciales contenidas en los materiales orgánicos.

Al obrero que cotiza hoy su jornada por los kilográmetros

de trabajo que rinden sus músculos, sustituirá mañana el mecánico que tambien emplea su energía muscular en dirigir la máquina, pero esta multiplica su esfuerzo, como que la energía de aquel, comparada con el trabajo útil producido por esta, resulta tan desproporcionada como las fuerzas de desprendimiento relativamente a las fuerzas vivas que ponen en libertad.

No se podrá decir entonces, que el hombre gana el pan con el sudor de su frente, como sudan las bestias de tiro y carrera, sino con el trabajo inteligente. Será inventor, director o mecánico, no siervo, da la peor de las servidumbres, de la fatiga muscular.

Porque los músculos, con ser máquinas perfectísimas de la fábrica del cuerpo humano (que así la llamó Vesalio) no rinden en kilográmetro sino la cuarta parte, próximamente, de la energía que liberan, revelándose las otras tres cuartas partes hajo la forma de calor. Que cuando no rebasa ciertos límites, es necesario para mantener la temperatura de la sangre y para que esta circulando por los tejidos, mantenga a las células en un ambiente templado y poco variable, como si vivieran en una estufa regulada con cuidado exquisito o en un clima de perpétua primavera. Pero si el calor es excesivo, compromete el límite óptimo de la temperatura de la sangre, el que consiente y favorece el quimismo de la nutricion, esta se resiente y se altera el metabolismo: un paso mas, y se coagulan los albuminóides de plasmas y tejidos, se atiesan e inutilizan las fibras del miocardio e cesan la circulacion y la vida. Mas no se llega a estos mortales extremos, sin que el organismò humano se defienda, casi siempre con éxito, procurando y obteniendo la refrigeracion de sus humores, mediante la activa evaporacion de un líquido, el sudor, que baña la superficie de su cuerpo. Solo cuando el aire exterior está saturado de vapor acuoso y por la saturacion no es posible la evaporacion del sudor, con la consiguiente refrigeracion, entonces el calor que no puede echarse fuera, se queda dentro y mata.

Los músculos son agentes mecánico-químicos al servicio de la voluntad, mas entre el cerebro que manda y los miembros que obedecen, anatómica y fisiológicamente se establece estrecha relacion. Pueden considerarse los músculos estriados como apéndices de los nervios motores, los cuales son a su vez prolongaciones de las neuronas radiculares de la médula espinal y como esta en lo motor, depende de las órdenes que llegan del cerebro por los manojos piramidales,

resulta en definitiva que el que quiera afirmar su voluntad tiene que valerse de los músculos, así como los que se preocupan de la educacion y desarrollo de los órganos del movimiento, logran al mismo tiempo el tono de la voluntad.

Así hay que considerar el trabajo, como accion inteligente al servicio de la voluntad, y con la economia que suponen la educacion y el adextramento. A los músculos los nutre la sangre, los mandan los nervios, pero en el hombre los anima el espíritu. El sistema americano Taylor, de division y especializacion del trabajo, parece deducido de la division y especializacion de las funciones. En el organismo, cada tejido tiene su especial oficio y así es fábrica de productos químicos el epitelial, agente de cambio el hemático, dinámico por excelencia el nervioso, mecánico el óseo, mas no fiemos en las apariencias, porque los huesos esconden en la médula una hematopoiesis activa, los músculos probablemente preparan las seroglobulinas y en la propia neuroglia de los centros nerviosos, un malogrado sábio español, Nicolás Achucarro, creyó encontrar una glándula de secrecion interna. Otras, v. gr., la hipófisis y las suprarrenales, poseen una estructura anfibia entre epitelial y nerviosa.

Adviértase, ademas, que las funciones en el organismo son sinérgicas y la sinergia para el mejor éxito de la vida, se establece por dos procedimientos empleados simultáneamente: para los servicios lentos e continuos, p. e. los del crecimiento, por la via humoral y para aquellos otros que exigen un rápido concierto, por la via nerviosa.

Por la via humoral y mediante la produccion de agentes quimicos de maravillosa actividad, *los hormones,* los órganos influyen entre si, pese a las distancias, porque la sangre se disfundir, tanto como de hacer llegar, a donde convenga, la accion eficaz del agente químico. El cual persevera en su obra, tanto anatómica como funcional, durante semanas, años y aun la vida entera. Así ejercen una vigilancia contínua durante los primeros 25 años de la vida humana, los hormones que producidos por determinadas glándulas endocrinas, el tiroides, el timo, la hipófisis y los intersticiales genitales, pueden modificar el plan en lo que hace a la talla y proporciones del esqueleto. Y tambien en lo que toca a la organizacion del cerebro, cuanto al tono y vigor de sus funciones, y al desarrollo muscular y a la acentuacion o desvanecimiento de los caractéres sexuales secundarios, y a muchas otras cosas que sería prolijo enumerar.

La via nerviosa, establece el concierto entre los servicios

rápidos del organismo humano. La funcion refleja, sobre todo, ha sido traducida por las redes telefónicas urbanas. Cada vecino, como si dijéramos, cada órgano, acude con su corriente, que en el organismo corre por un nervio sensitivo a la central, que es el centro nervioso, para que este, por mediacion de los nervios motores, haga efectiva la accion que se reclama.

El gobierno nervioso, tambien como el gobierno de las sociedades humanas, posée las dos riendas del poder, *la excitacion* que invita al acto y la *inhibicion* que lo suspende.

Pero este gobierno, no malgasta sus iniciativas, sino que cuando los actos se repiten y con la repeticion se adiestran y perfeccionan, tienden al automatismo. Así ha podido Le Bon definir la educacion como transformadora de los actos voluntarios en automáticos. Son voluntarios mientras se ensayan, rectifican y perfeccionan, y una vez adquirida la seguridad de su ejecucion, esta se hace automática.

Como garantia de la ejecucion de los actos complejos, para tenerlos el gobierno nervioso, como quien dice, *en la mano,* se vale de los siguientes procedímientos:

1.° La inervacion múltiple, es decir la animacion de un músculo por filetes nerviosos de diverso orígen; y recíprocamente, la distribacion de un nervio por varios músculos. Ejemplos notables de esta inervacion múltiple, la ofrecen los músculos laríngeos (de maravillosa agilidad en la fonacion y sobre todo en el canto) por donde se distribuyen los dos nervios del mismo nombre (laríngeo superior e inferior) de cada lado, puesto que en su distribucion rebasan la línea media (1).

2.° El empleo de muchos músculos que convienen en una accion y se con tradicen en otra, y tambien la alternativa de los antagonistas, p. e., los flexores y los extensores. En la flexion, v. gr., y en la medida que se contraen los flexores, se relaja el tono de los extensores. Son los movimientos del globo del ojo, ejemplo notable de sinergia motora, por cuanto resultan en definitiva, la suma algebráica de las acciones individuales de cada músculo.

Análoga garantia obtiene el organismo en su nutricion, multiplicando los agentes químicos y logrando que las re-

---

(1) Tambien contribuiria a la inervacion laringea el laringeo medio de Exner.

acciones no resulten de la eficacia de un solo fermento, ni aun este la obtiene sino despues de haberse asociado con otros agentes, ácidos, alcalís, etc., y mediante la activacion que le concede la cinasa. Considérese ademas, que muchos de los fermentos gozan de accion reversible y que sus acciones se contradicen e enfrenan por los antifermentos y fermentoides.

Como paralela prevision a las inervaciones múltiples, podemos ofrecer ejemplos de órganos, como el cerebro, los intestinos y las glándulas tíroides y suprarrenales, nutridos por arterias procedentes de distintos troncos arteriales.

Estas previsiones nos enseñan la cautela que ha de proceder en el porvenir para la seguridad y defensa de aquellos servicios sociales que no pueden suspenderse sin grave riesgo para la colectividad. Asimismo hemos de aprender de la madre naturaleza, cómo puede hacerse compatible la division del trabajo con la solidaridad, como que la eficacia de esta, en los organismos, es siempre relativo a la especializacion de los servicios.

Por nuestra industria inteligente, hemos sabido imitar el ojo en la cámara obscura: la retina en la placa fotográfica, y el fonógrafo y el teléfono en el oido ¿porqué no hemos de multiplicar nuestra fuerza con la máquina y perfeccionándola redimirnos, no solo de la fatiga sino tambien de la atencion? De la atencion que exigirian las diversas fases de la obra, que la máquina realiza regularmente, no de la que pide la funcion y vigilancia de los artefactos. Los hay tan perfectos que con ellos el hombre multiplica sus fuerzas y complementa sus sentidos. Dede luego, en donde se ha de necesitar mas pronto el auxilio de la maquinaria, es en la industria agrícola. La exigencia no es solo de progreso, sino de falta de brazos. Es de suprema urgencia.

La tierra no es, como se creyó en otro tiempo, un manantial de riqueza, ni un filon que se explota hasta que se agota, sino que es una palanca que acrece los valores del esfuerzo humano.

En otro tiempo, la riqueza pudo favorecer como si la distribuyera Pluto, el dios ciego, a cualquier pueblo que acertára por acaso con una region fértil, ejemplo, el Egipto, en donde todo lo hacia el Nilo, riego, enmienda y abono.

Al hombre apenas si le quedaba otro trabajo, que sembrar y recoger ópima cosecha.

En el extremo opuesto el pueblo egipcio, se encuentra al holandes, que para lograr el suelo, ha tenido que echar los

rios al mar, defenderse de las irrupciones de éste y secar y sanear la tierra. Hay que ser holandeses, no egipcios, para no sucumbir en la competencia.

Entre los principales extremos de la produccion agrícola, el básico o sea el suelo y el dinámico, el calor y la luz solares, se encuentran los abonos que restituyen o proveen al terreno de las primeras materias de la nutricion de las plantas y el agua que es el substractum de la vida.

El régimen de aguas supone eantidad y oportunidad del líquido, que cuando el labrador está á merced de las lluvias, las mas veces fracasa porque estas no caen en la cantidad que el cultivo las reclama y en ocasiones por excesivas o fuera de sazon.

En cuanto a los abonos, los mas caros para la economia vegetal y en consecuencia para la agricultura, son los nitrogenados, de donde proceden las proteinas vegetales que tanto valor alcanzan en la alimentacion del hombre. Aparte los detritus animales y vegetales que contienen el nitrógeno en forma de compuestos amoniacales, solo las bacterias nitrificantes, especialmente las que viven en simbiosis con las leguminosas, tienen aptitudes para utilizar el nitrógeno atmosférico en la economia de las plantas.

Y no hay que olvidar, sino que tener muy presente como aliento de nuestra esperanza, que es la atmósfera depósito inmenso de nitrógeno. Los nitratos de Chile pueden agotarse, así como resulan en déficit los abonos animales; ¿pero cuando sc consumirá el nitrógeno de la atmósfera?. Quiere decir, que de la industria agrícola depende la riqueza que pudiéramos llamar básica de un pueblo, y que la máquina de motor animal, en parte porque son inseparables la agricultura y la ganaderia, y en sus mas extensas aplicaciones los motores de todas clases, especialmente los eléctricos, que son los que se adaptan mejor a la mecánica agraria, puede suplir con mucho el número de obreros, mejoranado la condicion de estos, sus utilidades y los intereses de los capitales que en el cultivo de la tierra se empleen.

Cuando se piensa en la tierra como palanca multiplicadora del esfuerzo humano, y se considera al mismo tiempo la desigual poblacion de nuestro planeta y la escasa densidad media da sus habitantes, no se puede menos de condenar categóricamente el neomalthusismo que limita antinaturalmente la prole humana. En la mesa que la naturaleza nos ofrece en la tierra, todos los hombres tenemos puesto y para todos hay manjares, por muchos que sean los comen-

sales, porque la inteligencia humana puede aumentar la produccion parallela y aun superiormente a la poblacion.

Lo que hace falta es una mejor distribucion de la riqueza, la cual implica a la vez armonia y no divorcio entre los diversos intereses.

Aquí el fisiólogo puede interrogar con provecho a la economia de los séres organizados.

En los organismos, cualquiera que sea su especie, no hay célula sin célula, no solo en el sentido reproductor sino tambien en los aspectos trófico y de relacion.

Dejemos el aspecto reproductor vulgarizado por las espresiones formularias de Harvey y Wirchow y detengamos nuestra atencion en las sinergias funcionales de las células de un organismo, a los efectos nutritivos.

La nutricion consiste fundamentalmente en transformar materiales análogos, los alimentos, en substancia propia, la de nuestros humores y tejidos; y tambien en simplicar la constitucion de los compuestos, obteniendo de la simplificacion energias para mantener viva la llama de la antorcha de Prometeo. Por degradacion química de los principios inmediatos de los alimentos y aun de los tejidos, obtenemos, en efecto, el caudal de energias que disipamos para vivir, siendo la combustion el fenómeno energético mas brillante del metabolismo animal.

Las operaciones químicas, tanto las anabólicas que miran a la asimilacion, como las catabólicas que son el orígen de las energias fisiológicas tienen como agentes a los fermentos, unos aceleradores de las reacciones sin análogos por su economia y eficacia en los de los cuerpos inorgánicos. Dichos fermentos se encuentran dentro de las células y elaborados por ellas; son los endofermentos, agentes de la química del protoplasma y procuradores de la asimilacion, desasimilacion y de cuantas transformaciones tienen por laboratorio el protoplasma y el núcleo. Esta es la vida intracelular, la única vida de los organismos monocelulares, mas cuando ya los animales se componen de muchas células y se agranda su talla y se definen diferentes estructuras y se distribuyen o dividen los servicios, ciertas células, las epiteliales, se destancan en el oficio de proveer a los humores de la proporcion, en cantidad y calidad, de fermentos para la digestion, asimilacion o destrúccion de los materiales que el individuo ingiere como alimentos.

Las células epiteliales pagan al organismo, como fábricas de productos químicos, lo que del indivíduo consumen para

su nutricion. Sin perjuicio, por supuesto, de otros papeles que a los epitelios compete en la defensa del organismo.

Los músculos, son los agentes del movimiento; mas ocultan, ya antes lo indicamos, bajo las apariencias de tejido contractil essencialmente energético (puesto que liberan energias en forma de calor y trabajo mecánico) verdaderas fábricas de productos químicos de los mas excelentes, como que comprenden probablemente en su industria, desde las sencillas histonas hasta la núcleoalbúmina. Son probablemente los aminoácidos las primeras materias para la industria química de los musculos asi, como es la glucosa el combustible para su trabajo.

En el organismo animal cada célula vive su vida y trabaja para el comun, hasta el punto que si pierde su razon de existencia orgánica, no tarda en degenerar y en morir. Y hay un tejido, el mas noble, el nervioso, en el cual no encontramos mas que funciones altruistas, ya que vive como dije antes de las centrales de teléfono, para el servicio público.

Del mismo modo en las colectividades humanas no hay hombre sin hombre y se engaña el que crea que puede vivir su propia vida, sin influir en la de los demas. Si el altruismo no aconsejara el respeto y aun el cuidado para la vida ajena, lo impondría el propio egoismo.

No es tampoco el organismo un conjunto igualitario de células, todas ellas con los mismos oficios y de categoria equivalente, porque semejante anárquico agregado jamas podrá constituir un organismo. Es este, por el contrario, un sistema de subordinaciones jerárquicas, con una finalidad suprema, la vida. A la del individuo, que es como si dijéramos la del Estado, en la federacion de las células, subordinon estás sus propias funciones.

Cuando el salmon en las aguas dulces no encuentra alimento y se vé a pesar del ayuno, con el compromiso de la reproduccion, de sus poderosos músculos saca los materiales para el desarrollo de las glándulas genitales, para los huevos y la semilla. En el ayuno, cualquier animal se nutre por autofagia, de sus propios recursos: consume primero sus reservas y cuando acabó con ellas utiliza sus tejidos, pero no indistintamente, sino por el orden de su importancia fisiológica y muere el individuo antes de que le toque su turno a los centros nerviosos que son los primeros agentes de la máquina animal. Como que en el bulbo se encuentran los centros que gobiernan al corazon \ a los movimientos respiratorios. En el aspecto biologico, se ha de conservar,

hasta la extrema resistencia, los centros vitales de los organismos.

Y sin llegar a los extremos del sacrificio, en el juego normal de la vida, cada célula, cada órgano tiene su mision y tambien la oportunidad para ejercitarla. No se dan, no se pueden dar huelgas celulares, sin comprometer las células, su propia vida y la de los demas: la dimision de los movimientos respiratorios determina la muerte por axfisia: la suspension de la actividad cardiaca mata por falta de circulacion, e igualmente se compromete la vida si el cerebro abdica o dejan de funcionar los intestinos, el higado y los riñones. Estas son lesiones que matan bruscamente porque se interponen como obstáculos insuperables en el curso de la vida; mas a la larga no hay lesion sin transcendencia, como no sea sustituido o vicariado el órgano que la sufre, ni alteracion humoral que no tenga eco en los ámbitos de la economia.

Cuando en la economia social, son los mineros los que dejan de extraer el carbon, no son solo los burgueses los perjudicados. Al fin los ricos, lo pagan mas caro y no carecen de combustible, con automóviles o vehículos propios pueden trasladarse cuando los trenes no circulan, y son al fin los proletarios, los de blusa y levita, los que sufren irremediablemente los efectos de la huelga, sin carbon para los usos domésticos, a veces sin alumbrado y sin poder viajar en casos de necesidad o urgencia.

La huelga ferro viaria equivale á la suspencion circulatoria de la circulacion material, asi como la postal-telegrafico suspende los relaciones espirituales, en todos sus órdenes.

Tampoco se da en el organismo separacion de intereses que corran paralelos cuando no hostiles: no son solo sinérgicas las funciones sino que la solidaridad es recíproca. El alejamiento de los capitales de la agricultura y la despoblacion de los campos, son los enemigos de la industria agraria, mas su empobrecimiento arrastra a la economia nacional entera. Estos son conceptos vertidos en elocuente y sábio trabajo de vuestro insigne Presidente, mi excelente amigo el Doctor Costa Lobo (1), que tiene tambien su verificacion en la Fisiologia, en donde la desnutricion es la consecuencia de cualquier dimision mas que involuntaria patológica de no importa el órgano, por humilde que sea su funcion.

---

(1) *Portugal na guerra e na paz.*

Por el contrario, cuando las funciones se conciertan, y se muestran recíprocamente atentos los intereses orgánicos diversos, la vida se manifiesta exhuberante, coincidiendo la plenitud con la economia, que nada hay tan caro como la desorganizacion de los servicios.

Cuando la guerra actual ha demostrado que los intereses particulares, los mas caros, como son la propriedad y la vida, ceden ante la suprema necesidad del Estado, los hombres reflexivos han de deducir para la paz una série de mútuas transigencias sin las cuales la vida social no es posible. No es pensando cada cual en su interés, sino con el sacrificio como se hace Pátria, si bien esta se engrandece y avalora con el esfuerzo individual de los ciudadanos, cuyo esfuerzo no tendria efectividad si no lo alentára el deseo de las personales ventajas.

Ya se manifiesta en las células la tendencia adquisitiva, que no otra cosa es la apetencia trófica, y muy notablemente las aptitudes conservadoras. Limitadas las células por las membranas, a través de ellas comercian con el líquido ambiente, el suero, intersticial en los animales superiores: dichas membranas, como las fronteras de las naciones, obedecen a un régimen oportunista; se hacen permeables para el ingreso de los materiales que se han de asimilar y para la expulsion de los desasimilados. Sin la membrana, la célula abierta, sin regla alguna de conveniencia, perderia su capital salino disuelto en el agua de los humores circulantes y aun su propio material orgánico seria disuelto y arrastrado.

Mas no se manifiesta el menor indicio de la propiedad, en el sentido de posesion, en las células aisladas de los organismos monocelulares, porque encuentran los materiales de cambio, en todo momento, en el líquido que las sirve de medio. De otro modo hay que considerar la posesion en el sentido de propiedad, en los animales complicados, aun en los invertebrados marinos, siempre que estén cerrados anatómicamente por un tegumento y posean un líquido interior, medio interno, distinto en su concentracion y composicion del medio exterior, en este ejemplo, el agua del mar.

Cuando los animales poséen un medio interno propio, se hacen verdaderamente autónomos y propietarios. Al medio interno van a parar los ingresos alimenticios que proceden del exterior, prévia o consecutiva transformacion por los fermentos celulares: tambien son arrojados al medio interno los desechos de los tejidos en tanto se eliminan definitivamente; mas no se reduce a este comercio entre las células

y el exterior el papel del medio interno, en cuanto constituye la propiedad mas justa que jamás individuo alguno poseyo: Justa en el sentido de la adquisicion, porque los materiales que circulan en el medio interno, cualquiera que sea su remota procedencia, han sido elaborados por las células, y justo tambien como puede serlo el anillo al dedo, en sus valores físico-químicos, como trataré de demostrar en la próxima conferencia.

El medio interno es la propiedad comun de todas las células del organismo, que tambien mas o menos directamente las mismas células contribuyeron a su constitucion y conservacion.

En los himenópteros que viven en sociedad, las abejas por ejemplo, se da un medio exterior limitado, el de la colmena que es una propiedad comunal de la enjambre. Tambien hay jerarquías en la colmena en la cual culmina la reina, la hembra fecunda encargada de la transcendental funcion de perpetuar la especie, y hay obreras que sacrifican su sexo al bien de la sociedad, ya que dedican a las larvas el alimento que habia de servir a la reproduccion. Es sabido que en la reproduccion se emplea el superávit de los ingresos alimenticios, luego de satisfechas extrictamente las exijencias de la asimilacion. Por esto al sacrificio de las abejas obreras le ha llamado un autor, la castracion nutricia.

La colmena es un bello ejemplo de sociologia biológica, porque en la sociedad de las abejas, asciende al trono la madra, la hembra fecunda y se da el ejemplo de obreras estériles que se sacrifican por los demás.

Entre estos extremos de propiedad comunal como la que ofrece el medio interno y de propiedad individual, la que representa todo indivíduo autónomo, se mueve el sentido de la posesion en la série zoológica. Sin este poderoso instinto de adquirir que en las esferas humanas, asciende a derecho el de la propiedad, no se concibe el progreso, y cuenta que el derecho, este y los demás, han evolucionado con las sociedades humanas. Hoy mismo, con motivo de la guerra, ha sufrido la propiedad una honda modificacion. La Pátria en peligro, y en su representacion el Gobierno, disponen de la vida y de la hacienda de los ciudadanos.

En este punto nos desampara el criterio biológico, porque la complexidad de motivos que la racionalidad impone a las determinaciones humanas, no tienen análogo en las pseudo sociedades animales. En estas, la asociacion tiene por norma el instinto, unas veces para la conservacion de la vida de los

individuos, otras para la perpetuacion de la especie. En estas rudimentarias e instintivas asociaciones zoológicas, el fisiólogo penetra en el mecanismo que en ocasione se reduce a tendencias irresistibles, dinámicas o químicas como las que apellidamos *tropismos*. Mantiene el hombre su personalidad a través del tiempo, en lo físico, en lo químico y en lo moral, no obstante los cambios materiales, ideológicos y éticos que de contínuo le afectan. Y si como se ha repetido muchas veces, el hombre muda de materia en cierto periodo, igualmente puede afirmarse que se modifica despues de cada sensacion, pensamiento o determinacion. Así resultan la complexidad y la inestabilidad, normas del cuerpo y del alma.

Si los humores, los intra y los extracelulares, tuvieran idéntica concentracion molecular, si sus reacciones químicas fueran idénticas, semejantes las concentraciones moleculares y la uniforme composicion química reinase entre los humores y tejidos, la vida seria imposible, y en este *mar muerto* no habria motivo a la menor mocion. Es imposible tal imaginaria homogeneidad, porque la inestabilidad es ley y las descomposiciones y las síntesis se suceden y alternan. Si la individualidad se conserva, a pesar del cambio contínuo, es porque este es parcial y porque los valores oscilan alrededor de un punto de equilibrio.

Imaginamos satisfechos a los compuestos inorgánicos estables porque nada apetecen, ni tampoco tienen que desplegar energias para defender su existencia: la de los animales y la del hombre no es posible sin satisfacciones pasajeras seguidas fatalmente de nuevas apetencias. La especie humana alcanza un alto índice de sensibilidad, y por lo mismo, producen dolor las apetencias y placer las satisfacciones, lo mismo en lo físico que en lo moral.

Las primeras sensaciones plácidas que el hombre experimenta se refieren a la satisfaccion del apetito trófico: este se encuentra entre las esferas del dolor y la satisfaccion, tanto nos agrada por lo que nos dá como por la pena que nos quita. El comer p. e. suprime desde luego la angustia del hambre y satisface mas tarde la apetencia de los tejidos: el agua apaga la sed en cuanto toca a las fauces y despues restablece la fisiológica dilucion de los humores; y a partir de la satisfaccion de estas necesidades naturales, nunca mas, ni en las cimas de las mas puras emociones éticas se separan el dolor y el placer. Como las sombras hacen mas luminosa la luz y los colores complementarios se exaltan recíprocamente, así vive el placer del dolor. Vemos arrojarse los hom-

bres a las mas temerarias empresas, siempre inquietos en contínuos anhelos, cada dia comprados con mayor suma de dolores, con emociones nuevas, jamás hasta entonces sentidas.

Así como no concebimos células sin apetencia, no consideramos como factor de actividad social al hombre que nada teme, ni nada desea. Son, por el contrario, la inquietud espiritual y el dolor, respectivamente, el fermento y el acicate del progreso. Conformemonos con lo irremediable ¿pero porque no hemos de procurar nuestro propio bien y el ageno?

Son inseparables el uno y el otro, ya lo hemos dicho, no solo porque lo manda nuestro racional altruismo, sino porque lo impone el propio instinto de conservacion, que de los bienes y los males de nuestros vecinos, mas de estos que de aquellos, hemos de participar aunque nos pese.

Entrega de la medalla de oro al Dr. Costa Lobo y el titulo de académico honorario al Dr. Carneiro Pacheco.

En este punto quiero hacer consideraciones que ademas de serme gratas han de poner término a esta desaliñada y ya fatigosa conferencia.

Procedemos del mismo tronco, nuestra historia fue común hasta una época relativamente moderna, son análogos nuestros muy heróicos y honorables timbres de exploradores, descubridores y colonozadores, habitamos la misma Península, nuestros idiomas son hermanos, como hijos de la misma madre; nuestros rios bajan cantando de los glaciares españoles hasta fundirse en el mar, en la costa portuguesa, la frontera que nos separa es puramente artificial, tan artificial como los prejuicios que impidieron conocernos y estimarnos en lo que mutuamente valemos. De lo que estamos mas necesitados, portugueses y españoles, es de comercio literario, artístico, económico y científico. No haya recelos que carecen por completo de fundamento, amemonos mas que como vecinos, como hermanos, cada cual con sus valores y su carácter, sin menoscabo de la personalidad de ninguno, y gritemos al unisono: ¡Viva Portugal! ¡Viva España!

Dr. José Gómez Ocaña.

QUESTÕES DE ARTE

I

Três igrejas românicas

Nesta Páscoa, a «Santa Arquiologia» sacudiu-me das sandálias rotas ao chapeo mole três pequeninas amendoas bolorentas de há tanto abandonadas aos ratos desta agradecida terra de Portugal e já em parte roídas. Junto ao Bom Jesus de Braga, Tenões, de beiral estribado e porta de só duas arcadas, completamente inovada, e, não longe, Gualtar, de que uma linda porta lateral ao lado do Evangelho, inspirada um pouco da que na Sé de Braga ainda se vê do outro lado litúrgico, lhe foi conservada. À margem da estrada que parte dos Planos, ainda a curta distância de Braga, ergueu-se algum dia coerente e viva a igreja de Lomar. Falemos das suas mais importantes relíquias: — são as pedras lavradas que se pisam, já muito gastas na escada da torre, numa contribuição sacrílega. Todas da última estilização, as cinco são um capitel da entrada e ábacos de grandes capiteis, provavelmente, e provavelmente também, duma capela principal (e única) onde os erguiam semi-colunas como em S. Romão de Arões (1). Como Braga também recebeu do govêrno como «presente de Páscoa» (2) a concessão dum museu, entendemos que as pedras de Lomar ali serão melhor respeitadas e conservadas.

Coimbra, 6 de abril de 1918.

---

(1) Veja-se sôbre esta igreja o artigo que lhe consagrei no número único do meu *Altegro vivare*, pags. 17 a 21. Mudejarismo? Veja-se em «Uma circunstância modificadora das proporções, etc.», onde cita Santa Maria de Melque. Desta igreja de Espanha entre a qual e a entrada da Casa do Capítulo da colegiada de Guimarães eu comprimi o transe mosarábico em terras virgens de Galaicos, só hoje posso aproximar Arões, porque o meu citado artigo tinha marcados limites.

(2) Assim o diz a imprensa local e eu concorde para que ninguem discorde, pelo menos do primeiro ponto, aí vão citados os *Ecos do Minho*, de 31 de março.

II

A questão cronológica de Travanca

Na *Arte* de 1908, o Sr. Joaquim de Vasconcelos assina à construção do mosteiro de Travanca um período documental que, francamente o confesso, eu não sei contestar nem penso que, com os dados dos actuais estudos românicos, seja de fácil contestação. Foi assim que, sem me determinar pessoalmente, tirei da investigação de Sua Ex.ª a afirmação, incidentalmente feita num apressado relatório no número de julho último do Boletim do Instituto de Coimbra, do novecentismo dos seus arcos, que noutra parte demonstrava, com fundamentos já muito familiares do mesmo senhor, serem imediatamente filiados na curva ultra-semicircular. Agora é a torre militar que se invoca como fundamento da cronologia! Esta torre militar é uma torre como outras muitas no género defensivo românico, de aparelho entre — 0,78×0,40×0,65 — e — 0,925×0,34×0,63. Tem, de resto, (*Arte Românica,* reprs. pág. 62) uma entrada muito aproximada duma janela de Santa Maria de Cárquere (Resende) pelo tema decorativo (*Terra Portuguesa,* III, pág. 59). De ser a parte arcaica da construção de Cárquere do século XII, quere o Sr. Dr. Virgílio Correia (ibidem) que a igreja de Travanca o seja também. Pelo gráu de probabilidade scientífica, entre as duas hipóteses não há que escolher, mas, segundo penso, a interdependência da torre com a igreja no ponto cronológico não é laço para prender imaginação alguma, podendo muito bem dar-se que a torre viesse depois da igreja, como elemento darte tradicional, ou noutra hipótese corrente, vissemos lavrar-lhe o portal cinco quarteis após a sua erecção. Demais, se a igreja de Travanca fôsse do século XII, neu eu nem as minhas conclusões sôbre os arcos perdiam nada com isso. No claustro da Oliveira há mesmo um arco de porta e outro de janela que muito quereriam aproximar a sua génese dos de Travanca. A cronologia pangenética do Sr. Vasconcelos voltou-se-lhe hostil. Eu sempre estava interessado na verdade, mas milagres não os farei nunca, sendo certo também que os não espero.

Porto, janeiro de 1918.

EDMUNDO ARMÉNIO CORREIA LOPES.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 6, pag. 330)

PAM E AGUA (V.co GOMEZ)

«Carta de privilegio a V.co Gomez Pam e Auga, alfayate do comde de Villa Real, meu muito amado primo, pello do dito conde, que nollo por ello pedio. Dada em Torres Vedras a 25 de julho de 1455» (1).

PEREIRA DE BRITO (MANUEL)

«Dona Luisa por graça de Deus, Raynha de Portugal etc. Faço saber a D. João Mascarenhas meu muito prezado sobrinho Mordomo mayor de minha casa e Conde de Santa Cruz que Eu Hey por bem e me pras fazer mercê a Manuel Pereira de Brito de o tomar por uestimenteiro de minha caza para me servir como os mais oficiais della com que gozará de todos os Preuilegios liberdades que gozão os criados de minha caza e por firmeza de tudo lhe mandei passar esta carta por mim assinada e passada pela minha chancelaria e sellada com o sello de minhas armas. Dada em Xabregas. Manuel Freire a fes a 2 de Julho de 1665. Belchior do Rego e Andrada secretario a escrevi — A Raynha» (2).

PIRES (LUIS)

«Carta de privilegio a Luis Pīz, frances, alfayate, mora-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 15, fl. 61.
(2) Idem — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 15 v.

dor em nossa cidade de Lixboa. Dada em Evora 7 de junho de 1452» (1).

RODRIGUES (DUARTE)

«Dom Manuell etc. Fazemos saber a vos Fernã Lourenço do noso comselho e feytor dos nosos trautos de Guinee e das Indias e aos escprivaes de vosso oficio, que a nos praz e avemos por bem e noso seruiço que daquy em diamte que quaes quer obras que se na dita casa ouuerem de fazer asy dalfayatarya como de jebatarya e bandeiras de seda e de quaees quer outros panos se dem a cortar e fazer a Duarte Roīz, noso alfayate, a que ora fazemos merce da dita casa e trautos asi vestidos de panos de seda como doutros quaesquer panos de llãa e linho, o qual auera aquelle pagamento por cada peça que gerallmente se costuma leuar, e esta obra sera dada a elle e a outro algũu nã, e elle sera asy diligemte aa fazer quaesquer pressas *(sic)* que seja de maneira que nos sejamos seruydo com muyta diligemcia e bem e se per vemtura elle aquy nom for nesta cidade queremos que syrua por elle quem elle poser, o qual iso mesmo sera diligemte como compre a noso seruiço e por esta mandamos a Jorgee de Vascomcellos que daquy em diamte todallas obras que se na casa e trauto do almazem ouuerem de fazer das que em cima faz memçã que elle dito Duarte Roīz nos faça da maneira que elle faz as da casa da Mina com aquella diligemcia e aja aquelle mesmo pagamento. E porem noteficamos asy e mandamos que ao dito Duarte Roīz ajaaes por alfayate desas casas da Myna e almazens e trautos e outro algũu nã e lhe compraes e gardes esta nosa carta segumdo se em ella contem por quamto asy he nosa merce. Dada em Lixboa a vimte e sete dias de dezembro — Luys Correa a fez — anno de mill e quinhemtos e tres annos» (2).

RODRIGUES (FRANCISCO)

Alfaiate da casa da rainha mãe. Sua magestade o tomou por alfaiate de sua casa, ofício que vagou por falecimento de Manuel Gonçalves. Alvará de 13 de dezembro de 1657 (3).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 96.
(2) Idem — Chancelaria de D. Manuel, liv. 35, fl. 64 v.
(3) Idem — *Matriculas*, liv. 5, fl. 845 v.

RODRIGUES (JOÃO)

Era alfaiate, morador no Porto. Carta de privilégio a pedido de dona Beatriz de Menezes, comendadeira de Santos, por estar casado com Ines Fernandes, sua criada. Carta dada no Porto a 28 de julho de 1462 (1).

ROMÃO (ELIAS)

«Ellias Romãao, judeu, alljabebe, morador na Judaria nova da cidade de Lixboa — carta de alljabebarya — 5 dabril de 1446» (2).

SAMAIA (MESTRE)

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a meestre Samaya, alfaiate, morador em a nosa cidade de Lixboa, teemos por bem e damos lhe licença e lugar que ell posa ter hũu caseiro em sua quintãa quall lhe prouuer sem embargo de nosa hordenaçom sobrelo feita em contrairo. E porem mandamos.... Dada em a nossa cidade de Lixboa xxbiij dias de julho — P.º Gllz a fez — anno do S.or de mil iiij^{c} Rix» (3).

SILVA (ANTONIO DA)

«Dona Maria por graça de Deus Raynha de Portugal e dos Algarves etc. Faço saber a D. Nuno Alvares Pereira Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho Mordomo mor de minha casa que Eu hey por bem e me praz fazer merce a Antonio da Silva de o tomar por alfayate dos meus criados da Cavalharice para me servir como os mais officiais de minha casa e gozará de todos os privilegios, liberdades e prehiminencias que gozam os meus criados e por firmeza de tudo lhe mandey passar esta carta por mim assinada e sellada com o sello das minhas armas que passará pela chancelaria. Dada em Lixboa a 28 dias do mez de Septembro.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 1.º, fl. 52.
(2) Idem — Idem, liv. 6, fl. 24.
(3) Idem — Idem, liv. 37, fl. 18.

*

Bernardo de Araujo a fes ano do nascimento de nosso senhor Iezu Christo de mil seiscentos oitenta e oito annos. Martim Monteiro Paym a fis escreuer — Duque — Raynha» (1).

SILVA (FRANCISCO DA)

Natural de Lisboa, filho de Domingos Jorge. El-rei lhe fez mercê do ofício de alfaiate das vestimentas e ornamentos da capela real, que vagou por falecimento de seu pai. Alvará de 9 de janeiro de 1658 (2).

JUBITEIROS

AFONSO (PERO)

«P.º Afonso, meu gibiteiro 2244 rs de tença q̃ é quanto tinha de moradia a razão de 287 rs por mez — em satisfação do seu serviço e casamento. Porto 6 de julho de 1476» (3).

BELHAMY (MOUSSEM)

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que per falecimento do Ifante dom Anrrique, meu tio, que Deus aja, nos filhamos ora em nossa guarda e encomẽda Mousem Belhamy, filho de Belhamym, gibiteiro que foy do dito ifante. E porem encomẽdamos e mandamos.... Dada em Euora xiij dias de março — Joham Gomez a fez — era de mil e iiij^{c} lxj» (4).

CASTELÃO (ABRAÃO)

«Carta p.^{a} andar em mulla a Abraão castellaão, judeu, gibiteiro, que ora anda em nossa côrte, pollo de P.º Borjes nosso moço da camara. Dada em Viseu xxij de janeiro de 1454» (5).

---

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 55 v.
(2) Idem — *Matrículas*, liv. 5, fl. 847.
(3) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 7, fl. 26.
(4) Idem — Idem, liv. 9, fl. 21 v.
(5) Idem — Idem, liv. 10, fl. 68.

FONSECA (FRANCISCO DA)

«Dom Johão etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que a nos praz e avemos per bem que nam sejam tomadas aos filhos de Francisco da Fonseca, gibiteiro que foy delRey meu senhor e padre que samta gloria aja as suas casas que tem em Alfama da nosa cidade de Lixboa dapousemtadoria sem noso especial mamdado e se lhe ja sam tomadas mamdamos per esta ao noso apousemtador mor da corte e aos oficiais dapousẽtadoria da dita cidade que lhes façam despejar, e esto nos praz pello ja asy therem por hũua carta do dito snñor, que foy rota ao asynar desta. Porem volo noteficamos asy e a quoaes quer outras nosas justiças a oficiaes e pesoas a que o conhecimento desto pertencer e mandamos que esta nosa carta cũpraes como nella he comtheudo sem duvida nem embarguo algum que a elo seja posto. Dada em a nosa cidade dEuora a biij dias de março — Dioguo Paez ha fez — de mill b^{c} xxiiij» (1).

GONÇALVES (JOÃO)

«Joham Gllz, jubiteiro delRey meu s.^{or} e padre cuja alma D.^{s} aja por xxiiij annos que o seruio em o dito seu officio e foi seu m.^{e} Carta de privilegio — Dada em Lx.^{a} xxbj de maio 1442» (2).

PINTO (AFONSO)

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que cõfiamdo eu de Afomso Pimto, jubiteiro do cardeall meu muito amado e prezado irmão, que nesto me servira bem e fiellmemte e como a meu seruiço compre, e queremdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e o dou ora daqui em diamte por allfaiate das minhas casas da Imdia e Mina e allmazẽes da minha cidade de Lixboa, asy e pella maneira que ho elle deue ser e o era Duarte Rodriguez e Alluoro seu filho, que ho dito oficio tinha e se finarom, com o qual nam avera outro mamtimemto, salluo

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doaçõe*s, liv. 4, fl. 26 v.

(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 23, fl. 93.

lhe serã pagas todas as obras que fezer, segumdo hordenamça das ditas casas. E porem mamdo ao feitor e oficiaes das ditas casas da Imdia e Mina e almazẽes que ho ajam asy por allfayate dellas e a elle se dẽ a fazer todalas obras que nas ditas casas se ouuerem de fazer asy de pano de llam, como de linho, como de seda, as quaes lhe serã pagas segumdo hordenamça dellas como dito he sem duuida nem ẽbargo que lhe a ello seja posto, e por sua guarda e firmeza dello lhe mandey dar esta minha carta per mim asynada e asellada do meu sello pemdemte. Dada na minha villa de Tomar a xxb dias dagosto — P.º Machado a fez ano de noso Senhor Ihũu X.º de mill b^{c} xxbj, e eu Garcia de Resemde a fiz escreuer» (1).

MENEZES (TRISTÃO DE) — BARRETEIRO

«Dom Johão etc. A quãtos esta minha carta virem faço saber que eu ey por bem e me praz de fazer merce a Tristã de Meneses, filho de R.º de Meneses, meu bareteyro do oficio de bareteyro do primcipe dom Joham, meu sobre todos muito amado e prezado filho, por quãto he auto e soficiemte pera seruir o dito oficio e por esta mãdo ao thesoureiro de minha casa que hora he e ao diamte for que daquy em diamte faça com elle todas as obras de bareteyro asy de cortado como de picado e o aja por seu official e nom outro allgũu e ao apousemtador moor e apousemtadores de minha corte e a quaes quer outros officiaes, a que o conhecimento pertencer que homde quer que eu esteuer lhe dem e fação daar e asy homde esteuer o primcepe meu filho pousadas e camas de graça pera elle e sua molher e pera os seus.... Joham de Castilho a fez em Lixboa a x de setembro ano do nasimento de noso Senhor Ihũ $X_{\overline{po}}$ de mill e b^{c} Rbij anos» (2).

GOMES (PERO) — BURZIGUEIRO

«Dom J.º etc. A quãtos esta minha carta virem faço saber que ha mim praz dar lugar e licença a P.º Gomez, borziguieiro *(sic)* do ifamte dom Duarte, meu muito amado e pre-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 36, fl. 148.

(2) Idem — Idem, liv. 15, fl. 157 v.

zado irmão, pera amdar em mulla ou faca de sella e freo, etc. Amrique da Mota a fez em Evora aos xj dias de feuereiro anno de noso Senhor Ihũu X_{po} de mill e b^{c} xxxiiij» (1).

CALCITEIROS (FEITORES DE CALÇAS)

GOTERRES (ANDRÉ)

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que a mym praz dar licença a Amdre Goterrez, calceteiro do cardeall meu muito amado e prezado irmão, pera andar em mulla ou faca de sella e freo, posto que nam seya de marca nem tenha cavallo, sem embargo da ordenaçam em contrairo. E portamto mando a todolos corregedores, juizes, justiças e oficiaes e pesoas, a que esta minha carta for mostrada, que lhe nam ponham a ello duuida nem embarguo algũu por que asy ho ey por bem. Amrique da Mota o fez em Evora aos xj dias de março anno de nosso Senhor Ihũ X_{po} de mill b^{c} xxxiiij» (2).

NUNES (FRANCISCA)

«Dom Felipe etc. Aos que esta carta virem faço saber que avemdo respeito a Francisca Nunez, que foy allfaiate do senhor Rey dom Sebastião, meu sobrinho, que D.^{s} tem, o seruyr muitos annos de lhe fazer calças dagulha, e a ser agora velha e carecida da vista, ey por bem e me praz de lhe fazer merce de apousemtar, e que tenha e aja de minha fazenda cada anno cinquo mil noue centos trinta e cinquo rs, em dias de sua vyda, que he outro tanto como monta em sua moradia e vestiaria per esta maneira -s- quatro mil e quinhentos e sesẽta rs na moradia a rezão de trezentos e oitenta rs por mez e o mil e trezentos setenta e cinco rs na vestiarya segumdo se vio per certidõis de Martin Cota, fidalgo de minha casa e escriuão da matrycola dos moradores della, e de Belchior de Brito, escriuão dos meus contos do Reynno e casa, que tem o liuro das vestiarias que nelles esta, os quais cinquo mil nouecentos trynta e cinquo rs começará a

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 20, fl. 42.

(2) Idem — Idem, liv. 20, fl. 66.

vencer do primeiro dia de janeiro que passou deste anno presente em diante. E portanto mando.... Antão da Rocha o fez em Lixboa a iiij dias do mes dagosto ano do nacimento de noso Senhor Ihũ X_{po} de mil b^{c}lxxxbiij. E eu Manuel dAzeuedo o fiz escreuer» (1).

NUNES (JOÃO)

«Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que avendo respeito ao seruiço que me tem feito e espero que ao diãte fará João Nunez, meu callciteiro, ey por bem e me praz de lhe fazer merce, pera casamento de hũa sua filha, quall elle nomear, de hũu officyo que caiba na pesoa que com ella casar, e pera sua guarda.... Symão Borralho o fez em Montemor o nouo a bij doutubro de j̄b^{c}lxix. Duarte Diaz o fiz escreuer» (2).

PINHEIRO (LOURENÇO)

Natural de Lisboa, filho de Lourenço Afonso. El-rei lhe fez merce do ofício de calciteiro e jubiteiro da gente da guarda de pé, que vagou por falecimento de José da Cruz. Alvará de 30 de julho de 1658 (3).

RIBEIRA (PERO DA)

«Calciteiro cortesam. Foi-lhe aforada uma vinha e cerrado na Açacaya, termo de Santarem. Carta de confirmação a xxij de janeiro de mill e b^{c}xxxbij» (4).

RODRIGUES (JORGE)

«Jorge Roīz, callcyteyro do Imfamte dom Luis. Licença para andar em mula. Carta de 24 doutubro de 1532» (5).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Filipe I, *Doações*, liv. 13, fl. 174.
(2) Idem — Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, liv. 22, fl. 316.
(3) Idem — *Matriculas*, liv. 5, fl. 840.
(4) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 24, fl. 27.
(5) Idem — Idem, liv. 18, fl 117 v.

LUVEIROS

FERNANDES (FRANCISCO)

A 8 de agosto de 1544 denunciou uma mourisca, de nome Maria Fernandes, que dissera que a maldição caísse sôbre um mourisco que se tornára cristão (1).

FERNANDES (SEBASTIÃO)

A 7 de abril de 1544 compareceu no tribunal da Inquisição Madalena Fernandes, sua molher, e disse que Ana Gomes, de uma vez que ela estava à porta e por lá ia passar o Santissimo Sacramento, meteu-se para dentro, etc. (2).

GONÇALVES (ESTEVÃO)

A 25 de janeiro de 1537 denunciou Cristóvão Çamorano, tambêm luveiro, como bigamo e como não se confessando nem a mulher (3).

GONÇALVES (PEDRO)

No dia 28 de dezembro de 1540 compareceram no tribunal do Santo Ofício Pedro Gonçalves, luveiro, e Filipe Vaz, idem, que disseram que ouviram a Diogo Dias que por um buraco espreitára para casa de Simão Vaz num sábado à noite e vira uma panela a ferver e deitando cheiro a carne. Filipe Vaz disse mais que Tomé Luis, luveiro, já defunto, lhe tinha dito que ouvira dizer a Simão Vaz que Cristo havia de vir num cavalo branco e que havia de dar tantas riquezas que não haveria necessidade de trabalhar. O mesmo disse Francisco Martins, luveiro (4).

---

(1) *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pag. 175.
(2) Idem — Idem, pag. 173.
(3) Idem — Idem, pag. 83.
(4) Idem — Idem, pag. 88.

MORATO (FRANCISCO)

Por Portaria de 16 de junho de 1681 foi passada carta de luveiro a Francisco Morato (1).

«Dona Maria por graça de Deus Rainha de Portugal etc. Fasso saber a vós D. Nuno Alvares Pereira Duque de Cadaval meu muito prezado sobrinho Mordomo mór de minha caza que eu hey por bem e me praz fazer merce a Francisco Morato de o aceitar por oficial de luveiro de minha caza para me servir como os mais oficiaes della com que gozará de todas as honras privilegios liberdades que gozão os meus criados e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta por mim assinada sellada com o sello de minhas armas, que passará pela minha chancelaria. Dada em Lixboa aos 3 de outubro. Bernardo de Araujo a fez ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1694. Martim Monteiro e Paiva a fiz escrever. Rainha. Duqueza. Por rezolluçam de 22 de setembro de 694» (2).

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 41 v.
(2) Idem — Idem, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 64.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 6, pag. 338)

Fausto e a duqueza precipitam-se nos braços um do outro; a sua louca paixão amorosa arrasta-os numa dança desenfriada. Mefistófela encontra também o bem amado que esperava: um gentil-homem magro e sêco com manto preto e pena de galo côr de sangue no boné. Enquanto a dança do primeiro par percorre a gama inteira de uma paixão verdadeira, ainda que desordenada, a de Mefistófela com o seu companheiro é simplesmente a expressão lasciva da galantaria, da eterna mentira. Por último os quatro, empunhando archotes negros, vão, segundo a fórmula consagrada, apresentar ao bode as suas homenagens respeitosas, reunindo-se ao galope que gira em volta do altar. Uma particularidade dêste galope consiste na posição que tomam os dansarinos: dansam de costas voltadas, uns para os outros. Fausto e a duqueza escapam-se desta sociedade infernal e perdem-se atrás das árvores, à direita da scena. O baile termina; novos convivas aproximam-se do altar; celebram a adoração do bode. Há entre êles testas coroadas e mesmo altos dignitários da igreja em hábitos pontifícios. Entretanto chega grande multidão de frades e freiras que com as suas polcas estravagantes divertem os demónios que do alto dos montes estendem as patas, em sinal de aplauso frenético.

Fausto reaparece com a duqueza: o seu aspecto está mudado; afasta-se com enfado da sua bela amiga que com os cabelos em desordem o persegue com voluptuosas carícias. Fausto exprime-lhe por gestos fáceis de compreender a saciedade e aversão, de que se encontra possuido. É em vão que ela se lança aos pés do amante que a repele com desdêm, Neste momento aparecem três pretos vestidos de arautos de armas; trazem para a duqueza, da parte de Satanaz.

seu senhor, ordem de os acompanhar, e como ela hesite, arrastam-na à fôrça.

Vê-se então ao fundo do teatro, o bode descer do seu pedestal, e depois de algumas cortesias, executar um minuete com a duqueza. Passo grave, cadenciado, cerimonioso. O bode deixa transparecer a tristeza de um anjo caído e de um príncipe mal humorado; a duqueza, um violento desespêro. Terminada a dansa, o bode retoma o seu lugar sôbre o pedestal. As damas que assistiram ao espectáculo aproximam-se da duqueza com genuflexões e reverências; depois arrastam-na consigo. Enquanto Fausto observa o minuete, Mefistófela vem para seu lado. Indica a duqueza à companheira com um movimento de repugnância, parecendo fazer-lhe a seu respeito qualquer confidência horrível. Manifesta um profundo desdêm a esta sociedade absurda que se agita em volta dêle, a êste mundo em que apenas vê uma imunda e brutal paródia do ascetismo espiritualista, paródia que nem ao menos tem o mérito de ser mais divertida que original. Sente a necessidade de outra atmosfera, de um ar mais sereno, mais puro; aspira à beleza harmónica da antiga Grécia, aos nobres e generosos tipos do mundo homérico. Mefistófela compreende-lhe os desejos, e batendo no chão com a varinha faz surgir a imagem da famosa Helena de Sparta, bela visão aéria que logo se desvanece.

O doutor Fausto, que como verdadeiro erudito alemão idolatrara sempre o ideal antigo, acaba de entrever a mais bela heroína dos seus sonhos. Um nobre entusiasmo brilha-lhe nos olhos; torna-se impaciente. A um sinal de Mefistófela os corcéis mágicos apresentam-se e levam-nos a ambos. Neste momento a duqueza entra em scena e ao ver desaparecer o seu bem amado, cai desvanecida, louca de desespêro. Monstros ridículos levantam-na e passeiam-na triunfalmente com muitas facécias grosseiras. Nova dansa infernal interrompida de súbito pelos sons estridulos de uma pequena campainha e dos órgãos, sacrílega paródia de música sacra. Assembleia geral em volta do altar. As chamas crepitam; consumido pelo fogo, o bode desaparece com ruído. Algum tempo depois de cair o pano, ouvem-se os cantos ímpios, ao mesmo tempo grotescos e terríveis da missa de Satanaz.

ACTO IV

Uma ilha do arquipélago. À esquerda um golfo côr de esmeralda que não destoa do azul de turqueza da abóbada

celeste. Paisagem ideal banhada numa atmosfera luminosa. Vegetação e arquitectura gregas, tão belas como as sonhava outrora o cantor da Odisseia. Ciprestes, bosques de loureiros, a cujas sombras repousam brancas estátuas. Plantas fabulosas em grandes vasos de mármore; árvores ornamentadas com grinaldas; cascatas cristalinas; à direita um templo de Venus Afrodite, cuja estátua se eleva por detrás das colunas e tudo isto animado por uma forte raça de homens, adolescentes em brancos trajos de festa; donzelas em túnicas de ninfas, com a cabeça coroada de rosas ou de murta. Respira-se a serenidade do génio grego, a paz e a ambrosia dos deuses, a calma antiga. Nada lembra êste nebuloso supernaturalismo, esta mística exaltação voluptuosa ou doentia, êste êxtase do espírito que quere libertar-se dos laços do corpo e procura um mundo, alêm da terra; por toda a parte uma felicidade real, plástica, sem a mínima mistura de tristezas passadas ou de pretenciosas e vãs aspirações. A rainha desta ilha é Helena, a filha de Sparta, a mais nobre beleza que a poesia glorificou. À frente das mulheres da sua côrte, dirige a dansa executada no templo de Venus. Dansa e atitudes solenes, castas, de harmonia com a beleza dos lugares. É no seio dêste mundo ideal que Fausto e Mefistófela, fendendo os ares com negros corcéis, fazem uma súbita irrupção. Ambos parecem ter despertado de um grande pesadelo, de um absurdo mau-estar, ambos se recreiam à vista do belo e da dignidade verdadeira do mundo primitivo. A rainha que dansa com as companheiras avança hospitaleiramente ao seu encontro; oferece-lhe alimentos em vasos ricamente cinzelados e convida-os a permanecer com ela nesta ilha afortunada.

Fausto e Mefistófela correspondem com passos de dansa cheios de graciosidade a êste afável acolhimento, e ambos se dirigem ao templo de Venus em que se despojam do seu trajo romântico da Idade-Média, pelo trajo grego, ao mesmo tempo simples e esplêndido. Voltando a seguir ao proscénio, os três executam uma pantomima mitológica. Fausto e Helena assentam-se num trono, à direita da scena, enquanto Mefistófela com o tirso e o tamboril na mão se entrega como uma bacante a evoluções fogosas. As companheiras de Helena, arrastadas pelo exemplo, arrancam das suas frontes as corôas de rosas e de murtas; entrelaçam parras de vinha nas tranças que desatam, e agitando o tirso sagrado, com a cabeleira ao vento, abandonam-se aos mesmos transportes. Então os adolescentes armados de escudos e lanças, perse-

guem as donzelas, possuidos de divina loucura e num combate simulado executam uma destas dansas guerreiras, tão complacentemente descritas pelos autores antigos. Uma scena no gôsto pagão acha lugar nesta pastorela heróica; amores montados em cisnes armados de lanças e flechas, saltam para o chão e com suas dansas simulam também combates. Brusca interrupção dêste gracioso espectáculo com a chegada da duqueza mágica que atravessa os ares num enorme morcêgo. Terror dos pequenos cavaleiros que se precipitam sôbre os cisnes e se elevam nos ares. A duqueza lança-se como uma fúria perante o trono em que estão sentados tranquilamente Fausto e Helena. Parece dirigir ao infiel bruxo sangrentas censuras e atrozes ameaças à rainha. Mefistófela que observa esta scena com satisfação maligna, retoma a sua dança de bacante, à qual se juntam as damas da rainha. A sua alegria frenética forma um contraste com a cólera da duqueza. Furiosa então e cedendo aos transportes da sua fúria, agita a varinha mágica que tem na mão e adivinha-se que acompanha êste movimento com maldições horríveis.

O ceo escurece; o trovão ribomba; os relâmpagos fuzilam; o furacão sibila; o mar batido pela tempestade encapela-se em vagas espumosas, e a ilha inteira com tudo o que encerra, sofre terríveis metamorfoses. Tudo parece prêsa da morte: as árvores estão sêcas e sem fôlhas; o templo está reduzido a ruínas; as estátuas juncam o solo com os seus restos. Semelhante a um esqueleto descarnado, a bela Helena, envolvida numa mortalha, está sentada ao lado de Fausto. As dansarinas transformam-se em espectros de ossos; cobertas com capuzes brancos que lhes chegam até ao meio do corpo, mostram as coxas horrivelmente magras. Assim desfiguradas continuam a sua alegre dansa, como se não percebessem a desgraça que as atinge. Fausto irritado por ver toda a sua felicidade aniquilada pela vingança duma bruxa ciumenta, desce do trono de espada desembainhada e mergulha-a no seio da duqueza.

Mefistófela que evocou os corcéis negros parece agitada com um pensamento terrível; insta com Fausto para se pôr a caminho e desaparece com êle nos ares. O mar sobe cada vez mais alto, devora tudo, coisas e homens. Só os Lemures se mostram indiferentes ao que se passa em volta; a dansa continua ao som do tamboril, até que as ondas lhes chegam à cabeça, e a ilha é toda submergida. Por cima das vagas, sacudidas pela tempestade, vêem-se Fausto e Mefistófela cavalgando nas suas negras montadas.

ACTO V

Vasta praça em frente de uma catedral, donde se avista o portal gótico, ao fundo da scena. Dos dois lados da praça renques de tílias simétricamente cortadas. Por debaixo das árvores da esquerda, grupos de burgueses, abancados em alegre convívio, entregava-se a repetidas libações. Costumes dos Países-Baixos de século XIV. Mais ao longe alabardeiros atiram a um papagaio, prêso a um alto ramo. Divertimentos de toda a ordem: casas de espectáculo, lojas, barracas, músicos ambulantes, arlequins. No meio da scena um terreiro, em que dansam as pessoas importantes do lugar. O pássaro é atingido e o feliz atirador, rei da festa, passeia em volta triunfalmente. Tem a cabeça coberta com uma enorme coroa de guisos e no peito e nas costas placas de prata. Assim ornamentado deixa transparecer uma vaidade feliz e a cada passo e a cada movimento faz ressoar os enfeites das suas reais vestes. No cortejo figuram tambores e tocadores de flauta; após êles marcha o porta-bandeira atarracado, de pernas curtas, que agita do modo mais ridículo uma bandeira gigantesca; depois vem Sua Majestade, seguida de todo o corpo de alabardeiros. O gordo burgo-mestre e a sua não menos volumosa cara-metade, sentados com a filha debaixo das tílias, recebem a respeitosa saudação do cortejo que desfila; a donzela leva aos lábios a taça de honra que apresenta ao rei da festa. Ouve-se o toque das trombetas. Sôbre um alto carro, ornamentado de folhagem e puxado por dois cavalos negros, entra o sapientíssimo doutor Fausto com o seu trajo escarlate, de bordados dourados. À frente do carro, vai Mefistófela que ostenta um costume charlatanesco: fitas, penas, ouropeis de toda a ordem. Avança com a trombeta na mão. De tempos a tempos toca ou diverte o público com dansas. Do alto do carro, em volta do qual os curiosos se apinham, o prodigioso doutor vende pós e líquidos de todas as qualidades. Fausto opera curas maravilhosas em miseráveis estropiados, cujos membros recuperam a agilidade imediatamente. Acaba por descer do carro e distribui à multidão frascos com um elixir milagroso: bastam algumas gotas para nos curarmos de todo o mal e sentirmos o louco ardor da dansa. O rei dos alabardeiros depois de ter engulido o conteúdo do frasco sofre a mágica influência; apodera-se de Mefistófela com quem dança apaixonadamente. O burgo-mestre e a mulher, igualmente excitados pela vir-

tude da bebida, executam a velha dança dos seus avós. Enquanto o público cede a esta vertigem louca, Fausto aproxima-se da filha do burgo mestre. Comovido pela candura da rapariga, pela sua casta beleza, declara-lhe o seu amor; com uma doçura melencóliça e quási tímida, dirige-se aos pais e reitera o seu pedido. É acolhido com benevolência e a donzela acaba por dar o consentimento. Os noivos celebram com danças o himeneu. O doutor vai encontrar enfim, nas alegrias modestas de uma vida retirada, a felicidade doméstica que lhe dará a paz do espírito. Longe dêle as dúvidas filosóficas e as amargas voluptuosidades do orgulho! Irradia felicidade, reluz como um galo dourado no zimbório de uma igreja.

O cortejo nupcial organiza-se com pompa; dirige-se para a catedral, quando de repente Mefistófela avança para Fausto e com gestos e risos escarninhos, o arranca aos seus desvaneios. Parece ordenar-lhe que siga sem demora. Ele recusa e encoleriza-a. Consternação geral. O pavor aumenta, quando a um sinal cabalístico de Mefistófela, as trevas da noite se substituem ao dia, e uma tempestade medonha se desencadeia. Tudo foge, tudo vai procurar um asilo na igreja, onde começa a ouvir-se o toque dos sinos e as harmonias dos órgãos, vozes suaves e religiosas, dramático contraste com o espectáculo infernal. Fausto quis procurar um refúgio na catedral, no seio da igreja, mas uma terrível mão negra, saída das entranhas da terra, deteve-o, enquanto Mefistófela triunfante e com uma alegria perversa, tira do corpete o pergaminho fatal que o doutor assinou com o próprio sangue. Mostra-lhe que o tempo fixado pelo contrato passara e que de hoje em diante pertence de corpo e alma ao inferno. Vãs objecções da parte do desgraçado! vãs lamentações! súplicas inúteis! A mulher-satanaz dança em volta com esgares horripilantes. A terra entreabre-se e do seu seio saem os príncipes do inferno, monstros de sceptro e corôa. Dançam à roda de Fausto danças infernais e aterram o condenado com suas zombarias hediondas. Por fim Mefistófela, convertida em medonha serpente enrosca-se em volta dêle, sufoca-o, apertando-o ferozmente. Enquanto o grupo desaparece no meio das chamas, ouve-se do fundo da catedral o som dos sinos e o canto dos órgãos — grave advertência, piedosa e cristã exortação à guerra.

Esta exposição do assunto da mágica foi dirigida por Heine com a obra a Lumley, Esquire, que lhe pedira para escrever um bailado para o «Teatro da Rainha», de Londres, de que

era director. Heine em carta a Lumley, começa por estudar a formação da lenda e indicar as fontes principais de que se inspirou: a obra de João Spiess, publicada em Francfort, em 1587, sôbre a vida de Fausto; o trabalho de Widmann, publicado em Hamburgo em 1599; os livros de magia, chamados «Chaves dos Infernos», de que foi publicada a mais formosa, a sétima — O Espírito do Mar — em 1692, em Amsterdam, por Holbeck; a obra sôbre *o famulas* do doutor Fausto, Cristóvão Wagner, cujas aventuras e facécias foram também atribuídas a seu amo, traduzida em 1594, segundo o testemunho do autor Tholet Schotus, de um original espanhol; o «Fausto de Marlowe», a comédia dos teatros de feira, publicada por Simrock, etc. (1). A seguir condena a

---

(1) As peças populares sôbre a vida de Fausto, representadas nos teatros de feira são numerosas. Dr. Stieglitz, no artigo «Die Sage vom Doctor Faust», publicado no «Historisches Taschenbuch», dá-nos uma notícia geral das mesmas, e o Dr. Franz Horn, descreve minuciosamente uma representação, a que assistiu no ano de 1807. (Vid. «Freundliche Schriften» e «Poesie und Beredsamkeit», vol. ii, p. 263). Na scena primeira figura Fausto no seu gabinete de trabalho, em frente de um livro volumoso, na mesma atitude em que é representado por Marlowe e Goethe. Depois de algumas reflexões sôbre a vacuidade dos conhecimentos humanos, entrega-se à magia e conjura os demónios, ao que parece na intenção de tomar algum dêles para escravo. Por fim, tendo interrogado vários, escolhe aquele que é tão ligeiro como os pensamentos do homem. Fausto é interrompido pela entrada de Wagner. A seguir aparece Kasperl e depois de um diálogo humorístico com Wagner êste retira-se, ficando só o primeiro como famulo do doutor. Levado pela curiosidade vai meter o nariz no livro de magia de Fausto e a custo pronuncia as duas palavras: *Berlik*, para invocar os demónios, e *Berlok* para os conjurar. Bem depressa, porêm, revela as suas habilidades e diverte-se repetindo as palavras com tal rapidez que aos demónios se torna muito difícil executarem as suas ordens. Na scena seguinte Fausto mostra-se desejoso de assinar o pacto com o diabo, para alcançar maior poder na terra. O contracto está redigido; Fausto traz tinta para o assinar, mas o diabo cínicamente explica que o deverá subscrever com o seu próprio sangue. Abre então uma veia da mão, e o sangue forma as letras H. F. (Homo, fuge). Este aviso é acompanhado do aparecimento do anjo da guarda; tudo inútil.

Mefistófeles que fugira com a presença do anjo. reaparece. Um corvo voa com o papel assinado por Fausto, no bico. Fausto utiliza o seu novo poder, em vaguear de lugar para lugar, fazendo partidas. No palácio de um duque italiano invoca Sansão, Golias, Salomão, Judit, etc., para divertimento da duqueza, cuja estima sabe grangear. O duque por ciume ou qualquer outro motivo tenta envenenar Fausto, que prudentemente se escapa. Kasperl que sempre se mostrara bem disposto e espirituoso, com o desaparecimento do seu senhor cai em profunda melancolia Para fugir à solidão invoca um demónio e abraça-o com entusiasmo

figura de Mefistóleles do drama de Goethe, justificando-se de na sua obra aparecer como mulher; cita depois o capítulo XVI da «Vida de Cristóvão Wagner», discípulo e servidor de Fausto, onde se refere que este grande pecador deu em Viena um sumptuoso festim em que tomaram parte os demónios disfarçados de mulheres que executavam em instrumentos de corda músicas deliciosas, enquanto outras se entregavam a danças lascivas e impudicas. Nessa ocasião dançaram também em figuras de macacos. «Bem depressa chegaram doze macacos que formaram uma roda, pondo-se a dançar bailados franceses como hoje é costume em Itália, França e Alemanha, saltando e brincando com o que divertiam muito os espectadores». O demónio «Auerhahn», espírito familiar de Wagner, aparecia também só sob a figura de macaco. «Quando Wagner o evocou, conta o biógrafo, Auerhahn tomou a figura de um macaco e poz-se a saltitar para baixo e para cima, dançando a «gaillarde» e outras dansas lúbricas, depois tocou psaltério, flauta e trompa,

---

Êste comove-se com a sua situação e promete reenviá-lo para a Alemanha, aconselhando-o a exercer a profissão de relojoeiro. Kaspar agradece-lhe cordialmente a lembrança, mas com toda a modéstia declara que não sabe cantar, ao que o demónio replica que os relojoeiros na Alemanha não são obrigados a cantar melhor do que sabem.

Fausto encontra-se novamente na sua pátria, em breve termina o praso do contracto. Vendo aproximar-se o dia em que terá de dar contas dos seus pecados, pergunta ao demónio se ainda será possível reconciliar-se com Deus. O demónio balbucia — «Não sei» — e afasta-se trémulo. Fausto ajoelha-se para rezar, mas as suas devoções são interrompidas pela visão de Helena, enviada por Satanaz. Cede à tentação, desespera de salvar-se.

Vem então a noite da catástrofe. Quando o relógio dá nove horas, ouve-se uma voz do ceo: «Bereite dich», e pouco depois a mesma voz exclama: «Du bist angeklagt». Ao bater das dez, diz: «Du bist gerichtet»; e por fim à meia noite em ponto pronuncia a fatídica sentença: «Du bist auf ewig verdammt». Depois de um pequeno monólogo, Fausto cai no poder dos infernos. A peça termina com umas scenas de bobice executadas por Kaspar quando levam o seu senhor.

As pantomimas sôbre Fausto também abundam. Dr. Stieglitz cita duas: uma representada em Leipzig em 1770 e 1809, e outra em Viena em 1779. Buchhein cita mais as seguintes representadas em Inglaterra: «Harlequin Dr. Faustus, with the Masques of the Deities, produced at Drury Lane in 1724 Published in Oct, 1724. By Thurmond, a dancing-master Pantomime». «Harlequin Dr. Faustus, 1766; a revival of the last with alterations by Woodward». «Harlequin Dr. Faustus, or the Devil will have his Own. Pantomime, 1793». (Vid. «The first part of Goethe's Faust. Together with the Prose translation, Notes and Appendices of the Late Abraham Hayward Revised by A. Buchheim», 1892, pag. 447–452).

dando a impressão de que era acompanhado por uma centena de músicos».

A «gaillarde» é considerada por João Pretório, invenção do demónio, descrevendo a na *Disquisitio de magia divinatrice et operatrice:* «A nova volta gaillarde foi trazida da Itália para França pelos mágicos; é acompanhada de gestos desonestos, abomináveis movimentos impudicos; pode-se afirmar que tem sido a causa de muitas desgraças, abortos e assassínios. Uma polícia bem organizada devia atender a isso, reprimindo-a com severidade. Como a cidade de Genebra, mais do que todas as outras, tinha horror à dança, Satanaz, apoderando-se de uma rapariga do lugar, mandou-a tocar em certa varinha de ferro e esta executou as ordens do diabo com tal perícia que todos que lhe tocaram, ficavam agitados e dançavam a gaillarde. E esta rapariga troçava os juizes, desafiando-os a que a condenassem à morte e nunca se arrependeu dos seus abomináveis malefícios». (Vid. A. Heine, «De l'Allemagne», ed. cit., pag. 85 e seg., e Hemrich Heine, «Der Doktor Faust. Tanzpoem, nebst kuriosen Berichten über Teufel, Hexen und Dicht kunst Hamb.», 1851).

*

Heine substituindo Mefistófeles pela figura feminina de Mefistófela, no que está de harmonia com a tradição cristã — o demónio atrae quasi sempre as suas vítimas pelos prazeres da carne — deu expressão ao seu pessimismo, filho talvez de uma extrema impressionabilidade nervosa, da sua neurastenia, histeria viril, mas agravado por dolorosas experiências amorosas, pois passou pelo enorme desgosto de ver casadas as suas duas primas, filhas do tio Salomão, Amélia e Tereza Heine, por quem se apaixonou loucamente. O poeta sofreu uma grande decepção amorosa ao entrar em vida: reconhecendo que *o amor* é o bem por excelência, o valor supremo, perante o qual se apagam todos os outros valores, desenvolvendo com entusiasmo nos seu dramas, como o *Almanzor* e *Ratcliff* a tese romântica da soberania da paixão, superior à da família, honra e religião, vê pela dura experiência que a vida não lhe permite a satisfação dos seus ideais, pois nela só encontra a indiferença e inconstância, a traição e sofrimento.

Mefistófela aparece-nos como um deus mau, enganador, cruel que proporciona ao mesmo tempo a mais intensa felicidade e o mais terrível desespêro, causando por fim a ruina

*

de Fausto. O amor está assim em intima ligação com a morte. Em mais de uma poesia Heine desenvolve êste pensamento. No célebre *Lied* de *Asra,* o escravo perturbado ao aproximar-se da bela sultana, por quem está perdido de amores, responde-lhe: «O meu nome é Mahomet, sou de Yémen, pertenço à raça dos *Aras* que morrem quando amam». Na ballada do *Velho Rei* a joven rainha e o pagem louro que lhe pega na cauda, estão como que marcados com o sêlo da morte. «Conheces a velha canção, pergunta o poeta, a canção tão harmoniosa e triste? Tiveram ambos de morrer, amavam-se muito».

Heine não é sómente um idealista em amor, mas também um voluptuoso, o que transparece bem claramente em toda a obra que estamos examinando. Ainda estudante, ao declamar numa festa escolar a poesia de Schiller — Der Taucher — impressiona-se profundamente ao ver as belas tranças de uma rapariga que estava presente; aos 17 anos confessa ao amigo Moser que ama com igual entusiasmo a Venus que está na Biblioteca e a cozinheira do conselheiro aulico Baner; nos *Reiscbilder* apregoa que não deixará de amar enquanto houver mulheres; toda a sua vida, por onde passou, em Hamburgo, Lüneburgo, Cuxhaven, Helgoland, Londres, Itália, Paris, sôbretudo, tevé aventuras galantes com mulheres das mais diversas condições: princesas, mundanas, aventureiras, burguesas, empregadas de lojas, etc. Confessa mesmo mais de uma vez o seu epicurismo prático. Estava, porêm, longe de ser um debochado vulgar e receio não errar afirmando que as multiplas aventuras contribuiram para desenvolver nêle êste pessimismo amoroso, esta convicção de instabilidade necessária do amor que é um dos traços mais caracteristicos da sua natureza. A estas causas subjectivas, filhas talvez da sua doença, já estudada proficientemente pelo médico Bahmer, devem juntar-se outras que explicam as disposições pessimistas do poeta (1). O pessimismo desenvolveu-se na mesma época em toda a literatura europeia, em Chateaubriand, Byron, Schopenhauer, Leopardi, Musset, etc. É natural que Heine sofresse o contágio do meio ambiente. O amor e a mulher aparecem-lhe como uma misteriosa síntese de elementos contrários, como a unidade do que há de

---

(1) H. Heines, «Krankkeit und Leidensgeschichte». Berlin Reimer, 1902.

mais sublime e mais vil, de mais magnífico e hediondo, admirável e mesquinho.

Em todo o poema se nota o sensualismo do autor que proclama sempre a rehabilitação da carne; daí a antipatia que como Nietzsche mostra ao cristianismo, a seu ver, a religão dos decadentes, para o qual a vida é uma doença, o universo um hospital; a morte o médico sempre pronto a curar os males da humanidade com o seu remédio único e infalível, o seu eterno sonífero.

Esta nova forma dramática, o poema dansante (Tanz-poem) pode considerar-se a predecessora do estilo das variedades, do grotesco no teatro, de que foi criador Frank Wedekind. Não me permite a extensão do meu trabalho estudar a acção de Heine nas modernas correntes literárias; devo contudo aqui acentuar que o chamado «Sexualismo» a que foi dado expressão teórica e prática pelo polaco Stanislau Przybyszewski se deve filiar em Heine, a que Bartels chama «Der Vater der Decadence». (Vid. «Die deutsche Dichtung der Gegenwart. Die Alten und die Jungen von Adolf. Bartels». Leipzig, Edward Avenarius, 1903).

IV

O livro «Vitae ou de Vitis fratrum»

A obra, a que me refiro a pág. 53 e em que se encontra uma notícia sôbre a vida de S. Frei Gil, foi organizada em virtude de resolução dos Capítulos Gerais, celebrados no ano de 1255 em Milão e no ano de 1256 em Paris, onde o P.e Geral V. Humberto de *Romanis,* depois de referir as excursões apostólicas dos irmãos pela Europa, África e Índia e de anunciar o martírio de muitos deles, desde o ano anterior, pediu a todos que fossem testemunhas presenciais, ou soubessem quaesquer factos prodigiosos relativos à ordem, lhe enviassem a sua narrativa por escrito, pois desejava reunir os principais em livro, para edificação dos conventos e estímulo a bem servirem a causa de Deus e da Igreja. Foram recebidas inúmeras indicações de muitos países; o venerável Humberto remeteu-as a Fr. Gerardo Frachet de Limoges na Aquitânia, prior provincial de Tolosa, que as classificou e distribuiu em cinco partes: a *primeira* contêm os prodígios referentes ao começo e consolidação da ordem; a *segunda* várias maravilhas do Patriarca S. Domingos; a

terceira trata do Bemaventurado Fr. Jordão da Saxónia, segundo geral da ordem; a *quarta* dos progressos da ordem; a *quinta* das mortes, penas e glória dos irmãos e castigos dos apóstatas e secularizados.

Da obra existem tradições em várias línguas; conheço a tradução espanhola — *Vidas de los Hermanos* — de Fr. Paulino Alvares (Vergara, Imprenta de «El Santisimo Rosario»).

No capítulo III, pág. 171-172 — Da virtude da humildade — refere-se o seguinte sôbre o famoso santo: «Do Irmão espanhol, Fr. Gil, varão de rara santidade e autoridade preclara e de mui nobre familia contou o venerável Padre Mestre Humberto, seu companheiro, e muito íntimo no convento de Paris com o qual também estivera na enfermaria, que era de tanta virtude que quando os irmãos estavam nas suas cadeiras ia êle pelas celas, limpando as que achava sujas. O mesmo fazia na enfermaria, comendo em acção de graças qualquer alimento que lhe punham, embora como médico soubesse que lhe era nocivo. Quando alguem a êle recorria, deixava tudo e de ânimo pronto e rosto alegre se lhe oferecia e não só as coisas terrenas deixava pela caridade fraterna, mas a própria oração e devoções. Não era capaz de ofender ninguem; submetia-se em tudo aos superiores; orava sempre, ou lia ou ensinava; desprezava os estudos menos úteis. Ainda que muito ilustrado, ouvia com gôsto e a outros contava as vidas dos Padres e dos Santos. A todos edificava com seu viver, incitando-os ao amor da ordem, da santa pobreza e da verdadeira obediência. Noviço aflito que para êle apelasse não vinha sem auxílio. Aos enfermos, estando êle mesmo enfermo, animava com suas consolações, aconselhando-os a não confiarem tanto nos remédios como em Cristo, a tomarem tudo que lhes dessem, porque mais podia a graça que a natureza, Cristo que Galeno. Quando ouvia falar de assuntos mundanos, calando-se primeiro e misturando depois na conversa, palavras de Deus, com muita cortezia passava a matérias mais sãs, pondo termo aos ditos viciosos. Apenas uma vez no ano se lhe poderia ouvir uma palavra menos conveniente. Do seu lugar nunca se levantava, por divertimento, mas só por cousas necessárias ou úteis. Entregava-se de tal modo a santas meditações e contemplação, que quando os Irmãos vinham visitar os enfermos e se sentavam a seu lado não dava por isso e só mais tarde voltava a si como se viesse de outros mundos, saudando-os afavelmente como se só então tivessem chegado. Escreveu de Espanha ao dito Mestre que havia certa luz interior, com que já nesta vida

se iluminavam os corações dos santos, assim como a luz exterior iluminava os olhos exteriores, acrescentando que se afirmava isto, era porque o havia experimentado. O Irmão que no caminho o acompanhava, disse ao mesmo Mestre que o vira sentar-se e tomado de êstase não atendia às cousas exteriores, voltando a si com grandes gemidos, quando o distraiam daquelas visões».

No capitulo XVII, pág. 218–219 — Das tentações dos noviços — fala-se também do santo: «Um Irmão espanhol (O Bemaventurado Gil de Portugal) que depois foi de grande autoridade e religião, a principio incomodava-se muito com a dureza da cama e dos hábitos, como pessoa que no século havia vivido com grande regalo». Revelou humildemente ao confessor o que contra, o qual respondeu: «Recorda-te, Irmão carissimo, que no mundo levaste uma vida licenciosa; recebe pois, não só com paciência, mas com boa vontade esta dureza como redenção da leviandade passada e em remissão dos teus pecados, Deus será contigo». Estas palavras gravaram-se-lhe de tal modo no coração que as cousas que antes lhe pareciam insuportáveis, eram para êle agora fáceis, pois assim conseguia o perdão dos seus pecados».

«Este mesmo Irmão havia sido no mundo tão divertido e amigo de sociedade que quando na ordem queria dominar-se, guardar silêncio ou privar-se de passeios inúteis, sentia uma chama abrasar-lhe o peito e a garganta. Um dia no seu espírito fez-se luz sôbre o caso e considerando que semelhante ardor era tentação do diabo, resolveu firmemente vencer os seus desejos, custasse o que custasse. Mas Deus, tocado dos seus propósitos, despertou nêle o amor do silêncio, sendo notável sôbre todos nesta graça especial. Ouviu isto de seus próprios lábios o Mestre da Ordem que com êle esteve por largo tempo na enfermaria e na mesma habitação em Paris; e dizia que não se lembrava de lhe ter ouvido uma palavra ociosa; ou consolava os aflitos, ou falava das cousas divinas, ou humildemente se calava. Ainda que era bastante doente e além disso médico, nunca pedia cousa alguma, tomando o que lhe davam, mesmo que lhe parecesse contrário à sua natureza e doença. Como depositou toda a confiança em Deus, não lhe faltou Deus com seus cuidados e depois de muitas tentações e enfermidades veiu a ser um prégador agradável, útil Leitor e Laborioso Prior Provincial em Espanha, onde viveu muitos anos, sem nunca esquecer os seus antigos exercícios de santidade e religiosidade».

Em ambas estas notícias, em que as virtudes do santo são

tão exaltadas não se fala das covas de Toledo, nem do pacto com o demónio, nem dos milagres que lhe são atribuídos, o que prova que a lenda é muito posterior, talvez pura invenção de André de Resende. Se a lenda fôsse urdida pelo clero como opina o Sr. Jaime Cortezão (1) «fria e perversamente» em volta de Frei Gil para desculpar aos olhos ingénuos do povo «a repugnantissima infâmia» da deposição de Sancho II era natural que figurasse no *De Vitis* onde aliás se refere mais de uma vez a conversão de pecadores que vieram a ser modêlos de virtude, e em que se narra com freqüência a aparição do demónio. (Cfr. os capítulos seguintes da terceira parte sôbre Fr. Jordão, segundo mestre geral da Ordem dos Prégadores: capítulo XXX — Dos enganos e inveja do diabo contra êle e da visita que lhe fez sob a aparência de um homem bom, estando enfermo —; capítulo XXXI — De que modo sofrendo muita sêde, o diabo lhe ofereceu bebida de morte —; capítulo XXXII — Como o diabo quiz fazer com êle as pazes —; capítulo XXXIII — Como o diabo tentou prejudicá-lo e não poude —; capítulo XXXIV — De que modo o tentou pela vaidade —; capítulo XXXV — Como o diabo o quiz enganar com perfumes —; capítulo XV (4.ª parte — Da muita guerra que à ordem sua inimiga fazia o diabo).

(Continúa).

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

(1) Vide o artigo S. Frei Gil, A História e a lenda, publicado em *A Aguia*, n.º 51.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Ministerio das Finanças — Estatistica Demografica e Industrial — Anuario Estatistico de Portugal — Vol. II — Fasciculo I. Lisboa, Imp. Nacional, 1917.

Segundo anno de Guerra — Agosto de 1915 a agosto de 1916, por Ayres D'Ornellas. Porto, Tip. de Magalhães & Moniz L.da, 1918.

Quelques Observations sur la montée à Lisbonne, por A. Gandolfi Hornyold. Lisbonne, Imp. de la Librairie Ferin, 1918.

Problemas Economicos — O Fomento da riqueza nacional e a baixa dos cambios — Soluções tendentes a resolver estes problemas, por José Domenech. Barcelos, Tip. do «Centro de Novidades», 1918.

10 dias de Penitenciaria — Seus precedentes e consequentes, por Luis Filipe da Mata. Lisboa, Tip, Palhares, 1918.

O esforço historico das Caldas da Saude, pelo prof. Ch. Lepierre, publicado por José Coelho de Andrade. Santo Tirso, Tip. Central, 1518.

Report of the Commissioner of Education for the year ended june 30, 1916 — Vol. I. Washington, Governement Printing Office, 1916.

Notas etnográficas do Norte de Moçambique, por Américo Pires de Lima. Porto, Tip. a Vapor da «Enciclopedia Portuguesa», 1918.

Noticia Historica do corpo militar academico de Coimbra (1808–1811), por Fernando Barreiros. Lisboa, Tip. da Cooperativa Militar.

Óras de Silencio, por João Maria Ferreira. Lisboa, Tip. da Livraria Ferin, 1918.

Diseño de Semántica General, por P. Félix Restrepo. Barcelona, Imp. Editorial Barceloneza, 1917.

Noticia dos Quadros e Esculturas existentes na Academia das Sciencias de Lisboa, por Alvaro Neves. Coimbra Imp. da Universidade, 1918.

Anuario da Faculdade de Medicina do Porto — Ano lectivo de 1916–1917, por Teixeira Bastos. Porto, Tip. a Vapor da «Enciclopedia Portuguesa», 1918.

Ministerio das Finanças — Censo da população de Portugal. Lisboa, Imp. Nacional, 1917.

O povo da minha terra — Notas e registos de etnografia alcobacense, por M. Vieira Natividade. Lisboa, Tip. do «Anuario Comercial».

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra*.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



VOLUME 65.º
N.º 8

1918
Agosto

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário

INDEX

Rui Barbosa, por Cunha e Costa 379
O Imperador do Japão, por César de Sousa Mendes .. 387
O Fausto de Goethe, por Gustavo Ramos 398
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo 410

RUI BARBOSA

Decorria acesa a luta entre ingleses e boers, quando de um logarejo perdido no sertão de Minas me lembrei de escrever para *A Imprensa,* jornal que Rui Barbosa fundara e dirigia, uma série de artigos sob a epígrafe *John Bull* e *Oom Paul.* Andavam os ânimos muito excitados com as derrotas britânicas da primeira fase da guerra, e a enorme maioria dos leitores brazileiros era por Kruger e pelos *afrikanders,* cuja vitória profetisava. Eu defendia, quási que sósinho, a tese contrária, sob um pseudónimo de que já me não recordo, nem posso verificar porque pouco ou nada guardo do que nas horas vagas da labuta forense me pedem para escrever. O certo é que ao director de *A Imprensa* não desagradou a prosa do anónimo sertanejo, tanto assim que a mandou publicar. Passados alguns mezes, estando eu de passagem no Rio, uma breve troca de ideias bastou para que o eminente brazileiro me agasalhasse no jornal, no escritório e no coração. Não durou muito tempo a camaradagem jornalística e profissional, por motivos que muito me contrariaram e o não devem ter contrariado menos; o afecto, esse persistiu, porventura afervorado por estima que, sem descabida modéstia, a minha atitude merecia. Quando, há anos, a caminho de Haya, Rui Barbosa passou por Lisboa, tive a comovedora certeza de que não esquecera o seu colaborador de meses e seu admirador de sempre. Não há, com efeito, entre a gente que escreve ou fala a nossa língua sem grandes desacertos, quem mais admire esse príncipe da palavra falada e escrita, cujo poder verbal orça pelo Génio, não sendo, afinal, mais do que a expressão magnífica de uma cultura que assombra pela vastidão e de uma espiritualisação cuja revoada estonteia.

E pena tenho de que êste honroso convite para traçar no *Instituto* o perfil de Rui Barbosa, me surpreenda a poucos dias de partida para França, em cumprimento de patrióticos deveres. É sempre escasso o tempo de que disponho para

tratar de assuntos não profissionais; mas só aquela urgência que a Pátria despóticamente impõe, me impede de dar a esta gloria tamanha e tão limpa o melhor do meu tempo, cuidado e carinho. Um só que fôsse dos múltiplos aspectos dessa actividade, que em tantos anos não desperdiçou um minuto, ocuparia uma edição do *Instituto*. Jornalista, orador, jurisconsulto, advogado, homem de Estado, plenipotenciario, vidente, como no caso Dreyfus, e até apóstolo, como durante a campanha abolicionista e agora, a propósito da intervenção do Brazil na guerra, Rui Barbosa é, no seu país (a que tantos laços nos prendem e, de todos, o mais forte, a língua) e na latinidade, uma autêntica fôrça da natureza. Não falando de Portugal, quem ignora a minha devoção pela França? Pois conhecendo naquela terra dos meus amores tanta gente que vale e me encanta ou empolga, nenhuma personalidade ali encontro que possa hombrear com a do grande brazileiro na multiplicidade e perfeição dos talentos.

Diz-se que não há grande homem para o seu criado de quarto. Eu não o fui de Rui Barbosa, porque não o fui de ninguêm, mas, em suma, tive com êle essa intimidade em que o Génio, fôsse êle o mais esquivo, se entrega de *robe de chambre* à curiosidade alheia, que nesta nossa raça é quási sempre irreverente; e sempre êle me pareceu como aquele amor das *Musardises,* hoje maior do que ontem e bem menor do que amanhã. Assim o Rui, que todos ouviram nos comícios, na tribuna do Senado, no pretório; o Rui, que toda a gente leu já impresso e não em provas; o Rui, que juizes e colegas respeitam pelo seu imenso e claro saber jurídico; o Rui, que antes das primeiras tentativas da revisão do processo de Dreyfus, quási no próprio dia do *veredictum,* escreveu para o *Jornal do Comercio* impressões de audiência que, mais tarde, vieram a ser os melhores fundamentos do famoso acórdão da Côrte de Cassação; o Rui, da campanha anti-escravagista, o Rui, da magistral representação do Brazil na Haya; o Rui, da assombrosa oração de Buenos Ayres, hoje traduzida em todas as línguas, e que, do outro lado do Atlântico, completa, justificando-as, as divinas *Bemaventuranças* de d'Annunzio; esse Rui, desmarcadamente grande e profundo, é ainda assim inferior ao Rui convivido durante a gestação destas cousas belas, que o mundo inteiro justamente celebrou, por ocasião do seu jubileu.

Diz-se por aí, não sei com que fundamento, que não sou um mau advogado; e dizia-se também, nos tempos em que

fazia jornalismo, que não era dos piores jornalistas. Tenho, pois, certa autoridade para julgar do advogado e do jornalista. Como advogado, li muitos dos seus pareceres e alegações jurídicas, e ouvi-lhe no Supremo Tribunal Federal, na sustentação de um *habeas-corpus,* que não individualizarei, por melindres de carácter político, uma oração que Cicero e Demosthenes não engeitariam. O fundo exauriu a questão; a forma teria pôsto de joelhos o cinzelador emérito das portas do batistério de Florença. Pareceres e alegações nunca os vi mais completos, argutos e acessíveis, até aos leigos, por via daquela língua jurídica de que só êle tem o segredo. Como jornalista, tenho arquivados na minha colecção artigos, que reli dezenas de vezes, e Deus sabe se efémera é a obra do jornalista, a menos que a exemplo de António Enes ou Pinheiro Chagas, trabalhe essa coluna de prosa com o amor com que os antigos escultores da Grécia modelavam as suas perfeitissimas Tanagras. Quem, dos que leram *O Justo e a Justiça politica,* poderá ter esquecido o assassínio judiciário, que o julgamento e a morte de Jesus significam, e aquele implacável perfil de Pilatos, o juiz cobarde, que certamente nesta guerra teria sido neutro entre o bem e o mal? E, ainda há dias, a um dos meus amigos, que também o são do Brazil, lhe vi os olhos incendidos de comovida indignação ao ler-lhe *O fim dos audazes,* último artigo de uma trilogia que em meia dúzia de pinceladas de mestre resume o Terror francês e a atroz liquidação dos seus ídolos.

Cuidam, porventura, que essas sínteses, que a todos nós, seus colaboradores, punham boquiabertos, representam o trabalho aturado de semanas ou sequer de dias? Eram diárias, e escritas entre a audição de um cliente e a preparação de um parecer, em largas fôlhas de uma caligrafia clara, ordenada como a própria noção da ordem, e quási sem razuras. De um dos seus artigos me recordo em que, usando de dezesete sinónimos, alguns arcaicos, do mesmo vocábulo, nem uma só vez recorreu ao Morais ou ao Viterbo. Mas onde me levaria, se não parasse, a análise dêsse incontestável talento líterário, de que Herculano e Vieira constituem, sem sombra de dúvida, a trama e a urdidura?!

Sem dúvida o jornalista, na primeira fase de *A Imprensa,* se resentia um pouco do orador. Não é em dois dias que um homem, fôsse êle Protheu, poda, desbasta, afeiçôa, reduz, disciplina um poder verbal torrencial, numa língua opulentissima, como é a portuguesa, às exigências desta prosa especial, sêca e nervosa, que é o jornalismo, menos o remate

*

que, na maioria dos casos, terá de ser sentimental. Mas em Rui Barbosa êste trabalho de adaptação, sempre antipático e torturante para quem o faz, foi breve e facil. Já na altura em que numa série de artigos, que deu brado, estuda a organização naval das duas Americas, em que é insigne, a forma jornalística é absolutamente perfeita.

Quando no ano passado os poderes públicos da República Portuguesa organizaram uma embaixada intelectual ao Brazil, e se disse que a Rui Barbosa caberia, na Nação irmã, o discurso de boas vindas aos intelectuais afiançados pelo nosso poder executivo, logo vaticinei a alguem, que comigo procurava informar-se, o irremediável desastre daquela tentativa que, além de revelar a mais lamentável ignorância dos homens e das cousas do Brazil, excluia da equação do problema o elementar senso comum e sujeitava a deprimente confronto com uma autêntica *élite* um elenco, salvas tão raras quanto honrosas excepções, mediocre, desacreditado e até grotesco. Ou a república alcançava do acrisolado patriotismo de António Cândido a chefia da embaixada, e, nesse caso, felizes dos que ouvissem essas duas palavras tão diferentes, mas ambas tão belas, ou, no caso contrário, mais valera que, moderando a sua megalomania, o govêrno português mandasse ao Brazil uma despretenciosa missão de estudos e de cordeal estima, sem fumos da India, que o tempo levou.

Na verdade, à excepção de António Cândido, único sôbrevivente de uma geração de oradores, que podia com a chefia de uma embaixada intelectual ao Brazil, quem temos nós aí para responder ao eminente orador brazileiro? Ninguêm! Diante do seu enciclopédico saber, da sua integral cultura filosófica, do seu idealismo superior, da sua forma em que o aticismo e a exuberância, ora contrastam, ora confabulam, numa sucessão ininterrupta de periodos que, ou persuadem, ou deleitam, ou arrebatam, quando não persuadem, deleitam e arrebatam, outras soluções nos não restam senão uma de duas: ou mandar ao Brazil *êle por êle,* ou então vários dos homens competentes que possuimos e que, acessóriamente, por dever do cargo, mas sem pretenções ao Forum ou à Agora, digam ao Brazil e aos seus homens, em linguagem correntia e chã, aquilo que todos temos no coração. Isto aconselhei, com a especial autoridade que me assiste. O resultado viu-se. Oxalá o desastre se não repita, para que a instância não fique perempta e em julgado não transite a nossa imperdoável leviandade, para lhe não chamar cousa peor.

Qual o segredo daquela prontidão com que Rui Barbosa acode com a última palavra à questão do dia? Êsse segredo resulta do incalculável capital acumulado no previlegiado cérebro do maior dos brazileiros, e do método. Todas as leituras — e Rui lê tudo — são logo resumidas em *fichas* rigorosamente catalogadas. Apenas surge um dêsses problemas, que apaixonam o espírito público, logo Rui Barbosa encontra ali, à mão e em dia, os materiais de que carece. Outro qualquer levaria tempos infinitos a coligir esses materiais; a Rui Barbosa basta-lhe manusear um índice. E isto ocorre, não só quanto às espécies jurídicas mas ainda quanto às políticas, económicas e sociais. Nunca qualquer assunto, que eu saiba, o encontrou descalço ou incompletamente documentado.

A doutrina do *habeas-corpus,* pedra angular da democracia inglesa e que alêm Mancha e nos Estados Unidos tem consumido toneladas de tinta, ninguem, como êle, definitivamente a estudou e expôs. Profundo em direito público, e, principalmente, insigne no direito público americano, foi e ainda é o oráculo do presidencialismo brazileiro. Civilista eminente, falam por êle, alêm dos seus inúmeros trabalhos forenses, as copiosas brochuras e os retumbantes discursos provocados pelo atual código civil brazileiro.

Como representante do Brazil na última conferência da Haia, dizia-me, ainda há meses, o malogrado professor Renault, que Rui Barbosa fôra a mais extraordinária revelação daquela *élite* de sumidades. Mas, afinal, o que é que êle não sabe, não tratou, não esclareceu ou resolveu, nos domínios do Direito ou da Moral, da Sociologia ou da Ética?! Que vida, por esse mundo fóra, vale a sua? Qual, das grandes vidas que conhecemos, foi mais intensamente vivida?

A fase dessa existência, tão inteira e nobremente preenchida, é a que principia com a declaração de guerra dos impérios centrais às nações da *Entente.* A essa fase corresponde a mais admirável campanha, que conheço, em pról dos valores morais da Civilização a que pertencemos. Dir-se-ia que esta guerra foi inventada para que, a certa altura, as invejas necessariamente acumuladas contra esse homem tão diferente dos outros, desistissem, afinal, de uma luta em que nunca poderiam, no apuramento de contas, levar a melhor.

Quatro figuras dominam esta guerra: Wilson, Lloyd George, Clémenceau e Rui Barbosa; mas nenhum deles excedeu o maior dos brazileiros na definição das causas ocultas do conflito e nas soluções jurídicas que êste reclama. O famoso

discurso de Buenos-Ayres, pôsto em versículos, bem poderia ser o Evangelho dos aliados.

Os que tantíssimas vezes atacaram Rui Barbosa como político, chegando a apontál-o ao punhal homicida, esqueceram-se de que o eminente brazileiro e os da sua tempera, excedendo em muito a craveira dos seus contemporâneos, fatalmente serão vencidos pelo mais vulgar *boss* ou *eleiçoeiro* nas correntes e baixas manigâncias da política. Tais homens constituem reservas preciosas, que só intervirão com êxito na solução das grandes crises nacionais, naquilo a que agora se convencionou chamar as *viragens* da História. São o Verbo em que ocasionalmente encarnam a consciência pública, limpa das tôrpes preocupações do partidarismo, a independência ou o brio nacionais. São, sem irreverências nem misturas do sagrado com o profano, os sucessores do solitário de Pathmos, os novos redactores de outros tantos Apocalipses. Só são ouvidos naquelas horas em que as nações sentem a íntima e insofrível necessidade de ir procurar mais alto do que a terra a solução dos seus destinos. Só então, nessas crises de intensa espiritualização, os povos reconhecem que a moral política não é uma expressão vasia de conteúdo, e recorrem àqueles que afeitos a conversar com Deus lhes podem transmitir a palavra divina. Emquanto se trata de ganhar ou de perder eleições, Rui Barbosa será sempre o mais inepto dos políticos; chegue porêm, a hora de traçar à Nação a sua trajectória no Tempo e no Espaço e êle será, necessariamente, o Oráculo. É que só êle possue o segredo dos imortais destinos da sua Pátria, daqueles que escapam à visão contingente e precária dos profissionais da política.

Enredar tais homens na intriga política é perdê-los e perder a Nação, ou, pelo menos, diminuí-los e diminui-la. A visão panorâmica é própria do Génio; para o pormenor nenhuma visão vale a do miope, mormente se a pequena distância. Distrair o Génio da sua função natural é inutilizá-lo ou, pelo menos, prejudicá-lo para todos. Ninguem excede o incola do Brazil esquivo ou do Far West remoto na pesquiza de uma pista, que quebrou cipós ou amarfanhou o capim; quem, porêm, se lembrará de o associar às questões chamadas de alta indagação?

Guardadas as distâncias criadas pelas condições respectivas, nem sempre, naquelas horas chamadas *de vida ou de morte,* o profissional da política raciocinará melhor do que o índio do Amazonas ou das Montanhas Rochosas. Nas crises decisivas de uma civilização ou de um povo, a lógica é a

cobertura dos pusilanimes e a mais doida de todas as agulhas sujeitas a múltiplas, desencontradas e misteriosas correntes magnéticas. Os homens inteligentes, que nas crises de vida ou de morte de um povo, de uma raça ou de uma civilização pretendem reduzir o *ser* ou *não ser* a um silogismo, raciocinam como os tôlos. O eminente orador sagrado, Padre Sertillanges, terminando na Madeleine, em Paris, a sua famosa oração sôbre o último empréstimo francês, exclamou: «Ha quatro campos de batalha: a frente; a usina; o tesouro e o coração: a frente opera prodígios de valor; a usina trabalha incansavelmente; o tesouro mantêm o crédito público; *mas é a alma que sustenta tudo isto*». E é assim mesmo. A lógica das horas em que se decidem os destinos do mundo é uma especial intuição sentimental.

E assim se explica que, em toda a parte e desde o comêço da guerra, poucas das reputações politicas da paz tenham mantido os seus créditos. Que fôrça as guindara às situações de maior destaque? Salvo em casos de excepção, à *intriga política* deviam o que eram. Ora a intriga politica conduz, em regra, às soluções franca ou obliquamente iníquas, o que importa dizer que conduz às soluções erradas.

A hora que o Brazil atravessa é pois a hora de Rui Barbosa. De quem havia de ser senão dele? E, em boa verdade, lhe devia a sua terra a reparação solene que há dias lhe deu no seu jubileu literário. Quando deixei a nação irmã, bem pode dizer-se que nesta não havia lugar para tamanho valor espiritual. Vi pela última vez Rui Barbosa numa livraria da rua do Ouvidor. Pareceu-me triste, desiludido, e esse era também o estado de alma dos homens capazes de o entender e amar. Sou, como toda a gente sabe, um optimista incorrigível. Disse-lhe o que pensava, e bem cá de dentro. Teve um sorriso complacente e despediu-se. Mal diria êle que já a Verdade e a Justiça estavam a caminho da estrondosa reparação!

Grande país, graças ao qual a nossa sobrevivência será eterna; mas tão perfeitamente ignorado pela maioria dos portugueses como no tempo em que ali atracou a primeira caravela de Cabral. Nos últimos sete anos muito se poderia ter feito pela intimidade dos dois povos; não só nada por ela se fez como grandemente se prejudicou. Nessa ordem de ideias, do meu cantinho tenho assistido a episódios, que seriam de um cómico irresistível se não comportassem efeitos lamentáveis. Meteu-se a política onde não era chamada, e desde que um orador, um romancista, um poeta brazileiro

demanda o porto de Lisboa logo um tôrvo e ignaro sectarismo o segrega ao convívio dos outros oradores, dos outros romancistas, dos outros poetas que não tenham a ventura de pertencer à grei! Aqueles que do Brazil podem falar com algum conhecimento de causa afastam-se, enjoados, deixando o campo livre aos que pretendem meter o gigante dentro das grades de chafaricas partidárias pouco maiores do que gaiolas de grilo. Assim, esses homens chegam e partem levando de Portugal aquela impressão dos reporters do *Miguel Strogoff,* cada um dos quais vendo apenas a paisagem que lhe ficava à direita, descreveu paisagem diametralmente oposta à do seu concorrente. Por isso, para muita gente portuguesa, Rui Barbosa, republicano conservador e cristão, não passa de *talassa* e, como tal, *reacionário* impenitente!

Valha-lhes a infinita misericórdia divina, e valha-nos também o destino que desta vez pôs em mãos imperitas, mas conscenciosas, uma tarefa que outros, tão conscenciosos e mais peritos, hão de oportunamente completar. Cada qual dá o que tem, e eu prestando ao Mestre e ao amigo o comovido preito de uma admiração sem limites, dou-lhe tudo quanto lhe posso dar.

Lisboa, nesta segunda feira, 19 de agosto.

CUNHA E COSTA.

O IMPERADOR DO JAPÃO

I. — Velho Japão e Japão Moderno

As cerimónias que, para solenizar a subida ao trôno do Imperador Yoshihito, acabam de realizar-se em Quiôto, a antiga cidade que por mais de um milhar de anos foi a capital do Império, põem diante de nós um dos aspectos mais interessantes e originais que nos oferece a vida nacional japonesa.

Deixou há bastante tempo o Japão de ser um país misterioso e ignorado, e, principalmente sob o ponto de vista económico, numerosos estudos em línguas europeias teem sido publicados a seu respeito. Apesar disso, longe está ainda o Império do Sol Nascente de ser justamente compreendido. A maior parte da gente no Ocidente pensa ainda hoje que a civilisação japonesa data apenas da abertura do país à influência europeia, e, tomando demasiadamente à letra a palavra *europeização,* que em geral se emprega para traduzir o resultado de tal influência, crê na existência de um Japão novo, todo à moda ocidental.

Ora a verdade é que, não só aquela civilisação conta bons quinze séculos de existência, encontrando-se num elevado grau de desinvolvimento ao ser forçado o Japão a entrar no convívio internacional (nem de outra forma se podia explicar tão grande transformação como a que no curto espaço de duas gerações se tem operado neste país), mas também, à similhança do que sucedeu com a influência que sôbre a vida nacional japonesa exerceu noutros tempos a Índia, através da China, por intermédio do Budismo, esta e a Corêa, por meio da literatura e das belas artes, não tem ido a influência europeia alêm de um simples processo de adaptação dos elementos predominantes da civilização ocidental, sempre, porêm, sem detrimento dos antigos ideais e característicos peculiares da nação japonesa. O Japão, com revelar ex-

cepcional poder de assimilação e mostrar-se assim um país extraordinariamente progressivo, nem por isso deixa de ser dotado de um espírito particularmente conservador. Podemos mesmo dizer, com um publicista americano, que o Japão moderno não passa do Japão antigo, dedicando a sua atenção à vida activa dos negócios e tratando de armar-se..., que não existe um Japão novo, mas apenas um Japão antigo a expressar-se na linguagem da indústria e da sciência moderna (H. Mabie, «Japan to-day and to-morrow»).

E o que assim se enuncia de um modo geral, encontra especial verificação na sua organização política, que nos oferece a particularidade interessante de ser constitucional e, ao mesmo tempo, essencialmente teocrática e patriarcal, como antes era.

Ora foi precisamente para esta singularidade que as cerimónias de Quiôto vieram chamar a nossa atenção, mostrando-nos que o Imperador do Japão é ainda hoje, não simplesmente um chefe de Estado, no sentido em que esta designação é tomada entre os povos de civilisação ocidental, mas que, ao contrário do que nele acontece, continúa a ser como nos antigos tempos o grande Pater-Famílias do povo japonês, com o mesmo carácter divino que, desde o princípio do Império, Shinto lhe atribue.

II. — A organização política do Velho Japão

Data de há cêrca de dois mil e quinhentos anos a organização politica que, embora apresentando modalidades diversas no decorrer dos séculos, tem encontrado unidade e continuidade na dinastia que desde o primeiro Imperador Jimu Tenno, se tem ininterruptamente prolongado até Yoshihito, o actual Imperador.

Naturalmente determinada na sua primeira fase pelas elementares e primordiais necessidades de cooperação, auxílio mútuo e defeza comum, não podia tal organização deixar de revestir então o carácter simples que apresentam as primitivas organizações de todos os povos civilisados e bem assim as daqueles que ainda hoje se encontram num estádio de civilisação rudimentar. Em volta do chefe de cada família reuniam-se os membros desta, as famílias agrupavam-se em núcleos de cinco (goniu-kumi), espécie de comunidades rurais com certa independência na administração dos seus interesses; estes núcleos, associando-se por seu turno, formavam

a nação, cujos negócios eram dirigidos efectiva e absolutamente por um chefe supremo (Tenno).

Os sentimentos que ligavam os membros de cada família comunicavam-se não só de famílía para família, mas entre os diferentes grupos de famílias e, por conseqüência, a obediência devida ao Pater-Famílias era igualmente tributada ao chefe supremo da nação, que desta forma era considerado como um Pater-Famílias comum. Êste, por seu lado, assim como o chefe de cada família, não exercia os seus poderes despóticamente, mas de maneira benévola e sempre no intuito de promover o bem dos seus súbditos e dar à actividade dêstes a direcção mais vantajosa para os interesses colectivos. Entre soberano e súbditos não existia afastamento, dirigindo-se-lhe estes livremente, mas sempre com respeito filial, acolhendo-os êle com piedade paternal e recebendo os seus tributos, não por extorsão, mas como uma oferta (mitsugi-mono).

Iam, porêm, ainda mais longe estes sentimentos de coesão e lialismo, abrangendo também, sob a forma de culto, os antepassados dando assim origem à doutrina de Shinto, que mais tarde havia de vir a ocupar um lugar tão proeminente na constituição da alma nacional japonesa. Esta doutrina, pelo que diz respeito à parte mitológica, resultou, segundo parece, do facto de, tendo as tribus vencidas olhado os seus vencedores como provindo de uma origem sôbrenatural (kami) (1), estes se terem habilmente aproveitado desta circunstância em seu favor, forjando a lenda transmitida pela tradição e hoje aceita como um dogma, de que Jimu Tenno era descendente directo da Deusa-Sol, Amaterasu-O-Mi-Kami, por intermédio do seu neto Nihisi-No-Mikoto, a quem ela fizera entrega dos símbolos da dignidade imperial, um espelho, uma espada e uma joia, dizendo-lhe ao mesmo tempo que o País das Espigas Luxuriantes de Arroz (Toyoashiwara-no-Mizuhonokuni) era aquele em que seus descendentes deveriam reinar com grandeza e poder eternos.

Era, pois, como acabamos de ver, a primitiva organização política do Japão caracterizadamente teocrática e patriarcal e reduzida a um tipo rudimentar. Por volta do século VII, porêm, sob a influência de ideias importadas da China, cuja civilisação, muito mais antiga que a japonesa, se fazia sentir

---

(1) O povo japonês resultou da fusão de raças de diversa origem.

em todo o Extremo-Oriente, começa tal organização a diferenciar-se. Algumas famílias ganham preponderância junto do Imperador, que pouco a pouco deixa de dirigir pessoalmente os negócios públicos, e assim se cria uma verdadeira forma de nobreza. A tendência acentua-se e o Govêrno do país chega a adquirir uma feição nitidamente burocrática; os negócios do Estado caem inteiramente nas mãos de favoritos e a autoridade do Imperador torna-se apenas nominal. De acôrdo, porêm, com os próprios ensinamentos de Confúcio, inspiradores do regímen político chinês, não perdeu perante os seus súbditos o primitivo carácter de Pater-Famílias da Nação, sendo até bem significativa dêsse facto a proclamação então feita por um Imperador de que «assim como o ceo que cobre todas as coisas, e como a terra que alimenta todos os seres, deve a piedade do soberano ser sem limites, merecendo o soberano que ofender êste princípio fundamental da monarquia ser punido pelo poder divino e censurado pelos seus súbditos, e devendo, pelo contrário, ter em vista que o princípio mais importante para quem dirige os outros é saber dirigir-se a si mesmo».

O processo de desintegração social continúa, porêm, e cedo se encontram frente a frente, a classe civil, a classe militar e depois a sacerdotal (padres budhistas) que, como nas nações europeias, tambêm ambicionava influência e mando. As três classes involvem-se em luta, da qual sae triunfante, pelos fins do século XII, a classe militar. A paz restabelece-se, mas o sistema de govêrno centralizado, que se havia constituido, dissolvera-se por efeito da luta para dar lugar à autoridade militar, que ficou dirigindo os negócios do Estado de forma absoluta e independente do Imperador, desinvolvendo-se então a organização amplamente descentralizada, a que se tem aplicado a designação de feudalismo, e na qual veiu a distinguir-se, mais como estadista do que como general, Tokugawa Iyeyasu.

Existiam nesta ocasião, lado a lado, o Mikado (nome por que então tambem era designado o Imperador) e o Shogum (generalissimo), êste dirigindo com poderes ilimitados todos os negócios do Estado, aquele vivendo em verdadeira reclusão no seu palácio de Quiôto, quási sem os meios necessários para ocorrer às suas necessidades.

De tal forma, porêm, se haviam arreigado no espírito do povo japonês os antigos sentimentos de lialismo para com o seu Imperador, que, apesar da situação precária em que êste se encontrava, continuou sempre a venerá-lo como o

verdadeiro soberano do país, a quem a deusa Amaterasu-O-Mi-Kami havia encarregado de dominar com grandeza e poder eternos, não tendo, por outro lado, a autoridade militar jámais pretendido contestar tal princípio, antes exaltando sempre tais sentimentos. E é interessante notar que o próprio Iyeyasu, que completou e consolidou o regímen shogunal, é o autôr de um documento, uma espécie de testamento político, em que se definem as relações entre o poder militar e o Imperador, e entre aquele e os senhores feudais, no qual recomenda aos seus sucessores respeitem sempre a autoridade imperial como a fonte de todo o poder soberano.

O regímen dualista em que o shogunado se traduzia era, entretanto, uma verdadeira aberração política e por isso não podia deixar de, mais cedo ou mais tarde, vir a despertar nos espíritos cultos um movimento de protesto. E assim sucedeu na verdade, tendo para isso concorrido poderosamente os estudos de Azumaru, Mabuchi, Norinaga e Atsutane, que, produzindo uma intensa revivescência das doutrinas shintoistas, vieram chamar a atenção para o facto de nos primitivos tempos do Império serem os negócios públicos dirigidos de forma efectiva e absoluta pelo Mikado, e mostrar ao mesmo tempo à saciedade como as funções, que mais tarde se arrogaram Hojo, Oda, Toyotomi e Tokugawa, eram simplesmente actos de usurpação.

Ora, foi precisamente a reacção despertada por esta organização anómala, a razão mais forte do movimento realizado em 1867, conhecido pelo nome de Restauração Imperial.

III. — Restauração Imperial. A Constituição

Não nos propômos fazer história e por isso não relataremos aqui os diferentes acontecimentos que, sob a designação de Restauração Imperial, se conglobam. Mostraria a sua exposição como no curto espaço de quatro anos se levou a cabo pacificamente a substituição do regímen feudal pelo sistema de govêrno centralizado, que evolucionando desde então, sob o influxo de circunstâncias diversas, se foi gradualmente transformando até se converter no regímen político que hoje vigora no país. O que, porêm, para o nosso fim importa fixar, é que, conseguida a resignação dó Shogun em favor da autoridade imperial, se tratou desde logo de organizar um novo govêrno, procurando naturalmente restabelecer-se o sistema que existia antes da implantação do feudalismo, isto é, quando

a nação se encontrava unificada sob o poder imperial. Em 6 de abril de 1868, dirigia o chefe do Estado aos seus súbditos, a título de programa político, embora de carácter vago, uma importante proclamação, cujo conteúdo é o seguinte:

1. Será estabelecida uma assembleia largamente convocada, e todos os negócios do Estado resolvidos com prévia discussão.
2. Todos os assuntos de carácter administrativo serão dirigidos em comum pelas autoridades e pelos súbditos.
3. A todos, sem distinção de classes, será livremente permitido exercer a sua actividade.
4. Os antigos preconceitos serão postos de parte para dar lugar à imparcialidade e à justiça.
5. Para maior glória do Império, será procurada a sciência por toda a parte.

Esta proclamação conhecida depois por juramento dos cinco artigos, e que é evidentemente uma conseqüência do contacto europeu, veiu a desempenhar no desinvolvimento político ulterior da nação um papel proeminente, sendo para os japoneses como que uma Magna Charta Libertatum, nêle se filiando a feição democrática que hoje se encontra no povo japonês, de que a sua actividade política de todos os dias nos fornece abundantes provas.

Aqui, porêm, mais uma vez os antigos sentimentos de lialdade para com o soberano se mantiveram, não tendo a influência das doutrinas do Ocidente, religiosas, filosóficas ou políticas, podido obliterá-los nem mesmo à sombra desse juramento. Assim é que, mais tarde (1889), introduzindo a Constituìção diversas inovações na organização política do país, a Diéta Imperial, a definição e enumeração dos direitos e obrigações dos súbditos japoneses, etc., proclamou, entretanto, como base dessa mesma organização que a pessoa do Imperador é sagrada e inviolável (art. III), que êle é a cabeça do Império combinando em si todos os direitos de soberania (art. IV); e assim é igualmente que ela reconhece aos súbditos japoneses o direito de apresentarem petições directamente ao soberano, o que não significa mais que o restabelecimento da primitiva faculdade do pôvo se dirigir livremente ao chefe do estado como seu grande protector, pater-famílias de toda a nação.

É que não tendo os reformadores japoneses perdido de

vista que as únicas instituìções que conveem a um pôvo são aquelas que se encontram de harmonia com as suas condições históricas, não fizeram, ao elaborar a Constituìção, mais do que sancionar a antiga política do país, de forma que na realidade não passa tal constituìção de um documento em que, sob a aparência de instituìções representativas, se encontram consignados os princípios tradicionais da política japonesa.

IV. — Actual espírito político da sociedade japonesa

A legislação, porêm, não tem à fôrça de imobilisar a sociedade a que se aplica. Pelo contrário, é esta que, evolucionando constantemente, dita as suas próprias leis, competindo aos legisladores não criar normas jurídicas, mas apenas — e aí está empenhado o seu mérito — saber destrinçar entre as variadissimas espécies de relações sociais aquelas que devem figurar no domínio do direito. Do movimento denominado restauração imperial saiu o sistema político cujos caracteres fundamentais acabamos de apontar. Agora, cêrca de trinta anos volvidos em que o país tem percorrido uma fase de intensa transformação, é sem dúvida ocasião de, para assim dizer, tomar o pulso à sociedade e procurar averiguar se os princípios fundamentais da sua organização política traduzem ainda as circunstâncias ou factores que os determinaram, ou, se pelo contrário, o movimento das ideias, importadas livremente de toda a parte, teem criado neste país, tão ancioso de saber e de progresso, novos ideais, novos conceitos de ordem política.

Noutros termos, viverá ainda na nação japonesa o antigo espírito de família, continuarão existindo para com o Mikado os mesmos sentimentos de lialdade? Eis interrogações cuja resposta, para ser verdadeiramente conscienciosa deveria basear-se numa investigação directa e meticulosa da sociedade a que diz respeito. Para isso, porêm, uma dificuldade quási insuperável se levanta para nós e que não se torna necessário encarecer: o desconhecimento da língua, que nos força a fundamentar as nossas afirmações especialmente nas opiniões colhidas em livros, escritos em línguas europeias, de publicistas japoneses, cujos sentimentos patrióticos poderão comprometer um pouco a rigorosa expressão da verdade.

O professor Takakusu, considerado uma das maiores autoridades sobre o assunto de que se trata, não só afirma a existência actual do antigo espírito de família, revelando-se

como noutros tempos em fortes sentimentos de união e solidariedade, que se não limitam aos membros de cada família, mas que se comunicam de família para família, de povoação para povoação, mas chega a considerá-lo como a causa primária de todos os sucessos japoneses, reputando-o de ordem vital para a nação e recomendando-o por isso instantemente aos educadores (vêr «Internationál Journal of Ethics», October 1906, pág. 101).

Igualmente, Uyehara, cuja obra data de 1910, afirma que no Japão tudo permanece subordinado à nação e à família e, para comprovar a sua asserção, cita o exemplo do casamento — uma das mais importantes instituìções sociais — que é determinado fundamentalmente, não por inclinações amorosas, mas pela consideração da necessidade de perpetuar a família como o cumprimento dum dever para com o estado, cuja noção se identifica com a de imperador, e ao espírito de união, principalmente, atribui o rápido desenvolvimento do país na nova orientação que lhe abriu a restauração imperial (vêr «The Political Development of Japan», pág. 15 e 16).

Ainda o Professor Kobayashi, no seu interessante estudo sociológico sôbre a sociedade japonesa, analisando o carácter do pôvo japonês, aponta como um dos seus traços mais fortes o nacionalismo, que «a constituìção nacional do Japão, absolutamente única, tem desenvolvido». Em sua opinião, ao passo que nos demais países são as relações entre soberano e súbditos as de forte para fraco, no Japão pelo contrário a Constituìção Nacional, toda patriarcal, faz da nação uma grande família, em que as relações entre soberano e súbditos são exactamente aquelas que unem um pai a seus filhos.

E a estas, muitas outras citações poderiamos acrescentar no mesmo sentido, mas bastam as que aí ficam.

Ora, se a existência do antigo espírito de família é assim afirmada, o mesmo sucede com o Shintoismo, que constitui para assim dizer a sua própria essência. Este culto é coévo da fundação do Império, como acima dizemos, e ao contrário do que sucedeu nas demais nações, em que o culto dos antepassados se foi gradualmente enfraquecendo com o desenvolvimento da civilisação até desaparecer por completo, continua intenso no Japão. Aqui não é rigorosamente uma religião, mas um poderoso sentimento nacional de que tudo se encontra imbuído, a começar pelo govêrno, cuja denominação em japonês «matsuri-goto» não significa, na sua tradução literal, mais do que negócios do culto.

E abundam as provas de que assim é. O pôvo visita os

templos com freqüência, havendo mesmo em cada «home» japonês um pequeno templo, isto é, um lugar reservado à comemoração dos antepassados, a conservar todas as suas recordações; visita os seus túmulos e pratica outras demonstrações claramente reveladoras da influência de tal sentimento. O Imperador vai todos os anos, acompanhado dos altos funcionários ao templo de Yashukuni, em Tóquio, consagrado à memória dos soldados mortos em campanha, agradecer em nome da nação o sacrifício dos que deram a vida pela pátria. Todos os negócios importantes do estado são solenemente reportados perante o sacrário de Isé, consagrado à memória dos Antepassados Imperíais, protectores da nação. Desse sentimento constituem também eloquente prova as últimas cerimónias de Quiôto, realizadas com observância de todas as antigas solenidades e ritos, sem dissentimento acatados com o maior respeito em todo o Império. Durante uma dessas cerimónias expressou-se desta forma o Imperador numa proclamação dirigida ao pôvo: Segundo a base da Constituição, Nós somos o soberano e vós os súbditos: mas em afeição Nós temos sido sempre Pai e filhos».

Muitos outros exemplos poderiamos ainda citar, todos demonstrativos de que o Shintoismo continua profundamente arreigado no espírito japonês e de que, portanto, os princípios fundamentais da Constituição Japonesa continuam a encontrar nesta sociedade uma base real e consistente.

E não se pense que se trata de uma sobrevivência histórica, condenada a desaparecer num futuro mais ou menos próximo, sob a influência das doutrinas positivistas que dominam os povos de civilização europeia. Pelo contrário, o espírito Shintoista tende a desenvolver-se ou melhor intensificar-se. Num discurso proferido em Abril último pelo Ministro do Interior, chamava êste a atenção dos Governadores de Prefeitura para as manifestações que por todo o país se estão observando de um recrudescimento das doutrinas shintoistas e exortava-os a usarem da sua influência no mesmo sentido (vêr «Japan-Times» de 23 de Abril de 1915, artigo editorial, «Shinto Revival»).

A atestar, porêm, acima de tudo, quão identificado se encontra o pôvo japonês com tais doutrinas e ao mesmo tempo quão garantida está a existência destas no seu espírito, encontra-se o facto de serem elas a base de toda a educação japonesa, não estando o seu cultivo no espírito do pôvo a cargo apenas do sacerdote (bôzu) mas do mestre-escola.

Efectivamente, em cada escola japonesa se encontra afixado

um exemplar do Rescrito Imperial sôbre Educação, publicado em 1890 que mostra claramente que a base da educação japonesa reside essencialmente nas relações entre a Casa Imperial e o Pôvo, intimamente ligadas com o culto dos antepassados que representa, para assim dizer, uma condensação da vida passada ao mesmo tempo que a base do desenvolvimento futuro da nação. São os seguintes os seus termos:

«Súbditos, sabei:

«Os nossos Imperiais Antepassados fundaram o Império sôbre larga e perpétua base, e profunda e firmemente implantaram a virtude. Os nossos súbditos unidos sempre na lialdade e amor filial teem de geração em geração sabido dar lustre à harmonia daí resultante. E esta a glória do carácter fundamental do Nosso Império e aí reside a origem da nossa educação.

«Súbditos, sêde dedicados para com vossos pais, afeiçoados para vossos irmãos e irmãs, como esposos conservai-vos em harmonia, como amigos usai de lialdade, sêde modestos e moderados, estendei a vossa benevolência a todos, prossegui no estudo e cultivai as artes e por êste meio desenvolvei as faculdades intelectuais e aperfeiçoai as qualidades morais, alêm disto promovei o bem público e intensificai os interesses comuns, respeitai sempre a Constituìção e observai as leis, em caso de necessidade, oferecei-vos corajosamente ao Estado e desta forma mantende e guardai a prosperidade do nosso trôno Imperial coetaneo do Céu e da Terra. Assim, não sòmente sereis nossos bons e liais súbditos, mas honrareis as melhores tradições dos vossos antepassados.

«O caminho aqui indicado não é mais que o conselho legado pelos Nossos Antepassados para ser seguido de forma igual pelos Seus Descendentes, infalível para todos os tempos e verdadeiro em todos os lugares. É nosso desejo mantê-lo no coração com toda a reverência, em comum convosco, para que possamos todos alcançar assim a mesma virtude».

Se à doutrina dêste Rescrito juntarmos a influência que no espírito japonês deve exercer o militarismo que domina o país, envolvendo o Imperador de uma aureola de glorificação, desviando para o exterior grande parte da atenção popular e reclamando uma constante unidade de orientação política e acção governativa, compreenderemos bem como se mantem e manterá certamente por largo tempo o antigo espírito nacional.

Não queremos evidentemente significar que são aqui desconhecidas as ideias de liberdade que nasceram, se desenvolveram e teem frutificado nas nações de civilisação europeia. Muito ao contrário. As doutrinas liberais teem sido aqui livremente importadas e não há publicista notável na Europa, desde Rousseau aos mais avançados pensadores da actualidade, que os intelectuais japoneses não conheçam. A própria Constituìção Japonesa reserva um dos seus capítulos à consignação dos direitos individuais. Mas, como as demais influências estranhas, teem sido essas ideias aceitas pela civilisação nipónica não de forma pura e simples com todas as suas conseqùências e corolários, mas com as modificações reclamadas para sua perfeita adaptação aos princípios fundamentais da mesma civilisação. Mostrá-lo-emos num futuro estudo.

Tóquio, Março de 1916.

César de Sousa Mendes
1.º Secretário de legação, Encarregado de Negócios.

O FAUSTO DE GOETHE

NO SEU DUPLO SIGNIFICADO FILOSÓFICO E LITERÁRIO

(Cont. do n.º 7, pag. 378)

No Agiológio domínico — Vidas dos Santos, Beatos e Mártires. E outras pessôas veneráveis da Ordem dos Prégadores. Traduzidas e acrescentadas pelo P.e Manuel de Lima da mesma ordem. Tomo II, ano 1710, pág. 353 — conta-se do santo o seguinte que julgo curioso referir: «Caminhava para Coimbra e aceitou de fazer noite na sobredita cidade em casa de uma mulher virtuosa e nobre, chamada Pichena. Entrou no aposento que lhe tinham concertado e sentou-se na ilharga da cama, para descansar um pouco. Como o seu descanso era conversar nos céus, conforme a linguagem de S. Paulo, o mesmo foi sentar-se que voar a alma arrebatada de êstase tão veemente que levou atraz de si o corpo até junto do telhado. Acompanhava-o um religioso pouco versado nestas matérias e entrando dentro da câmara ficou pasmado, parecendo que via uma fantasma. Quando caiu no que era, julgou que seria bom descerem-no. Dá parte à senhora da casa; juntaram-se os criados; fizerão fôrça; derão-lhe tormento com empuxões: e não só o não puderam descer, mas nem levemente menear. Soube-se do caso na vizinhança; acudiu toda; e passando a voz veiu correndo o lugar inteiro com tanto alvoroço que não cabendo nas casas subirão polos telhados por verem a maravilha. Era alta noite; e o santo não tornava em si, nem os homens se podiam apartar, feitos como estáticos do que vião. Passado largo tempo, foi despertando e descendo e tomou ao primeiro assento; porêm sabendo do companheiro o que lhe aconteceu e o concurso que houvera sentido e corrido de ser achado com o santo furto nas mãos, pagou-se com novo trabalho e foi madrugar, de sorte que quando amanheceu tinha andado grande caminho».

Também no *De Vitis* capítulo III (4.ª parte), conta Fr. Gil um caso de levitação: «Havia no convento de Santarêm um irmão, Fr. Pedro, médico, de bondade extraordinária que aconselhava e ajudava sempre os enfermos, aliviando-os com quanto podia nos seus padecimentos. Estando um dia com outros dois enfermos, depois de comer, viu um dêles, Fr. Martin, converso, que pouco a pouco se elevava da cama até tocar no tecto da enfermaria, ficando ali por algum tempo, até que desceu também lentamente. Depois da Nona, aproximou-se Fr. Pedro de mim que era o terceiro enfermo e em confissão revelou-me alguns dos prodígios que havia visto. Aconselhei-o a que a ninguem mais o revelasse, porque frequentemente e com facilidade se introduz a vanglória no coração dos contemplativos e em especial se a excelência da visão se publica. Depois de se ter confessado e retirado, acercou-se Fr. Martin e disse-me: «Fr. Gil: Fr. Pedro disse-lhe alguma cousa da sua elevação pelos ares? E eu respondi: «Como sabes tu isso?» ao que êle replicou: «Vi com os meus próprios olhos que êle se elevava da cama até ao tecto de esta habitação. E então aconselhei-o a nada contar».

Sôbre Frei Gil, publicou o falecido escritor Bruno um artigo interessante em *A Aguia,* n.º 41, onde nos dá a indicação valiosa pedida à Biblioteca Lusitana de Barbosa Machado que Echard, cronista francês da ordem, considerava apócrifa a parte da lenda que diz respeito ao contrato com o Príncipe das Trevas. Refere também que no célebre livro messiânico — «Restauração de Portugal Prodigiosa» — do Padre João de Vasconcelos, Jesuita, Reitor dos Colégios de Braga, Santarêm Porto e Coimbra (parte 1.ª, capítulo XV) se fala de uma notável memória que anda em nome de S. Frei Gil, da falta dos Reis Portugueses e o muito que o Reino a sentiria e padeceria e seria restaurado por Sua Magestade. No fim do capítulo vem uma aprovação do seguinte teor: «O Padre Frei Luis de Braga, Religioso Prégador, da Ordem de S. Francisco da cidade e o Padre Frei Pedro do Espírito Santo, Religioso da Ordem Terceira certificam *in verbo sacerdotis* que há muitos anos que teem êste papel por profecia de S. Frei Gil». Por último diz-nos que possuia um ms. — Colecção de Cópias de Escritores antigos que tratão dos acontecimentos passados e futuros. Extraidas de papeis e livros manuscritos e impressos. Lisboa, ano de 1808, onde a pág. 504 se conta a profecia de S. Frei Gil. Na mesma página vem uma nota: «O q. a sima fica escripto hé a profecia de S. Frei Gil, mencionada a pag. 119 deste Livro e p.ª esta pag. 506

trasladada do Sermão do P.e Antonio Vieira, intitulado = Palavra do Pregador Empenhada & defendida = § XI». A profecia é a seguinte: «S. Fr. Gil, Portuguez da Ordem de S. Domingos, q. floreceo no tempo dos primeiros Reys de Portugal, fallando do mesmo Reyno, diz que se havia de ver orphão de Sangue Real, p.a muito tempo, em q. havia de gemer, e padecer por muitos modos: porem que Deos o havia de favorecer, e q. o seu remedio havia de vir longe e quando não esperasse havia de ser remediado por hum não esperado; e que então se havia de destruir Africa e arruinar-se o Imperio Ottomano, florecer a Igreja com muitos Martyres, sobverter-se Constantinopla, recuperar-se a Caza Santa; haver mudança em todas as cousas; *serem abatidos os Grandes; exaltarem-se os humildes* e haver paz por todo o mundo» (1).

Já depois de redigida esta nota sôbre S. Frei Gil, lemos no *Diário de Notícias* de 7 de Março de 1917, o extracto da comunicação feita pelo Sr. Conselheiro Júlio de Vilhena, em sessão da 2.a classe da douta Academia das Sciências de Lisboa, que passo a reproduzir: «Em 3 de Março de 1664, o padre Vieira escrevia de Coimbra a D. Rodrigo de Menezes, pedindo-lhe que lhe enviasse as profecias de S. Frei Gil que estavam antigamente em poder de um esparteiro das portas da Mouraria, e que o mesmo emprestara havia vinte anos ao padre João de Vasconcelos, quando compunha o livro da *Restauração de Portugal* que imprimiu com o nome do doutor Gregório de Almeida. Lendo-se a obra publicada em 1643 com o título de *Restauração de Portugal Prodigiosa,* encontra-se com efeito a referida profecia a pág. 79. Diz assim: «Lusitania sanguine orbata regio, diu ingemisset, multipliciter patietur, sed propitius sit tibi Deus: salus e longinquo veniet et insperate ab insperato redimeris». O autor do livro faz a tradução dêste modo: «Portugal, falto do sangue dos reis, gemerá muito tempo, padecerá muitos e vários trabalhos; porêm Deus lhe seja propício, a salvação virá de longe e inesperadamente sereis remido pelo inesperado». Tanto o padre Vieira como o padre João de Vasconcelos, pretenderam adaptar esta profecia, à restauração de 1640, mas por mais sofismas que empregassem, a verdade é que nunca o conseguiram. Em primeiro lugar Portugal não esteve

---

(1) A obra foi publicada com o nome suposto do Dr. Gregório de Almeida Ulyssiponense.

órfão do sangue dos reis durante o domínio de Castela, porque teve a governá-lo o sangue dos Felipes; em segundo lugar a salvação não veio de longe, porque veiu de Vila Viçosa; em terceiro lugar nem veio inesperadamente nem pelo inesperado, porque era o duque de Bragança a entidade em que todos tinham as suas esperanças de redenção. Em 1640 apareceram duas espécies de profecias: umas feitas nessa ocasião e que se acomodaram perfeitamente às circunstâncias ocorrentes, como por exemplo a carta de S. Bernardo a D. Afonso Henriques, forjada pelos frades de Alcobaça, outras como as do Bandarra, de Simão Gomes e esta de S. Frei Gil, feitas muitos anos antes e que só à fôrça de sofismas e de forçadas interpretações é que podiam referir-se à restauração nacional».

O Sr. Júlio de Vilhena, depois de acentuar que às Academias não cumpre apreciar inigmas proféticos, mas simplesmente apreciar a sua existência histórica, a sua autenticidade e o seu valor documental e referir que a lenda é anterior a 1640, mostra dúvidas de que seja da pessoa a quem é atribuida, embora não tenha argumentos para provar o contrário.

Também me inclino a que a profecia não seja de S. Frei Gil, e esta minha opinião é baseada na circunstância de não figurar no livro *De Vitis fratrum,* onde dada a sua importância deveria estar registada.

O Sr. Vilhena terminou a sua comunicação por apresentar as seguintes questões que conviria resolver:

1.º Se os quatro livros que estavam em 1641 nas mãos do esparteiro da Mouraria, existirão em qualquer biblioteca particular ou arquivo público, ou pelo menos a sua cópia.

2.º Se a profecia, como vem na *Restauração de Portugal,* está completa, ou se lhe faltam os dois trechos à que se refere o padre Vieira no sermão prégado em 1 de Janeiro de 1641, um relativo à queda do império otomano e outro à conquista de África.

3.º Se essa profecia se refere algum escritor nacional ou estrangeiro anterior ao ano de 1640.

4.º Se o silêncio do cronista da ordem de S. Domingos, Fr. Luis de Sousa que escreveu em 1623, se pode explicar por não querer desagradar a Felipe de Espanha, batizado na pia de S. Domingos de Gusmão e que era muito afeiçoado aos dominicanos.

OBSERVAÇÕES

1.ª À nota a pág 53 devo fazer a seguinte rectificação: a obra *Vitae fratrum*, ou *De Vitis fratrum* não é de Fr. Gerardo Frachet de Limoges que se limitou a ordenar e classificar os materiais que lhe foram enviados pelo Padre Geral Humberto de Romanis.

2.ª A pág. 14 indico entre os vários autores que sustentam existir qualquer relação de parentesco entre o Fausto de Goethe e o Mágico prodigioso de Calderon, Philarète Chasles e Ticknor, o que não é bem exacto. O primeiro, é certo, afirma o seguinte: «Des deux côtés c'est le meme thème: l'impuissance humaine; ici, chez Goethe, froidement sceptique et investigatrice; là, chez Calderon, naïvement curieuse et sensuelle. Des deux côtés, on voit Satan s'emparer d'une nature supérieure, l'exploiter et lui faire renier Dieu, le mauvais principe agir, paraître sur la scène et la remplir comme le Figaro de l'œuvre; des deux côtés une femme est le grand mobile que Satan met en usage: ici Marguerite; là Justine» (*obr. cit.*, pág. 62-63). Chama mesmo a Cipriano — o Fausto espanhol — porque a seu ver, Cipriano encontrava-se precisamente na mesma situação de espírito que os cronistas da Idade-Média atribuem ao Dr. João Fausto, procurando Deus e a felicidade, fiando-se na sua fôrça e pensamento, desejando ao mesmo tempo todas as voluptuosidades da alma, todos os bens terrestres e toda a sciência dos seres... (Ibid. pág. 60). No entanto, não admite que Goethe se inspirasse de Calderon: «Je ne pense pas que Goethe êut connu le Mágico prodigioso; l'ermite de Weimar n'a point imité le théologien de l'Aranjuez».

Ticknor limita-se a dizer que o Mágico prodigioso nos lembra imediatamente o Fausto de Goethe como se houvesse entre uma e outra obra verdadeiras analogias

3.ª No número dos escritores que tem procurado aproximar as duas obras o drama de Calderon e o poema de Goethe, devemos citar Lewes — «The Life and works of Goethe»; Vasconcelos — o «Fausto» de Goethe e a tradução do Visconde de Castilho; Teófilo Braga — «Estudos da Idade-Média». «Lenda do Dr. Fausto».

4.ª Entre os poucos trabalhos literários portugueses que versam sôbre a lenda de Fausto, conta-se um poema dramático, infelizmente ainda não pnblicado do Sr. Coelho de Carvalho. Proporcionou-me o douto académico o agradável prazer espiritual da leitura da sua obra, notável pela elevação filosófica e scientifica e pela linguagem harmónica e castigada, superior expressão sensível do pensamento poético. Depois de nos ter dado o conteúdo da acção dramática do seu poema, e de ter assim criado uma imagem intelectual do assunto, sabe com os recursos valiosos da sua arte, transformar esta imagem intelectual em imagem sensível, desenvolvendo o Leit — motiv — a unidade do ser sob uma forma que não pode deixar de comover a sensibilidade do espectador. O autor realiza assim o fim de toda a poesia: a incarnação completa da intensão da obra de arte, a transposição da ideia na emoção — die Gefühls'werdung des Verstandes — como dizia Wagner.

5.ª A propósito de *The Monk* de Lewis, a que aludo a pág. 257, devo lembrar que o romance pelo assunto, nos lembra um pouco o «Fausto».

Pertence à escola de Walpole e Mrs Radcliffe, ao chamado *tipo gótico*. O carácter da obra é definido pelo moto de Horácio que figura na primeira página e que se poderia aplicar a todos os escritos em prosa e verso do mesmo autor:

> Somnia, terrores magicos, miracula, sagas,
> Nocturnos lemures portentaque.

O herói Ambrósio é o abade do mosteiro capuchino de S. Francisco de Madrid, homem de rígida austeridade, cujo orgulho espiritual o torna presa fácil das tentações do diabo que lhe aparece em figura feminina e que pouco a pouco o arrasta a uma série de crimes, incluindo o incesto e o parricídio. Para escapar aos cárceres da Inquisição e a um auto da fé, entrega por contrato feito em pergaminho assinado com o próprio sangue, a alma do demónio. Êste no meio de trovões e raios, surge com «*two enormous wings*»; o cabelo «*was supplied by living snakes*» arrebata a vítima para um pico da serra Morena, donde parte com êle através de uma paisagem de torrentes, penhascos, cavernas e florestas, em que se ouve o som estrídulo dos ventos e os guinchos das águias, até que o precipita num abismo, pondo-lhe termo à existência.

Há uma lenda popular polaca análoga à de Fausto. Twardowski um fidalgo do século XVI para alcançar gozos e conhecimentos sobrehumanos entrega-se ao demónio na montanha Krzemionki na Cracóvia, passando por uma série de aventuras espirituosas. Por fim, o demónio leva-o pelos ares, mas êle salva-se, entoando uma canção religiosa. É no entanto condenado até ao dia de juizo a pairar entre o céu e a terra. A lenda foi aproveitada por poetas polacos, entre os quais Kraszewski.

6.ª Os termos elogiosos com que me refiro anteriormente ao poema do Sr. Dr. Teófilo Braga — *A Psycose de Fausto* — não significam de maneira nenhuma que não reconheça nos seus trabalhos, onde aliás há material aproveitável muitos êrros graves, filhos da sua falta de cultura filológica, mas principalmenta do seu estreito critério jacobino, capaz de desorientar as inteligências mais esclarecidas e de fazer claudicar os caracteres mais bem dotados.

7.ª Já depois de impresso o Apêndice *A*, chegou ao meu conhecimento a notícia de uma conferência realizada em Fronteira e publicada no jornal do mesmo nome em que entre outros disparates se afirmava que os alemãis desconheciam a existência de Shakespeare, Vitór Hugo, Calderon, Cervantes e Camões. Dislates de tal jaez não merecem comentários e nem a êles me teria referido, se não fossem infelizmente um sintoma seguro da ignorância desaforada que infelizmente tem campeado em Portugal entre as classes que se propõem ser as dirigentes da sociedade e propulsosas da opinião pública. A conferência é atribuida a um antigo governador de Angola, ao Sr. Coronel Manuel Maria Coelho.

BIBLIOGRAFIA

1. Alex. Baumgartner, «Goethe, Sein Leben und seine Werke».
2. K. Borinski, «Geschichte der deutschen Literatur».
3. S. L. Cholevins, «Geschichte der deutschen Poesie nach ihren antiken Elementen».

4. G. G. Gervinus, «Geschichte der deutschen Dichtung».
5. O. F. Gruppe, «Leben und Werke deutscher Dichter».
6. G. A. Heinrich, «Histoire de la Littérature allemande».
7. H. Hettner, «Geschichte der deutschen Literatur im achtzehnten Jahrhundert».
8. Franz Hirsch, «Geschichte der deutschen Literatur».
9. Joseph Hillebrand, «Die deutsche Nationalliteratur».
10. M. Koch, «Geschichte der deutschen Literatur».
11. H. Lewes, «The Life and Works of Goethe».
12. W. Lindemann, «Geschichte der deutschen Literatur».
13. W. Menzel, «Geschichte der deutschen Literatur».
14. K. Rosenkranz, «Goethe und seine Werke».
15. W. Scherer, «Geschichte der deutschen Literatur».
16. Jul. Schmidt, «Geschichte der deutschen Literatur».
17 H. Viehoff, «Goethe's Leben».
18. J. W. Schäfer, «Goethe's Leben».
19. A. F. Vilmar, «Geschichte der deutschen National-Literatur».
20. Fr. Th. Vischer, «Die Literatur über Goethe's Faust» (Kritische Gänge, II, pág. 49-215).
21. Fr. Th. Vischer, «Altes und Neues».
22 W. Wackernagel, «Geschichte der deutschen Literatur».
23. Elard. H. Meyer, «Mythologie der Germanen».
24. Th. Zahn, «Cyprian von Antiochien und die deutsche Faustsage».
25. Moriz Carriere, «Calderons wunderthätiger Magus und Goethes Faust»».
26. Christianus Kircher, «Disquisitio Historica prior de Fausto Praestigiatore». Wittenberg, 1683.
27. «Historische Remarquen Ueber D. Johann Faustens.... Geführtes Leben». Zwickau (1772).
28. Carl Kiesewetter, «Faust in der Geschichte und Tradition.
29. Georg Witkowski, «Der historische Faust» (in der «Deutschen Zeitschrift für Geschichtswissenschaft», Jahrgang, 1896-1897).
30. Erich Schmidt, «Faust und das sechzehnte Jahrhundert» (in den «Charakteristiken». Erster Band Berlin, 1886).
31. Erich Schmidt, «Faust und Luther» (in den «Berichten der Berliner Akademie», Band 25, Berlin, 1896).
32. Albert Pick, «Faust in Erfurt».
33. P. Kassel, «Die Symbolik des Blutes».
34. H. Düntzer, «Die Sage vom Doctor Faust» (in Scheibles «Kloster», Band 5, Stuttgart, 1847).
35. Julius Dumcke, «Die deutschen Faustbücher».
36. Hermann Grimm, «Die Entstehung des Volksbuches vom Doctor Faust» (in den «Fünfzehn Essais». Dritte Folge, Berlin, 1882).
37. G. Ellinger, «Zu den Quellen des Faustbuches von 1587» (in der «Zeitschrift für vergl. Litteraturgeschichte». Neue Folge, Band I, Berlin. 1887).
38. Faligan, «Histoire de la légende de Faust«.
39. J. Görres, «Die deutschen Volksbücher».
40. Kroker, «Doctor Faust und Auerbachs Keller».
41. Logemann, «The english Faust-book of 1592». Gand, 1900.
42. «Das Pfitzersche Faustbuch» (Nürnberg, 1674); Neudruck, hersg. von Adalbert von Keller. Tübingen (Litt. Verein). 1880; abgekürzter Neudruck, hersg. von Düntzer, Stuttgart (Kollektion Spemann, Siegfried Nagel, Helena in der Faustsage (in «Euphorion», Band 9, Wien, 1902).

43. Wilhelm Mayer, «Nürnberger Faustgeschichten. Das Spiessche Faustbuch» (Frankfurt a. M. 1587). Neudruck hersg. von W. Braune, Halle, 1880 (mit Bibliographie der Faustbücher von Friedriche Zarncke); Faksimiledruck hersg. von W. Scherer. Berlin, 1884.
44. Max Osborn, «Die Teufellitteratur des 18 Jahrhunderts».
45. Emil Sommer, «Die Sage vom Doctor Faust» (in «Ersch und Grubers Encyclopädie», Band 42, Leipzig, 1845).
46. M. Schwengberg, «Das Spiessche Faustbuch und seine Quelle».
47. S Szamatolski, Erich Schmidt u. a. «Zu den Quellen des ältesten Faustbuches» (in der «Vierteljahrschrift für Litteraturgeschichte», Band I, Weimar, 1888).
48. Alexander Tillé, «Die Faustsplitter in der Litteratur des 16 bis 18 Jahrhunderts».
49. K. A. von Reichlin-Meldegg, «Die deutschen Volksbücher von Faust und Wagner» (in Scheibles, «Kloster», Band 11, Stuttgart, 1849).
50. Alexander Tille, «Die deutschen Volkslieder vom Doctor Faust».
61. Christopher Marlowe, «Doctor Faustus, hersg. von H. Breymann».
52. Christopher Marlowe, «Doktor Faustus. Aus dem Englischen übersetzt von Wilhelm Müller».
53. Theodor Delius, «Marlowes Faustus und seine Quelle».
54. Wilhelm Creizenach, «Versuch einer Geschichte des Volksschauspiels vom Doktor Faust».
55. H. Lübke, «Die Berliner Fassung des Puppenspiels vom Doctor Faust» (in der «Zeitschrift für deutsches Altertum», Neue Folge, Band 19, Berlin, 1886).
56. Ernst Kraus, «Das böhmische Puppenspiel vom Doctor Faust».
57. R. Petsch, «Das fränkische Puppenspiel vom Doctor Faust» (in der «Zeitschrift des Vereins für Volkskunde», Berlin, 1905).
58. Alexander Tille, «Das katholische Fauststück, die Faustkomödienballade und das Zillerthaler Doctor Faust-Spiel» (in der Zeitschrift für Bücherfreunde, 10, Jahrgang». Leipzig, 1906).
59. Erich Schmidt, «Zur Vorgeschichte des Goetheschen Faust I. Lessings Faust» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 2, Frankfurt a. M. 1881).
60. August Sauer, «Das Phantom in Lessings Faust» (in der «Vierteljahrschrift für Litteraturgeschichte», Band I, Weimar, 1888).
61. Erich Schmidt, «Heinrich Leopold Wagner».
62. Heinrich Leopold Wagner, «Die Kindermörderinn, Neudruck hersg. von Erich Schmidt». Heilbronn, 1883).
63. «Das Berliner Puppenspiel, hersg. von Fr. Heinrich von der Hagen» (in «Germania», Band 4, Berlin, 1841), abgedruckt in Scheibles, «Kloster», Band 5, Stuttgart, 1846).
64. «Das Geisselbrechtsche Puppenspiel», abgedruckt, in Scheibles «Kloster», Band 5, Stuttgart, 1847.
65. «Das Kölner Puppenspiel», abgedruckt, in Scheibles, «Kloster», Band 5, Stuttgart, 1847.
66. «Zwei Augsburger Puppenspiele», abgedruckt in «Scheibles Kloster», Band 5, Stuttgart, 1847.
67. «Das Weimarer Puppenspiel, hersg. von Oskar Schade» (im «Weimarischen Jahrbuch», Band 5, Hannover, 1856).
68. «Das Schwiegerlingsche Puppenspiel hersg. von Albert Bielschowsky» (ein «Bericht über die Königl. Gewerbeschule in Brieg»).

69. «Das niederösterreichische Puppenspiel (in den» «Deutschen Puppenspielen, hersg. von Kralik und Winter)».
70. H. Baumgart, «Goethe's Faust als einheitliche Dichtung erläutert«.
71. A. v. Berger, «Goethe's Faust und die Grenzen des Naturerkennens».
72. M. Bergedorf, «Faust und das christliche Volksbewusstsein».
73. W. Beyschlag, «Goethes Faust in seinem Verhältniss zum Christenthum».
74. Biedermann, «Zur Entwicklungsgeschichte der Goethe'schen Faustdichtung» (Nord und Sud, Nov. 1877).
75. J. W. Braun, «Goethe im Urtheil seiner Zeitgenossen».
76. Eduard von Hartmann, «Der Ideengehalt des Goetheschen Faust (Im neuem Reiche).
77. Wilhelm Scherer, «Betrachtungen über Faust» (in den «Aufsätzen über Goethe», 2. Aufl. Berlin, 1900); Fauststudien.
78. Karl Köstlin, «Goethes Faust, seine Kritiker und Ausleger».
79. Veit Valentim. «Goethe's Faustdichtung in ihrer künstlerischen Einheit dargestellt».
80. Landsberger, «Das Buch Hiob und Geethes Faust».
81. C. Wentzel, «Analecta Faustiana» (no «Genethliacon Gottingense», Göttingen, 1888).
82. W. Gilbert, «Kritische Erörterungen zu Goethe's Faust» (Neue Jahrbücher für Philologie und Pädagogik).
83. W. Gwinner, «Goethe's Faustidee».
84. P. Haffner, «Goethe's Faust als Wahrzeichen moderner Kultur».
85. G. Keuchel, «Goethe's Religion und Goethe's Faust».
86. Victor Hehns, «Vorlesungen über Goethe, hersg. von Theodor Schiemann» (im «Goethe Jahrbuch», Band 15, Frankfurt a. M. 1894).
87. Paul Pochhammer, «Dante im Faust».
88. P. Stern, «Dante et Goethe».
89. Erich Schmidt, «Danteskes im Faust» (im «Archiv für das Studium der neueren Sprachen», Band 107).
90. Carl Alt, «Der Gedanke der Theodicee in Goethes Faust» (in den «Preussischen Jahrbüchern», Band 108, Berlin, 1902).
91. Johannes Volkelt, «Fausts Entwicklung vom Geniessen zum Handeln in Goethes Dichtung» (in den «Neuen Jahrbüchern für klassisches Altertum», Band 11, Leipzig, 1903).
92. Gerhard Gräf, «Goethe über seine Dichtungen», Teil 2, Band 2. Frankfurt a M. 1904.
93. Otto Pniower, «Goethes Faust. Zeugnisse und Excurse zu seiner Entstehungsgeschichte». Berlin, 1899.
94. Otto Stiller, «Goethes Entwürfe zum Faust».
95. August Fresenius, «Goethe über die Conception des Faust» (Goethe-Jahrbuch, Band 15. Frankfurt a M. 1894).
96. A. Wohlauer, «Das erste Paralipomenon und der erste Entwurf zu Goethes Faust.».
97. J. Collin, «Goethes Faust in seiner ältesten Gestalt».
98. «Goethes Faust in ursprünglicher Gestalt nach der Göchhausenschen Abschrift, hersg. von Erich Schmidt», Abdruck 6. Weimar, 1905.
99. Johannes Niejahr, «Kritische Untersuchungen zu Goethes Faust I. Aelteste Gestalt II. Das Fragment» (in «Euphorion», Band 4. Wien, 1897).
100. «Faust. Ein Fragment. Neudruck, hersg. von W. Holland». Freiburg, 1882; von Bernhard Seuffert, Heilbronn, 1882.

101. Agid Raiz, «Goethes Faustredaktion», 1790 (in der «Vierteljahrschrift für Litteraturgeschichte», Band 3, Weimar, 1890).
102. «Goethes Faust, hersg. von Moriz Carriere».
103. «Goethes Faust, hersg. von Gustav von Loeper».
104. «Goethes Faust, hersg. von H. Düntzer».
105. «Goethes Faust, Edited by Calvin Thomas». Boston, 1892–1897, 2 vol.
106. «Goethes Faust, hersg. von Otto Harnack» (in der Goethe-Ausgabe des Bibliographischen Instituts. Leipzig, 1902, Band, 5).
107. «Goethes Faust, hersg. von Erich Schmidt» (in der «Cottaischen Jubiläumsausgabe», Band 13 und 14). Stuttgart, 1904–1906.
108. O. Boyesen, «Ein Kommentar zu Goethe's Faust. Reclam».
109. Bayard Taylor, «Goethes Faust».
110. Jul. Schmidt, «Goethes Faust».
111. J. G. Magnabal, Calderon et Goethe, «Le Magicien prodigieux et le Faust», traduit de l'espagnol de Miguel Sanchez y Moguel.
112. H. Schreyer, «Goethe's Faust».
113. J. Sengler, «Goethe's Faust».
114. K. J. Schröer, «Faust von Goethe».
115. D. J. Snider, «Goethes Faust»
116. Ch. H. Weisse, «Kritik und Erläuterungen des Goethe'schen Faust».
117. J. Minor, «Goethes Faust. Erster Teil. Entstehungsgeschichte und Erklärung». Stuttgart, 1900, Band 2.
118. F. Blanchet, «Le Faust de Goethe».
119. H. Blaze de Bury, «La Genèse d'un chef-dœuvre. Revue des Deux Mondes», 1er Nov. 1879.
120. Wilhelm Scherer, «Herder im Faust; Der Faust im Prosa; Der erste Teil des Faust» (in «Aus Goethes Frühzeit». Strassburg, 1879).
121. Otto Pniower, «Goethes Faust und das Hohe Liede» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 13, Frankfourt a. M. 1892).
122. Paul Hoffmann, «Das Flohlied in Goethes Faust» (in der «Vierteljahrschrift für Litteraturgeschichte», Band 2, Weimar, 1889).
123. P. Graffunder, «Der Erdgeist und Mephistopheles in Goethes Faust» (in den «Preussischen Jahrbüchern», 1891, Band 2).
124. Franz Jostes, «Die Einführung des Mephistopheles in Goethes Faust» (im «Euphorion», Band 3, Wien, 1896).
125. Georg Witkowski, «Der Erdgeist im Faust» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 17, Frankfurt a. M.).
126. Rudolf Hildebrand, «Zu Fausts Glaubensbekenntnis» (in den «Beiträgen zum deutschen Unterricht». Leipzig, 1897).
127. Johannes Niejahr, «Die Osterscenen und die Vertragsscene in Goethes Faust» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 20, Frankfurt a. M.).
128. Landsberger und J. Kohler, «Fausts Pakt mit Mephistopheles in juristicher Beleuchtung» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 24, Frankfurt a M. 1903).
129. Georg Witkowski, «Die Walpurgisnacht im ersten Teil von Goethes Faust».
130. Friedrich Theodor Vischer, «Zum zweiten Teil von Goethes Faust» (in den «Kritischen Gängen». Neue Folge, Heft 3, Stuttgart, 1801).
131. G. Dehio, «Alt-Italienische Gemälde als Quelle zum Faust» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 7, Frankfurt a. M. 1886).
132. Düntzer, «Die Enstehung der beiden ersten und der beiden letzten Akte des zweiten Teils des Faust» (in «Zur Goetheforschung». Stuttgart, 1892).

133. Friedrich Decker, «Die griechische Helena in Mythos und Epos». Magdeburg, 1894.
134. Johann Niejahr, «Goethes Helena» (im «Euphorion», Band 1, Wien, 1894).
135. A. Gerber, «The evolution of the classical Walpurgis. Nacht and the scene in Hades» (in «America Germanica»).
136. Veit Valentin, «Die klassische Walpurgisnacht».
137. W. Cohn-Antenorio, «Die Quellen des Faustischen Papiergeldes» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 24, Frankfurt a. M. 1903).
138. E. von Lippmann, «Sagengeschichtliches zur Helena» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 24, Frankfurt a. M 1903).
139. A. Wohlauer, «Goethes Helenadichtung in ihrer Entwicklung».
140. Josef Collin, «Die Mittel der dichterischen Darstellung im zweiten Teil von Goethes Faust».
141, George Wilkowski, «Die Handlung des zweiten Teils von Goethes Faust», 1906.
142. H. Curto, «Die Figur des Mephistopheles im Goetheschen Faust».
143. F. Paulsen, Schopenhauer, Hamlet, Mephistopheles.
144. Wilhelm Sherer, «Gretchen» (in den «Aufsätzen über Goethe», Aufl. 2, Berlin, 1900).
145. Franz Kern, «Drei Charakterbilder aus Goethes Faust.».
146. Max Morris, «Mephistopheles» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 22, Frankfurt a. M. 1901).
147. Julius Goebel, «The Etymology of Mephistopholes» (nos «Transactions of the American Philological Association», vol. 35, 1904).
148. Julius Goebel, «Homunculus» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 21, Frankfurt a. M. 1900).
149. Georg Witkowski, «Goethes Faust auf dem deutschen Theater» (in «Bühne und Welt», Jahrgang 4, Berlin, 1901).
150. W. Creizenach, «Die Bühnengeschichte des Goetheschen Faust».
151. Franz Dingelstedt, «Eine Faust-Trilogie».
152. Otto Devrient, «Goethes Faust. Für die Aufführung als Mysterium in zwei Tagewerken eingerichtet».
153. Goethes Faust, «Zweiter Teil. Nach der Bearbeitung von Dr. Wollheim tür die könig. sächsische Hofbühne, eingerichtet von A. Marcks». Dresden, 1880.
154. Goethes Faust, «Zweiter Teil, für die Darstellung eingerichtet von Robert Buchholz».
155. Fausts Tod, «Für die Bühne in drei Abenden, eingerichtet von Adolph L'Arronge».
156. Hans Gerhard Gräf, «Goethes Antheil an der Faust-Aufführung in Weimar», 1904.
157. Goethes Faust, «Erster und zweiter Zeit. Für die Bühne eingerichtet von Georg Witkowski», 1906.
158. G. Witkowski, «Der Erdgeist im Faust, Gespräch zweier Goethefreunde». Goethe Jahrbuch XVII, 1896.
159. Karl Engel, «Zusammenstellung der Faust-Schriften vom 16 Jahrhundest bis Mitte 1884». Oldenburg, 1885.
160. «Jahresberichte für neuere deutsche Litteraturgeschichte», Leipzig und Berlin (die Jahre 1890–1902). Faustlitteratur bearbeitet von Erich Schmidt, Witkowski, Weisenfels.
161. Otto Hener, «Verzeichniss der Faust-Ausstellung im Goethe-Hause zu Frankfurt a. M. 1895.
262. Kuno Fischer, «Die Erklärungsarten des Goetheschen Faust». Heidelberg, 1889.

163. Ernest Lichtenberger, «Le Faust de Goethe. Esquisse d'une méthode de critique impersonelle».
164. Ernest Lichtenberger, «Faust devant l'humanité» (im «Goethe-Jahrbuch», Band 26, Frankfurt a. M. 1905).
165. Vorländer, «Goethes Verhältniss zu Kant».
166. Heynacher, «Goethes Philosophie aus seinen Werken».
167. Cohn, «Das kantsche Element in Goethes Weltanschaung».

Uma indicação bibliográfica mais desenvolvida, encontra-se no «Grundriss zur Geschichte der deutschen Dichtung de Goedeke», 2.ª edição, vol. 4; na «Zusammenstellung der Faust-Schriften», de K. Engel; na série dos «Goethe-Jahrbücher»; nos «Jahresberichte für neuere deutsche Literaturgeschichte»; e no precioso catálogo «Faust und Faustverwandtes» (Ahasver, Don Juan, Manfred. Marieken von Nymwegen, Merlin, Robert der Teufel, Theophilus, Twardowski, Virgilius), de Theodor Ackermann, München. K. Hof-Buchhandlung. Promenadeplatz.

Dr. Gustavo Ramos,
Professor da Universidade de Lisboa.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 7, pag. 364)

PIRES (RUI)

Luveiro em Evora. Carta de 11 de abril de 1444, concedendo-lhe todas as honras e liberdades dos besteiros de cavalo, postoque o não fôsse.

«Dom A.º etc. A quantos esta carta uirem etc. Carta de Rui Pirez alemam, luueiro, morador em esta cidade dEuora, que aja todallas honrras e liberdades, que ham os besteiros de caualo, posto que el nom seja etc. em forma. Dada em a cidade dEuora xi dias dabril per autoridade do senhor Ifante dom Pero Regẽte. Rodrigo Anes a fez ano do senhor de mill iiij Riiij» (1).

RÂMIRES (PEDRO)

Era luveiro do infante D. Luis. Foi denunciado por outro luveiro, João Gomes, seu compadre. Veja-se *Archivo Historico Portuguez*, vol. VI, pág. 90.

Neste mesmo volume aparecem mais denúncias de vários luveiros.

SANCHEZ (FRANCISCO)

«$\overline{ij}$ lxxx rs a Francisquo Samchez, loueiro, de vimte pares de luvas que lhe a R.ª nosa snr.ª mandou cõprar a rezão de

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 24, fl. 42 v.

lxxx rs o par e forã dadas em sua mão per mandado ẽ xxij de janeiro de 540 e seu conhecimento em xxxi de janeiro da dita era» (1).

«Dom Joham etc. Faço saber a quamtos esta minha carta virem que por fazer merce a Francisco Samchez, castilhano, luveiro da Rainha, minha sobre todas amada e prezada molher, ey por bem e me praz que ele seja daquy em diamte avido por natural de meus Reinos e que como natural deles posa auer e seruir quáees quer officios e carguos que nele couberem e goze e use. Baltesar da Costa a fez em Almeirym a ij de dezembro anno do nacimento de noso Senhor Jhesuũ $X_{\overline{po}}$ de $\overline{j}b^{c}$ Rbj. Manuel da Costa a fez escprever» (2).

SILVA LOPES (GERMAN DA)

«Donna Maria Anna etc. Faço saber a vós D. Joam meu munto Prezado Primo do conselho de Estado de El Rey meu senhor Cappitam General dos Galioins de Alto Bordo de Mar Occeano e Mordomo mor de minha caza que hauendo respeito a boa informaçom que se me deo de Gerram *(sic)* da Silva Lopes oficial de luveiro Hey por bem de fazer lhe merce de o aseitar por oficial de minha caza para me servir como os mais oficiaes della e gozara de todas as honras preuilegios e liberdades que logram todos os mais criados de que lhe mandey paçar esta conta por mim asignada pasada pella chancellaria e sellada com o sello de minhas Armas. Dada neste sitio de Nossa Senhora da Ajuda aos 23 dias do mez de Agosto do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1768. A Rainha—Dona Joana. Carta porque V. Mag.^{de} ha por bem fazer merce a Gerram da Silva Lopes de o aceitar por oficial de Luveiro da sua caza tudo na forma que asima se declara. Para Vossa Magestade ver. Passou-se por Portaria do Mordomo mor de 21 do prezente mes e anno. Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira. João Gama de Azevedo a fez» (3).

---

(1) Torre do Tombo — *Livro da despeza da Rainha D. Catherina*, fl. 125 v.

(2) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 29, fl. 61 v.

(3) Idem — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas.

SAPATEIROS

AFONSO (JORGE)

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Jorge Afonso, çapateiro, tingedor de pelles, morador em a nossa cidade de Lixbooa, pollo de dom Rollim, fidalgo de nossa cassa, que nollo por elle pedyo, por teer (?) algũus homẽs que lhe bem nom queriam, teemos por bem e damos lhe licença e lugar que elle possa trazer armas...: Dada em a nossa villa dObidos xiiij dias de junho. Lopo Fernandez a fez. Anno de nosso Senhor Jhũ $X_{\overline{po}}$ de mil iiij^{c}l^{ta}xxij» (1).

AFONSO (PERO)

«Dom Afonsso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que P.º A.º, çapateiro que foy delRei meu senhor e padre, cuja alma D.^{s} aja, da quall o teor tal he: Dom Eduarte, a todollos corregedores e juizes e justiças e a outros quaes quer que esto ouuerem de ueer e esta carta for mostrada, saude, sabede que nos querendo fazer graça e merce a P.º A.º nosso çapateiro, morador em a cidade de Lixboa, que lhe damos licença e lugar que ell posa trager huũ punall ou dagua com suas facas nom ẽbargando nossa hordenaçom e defessa que sobre ello he posta E porem nos mãdamos... Dante em os nossos paaços dAlmeirim xxiij dias de dezembro elRey o mãdou per A.º de Beja a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jhũ $X_{\overline{po}}$ de mill e iiij^{c} xxxiij anos, A quall carta etc. em forma. Dante em a cidade de Lixboa xi dias de feuereiro elRey o mãdou com autoridade da senhora Rainha sua madre sua titor e curador e com acordo do Ifante dom P.º seu tio defensor por ell dos seus Regnos e senhorios. A.º Esteuez de Beja a fez ano do nascimento de nosso Senhor Jhũ $X_{\overline{po}}$ xxxj annos *(sic)*. (Deve ser xxxix como na carta anterior)» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 29, fl. 57.
(2) Idem — Idem, *Doações*, liv. 18, fl. 42.

BEM (CRISTIANO DO)

«Dona Maria por graça de Deus, Rainha de Portugal etc. Faço saber a D. Nuno Alvares Pereira Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho Mordomo mor de minha casa que Eu hey por bem e me praz fazer merce a Cristiano do Bem de o tomar por official de sapateiro de minha casa para me servir como os mais officiaes della com que gozará de todos os privilegios liberdades e prehiminencias que gozão os meus criados e por firmeza de tudo lhe mandei passar esta carta por mim assinada passada pela minha chancelaria sellada com o sello de minhas armas. Dada nesta cidade de Lisboa aos 3 dias do mes de agosto. Bernardo de Araujo a fez. Ano do nacimento de nosso Senhor Jesus Christo de 1690. E eu Martim Monteiro e Payua a fiz escreuer. A Rainha. Duque» (1).

CALDEIRA (FERNÃO)

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que auemdo eu respeito ao seruiço que Fernã Caldeyra, çapateiro que foy da ifamta mynha auoo, que D.ˢ tem, e morador em a cidade de Beja, a dita ifamta tem feytos no dito oficio e asy a sua ydade, me praz que elle daquy em dãte nom seya obrigado a yr a feyra que se na dita cydade faz cada terça feyra e leuar a ela as cousas de seu oficio, segundo costume da dita cydade como ele te ora fez e o fazem os outros oficiaes macanycos della, e porem mando ao juiz, vereadores e procurador da dita cidade, e a quaes quer outros oficiaes e pesoas a que pertencer e esta minha carta for mostrada que nã costramgã nem mandem costramger ao dito Fernã Caldeyra a hyr a dita feira e leuar a ella as cousas de seu oficio como ate ora era obrigado a fazer por quanto eu por os respeitos acyma declarados o ey por releuado da dita obrigação sem embargo de quaes quer preuisões minhas, posturas da camara da dita cydade, que contra o sobre dito seyã postas, que pera sua guarda lhe mandey dar per mim asynada. Dada em a cydade dEuora aos xj dias de feuereiro.

---

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 57.

*

Pero Aluarez de Lamdy a fez. Anno de noso Senhor Jhũ Xpo de myll bc xxxiiij» (1).

EVORA (LUIS DE)

Carta para que não sejam tomadas de aposentadoria as casas que Luis de Evora, sapateiro do infante D. Fernando, comprou em Almeirim a Bastião Fernandez Reyngotee (?) a 27 de março de 1527 (2).

FERNANDES (BALTASAR)

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que auemdo eu respeito aos seruiços que tenho recebidos de Beltesar Fernandez, que foy meu çapateiro, ey por bem e me praz fazer merce a Briatiz Jorge, viuua, que foy sua molher, de tres moyos de triguo de temça em cada huũ ano, os quaes começara a vemcer do primeiro dia do mes de janeiro que pasou deste ano presente de jbclta e dous em diamte, em dias de sua vyda. E mando... Francisco de Varguas a fez ano do nacimento de noso Senhor Jhũ Xpo de jbclij. E eu Aluaro Pirez o fiz escpreuer» (3).

FONSECA (JOÃO DA)

Natural da vila de Almada, filho de Luis Monteiro. Tomado por sapateiro da casa por falecimento de seu pai. Alvará de 20 de fevereiro de 1655 (4).

GONÇALVES (DIOGO)

«Carta de privilegio a D.º Gllz, çapateiro que foy da R.ª que D.ª aja. Dada em Evora a 6 de março de 1456» (5).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 20, fl. 42 v.
(2) Idem — Idem, liv. 2, fl. 32.
(3) Idem — Idem, liv. 68, fl. 121.
(4) Idem — *Minutas*, liv. 5, fl. 838.
(5) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 90.

MATEUS (GONÇALO)

«Dom Joham etc. Saibam que Gonçallo Mateus, çapateiro do duque, meu muito amado e prezado primo, nos emviou dizer que em sua pousada viera adoecer huũ moço da pestelemcia e por nam dizer que o tinha asy doemte aos que tinham nosa ordenamça fora por ello degradado por hum anno fora desta cidade e de seu termo, segumdo o mais compridamente veer poderyamos pella sentença do liuramento que do dito degredo ouuera, a quall perante nos foy apresentada, do quall degredo diz que tinha por seruir noue meses e vimte e cinquo dias, emuiamdonos elle pedir por mercee que sem embarguo dello nom teer seruido a metade do dito degredo segumdo nossa ordenamça que lhe quesesemos aleuantar os ditos noue meses e vinte e cinquo dias e o ouuesemos delles por releuado, e nos vendo o que nos elle asy dizer e pedir emuiou, se asy he como elle diz, e hy mais nam ha, visto huũ liuramento que do dito degredo ouue e queremdolhe fazer graça e mercee, visto huũ prazme com o nosso passe, teemos por bem e alevamtamoslhe os ditos noue messes e vimte e cimquo dias que lhe asy do dito anno ficauã por seruir e o auiamos *(sic)* delles por releuado sem embarguo delle nom teer ametade seruido cõtãto que elle paguasse dous mill e cemto e cimquoemta rs pera arca da piadade, e por quamto ele loguo paguou os ditos dinheiros a frey Joham nosso esmoller, segumdo dello fomos certo por seu asynado e por asynado de Joham Banha escpriuam em nossa corte, que os sobre elle pos em recepta, mamdamos etc. em forma. Dada em Lixboa a xbiij dias do mes doutubro. ElRei o mandou per o doutor Fernam Roīz e per o licenceado Ruy da Gram, ambos desembarguadores. Joham Jorge a fez anno de mill e iiij^{c} lxxxbj» (1).

MIGUEL

Sapateiro, alemão, residente em Lisboa. Foi-lhe passada carta de privilégio em Evora a 29 de março de 1452 (2).

Está registada em seguida a esta outra carta de privilégio a Anrique André, sapateiro, provavelmente também alemão.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João II, liv. 8, fl. 77 v.
(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 12, fl. 50.

PERO (CARLOS)

Sapateiro, alemão, residente em Lisboa. Foi-lhe passada carta de privilégio a 3 de julho de 1454 (1).

PIRES (BASTIÃO)

«hum moyo de triguo a Maria de Rodes, molher que foy da Bastian Pirez, sapateiro do infante D. Luis».
Carta de 8 de janeiro de 1557 (2).

VOLQUEMAR (JOÃO PEDRO)

«Dona Maria Anna por graça de Deus Rainha de Portugal etc. Faço saber a vós D. Jayme de Mello Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho dos Conselhos de Estado e Guerra de El Rey meu senhor seu estribeiro mor e Mordomo mor da minha casa que attendendo á suplica que me fes João Pedro Volquemar de ser filho do outro do mesmo nome que servio muitos annos de meu sapateiro e que na mesma ocupação me queria servir, passando lhe carta na mesma forma em que a tem seu Pay Hey por bem fazer lhe esta mercê com a qual gozará de todas as honras, previlegios e liberdades que logrão todos os meus criados de que lhe mandei passar esta carta por mim asignada que passará pella minha chancelaria selada com o sello de minhas armas. Dada nesta cidade de Lisboa em 28 de Julho ano do nacimento de N. S. Jesus Christo de 1745.

«Não teue efeito e se lhe pasou o Alvará que vay a fl. 168 em 15 de Novembro de 1745 — *Magalhães*» (3).

«Eu a Raynha faço saber a vós D. Jayme de Mello Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho do conselho de Estado e Guerra de El Rey meu senhor seu estribeiro

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, fl. 74.
(2) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações e Mercês,* liv. 54, fl. 279 v.
(3) Idem — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 167.

mor e Mordomo mor de minha casa que attendendo á suplica que me fes João Pedro Volquemar Filho de outro do mesmo nome que servio muitos anos de meu sapateiro e que na mesma ocupação me queria servir passando se lhe Alvará com ordenado de sessenta mil reis na mesma forma em que o teve seu Pay Fui servida fazer lhe esta merce e vos ordeno o tenhais assim entendido e lhe façais assentar este Alvará nos livros da Matricula de minha caza com vencimento do dito ordenado do dia 24 de Dezembro do ano proximo passado, e ffeito se lhe dará para sua guarda e minha lembrança. Dado nesta cidade de Lixboa em 15 de Novembro de 1745» (1).

SOMBREIREIROS

CORDEIRO (JOÃO ALVARES)

«Dona Maria Anna por graça de Deus etc. Faço saber a vós D. João meu muito prezado Primo do Conselho de Estado de El Rey Meu Senhor capitão general da Armada Real dos Galeoens do alto bordo do Mar Occeano e Mordomo mor da minha Casa, que Eu hey por bem fazer merce a João Alvares Cordeiro de o aceytar por official de sombreireiro da minha caza para me servir com os meus officiaes della; e com o qual gozará de todas as honras previlegios e liberdades que logrão todos os meus Criados: E por firmeza de tudo lhe Mandei passar esta Carta por Mim assinada passada pela Chancellaria e sellada com o sello de minhas Armas. Dada no Palacio de N. S. da Ajuda aos 6 do mes de julho do Ano do Nascimento de N. S. Jesus Christo de 1765 — Raynha — D. João — Carta por que V. Mag.de ha por bem fazer merce a João Alvares Cordeiro de o aceitar por official de sombreireiro da sua casa Real na forma que assima se declara. Para Vossa Magestade Ver.

«P. por portaria do Mordomo mor, de quatro do corrente mes e Ano — Manoel Gomes de Carvalho — João Gomes de Araujo o fez» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 168.

(2) Idem — Idem, liv. 2.º, fl. 32.

ESCOVAR (JOÃO DE)

«Eu ellRei faço saber aos que este alluara virem que avemdo respeito ao seruiço de J.º dEscouar, meu sombreireiro, ei por bem e me praz que elle sirua o dito oficio e tenha sua tenda de sombreireiro, posto que não seja examinado nem seja obrigado a sello pellos juizes do dito officio. Noteficoo asi.... J.º Pereira o fez em Lixboa a ij doutubro de ⁊bᶜlxxbj. J.º de Castilho o fez escreuer» (1).

GOMES (LOURENÇO)

«Eu elRei faço saber aos que este aluara virem que auendo respeito ao que na petição atraz escrita diz Lourenço Gomes, sombreireiro, morador nesta cidade, e visto as causas que alega e a informação que se ouue pello licenceado Luis Galuão de Lemos comseruador desta cidade, reposta do juiz da bandeira do dito officio, a quem se deu vista da dita petição e o parecer do dito conseruador, ei por bem e me praz que o supp.ᵉ posa ser admitido nas eleições nos cargos de seu officio e bandeira sem embargo de quaes quer prouisões que em contrario aja, pello que mando.... Aluaro Corea o fez em Lisboa a oito de maio de mil e seis centos quarenta e seis. Jasinto Fagundes Bezerra o fez escreuer. Rei» (2).

GOMES (PERO)

Pero Gomes, sombreireiro do infante D. Luis, aforou um chão em Almeirim, junto da igreja nova e pegado com outro de Pero Gonçalves, outrosim sombreireiro da Rainha. O respectivo instrumento de aforamento é de 8 de março de 1550. Vide *Gonçalves (Pero)* (3).

GONÇALVES (PERO)

Pero Gonçalves, sombreireiro da rainha nossa senhora e cortezão. Figura num instrumento de umas casas e chão, que

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*. liv. 40, fl. 83.
(2) Idem — Chancelaria de D. João IV, *Doações*, liv. 17, fl. 287 v.
(3) Idem — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 69, fl. 73 e seg.

tinha na villa de Almeirim. Lisboa, 8 de março de 1550. Vide *Gomes (Pero)* (1).

JORGE (DOMINGOS)

Natural do termo de Torres, filho de Antonio Jorge, tomado por oficial de sombreireiro da Casa Real, que vagou por falecimento de Pedro Filipe. Alvará de 22 de outubro de 1678 (2).

MARTINS (PERO)

«Dom Manuel etc. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que nos tomamos ora por noso sombreireiro a P.º Mīz, e queremos e nos praz que ele goze de todolos preuilegios e liberdades de que gozam os outros nosos oficiaes macanicos, e porem nom avera moradia e serlhe a dada pousada quando amdar em nosa corte asy e per a maneira que se da aos outros nosos oficiaes doficios macanicos, e porem o noteficamos asy a todos os juizes e justiças e oficiaes e pessoas, e mãdamos que lhe gardem os ditos priuilegios e liberdades como se gardam aos nosos oficiaes e mãdamos ao aposemtador mor e aposemtadores da nosa corte que lhe dem pousadas pelos lugares por onde for comnosquo por que asy o avemos por bem. Dada em a nosa cidade de Lixboa aos 14 de setembro — Symão de Matos o fez — de j̄b^{c}xxj anos, e porem as ditas pousadas lhe seram dadas por seu dinheiro» (3).

«Dom Joam etc. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que nos tomamos ora por noso sombreireiro a P.º Mīz sombreireyro que foy delRey meu senhor, que samta groria aja, e queremos e nos praz que elle goze de todolos preuilegios e liberdades, de que gozam os outros nosos oficiaes maquanicos que ãdam em nosos liuros das moradias, e porem nom avera moradia, e mãdamos aos nosos apousemtadores que lhe dem pousadas quamdo ãdar em nosa corte asy e pella maneira que se dã aos ditos nosos oficiaes doficios maquanicos, as quaes elle pagara per seu dinheiro, e porem o noteficamos asy a todollos juizes e justiças e ofi-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações,* liv. 69, fl. 75 e seg.
(2) Idem — *Matriculas,* liv. 3, fl. 419.
(3) Idem — Chancelaria de D. Manuel, *Doações,* liv. 18, fl. 16.

ciaes, a que o conhecimento desto pertemcer e lhe mãdamos que lhe guardem os ditos preuylegios e liberdades da maneira que se guardam aos outros nosos, como dito he. Dada em a nosa cidade de Lixboa a biij dias de feuereiro. Bastiã da Costa a fez de j̄b^{c}xxxij» (1).

PIRES (FRANCISCO)

Sombreireiro do Porto, no reinado de D. João III. Teve desordem com Adão Pires, *oficial de fazer pandeiros*, a quem feriu. Vide a respectiva carta de perdão nos *Musicos*, artigo Adão Pires.

DIVERSOS OFÍCIOS DE SIGNIFICAÇÃO DESCONHECIDA OU DUVIDOSA

ARTIFICIAIS

ALVARES (FERNÃO)

«Tença de quatro mil reais brancos por anno, a partir do 1.º de janeiro de 1471 em diante, a Fernã dAlvarez, nosso arteficial, morador em a nossa muy nobrell *(sic)* e sempre lleall cidade de Lixboa. Dante em Santarem biij dias de março de 1471» (2).

«Dom Afonso etc. A quantos esta minha carta virem faço saber que querendo eu fazer graça e merce a Fernã daluarez, meu arteficial, pelo seruiço que me tem feito em os meus Regnos de Castela, tenho por bem e me praz que ele tenha e aja de mym des primeiro dia de janeiro pasado do ano presente de iiii^{c}lxxbj em cada hum ano, em canto for minha merce, dous mil rs de tença alem dos quatro mil que ja tem. E porem mãdo aos veadores de minha fazenda que nos asentamẽtos deste ano lhe asentem os ditos dinheiros nos meus liuros dela e lhe mãdem dar carta de desẽbargo deles pera lugar onde lhe sejã bem pagos segundo minha ordenãça. Dada em a minha cidade do Porto a vj dias de julho.

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 36, fl. 176 v.

(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 16, fl. 39.

Iohã Pirez a fez ano do nacimento de noso Senhor Ihu X.º de mil iiij^{c}lxxbj anos» (1).

GIL (ÁLVARO)

«Nos ElRey mandamos a vos Diego Gllz de Castel branco, thesoureiro da nossa moeda da cidade de Lixboa, que leixees morar Alu.º Gil nosso arteficial, na nossa torre grande que está sob o muro desa moeda, pois que he oficial della e que ell se corra e sirua per dentro da moeda por honde se soõe seruir da dita torre por que nos praz que more neella em quanto nosa mercee for e que a adube aa sua custa emquanto neella morar sem nos pagar della nẽnhuũ outro tributo, e uos fazee registar este aluara em uosso liuro pera se per elle saber como em ella mora e el tenha o pera sua guarda, unde all nom façades. Feito em Santarem xxiiij dias de setembro per autoridade do senhor Ifante etc. Pay Roĩz a fez ano de mil iiij^{c}R» (2).

«It. Carta de Aluaro Gill, arteficiall noso, morador em aa cidade de Lixboa, per q̃ lhe faz merce de todolos bẽes moues e de raiz de Vasco Lourenço, morador em a dita cidade, escudeiro que foy do conde dAbranches, por ser con o ifante dom P.º na batalha dAlfaroubeira contra a pesoa e reall estado delRei noso Senhor etc. carta em forma dada em Elluas xxix dias de janeiro. G.º Cardoso a fez. Era de mill e iiij^{c}lj» (3).

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e mercee a Aluaro Gill, nosso arteficiall, teemos por bem e damoslhe que tenha e aja de nos em sua vida huũa tenda feita de tauoas, que está na ribeira desta cidade, que parte de huũa parte com a nossa moeda e da outra parte com outra tenda, que traz P.º Anes aforada, que de nos soya trazer Esteue Anes, meestre que foy das nossas gallees, sem nos della pagar foro algum. E porem mandamos... Dada em Lixboa primeiro dia de julho. G.º Cardosso a fez ano de nosso Senhor Jhu $X_{\overline{po}}$ de mil iiij^{c}lj» (4).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 7, fl. 37 v.
(2) Idem — Idem, liv. 20, fl. 146 v.
(3) Idem — Idem, liv. 11, fl. 74.
(4) Idem — Idem, liv. 11, fl. 76.

TOTEMA (JOÃO)

«Dom A.º etc. Aquantos esta nossa carta virem fazemos saber que a nos praz filharmos por nosso arteficiall a J.º Totema, estrangeiro, e lhe poeemos de mantymẽto cada mes ẽ quanto nos prouuer delle nos seruirmos oyto centós rs brancos, os quaees lhe mandaremos asentar em os liuros da nossa fazemda ou em outra parte, onde auera desenbargo delles pera lugar em que lhes sejã bem pagos. E em testemunho dello lhe mandamos dar esta nossa carta asynada per nos e asseellada do nosso sello pendente. Dante em a nossa cidade de Lixboa b dias de setembro. G.º Roīz a fez ano do nacimẽto de nosso Senhor Jhũ X.º de mil iiijlxx anos» (1).

«Dom A.º etc. Outra tall nem mais nem menos de J.º Grande, estrangeiro, por que lhe damos de mantimento em quanto nos prouuer delle nos seruir oytenta rs cada mez etc. Dada em Lixboa b dias de setembro. G.º Roīz a fez ano de nosso Senhor Jhu X.º de mil iiijlxx anos» (2).

VAZ (DIOGO)

«Dom Joham etc. A quamtos esta nosa carta daforamento virem fazemos saber que por parte de D.º Vaaz, nosso arteficiall, morador em a nossa cidade de Lixboa, nos foy apresemtada hũua carta daforamento, da qual o theor de verbo a verbo he este que se adiãte segue. ¶ Saibhão quamtos este estormẽto daforamento virem que no ano do nacimento de nosso Ṣenhor Ihũ X.º de mill e iiijᶜlxxxij anos, xxj dias do mes de mayo da dita era, em a cidade de Lixboa, no allmazem delRey nosso senñor, estamdo hy Fernã Serrãao, almoxarife do dito almazem, em presemça de mim Martim de Basto e Joham Gonçaluez escpriuãaes do dito oficio e testemunhas adiante nomeadas, pareceo D.º Vaaz, arteficiall do dito senhor em a dita cidade, e disse ao dito almoxarife que he verdade que elle traz duas casas de morada com seos sobrados que elle fez de nouo –s– hũuas em cima do muro de sobre a porta que saae acerqua do paaço da madeira pera a porta do mar e seruẽsse per escada do dito muro e entes-

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 16, fl. 122.
(2) Idem — Idem.

tam de hũua parte com o dito muro e casas delRei que forã de G.º Pereira, e as outras casas sam de fora do dito muro acostadas ao dito muro das ditas casas e da outra parte a torre do muro velho, que trazya Joham dOrnellas e por detras com o dito muro velho das ditas casas delRei, que forã do dito G.º Pereira, as quaaes casas ambas trazia de foro pera sempre per aforamẽto que lhe dellas fezera a cidade, segundo llogo mostrou per duas escpreturas da dita cidade, que aaquelle tempo era senhorio das ditas propiedades segundo logo mostrou por duas escripturas feitas pella dita cidade, em as quaaes se comtaua que lhe forã aforadas pera sempre a requerimento e roguo delRei dom A.º nosso Senhor que D.ˢ ajaa –s– as de fora do dito muro por tres coroas douro de cxx rs coroa de foro em cada hũu ano e as outras casas do dito muro lhe aforarã tam bem pera sempre por sete leaaes de prata em cada hũu ano de doze reaes leall em que ora mõta por as ditas coroas a rezã de xii pretos por reall e Riiij rs coroa e sam iiij^{c}xxxij reaes brancos, e por os sete leaaes das casas do sobre dito muro a rezã de xij rs porem que monta xiiij pretos por reall e xbij brancos e biij pretos que sã assy por todos quinhentos e quorẽta e noue Reaes brancos e oyto pretos, dizendo o dito D.º Vaaz ao dito almoxarife que por quanto elle nom tynha outras escpreturas senom as da dita cidade que pois que elRei noso senhor era ja de posse das ditas casas e auia o foro dellas que lhe pedia que lhe mãdasse fazer hũua Carta daforamẽto das ditas casas ambas, assy pera sempre como se mostra per as ditas cartas da cidade que lhe forã aforadas per requirimento e autoridade do dito senhor Rey que D.ˢ aja por o dito foro dos ditos quinhentos e quorẽta e noue rs que na dita primeira comta monta. E o dito almoxarife veendo assy o requirimento do dito D.º Vaaz, e visto como as ditas casas sã ja retornadas ao dito senhor e auer o foro dellas por se achar lhe pertencerẽ disse que lhe parecia que o dito D.º Vaaz pedia rezã e direito, e mãdou que lhe fosse feito estormento daforamẽto das ditas casas ẽfetiota pera sempre pollo dito foro por os ditos b^{c}Rix rs biij^{c} pretos com as condições acostumadas nos outros semelhãtes aforamẽtos dẽfetiota e esto com condiçã que apraza dello a elRei nosso senhor e aja dello confirmaçã tanto que o dito senhor a esta cidade vieer ou lhe ẽviee ou leue aa sua fazenda pera lhe lla seer confirmado, e o dito D.º Vaaz pedio assy de todo hũu estormento e o dito almoxarife lho mãdou dar, testemunhas que forã presentes Johã Gonçaluez, sacador do dito almazem e D.º

Fernandez, criado do dito almoxarife e outros, e eu sobredito Johã Gllz, que este estormento escpreui e aqui meu signal fiz que tal he. ¶ Pedindonos o dito Dj.º Vaaz que lhe confirmassemos e ouuessemos por confirmado o dito aforamento assy e pella maneira que se em elle contem, e visto per nos seu requirimento e querẽdolhe fazer graça e mercee, teemos por bem e lho cõfirmamos e auemos por confirmado asy e pella guisa que em elle he contheudo quanto com direito podemos, ficãdo resgoardado aa dita cidade quallquer direito que em esto tenha. E porem mãdamos ao nosso contador moor em a dita cidade e ao nosso almoxarife do dito almazem e a quaaes quer outros nossos oficiaes e pesoas a que esta nosa carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que lho cumpram e goardem, e façã mui inteiramẽte cõprir e goardar assy e pella maneira como em ella he contheudo sem duuida nem ẽbarguo algũu que lhe em ello ponhã por que assy he nosa mercee. Dada em a nosa vylla de Santarem a xxj dias do mes de mayo. ElRey o mãdou per Martim Vaaz de Castell Brãco do seu cõselho e veador da sua fazẽda. Antonio Carneiro a fez de mil e iiij^{c}lxxxiiij» (1).

ANES (ÁLVARO) — CAPITALADOR (fazedor de capiteis?)

«Dom Afonso etc. A quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça e merce a Aluare anes, de Pinhall uerde, nosso capitallador que foy nas obras do nosso moesteiro de Santa Maria da Vitoria por que adoeceo em ellas seruindo o dito oficio, teemos por bem e damos lhe que tenha e aja de nos de teença em cada huũ ano des primeiro dia de janeiro que ora foy desta era em diante mil e quatro centos e quarenta reaes brancos e mais huũ quarteiro de trigo e outro de segunda os quaes dinheiros lhe serom pagados aos quartees do ano e o dito pam em fim do mes dagosto delle per nossa carta que lhe dello em cada huũ ano sera dada na nossa fazenda. E por sua segurança lhe mandamos dar dello esta carta pera a teer pera sua guarda e nos requerer per ella seu pagamento de todo o suso dito em cada huũ ano. Dada em Santarem iiij dias de mayo per autoridade do senhor Iffante dom P.º regente etc. G.º Anes a fez anno de nosso Senhor Jhũ $X_{\overline{po}}$ de mill iiij^{c}Rbj» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 9.
(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 5, fl. 39 v.

ANES (PEDRO) — MESTRE DE ÁGUAS

«Dom Afomso pella graça etc. A quántos esta carta virem fazemos saber que a nos diseram que Pedre Anes, nosso mestre das auguas, morador em a nossa villa de Beja se finou abintestado sem fazendo testamento nem tendo molher nem filhos nem outro nenhũu herdeiro que de direito deva dherdar seus bẽes, per a qual razam, se asy he, per bem da hordenaçam e ley, seus bẽes moueis e de raiz pertencem a nos e os podemos de direito dar, e ora querendo nos fazer graça e merce ao Ifante dom P.º, meu tyo, se asy he como nos diseram, e que por esto os ditos bẽes perteencem a nos, teemos por bem e fazemoslhe delles pura irreuogauel doaçã antre os viuos valedoira deste dia pera todo sempre pera ello e pera todos seus herdeiros e sobcesores que depos ell vierem asy acendentes como decendentes. E porem mandamos.... Dada em a cidade de Lisboa xij dias dabril. ElRei o mandou per Lopo dAlmeida caualleiro da sua casa por quanto os veedores da sua fazẽda em tal ponto que nom podiam assinar. Ruj Uaasquez a fez era de mil e iiij^{c} e xxxix anos» (1).

ANES (ÁLVARO) — MESTRE DO RISCADO

«Dom Joham etc. S. S. que Aluare Annes, mestre que foy do riscado do Porto nos imviou dizer que auia quatro annos jasera preso na prisam do Limoeiro da nosa cidade de Lixboa por demanda que auia com hũu estrangeiro, a quall demãda elle diz que tem vemcida e jazendo asy preso elle e outros presos certos que na dita prisam jaziã comcertarom de fugir e nom fugirã, pella quall rezam elle fora ja açoutado pubricamente pella dita cidade e degradado por tres annos pera Arzilla segumdo todo compridamente se comtinha na sentença que dello tinha, a quall peramte nos imuiou apresemtar asellada com o noso selo pendente da dita casa do ciuell e que por quamto elle era homem de hydade de setenta annos e nom tinha que comer e que hũua molher que tinha em sendo asy preso lhe fugira com outro. E porem nos pedia por mercee que ouuesemos piedade com

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, *Doações*, liv. 18 fl. 76.

elle e sem embargo de ser preso lhe mudasemos o dito degredo de tres annos pera alem, que lhe asy per a dita sentença posto fora, pera algũu couto –s– pera Bragança (?) ou pera Miranda do Douro, e nos visto seu dizer e pedir com hum prazme com o noso pase, e vista a sentença do dito liuramento que todo perante nos emviou apresentar, e querendolhe fazer graça e merce temos por bem e releuamollo da seruintia dos ditos tres annos de degredo que lhe asy foy posto pera Arzilla comtamto que elle vaa estar e seruir cinquo anos na uilla e couto de Miranda do Douro sem ẽbarguo de seer preso etc. E mamdamos que seja solto se por all nom ser preso e vaa seruir seu degredo ao dito couto de Miranda e per esta mãdamos aos juizes e oficiaes que pertencer que soltem loguo o dito Aluare Annes preso, se per all nom for preso e vaa seguir seu degredo e pera ..... sua fazenda lhe damos despaço do dia que for solto pera hir seruir ao dito couto atee dous meses seguimtes etc. em forma. Dada em Lixboa a tres dias de dezembro. ElRey ho mãdou pello doutor Ruy Boto seu desẽbarguador do paço e per o licenceado Ruy da Grãa do seu desẽbarguo e terceiro dos agrauos. P.º (?) dAluarez a fez ano de mil iiij^{c}lxxxbj» (1).

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João II, liv. 8, fl. 135.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Les Surhommes aux Carcan — 2.ème Partie — *Mané, Thécel, Pharés,* por Joseph Beneliel. Lisboa, Tip. do «Anuario Comercial».

Os desacatos em Portugal — O desacato da real capela no tempo de D. João III, por Ernesto Donato. Coimbra, Imp. da Universidade, 1918.

Jogos e canções infantis, por Augusto C. Pires de Lima. Porto, Tip. da Empresa Literaria e Tipografica, 1918.

Report of the Commissioner of Education for the year ended, june 30, 1915 — Vol. I. Washington, Governement Printing Office, 1915.

The Smithsonian Institution. Washington, Governement Printing Office, 1916.

Report on the Progress and Condition of the United States National Museum for the year Ending, june 30, 1916. Washington, Governement Printing Office, 1917.

Report on the Progress and Condition of the United States National Museum for the year Ending, june 30, 1915. Washington, Office, 1916.

The Smithsonian Institution. Washington, Governement Printing Office, 1917.

A vingança de Agamenom, por Francisco Maria Esteves Pereira. Lisboa, Imp. Nacional, 1918.

Colecção de manuscritos inéditos agora dados á estante — Vol. IV, por Manuel Pereira de Novaes. Porto, Tip. Progresso, de Domingos Augusto da Silva, 1918.

Historias e Memorias da Academia das Sciencias de Lisboa — Tom. XII — Part. III. Lisboa, Imp. Nacional, 1918.

A Sé Velha de Coimbra, por D. José Pessanha. Lisboa, Tip. do «Anuario Commercial», 1918.

O Estado e a Agricultura em Portugal, por Júlio Eduardo dos Santos. Lisboa, Tip. do «Anuario Commercial», 1918.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José MANOEL DE NORONHA; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



VOLUME 65.°

N.° 9

1918

Setembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário

INDEX

Discurso pronunciado pelo Ex.mo Sr. D. António Maura, *presidente da Real Academia de Jurisprudência e Legislação de Madrid, para apresentação do Dr. Francisco Miranda da Costa Lobo*..... 427
Novas teorias físicas. Sua correlação com os fenómenos biológicos e sociais, por Costa Lobo..... 430
Documentos sôbre várias indústrias portuguesas, por Sousa Viterbo..... 450
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena..... 453

DISCURSO

PRONUNCIADO PELO EX.MO SR. D. ANTONIO MAURA,
PRESIDENTE DA RIAL ACADEMIA DE JURISPRUDENCIA E LEGISLAÇÃO DE MADRID
PARA APRESENTAÇÃO DO DR. FRANCISCO MIRANDA DA COSTA LOBO,
NA SESSÃO DESTA ACADEMIA DE 1 DE MARÇO DE 1918

Señores:

Ha ocurrido que en la papeleta de invitación se dice que voy á hacer la presentación del Sr. Miranda da Costa Lobo, y es un error. ¿Cómo voy á presentar yo á quien está tan honrosamente presentado á todos los españoles, así por ser quien es, por su cultura, por sus prestigios, como por el amor que siente hacia España? Lo que voy á hacer únicamente es saludarle, darle la bienvenida y agradecerle el honor que nos dispensa viniendo á ocupar esta tribuna.

El Sr. Miranda de Costa Lobo ha tenido ya otras ocasiones, lo mismo cuando ha recibido á nuestros compatriotas en Coimbra, que cuando nos ha honrado con su visita, con motivo de Congresos á que ha asistido, y de conferencias que ha dado en España, no sólo de traernos un testimonio vivo, confirmatorio, de su reputación y de su renombre, sino de ganarse las palpitaciones de nuestro corazón al unísono del suyo; porque es de aquellos hombres que sienten el patriotismo como — si la inmodestia se me tolera — lo siento yo; cuanto más el patriotismo portugués le levanta el corazón, más desea él la fraternidad y la unión con España. Y esto me acontece á mí, que no sé remontarme á las más altas concepciones del amor á mi Patria sin anhelar que entre los dos pueblos, entre las dos naciones hermanas, sean cada día más estrechos y más efusivos los lazos de la fraternidad.

Nosotros, y digo nosotros, permitidme el plural, consideramos — al menos por mi parte considero — que entre España y Portugal, todo lo que puede dificultar la compenetra-

ción son cosas efimeras, cosas transitorias, cosas ofuscadoras y menudas. Todo lo que es esencial y vivo nos llama á la unión y á la concordia con el más profundo respeto, no ya á los sentimientos y á la dignidad, sino á las más mínimas susceptibilidades, que son respetabilísimas siempre en los pueblos, y realidades muy considerables en la politica. *(Muy bien).*

Hallamos en favor de nuestro común deseo un testimonio, testimonio que nos asegura de que no son vanas aspiraciones éstas. El Sr. De Costa Lobo creo que va á extremar la amabilidad hasta hablarnos en castellano; pero será por amabilidad suya, porque podría expresarse en su idioma y le entenderíamos, como me está entendiendo él á mí, del mismo modo que me entendería cualquiera de sus compatriotas que aquí estuviese. Y esto, ¿qué significa?

La lengua no es sólo un órgano de expresión, es el alcaloide más etéreo, la esencia más intima, más castiza, más genuina, más derechamente emanada del alma de un pueblo. Un pensador nuestro dijo hace tiempo que, cuando Dios, según las Sagradas Escrituras, quiso dispensar á los hombres, no levantó entre ellos el valladar de los intereses ni el huracán disolvente de las pasiones, confundió las lenguas y tuvo á los hombres dispersos: Pues por igual razón, pueblos como el vuestro y el nuestro tienen en la lengua viviente la afinidad; á nosotros nos suena vuestra lengua al abolengo de la lengua patria; nuestros reyes, nuestros sabios, nuestras originarias glorias literarias, indistintamente manejaban la pluma en uno ú otro idioma. No necesito, por tanto, afirmar, ni investigar, ni analizar nada para saber que somos hermanos.

Y esta es la energía que al fin ha de prevalecer; es, como la gravitación, una fuerza que no descansa; además, si tendemos la vista por el mundo, aunque no la fijemos mucho en los horrores que ahora presenciamos, en los cuales Dios también se muestra, advertiremos que hace más de una centuria que de modos latentes, de modos ostensibles, contrariados á veces, á veces violentados, pero incesantemente avanzando, una energía interna da á las afinidades étnicas y á las vocaciones castizas influencia decisiva en los destinos de los pueblos. Por encima de las organizaciones constitucionales de las soberanías y por encima de los accidentes de los intereses y de los conflictos de la moderna vida complicada, cada vez más complicada, al fin y al cabo esas grandes energías hondas, históricas, esenciales, indelebles, van la-

brando y aproximando la hora, que par el Sr. Costa Lobo y para mí será venturosa, en que los dos pueblos tengan solamente en consideración que son hermanos, que tienen un mismo solar y un mismo destino.

Pero yo no he venido hoy para hablar, sino para callar y para oir, como escucharemos embelesados todos la palabra que corresponde al Sr. Costa Lobo *(Grandes aplausos).*

D. Antonio Maura.

NOVAS TEORIAS FÍSICAS.
SUA CORRELAÇÃO COM OS FENÓMENOS BIOLÓGICOS E SOCIAIS

MINHAS SENHORAS:
MEUS SENHORES:

Eu, aqui, é um facto bem estranho, e que me faz recear profundamente que os espíritos de tantos homens notáveis que passaram por êste alcáçar da Sciência, e gosaram a justificada fama dos seus altos merecimentos, alguns deles desaparecidos ainda recentemente, e aos quais tive o prazer de pessoalmente admirar, como Moret e Gumersindo Azcarate: outros há muito adormecidos na serenidade de remotos tempos, e que, por isso mesmo, melhor podem ser apreciados, como Moreno Nieto, Silvela, Canovas, Alonso Martinez... que esses espíritos, repito, sejam inexoráveis ao julgarem a generosidade que me dispensam os homens que com o maior prestígio hoje ocupam os seus lugares, todos luminares de intenso brilho, e dos quais neste momento só notarei especialmente os eminentes estadistas que tenho a honra de ter a meu lado, D. Eduardo Dato e o ilustre e prestigioso presidente desta sábia e respeitada Academia, Sr. D. Antonio Maura, que quiz honrar-me dignando-se presidir a esta sessão, e tão benevolo se manifestou nas suas eloquentes e brilhantes palavras, como é próprio do seu nobre carácter. É luzidissimo o seu talento, vasta a sua ilustração; porêm eu, que tenho sido sempre político, e com isso me honro, porque nenhuma dúvida tenho em afirmar a satisfação que sinto por ter dedicado as minhas fôrças à prosperidade da minha pátria, e que bastante conheço a política, tenho sôbretudo no maior apreço a D. Antonio Maura como modêlo do homem de Estado.

Deve o homem de Estado, para realmente merecer êste nome, ter acima de tudo a abnegação de sacrificar-se, com perfeito conhecimento do seu valor, não perturbando a sua pátria quando acidentes extraordinários, que tão repetidas

vezes se produzem nas sociedades, não lhe permitem dedicar-lhe completamente os seus valiosissimos serviços. Fazer isto é o máximo que um homem póde fazer. Êsse é o homem de estado! A nação o apreciará e recompensará.

Porêm, se recordar o carinhoso acolhimento que sempre tenho encontrado neste país, cheio de gentileza e graça: se evocar o carinho com que logo fui recebido, são já passados sete anos, em Granada, quando ali se celebrava, pela terceira vez em Espanha, um grandioso certamen, no qual a teoria e técnica afirmavam já à Espanha uma situação notável entre os trabalhos mundiais: afecto que se acrisolou em Madrid em Valladolid, e em Sevilha, onde, há pouco ainda, tive o prazer de recordar de novo os meus sentimentos de infinita gratidão por êste nobre e generoso povo: — então já poderá encontrar desculpa a ousadia da minha presença aqui.

A animar-me ecoam ainda no meu coração as palavras repassadas de ternura, e da maior elevação, que Sua Magestade El-Rei, a quem daqui saúdo como egregio representante desta nação de heróis e insignes trabalhadores, se dignou, em Sevilha, dirigir aos portugueses, que ali fomos prestar homenagem à sciência espanhola e que foram acompanhadas por afectuosas demonstrações que nos cativaram profundamente.

Com profunda saudade recordo os nomes dos sábios que presidiram aos primeiros Congressos a que assisti, e que tão amavelmente estimularam o meu desejo de consagrar-me ao estreitamento dos laços de união entre os dois povos irmãos da Península, de que as glórias passadas iluminam toda a Humanidade, e que estão sem dúvida destinados a volverem a ocupar um lugar eminente. Refiro-me a D. Segismundo Moret e D. José Echegaray, tão notáveis pela complexidade dos seus conhecimentos, como pelo muito que em todos êles eram profundos. Saúdo também com a efusão que corresponde ao prazer que sinto com a amizade com que se dignam honrar-me, aos ilustres presidentes dos Congressos de Valladolid e Sevilha, D. José R. Carracido e D. Eduardo Dato, figuras por muitos conceitos eminentes nesta nação de distintos sábios e divinos artistas.

Muito me anima também a confiar em que serei desculpado, o patrocínio dos meus Queridos Amigos D. José Maluquer e D. Eduardo Gomez de Baquero, que recentemente honraram Portugal com a sua visita, e especialmente a Universidade de Coimbra e o seu Instituto.

Para todos a quem já devo tanto, e não quero passar sem

lembrar com enternecido reconhecimento os meus primeiros e constantes companheiros D. Thomaz Azcarate e D. Ignácio Tarazona, para todos Vossas Excelências as minhas mais cordiais e distintas saudações.

Às considerações sentimentais que me asseguram uma benevolência indefinida, creio poder acrescentar razões scientíficas que poderão justificar que um cultor das sciências astronómicas, obrigado por isso a ocupar-se também das ciências físicas, possa encontrar-se em plena jurisprudência, arrastado por sucessivas e lógicas deduções.

Será oportuno observar que nos encontramos num momento em que se tende para a unidade scientífica, como nos últimos tempos se proseguia na aspiração da unidade da matéria e da fôrça. Questão esta que na conferência que há cêrca de dois anos tive a honra de pronunciar em Valladolid, pretendi solucionar por uma forma aparentemente paradoxal, mas que continuo a considerar justificada; da unidade na infinita variedade.

Assim é de esperar que às tendências particularistas da sciência do século XIX suceda um período de sínteses, indispensáveis para valorisar as profundas investigações e fulgurantes descobertas dos últimos anos.

Sucede já que os geometras afirmam haver uma única geometria, os analistas uma só análise, afirma-se, enfim, que tôdas as Matemáticas constituem uma só Matemática. A astronomia demonstra-nos que são idênticos os fenómenos que ocorrem nos mais distantes lugares do Universo. A física descobre a unidade em todos êsses fenómenos que provocam a nossa profunda admiração com as suas infinitas modalidades, bastando a observação dos mais restritos aspectos da Natureza, dos seus ultramicoscópicos incidentes, para nos encontrarmos na presença de infinitas e surpreendentes manifestações, que em nada cedem à grandiosidade do espectáculo dos infinitos espaços celestes, que ao homem é dado gosar, e que, ¡porque não o direi!, tiram a sua existência da nossa própria existência.

Pois não será digna de ser admitida a teoria que apresentei de que o calor, como a visão, como todas as outras sensações que enchem a nossa vida, são conseqüência da acção que as radiações exercem sôbre determinados elementos do nosso organismo? E assim sucede que um corpo brilha para nós porque uma determinada extensão de retina recebe de uma determinada superficie de um corpo uma determinada quantidade de radiações por segundo, e poderá supôr-se que

todas as superfícies serão brilhantes para organismos dispostos para apreciar a sua acção.

Porêm, se é fácil estabelecer atualmente o encadeamento dos fenómenos físicos, e por isso a sua unidade, creio também poder prolongar esse encadeamento aos fenómenos biológicos, com a consideração de uma fôrça mais, da mesma natureza, a fôrça vital, e aos fenómenos sociais com uma nova fôrça, que estará para as outras como os radiantes primários para os demais radiantes.

Confesso que não tenho a pretensão de estabelecer a respeito desta nova fôrça uma explicação tão completa como a que expuz em relação às outras fôrças, baseada nos fenómenos observados.

Não é isto, porêm, motivo para que ponhamos em dúvida a sua existência, atendendo à maneira como se nos patenteia a sua acção. Desde que não há dúvida em admitir uma fôrça causa da gravitação, outra causa dos fenómenos eléctricos, outra dos vitais, ¿porque motivo hão de ter dúvida os espíritos demasiado timidos, para não os apelidar de exageradamente meticulosos, em admitir outras fôrças?

O espírito subtil de Newton, com uma modéstia que mais exalta o seu valor, referia-se às suas memoráveis descobertas dizendo que se limitavam a recolher algumas pedritas nas imensas praias da Sciência. Assim nos fazia sentir aquele potente génio a imensidade dos conhecimentos que se oferecem ao nosso desejo insaciável de saber. Muito é, comtudo, possuirmos elementos para se poder chegar às conclusões que nos é permitido formular, e ver como a Sciência moderna vai conseguindo levantar uma ponta do véo do mistério que por todos os lados nos envolve.

E agora seja-me permitido observar que se a sciência da jurisprudência deve ter a sua base na Sociologia, e os fenómenos sociais e biológicos são correlativos dos fenómenos físicos, a minha presença aqui só poderá ser estranhada pela minha insuficiência.

O estudo dessa correlação, que em minha opinião não tem sómente importância especulativa, será indispensável para obter soluções gerais e rigorosas.

Conduz-nos a esta conclusão a noção de função, uma das mais fecundas conquistas das matemáticas, a qual com seu significado nos indica como o estudo completo dos fenómenos sociais exige a consideração de todos aqueles de que podem depender.

*
* *

É imenso o campo que se apresenta ao nosso estudo, e eu não me atreveria a fazer sequer um esbôço, se não me encontrasse em presença de um público tão ilustrado que facilmente suprirá as minhas faltas.

Foi em 22 de outubro de 1915 que tive a satisfação de expôr pela primeira vez, em Valladolid, as minhas ideias sôbre a sciência física, partindo das bases que julgo oferecerem os actuais conhecimentos. Faziam a honra de ouvir-me muitas das pessoas que hoje tenho aqui o prazer de voltar a encontrar.

Apresentei então a doutrina de que todos os fenómenos físicos podem ser considerados como caloríficos, e ao mesmo tempo expuz a refutação dos princípios que ainda hoje são base da termodinâmica, — da conservação da energia, e da degradação, que conduz ao aniquilamento geral pela redução de todas as energias à calorífica.

Com esta teoria desaparece como por encanto o fantasma do éter, invenção providencial para as explicações, porêm sem utilidade no universo; noção profundamente perturbadora que conduziu às mais perigosas ilusões.

Felizmente os fenómenos da radioactividade vieram restituir-nos o fio perdido depois das geniais descobertas de Newton.

Referindo-me ao éter dizia então: «sempre concentrado no mais completo mistério, sempre invisível, nunca encontrado, conserva ainda o seu império, embora por toda a parte se lhe vejam minados os alicerces e se reconheça que a sua existência de esfinge, que a sua utilidade de fantasma, tende a desfazer-se numa vã quiméra».

Esta referência tem particular interesse porque é exactamente na eliminação do éter que se encontra a razão das novas doutrinas, fundadas no reconhecimento da radiação da matéria, doutrinas que nos conduzem à consideração, hoje bem justificada, da existência dos radiantes, que explicam todos os fenómenos físicos, atribuindo-lhe uma conveniente estrutura.

A hipótese que apresentei — justificando que não há progresso scientífico sem hipóteses fundadas e comprovadas pela observação dos factos, foi que são constituídos por cadeias de atomogénios — elementos de espessura considerável e nú-

cleos pouco afastados para os radiantes da região vermelha e infra-vermelha; já largamente fusiformes, com núcleos bastante afastados, que poderão deixar de existir, e que pela sua extrema tenuidade poderão atravessar sem desvio compactas e complexas substâncias, com uma infinidade em graduada escala. A sua velocidade será a da luz, da electricidade, cêrca de 3oo:ooo quilómetros por segundo.

Rapidamente observarei que sôbre esta base imediatamente nos encontramos com uma óptica apoiada em sólidos fundamentos, com a desaparição da fantástica intervenção do éter, infeliz torturado em todos os sentidos, obrigado em cada ponto, e ao mesmo tempo, a infinitos e extraordinários exercícios acrobáticos para fazer a transmissão, por todas as formas imagináveis e incompreensiveis, dos fenómenos entregues aos cuidados da sua actividade.

É bem para admirar como a razão pôde conceber e sustentar tão estranha doutrina.

Ao mesmo tempo fica aproveitado todo o trabalho feito, porque ao intervalo da onda é substituido o intervalo dos núcleos.

Desta maneira ficam explicados os fenómenos interferenciais e de difração, substituido o raio rígido e contínuo pelo raio flexivel e discontínuo, que tomo para fundamento como conseqüência da explicação conjugada da desagregação do átomo.

Ficam também justificados os fenómenos de refração pela desigual facilidade de penetração, e como os raios vermelhos produzem mais impressão calorífica por serem constituídos por massas de maiores dimensões que produziram choques mais violentos. As radiações superiores chegam a tal grau de tenuidade que podem passar sem perturbação da sua trajectória. Êste facto explica a sua acção esterilisadora. Não são volumosas granadas capazes de remover grandes massas: são delicadas agulhas capazes de tudo pulverisarem.

São estas doutrinas sugeridas pelos fenómenos radiantes. Mas creio que são estas as primeiras considerações que completamente os aproveitam.

Observarei ainda que, embora com aspectos diversos, radiantes são todas as substâncias, como conseqüência da sua estructura e das acções recebidas. De natureza radiante são os fenómenos electricos, estáticos e dinâmicos, sempre derivados da desintegração da matéria, como resultado de um choque ou de acções moleculares postas em jogo nas reacções químicas.

Na diversidade da natureza das radiações, e consequentemente na diversa forma como actuam, encontra-se a razão porque até hoje não tem sido patenteada a unidade com que se me apresenta esta doutrina.

Não me alargarei ocupando-me da classificação então apresentada. Recordarei sómente as grandes divisões: principais — fôrças, derivados — matéria.

Considerando a desagradação do atomo, última e mais elementar manifestação da matéria, observei que é tanto mais fácil quanto menor é a estabilidade do edifício atómico, acentuada sôbretudo no vulgar fenómeno oferecido pelos espectros resultantes da decomposição das radiações, os quais põem em evidência os mais variados radiantes com qualidades diversissimas intensificadas em manifestações caloríficas, luminosas e químicas.

¿E como são produzidos os atomos? Muito naturalmente; pelos elementos que encontramos na sua decomposição.

O choque dos radiantes produzirá uma concentração de atomogénios. E poderá suceder que fique anulada toda a velocidade de que estavam animados, ou que no todo ou em parte seja transformada em velocidade de rotação.

Como conseqüência teremos um corpo inerte sujeito a mover-se debaixo da acção dos outros radiantes, ou um elemento ainda animado de translação, com movimento de rotação. Com factos mais ou menos complexos desta natureza chegar-se há à constituìção de espécies químicas definidas, em harmonia com as circunstâncias ocasionais; de estrutura mais ou menos instável, mas sempre complicada, como os seus espectros demonstram irrefragavelmente.

Poderá estranhar-se a constância com que são produzidos prodigiosos números de atomos da mesma natureza. Porêm, esta admiração não pode ser maior do que a que sentimos quando observamos a multiplicação dos pequenos organismos.

¿Porque representam uma descendência? Porque se constituiram em condições idênticas.

Conforme procurei justificar, o conjunto dos radiantes primários que em todos os sentidos, e justo é admitir, igualmente repartidos, actuam sôbre os derivados, produzirá o fenómeno da gravitação, de que a gravidade é uma manifestação especial para a Terra, e que devido a essa causa constituirá o fenómeno mais geral do Universo, que subordina quási completamente todos os fenómenos observados sôbre a Terra.

Outras acções podem modificar aquela. Com importância especial para a Terra temos as radiações emitidas pelo Sol, de que a quási totalidade pertencerá a categoria geral, com influência insignificante sôbre o universo; mas para a Terra tomarão grande importância as que forem aqui interceptadas e dão lugar às perturbações electricas e magnéticas, às variações de temperatura e consequentemente aos variados fenómenos que tanto interessam o homem entre êles a existência das estações e dos climas.

E agora observarei já quanto é interessante verificar como a acção das últimas pode modificar a acção das primeiras.

As acções radiantes compõem-se para produzir a vida. Forma-se uma nova espécie de organismos da mesma natureza dos radiantes derivados. Porêm nestes as acções dos radiantes derivados, e ainda a sua composição com os radiantes principais — para o caso da Terra, emanados do Sol, como facilmente se verifica nas plantas, para as quais geralmente a acção imediata do Sol é indispensável na sua formação, constituem uma nova fôrça radiante que actua nos organismos superiores através dos nervos, e pode modificar todas as outras, decompondo-as e apropriando-as conforme a sua natureza.

É fácil reconhecer como a produção dêstes organismos tem lugar por uma forma análoga à produção do atomo, e ainda como resultam do choque, causa primordial e constante da sua produção e crescimento até adquirirem uma constituìção definida, imensamente variável com as causas, mas de natureza definida, como encontramos nos atomos. E, como sucede com aqueles seguramente, a sua conservação faz-se com contínuas renovações realizadas à custa dos elementos resultantes da dispersão de outros organismos, para a seu turno aqueles chegarem também a esse estado radiante, que é o estado da dispersão, que é o estado classificado como morte.

Caso curioso — morte quando, considerando os organismos físicos, êstes entram exactamente no período em que mais os apreciamos, no período do brilho: e assim é bem verdade que o brilho é a consumpção de um corpo que aos outros está fornecendo rápida e largamente todas as suas fôrças.

Pode bem dizer-se — quem brilha gasta-se, morre!

Não deve querer brilhar quem quizer conservar-se.

Temos emfim o homem sustentado pela fôrça vital, e representando uma nova radiação. E estas radiações chocam-se,

e novos organismos se formam, organismos sociais em que temos de atender para a sua formação à consideração das variadas fases porque a fôrça passou para se chegar a sua constituìção, e ao conjunto dessas fases na sua existência em um determinado instante.

Nele temos os atomos constituídos pelos choques dos radiantes, e tendentes a desorganizar-se e produzir novas radiações; as células constituídas por êsses atomos, também com vida própria, e constante intercâmbio com os elementos exteriores, absorvendo e radiando, e emfim temos o organismo compôsto por aqueles elementos, absorvendo também e irradiando constantemente até ao momento em que terá de ficar sómente nesta fase.

E, emquanto durar a fase que designamos por vida, o organismo precisado de uma constante absorpção de elementos, terá de recebelos, ou de entre os elementos já radiantes principais, ou daqueles que tiverem de ser obtidos pela decomposição de outros, tornando-se por isso ainda neste caso indispensável a desagregação de uns para a conservação da existência de outros.

E se nos ocuparmos do homem, como os elementos indispensáveis, para na sua retorta se desenvolverem as fôrças da vida, devem ser obtidos de substâncias organizadas, aqui se encontra justificada a destruição destas, scientificamente justificado o assassinato e o roubo, que outra cousa não são senão a efectivação dessa apropriação indispensável, — tão em evidência com os seres designados por parisitários imediatamente justa postos a elementos que decompõem e matam, fenómeno que na realidade se dá em todos os casos, podendo dizer-se sem receio que todos os seres, como todos os elementos, são parasitários no sentido de que todos êles se conservam à custa de outros que se desagregam e morrem para os sustentar.

Os homens reunem-se voluntariamente ou por choque, e logo a vida das sociedades se apresenta com iguais exigências, e a sua conservação tende a fazer-se à custa de outras sociedades. Ao roubo, ao assassinato isolado, corresponde agora a guerra com o assassinato colectivo, com a expoliação pela massa.

Constituídos os organismos agora considerados pelos sucessivos elementos constitutivos do homem, e ainda por êstes, tem aplicação tudo quanto sôbre todos êles observamos, e ainda relativamente a êstes novos organismos se reconhecem factos idênticos. O seu crescimento por multiplicação ou por

choque entre elementos com aniquilamente de parte das fôrças próprias de cada um, e a tendência constante para a desagregação, e por isso para a dispessão, que em todos os casos se segue.

Assim fica estabelecido que a sociedade se constitue como o atomo, como a célula, como o homem. Nasce e morre como aqueles organismos, e vive à custa dos outros, servindo os destroços de umas sociedades para a constituìção de outras novas.

Mas se eu não viesse aqui para dar outras ideias que não fossem estas de que do choque, da luta resulta o relampago, o trovão e o raio que nos aterra, a luz que nos ilumina, o calor que nos aquece, a fôrça que nos levanta, o alimento que nos sustenta, as sociedades em que vivemos, bem poderia ter-me dispensado de importunar o ilustrado auditório que se digna ouvir-me.

Lamentar que ainda neste momento, quando tanto se apregôa a civilização a que chegámos, os homens se atirem uns aos outros como feras esfomeadas, subordinados exclusivamente às necessidades que resultam da sua existência, seria de reduzida utilidade, e embora seja bem scientífico o fundamento desta doutrina, não seria possível descortinar-lhes vantagem. Poderia concluir-se que ela conduz à justificação do crime.

¿Mas nessa luta horrenda, que está manchando a humanidade teremos a justificação de que só existem as características dos elementos anteriormente enunciados?

É certo que a quási totalidade dos contendores se bate exclusivamente pela causa da pátria, que são admiráveis os sacrifícios registados. É também ocasião de recordar os actos de abnegação tantas vezes praticados, notáveis sôbretudo na Bélgica que se sacrificou para sustar o impeto da onda invasora, na França onde o sacrifício tem atingido limites inimagináveis, onde as mães sufocam os seus sentimentos e entregam à morte os filhos numa abnegação digna do maior respeito. Geral é êste sacrifício, e eu ainda há pouco recebi uma carta que me encheu de comoção, de um pai, o Conde de La Baume, que cheio de resignação me comunicava a morte de seu único filho, voluntário de 18 anos. Mas se observarmos os sacrifícios que se fazem pela Família, os sacrifícios que se fazem pela Pátria, pela raça, pela Humanidade, que deveremos concluir?

Sem dúvida que alêm das fôrças consideradas, e que até aqui pude deduzir das que resultam da desagregação da ma-

téria, alguma coisa mais existe cujos efeitos são bem patentes, mas que completamente escapam à nossa investigação: são as fôrças psíquicas que nenhum espírito positivo pode negar, como não nega as da gravitação e as mais indicadas — são as fôrças que conduzem aos maiores heroismos, às máximas abnegações, são as fôrças que dão os santos, que deram o martírio de Jesus, despido de todo o interesse, exemplo da máxima capacidade espiritual, razão porque através de tantos séculos já decorridos, de tão profundas discussões, de tão graves êrros, a sua imagem se conserva sacrosanta e reverenciada por todos os povos civilizados.

O amor maternal, o amor filial, o amor da família, o amor da pátria, o amor da raça, da humanidade — a isenção, a obrigação, o heroismo, o sacrifício, o martírio, demonstram que àlêm daquelas fôrças da gravitação, eléctricas, magnéticas, vitais e sociais, resultantes de acções que na estrutura radiante e composição atómica, celular, orgânica e social, encontram explicação; outras existem com possibilidade de coordenar e dominar todas as mais.

¿Onde se encontram, que origem tem?

¿E quem vê, quem mede directamente as fôrças gravíticas, para me referir às mais simples das admitidas, e cuja explicação creio ter sido por mim apresentada pela primeira vez no congresso de Granada?

Ainda há pouco as fôrças eléctricas se nos manifestavam sómente pelos fenómenos que produziam, e, comtudo, ninguêm duvidava da sua existência, ao ver o guindaste por elas animado, elevar enormes blocos vencendo a gravidade que os impeliria para os mais profundos abismos. Assim como aquelas contrariam as da gravidade, também estas podem contrariar e dominar todas aquelas e as da vida, que impelem os seres para a destruição de outros seres, para a luta sangrenta de todos os momentos.

Uma consideração, porêm, já se nos depara, muito grave: é a de que assim como as fôrças eléctricas em pouco modificam as acções gravíticas, e umas e outras são ligeiramente actuadas pelas da vida, também estas só ligeiramente são modificadas por estas outras, e, infelizmente, por emquanto, se é possível esperar que outra seja a situação, e o que se observa nos tempos decorridos pouco pode animar-nos, verificando-se demais a nenhuma influência do desinvolvimento intelectual, pouca esperança, pode haver de que que num período apreciável pela humanidade estas fôrças tomem largo incremento.

Mas da sua existência já podemos tirar conseqüências importantes. A possibilidade de que a sua influência modifique as tendências prejudiciais das outras, e que entre os povos, como entre os indivíduos, possam ser estabelecidas relações de harmonia.

E, agora é caso para perguntar — ¿a que princípios deverão satisfazer?

Para os elementos constituídos dos povos, a sua máxima independência e coordenação paralela para poderem exercer a sua acção com a máxima fôrça e obter-se a máxima resultante. Toda a coacção será prejudicial, significará atritos a vencer; desperdício de energias.

¿É a anarquia? De modo algum. A esta corresponderá a acção das fôrças em todos os sentidos, e por isso o máximo mal pelo seu aniquilamento em conseqüência de constantes choques.

A propósito, também observarei como scientificamente fica condenado o socialismo, que a Alemanha gerou para produzir a desorganização das sociedades, e que em Marx tem o pontífice máximo da negação espiritual, ficando a humanidade exclusivamente entregue às fôrças crueis da vida, e as sociedades debaixo de uma pressão que lhe tolhe todo o desinvolvimento.

E tais doutrinas teem a pretensão de beneficiar os desprotegidos da fortuna, com a blasfêmia de que Cristo terá sido o primeiro socialista, quando tantos teria havido nas sociedades primitivas, e ainda existem nas selvagens!

Referindo-me a esta perniciosa acção, diga-se com toda a verdade, muitas vezes provocada pela ambição política, que tanto se serve do povo, como pela que atira para as imensas alturas da fantasia, para vir desfazer-se em pedaços nas duras fragas da realidade, permita-se-me que repita as palavras com que ainda há pouco me expressei na conferência que tive a honra de pronunciar na Universidade de Coimbra, sôbre o tema: *Portugal na guerra e na paz*, a propósito da visita feita aos meus camaradas em luta nas planícies encharcadas de sangue da Flandres. Estudando os países em luta e o conflito, dizia: «A malaria socialista longe de elevar, afunda e destrói todos os progressos da civilização, acobertada com um falso sentimentalismo de socorro aos fracos, que não é outra cousa senão um incentivo para a perguiça, para a inercia, para o aniquilamento de todas as fôrças, para se chegar ao nada».

Também, com grande prazer, recordarei algumas notá-

veis palavras sôbre êste mesmo assunto, pronunciadas pelo ilustre estadista Sr. D. Eduardo Dato no seu eloqùente discurso inaugural, de Sevilha, do corrente ano, que profundamente me impressionou pelos seus elevados conceitos scientíficos. «Pues es el caso que el socialismo, como partido, viene a caer herido de muerte al pie del monumento levantado por todos los gobiernos á la organisacion nacional de las fuerzas colectivas, tema constante de la propaganda de aquel».

A propósito, aproveitarei a ocasião para tributar o testemunho da minha profunda admiração e respeito, pelo trabalho assombroso, sublime, cheio de abnegação, verdadeiramente santo, com que neste formoso país de Espanha estão sendo resolvidos os mais dificeis problemas sociais, com a maior inteligência, por grande número de pessoas aqui presentes, por muitos dos membros desta douta Academia, e, entre todos, permita-se-me que destaque, pelo muito que lhe quero, e tambêm pelo muito de que o merece pela sua acção incansável, que é um verdadeiro apostolado, o meu querido amigo Sr. D. José Maluquer y Salvador. Oxalá eu possa engastar em breve, nos costumes portugueses, uma instituìção tão altruista e tão útil como é o *Instituto Nacional de Prevision*, que tem o elevado objectivo de fomentar o trabalho e garantir o futuro do trabalhador: fomentar o trabalho, robustecendo o trabalhador física e moralmente, garantindo-o contra o risco de uma invalidez prematura e contra a ameaça de uma velhice desamparada, com o concurso harmónico do estado, dos patrões e dos seus próprios recursos, que sempre deverão constituir parte importante desta obra, para que não se converta em esmola.

Ás nações tem aplicação a mesma doutrina. Constituidas pelo desinvolvimento das famílias, pela livre união de muitas, as nações serão tanto mais fortes, quanto mais homogénias sejam, quanto mais livres e independentes forem os seus elementos, quanto menor fôr a coerção que exerçam uns sôbre os outros.

Desde que esta exista, imediatamente ficam inutilizadas grande parte das fôrças próprias de cada elemento, e a acção resultante será uma pequena parte da sôma das acções possíveis para cada um.

Temos um fenómeno análogo ao que se dá com a constituìção dos átomos, de que a acção fica reduzidissima, e nos quais ao mesmo tempo fica latente a decomposição, que fatalmente se irá dando até à sua completa desagregação; até à sua morte pela dispersão.

Falta-me o tempo para alargar estas considerações. À observação que me poderia ser feita da grandeza adquirida pela Germânia, desde que a Prússia sujeitou os povos germânicos pela sua acção coercitiva, notarei quanto êstes povos se desinvolveram quando independentes, e nenhuma dúvida tenho em afirmar que, aproveitando as modernas descobertas, a totalidade dos seus valores não seria inferior ao total aparente. — E, sem dúvida, êste total é imensamente inferior, porque só agora pode ser apreciado, e ao fim de três anos de guerra, que não existiria, se não existisse o império germânico, calculava-se que os impérios centrais tinham perdido mais de sete milhões de homens, e tinham dispendido para cima de 300:000 milhões de pesetas, mais de 60 vezes a colossal indemnização exigida em 71 á França: — Para que? Para devorar tantos homens e tanta riqueza!

*
* *

É tempo de considerar especialmente êstes dois povos da Península ocidental da Europa, tão juntos, tão irmãos, — tão desconhecidos de estranhos e de si próprios! E, comtudo, merecedores da maior admiração e respeito.

Fezer a sua história é traçar uma brilhante epopeia.

Muitos foram os povos que deixaram aqui as suas impressões. Celtas, gregos, fenicios, cartagineses, romanos, godos e bárbaros; e, entre êles, os árabes foram os mais importantes que nos tempos históricos se estabeleceram na Península e contribuiram para caracterizar as civilizações actuais.

Através de todas estas influências manteem-se sempre as qualidades nativas caracterizadas por uma indomável resistência ao domínio dos estrangeiros, — afinal absorvidos pelos elementos existentes, mas constantemente diferenciados entre os povos que com ligeiras variantes teem ocupado as regiões em que se encontram as duas nações portuguesa e espanhola.

Èstes factos estão claramente indicando a razão da máxima independência dos dois povos. Mas tanto a história desde os mais remotos tempos, e especialmente estudada desde a época, tão trágica como épica, em que Pelágio do alto dos píncaros das Astúrias, assentou a ameaça que, é certo, só através de longos séculos de lutas e crueis provações, se tornou na realidade, do resgate desta formosa região do domínio serraceno, como o exame das circunstâncias em que actualmente nos encontramos, impõem uma leal e

intensa cooperação entre Portugal e Espanha, baseada num amplo e completo conhecimento dos dois povos.

Assim se conseguirá, em harmonia com os princípios que expuz, relativamente às sociedades, correlativos dos que o mundo físico nos patenteia, que a Península adquirirá o maior valor possível, como conseqüência da coordenação harmónica de duas grandes fôrças, em que devemos considerar não só os valores aqui existentes, mas também os que devemos procurar aliar, e de certo aliaremos quando uma boa orientação seja seguida, não só das importantes colónias, ainda hoje possuidas por Portugal, decerto firmemente asseguradas pelo enorme e heróico sacrifício que neste momento está fazendo o meu país, mas também dos ricos e já poderosos países que uma e outra nação, num esfôrço potente, produziram, que ocupam toda a América do Sul e parte da do Norte, e são para nós justo título de glória.

Não devo abusar da bondade com que tenho sido escutado; mas eu não ficaría satisfeito se não recordasse rapidamente neste lugar, com pesar de que a minha voz não ecôe por toda a Europa e por todo o mundo, que nestas terras encontraram sempre a mais dura e por vezes vitoriosa resistência todas as invasões. Em Portugal tivemos Viriato e em Espanha Numancia.

A invasão serracena em 711 prostrou por um momento os povos da Península. Mas bastam seis anos para aparecerem os alicerces de uma pátria rejuvenescida, e a eleição de Pelágio, figura memorável que a nossa imaginação comovidamente evoca, garante logo em 718 para um futuro mais ou menos longínquo, que para Portugal chegou em 1251, e para a Espanha em 1442, a libertação da Península, que desde então ficou entregue às suas próprias fôrças com acção independente nos seus dois povos, grandiosos sempre quando na plenitude da sua liberdade, e por isso com o seu máximo valor, cooperaram com um objectivo comum.

E é interessante observar como em Portugal e Espanha se apresentam dois ciclos afonsinos, que em Espanha vão até Afonso XI, e em Portugal até Afonso V, com reis cheios de prestígio e valor, e que conduziram os dois reinos ao esplendor da gloria gosada em Hespanha com Fernando e Isabel, Carlos V, e Felipe II, que levaram a Espanha ao domínio da maior parte da Europa e à descoberta e posse de uma grande parte da América. — Em Portugal, com D. João II, D. Manuel e D. João III, que tiveram a glória de colher os frutos da árvore plantada pelos seus antecessores, larga-

mente robustecida pelo sábio Infante de Sagres, e que se encontram condensados na mais sublime epopeia, — a descoberta do caminho para a Índia e a descoberta do Brazil, emprêsa grandiosa de navegantes cantada em Portugal pelo mais insigne poeta épico moderno, Camões, que nenhuma das nações da Europa, que porventura muitas vezes andam esquecidas da existência dêste admirável povo, pôde produzir, porque nunca alcançaram tanta glória.

Fazer a história Afonsina em Espanha e Portugal, é a bem dizer pintar os mais formosos quadros da história dêstes dois povos, e é oferecer a prova do valor da sua independência e da sua cooperação, que no século XV tomou o máximo incremento, exactamente quando os dois povos chegaram ao apogeo nos tempos passados.

É logo Afonso, o Católico, sucessor de Pelágio, cuja memória é conservada com o maior respeito pelos seus inclitos feitos. Desde 791 até 842, temos o magnífico govêrno de Afonso, o Casto. Pouco tempo depois, em 872, sucede Afonso III, o Grande, que se distingue pela sua protecção às letras e às sciências, notável também na guerra, e que ainda em 912, já depois de ter abdicado, combate gloriosamente. Seguem-se Afonso IV e Afonso V, também notável, que morre em 1027. Em 1064 já o trôno de Leão é ocupado por Afonso VI, e então são lançadas as bases ao futuro reino de Portugal, com a doação feita ao infante D. Henrique de Borgonha, que casa com D. Tereza, e gosa de poderes soberanos depois da morte de D. Afonso VI. Êste rei, cheio de talento e energia, fez uma guerra terrível aos sarracenos, e no seu tempo, embora ao serviço de D. Sancho de Castela, destaca-se como um símbolo da Espanha de então, o valeroso Cid, Rodrigo Dias de Rivara.

Segue-se-lhe Afonso VII, e em 1126 temos a conjunção de tres Afonsos igualmente gloriosos: Afonso VIII de Castela, Afonso, o Batalhador, de Aragão, e Afonso Henriques, o Conquistador, de Portugal, figura que tão gloriosamente abre a história de Portugal, e que em 1139, há quási oito séculos, estabelece o reino de Portugal, definitivamente constituido 112 anos depois, há quási sete séculos; a mais antiga nação da Europa.

Afonso IX governou em Castela desde 1158 até 1214, e, entre outros serviços, interessa-se pelas sciências e funda a Universidade de Palência.

Pouco depois, em 1252, temos a figura prestigiosa de Afonso X, o Sábio, contemporâneo de Afonso o III em

Portugal, ambos espíritos elevados, de alta cultura, cabendo a Afonso X a glória de levar a um alto desenvolvimento os estudos astronómicos, e publicar as célebres tábuas afonsinas. Na sua pretensão ao império, parece anunciar os gloriosos dias de Carlos V.

Finalmente, em 1340, temos Afonso XI, o Vingador, que com o concurso de Afonso IV, o Bravo, de Portugal, vence a célebre batalha do Salado.

Voltou agora a Espanha a ter um novo ciclo afonsino. Foi brilhante o reinado de Afonso XII, é seguro que também o será o reinado do actual monarca, a quem, seja-me permitido assegurar ja o apelido de Mediador, atendendo ao espírito generoso e elevado com que está conduzindo a política internacional espanhola neste dificilimo momento histórico.

Oxalá que êste período seja para a Espanha como o foi o primeiro: precursor de uma larga época de glória e grandeza. Nisso confio, e também em que novos dias de prosperidade brilharão para Portugal, seguindo como sempre, paralelas as histórias dêstes dois povos.

Chegaram já estas duas nações ao maior grau de esplendor: possuem condições para voltarem a adquiri-lo.

Já não há campo para novas descobertas, mas ainda está quási completamente para fazer o aproveitamento das imensas riquezas que possuimos. A situação excepcional em que nos encontramos, tão notável pela sua extensa costa, valorizada por portos de primeira ordem, e admirável clima, como pelas riquezas de que dispomos, tanto em produtos minerais, como vegetais e animais, justifica-nos as mais risonhas esperanças. E todas as circunstâncias que observamos, tornam evidente a vantagem, digamos mesmo, a necessidade de uma franca e leal cooperação entre estas duas nações.

Ainda para não deixar de considerar uma observação que por vezes produz algumas nuvens, notarei quanto em minha opinião são infundados os receios que resultam da existência das produções comuns, especialmente a cortiça, o azeite e o vinho. Pelo contrário, elas são antes uma razão para pelo estreitamento das nossas relações, conseguirmos a sua devida valorização.

Quanto são intimas as nossas ligações, encontra-se até demonstrado na circulação das nossas águas. Da água que é o nosso sangue, que é a nossa fôrça, que é a nossa vida, e que corre primeiro nas vossas veias, mas já antes vivificava as nossas costas; e que o sol, que é o mesmo para os nossos

dois povos, dali trouxe para as vossas fontes, estabelecendo assim uma contínua circulação entre os dois países.

Mas não basta ter-me referido aos serviços que à Humanidade prestaram os povos da Península, à sua glória, e às riquezas de que dispõem. Alguma cousa mais há a considerar e de grande valor.

Embora pela linguagem os povos da Península se encontrem no grupo latino, não podem ser-lhe contestadas distintas qualidades em que sôbresaem: espírito nobre, hospitaleiro, de abnegação, aventureiro mesmo, que poderá ser criticado por não assegurar comodidades e riquezas, mas que por isso mesmo mais se impõe ao respeito e consideração mundial.

É realmente digna do maior aprêço a devoção, levada aos extremos sacrifícios, com que êstes povos se dedicaram à causa da Humanidade.

Aqui sim, que as fôrças espirituais dominam superiormente as fôrças materiais.

A cruz, símbolo sacrosanto, ante o qual até as maiores impiedades se inclinam, aqui encontrou uma legião imensa de ferverosos crentes e apóstolos: António de Andrade; Goes, que atravessou a Ásia central; Manuel da Nobrega, que ligou o seu nome à fundação das cidades da Baía, Pernambuco, Rio e S. Paulo; Anchieta das Canárias, companheira de Nobrega; António Pereira; tantos e tantos que se sacrificaram; e não esqueçamos o Padre António Vieira, Frei Luis de Granada, Frei Luis de Leão, luminares do espírito místico.

Pretende-se por vezes diminuir o valor dêsses nobres sentimentos, atribuindo-lhes mesquinhos interesses. Injustissima apreciação.

A epopeia das descobertas com que estes povos, armados com profundos conhecimentos scientíficos, cheios de audácia e de abnegação, trouxeram ao convívio humano a maior parte do mundo; o martírio de tantos apóstolos que sacrificaram a vida para trazerem à razão as populações selvagens de tão vastas regiões, são motivo de justificado orgulho, valem bem mais do que as descobertas scientíficas de tantos outros, e para com êles contraiu a humanidade uma divida eterna.

Não estamos em frente da efémera glória das invasões persas, das pugnas gregas, das conquistas romanas, ou das inundações dos bárbaros e dos sarracenos, sempre em terras bem conhecidas, e conduzidas por desmedidas ambições, pela glória do triunfo, e até pelo prazer da destruição.

A acção gloriosa de Espanha e Portugal oferece outra elevação. Estes povos, possuidores no mais alto grau das qualidades que afastam o homem da féra para o elevar às regiões superiores do espírito, realizam a mais notável obra de que a humanidade pode orgulhar-se: dilatar-lhe o âmbito até aos últimos confins da terra, educar os povos e elevá-los para a graça divina, fonte única dos prazeres que podem dar verdadeira felicidade, porque derivam da máxima preponderância do espírito sôbre a matéria.

Orgulha-se justamente a Espanha com o seu imortal Cervantes. E com razão. Não tanto por ser um delicioso escritor, não tanto por nos inebriar com a beleza da frase e a sua luxuriante imaginação, não tanto pela sua delicada crítica, como, sôbretudo, porque essa crítica nos descobre, nos faz admirar e respeitar exactamente a natureza superior de um povo, em que o espírito domina as vis tendências da matéria, por forma que causa assombro, que chega talvez a magoar aqueles que não dispõem dos sentimentos elevados que permitem analisar e respeitar essas raras qualidades.

Caíu no ridículo a cavalaria, em que os povos da Península ocuparam um lugar distinto. Não é motivo para regosijarnos. Cavaleiro sagrado do mais fino quilate foi Cristo, que na cruz consumou o seu sacrificio, que em torrentes espalhou pelo mundo a fé e a coragem, que arrancou a grande massa da Humanidade de baixa condição em que se encontrava. De Cavaleiros andantes, embora concentrados numa vida humilde e desconhecida, foram as legiões de apóstolos que por toda a parte prégaram a caridade e a dignificação humana. Cavaleiros andantes, dignos do maior respeito, teem sido êstes povos sempre dedicados à causa da humanidade. Cavaleiros andantes, são tambem nestes tempos o ilustre General Marvá e seus distintos companheiros, no *Instituto Nacional de Previdencia,* obra que me inspira a mais profunda admiração e simpatia, pelo seu incansável, activo e valiosissimo trabalho, dedicado à defesa dos inválidos, das viuvas e dos órfãos.

Não terão êstes povos acumulado riquezas como outros, mas nenhum pode ter o gôso de ter prestado mais assinalados serviços, de ter manifestado mais distintas qualidades.

O nosso imortal Camões, ao fixar no seu monumental poema, em estrofes admiráveis, a história gloriosa de Portugal, rememora, entre outros, um facto de cavalaria, que

bem nos honra: ter o Duque de Lencastre lembrado que entre os Lusitanos deviam ser procurados os homens dispostos a sacrificar-se pelas damas inglesas ofendidas.

Quando dois povos como o espanhol e português, possuem almas de tão fino quilate, e nos seus caracteres de raça existem engastadas tão finas joias, que em todos os tempos teem scintilado com os mais puros e brilhantes raios, é seguro que logo que possam voltar a ocupar o posto que corresponde às suas distintas qualidades de espírito, volverão a brilhar como estrelas de primeira grandeza no horizonte da Humanidade. *(Grandes aplausos).*

COSTA LOBO.

DOCUMENTOS SOBRE VÁRIAS INDÚSTRIAS PORTUGUESAS

(Cont. do n.º 8, pag. 426)

ADITAMENTO

ANES (PERE) — ATAQUEIRO

Da cidade do Porto. Aparece o seu nome numa carta de perdão a Jorge Mendes, criado do bispo (1).

EANES (PEDRO) — ATAQUEIRO

Licença para trazer armas a Pedro Eanes, francês, ataqueiro. Dada em Lisboa a 23 de julho de 1450 (2).

A fl. 122 v. está uma carta de privilégio ao mesmo de 24 de julho de 1450.

DIAS (LUIS) — CUTILEIRO

Natural de Vila Nova, freguesia de Bocelas, termo de Lisboa, filho de Diogo Dias. El-rei o tomou por seu cutileiro, ofício vago por falecimento de Luis Rodrigues. Alvará de 5 de maio de 1645 (3).

ALVARES (ANTÓNIO) — ENTALHADOR

«Dona Maria por Graça de Deus, Princeza de Portugal e dos Algarves etc. Fasso saber a D. Nuno Alvares Pereira

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Manuel, liv. 33, fl. 22.
(2) Idem — Chancelaria de D. Afonso V, liv. 11, fl. 115.
(3) Idem — *Matriculas*, liv. 6, fl. 155.

Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho, mordomo mór da minha casa que Eu hey por bem e me apraz fazer mercê a Antonio Alvares oficial de entalhador de o tomar por official de minha casa para que sirva como hé obrigado: e gozará de todos os privilegios prehiminencias que gozão os criados de minha casa e por firmeza de tudo lhe Mandey passar esta Carta pasada pela minha chancelaria, sellada com o sello de minhas armas. Dada nesta cidade de Lixboa aos 3 de março de 1681. Bernardo de Araujo a fez. Belchior do Rego e Andrade secretario a fez escrever e sobescrevi. — Princeza — Duque» (1).

BAPTISTA (FÉLIX) — ENTALHADOR

«Dona Maria por graça de Deus, Rainha etc. Faço saber a vós D. Nuno Alvares Pereira Duque do Cadaval meu muito prezado sobrinho Mordomo mór da minha caza que eu hey por bem fazer merce a Felix Baptista mestre do oficio de entalhador de o aceytar por oficial de minha caza para me seruir como os maes officiaes della com que gozará de todas as honras privilegios e liberdades que logrão os meus criados e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta carta por mim assinada que passará pela minha chancelaria sellada com o sello de minhas armas. Dada em esta cidade de Lisboa aos 15 dias do mes de julho. Bernardo de Araujo a fes ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1714. Antonio de Basto Pereira a fiz escrever. Duque — Rainha» (2).

COSTA LEITÃO (JOSEPH DA) — ENTALHADOR

«Por Portaria do Duque Mordomo Mór de 16 de julho de 1720 se passou carta para entalhador da casa a Joseph da Costa Leytam em 27 do dito mes e anno» (3).

SOUSA E CASTRO (ANTÓNIO DE) — ESCULTOR

A igreja de S. João Baptista da Raiva, concelho de Arouca, tem no lado da Epistola «... hũa perfeita Imagem de S. Je-

---

(1) Torre do Tombo — Ministerio do Reino, maço 387, liv. 1.º da Casa das Rainhas, fl. 41 v.
(2) Idem — Idem, fl. 95.
(3) Idem — Idem, fl. 10.

ronimo, feita de barro, por Antonio de Souza e Castro, Abbade que foy da mesma Igreja...» (1).

DIAS (BRANCA) — PREGUEIRA

«Nos elRey mamdamos a vos R.or do nosso thesouro e ao scpriuã dese oficio que dees a Bramca Diaz, pregeira, morador nestã cidade, tres mil e setecemtos e vimte rs, que lhe sam diuidos de trimta e huũ mil pregos de rumo que nos vemdeo e lhe foram comprados por Artur Amriquez almoxarife dos nosos mamtimemtos pera despesa da dita cassa a rezam de cxx rs ho mylheiro, segundo se vio por ho caderno das diuidas que amda em nossa fasemda, omde fica verba posta como ouue pagamento dos ditos dinheiros em vos, dos quaes dinheiros lhe vos fazei mui bom pagamento, e per este com seu conhecimento mamdamos aos nossos comtadores que vollos leuem em despesa. Feito em Lyxboa a xxx dias de agosto de j̄bcxiiijc. Rey».

«Recebeo a dita Brãca Diaz de Rui Leite os tres mill sete cẽtos vyte rs acima contheudos per xxbij varas 1/8 dolamda de cẽto dez rs vara e 5 varas 1/6 de lẽço de sesẽta rs vara e duas varas de toalhas de ijcx rs vara e bj rs e asynou por ela Diogo Fernandez homẽ do thesouro a seu rogo em xbiij dias de julho de j̄bcxbj annos. — D.º Fernandez Jorge Correa» (2).

FERNANDES (FRANCISCO) — TOUQUEIRO

No dia 11 de junho de 1556 compareceu no tribunal do Santo Ofício Francisco Fernandes, touqueiro da Rainha, que denunciou Francisco Fernandes, filho de Diogo Fernandes, tambêm touqueiro, por ter dito que o que se fazia pelas almas neste mundo nada lhes aproveitava, porque do inferno ninguem as tirava (3).

SOUSA VITERBO.

---

(1) Torre do Tombo — *Diccionario Geographico*, tomo XXXI, fl. 19.
(2) Idem — *Corpo Cronológico*, parte 1.ª, maço 15, doc. 128.
(3) Idem — *Archivo Historico Portuguez*, vol. VII, pag. 8.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 6, pag. 318)

CAPÍTULO XV

A Crítica e o Milagre de Ourique

Os nossos diplomatistas mais conspícuos consideram apocrifo (1) o célebre documento desencantado por Fr. Bernardo de Brito, em 1596, no cartulário do real mosteiro dos Monges de Cister. E as razões que aduzem, de sciência certa e séria, não deixam duvidar de que se trata de um escrito forjado, ou pelo menos apografo. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (2) e Fr. Joaquim de Santo Agostinho (3), em-

---

(1) Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidario,* palavra *Cruz.* — Fr. Joaquim de Santo Agostinho, *Memoria sobre os codices manuscriptos e cartorio do Real Mosteiro de Alcobaça,* apud *Memorias de Litteratura Portugueza publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa,* tom. V, de fl. 338 a 343, em nota. — João Pedro Ribeiro, *Dissertações,* tom. III, n.º 187.

(2) «Mas o que tira toda a duvida, he a propria confissão de Fr. Bernardo de Brito, que no tom. III da *Monarchia,* que ali (cartorio de Alcobaça) se conserva do seu proprio punho, n.º 356, redondamente nos desengana (liv. I, cap. VIII) que o tal juramento constava de uma Chronica, que *«algum dia estivera em Santa Cruz de Coimbra»*. Não havendo logo em Alcobaça semelhante juramento em tempo de Brito, alli se formalisou depois com notas insanaveis de falsidade, não em quanto à apparição de Christo, de que não duvidamos; mas sim em quanto á legitimidade do instrumento, a que não subscrevemos; pela extravagancia da era, do pergaminho, da letra, da tinta, e do sello, e pela confissão mesma dos interessados». (*Loc. cit.*).

(3) «Longe de impugnar a verdade da Apparição de J. C. ao Grande e Pio Monarcha D. Affonso Henriques, eu pelo contrario me tenho en-

bora convencidos ambos da realidade do milagre, não escrupulisam todavia, em atribuir o invento da escritura, ao autor da *Chronica de Cister*.

Careço de elementos seguros para decidir se Fr. Bernardo imaginou ou copiou o juramento de D. Afonso Henriques; anoto, porêm, que esse diploma não contraria em ponto algum a tradição estabelecida sôbre o prodígio, e apenas acrescenta, como observei no anterior capitulo, algumas particularidades sôbre as promessas divinas, ao que já então se achava divulgado. Não sei mesmo, se lhe caberá a responsabilidade absoluta de semelhante acréscimo, porque em 1556, o cónigo Manuel Galvão, jurava nas mãos do seu prelado, o bispo de Coimbra, D. João Soarez, que no arquivo de Santa Cruz, a seu cargo, existia original ou cópia do juramento que o rei fez, da «maravilhosa visão (1). No mesmo cartório viu o sizudo cronista, Fr. Francisco Brandão, um transunto da referida escritura, feito pelo notário Manso, no reinado de D. João II. Fr. Joaquim de Santo Agostinho (2) tambêm encontrou em S. Vicente de Fóra, uma outra cópia, tirada em 1597, pelo notário Tomé da Cruz.

É curioso verificar como êstes três instrumentos, provenientes de diferentes tombos e escritos em épocas diversas, a despeito de não ajustarem em várias minúcias, acertam em tudo quanto é substancial. Duarte Galvão, na sua *Chronica,* induz a supôr que D. Afonso algo declarou (3) sôbre o apa-

---

carregado de a defender mais de uma vez». E diz mais: «Julgo... que temos provas para affirmar com muita probabilidade, que existio documento; e para affirmar concerteza que existio tradição, e em consequencia o facto: mas temos tambem todas as provas para dizer com summa probabilidade ou certeza que o diploma que existe em Alcobaça é apocryfo ou apografo». (*Loc, cit.,* fl. 336). Os frades de Alcobaça deram-se por agravados do modo como o autor da *Memoria* tratava nela Fr. Bernardo de Brito, acoimando-o de falsificador de documentos. Em desfôrço de tais agravos, publicou Fr. Francisco Roballo o seu *Exame critico,* ao qual Fr. Joaquim de Santo Agostinho opôs a *Resposta ao opusculo intitulado Exame critico,* etc., o que lhe valeu nova arremetida de Roballo com o seguinte rótulo: *Exposição do verdadeiro sentido de algumas phrases, que o auctor da «Resposta ao exame critico» accumulou, e por isso mesmo merecem ser analisadas. Em 21 de maio de 1800.*

(1) Fr. Nicolau de Santa Maria, *Chronica dos Conegos Regrantes,* parte II, liv. XI, cap. XXXII.

(2) *Loc. cit.,* fl. 337.

(3) « .. e entam o Princepe sayose fóra da sua tenda, e segundo êle mesmo dice, e dentro em sua Estoria se contem, vio Nosso Senhor em ha Cruz no modo que dicéra ho Irmitão...». (Cap. (XV).

recimento. Sendo assim, não parecerá extranhável que essa declaração se tivesse fixado numa pública fórma, para perpétua memória, constituindo o mais glorioso pergaminho dos reis de Portugal e da pátria portuguesa. Desapareceu? Mas, o facto de não ser encontrado, afigura-se-me motivo débil, para repelir qualquer possibilidade da sua existência. Por mal de nossos pecados, nunca nos extremamos por grande solicitude na guarda dos chamados «papéis velhos», e o desleixo foi agravado muitas vezes, por toda a espécie de calamidades, como incêndios, inundações, terremotos, invasões, perseguições e desordens políticas, sem aludir aos descarados roubos, perpetrados nos nossos arquivos e bibliotecas, por estrangeiros e naturais, contribuindo tudo para um terrível desbarato de monumentos preciosos e de raridades bibliográficas inestimáveis!

O prelado castelhano Juan Caramuel, o polemista vivo e atrabiliário que tanto se afadigou a justificar os direitos dos Filipes, á Corôa de Portugal, decidiu-se pela idoneidade (1) da escritura denunciada por Brito; em troca, porêm, persuade que o príncipe dos portugueses engendrara, por indústria, a história da visão, a fim avigorar para a arremetida o ânimo dos seus Cavaleiros (2). Trata-se de mera hipótese, na verdade infeliz e antipática, pois briga com o ânimo tão sincero e profundamente religioso do nosso primeiro rei, semelhante ardil sacrilego. Ainda seria admissível que D. Afonso, num dêsses estados da alma excepcionalissimos de exaltado misticismo, se capacitasse de haver recebido, por correspondência a um intensissimo anhelo, o singular favor da visita do Redentor; mas, daí a inventá-lo por má fé, vai um abismo!

Pedro de Mariz, que na primeira edição dos seus *Dialogos* (1594), já apresentara a lenda (3), enxerta na segunda, quatro anos depois, um capítulo (4) sob o titulo *D'algũas confirmações muyto necessarias, ao crédito que se ha de dar á esta Visão que vio, & reuelação que teue el Rey Dom Affonso Henriques,* no qual insere e garante o diploma de Alcobaça.

---

(1) *Philippus Prudens*, disputa I, questão I, artigo 7, n.º 24.

(2) «Consonnum veritati credo, Alfonsum Henricæum expedivisse diploma, suspicor autem œmigmam, & parabolam fuisse, quam irigendis, accendendisque militum animis ille confixerit monarcha». (*Joanes Lusitaniæ illegitimus Rex*, lib. VI, cap. I).

(3) *Dialogos de Varia Historia*, Dialogo segundo, cap. III, fl. 46.

(4) Cap. V, fl. 37.

Aceita-o como lidimo, Fr. António Brandão, e exara-o na *Terceira Parte da Monarchia Lusitana* (1), tentando desfazer vários reparos que se haviam manifestado sôbre a sua autenticidade. D. Aniónio Caetano de Sousa também traslada o achado de Brito, no seu *Agiologio* (2); defende-o com as melhores razões que soube, e publica uma longa e interessantissima nota (3) de todas as obras nacionais e estrangeiras, onde leu referências ao prodígio, gratas à sua fé.

Foram os escritores espanhois os primeiros a desdenhar da tradição de Ourique. Entre outros, Mariana (4) e Fr. Miguel Ramon Zapater (5), tratam-na muito de resto. A seguir à restauração de 1640, debateu-se uma rija e curiosa controversia, entre os mais hábeis publicistas e letrados da Península, sôbre a posse de melhores direitos à Corôa de Portugal. Muitos dos nossos (6) aduziram as promessas feitas

---

(1) Cap. V.

(2) No Comentário ao dia 25 de julho, a fl. 290.

(3) Idem, fl. 299.

(4) «Los cinco Estendartes de los Reys veniron en poder de los vencedores. Principio y occasion de las Armas de que usaron en adelante los Reys de Portugal. Otros dan diversa interpretacion, y pretenden que significan las cinco plagas de Christo hijo de Dios: pero no sé si con fundamento bastante». (*Historia Generale de Espana*, liv. X, cap. XVII).

(5) «Este pues Principe esforzado, celebre de Ourique alli refiere credula su posteridad en sangre y vassallus, que le apparecio Christo nuestro bien en la Cruz. .». (*Cister Militante en la Campana de la Cruz contra la Sarracena furia. Historia General de las illustrissimas inclitas y nobilissimas Cavallerias del Temple de Salomon, Catatrava, Alcantara, Avis, Monteza y Christo*, fl. 529).

(6) O autor da célebre *Arte de Reinar*, P.e Antonio Carvalho de Parada, escreve: «O Reyno de Portugal he obra de Christo Cruxificado. Do throno da Cruz o eregiu em Reyno, lhe deu por armas os instrumentos da sua Sagrada Paixão». (*Justificação dos Portuguezes sobre a acção de libertarem seu reino da obediencia de Castella*, fls. 17, 18, 19). — *Restauração de Portugal Prodigiosa*, pelo Dr. Gregório de Almeida Ulyssiponense, pseudónimo do padre João de Vasconcelos, jesuita, reitor nos colégios de Braga, Santarem Porto e Coimbra, cap. V, VI, VII. — *El Principe Encubierto, Manifestado em Qvatro discursos politicos exclamadus Al Rey Don Phelippe IIII de Castilla por vn vassallo que lo fue suyo hasta las nuebe de la mañana del siempre memorable dia sabbado primero de Deciembre del año de 1640*. Escrivelas Lvcindo Lusitano, a fls. 2 e 22. — Na *Fala qve fez o P. Fr. Manoel da Crvs Mestre em S. Theologia, Deputado do S. Officio, & das Ordens Militares na segunda instancia, Vigario Geral da Ordem dos Pregadores da India, No acto solemne em que o conde João da Silva Tello, & Meneses Visorey & Capitão Geral do Estado da India, depois de ter aclamado, & jurado o serenissimo Rey & Senhor nosso Dom João, o IV, ivrou o Principe Dom Theodosio, seu primogenito, & herdeiro, aos 20 de outubro de 1641*, lê-se

em Ourique, por N. S. Jesus Christo, a D. Afonso Henriques, para explicar e justificar a legitimidade da realeza do

---

o seguinte: «Vio Deos, que era o tempo mais oportuno de desempenhar a palaura que nos Campos de Ourique nos tinha dado dandonos por penhor della os sinais de suas chagas, por armas, por divisa, por privilegio de amor, & de honra. Pos em nós os olhos de sua misericordia. Et in ipsa attenuata ego rescipiam & videbo». — «... Os successos de Portugal ainda que naturaes, considerado com tudo o modo, porque acontecerão, tem hum certo que de fataes. Bem mostrão isto tantas profecias, & tanto de ante mão pronunciadas, & principalmente as palavras de Jesus Christo nosso Redemptor referidas pelo primeiro Rey Dom Affonso em o seu juramento». (*Discursos que se presentaram na Cvria romana, porque se mostra que o Illustrissimo, & Reverendissimo Senhor Dom Miguel de Portugal Bispo de Lamego auia de ser recebido em aquella Corte, como Embaixador do Serenissimo Rey de Portugal D. João o IV, nosso senhor*, fl. 1). — O Dr. João Pinto Ribeiro, nas *Injustas Svcessoens dos Reys de Leão e de Castella e izenção de Portugal*, a fls. 25 e 26; mas aonde expõe o insigne patriota e letrado a sua doutrina com mais lagueza e precisão, é num outro opusculo, intitulado *Desengano ao Parecer enganoso que se deu a el-Rey da Castella D. Filippe IIII contra Portugal*, do qual traslado o seguinte curioso trecho: «Os homens sempre cegos e ignorantes em suas acções, em que os de mayor entendimento, & juizo andão sempre às apalpadellas, chegam a tanta presunção, que não conhecendo o que neste governo humano passa das telhas abaixo, querẽ não só escoadrinhar, mas ajuizar e penetrar, & se é licito fallar assi, cẽsurar os porques daquella divina, & incompreensivel providencia de Deus. Prometera aquelle señor dos exercitos verdadeyro dador, & dissipador dos Reynos, & dos Imperios, no Cãpo de Ourique, ao Santo Rey D. Affonso Enriques, a perpetuidade de seu Reyno nelle, & em seus descendentes: pondo sobre elles os olhos de sua misericordia, até a sexta decima geração. Esta diz que seria menoscabada, algũ tanto, mas que neste menoscabo a olharia cõ os olhos de sua misericordia. Mostrám os successos o comprimento desta promessa divina. Menoscabaram-se as felicidades desta Corôa cõ a occupação que della tiverão os Reys de Castella. Começão os homens a discursar; querẽ escodrinhar, & penetrar os altissimos juizes de Deus, em meter em poder dos Castelhanos este Reyno, por sua divina Magestade escolhido, ẽ que tinha estabelecido hũ imperio para si, para que seu nome fosse conhecido de gentes estranhas. Vião durar este castigo, & este monoscabo tantos annos, choravam, suspiravão, & entre suas perdidas esperanças, esperavão. Veyo aquelle sempre allegre, sempre feliz, & venturoso dia para a nação Portugueza. O primeiro de Dezembro de 1640. Choverão sobre nos as misericordias divinas. Ia aquelles, que no meyo de seus desgostos, & apertos de suas consolações, & miserias, não entendião os segredos daquella promessa do Senhor, cõ as luzes da liberdade vẽ, & entendẽ os escuros daquellas misteriosas palavras. Rendẽse agradecidos ao Pay das misericordias, & cõ as palavras do penitente David aclamão: Ut iustificeris in sermonibus tuis, & vincas cum iudicares. Agora, Senhor, entendemos o cuydado que de nos tendes, como cumpris vossa palavra» (a fl. 13). Mais adiante: «Guardou Deus a Casa de Bragança pera se cumprir nella a promessa feyta a D. Affonso Enriques (a fl. 34);

Sr. D. João IV, o milagroso triunfo do 1.º de dezembro e a perpetuidade do império lusitano. João Pinto Ribeiro, António de Sousa de Macedo, o padre António Vieira, e tantos outros de reconhecido engenho e carácter, numa grande sinceridade, responsabilizaram-se por tais alegações, prova de quanto estava arreigado no sentimento nacional, a tradição do milagre de Ourique. Era por assim dizer um ponto de fé indiscutível, universalmente aceite na pátria portuguesa, um dogma que ninguêm ousava desatender.

Talvez se deva numerar o sábio e revolucionário Luis António Verney, como o primeiro escritor da nossa terra que se animou a desreverenciar em escrita (1), o celebrado aparecimento de Christo a D. Afonso Henriques. Não teve imitadores imediatos. Antes pelo contrário. Em 1786, o padre António Pereira de Figueiredo, publicou os *Novos testemunhos da milagrosa apparição de Christo a El-Rei D. Affonso Henriques antes da batalha do Campo d'Ourique; e exemplos parallelos que nos induzem á pia crença de tão portentoso caso.* Dois anos depois, D. Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, dá à estampa os *Cuidados litterarios do Prelado de Beja em graça do seu bispado,* onde desinvolve cópia de argumentos para rebater as impugnações ao milagre. Nos *Erros Historico-chronologicos de Fr. Bernardo de Brito na Chronica de Cister, correctos em 1834, por Antonio d'Almeida* (2), dá o

---

e conclue: «Apareceu-lhe (a D. Affonso Henriques) o verdadeyro dador dos Reynos & de imperios, poslhe a coroa na cabeça quẽ a poderá tirar a seus descendentes? (a fl. 38). — O Dr. António de Sousa de Macedo tambêm põe a questão em termos idênticos: «Tienen los Reyes e Portugal el titulo que les há dado el mismo dios; (avra quien dude de su poder?) estando D. Alfonso Henriques en el Campo de Ourique para dar aquella famosa batalla a sinco reys Moros, y otros quinse Regulos, acompanados de gente innumerable, le hablo Christo senor nuestro crucificado, y cercado de Angeles con aquel milagro tan sabido, y dixo el venturoso principe..., etc.» (*Caramuel Convencido,* parte I, fl. 12 e tambêm a fl. 25). Veja-se do mesmo autor, *Lvsitania Liberata,* prœmium II, fl. 95, e *Qvarta Prophetia,* no Appendix, cap. II, fl. 754. — P.º António Vieira, *Historia do Futuro,* cap. VIII, § 122 e seg. *Carta Apologetica de 30 de abril de 1686,* proposição 5, a fl. 62, etc.

(1) «Esta apparição (de Christo) ao rei D. Affonso; a redoma de vidro cheia de oleo que veiu do céo a Clodoveo; e outras destas cousas, que se acham nas historias, são boas para divertir rapazes; e os criticos as conservam todas no mesmo armario em que guardam as pennas da phenix! (*Verdadeiro Methodo de Estudar*, tom. I, fl. 139, edição de 1746).

(2) Apud *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa,* tom. XII, parte I.

seu autor por falso o juramento manifestado pelo cisterciense, e mostra-se pouco propenso a admitir qualquer possibilidade de ingerência sôbrenatural (1), na vitória que os nossos maiores alcançaram sôbre o caudilho Ismar. Todavia, a *Memoria* do erudito académico, não me parece inquinada de mesquinharias sectárias; é um estudo largo e controvertível, como todos os dêste género de sciência, e tem direito a ser conhecido e ponderado, pelos cultivadores das questões históricas emaranhadas.

Alexandre Herculano nas *Notas* ao primeiro volume da sua *Historia de Portugal,* publicado em 1846, escreveu (2) que a fábula da aparição de Christo ao príncipe antes da batalha de Ourique, estriba-se no documento tão mal forjado de Fr. Berhardo de Brito. Na verdade, impende sôbre o imaginoso monge de Alcobaça, a grave responsabilidade de inculcar como autêntica (3), a escritura referida que copiou ou se atreveu a compôr, pondo em mais bela forma e com adornos o que já se havia escrito sôbre o assunto, porventura movido pelo intuito de animar a alma nacional, com uma evocação viva e impressionável das antigas glórias, naquela hora sombria e deprimidora de cativeiro, em que jazia abatidissima. Não aplaudo o processo; mas, nem todos o depreciariam no século XVI. Acoimar, porêm, o cronista de Cister, de urdir, em 1596, a lenda de Ourique, é êrro indefenso. No capítulo anterior já disse e documentei o bastante para esclarecer êste ponto.

As opiniões (4) adversas ao prodígio, emitidas pelo sábio autor da *Historia de Portugal,* e de maneira nem sempre

---

(1) «A batalha do Campo de Ourique não he menos celebre de que as de *Clavijo* e das *Navas de Tolosa* pela multidão de barbaros que nella concorrerão e pelo destroço que elles soffrerão. Agradeçamos a *Deos* o beneficio; e fiquemos neste acto de respeito á Divindade, sem a chamar a colloquios e prodigios, que não realção mais o seu poder e magestade». (*Loc. cit.,* fl. 75).

(2) »Discutir todas as fabulas, que se prendem á jornada de Ourique, fôra processo infinito. A da apparição de Christo ao principe antes da batalha estriba-se em um documento, tão mal forjado, que o menos instruido alumno de diplomatica o rejeitará como falso ao primeiro aspecto (o que facilmente poderá qualquer verificar no Archivo Nacional, onde hoje se acha). Parece, na verdade, impossivel que tão grosseira falsidade servisse de assumpto a discussões graves». (A fl. 486).

(3) *Chronica de Cister,* liv. III, cap. III.

(4) *Eu e o Clero. Considerações pacificas. Solemnia Verba 1.ª Solemnia Verba 2.ª* (Apud, *Opusculos,* tom. III, de fl. 3 a 184).

feliz, provocaram uma das mais rijas e acrimoniosas contendas (1) que se tem protraido entre escritores portugueses. Demais, era propício o momento para resvalar para o terreno agreste e ingratissimo das disputas político-religiosas, uma questão de crítica histórica, puramente scientifica, e que só poderia ventilar-se com fruto, por meio de estudo desafogado, sereno, sincero, sem outra mira alêm do culto da Verdade. Conservava-se por essa época, ainda muito esperta, a incendida polémica (2) doutrinal, travada entre os triunfadores que vingaram estabelecer o sistema representativo em a nossa terra, e os vencidos que a despeito dos mais rudes desfavores da sorte, não se desiludiam da possibilidade de revivificar o antigo regimen. A soberania da nação definida pelos liberais, opunham os absolutistas o direito divino, e em parte o fundamentavam nas promessas de Christo, feitas em Ourique, ao nosso primeiro rei (3). Os miguelistas tambêm utilisavam aqueles prometimentos (4), na defesa dos direitos

---

(1) No *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tom. II, a fl. 243 vem a indicação de todas as peças componentes dêste processo, pela ordem que sairam a público. Veja-se tambêm na *Revista Peninsular*, ano de 1856, vol. II, a fl. 60, 97 e 145, os artigos sob o título, *Contienda Historico-Politico-Religiosa*, por D. Sinibaldo de Mas.

(2) Na Biblioteca Nacional, na sala Barbosa Colen, encontra-se uma preciosa colecção de opúsculos, panfletos, versos, discursos, sermões e comédias, do tempo de 1820 e de D. Miguel, onde se versa êste assunto.

(3) «Em Portugal o Poder Regio Hereditario he de instituição divina, pois Jesus Christo na sua prodigiosa apparição a D. Affonso Henriques lhe fallou por estas palavras: He minha vontade estabelecer em ti, e em tua geração um Imperio para mim, para que o meu Nome seja levado a gentes estranhas... consequentemente da referida apparição e promessa ficaram sendo os Monarchas Portuguezes delegados Delle, para a propagação da Religião Christã honra maior com que podiam ser condecorados... tambem vemos verificada outra promessa então mesmo declarada por Jesus Christo na sua prodigiosa apparição a El-Rei D. Affonso Henriques, certificando-lhe que não se apartaria delle nem de seus successores a sua misericordia pois os escolhera para propagadores da sua Fé Assim se tem verificado em todos os tempos, e em nossos dias observamos que se tem realisado, protegendo Deos aos Reis de Portugal na invasão dos revoltosos de França, e em a que depois se seguiu dos revoltosos portugueses, herejes pedreiros livres como acabamos de presenciar». (*Refutação da Constituição dos Insurgentes*, a fl. 3).

(4) «Ah não he illusão da piedade christãa, he verdade que a promessa feita no Campo de Ourique tem hoje o mais cabal e decisivo complemento; e que o regresso deste amabilissimo Principe he a demonstração mais solenne daquelle milagroso acontecimento, e que mui bem nos declara e afiança que o Senhor está comnosco pela sua virtude e pela sua efficacissima protecção». (*Oração gratulatoria que na solemne*

do Sr. D. Miguel, lídimo português, à Corôa de Portugal, contra o estrangeiro (1), porque nessa conta tinham o Sr. D. Pedro e sua descendência; e mais os invocavam para condenar o espírito de tolerância (2) religiosa denunciado em vários artigos das diversas cartas constitucionais. Em tais circunstâncias, vir bolir, e com mão pezada, na arca santa da tradição de Ourique, investida no momento em paladio das aspirações de um partido político, descontente e irrequieto, era o mesmo de que arremessar um archote acêso para um

---

acção de graças que a melhoria dos habitantes da cidade de Coimbra endreçaram ao todo Poderoso por verem restituido a Portugal o Senhor D. Miguel I, o Desejado. Recitada em 11 de maio de 1828, por Fr. Fortunato de S. Boaventura. — Lê-se também nos últimos períodos do *Manifesto de Sua Magestade Fidelissima El-Rei Nosso Senhor o Senhor D. Miguel I,* datado no paço de Queluz, em 28 de março de 1832: «Finalmente a Nação toda está como um só homem prompta a defender-se; e assim como me prestou o seu juramento solemnissimo por meio dos seus Representantes nos Tres Estados do Reino, assim Eu tambem Hei de desempenhar aquelle, que lhe Prestei perante os mesmos Tres Estados; e a Promessa do Deos Todo Poderoso feita ao Santo Rei D. Affonso Henriques nos Campos de Ourique continuará a ser cumprida, salvando estes Reinos da impiedade e da anarchia» (a fl. 31).

(1) *Refutação do Monstruoso e revolucionario escripto impresso em Londres intitulado quem He o legitimo rei de Portugal. Questão portugueza submetida ao juizo dos homens imparciaes*, por José Agostinho de Macedo.

(2) No *Exame da Constituição de D. Pedro e dos direitos de D. Miguel dedicado aos fieis portuguezes,* combatendo os artigos 6 e 7, § 4 e 145, § 4, escreveu-se o seguinte: «Confessar-se-ha que estas maximas novas erectas em Leis do Estado, levam ao indifferentismo, fundão a segurança do indifferentismo e devem ser funestas ao Estado, e á Egreja, em um Povo, onde nunca se tolerou, ainda secretamente outro culto mais que o catholico... quem reconheceria fidelidade nesta Nação governada por taes reis; neste Povo Portuguez ... Povo Santo escolhido por Deos, e que nunca foi manchado ou infectado até hoje por algum erro, por alguma seita, por alguma heresia» (tradução do francês, por J. P. C. 3. F. a fl. 17. Acompanha êste curioso folheto uma estampa com o milagre de Ourique). — Na *Refutação Analitica da Constituição dos Insurgentes*, lê-se o seguinte: «Portugal foi elevado a um Reino condicionalmente a ser propagado por elle a Religião Christã. He este um facto tão indubitavel quanto tem sido verificadas as promessas então mesmo dirigidas pelo Divino Salvador ao primeiro Monarcha Portuguez, quando criou NElle a Monarchia Portugueza, e a perpetuou em seus Reaes Descendentes para o fim da dilatação da Religião Catholica. Logo pois que esta deixasse de ser dominante em Portugal, necessariamente cahiria o edificio do Reino, que condicionalmente á dilatação da Religião Catholica fôra estabelecido, por isso que não se concilia com aquelle destino ser dominante a heresia, nem ainda a tolerancia de qualquer culto contrario á Religião Catholica» (fl. 34).

*

lago de petróleo. O incêndio foi pavoroso, e sôbretudo vergonhoso. Ninguêm quiz saber da Verdade. Ninguêm a procurou, ninguêm a amou. Cuidaram todos de se iludir, para com mais eficácia lograrem iludir os adversos. As paixões sectárias, as vaidades ofendidas, as invejas inconfessáveis, deram lenha para a fogueira. E de todos os lados combate-se com trechos deformados, quando não inventados, com traduções ilegítimas, com razões puramente infantis ou com argumentos refinadamente velhacos e tolos; e adubado tudo por uma troca de palavrório descomposto e feio, que dá tristeza, ver escapar-se de penas com merecimentos e créditos para obras mais estimáveis.

Marca esta deplorável contenda uma das páginas mais pretas da nossa História literária do século XIX. Na imprensa e até no púlpito, na brochura mais cerimoniosa e no desbragado panfleto, degladiavam-se os antagonistas com um ódio tão acêso que ainda hoje queima, ao folhear se esses escritos!

Mas, quando a luta mais refervia, veiu um dos contendores (1) ponderar a Herculano que para desfazer por completo a fábula da aparição, deveria êle instruir quando, como, para que, e por quem fôra inventada. O autor da *Historia de Portugal,* escrevera em a nota XVI, do primeiro volume (2), como já apontei, que o prodígio se estribára no documento forjado por Brito em 1596; e, agora declara ao seu crítico, na *Solemnia Verba* (3) (1850), num tom decisivo senão dogmático, que «o primeiro testemunho sobre a existencia da tradicção relativa ao milagre de Ourique, preciso, incontroverso, é o de Vasco Fernandes de Lucena em 1485; tudo o mais são chronicas que *se perderam,* vestigios que *se apagaram,* obras que *ninguem conhece*». A despeito destas palavras clarissimas, seis anos depois, publica Herculano no primeiro fasciculo do *Portvgaliae Monvmenta* (4), o traslado de uma espécie de crónica — e esta não se perdeu segundo se vê — compreendida no códice 79 da Biblioteca Pública do Porto, redigida em 1451, isto é trinta e quatro anos antes da exibição oratória de Fernandes de Lucena, onde já vem mencionado o aparecimento de Nosso Senhor Jesus Cristo a D. Afonso Henriques!

---

(1) Antonio Lucio Maggessi Tavares.
(2) A fl. 486
(3) Apud, *Opusculos*, tom. III, fl. 165.
(4) Já transcrevi êste texto a fl. 344 do capítulo anterior.

Partindo de semelhante fundamento, cuja insubsistência o ilustre escritor se encarregou de documentar, a resposta aos outros quesitos, «como e para que» fôra urdida a lenda, derivou num romance tão emaranhado e inverosimil, que me convenço de que Fr. Bernardo de Brito, no céu, no purgatório, no inferno, ou onde quer que a sua alma paire, se porventura, lhe chegou o rumor do devaneio do grande artista das *Lendas e Narrativas,* com certeza se arrepelou de ciume, ao reconhecer que na celeberrima questão de Ourique, houve quem o excedesse em fantasia. Na verdade, não está à altura das responsabilidades do iluminado investigador e eminente crítico que produziu êsse imorredoiro tomo IV da *Historia de Portugal,* uma das mais preciosas joias da historiagrafia europeia, de qualquer tempo, vir apresentar como hipótese (1) viável que fôra inventada a lenda de Ourique, por árdil político, maquinado pelo Príncipe Perfeito e pelo seu embaixador, o castelhano Vasco Fernandes de Lucena, com a mira de persuadirem o pontífice Inocêncio VIII, de que el-rei de Portugal «tinha algum titulo melhor que as bullas de Lucio II e de Alexandre III ácerca da independencia do reino», porque era nada menos do que «a vontade de Deus milagrosamente manifestada». Parece que esta grave insinuação dirigida ao Papa, obedecia ao empenho de responder, indirectamente, a certa bula que o antecessor de Inocêncio, Sixto IV, enviára a D. João II, repreendendo-o por quebrar os privilégios do clero e recordando-lhe «que tinha a dignidade real por dadiva da sé apostolica e de que era seu tributario».

Não foi feliz o eminente historiador no indagar das origens (2) da pia lenda. Na sequência dos seus estudos, viria a reconhecer naturalmente, a leveza com que procedeu no assunto, e quanto é perigoso afoitar-se a afirmações de feitio dogmático em matéria de crítica, sôbretudo quando respeita a épocas mal iluminadas por deficiência de segura ou conhecida documentação. Herculano enamorou-se pela História, no momento em que se reagia com maior vigor e intensidade, aqui e em toda a parte, contra os «crendeiros e falsarios» que conspurcaram as crónicas por exuberância de imaginativa ou por ingénuos cálculos de sectarismo político ou religioso. Os escrupulosos processos de depuração das fontes históricas, empregados com tanto proveito pelos maurienses,

---

(1) *Solemnia Verba,* apud, *Opusculos,* tom. III, fl. 164 e seguintes.
(2) Idem — *Ibidem.*

tinham-se generalisado, e se a Espanha visinha se gloriava com o jesuita Masdeu (1), nós justamente nos ufanamos com Santa Rosa de Viterbo, Fr. Joaquim de Santo Agostinho e com o severo João Pedro Ribeiro, chefe de facto e de direito da escola diplomática em Portugal. O culto do diploma tortou-se absorvente para estes mestres ilustres, e porventura os distraiu, de cuidarem com maior carinho de outros mananciais, donde também se podem colher verdades para a História. Tradições que não se apoiassem em sólidos monumentos, tratavam-se com enorme despreso, e desisteressavam-se de analisar sequer o significado que representariam no exame da psicologia da raça que as propagou. Veiu dêste critério um pendor tanta vez exagerado para a negação (2), comprometendo, não raro e nada menos do que a credulidade, o apuramento das questões históricas.

Educou-se neste regimen Alexandre Herculano; porêm, a sua índole de casmurro e irrascivel, arrastou-o algumas vezes para radicalismos inconciliáveis com a serenidade fria, indispensável ao historiagrafo. Talvez, sem dar por isso, ajacobinou a escola crítica, abateu-lhe aquela magestade dura, mas solenissima que os seus austeros pontífices lhe imprimiram. E não foi caso único fazer da História púlpito em vez de tribunal. Então o juiz transformava-se em advogado caloroso, apaixonado e até rabula, como apurará quem se der ao trabalho de percorrer a sua grande obra, com olhos de ver e espírito de sincera imparcialidade, sem se deixar ofuscar pela fulguração sempre viva do seu talento deslumbrador, nem influir por azedume disperto por divergências doutrinais. A muitos

---

(1) Juan Francisco Masdeu, da Companhia de Jesus, nasceu em 1744 e faleceu em 1817. A sua obra mais notável é a *Historia Critica de España*. «Es esta obra, diz um critico competente — de immenso trabajo y de valor historico, en muchos puntos relevante, hay dos manchas que la obscureceu: la primera es il haberse dejado llevar de tal manera del afan de negacion y de la duda á veces arbitrarias, que facilmente puede conducir al escepticismo historico...».

(2) Alexandre Herculano analisa assim a obra de João Pedro Ribeiro: «Ribeiro foi como o chefe e guia da escola diplomatica; e convencido por diuturna experiencia, de que nos nossos archivos não faltam documentos forjados, mostrou-se por vezes severo de mais, rejeitando como fabulosos muitos, que nada tinham contra si senão o oppôrem-se a opiniões historicas geralmente recebidas. Aquelle sabio era essencialmente o homem da reacção contra os crendeiros e falsarios, e como todos os homens de reacção exaggerou um tanto a critica». (*Historia de Portugal*, tom. I, fl. 490).

escandalizou o sábio autor da *Historia de Portugal*, pelo prazer ingénuo que não cuidava de rebuçar, sempre que se persuadia de haver pulverisado qualquer das tradições mais enraizadas na alma nacional; e nos processos que sôbre elas instruiu, sentia-se mais afan na cata de provas negativas, do que na procura da Verdade, sem intenção, estou convencido, e apenas impelido por correntes da moda, que naquela hora de renovamento de métodos para os estudos históricos, se afirmava na investida implacável contra todos os elementos de informe, não derivados imediatamente da análise dos diplomas. Semelhante labor, aliás muito valioso, não basta para julgar da vida dos povos, em toda a sua complexidade; e, tanto assim compreendeu Herculano que tratou tradições, como por exemplo a da célebre façanha de Egas Moniz (1), com um critério muito diverso do que aplicou a outras, porventura menos gratas ao chamado espírito liberal.

Ora na questão de Ourique dispendeu o insigne mestre um tempo precioso, esforçando-se por demonstrar a falsidade do milagre, e permitindo-se zurzir, numa ira mal empregada, uns poucos de clérigos malcreados que lhe manifestaram em frases feias e até crueis, opiniões contrárias à sua, sôbre o momentoso assunto.

Isto de esgravatar em prodígios, é sempre tarefa ingrata para o historiador. Por mais evidente que seja a preterição (2) das leis naturais, o racionalista considera-a apenas como um fenómeno curioso que a sciência ainda não alcançou explicar. Podem, em momento feliz, os cegos recuperar a vista, os mudos a voz, os paralíticos os movimentos, e até os mortos voltarem à vida, e, ainda assim, diante de tão peregrinas maravilhas, o livre pensador — salvo algum toque da graça, como diriam os teólogos — ateima em não reconhecer nelas outra causa que não signifique qualquer desconhecida moda-

---

(1) «Se esta poetica tradição é uma fabula, ella servirá ao menos para provar quão elevadas idéas da grandesa moral do homem tinha, no meio dos seus vicios, a geração que a inventou e fez viver á sombra do amor popular; e quanta energia e generosidade cubria o manto de crimes e dissoluções em que achâmos involta a idade media. É que esses costumes, indubitavelmente máus, eram procedidos unicamente da bruteza e atrazamento. A corrupção, que segue a decadencia das sociedades depois d'estremada cultura, não acompanha os annaes dellas com estas lendas, só proprias da viçosa mocidade dos povos». (*Historia de Portugal*, tom. I, fl. 288).

(2) «Miraculum est, quod fit præter ordinem totius naturæ creatæ». (Santo Thomaz de Aquino, *Summa Theologiæ*, I. Qu. C. X. Art. 4).

lidade da matéria. Discutir pois o sobrenatural (1) com semelhantes filósofos é malbaratar o precioso capital chamado tempo.

Para os crentes não há restricções possiveis à Onipotência de Deus (2). Ele modifica, altera, transforma, a ordem dita natural que estabeleceu, por insondáveis motivos que a inteligência humana não dispõe de competência para compreender; e assim, parece-me grave pecado de soberba, alêm de ridículo desatino, estatuir bases para a realização dos milagres, porque não cabe no possível que a limitada sciência da criatura, vingue regulamentar a acção da sabedoria infinita do Criador.

Constituem matéria de fé para os cristãos, os milagres de que rezam o *Velho Testamento* e os *Evangelhos;* e bem como a estes, aprouve à Providência Divina produzir muitos outros, em condições de clara evidência, facultando para a História, a prova do testemunho de quantos os presenciaram. Mas, nem sempre se deram em público e raso os factos sobrenaturais; geralmente a visão, a visita de Jesus ou da Virgem ou dos Santos, a alguma alma escolhida, conforme se depreende do trato com os agiológios, realizava-se em condições de maior mistério, não raro tamanho que apenas o miraculado se apercebia da excepcionalissima graça que lhe era dispensada. Em termos assim, se efectuaria o aparecimento de Cristo, a D. Afonso Henriques, no Campo de Ourique.

O príncipe estava só, conforme referem os cronistas, «tão desacompanhado de gente como acompanhado de esperanças» quando lhe apareceu o Salvador, pois o solitário o advertira de que saisse «fora do Real (3) sem nenhũs criados». Em tais circunstâncias, nenhum outro senão o vidente poderia dar testemunho do prodígio. Naquela hora solene e silen-

---

(1) «O milagre é um phenomeno, um effeito, que se manifesta no mundo visivel que não tem causa adquada nas forças existentes da natureza; elle indica por consequencia uma força sobrenatural, um poder superior que o produziu; pois é prova incontestavel da soberania de Deus sobre a natureza». (*Apologia do Christianismo,* por Francisco Hettinger, tom. II, fl. 127).

(2) «Potuisset enim et alium ordinem rerum instituere, unde et potest praeter hunc ordinem institutum agere, agendo effectus secundarum causarum sine ipsis, vel producendo effectus, ad causae non extendunt». (Santo Thomaz, *loc. cit.,* I. Qu. C. V. Art. 6).

(3) Real significa arraial em que está o rei, ou o general, ou a bandeira e estandarte real. (Vide *Elucidario*).

ciosa, ao espirar da noite calma de estio, quando a modorra dominava todo o acampamento dos nazarenos, só o bemaventurado Afonso teria contemplado e ouvido a Magestade Divina. Embora o príncipe revelasse a visão — também isso não é seguro, e todavia é possível e aceitável — o valor do depoimento do próprio interessado, seja êle rei onipotente ou monge obscuro, jámais oferece garantia absoluta de certeza, sôbretudo quando se trata de factos desta ordem, em que não é difícil, tomar-se uma ilusão, aliás sincerissima, criada numa crise de maior sentimentalidade mística, pela realidade.

E depois do que deixo expôsto, será temeridade impôr o milagre de Ourique como um dogma? É. Mas, não considero menor ousadia apodá-lo de fábula grosseira. Porque se não há provas positivas para o constatar, também não as encontro para o regeitar, claro está, quem aceite a possibilidade da intervenção da Providência nos negócios humanos, sôbretudo quando seja rogada (1) com fé pura e ardente. Ora naquela agitada época, em toda a Europa cristã se exorava, num grande fervor, o auxílio de Deus para os que pelejavam pela Fé de Cristo defendendo a civilização encaminhada e protegida pela Igreja, contra o terrível perigo mahometano. A guerra santa — está redito — partira da iniciativa dos romanos pontífices, e era havida como meio de santificação para os que a exercessem com bom espírito, pelos mais eminentes teólogos e moralistas ortodoxos (2). Na quadra em que a sentimentalidade religiosa intimamente se aliançou com o ânimo guerreiro, e na consciência dos povos existia uma grande e justa confiança na interferência providencial, não destôa o aparecimento do Senhor Deus dos Exércitos, ao príncipe cristão que a Êle recorrera em momento de temeroso risco para a Cruz. Insistir pois em afirmar ou negar um facto maravilhoso, sôbre o qual em tempo algum se poderia desencantar uma prova decisiva, é infantilidade. Os casos desta natureza hão de eternamente ser apreciados mais

---

(1) Pondera Santo Thomaz: «As orações quando são escutadas, não tendem a alterar o eterno plano de Deus, mas são attendidas por serem um momento que tem cabimento nesse mesmo plano. Segue-se d'aqui que a força de oração póde alterar o effeito de uma certa lei natural subordinada, pela intervenção no poder divino que rege todas as forças da natureza». (*Summa Catholicæ fidei contra gentiles*, III. 96).

(2) Vide cap. VIII, *O espirito das cruzadas*. A nota 6, a fl. 177 é importante.

pelo sentimento do que pela sciência. Contudo, grave êrro cometerá, quem se proponha a estudar a História das sociedades humanas, e ao deparar com alguma destas famosas lendas que durante longos séculos mereceu a crença e a veneração de uma nacionalidade, desate a achincalhá-la, a impropriá-la, em vez de se dispôr ao trabalho sério, útil e necessário, de inquerir sôbre o quilate da influência por ela exercida, na civilização do povo que lhe prestou crédito.

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manoel de Vilhena.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

O que todo o policlinico deve saber de Oftalmologia, por Costa Santos. Porto, Tip. da «Enciclopedia Portuguesa».

Sanguineas, por Eduardo Moreira. Lisboa, 1918.

Um caso de empiema pulsatil no Hospital Real de Todos os Santos, por Costa Santos. Porto, Tip. da «Enciclopedia Portuguesa», 1918.

Breviario Naturologico, Vol. I, por Arthur de Vasconcelos.

Os baldios podem ser reduzidos a propriedade particular pela prescrição, por Orlando Marçal. Vila Nova de Foscôa, 1918.

Estatistica Comercial — Comercio e Navegação — Ano de 1915. Lisboa, Imp. Nacional, 1918.

El Codigo Civil de 1916, pelo Dr. Alejandro Pietri. Litografia del Comercio. Caracas, 1916.

A Epidemia Reinante e a febre papataei, por Americo Pires de Lima. — *Dados laboratoriais sobre a epidemia reinante*, por Carlos Ramalhão. — *Phlebotomus Portugueses*, por Carlos França. Porto, Tip. a Vapor, 1918.

Republica Portuguesa — Estatistica Demografica e Industrial. Lisboa, Imp. Nacional, 1918.

Anuario da Casa Pia de Lisboa — Ano economico de 1916–1917. Lisboa, Tip. «Casa Portuguesa», 1917.

Instituto Medico-Pedagogico da Casa Pia de Lisboa — Woundred of the war at the Institute of S.ta Izabel. Lisboa, Imp. «Libanio da Silva», 1918.

Antiga Egreja ou Ermida do Corpo de Deus em Coimbra — Notas varias, por Francisco Augusto Martins de Carvalho. Coimbra, Tip. França Amado, 1918.

Anuario da Faculdade de Sciencias da Universidade do Porto — Anos lectivos de 1914–1915 a 1917–1918. Porto, Tip. da «Enciclopedia Portuguesa», 1918.

Relatorio da Gerencia do Instituto Historico do Minho, no ano social de 1916–1917, por Julio de Lemos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1918.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



VOLUME 65.º
N.º 10

1918
Outubro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

Falta o N.º 9

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário

INDEX

Curiosidades históricas e artísticas, por Sousa Viterbo 469
Simpatia, por Luiz Leitão 489
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. Thomaz de Almeida Manuel de Vilhena 496
Dois inéditos acêrca das ilhas do Faial, Pico, Flôres e Côrvo, por António Ferreira de Serpa 503

CURIOSIDADES HISTÓRICAS E ARTÍSTICAS

I

Arqueologia da moda

Não é só de hoje que Paris exerce a ditadura da moda: dura de há séculos o seu predomínio. Quem sabe se a tradicional fôlha de parra, com que Adão e Eva cobriram a sua nudez, à saída do Eden, não lhes seria enviada por algum prehistórico *Magasin du Louvre?*

Não admira que a côrte de França, uma das mais cultas e cavalheirosas, tivesse sempre grande influência nas outras côrtes europeias. Em Portugal, a civilização francesa reflete-se exuberantemente na primeira dinastia. Afonso Henriques era filho de um francês; Afonso III viveu longo tempo em França e ali casou; D. Dinis teve um preceptor daquela nação e deliciava-se no íntimo convívio dos trovadores provençais.

Na dinastia de Aviz, a influência é mais inglesa, por causa do casamento de D. João I. No entanto, pouco depois, D. Afonso V vai a França pedir socôrro a Luis XI, e ali móe a sua paciência e vê murchar, durante longo espaço, as suas esperanças.

Nos reinados de D. Manuel e D. João III, as modas francesas consumiam em grande parte as riquezas adquiridas no Oriente à ponta da espada.

Na dinastia de Bragança, a aliança das duas côrtes, a datar de 1640, foi bastante estreita. No tempo do marquês de Pombal, o nosso ministro em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho, não recebia senão finezas do duque de Choiseul.

Por essa época, os artistas parisienses recebiam repetidas encomendas para a côrte de D. José. M. Bonques reproduzia as figuras da comédia e da dança dos teatros franceses para servirem de modêlo nos régios teatros de Lisboa. Germain, o celebrado ourives, executava as baixelas da nossa casa real.

O nosso embaixador em Paris gastava freqùentemente os seus ócios diplomáticos nas casas das modistas mais afamadas para satisfazer as exigências da rainha.

Em julho de 1764, remetia êle para Lisboa, pelo navio *Emmanuel,* que partia do Havre, três caixas contendo bonecas para a esposa de D. José I. Não se pense todavia que a rainha, *Nossa Senhora,* era tão infantil que ainda se entretivesse com brinquedos de crianças. As bonecas eram manequins com os modêlos dos trajos. Se a leitora tem interesse de saber como se vestia a côrte no século XVIII, leia o seguinte documento, que sái pela primeira vez a público e que se encontra na correspondência do nosso embaixador (1).

Vai copiado o mais fielmente possível:

«Etat des cinq Poupés addressés à son Excellence Monsieur Dom Louis Dacunha Ministre et Secretaire d'Etat de Sa Mageste très fidéle au departement des Affaires étrangères et de la guerre à Lisbonne.

N.º 1

«Une poupé habillé en grand habit de cour pour le jour de la S. Louis ou autre grande fête de l'année, etoffe suivant la saison, on appelle cette façon d'habit en grand corps de cour tels que les portent Madame la Dauphine et Mesdames.

N.º 2

«Une ditte habillé en grand habit avec Mantille etant plus negligé pour paroitre à la cour tous les jours ordinaires.

«Un déshabillé pour cette même Poupé, nommé Chateau-renault, qui sert pour la commodité de Madame la Dauphine et de Mesdames lorsqu'elles entrent dans leur apartement; on leur ôte leur Paniers et Juppe de Cour, on met la place le Chateau-renault, en concervant le corcet de cour et la Mantille, on ajoute un Mantelet noir, et pour lors elles ont l'aire d'estre en robe de chambre, ce Deshabillé est commode pour Mesdames afin d'estre plustôt habillés, lorsqu'elles sont obligés de retourner chez le Roy ou chez la Reine.

---

(1) Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Correspondência da embaixada de Paris, anno de 1764.

N.º 3

«Une poupé habillé en habit de chasse comme Mesdames quand elles y vont à cheval en Amezones.

N.º 4

«Une poupé habillé comme Madame la Dauphine en habit de chasse tant pour la couleure que pour la façon lorsqu'elle suit le Roy à la chasse dans son carosse; cet habit se nomme Houplante gros bleu de Roy.

N.º 5

«Un poupé habillé (en robe de chambre sur panier) comme pour les voyages de Marly, fontaine bleau, dans la Pariere, pour aller aux sallons.»

Seguem-se depois indicações sôbre a maneira como os manequins vem distribuidos pelas três caixas.

Talvez pareça menos digno do alto ofício de um embaixador o descer a estas bagatelas, satisfazendo os caprichos de uma rainha.

Mas que é a diplomacia senão um jogo de bonifrates? Cada qual puxa, como pode, os cordões aos seus bonecos.

29 de outubro de 1882.

II

Presente Diamantino (1)

Assim se pode qualificar o presente que el-rei D. João, o príncipe piedoso, mandou ao papa Júlio III. O monarca português, reconhecido aos serviços que a côrte de Roma lhe prestára no negócio da Inquisição, não só quiz dar um público testimunho da sua gratidão, mas patentear ao mesmo tempo a sua grandeza.

Quem tinha por tributária a Índia, quem dominava em parte da América, quem era senhor da Mina e de tantos outros pontos da Costa de África, quem tinha o exclusivo

---

(1) Os documentos sôbre que baseamos esta narrativa encontram-se no *Corpo Diplomatico Portuguez*, tomo VII, pág. 51 e seguintes.

do comércio das especiarias e do cravo, não podia mandar ao chefe da cristandade um presente inferior a tanta grandeza e poderio.

Os exemplos de casa incitavam-no, alêm disso, e não ser mesquinho. D. Manuel, para celebrar a descoberta da Índia, enviára a Leão X uma embaixada, que fez o assombro da Europa. O elefante, simbolisando a Asia, prostrára-se reverente perante o *sacerdos magnus* e aspergira de águas cheirosas o povo de Roma. Tristão da Cunha, o chefe da embaixada, estendera aos pés do trono pontificio, como primícias do Oriente, objectos riquissimos, não só pela matéria intrinseca, como pelo seu valor artístico.

D. João III não ostentou tanto aparato mas não foi menos dadivoso. Limitou-se em enviar um diamante, e se o fulgor dessa pedra não eclipsou o fausto de D. Manuel, tornou pelo menos radiante o olhar do sucessor de S. Pedro. Nem só as Margaridas do Fausto se deixam fascinar na scintilação das joias.

Na carta que D. João III enviou por essa ocasião ao seu embaixador em Roma, escrevia-lhe o seguinte:

«Pela grande vontade que o santo padre mostra para todas minhas cousas, me pareceu que tinha obrigação de lhe fazer algum serviço e nenhum por agora me pareceu mais proprio nem de menos proposito que esse annel que vos entregará Luiz Affonso, correio-mór, o qual lhe apresentareis de minha parte, dizendo lhe que ainda que o serviço seja tão pequeno em respeito da vontade que tenho para lh'os fazer sempre muito grandes, todavia lhe peço muito por mercê que o receba como signal da mesma vontade que tão offerecida tenho a seu serviço, querendo-me haver a elle por tão obrigado, que não sómente desejo serem os serviços que lhe fizer muito grandes, mas ainda quizera que os signais de lho fazer foram maiores, mas a pressa e brevidade, com que eu quiz que elle isto soubesse de mim (havendo que tardava já) me desculpará ante elle, pedindo-lhe que, do que lhe digo queira antes, como é razão que seja, ter maior opinião que do que lhe mando».

Luis Afonso, o correio, chegou a Roma na tarde de 8 de agosto de 1551, conduzindo o anel e as cartas de el-rei datadas de 13 de julho. Afonso de Lencastre, comendador-mór de Cristo e embaixador de Portugal, foi logo na manhã seguinte, acompanhado do cardeal Santa Fiore, à residência pontifícia, mas o papa não os poude logo receber, porque

havia passado mal a noite e queria recuperar o perdido. À sesta realizou-se a audiência, estando o papa sôbre duas cadeiras, porque não se podia ter de pé.

O papa tomou o anel nas mãos e esteve-o analizando grande pedaço sem se fartar de o ver. Depois fez os mais levantados elogios de D. João III, considerando-o modêlo dos monarcas cristãos, pois ao passo que uns auxiliavam os turcos, êle não cessava de os combater e de propagar a fé cristã. Merifica virtude a do anel que assim fazia de Júlio III o mais entusiasta panegirista do nosso monarca!

O anel deu que falar em Roma e foi o assunto por muitos dias de todas as conversas, tanto na côrte como entre o povo. Segundo informaram ao embaixador, o diamante foi desencastoado e pesado e já havia uns mercadores que ofereciam por êle 70:000 escudos. Os lapidários romanos avaliaram-no quási todos em cem mil cruzados.

O papa considerou o presente como pessoal e não doação à egreja e deu-o a seu irmão para ficar em morgado. Não escrupulisou o sumo pontífice em deixar um testemunho desta sua resolução no Breve que em 13 de agosto enviou a D. João III. Nele declara que recebeu, com o mesmo profundo afecto e satisfação com que lhe fôra presenteado, *o diamante de rara grandeza e formosura,* e como perpétuo testemunho de amizade o ia conservar na sua casa e família.

Os cem mil cruzados do diamante parece ter sido o preço por que D. João comprou a bula da união dos mestrados de Cristo, S. Tiago e Aviz à corôa dêstes reinos. É o que parece deduzir-se da carta de agradecimento ao papa, de 17 de outubro de 1551. Ao camareiro secreto que trouxe a Bula deu el-rei de gratificação 200 mil reis de tença em sua vida. Era negócio importante, merecia corretagem proporcional.

Até agora a história tem guardado silêncio sôbre o diamante de D. João III, e, se não fôsse a publicação dos documentos diplomáticos, continuaria a permanecer na obscuridade. Qual terá sido o seu destino? Se dessemos crédito às avaliações talvez exageradas transmitidas ao nosso embaixador pelos bisbilhoteiros de Roma, o diamante seria digno de figurar a par do *Regente,* da *Montanha de Luz* do *Mogol,* do *Sancy* e de alguns outros de que rezam os anais das pedras preciosas.

E pelos quilates de um diamante se pesa a consciência dos papas e dos reis.

13 de abril de 1885.

III

PERSONAGENS DOS TEMPOS ANTIGOS

D. Orraca Pais, Abadessa de Odivelas

I

Alexandre Herculano, ao terminar o primeiro volume da *Historia de Portugal,* aponta-nos para o pálido e carcomido portal de Santa Cruz de Coimbra, dizendo que a religião da pátria nos impele a entrar para ir render o nosso preito de homenagem diante do formosissimo túmulo do heróico fundador da monarquia.

O túmulo de D. Diniz, no mosteiro que êle edificou, não merece por ventura menor veneração. Entre Santa Cruz e Odivelas há uma enorme diferença, tanto pelo lado artístico como pelo lado moral, mas os caracteres dos seus fundadores tem pontos de vista comuns e condições que se impõem naturalmente à nossa consideração e respeito. Santa Cruz foi sempre um fóco notável de sciência; Odivelas foi quási sempre um fóco de prazeres, prazeres que a cláusura, longe de abafar, parece que incitava. Afonso Henriques, uma das figuras proeminentes da Idade-Média, foi um batalhador infatigável, um guerreiro, a cujas altas qualidades os seus adversários eram os primeiros a fazer justiça. Não era só na algara impetuosa ou na escalada nocturna e imprevista que o seu braço de ferro era terrível. O seu valor era igualmente indomável ou nos plainos, a peito descoberto, onde se feriam as rígidas batalhas, ou nos muros das fortalezas que êle defendia com toda a tenacidade. O cêrco de Santarêm, sustentado, em 1184, contra o pederosissimo exército de Abou-Yacoub, um dos mais notáveis guerreiros do Islam, é uma página brilhantissima da sua vida de incessantes combates (1).

D. Diniz não é o guerreiro da estatura herculea de D. Afonso

---

(1) Sôbre êste facto importante, veja-se alêm da *Historia de Portugal,* de Alexandre Herculano, o valioso estudo de R. Dozy — *L'expédition du Calife Almohade Abou-Yacoub contre le Portugal,* no tomo 2.º da sua obra — *Recherches sur l'Histoire et la littérature de l'Espagne pendant le moyen-âge.*

Henriques; as armas do vencedor de Ourique talvez lhe oprimissem o arcabouço, mas não se pense todavia que êle é um efeminado, que mais sabe dedilhar a lira que brandir a espada. A sua cabeça está cercada de um nimbo poético, mas a sua bôca, afeita a recitar trovas nos serões da côrte, soltou também muita vez o hino de guerra não só nas pugnas intestinas, mas nas lides contra o estrangeiro. É no seu reinado que o Portugal continental traça definitivamente as suas fronteiras. É êle que aumenta a área do país com uma longa facha de terra na província da Beira, facha de terra, que êle trata de amuralhar e fortificar. É na torre grande de um desses castelos fronteiriços, o de Sabugal, que se lia e não sabemos ainda se se lê, na sua inscrição comemorativa, que D. Diniz *acabou tudo o que quis, que quem dinheiro tiver fará tudo o que quiser* (1). Hábil, político, mais político ainda que guerreiro, não se imagine contudo que a figura belicosa dêste monarca se cifra no perfil galante do louro pagensito de 7 anos, que vai entregar, com o sorriso da infância, o feudo de 50 lanças a seu avô o rei de Castela.

Quando, porêm, o nome de D. Diniz se não achasse inscrito e iluminado no Livro de Ouro das nossas proesas de soldado, não deixaria a sua memória, por muitos motivos, de nos ser grata e altamente simpática. Se não simbolisa o culto da fôrça, apesar da lenda dizer que êle realizou sempre os seus desejos, simbolisa o culto do belo, o culto do saber, o culto do útil. É no seu tempo que a poesia portuguesa toma azas e se lantejoula do prisma sentimental dos trovadores. É no seu tempo que a língua vulgar, como larva que se transforma e deixa o casulo do latim bárbaro, começa a aparecer nos documentos oficiais, preparando-se para ser, não muito longe, a prosa pitoresca de Fernão Lopes. É no seu tempo que se funda a Universidade, essa fonte da sciência, onde a mocidade de todos os tempos tem ido dessedentar a ância do desconhecido. Pode-se dizer — sem que por ventura pareça lisonja — que os raios da sua corôa são os raios mais fulgurantes da aurora da civilização portuguesa.

Há, portanto, como veem, motivos de sobra para que vamos prestar o nosso tributo de homenagem às cinzas do rei poeta, e que, sendo poeta, não se esqueceu de proteger e beneficiar a lavoura. Hoje Odivelas é apenas uma sombra

---

(1) *Monarchia Lusitana,* P. V., liv. XVII, cap. XXI.

da opulência antiga e a imensidão das suas solitárias casarias, pobres de adornos arquitetónicos, não nos dá sequer um reflexo do esplendor passado. As convulsões da natureza, ajudadas ainda pelo génio vandálico do homem, destruiram todos os encantos da primitiva construção ogival, e apenas restam de pé a capela mór e as adjacentes laterais. O túmulo real, sôbre cuja campa jazia o vulto de D. Diniz, está mutilado igualmente, mas ainda é digno de todo o apreço e respeito, como relíquia histórica e como relíquia da arte.

Cintra é o atractivo obrigado, quási exclusivo, do forasteiro que visita Lisboa, e no entanto há outros arredores, cujo pitoresco não merecia ser lançado inteiramente ao despreso. O *val das flôres,* em que está situado o convento de Odivelas, visto do alto de qualquer dos outeiros que o contornam, é encantador e mostra bem que D. Diniz, que o escolheu para tão real fundação, tinha uma alma essencialmente poética.

O século XVIII envolveu Odivelas numa nuvem de reputação duvidosa, reputação, que, longe de se desfazer, tende a aumentar, assombreando e obscurecendo todas as piedosas tradições antigas. Bem se vê que pertencemos a uma geração em que o realismo espancou para sempre, da imaginação humana, as visualidades ascéticas de Santa Tereza de Jesus. Ao entrar em Odivelas, desejamos respirar os aromas do harem de preferência às nuvens de incenso de uma crita. Quem nos vem receber à portaria abandonada não é a sombra de D. Diniz, é a sombra de D. João V, cujas aventuras galantes parece que ainda fazem ruído nos extensos e desertos corredores. Debalde procuraram desguarnecer a céla mundana de D. Paula para que se perdesse o testemunho insuspeito dos idílios reais que profanaram o convento: a tradição está tão arreigada e a curiosidade do escandalo é tão pertinaz, que a primeira cousa que o visitante procura saber é onde era o recinto, que a voluptuosidade de D. João V convertera caprichosamente no seu ninho de delícias.

E quantos dos que censuram as fragilidades amorosas do rei faustoso não dariam a alma ao diabo para que o convento resuscitasse em todo o seu bulício, e para que o côro das que professaram recentemente, cheias de mocidade e formosura, os viesse surpreender na sua visita de crítica investigadora e lhes calassem na bôca, com beijos de santidade, os epigramas que êles estavam acerando contra a devassidão conventual!

21 de janeiro de 1889.

II

Não é o túmulo de D. Diniz a única relíquia histórica e artística, que pode provocar a nossa curiosidade a dar um passeio agradável e a fazer uma romagem arqueológica a Odivelas. Outra sepultura interessantissima é a que está na capela de S. Pedro e que se pode considerar objecto singularissimo na iconografia portuguesa. Que ali jaz sepultada uma mulher nos primeiros alvores da sua mocidade, é inegável: dizem-no o vulto principal e as figuras acessórias. Quem ela seja, é um problema que nos parece ainda não satisfatoriamente resolvido, embora o Sr. Borges de Figueiredo pretenda ter demonstrado que o cadáver que ali se conserva não pode ser outro senão o de D. Maria Afonso, filha de D. Diniz. Nenhum epitáfio nos desvenda o segredo dessa existência misteriosa, vítima de um atentado brutal, representado nos grupos, que suportam a caixa mortuária. Os que falam do realismo na arte e imaginam que é uma invenção dos nossos dias, deviam ir analisar êste monumento original para se convencerem de que a arte antiga, nos períodos de mais afervorada crença, punha de parte os escrúpulos religiosos para retratar ao vivo os actos mais recatados da vida íntima. Dir-se-ia que Bocácio entrava na igreja e, transformando em cinzel a pena, esculpira no mármore algumas das páginas mais sensuais dos seus contos. O moimento da capela de S. Pedro era digno de figurar num museu reservado, como o de Nápoles, entre os objectos pornográficos arrancados das ruínas soterradas de alguma lasciva cidade do Lácio. No entanto tudo leva a crer que a intenção do artista, ou de quem lhe mandára executar a obra, não obedecia de modo nenhum a qualquer pensamento obsceno ou menos delicado, antes traduziria por certo a indignação e o pejo da castidade torpemente ofendida. Como quer que seja, nós, os profanos de hoje, apesar de educados na escola de Zola, não deixamos de notar o contraste e perguntamos admirados como é que num convento de freiras se acha assim exposta ao público, em toda a sua nudez e realidade, uma scena de similhante natureza, mais propensa a dispertar a concupiscência do que a rebater e moralisar o vício.

Muitas outras memórias sepulcrais se acham disseminadas pelo convento, sôbretudo na casa do Capítulo. O interessante livro há pouco publicado pelo Sr. Borges de Figueiredo poderá servir de guia inteligente e de indicador seguro. Entre

as numerosas campas que lageam aquela casa, sobresai uma, já pela sua antiguidade, já pelo seu valor artistico. É a que cobre os ossos de D. Orraca Pais, uma das primeiras abadessas do convento e que floresceu em vida de D. Diniz. É uma grande lápide de $2^{m},45$ de comprido por $1^{m},26$ de largo. Nela se acha entalhada a figura da monja, sustentando com a mão esquerda um livro — talvez a regra da ordem ou as constituìções do convento — e com a mão direita o báculo abacial. O trabalho de escultura é bastante apreciável e, se há incorrecções de desenho, apresenta todavia qualidades distintas. As roupagens, por exemplo, estão muito bem tratadas. Tanto quanto se pode ajuizar pelas linhas do traçado, D. Orraca devia ter sido mulher formosa e elegante. Nas quatro extremidades da lápide sobresai o epitáfio latino em caracteres góticos, que o Sr. Figueiredo traduz do seguinte modo:

Na era de 1378, no dia dezeseis de março falleceu a veneravel D. Orraca Paes, benemerita abbadessa do mosteiro de Odivellas; a qual abbadessa verdadeiramente como tal governou durante vinte e tres annos e sete mezes no dicto mosteiro, e jaz aqui sepultada. Descance em paz a sua alma. Assim seja.

Esta é a mais antiga inscrição sepulcral do mosteiro que até agora tem aparecido. Durante mais de quatrocentos anos se conservou intacta a lápide de D. Orraca Pais e a cova, em que ela jazia, mas uma e outra foram profanadas no século XVIII. Mais três abadessas se inhumaram no mesmo jazigo, gravando-se irreverentemente os seus epitáfios na mesma lápide, que assim ficou sendo manta de retalhos epigráficos. E até a própria D. Paula, sem ser abadessa, foi ali buscar a sua última guarida! Se a ossada de D. Orraca protestaria contra esta profanação, que oxalá fôsse a última!

A respeito da vida da antiga abadessa escreve o Sr. Borges de Figueiredo.

«Dos actos da vida de D. Orraca pouco se sabe; parece ter sido mulher virtuosa, e que procurou reformar os costumes do convento que regia. É isso que se colige do instrumento do ano de 1319, de que já ficam transcritas algumas passagens.

«As demais notícias, que temos de D. Orraca Pais, são-nos ministradas pelo seu epitáfio».

Não temos a pretensão de avolumar os traços biográficos

da ilustre abadessa, mas há um documento aceite e confirmado por ela, e que parece ter passado desapercebido ao Sr. Borges de Figueiredo, em que se nos deparam subsídios importantes para a história e modo de ser do convento de Odivelas durante o tempo, em que ela o abadeçou — *abatisavit,* segundo a frase do epitáfio (1).

Ao fundar o convento de Odivelas, D. Diniz dotou-o generosamente, mas não parou de o ir enriquecendo com novas dádivas e benefícios, que se traduziam em grande abundância de bens materiais, durante toda a sua vida e ainda por seu testamento. A 1 de outubro de 1318 (era de 1356) fez êle importantissima doação para se criarem mais cinco capelães (2). Os bens doados constavam de casas, herdamentos e possessões, que el-rei tinha no seu reguengo de Algez, com excepção de dous almargens, um em Pecinhas, outro no Cano, que eram para usufruto dos cavalos reais — *pera os meus cavallos e dos Rex, que depois mim forem em Portugal.*

Estes capelães eram extraordinários, não entrando na conta dos já existentes. Deviam proceder do mosteiro de Alcobaça, de cuja ordem eram as *donas* de Odivelas. As suas obrigações religiosas resumiam-se no seguinte: Cantar todos os dias cinco missas por alma do real instituidor e em lembrança das cinco chagas; rezar as horas canónicas; ao acabar das missas, pedir a todos aqueles que estivessem na igreja que rezassem um padre-nosso por alma de D. Afonso III, pai de D. Diniz, e por todas as pessoas reais, que viessem a jazer no convento. E, sôbre tudo isto, quando D. Diniz falecesse, e já estivesse na igreja o seu túmulo, virem, ao final das missas, aspergil o de água benta, fazendo comemoração especial.

D. Diniz bem conhecia quanto um frade moço poderia ser

---

(1) Em Alcobaça também se observa o emprego dêste verbo latino, no epitáfio um pouco posterior do abade Vicente Geraldes. Vide Fr. Fortunato de S. Boaventura — *Historia chronologica e critica da real abbadia de Alcobaça,* pág. 178.

(2) João Pedro Ribeiro publicou duas versões dêste documento; uma da chancelaria de D. Diniz; outra da chancelaria de D. João II. A primeira é datada da era de MCCCLVI; a outra tem a data errada de mil e trezentos e noventa e seis. Foi êrro do copista e João Pedro Ribeiro aponta-o para demonstrar que nem sempre houve fidelidade na transcrição dos documentos, que forão apresentados à confirmação de D. João II. Dá-se mais uma circunstância curiosa: é que o documento confirmado é mais desenvolvido em alguns pormenores. Veja-se a *Memoria para a historia das confirmações regias,* pág. 15 e documentos IX e X.

prejudicial para a santidade do viver freirático, e por isso, afastando os elementos perturbadores da sensibilidade feminina, determinou que os capelães fôssem todos homens bons e anciães, de boa vida e boa fama. Esta escrupulosa selecção não era por certo muito lisonjeira para a reputação dos filhos de S. Bernardo, mas era tranquilisadora para a consciência do rei e para a cabecinha das freiras menos propensas à devoção que à ternura. Um dêles seria escolhido chefe e maioral, dirigindo os restantes, corrigindo os e castigando-os, exercendo, finalmente, funções idênticas às do abade de Alcobaça. Não só trataria do espiritual, mas do prafano; alêm de olhar pelo exacto cumprimento das obrigações religiosas, velaria tambêm pela arrecadação e distribuição dos bens patrimoniais.

A velhice e a santidade dos frades não eram ainda assim suficiente carta de seguro. O demónio tem tais artes que é capaz de transformar, diante das fantasias alucinadas pelas paixões amorosas, o mais derreado Fausto no mais tentador Adonis. Neste caso todas as cautelas são poucas e as crónicas freiráticas contam casos extraordinários de arrepiar os cabelos. Por isso era vedado aos capelães — pobres velhos! — o entrar no convento, e nenhum dêles, o que era o extremo de rigor, poderia sustentar relações com as *donas* do mosteiro. Não hajam fala nem *afacimento* com elas, segundo o dizer da carta régia. Se algum dêles contraviesse esta determinação ou desobedecesse ao maioral, seria logo enviado para Alcobaça, não podendo mais regressar a Odivelas, sendo substituido imediatamente por outro, para que não sofressem quebra as obrigações religiosas.

Por certo que o leitor não desdenhará saber quais eram as benesses que os frades recebiam pela sua quotidiana tarefa de canto e reza. Ai! quanto amanuense de hoje em dia, sentindo correr nas veias o sangue da metempsicose fradesca, não trocára de boa mente a sua caneta burocrática pelo hissope, e a sua manga de alpaca pelo burel da cogula monacal! O peor era a tentação do convento e a abstinência do convívio freirático. Não se pense todavia que os capelães de Odivelas se deliciavam — os regalões! — com piteus delicados, a não ser que as freiras, condoídas da sua sorte, lhes adoçassem as bôcas estafadas do canto-chão com presentes da famosa e tradicional marmelada. Êles eram frades bernardos e nunca poderiam digerir, na sua robusta e sadia chilificação, a futil literatura culinária dos *menus* franceses. O que êles queriam era a mesa suculenta, aquela

tremenda que lhes fortificava as carnes para o martírio do latim canónico. Eis a ração que D. Diniz liberalmente lhes determinava: Teria cada um quatro pães por dia de 9 onças depois de cosido; um soldo para vinho; três arrateis de carne de carneiro ou de porco, pelo arratel mourisco de Lisboa, para todos, e aos domingos e quintas mais um arratel para assar; aos dias de pescado cinco soldos a todos para peixe, e um soldo por dia a cada um para adubos.

Não é pantagruélico, mas também não é a frugalidade eremítica.

Isto pelo que diz respeito às necessidades mais urgentes da vida, por quanto para vestir e calçar seria dado a cada um, todos os anos, pela Pascoa da Resurreição, vinte e duas libras em dinheiro. E ninguem ouse, observa a carta régia, tolher-lhes esta pensão, embora digam que êles poderiam obter por menos a sua *vestiaría* e *calçadura*. Os invejosos de todos os tempos!... Como era preciso calar-lhes a língua!

Não paravam aqui os regalos e comodidades dos cinco capelães. Teriam além disso, para os servir, dois homens e uma mulher, a qual lhes amassaria e coseria o pão e lhes lavaría a roupa. Aos homens caberiam quatro pães e à mulher três, mas de rolão, misturado da farinha destinada aos sacerdotes. Comeriam do que sobejasse dos frades e receberia cada qual um soldo para vinho. Ganhariam as soldadas ajustadas e haveriam uma besta para os carregos necessários.

Os cinco capelães viveriam no lugar de Odivelas, exclusivamente entregues às suas obrigações especiais, não podendo dedicar-se a outras funções sem expressa autorisação do seu superintendente. Pelo Natal e pelo S. João far-se-ia leitura do regimento ordenado por D. Diniz, para que os frades soubessem perfeitamente o que lhes era determinado e para que não alegassem ignorância em qualquer particularidade do serviço que lhes era cometido. Ao abade de Alcobaça competia o direito de visita e de examinar se tudo se executava pontualmente. Se alguem por qualquer modo faltasse aos seus deveres, o maioral preveniria o abade, e, emquanto não viesse quem substituisse o delinquente, nomearia outro provisoriamente para o seu lugar, para que não houvesse interrução nas cinco missas e nas outras cerimónias prescritas. As mesmas providências se adoptariam em casos extraordinários, que não fôssem de culpabilidade, como doença.

Se o maioral fiscalizava, era por sua vez fiscalizado também. Um regimen democrático dominava aquela peque-

nina sociedade eclesiástica. Pelo S. João era êle obrigado a dar contas de como administrára os bens a seu cargo e de como equilibrára a receita com a despesa. Se se verificasse que fôra máu orçamentólogo e máu procurador, procurando, como no epigrama bocagiano, de preferência para si, a abadessa e os quatro capelães restantes preveniriam logo o abade de Alcobaça e êste nomearia um dos outros para o substituir.

Estamos persuadidos que o tempo destruiu completamente esses relatórios financeiros, e é pena, porque talvez dariam algum ensinamento aos nossos estadistas, sôbretudo nesta época revolta, em que é tão difícil ser-se ministro da fazenda.

Eis aqui em extracto o teor do documento, pelo qual D. Diniz criou os cinco capelães extraordinários do seu querido mosteiro de Odivelas. Se a sua alma não voou direitinha para o çéo, não foi por falta de sufrágios e fundações religiosas. Êle foi pródigo com as despesas do canto-chão e da agua benta. Naquele tempo havia um grande receio pelo inferno, mas havia tambêm um atractivo pelo pecado. Tudo se equilibrava na balança de Deus. Alêm disso, o poder supremo não o poderia tornar responsável por haver criado um instituto ascético, que se havia de converter — e quem sabe se já nos seus dias! — ao lugar predilecto das mundanidades reais.

O leitor desculpar-nos-há se fomos um pouco minucioso no extracto que fizemos, mas a carta rêgia de 1 de outubro de 1318 é um quadro animado da sociedade do século XIV, e mostra-nos a intima correlação do viver da côrte e do viver conventual. Foi D. Orraca Pais, que em nome do convento, aceitou a doação, comprometendo-se, ela e suas sucessoras, a guardá-la e executá-la pontualmente em todas as suas disposições.

Leitor, se um dia fores a Odivelas, não deixes de visitar a sepultura de D. Orraca, e essa visita transportará a tua imaginação aos tempos em que os monges de Alcobaça vinham em roda do túmulo de D. Diniz aspergi-lo de água benta. Se o teu pensamento, porêm, rebelde ao ascetismo, buscar de preferência as memórias de D. Paula, a enfeitiçadora de D. João V, Deus te perdoe, que muito terá a perdoar-te em desconto de haveres lido até ao fim a nossa narrativa.

28 de janeiro de 1889.

IV

AS MARAVILHAS DE CINTRA

Monserrate, a Pena e o Palácio Real. Cintra e a Poesia

Ó Cintra! teus castêlos e palácios
De altas janelas, graves de lavores,
A inconstância de tudo patenteiam!
Oh! que eterno teatro de contrastes
Que és Cintra genial, Cintra saudosa!

J. Pinto Ribeiro, *Corôas Fluctuantes*.

Portugal abunda em sítios pitorescos, em paisagens alpestres e risonhas, mas Cintra gosa sôbre todos esses lugares uma indisputável primasia. Cintra reùne em si todas as modalidades bucólicas da natureza: uma infinda variedade de panoramas se desenrola nos seus montes de formas singulares, nas suas encostas vestidas de arvoredo, nos seus vales atapetados de verdura. A geologia caprichou em preparar os acidentes do solo para as suas mil alternadas perspectivas. O seu horizonte dilatado tem por moldura o mar, que ora se espreguiça indolente, dum azul diafano, como lago sagrado, onde se banhassem os deuses do paganismo; ora se mostra iroso e encapelado, como se fôsse das suas ondas revoltas que levantasse a cabeça desgrenhada o vulto épico do terrível Adamastor.

E não é só pelo lado campestre que Cintra nos encanta; é tambêm pelo lado histórico e pelo lado artístico. O palácio real, que tem ainda o quer que seja de fantasia arábica, está cheio de recordações e lendas, entre as quais há algumas, como as que se referem a D. Afonso VI, que são de bem triste memória. A Pena, transformada de convento em palácio feudal; Monserrate, residência verdadeiramente principesca; Penha Verde, retiro de um dos caracteres mais nobres da nossa história; Penha Longa, convertida numa granja luxuosa; os Capuchos, modêlo de rusticidade, são outros tantos sítios deliciosos, onde a natureza risonha, envolta no seu fino séndal de névoa, sacudiu o seu avental de flores, e onde o gigante dos séculos deixou impressa a sua pégada histórica.

Nos fins do século XVI, Cintra oferecia um carácter mais alpestre do que tem hoje. A civilização, invadindo e profanando os seus recessos, arrancou-lhe os últimos adornos da

sua formosura indígena. As suas serranias, guarnecidas hoje de *chalets* e de quintas elegantes, eram povoadas de caça grossa, que desapareceu completamente. Não nos é dado saber se o veado e o porco bravo seriam dignamente substituídos pelo rei da criação.

Em outubro de 1581, Filipe II, que viera a tomar conta dos novos domínios que comprára com as cédulas de Miguel de Moura, esteve em Cintra hospedado no Convento de Penha Longa, donde subiu a visitar o convento de Nossa Senhora da Penha, hoje propriedade da Sr.ª Condessa de Edla. A neblina não o deixou gosar a magnífica vista de mar que dali se disfruta. Merece ler-se a descrição que de um e de outro sitio faz Sua Magestade. Penha Longa impressionou-o agradavelmente, escusando-se de não dizer mais dela, *porque seria cosa larga,* e prometendo narrar de viva voz a suas filhas os atractivos que presenciára. Os frades não deixaram de mimosiar o monarca com festividades religiosas, e, comquanto êle se regalava com as missas e com os sermões, pesaroso talvez de não ter por sobremesa um auto de fé, seu sobrinho que o acompanhava, entretinha-se em divertimentos venatórios. Numa caçada matou êle um veado e diz que ouvira o bramir de muitos cervos (1). É música que já se não ouve nos matagais de Cintra. Felizmente que ainda há o gorgeio dos pássaros para nos compensar dêste selvagem côro de alimárias.

Apesar de todas as suas belezas, Cintra não tem sido convenientemente explorada pelos escriptores nacionais. Em 1838 o Visconde de Juromenha publicou uma interessante monografia daquela notável vila e seus arredores, mas desde então as modificações tem sido importantissimas e a obra do distinto investigador pode considerar-se anacrónica, sem que até agora houvesse ninguêm que ampliasse convenientemente a descrição de Cintra (2). Se êste diamante pertencesse à

---

(1) Mr. Gachard, *Lettres de Philippe II à ses filles les infantes Isabelle et Catherine écrites pendant son voyage en Portugal (1581–1583).* Paris, Librairie Plon, 1884, carta VIII, pag 115 e seg

(2) O livro do Visconde de Juromenha intitula-se *Cintra Pintoresca ou Memoria descriptiva de Cintra, Collares e seus arredores.* Lisboa, Tip. da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis, 1838, 8.º gr., 231 pag. É acompanhado dum Atlas contendo 7 estampas litografadas. A obra, em formato de 4.º e a duas colunas, principiára a imprimir-se em 1836, na Tip. Lisbonense. Possuimos a 1.ª fôlha da edição primitiva, que não foi por diante. A *Cintra Pintoresca* tinha-se tornado rara no

corôa de França ou à corôa de Inglaterra, como teria sido polido e engastado em publicações luxuosas, em que o lápis do artista competisse com a pena do escriptor! Para não citar mais exemplos, Fontainebleau e Windsor, quantas descrições opulentas não tem sabido inspirar à literatura francesa e inglesa!

Felizmente, a fotografia tem suprido até certo ponto as deficiências da escripta. A reputação de Cintra está hoje solidamente estabelecida, e não há viajante que não leve na sua carteira, com alguma pétala de flor, ou com alguma fronde de feto, uma recordação saudosa daquele éden, diante do qual se curvou fascinado o scepticismo de Byron.

Os ingleses tem uma predilecção especial por Cintra, e bastaria a demonstrá-lo a poética e senhorial residência de Monserrate, gracioso palacete no estilo da Alhambra, rodeado de matas e jardins preciosos, onde Flora ostenta, na mais bela e rica variedade, os mais exóticos produtos.

Foi sem dúvida o palácio de Monserrate o principal inspirador de um longo poema inglês publicado há anos sob o seguinte título:

«Fairylyfe and Fairyland, a lyric poem, communicated by Titania through her secretary, Thomas of Ercildoune, sometime of Eildon, Scotland, and called, when habiting this earth «The Rhymer» and «True Thomas». London, L. Booth, 1870, 1 vol., 8.°, 342 pag.».

Dissemos que Monserrate seria o principal inspirador, porque a obra está adornada com 4 fotografias, representando vista geral do palácio e jardins, o pórtico do sul e terraço, o pórtico do nascente e terraço, e, finalmente, o corredor ou galeria dêste terraço em arcos de forma de ferradura.

No prólogo, o autor explica o fundamento da sua obra. «A ideia principal, diz êle, é a dilecta terra de Cintra e seus arredores, estendendo se por um lado até Lisboa, e por outro até Mafra e Ericeira. Tudo o que há digno de nota neste vasto circuito é minuciosamente descripto e pode dizer-se que pela primeira vez. Byron foi o único que lhe ligou atenção naquelas breves mas belissimas estâncias do primeiro canto do *Child-Harold*. O apreciadissimo poeta português,

---

mercado, mas por morte do Visconde de Juromenha apareceram no seu espólio muitos exemplares, embora a maior parte dêles em mau estado de conservação. A tiragem das estampas foi menor, porisso são poucos os exemplares que aparecem com o competente atlas.

o Conde de Garrett (1), celebrou-a tambem, mas de passagem. Southey, que viveu um ano entre as suas belezas, declarou o propósito de fazer dela o scenário de uma grande obra, mas nunca o realizou. Tennyson, que a visitou há alguns anos, não deixou de inspirar-se com o seu aspecto, mas a sua harpa está silenciosa. Era bem digna de ser redimida dêste desprêso. O autor destas linhas, residente longo tempo aqui em Lisboa, foi intimado para preencher êste vácuo por Titania, a rainha da Terra das maravilhas *(Fairy-land),* que neste poema se declara ter um dos seus paços reais em Cintra, e ter ditado os seus gostos à sua côrte no intervalo de deliciosos banquetes e outros deleites, durante o espaço de três dias e três noites».

O poeta continúa explicando a ideia do seu poema, duma urdidura imaginosa, e em que entram a matizá-lo, como flores fantásticas colhidas pelas mãos dos sylphos; os mais variados assuntos.

Sir Thomas of Ercildoune, apesar de se intitular *True Thomas,* não é absolutamente verdadeiro pelo que diz respeito aos escriptores que trataram de Cintra, e não podemos deixar de condenar a sua pontinha de vaidade quando se supõe o primeiro que, para bem dizer, explorou o assunto. É muito para estranhar o seu esquecimento e até a sua falta de patriotismo para com William Beckford, que foi o primeiro possuidor do Monserrate e que consagrou algumas das suas curiosas e encantadoras cartas à descrição de Cintra. Antes de Byron, já alguns dos nossos poetas, como Gil Vicente e Camões, lhe tinham dedicado, ainda que ligeiramente, alguns encomiásticos murmúrios de seus alaudes. Luiza Sigéa, mestra da infante D. Maria, escreveu um poemeto latino, *Syntra,* que foi publicado pela primeira vez em Paris em 1566. Ricardo Raimundo Nogueira, mais conselheiro de estado que poeta, deu à luz anonimamente, no princípio do século, uma descrição em 70 sextilhos, intitulada a *Serra de Cintra.* Lá se encontram dois versos, bem prosaicos por sinal, alusivos a Monserrate:

> Não falo em Monserrate arruinada,
> Sítio agradável, do prazer morada.

---

(1) Agradeça o cantor de Camões êste degrausito a mais na sua escada nobiliária. Ora havendo tanto insignificante a pavonear-se com as penas de conde, talvez parecesse mal ao poeta inglês que Garrett não passasse de visconde.

A Pena, cenóbio involvido na túnica de pedra dum castelo feudal, tambêm teve um poeta que lhe gravasse em estrofes primorosas as suas belezas arquitectónicas e as suas maravilhas florestais. Na nossa humilde opinião a mata e os jardins, duma flora tão opulenta e tão variada, com acidentes tão imprevistos e tão pitorescos, valem mais que o palácio alteroso erguido sôbre as penhas. Que nos perdoe a memória de D. Fernando, mas quer-nos parecer que êle cometeu uma profanação artística fazendo perder ao convento o seu primitivo carácter. É possível que merecessemos maior censura, mas prefeririamos ter conservado, restaurando-a convenientemente, a antiga morada dos monges, como uma relíquia do século XVI, a tê-la deturpado, acumulando-lhe construções, grandiosas sim, belas por vezes, mas um pouco hibridas e sem a marca irrepreensível dum estilo definido. E a prova do que afirmamos é que a pequena igreja manuelina ainda é um dos membros mais interessantes daquela gigante de pedra.

O poeta da Pena chama-se Francisco Gomes de Amorim, e o seu poemeto intitula-se *A Flor de Marmore ou as Maravilhas da Pena em Cintra.* Foi impresso em Lisboa, na Imprensa Nacional, em 1878, e no ano seguinte saiu sob o mesmo título, em Coimbra, dos prélos da Universidade, uma elegante Carta do Sr. Abilio Augusto da Fonseca Pinto, em que se analisavam e punham em relêvo as belezas das estrofes do Sr. Amorim. Este mesmo opusculo reproduzia em apêndice o poemeto de Luiza Sigéa (1).

E o alcaçar real, mais antigo que a Pena e Monserrate, não menos belo de forma que qualquer dos dois, e mais povoado de tradições históricas, não teria um poeta que o cantasse? Teve, mas neste banquete apolíneo não lhe coube por certo a melhor iguaria. Luiz Pereira Brandão, na sua *Elegiada,* consagra-lhe uma duzia de soporíferas oitavas, em que descreve algumas salas do palácio, que ainda hoje existem, como a dos Cisnes, a das Pêgas e a dos Córvos, galeria dos brazões da nossa antiga nobreza.

Há dois anos o Sr. Dr. Deslandes fez sair dos prélos da Imprensa Nacional, de que é inteligente director, um luxuoso opúsculo, in-fólio, sem indicação de lugar nem de ano e sem paginação, com 12 páginas de texto, no qual se traçam, a

---

(1) Veja-se tambêm o *Voto d'El-rei,* de Pereira da Cunha.

vôo rápido, as feições e a história do Paço de Cintra, um dos mais curiosos monumentos da peninsula, na opinião autorizada de Isidore Taylor. A descrição, ocupando 8 páginas, é da pena graciosa do Visconde de Castilho (Júlio), e tem a data de 2 de janeiro de 1886. Como apêndice, nas páginas restantes, a lindissima xácara de Garrett — *Por bem — As Pêgas de Cintra*. Este opúsculo, ornamentado com vinhetas de Casanova, é acompanhado de três estampas, reproduções das que se encontram no livro das fortalezas de Duarte de Armas, manuscripto em pergaminho da Torre do Tombo.

O caminho de ferro democratizando Cintra, acabou de lhe tirar os seus ares senhoriais e monásticos. A burguezia endinheirada proclama por toda o parte a sua realeza. A miséria dos velhos fidalgos abre a porta dos solares arruinados para deixar entrar a opulência dos banqueiros. Cook, o milionário, convisinha com Penha Verde, alarga por ela os seus domínios e substitue com a sua presença a sombra veneranda de D. João de Castro. Os conventos, ou caíram a pedaços, ou se metamorfosearam, como Penha Longa, na granja opulenta de algum titular da fidalguia do dinheiro. Nem são sequer melancólicas ruínas, colmeias abandonadas das abelhas de Deus, como dizia na sua frase imaginosa, um poeta portuense (1).

A tua natureza, ó Cintra, é todavia superior a todas as transformações sociais, as tuas penedias caprichosas assistem impassiveis a todas as mutações do scenário da vida, e por mais que o frigido positivismo faça empalidecer os raios fulgurantes da tua corôa poética, tu serás sempre, mercê de Deus, o *glorioso Eden* cantado por Byron, *o trôno da vicejante primavera*, de que nos fala Garrett.

16 de fevereiro de 1889.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

(1) Joaquim Pinto Ribeiro. — Na sua bela colecção de líricas, *Corôas Fluctuantes*, insere duas poesias dedicadas a Cintra. Uma com o título *Em Cintra*, em duas lindas décimas, e outra sem titulo, em verso endecassilado solto, de que abstraimos os primeiros para a epígrafe do nosso artigo.

Há uma poesia à Pena, de Martinez de la Rosa. Veja-se Bernardes Branco, *Portugal e os Estrangeiros*, vol. II, pag. 162.

SIMPATIA

«Se me perguntassem qual é a grande lacuna da sociedade britânica, eu diria numa palavra que é a falta de simpatia». Isto disse o juiz Talfourd quási a espirar, e o autor do *Sê poupado* comenta-o nos seguintes termos:

«Grande verdade, ainda não apreciada. É a antiga afirmação sôbre que se funda o cristianismo: «Amai-vos uns aos outros», palavras simples, nas quais todavia se contêm um evangelho suficiente para dar uma face nova ao mundo. Onde porêm os homens estão separados e divididos em classes e andam tão afastados... como poderão ter a devida atenção e consideração social, quanto mais simpatia uns pelos outros e recíproca afeição verdadeira?»

O moralista inglês alude aqui, principalmente, à pouca união entre as classes. Basta dizer-se que a passagem transcrita vem num capítulo sôbre patrões e operários.

Mas além dessa falta de simpatia, nós sabemos doutra ainda mais deplorável: a que os cidadãos mostram uns pelos outros em público, e que os leva a acotovelar-se, a empurrar-se, a dirigir-se olhares de cólera, a resmungar à mais pequena sombra duma suposta hostilidade.

Não sabemos se esta repulsão dos homens uns pelos outros — quando não são amigos ou sequer conhecidos — existe em Inglaterra. Aqui vemo-la nós a toda a hora nas praças, nas lojas, nos electricos. E é mesmo uma lástima constatá-la!

Custava tão pouco ser afável, ser delicado para com todos! A delicadeza é uma cousa tão boa, que até quando se observa para com os malcriados, os abrutados, nos deixa plenamente satisfeitos *comnosco mesmos*...

Talvez que a simpatia fôsse mais freqüente no convívio social se em seus princípios todas as crianças topassem adultos que nelas procurassem despertar os bons sentimentos que dormem provavelmente no mais íntimo do seu ser.

Lêmos uma vez que em Paris um engenheiro e homem de sciência, inaugurára umas sessões de física recriativa para

entretenimento das crianças pobres, que às quintas feiras, por não irem à escola, pejam em grande número as ruas da capital francesa.

Agora, devido à solicitude de um amigo, o Sr. Luis de Almeida Nogueira, pudémos lêr o opúsculo *Les bons jeudis,* publicado em 1902, em que a aludida obra nos aparece em todo o seu merecimento, que é grande, e nos maravilha pela importância que atingiu e pelos magníficos resultados tanto de ordem material como de ordem moral que déla advieram para as crianças a quem era dedicada.

As sessões de quinta feira, isto é: os *Bons jeudis,* não constam apenas de experiências de física recriativa. Há nelas outros atractivos, como é o da leitura em voz alta, muito nos casos de cativar as crianças e de as edificar melhorando-as.

Não sabemos de cousa alguma em Portugal que tenha analogia com semelhante obra, a não ser o que quer que foi de intuitos religiosos que no Porto se inaugurou, mas que a breve trecho caia por mal orientada e cremos que ainda peor executada.

Pois, não é porque em Lisboa, e como em Lisboa nas demais terras, não abunde nas ruas uma população infantil muito avultada. O que haverá de mau que não abunde entre nós!

A obra, que originariamente, como dissemos, tinha por objectivo arrancar da rua as crianças pobres, tornou-se logo de começo num poderoso elemento educativo. O asseio e o alinho de vestuário nos pequenos foi uma das primeiras conseqüências felizes a notar-se; a doçura nas maneiras, outra; as boas relações de uns com outros, a ausência quási completa de expressões ordinárias ou grosseiras, etc., tudo punha em evidência a eficácia da obra.

Nada porêm tão consolador para M. Good, o benemérito fundador dos *Bons jeudis,* como a influência moral que êle via de hora em hora exercer-se mais pronunciada sôbre as crianças.

«Nada para nós tão agradável, escreve êle, como semelhante constatação. Era bem evidente que um laço de íntima afeição nos unia àqueles pequenos, dos quais alguns nos tomavam para confidentes, dando-nos conta dos seus desgôstos, dos seus triunfos grandes e pequenos.

«Nos passeios que faziamos pelo campo, madame Good notára sempre comovida a diligência que punham alguns dos excursionistas em lhe confecionar *bouquets* de flores, trocando

voluntariamente êste prazer delicado pelo de irem retouçar com os camaradas.

«Estas pequenas manifestações de bons sentimentos são outras tantas promessas para o futuro. Desenvolvendo-se, virão a desentranhar-se mais tarde em frutos cujo alcance é bem fácil prevêr».

No *Singelo Epitome* de esclarecimentos àcêrca dos animais e da protecção que lhes é devida, lê-se:

«É inexaurivel o tesouro de afectos que Deus depositou no coração humano. Para todos os seres da criação, para todas as eventualidades, temos em reserva e nos sobejam a ternura, a compaixão, o irresistivel desejo de acudir a quem quer que padece e geme».

E, como complemento, o autor reproduziu estas outras linhas, cuja proveniência não cita: «Tudo se liga, tudo se enlaça e encadeia nos domínios da Natureza, da Natureza tão movel, tão flexivel, tão pronta em se afeiçoar ao bem pelo atractivo do próprio bem, pois que um bem presente prepara outro para o futuro».

É inexaurivel o tesouro de afectos que Deus depositou no coração humano, diz José Silvestre Ribeiro, e nunca é demais repeti-lo.

Por seu turno George Sand exclamou: «Amai, que na vida só há de bom o amor».

É crível que a ilustre mulher, ao falar assim, tivesse em vista fazer a apologia da função sexual? É pequeno ideal para tão grande espírito. Seria então elevar e engrandecer a existência do lar, em que dois entes se completam vivendo harmonicamente?

Provavelmente é isso, mas, apesar de ser isso já alguma cousa, ainda se afigura pouco à nossa insaciável ambição. Pensamos nós que, efectivamente, na vida só há bom o Amor desde que por Amor entendamos a cultura do afecto na sua mais elevada expressão.

E sabe-se, ou pelo menos sabem algumas pessoas, que tal sentimento é tão amplo que a tudo comporta nos seus limites.

Pessoas, cousas e animais, justamente os animais, que tão grande apreço mereceram a êsse homem bondozo, culto, inteligente e grande cujo nome escrevemos acima, e que nós desejariamos tornar conhecido e amado de todos os portugueses.

«Que é o homem?» pergunta por seu turno um articulista de *L'Education*, que se ocupa de Emile Boutroux. «Os mais

antigos filósofos (continúa êle), definiram-no inteligência e vontade, mas convêm estabelecer o sentido de semelhantes palavras. Livremo-nos de ver na inteligência tão sómente o instrumento da sciência. O sábio constata os factos, estabelece leis, construi teorias. Empregou nisso todos os recursos do seu espírito? Evidentemente não, por isso que a razão ultrapassa a inteligência assim compreendida, e a razão não se forma apenas ao contacto da sciência mas também da vida, recolhendo e fundindo todos os pensamentos luminosos e fecundos que nascem do génio do homem.

«Ela busca em tudo ordem, simplicidade, harmonia, noções essas que não são puramente intelectuais porêm sim nada menos que verdadeiras necessidades estéticas e morais.

«Raciocinar não é portanto apenas encadear ou cerzir factos ôcos de sentido, obedecendo a leis rigidas e simétricas. É obedecer a exigências que nascem do sentimento, e que são tão imperiosas como os mais imperiosos princípios de identidade e de não contradição. Raciocinar é compreender, mas compreender simpatisando e amando».

Simpatisar e amar consegue-se com bem pouco; às vezes basta conhecer. Para conseguir conhecer é suficiente na maioria dos casos observar.

Mas quantos semelhantes nossos deixam êsse programa de vida no esquecimento e vão consultar de preferência o programa dos touros, o das sessões animatograficas, qualquer cousa enfim que não seja a família e a ela se conserve o mais estranha possível!

Agora lêmos nós em um artigo a afirmação de que o sentimento do amor poucas vezes alimenta a família, mas sim, na maioria dos casos, o egoismo, a ambição e o interesse, mas logo a seguir a esta lamentável verdade o autor consigna que para a sociedade ser racional é necessário que a família tenha uma organização «*conforme com as leis scientíficas*».

Não cremos que a sciência tenha que ver com a família nem qualquer outro agente externo, trazido lá de fóra pelo artifício, cá para dentro.

Dessas misturas é que nascem muitos males íntimos e outros de carácter social para que se anda baldadamente em cata de remédio.

Para a família se organizar e manter basta uma cousa: o afecto. Ela é a instituição natural por excelência, não uma criação nossa, e dela disse alguem com uma grande intuição da verdade: «O culto da família é a origem de todas as nossas alegrias».

«O amor entre o pai e os filhos, escreve também D. Ana de Castro Osório, criados êstes, é apenas a confiança e a comunhão de sentimentos, o respeito e o reconhecimento pelo que nos deram com a educação e com o exemplo».

Quando os filhos são pequenos, acrescentamos nós, o amor entre êsses e o pai deve ser ainda a confiança para que seja firme e sólido. A desgraça está em que na maioria dos casos pretendem os pais que seja em vez da confiança — o temor. É que, como observou um pensador com toda a oportunidade, para a maioria dos homens é mais fácil às pessoas fazer-se temer que fazer-se amar.

Do respeito, que é a antiteze do temor, escreveu M. Gore afirmando judiciosamente que êle era a base de toda a boa educação, e portanto o laço mais firme que podia ligar a criança não apenas ao pai mas também ao mestre.

Ainda afirma em reforço da nossa tése, que o respeito não pode nascer da coacção ou da violência, mas sim apenas «do conhecimento instintivo do carácter do mestre».

Continuando a ocupar-se das crianças M. Gore diz não ser possível criar hábitos entre a infância mediante apenas os sermões e os preceitos — é indispensável o exemplo.

As boas qualidades, continúa êle ainda, são sempre o resultado dum exemplo constante e invariável, e poucas vezes das repreensões que irritam, e por último consigna que o processo mais adequado para evitar os maus hábitos consiste em estimular o espírito da criança em um sentido absolutamente opôsto quando se aproxima o momento da tentação.

Infelizmente, consigna outro pensador, o respeito é quási constantemente filho do medo; concede-se menos à virtude que ao poder e à fôrça.

Não foi sem um pedaço de surprêsa e desagrado que lemos em *La Science du Bonheur* uma referência impertinente a Marco Aurélio, um dos mais strenuos paladinos da simpatia.

Entende o autor que o contentamento dos stoicos é funebre, podendo aplicar-se a êsse contentamento a expressão de que alguem se serviu para classificar os pensamentos de Marco Aurélio: Não devemos mover-nos deante deles senão com passos mesurados e silenciosos, como se caminhassemos numa câmara ardente.

Comtudo, mais adeante, querendo acentuar o autor do livro que a felicidade está antes de mais nada em nós, serve-se do pensamento «de um moralista antigo», que ou nos enganamos muito ou é Marco Aurélio em pessoa: «Pro-

curam-se retiros, grutas, cabanas pastoris, montanhas elevadas, lizas praias, e afinal para quê, desde que nos é permitido retirar-nos em nós mesmos?»

La Science du Bonheur faz bem em procurar provar-nos que a felicidade é possível e fácil neste mundo; simplesmente nos parece que faz mal em proceder como teem procedido tantos outros ilustres pensadores e filósofos antigos e modernos, quer dizer: em transformar um problema ou uma teoria fácil, comezinha, ao alcance de todos, em uma sciência complicada, fértil em subtilezas e em divagações ou melhor ainda: em um sistema completo e complexo cujo primeiro defeito é deixar o leitor em dúvida sôbre se as cousas são realmente como diz, e não raro perplexo ante a dificuldade que encontra em assentar numa conclusão.

Jean Finot, pelo visto quer o homem contente e feliz mas de sorriso nos lábios, e por êsse motivo não engraça nem com Marco Aurélio nem com os outros stoicos antigos e modernos, embora veja que êles foram felizes, viveram contentes, deixaram nos seus pensamentos a matéria prima indispensável à construção da felicidade alheia, e tudo isso apenas porque foram sérios.

O autor do livro, que é uma inteligência clara, devia compreender com facilidade que o detalhe do sorriso é insignificante. Seja o homem ditoso, interiormente ditoso, simpatisando e amando, que à forma de traduzir esteriormente essa dita pouca importância se deve ligar.

Quando se recomenda a uma criança que seja obediente, não se lhe impõe a obrigação de fechar os olhos, assim do corpo como da razão, e de se atirar passivamente na direcção que se lhe indica, sem olhar a antecedentes nem a conseqùentes. Deve entender-se por obediência, como quer Braun, pedagogista muito conceituoso, um assentimento livre, expontâneo, voluntário, aos conselhos e pareceres daquele para quem o nosso coração nos impele.

Pensamos nós que nos casos de verdadeira simpatia entre pai e filho ou entre professor e aluno, deve êsse acreditar que é para sua utilidade que lhe dizem as cousas e, embora não compreenda os fundamentos delas, aceitá-las e segui-las, pelo menos na sua essência, embora não completamente na sua forma exterior.

«A obediência não é uma fraqueza, antes se deve considerar uma fôrça do carácter que a si mesmo se vence, (acrescenta Braun); o móbil da obediência não é o medo: há de ser o Amor».

Ou pelo menos a simpatia, primeira fase dêsse nobilissimo sentimento que aproxima as criaturas umas das outras.

Depois reproduz as seguintes palavras de Hergenrother: «A base da obediência é a razão; obedecer é raciocinar».

Isto parece um paradoxo, e se-lo-á talvez, o que de modo algum lhe tira o valor, o sentido, a exactidão.

Não podendo a criança dar ao seu raciocínio a direcção e a consistência de um adulto, deve, se realmente confia na estima do conselheiro, seguir o que êste lhe diz, aprendendo com êle a raciocinar, a discorrer, e portanto a obrar com segurança.

Por último Braun escreve: «Para nós, como para o pedagogista antes citado, a virtude não consiste apenas nos actos que dela emanam: apreciamo-la em si, na sua essência. A virtude é para nós como aquele grãosinho de mostarda citado no Evangelho o qual, não obstante ser a mais pequenina de todas as sementes, dá de si ramos tão frondosos que todas as aves do céu podem repousar ao abrigo da sua sombra».

Há crianças para quem a obediência é intolerável. Será por mero espírito de contradição ou mais sucintamente por maldade, ou dever-se-á em parte ao que delas se abusou anteriormente, constrangendo-as a procedimentos injustos, obscuros e por conseqüência repugnantes à instintiva delicadeza ináta em todos os espíritos?

Sem cair em excessos de santidade, antes pelo contrário, pode-se e deve-se fazer a apologia da virtude, que é o estado natural do homem que delibera viver a vida plena e completa a que aspira. Como a primeira condição de presar e seguir o caminho da virtude e propender para a simpatia, devemos ser todos seus adeptos e diligenciar muito em especial usá-la nas nossas relações com as crianças a ver se elas nos imitam e podem tornar-se tão amigas das outras crianças e dos adultos quanto lho permite o estofo de que afinal são feitas.

(Do livro ainda não publicado *Vida Superior*).

Luiz Leitão.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 9, pag. 468)

CAPÍTULO XVI

As Armas de Portugal. A Conquista de Santarêm

A crença na fundação miraculosa da pátria portuguesa constituiu um dos melhores, senão o mais poderoso factor do heroismo abenegado, extreme e confiante que venceu firmar e desenvolver com tamanha glória, o nosso império. Daria matéria para tomos, o inventário de todos os textos donde se tira a certeza histórica, de quanto estavam persuadidos os nossos antepassados mais remotos, da assistência do auxílio divino à piissima e nobre emprêsa de dilatar os domínios da Cruz pelos territórios em poder dos musulmanos. E para comprovar êste asserto, não se rebusquem apenas as crónicas e as histórias, os poemas e os discursos: convêm proceder a exame nos testamentos, onde a sentimentalidade do testador, não raro, se manifesta em toda a sua pureza, bem como à análise, aliás fácil e clara, de quantidade enorme de instrumentos e diplomas oficiais e privados, em que se ordena e descreve a instituição de tantos templos grandiosos, verdadeiras joias de arquitectura sacra, de mosteiros para as mais diversas regras monásticas, de capelas, cabidos, colegiadas insignes, para maior esplendor do culto divino; de privilégios estimadissimos, de grandes dádivas e opulentos subsídios a favor da clerezia, das ordens regulares e militares, dos lugares santos e da cúria romana, significando muitos dêstes piedosos rasgos, o comprimento de votos, ou o espontânio testimunho de gratidão, de reis e de subditos, pelos favores recebidos do céu.

Esta Fé sincera, viril, operosa, traduzida não sómente em

obras magníficas, de singular brilho, como também nas devotas práticas da vida interior, representa uma lidima tradição nacional mantida com carinho e constância, por quantas gerações souberam e poderam tornar grande, respeitado e temido o nome português. Haverá quem apode de fanatismo rude e nocivo até, semelhantes profissões de religiosidade; todavia, o historiador imparcial, quer seja crente, quer blasone de ateu, verifica sem maiores dificuldades que os processos elegidos pelo racionalismo, para libertar a consciência humana da gargalheira das chamadas supresticões grosseiras — alcunha pitoresca posta pela ignorância soez e sectária, à crença católica — não terão enriquecido com melhores venturas a nossa terra, nem aformosentado os seus louros. A Fé sublima o patriotismo. A abenegação tão necessária para bem servir a pátria, capaz de todos os sacrifícios, floresce de preferência na alma religiosa. Dispõe esta geralmente, de mais poderosas faculdades para afrontar os grandes riscos, e sofrer maior asprezas, do que os espíritos sépticos; e está averiguado que ainda hoje, a miragem tentadora do céu oferece melhores seduções do que qualquer epitáfio ditado pela moral independente.

Claro está que no longo decurso da Cruzada portuguesa influiriam vulgares e várias ambições humanas, todavia não padece dúvida que o sentimento cristão foi por excelência o dominador, e para prova basta a evidência porque êle se reflectiu nas Armas e na Bandeira de Portugal. Atravez das várias modificações que sofreu, o nosso escudo conservou sempre a Cruz, adoptando-a logo desde a infância da nacionalidade. O conde D. Henrique, embora pudesse gloriar-se dos seus brazões de família, quando veio para a Península a fim de pelejar contra os mouros, trazia o escudo branco (1). Era doutrina (2) apreciável entre os mais estremados cavaleiros daqueles tempos, ser cada qual estimado apenas pelos seus feitos, e só depois de produzidos de forma a concitar-lhes merecida fama, é que compunham as suas armas com insignias convencionadas para os memorar. Quando se persuadiu de haver provado bem o seu valor na guerra santa, o piissimo genro de D. Afonso VI, adornou com uma cruz (3)

---

(1) Manuel de Faria e Sousa, *Historia del Reyno de Portugal*, edição de 1730, fl. 172.

(2) César Cantu, *loc. cit.*, vol. VI, livro undecimo, cap. VI.

(3) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. VII.

azul (1), do feitio das que se desenhavam nos pendões das Cruzadas, o seu escudo branco. Não podia ser mais expressivo o simbolo elegido pelo príncipe, para representar triunfos de caudilho cristão.

Algum tempo depois da vitória de Ourique, tomou D. Afonso Henriques por armas cinco escudos, dispondo-os em cruz, e conforme resa a tradição antiquissima, «quiz el-Rey significar não só a Cruz Sagrada em a posição dos cinco escudos, mas em o numero delles as cinco Chagas de Christo Nosso Redemptor, & o preço porque foi vendido aos Judeos, em os dinheyros que mandou pôr em cada um dos escudos (2)». D. Sancho I (3), D. Afonso III (4), D. Afonso IV (5), D. João I (6) e D. João II (7), organizaram por modos di-

---

(1) «... la color claramente parece tomada del blason de la casa de Borgoña, adonde se vieron sempre vandas azules sacadas del campo del escudo Real de Francia, de que todos eran descendientes...». (Manuel de Faria e Sousa, *loc. cit.*, fl. 173. — Duarte Nunes de Leão, *Primeira Parte das Chronicas dos Reis de Portugal*, edição de 1600, fl. 34).

(2) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. VII. — Manuel de Faria e Sousa, *loc. cit*, fl. 182. — Duarte Nunes de Leão, *loc. cit.*, fl. 34. — Manuel Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, discurso III, § VI. — D. Antonio Caetano de Sousa, *Historia Geneologica da Casa Real Portugueza*, tom. I, fl. 59.

(3) Gaspar Estaço, *Varias Antiguidades de Portugal*, cap. 95. — Manuel de Faria e Sousa, *loc. cit.*, fl. 189. — D. Antonio Caetano de Sousa, *loc. cit.*, tom. I, fl. 84. — Duarte Galvão, *Coronica Delrey D. Affonso Anriques*, cap. XVIII.

(4) Manuel de Faria e Sousa, *loc. cit.*, fl. 203. — D Antonio Caetano de Sousa, *loc. cit.*, fl. 165. — Foi êste rei que acrescentou por orla os castelos de ouro em campo de purpura pelo reino do Algarve. Ruy de Pina, *Chronica de D. Affonso Henriques*, cap. I. — *Monarchia Lusitana*, parte IV, liv. XV, cap. XXXV.

(5) D. Antonio Caetano de Sousa, *loc. cit.*, tom. I, fl. 312.

(6) «Reduxo el Rey á cinco puntos los diez que tenia cada uno de los escudetes, quedando-se por debaxo dellos la Cruz de Avis por ser su Maestre como tambien (en memoria de aver tenido la insignia Real Inglesa de San Jorge) acrescentó por timbre una Serpiente alada: y de aqui tuvo principio en Portugal llamar á San Jorge en las batallas». (Manuel de Faria e Sousa, *loc. cit.*, fl. 243. — D. Antonio Caetano de Sousa, *loc. cit.*, tom. II, fl. 28).

(7) «... por medio de un Principe Perfecto tuvieron fin las mudanças que tuvo el escudo Real deste Reyno. Viendo que no estava ordenado segun leyes de Armeria, quitó del la Cruz de Avis, reduxo los Castillos á siete, los escudetes colatrales hizo caer derechos, todo con excelente forma, y tal, que entre todos los escudos Reales del mundo el Portugués es mas hermoso». (Mannel de Faria e Sousa, *loc. cit.*, fl. 266). — D. Antonio Caetano de Sousa, *loc. cit.*, tom. II, fl. 139.

versos as Armas Reais, porêm, mantiveram o traçado dos escudos em forma de cruz (1).

Houve autores (2) que desdenharam do tradicional significado atribuído às quinas, alegando que elas relembrariam apenas os cinco reis mouros vencidos em Ourique e suas bandeiras ganhas pelos nossos; mas, o consenso de nacionais e extrangeiros, desde as mais remotas eras, tem consagrado o PENDÃO DAS QUINAS, como um outro Labaro (3) de Constantino, bandeira sagrada, benzida pelo Senhor Deus dos Exércitos, como penhor de graças especiais em prol

---

(1) «Daquellas armas, ou pera melhor dizer daquelle sinal da Sagrada Cruz se armaram os Reis d'este Reino, e n'elle vencéram seus inimigos com grande gloria de Deos, e sua». (Gaspar Estaço, *loc. cit.*, cap. 95, § 12.

(2) Mariana, *Historia General de España,* Libro Decimo, cap. XVII. — Estevan de Garibay, *Compendio Historial de las Chronicas y Vniversal Historia de todos los Reynos de España,* Libro Trigessimo Quarto, cap. XI, etc.

(3) É o célebre estandarte militar que o imperador Constantino adoptou para os exércitos romanos e de cuja origem nos informa o bispo de Cesarea, Eusébio: «Receando Constantino os artificios magicos de Maxencio que não desdenhava de nenhum dos ritos sagrados do paganismo nos seus preparativos de guerra, e sentindo a necessidade de um auxilio superior as potestadas humanas, recorreu, a exemplo de seu pai que havia sido divinamente recompensado, ao Deus unico e todo podoroso, exorando-o a revelar-se-lhe e a aconselhal-o. Apareceu-lhe então bem como a todo o seu exercito que marchava sobre a Italia, cerca de meio dia, uma cruz brilhante do ceu, rodeada das seguintes palavras: *In hoc vinces!* Ficou todo o exercito em pasmos. Na seguinte noite Constantino viu em sonhos o Christo que lhe ordenou de mandar fazer uma imagem da cruz e de se servir d'ella como d'uma salvaguarda contra os seus inimigos. Em consequencia d'isto, no dia seguinte Constantino mandou chamar um ourives e um pintor, descreveu-lhes a imagem que lhe tinha sido mostrada e pediu-lhe uma copia d'ella. Estes tomaram um longo pique doirado sobre o qual fixaram uma barra transversal. Na ponta extrema pozeram uma coroa de oiro e de pedras preciosas na qual collocaram o simbolo do nome do Christo composto das letras iniciaes XP, monograma que representa ao mesmo tempo a forma da cruz. Na barra transversal suspenderam um pedaço de purpura ricamente bordado a seda e oiro e sobre o monograma collocaram os bustos do imperador e de seus filhos». (Eusebii Pamphili de *Vita Constantini*, lib. I, cap. 27 e seguintes). Veja-se sôbre êste assunto: Du Cange, *loc. cit.* — D. Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino,* tom. V, vocábulo *Labaro.* — Baronius, *Annales Ecclesiastici,* ad annum 312. — Voisin, *Dissertation critique sur la vision de Constantin.* — Manso, *Vie de Constantin le grand.* — Fleury, *Histoire Eccesiastique,* tome premier, livre neuviéme, XLIII. — Rohrbacher, *Histoire Universelle de l'Eglise Catholique,* tome sixiéme, livre XXX, fl. 145, etc.

desta pátria, simbolo da Fé e da confiança do povo português em Cristo Redemtor.

A data (1) da arrojadissima tomada de Santarêm marca um novo e brilhante avanço da nossa Cruzada, tanto mais para assinalar, quanto é certo que durante o intervalo de 1139 a 1147, as hostes cristãs sofreram duras revezes. O célebre mouro Esmar, humilhado em Ourique, espreitava o ensejo de tirar a desforra. Favoreceu-lha uma aventurosa investida de D. Afonso Henriques pelas terras da Galiza (2). Então o bárbaro congregou as melhores tropas do Al-Gharb e veio acometer o castelo de Leiria, já restaurado. Derruiu-o, chacionou grande parte da guarnição cristã e cativou os sobrevivos, entre os quais se numerava o valoroso alcaide D. Paio Guterres (3). A horda musulmana avançou em seguida para Trancoso, prepetando ali toda a casta de crimes, até que o rei de Portugal, feitas as pazes com o imperador, poude vir, com os seus cavaleiros ao encontro dos invasores, derrotando-os em dois violentissimos combates (4). Por êste tempo, conforme resa a *Chronica dos Godos* (5), arribou ao porto de Gaia uma armada de cruzados franceses que se dirigia para a Terra Santa, e D. Afonso propoz-lhe um assalto a Lisboa, com fôrças combinadas por terra e por mar. A cidade resistiu, porêm «os seus arrabaldes e as terras de tôdo o termo ficaram roubadas e destruidas». Pouco depois reconstituiu-se (6) a fortaleza de Leiria e o pendão da Cruz

---

(1) «Era MCLXXXV. Capitur Sanctarena...». *Brevis Chronica gothorum*, apud *Portvgaliae Manvmenta Historica. Scriptores*, vol. I, fl. 15). — *Chronicon Conimbricense*, idem, fl. 2.

(2) «Sequenti An. (refere-se ao de Ourique) cum Alfonsus esset apud Tuden Galletie occupatus, Esmar subito missis copiis Leirenam cepit et succendit». (Idem, fl. 13).

(3) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. IX.

(4) *Idem. Apendice.* Escritvra XVI *Que he hũa memoria notauel do exordio do Real Mosteiro de São João de Tarouca, & de algũas cousas do Reyno de Portugal daquelle tempo.* — João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas*, tom. III, parte I, fl. 119. — Alexandre Herculano, *Historia de Portugal*, tom. I, a fl. 335, e nota XVII, a fl. 487.

(5) «Eodem Tempore obsidetur Olisipo ab Alfonso Henricio auxilio LXX nauium gallicorum, qui terram sanctam nauigabant, et peruenerunt ad Portum Gaie, et intrauerunt Durium, sed tunc urbs capi non potuit, suburbana tamen et ager direptus et vastatus». (*Brevis Chronica Gothorum, loc. cit.*, fl. 13).

(6) «De sorte que em Abril do anno de mil & cento & quarenta & dous não só Leiria se tinha perdido, mas estava outra vez restaurada, & o mesmo se confirma do foral què n'este tempo lhe foi dado...». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. IX).

voltou a ostentar-se arrogante nas suas ameias. Mas, o cáide santareno, sempre irrequieto e féro, prepara uma nova sortída contra os cristãos. Transpostas as fronteiras vieram os mouros assaltar a praça de Soure (1), cuja defeza estava confiada aos cavaleiros da Ordem do Templo. Obraram os aguerridos freires prodígios de bravura, porêm tiveram de sucumbir sob a brutalidade numérica dos adversários. Morreram muitos e «outros foram levados a Santarem em modo de triumpho (2)».

Era já celebrada entre os romanos a antiga Scalabis (3), como uma das sédes principais da sua denominação na Península. Os descridos a estimavam «como força principal & importante (4)»; e, ao tempo da nossa narrativa, constituia o barranco formidável que afrontava o desenvolvimento do recem-nascido império português. Forte, quási inexpugnável, mais por favor da natureza do que por maravilhas da arte, a sua proximidade das fronteiras portuguesas permitia-lhe expiar todos os movimentos dos nazarenos e incomodá-los a miude com as suas algaras. Para avançar para o sul, tornava-se indispensável a D. Afonso Henriques apoderar-se de Santarêm (5). A interprêsa não se oferecia fácil, porque a povoadissima praça alêm de fartamente munida de toda a sorte de engenhos de guerra, dispunha de grande número de valiosos defensores (6). Tentaram, com vária sorte, os so-

---

(1) Foi no ano de 1144. Vid. *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* no *Apendice,* Escritura XIX, *que he um relatorio da vida de S. Martinho de Soure.* Este santo, vigário de Soure, caiu também prisioneiro dos moiros, e conduziram-no a Santarêm com os outros cristãos cativos, dedicando-se com a mais sublime caridade a minorar quanto possível a sorte cruel dos seus subditos espirituais e companheiros de infortúnio. Refere o autor do citado *Relatorio* que o santo profetisara a tomada de Santarêm pelos portugueses, um ano antes do sucesso.

(2) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XVII.

(3) Hübner, *La Arqueologia de España,* fl. 173.

(4) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXII.

(5) «Seu nome antigo era, Scalabis, ficou com o de Santarem por ocasião da gloriosa Martyr S. Eiria, & de seu milagroso sepulchro. Padecera esta Santa em a villa de Tomar, a que em outro tempo chamarão Nabancia, & sendo lãçado seu corpo em o rio Nabão, foi levado de sua corrente ao Zezere, & delle ao Tejo, & veio a parar junto à esta Villa no meio das agoas, aonde os Anjos lhe ordenarão hum milagroso sepulchro, & do nome da Santa se deriuou por esta causa o da mesma Villa». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XX).

(6) «... munitissimã omni multitudine hominnũ, omniq; genere machinarũ inexpugnabilẽ» (*Relatorio da Tomada de Santarem,* apud *Apendice da Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* Escritura XX.

beranos leoneses assenhorearem-se dela, e o egrégio Afonso VI só conseguiu rendêl-a pela fome (1). Depois de baldados ensaios de cêrco, deliberou o nosso primeiro rei apoderar-se dêsse enorme e terrível covil de feras mouriscas por surprêsa (2), e de tão singular audácia que ao evocál-a, ainda agora ficamos em pasmas.

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manoel de Vilhena.

---

(1) Idem. — Duarte Galvão, *Chronica de D. Affonso Henriques*, cap. XXIII.

(2) «Cum enim rex ciuitatem ipsam nouo genere pugnandi aggredi voluisset, furtim uidelicet et quasi per latrocinium, nam aliis bellicis apparatibus nunquam potuit, Erat enim propter locorum situm inpossibile, et propter nimiam fertilitatem populorum que frequentiam...». (*Vita Sancti Theotonii*, apud *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, vol. I, fl. 86, § 26).

DOIS INÉDITOS ACÊRCA DAS ILHAS DO FAIAL, PICO, FLÔRES E CÔRVO:

«SAÚDADES DA TERRA» (SÉCULO XVI), POR GASPAR FRUTUÔSO E «ESPÊLHO CRISTALINO EM JARDIM DE VÁRIAS FLÔRES» (SÉCULO XVII), POR FREI DIÔGO DAS CHAGAS,

COM UMA INTRODUÇÃO E ANOTAÇÕES DE ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA

Ao Ex.mo Senhor Doutor Dom José Manuel de Norônha, em testemunho de elevado apréço pelo seu talento e saber.

Fazêr revivêr o passado, exumado dos vêlhos códices e dos arquívos poeirentos, é prazêr que poucos sentem, êsses poucos para quem o presente que só tem incertêsas, falsidades, hipocrisías, injustiças, mentira, aberrações, egoísmos, contradições entre as palavras e os actos, degradação de caráter, tremenda liquidação de tudo quanto até agora nobilitava ou dignificava a personalidade humâna, é um mal necessário, por têrem que nêle existir incompreendidos e mesmo mal vistos.

Êsse refúgio na história, nos tempos idos, êssa convivência com as idades e com os hómens que fôram, distrái e desanuvía o espírito das preocupações actuáis.

Mas não só isso.

Um tal estudo, explicando os antecedentes das circunstâncias mesológicas, que observâmos e que nos envólvem, móstra-nos a sua evolução, e, até certo ponto, entrevê e prepara o futúro.

Foi pelo conhecimento da sua história que se fêz grande a Alemânha moderna.

Esmagada a Prússia em Iéna, retalhado o seu território e o dictadôr da Europa, victoriôso, decretando em Berlin o célebre bloqueio continental, voltáram-se os pensadores e os que dirigiam aquêle pôvo para a antiguidade, para o desen-

volvimento da instrução e da *educação,* para as origens históricas, para as tradições e conhecimento profundo da nacionalidade, retemperáram fôrças, ganháram alentos, para tirar a desfórra, que não tardou.

Leipzig precedeu a capitulação de Paris, e Waterloo feriu mortalmente a águia napoleónica.

Finalmente a vélha Germânia recuperára a consciência dos seus destinos, da sua missão.

*
* *

Também um momento grave para a nação portuguêsa foi aquêle em que viveu Gaspar Frutuôso, natural da cidade de Ponta Delgada, Vigário da Matrís paroquial da Vila da Ribeira Grande, na Ilha de S. Miguel, onde faleceu em 24 de Agôsto de 1591.

Gaspar Frutuôso veiu ao mundo em 1522 (1), isto é, no período áureo de Portugal, quando o Reino do extrêmo Ocidente atingía o apogeu da fôrça, da grandêsa e da fortúna, quando os Reis do Oriente se tornaram seus feudatários, submetidos pelo pulso vigorôso e pela audácia híper-heróica dos Gâmas, dos Albuquérques e dos Castros, que não admitem confrontos, porque sería rebaixá-los.

Mas tanta expansão, tão continuado esfôrço, tão dilatado império, tanta emulação e tantos inimigos criados, porque as eminências dispértam a invéja e desafiam os ódios, enfraquecêram a fórte gente que ostentou em tôdo mundo um pavilhão, que póde deixar de sêr arvorado, que se póde guardar em museus, ao abrigo do vento que o agitou, óvante, em tantos mares, em tantas terras, mas que a história consagrou, e que o verdadeiro português há de sempre venerar como a representação do Portugal Grande, conquistadôr e colonisadôr, tão sómente impulsionado pela fé, pela glória e pelo heroismo, empunhando em uma mão a espada e em outra a crús, ou seja a civilisação europeia.

Para resgatar êrros que não cometêra, para restaurar a escóla de cavalaría que eram as praças fórtes de Marrócos,

---

(1) Cursou a Universidade de Salamanca de 1553 a 1555, e tomou o gráu de Bacharel em Teologia em 9 de Fevereiro de 1558.

perdeu a vida, em Alcácer-Kibir, um Rei que sería famôso se o êxito coroasse a sua tentativa e o seu destemôr, porque o êxito é tudo.

Em vês de uma corôa imperial a cingir a fronte do descendente de Dom Manuel e de Carios V, êsse senhôr de quási tôda a Europa e de metade da América, sepultou-se nos desértos e areais africanos a pátria independência.

O cétro passou então para a mão de um valetudinário, o único sôbrevivo dos filhos do Rei D. Manuel I, e duplo príncipe, pois a Igreja o sagrára Cardial.

A autonomia nacional vai-se perdêr, ao extinguir-se a vida do vélho monárca.

A desunião é cada vês maior entre os portuguêses, porque se dividem as suas simpatías pelos vários pretendentes ao trôno.

Vencerá o mais forte, o mais astúto, e êsse é Filipe II, o filho do vencedôr de Pavía e neto do Rei Afortunado.

A batalha da ponte de Alcântara desfizéra os prestígios do Grão-Prior do Crato, rariando as suas fileiras, desanimando os seus sequáses e obrigando-o a fugir e a homisiar-se.

No estrangeiro, na Inglaterra e na França, desejosas de abatêr o poderío espanhól, o Rei proscríto encontrou apôio decidido.

Nobres, mercenários e aventureiros alistam-se sôb a sua bandeira.

Nos Açôres faz-se fórte o filho do Infante Dom Luís.

A legitimidade foragida achou então asílo nos rochêdos atlânticos, e na Cidade de Angra o Rei Dom Antonio I têve a sua côrte e nela assentou a capital do seu reino, ali cunhou moeda.

Nos mares açóricos trava-se dura peleja.

Duas esquadras formidáveis disputam o domínio do arquipélago e a fortuna de dois primos.

Dêsse duélo resultará ou o triunfo do Rei legítimo, ou a pêrda da última esperânça da liberdade portuguêsa.

Quizéram os fados que Dom Álvaro de Bazán, Marquês de Santa Crus, vencêsse Filipe Strozzi.

Agóra domina, sem contendôres, o leão das Espânhas.

O triunfador é implacável.

Nunca foi mais verdadeiro o grito *vae victis,* do que no momento que a vitória se decide pelo lado de Castéla, coroando o estandarte gualdo e vermelho.

O sangue correu em ondas, com requintes de barbaridade, com inconsciência e gôso de féras.

O autôr das «Saúdades da Terra» (1) assistiu a esta agonia da nação que depois contemplou exangue e assassinada pelas mãos do usurpador, do inimigo e do verdúgo.

Supôs então que conservar a memória dos factos locais, era como que prolongar a existência de uma pátria que conhecêra livre e grandiosa.

Tratando do passado, vivendo nêle, dava-se a ilusão de abstrair do presente, o que era como que se o não sentisse.

Êste culto das tradições consubstanciava ainda assim um protésto de patrióta.

Os vindouros aprenderiam a sêr portuguêses, sabendo que de portuguéses descendiam, ao lêr o paciente e enorme manuscrito que êle legára á posteridade.

Uma parte de tal trabalho é a que para aqui tresladei.

* * *

Veem hoje á lús pública capítulos das *Saúdades da Terra,* do Doutor Gaspar Frutuôso, e do *Espêlho Cristalino em Jardim de várias flóres,* de Frei Diôgo das Chagas, ambos tratando das Ilhas do Faial, Pico, Flôres e Côrvo.

O primeiro remonta ao século XVI, escrito pouco mais de cem anos depois da colonisação das Ilhas Açoreanas, e ao século XVII pertence o trabalho de Frei Diôgo das Chagas, o patrióta provincial dos franciscanos nas mêsmas Ilhas.

---

(1) O manuscrito original existe em podêr dos herdeiros do Sr. Marquês da Praia e de Monforte.

Na Bibliotéca do Paço da Ajuda há dêle uma cópia, aliás incompleta, de que me serví, extraindo os capítulos relativos às quatro Ilhas que constituem o distrito administrarivo da Horta.

A referida cópia é precedida déstas palávras:

«Qualquer livreiro póde encadernar estes escriptos do Doutor Gaspar Fructuoso, que são 38 cadernos. Francisco Pereira.

«Este livro é da casa de S. Roque, da Companhia d'esta cidade de Lisboa, assim como os mais que ficaram do P.e Martim Gonçalves da Camara (que Deus tem) cujo elle era, porque todos devera a esta casa. Francisco Pereira.

«Depois por dúvidas e trocas que houve se deu este livro a Jorge da Camara, Governador da Ilha. E elle o deu a Diogo Lopes de Souza, Conde de Miranda, Governador do Porto, o qual o deu ao Ill.mo e Rev.mo Sr. D. Rodrigo da Cunha, sendo inda então Bispo de Porto.=(assignado). O Doutor João da Costa Correa».

Dom Rodrigo da Cunha era bispo de Porto em 1616.

Merécem rectificações ou anotações, para que a verdade e só a verdade, aparêça libérta de lendas, de sonhos e de êrros.

Pôsto isto, e sem entrar em divagações, como sería biografar Gaspar Frutuôso e Frei Diôgo das Chagas, o que já está feito no *Arquivo dos Açôres,* direi que sôbre o problema do descobrimento dêste arquipélago, nem um só documento nos ensina o nome de quem o achou, nem a época precisa em que portuguêses lá aportassem.

Sería Frei Gonçâlo Velho Cabral, o temerário homem de mar, que, ao acaso, ou *sabendo aonde ia,* devassou, no meio do Atlântico, êsses restos da famósa terra, que Platão noticiou têr-se submergido, numa só noite, nas profundêsas dos abismos, terra cujos guerreiros terçáram armas com os soldados dos Faraós?

Mudos são os monumentos escritos e até agora encontrados, relativamente aos primeiros homens que as pisáram.

De pura fantasia é o assêrto do Sr. Doutor Teófilo Braga, de que os romanos conhecêram os Açôres e de lá extrairam o estânho, que é cousa que êles não possúem. Mas não é inadmissível que navios cartaginêses, grêgos e romanos ali fôssem levados por tempestades.

Se tal sucedeu, menção do facto não ficou nos registos históricos, e é como se não désse.

É certo, porêm, figurarem tais Ilhas em portulanos anteriores, mas muito anteriores à época que se aponta, como a do descobrimento pelos portuguêses, talvês uns oitenta anos, coincidindo cronológicamente essa aparição, nos portulanos, com a incontestavelmente autêntica carta do Rei Dom Afonso IV ao Papa Clemente VI, em 12 de Fevereiro de 1345.

Espero tratar dêste assunto, com maior desenvolvimento, quando publicar um trabalho, de maior fôlego, sôbre a Ilha do Faial, a *Ilha da Ventura,* do mapa catalão anónimo de 1375, e sôbre as demais que constituem hoje o distrito da Horta.

*

* *

Fôram sempre de Portugal estas Ilhas?

A crença geral responde que sim. Mas no *Glôbo de Nuremberg,* diz Martin Behaim, célebre cosmógrafo do século xv,

confidente de D. João II, e genro de Josse de Hurtere, 1.º donatário das Ilhas do Faial e do Pico:

«As ditas Ilhas fôram colonisadas em 1466, quando o Rei de Portugal as deu, depois de muitas instâncias, à Duquêsa de Borgônha, de nome Isabel. Então havia em Flandres grande guérra e extrema miséria, e a referida Duquêsa mandou, de Flandres, muita gente, homens e mulheres, de todas as condições, e bem assim padres, e tudo quanto convêm ao culto religiôso, e alêm disso navios carregados de móveis e utensílios necessários á cultura das terras e á construção de casas, e lhes deu, durante dois anos, tudo de que careciam para subsistir, e para que no decurso do tempo, cada pessôa pensasse nela, na ocasião das missas, resaria, por sua intenção, uma *Ave-Maria,* as quais pessôas éram em número de 2:000, de maneira que, com as que para ali fôram e as que depois nascêram, formáram alguns milhares. Em 1490 havia ali ainda divérsos milhares de pessôas, tanto alemãs, como flamengas, que para lá seguíram com o nobre cavaleiro Job (aliás Josse), de Hürter (aliás Hurtere), senhôr de Moerkirchen em Flandres, meu querido sôgro, a quem estas ilhas fôram dadas para êle e seus descendentes pela dita Duquêsa de Borgônha».

Êste donatário que estava em Flandres em 1467, ao serviço da Infanta D. Isabel de Portugal, Duquêsa de Borgônha, veiu para Portugal; aqui casou com Dona Beatris de Macêdo, então do séquito da mãe do Rei Dom Manuel I, e filha de Jerónimo Fernandes. Fixou residência na capitania em 1490 ou pouco depois.

Viajou bastante entre ela e Lisboa, e nesta capital hospedou o famôso doutor Hieronimus Monetarius que refére habitar Josse de Hurtere uma grande casa que era do próprio monárca português.

Martin Behaim, o Martinho de Bohemia dos nossos cronistas, casára com Dona Joana de Macêdo, filha do referido Hurtere e de Dona Beatris. Estava em situação de saber como fôra parar às mãos do sôgro as Ilhas do Faial e do Pico.

Fazendo as afirmações que o seu glôbo contêm, ou falou verdade ou fantasiou?

Até êste momento não é possível dizê-lo, por falta de elementos, tanto mais que desapareceu a carta de donatário passada a Josse de Hurtere.

Seu bisneto, Jerónimo de Utra Côrte-Rial, em demanda com a corôa, juntou essa carta às suas alegações.

Mas não se encontra tal processo, que se arrastou pelos tribunais durante algumas desênas de anos, até que Jerónimo de Utra finalmente alcançou revista e com ela venceu o pleito.

Essa carta justificaria ou não Behaim, e vêr-se-ia o papel que representou a Infanta-Duquêsa, na história da colonisação, por que senhorio passáram as Ilhas Açoreanas, e as condições com que assumiu a donataría Josse de Hurtere, que, diga-se de passagem, era panadeiro-mór da filha do D. João I, refere segundo Frei Diôgo das Chagas.

Note-se que sendo costume copiar na carta de um donatário a do seu antecessôr, quando a expediram ao 2.º Josse de Hurtere, faltáram áquela praxe.

Latet anguis, ao que paréce.

Sería por se referirem circunstâncias que deixássem mal parados os direitos de Portugal aos Açôres, e especialmente ao Faial e Pico?

Dá que pensar ter feito a Infanta-Duquêsa à sua custa, embarcar colônos flamengos e alemães com destino à donataría de Josse de Hurtere, e fornecê-los de sementes e utensílios, pedindo-lhes, apenas, em tróca, que resassem, por sua intenção, uma *Ave-Maria!*

Terá fundamento o que diz o Visconde de Santarêm no *Quadro Elementar,* tom. III, ano de 1466, de ter D. Afonso V feito doação das Ilhas dos Açôres a sua tia, a Infanta-Duquêsa de Borgônha?

Véu bastante denso cóbre a genése ou os antecedentes desta colonisação dos naturais de Flandres: só lhe levanta uma ponta Martin Behaim.

Não paréce propositado não se registar a carta de donátário de Josse da Hurtere, como se fazia às demais e não a transcreverem na do filho, quando o empossáram, e que era de uso e costume?

Estas omissões não serão prova de que Behaim escreveu uma verdade no seu glôbo?

Oxalá que as dúvidas apontadas, as nossas suspeitas ou desconfianças, estimulem algum estudioso e o levem a encontrar soluções documentadas que esclareçam o problema histórico em que toquei e que não deixa de sêr interessante e de dispertar a curiosidade.

António Ferreira de Serpa.

I

DAS «SAUDADES DA TERRA» DE GASPAR FRUTUOSO

(MANUSCRITO DO SÉCULO XVI)

Capítulo do descobrimento da Ilha do Faial e de seus primeiros e mais antigos povoadores, entre os quais foi um mais principal chamado Guilherme Silveira, de que procedem os Silveiras.

Entre muitos não se sabe quem foi o primeiro que descobrio a Ilha do Faial e segundo diz o douto e curioso João de Barros, na sua *Asia,* no livro III da primeira década, no capítulo XI em tempo dos requerimentos de Colon a tinha Jos d'Utra; não sei se quer dizer descuberto, o qual era flamengo de nação e morador na cidade de Bruges, Ducado de Flandres, fidalgo e senhor de certas vilas (1) no mesmo ducado e vindo ter a Portugal, a ver mundo, como os flamengos costumavam fazer por serem curiosos os daquela província, que ainda que sejam muito ricos os homens de qualidade têem por costume mandarem seus filhos aprender ofícios, ou outras manhas boas de tanger e a dançar, falar línguas e outros exercícios: pelo que chegado Jos d'Utra à côrte de Portugal (não sei em que tempo de que rei), uns dizem que dali veio a descobrir a Ilha do Faial, a qual achou, e tornando para o reino se casou nele, outros dizem que quando se descobrio a Ilha do Faial, estava então um clérigo, flamengo de nação, que era capelão do Infante a quem a Infanta mulher do dito Infante (2), desejava fazer bem, por ser seu capelão muito tempo e bom homem; pelo que, com êste desejo de lhe pagar seu serviço, disse ao Infante que o fizesse capitão daquela Ilha, o que fizeram, e passados seus padrões, cairam como não era possível êle ser capitão, sendo clérigo, que não podia governar justiça; pelo que estando

---

(1) Senhor de Moerkirchen (Moerkerke), segundo Behaim, de Habruk (Haeghenbrouc), como lhe chamava o Senado de Nuremberg e filho de Léo de Hurtere, Senhor de Aghebrone (Aghebron (u) e (c) = Haeghenbrouc) e Bailio de Vuyv(n)endali (Wynandael).

(2) Êstes Infantes eram Dom Fernando, sobrinho do Infante Dom Henrique e seu filho adoptivo e herdeiro, falecido em 1470, e Dona Beatriz, pais do Rei Dom Manuel I.

disto descontentes lhe perguntou a Infanta se tinha algum parente ou amigo, que puzesse em seu nome e que a renda da igreja seria sua, o que fez o clérigo (1) e por ser a êste tempo Jos d'Utra comsigo, mancebo, flamengo de nação, criado cavaleiro da casa do dito Infante (2), com mais largo trata o douto e curioso João de Barros, no livro que fez chamado = *Clarimundo* = (3), que se conheciam e pousava com êle, disse o clérigo à Infanta que o fizesse seu capitão e que êle lhe daria a renda e que bem se haveriam, o que a Infanta fez saber ao Infante e lhe passaram disto suas cartas e padrões (4), e feito capitão, estando para se partir, disse a Infanta a suas criadas que já que aquele homem era capitão, se queriam algumas delas casar com êle, que seria capitôa daquela Ilha, ao que lhe responderam que não queriam, sómente Isabel (5) de Macedo, vendo que todas diziam que

---

(1) Será o Frei Fernando, citado pelo 2.º Josse de Hurtere, no seu testamento?

(2) De facto, Josse de Hurtere intitulava-se *Cavaleiro da casa do Senhor Duque*. Dom Fernando era Duque de Vizeu, como o tio, o Infante Dom Henrique.

(3) Eis o que diz João de Barros:

«Na Ilha do Fayal vivem muitos alemães (1) que fallam sua própria linguagem; e como ali viéram habitar foy desta maneira. A Infanta Dona Beatris, mãy do muy Catholico Rey Dom Manuel, casou uma criada sua com um cavalleiro allemão por nome Jos Dutra e deu-lhe em casamento com ella a capitania da Ilha do Fayal.

«Elle vendo a fertilidade da terra, e a disposição para grandes fazendas; por ser melhor povoada, fez grandes partidos a muitos allemães, seus naturaes, de maneira que a povoou de todos os officiaes para o uzo dos homens necessarios; e hoje em dia vivem nella seus filhos e netos».

(4) Com efeito, Jerónimo de Utra Côrte Rial, bisneto de Josse de Hurtere, na sua demanda com a corôa para rehaver a capitanía e donataría das Ilhas do Faial e Pico, juntou a carta de doação passada pelo Infante Dom Fernando, provavelmente entre 1460 a 1470.

(5) Aliás, Brites ou Beatris de Macedo, filha de Jerónimo Fernandes, *criado do Duque de Bragança,* como se lê na Chancelaria de Dom Afonso V, vol. XXXI, pág. 34, numa carta daquêle soberano, *previlegiando os caseiros de Jerónimo Fernandes*.

Parece-me que Dona Brites seria alemtejana, não só porque o pai fôra serventuário da Casa de Bragança, talvês no Alemtejo, mas por esta passagem de Gaspar Frutuôso, no capítulo relativo à Ilha Terceira, nas *Saudades da Terra,* e na qual se vê que a *Senhora Capitôa* conhecia casos ocorridos naquela província:

« .. veiu á Ilha Terceira um Gil de Bórba, cujo nome era Gil Eanes,

(1) Nos escritores antigos chama-se à Holanda e à Flandres *Alemanha-a-Baixa* e mesmo a Holanda cujo nome é na língua do país *Nederland,* significa *País Baixo* e daí a designação oficial do *Reino dos Países Baixos.*

não, disse ela que queria ser a contente: então casáram e se viéram para o Faial aonde vivêram e tivéram filhos.

Outros afirmam que por El-Rei ser informado que Jos d'Utra era fidalgo e pessoa principal em Flandres, e vinha a vêr o reino de Portugal, por sua curiosidade, o casou com uma sua dama chamada Francisca Côrte Rial, outros dizem — o que é mais certo — que havia nome de Beatriz de Macedo, de que procedem os Macedos desta Ilha de S. Miguel, e Guiomar Botelho, mulher de João Mendes Pereira, irmão de António Mendes Pereira e filha de Nuno de Macedo (1), que foi filho do dito capitão do Faial, e por assim casar a Beatriz de Macedo com êste capitão Jos d'Utra, lhe deu o Infante em casamento a capitania da Ilha do Faial e a Ilha do Pico, que ainda então estava por povoar, mas achada não se sabe por quem e são vários pareceres, se por Gonçalo Velho, comendador de Almourol, se pelo mesmo Jos d'Utra ou por quem.

Estando estas duas Ilhas do Faial e Pico descobertas, mas não povoadas, sendo muito ermas, com só algum gado, que nelas deitaram os primeiros descobridores ou os moradores da Ilha Terceira e da de S. Jorge, que primeiro foram descobertas antes de haver gente no Faial, veio do reino um homem de boa vida, ermitão, que pela saber mais solitaria se foi para a dita Ilha do Faial, aonde se poz de assento para nela exercitar sua determinação e devoção: estando ali só todo o inverno e no verão iam pessoas da Terceira às suas fazendas e visitar seus gados, onde então comunicavam com este ermitão. Indo lá um verão, se achou que por seu modo tinha ordenado uma embarcação; foi perguntado a que fim a fazia? Respondeu que da parte da Ilha do Pico, que é

---

e, segundo se soube, da Capitôa do Faial, que praticando com Domingos Homem, filho do capitão que casou no Faial com uma filha desta Capitôa e preguntando-lhe pelos nobres da terra, nomeou este Gil de Bórba, por Gil Eanes e contou como viera ás Ilhas, por elle e 6 ou 7 primos se irem á Vila de Arraiolos, e fechadas as portas, entraram por força com um fidalgo João (Fuão?) de Malheiro e cortando-lhe a cabeça, a levaram a Dona Branca, sua mãe, que vivia na Vila de Bórba; dizendo-lhe uma pessoa isto ao Gil Eanes. disse elle, em segredo «em sou êsse malaventurado», já arrependido de seu pecado e nunca a outrem disse quem era nem seus filhos o ouviram delle, sómente se soube por esta Capitôa e por um Rui Lopes, seu natural, que conheceu a elle e a seus parentes em Alemtejo e destes Bórbas, que são Curvos, está perdido o brazão, sem elles o terem, por não saberem de seus avós e viverem (vivem?) nobremente e ricos na terra (Vila da Praia)».

(1) Gaspar Frutuoso, quando tratou da Ilha de S. Miguel, chama-lhe *Fernando* de Macedo.

menos uma legoa do mar em meio aonde se vê o gado andar pastando, lhe aparecia uma mulher vestida de branco que o chamava de lá que se fosse ter com ela e por vêr para si que era Nossa Senhora, queria fazer aquele barquinho e no qual, forrado de couro, por fóra, determinava passar lá quando ela o chamasse: as pessoas que o ouviram o tiraram disso, o mais que poderam; comtudo ida a gente como se vio só, acabou a obra do barco que fazia, e se meteu no mar sem nunca mais ser achado, nem visto, pelo que esteve por certo que quem o chamava era o Demónio que o enganava e persuadindo-se que era a Virgem Nossa Senhora, foi meio esta capa de Santidade deste pobre morrer afogado, sem haver mais nova dele, nem do barquinho que fazia.

* * *

Sendo casado no reino Jos d'Utra com Beatriz de Macedo, e feito capitão (1) das duas Ilhas do Faial e Pico, que ou por as êle achar ou por assim casar lhe deram em dote, se

---

(1) Cavaleiro da Casa do Duque, alto donatário, como se vê desta carta de sesmaria passada na Ilha do Faial a 12 de Janeiro de 1486:

«Jos D'Utra, cavaleiro da casa do sr. duque e capitão por elle em suas ilhas do Fayal e Pico, com poder e autoridade do dito snr. que para ello tenho, e com Gomes Martins almoxarife em as ditas ilhas pelo dito snr.: Damos e confirmamos, deste dia para todo o sempre a Bastião Dias e a sua mulher e filhos e netos e erdeiros e successores que depois d'elles vierem, uma terra com matos maninhos que é em a ilha do Fayal, na banda da dita ilha onde chamam Ribeira Seca, e parte da banda do oeste com Gonçalo Rodrigues e do este com Fernão Pires e do sul com a lombada da serra e do norte com o dito Ribeiro secco *(sic)* e terá a dita terra outro tanto largor como a de Gonçalo Rodrigues, a qual terra lhe assi damos e confirmamos com tal condição, que da feitura desta até cinco annos primeiros seguintes que vierem, elles rocem e alimpem e semeiem a dita terra, que lhe assi damos de sesmaria, dando por ella caminhos e serventias para o concelho se lhe for necessario e não a roçando nem aproveitando até o dito tempo, como dito é, que o senhorio a possa dar de sesmaria a quem a aproveite e depois de ser aproveitada a possam vender e doar e trocar e escambar e fazer della como de cousa sua propria e isentar possessão. E por esta nossa carta de dada e confirmação por nós assinada os havemos por mettidos em posse da dita terra e rogamos e encomendamos da nossa parte, e da do dito snr. rogamos aos capitães e almoxarifes que depois de nós vierem que assi lha guardem e mantenham como em ella é conteudo.

«A qual foi feita e outorgada na ilha de Fayal aos xij (12) dias de janeiro, Bertolameu Alvares, escrivão do Almoxarifado em a dita ilha,

foi de Portugal a Flandres, aonde tinha seu património, o qual vendeu lá para vir povoar as ditas ilhas e capitania delas e desejando trazer gente para as povoar por serem novas e ermas, falou com muitos e informava muitos de sua nação flamenga e amigos seus para este efeito, prometendo-lhes dar nas mesmas Ilhas quanta terra quizessem, e fazer muitos favores com os quaes demoveo a virem alguns dos seus naturaes a elas.

Outro sim dizem que primeiro veio com sua mulher à Ilha do Faial, e dahi deixando-a na Ilha, se foi a Flandres donde trouxe muitos flamengos parentes e amigos, como foram António d'Utra (1), parente seu e pessoa muito principal, que casou na terra, de que procederam os d'Utras que hoje há nela, e outro Jos d'Utra, e outro chamado Arnequim (2), casado com Beta, sua mulher (3), flamenga, e outro Pitre (ou Pita) Davosa? (ou Darusa?) (4) com Maya (5), flamenga de nação, e outro Jorge casado com Margarida Luis *(sic)*, flamenga, e outros a que não soube o nome: êste Arnequim dizem era um flamengo valente e determinado. Conta-se dele que indo um Corregedor ali, ao Faial, fazer sua correição conforme a lei de El Rei, acabado o derradeiro dia de trinta que por a ordenação lhe eram dados que estejam *(sic)* em cada Ilha daquelas, foi-se êste Arnequim ao Corregedor, com outros flamengos, e disse-lhe: «Senhor Corregedor! Já tua mercê tens acabado o teu tempo nas nossas Ilhas do Faial *(sic)*, vai-te embora logo, não estejas aqui mais, que não te queremos cá;» respondeu o Corregedor que êle não tinha tempo para se ir e, quando o houvesse, se iria: como de efeito não tinha vento para isso: tornaram êles a dizer que se fosse logo, replicou o Corregedor que não tinha vento, como havia de ir sem êle? alevantaram-se êles com grande alvoroço contra o Corregedor e começaram a dizer

---

pelo snr. Duque D. Manuel a fez, era de 1486». (*Archivo dos Açores*, vol. I, pag. 401).

É lamentável o sistema dos redactores do *Archivo*, de alterarem a grafia dos documentos, modernisando-os

E assim não sabemos como o 1.º capitão — donatário do Faial assinava o seu nome e apelido.

(1) São seus descendentes os Utras (Utra Bulcão e Utra da Silveira), das freguesias da Feiteira, Castelo Branco e Flamengas, do Faial.

(2) Herrn Jannequin (senhor Joãosinho).

(3) Elisabeth (Isabel).

(4) Pieter de Roose (Pedro da Rosa).

(5) Maria.

em altas vozes: «Senhor Corregedor! quér ventes, quér não ventes, bicha mala fóra de nossas terras» e de tal maneira o puzéram por obra, que foi forçado a recolher-se o Corregedor em uma casa, fechado e não aparecer mais, até que se foi, e, antes de sair, na casa onde estava, fez seus autos e tirou suas testemunhas o mais calado que poude, e mandou-os a El-Rei a Lisboa. Vendo-os El-Rei, mandou logo ao Capitão Jos d'Utra, que lhe prendesse aqueles homens e mandasse presos, o que o Capitão quiz pôr por obra, e indo correndo após o Arnequim (êste), se virou a êle com uma bésta, que levava, por o Capitão o acossar muito com o cavalo, e virando dalêm duma grota, lhe disse: «Senhor Capitão! Vai-te embóra, deixa-me, senão hei-te matar com esta bésta:» vendo o Capitão isto e que êles andavam todos alvoroçados temeo e deixou: e escreveu a El-Rei tudo, a que El-Rei respondeu os não prendesse, sómente da sua parte lhes dissesse que fossem ao Reino, o que êles, aconselhados de outros, fizéram, e sendo lá lhes disse El-Rei que não se espantava do que êles fizéram ao seu Corregedor, que era português, e êles flamengos, que não se entenderiam com êle; mas que se maravilhava do que fizéram ao seu Capitão com quem êles viéram e seu natural flamengo como êles, como o quizéram matar, não lhe obedecendo, nem tendo de vêr com êle *(sic)*, ao que respondeu Arnequim: «qués que te diga: — cães com raiva seus donos morda», ao que El-Rei que poucas vezes ria, segundo dele se diz, não se poude ter sem se mover a riso, virando o rosto para o outro cabo e passado isto tornou a virar para êles, dizendo-lhes que se fossem muito embóra, para suas casas, mas que outra hora não fizessem mais aquilo: foram-se com suas provisões de El-Rei para se não falar no caso e porisso dizem agora os do Faial que são da terra onde se diz: «bicha mala fóra de nossa terra».

Entre as pessoas que viéram áquelas Ilhas naquele princípio foi um homem principal, fidalgo naquelas partes, e rico, morador na cidade de Bruges aonde o Capitão Jos d'Utra naquele tempo morava, com quem tinha grande comunicação e amizade, e que havia nome Guilherme da Silveira, na língua portuguesa, que em linguagem flamenga quér dizer Wug(y)llenn Vahãderagem (1) ou Mulver le nvander agan (2),

---

(1) Willem van der Haghe on Haagen.
(2) Wulverghem?

ao qual demoveo para vir povoar as duas Ilhas, fazendo-lhe favoraveis partidos e vantagens de dadas (datas) de terras e de tudo o que êle quizesse, e porque Guilherme da Silveira era homem muito católico e temente a Deus, deu palavra ao Capitão Jos d'Utra de vir viver às ditas Ilhas e a principal causa que o moveo foi porque naquele tempo havia grandes guerras em Flandres, Cristãos com Cristãos, onde se matava muita gente e como lhe pareciam mal aquelas dissenções e por lhe pedirem, como homem poderoso e neto de Conde que era, ajuda para a guerra que êle tinha por injusta, por não intervir nela, deu a palavra que disse ao Capitão Jos d'Utra com o qual se veio a residir em sua capitania com sua mulher e família, ficando Guilherme da Silveira na cidade de Bruges fazendo-se prestes.

(Continúa).

ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Discurso leido en la solemne apertura del Curso Academico de 1918-19, por D. Isaác Galcerán Cifuentes. Oviedo, Est. tip. «Sucessor de A. Brid», 1918.

Assistencia Vegetariana á Infancia — Volume n.º 2, por Arthur de Vasconcelos. S. Paulo (Brazil), A. Azevedo, Editor.

Les vices de la Constitution Française, por Edmond Villey. Paris, Imp. G. Poisson et C.ie.

Solitaris, Sonets — Segonna Edicio, por I. Ribera-Ravira. Barcelona, 1918.

Report on the Progress and condition of the United States Nationel Museum for the year. Ending, June 30, 1917. Washington, Governement Printig Office, 1918.

Codigo de Fazenda — Colonias Portuguesas, por J. M. Pereira Segadães. Porto, Lopes e C.ª, Sucessor, L.da, Editor, 1917.

Index Alfabetico, Chronologico e Remissivo, por Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque. Nova Goa, Imp. Nacional, 1918.

Medalhões Nacionaes (Poetas e Pensadores), por Matias Lima. Porto, Tip. Sequeira.

Mousinho da Silveira (Grandes Vultos Portuguezes), por Possidonio M. Laranjo Coelho. Lisboa, Tip. da Livraria Ferin.

Tragédia Grega — I. *Sua Estrutura*, por Amadeu Silva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1913.

O Castelo e Fortaleza de Marvão — Os seus alcaides-móres e principaes governadores, por Possidonio M. Laranjo Coelho. Lisboa, Tip. Adolfo de Mendonça.

Pela Patria, por Matias Lima. Pamalicão, Tip. Minerva.

Colloïdes et état Colloïdal — II Serie — Ano III, por Eduardo Burnay. Porto, Tip. a Vapor da «Enciclopedia Portuguesa», 1918.

Vergel Florido, por Matias de Lima. Famalicão, Tip. Minerva, 1917.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



VOLUME 65.º
N.º 11

1918
Novembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário

INDEX

Demostraciones geométricas originales, nuevas, de dos antiguas proposiciones, por HORACIO BENTABOL Y URETA 517
História da instituição da Santa Ordem da Cavalaria e das ordens militares em Portugal, por D. THOMAZ DE ALMEIDA MANUEL DE VILHENA 525
Curiosidades históricas e artísticas, por SOUSA VITERBO 535
Dois inéditos acêrca das ilhas do Faial, Pico, Flôres e Córvo, por ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA 555

DEMOSTRACIONES GEOMÉTRICAS ORIGINALES, NUEVAS, DE DOS ANTIGUAS PROPOSICIONES

En 1916, durante la preparación da las conferencias sobre FILOSOFIA MATEMÁTICA que dí en el Ateneo de Madrid, tuvo necesidad de repasar las teorias de las llamadas geometrías *no euclídeas* y con este motivo al considerar que nestas admitian la posibilidad de que la suma de los ángulos de los triángulos rectilíneos valga mas ó menos que dos ángulos rectos, me ocurrió, sin esfuerzo alguno mental y casi expontaneamente, una sencillísima demostración de este conocido teorema que, no basándose en la teoria de las paralelas, puede servir de punto de partida para demostrar el *hasta aquí indemostrable* postulado de Euclides.

Este descobrimiento fué hecho por mí el dia 1.º de Abril de 1916, el 23 del mismo mes expliqué la demostración en la primera de las aludidas conferencias públicas que dí en el Ateneo ante un auditorio selecto, y el 5 de mayo notifiqué al Sr. Presidente de la Academia de Ciencias de Madrid, por medio de una carta este hecho, á fin de acreditar la prioridad del descobrimiento. Precaución no desprovista de fundamento puesto que poco tiempo despues me enteré de que un catedratico de Instituto que asistia á mis conferencias explicaba á sus discípulos mi demostración y la exigía á los mismos en los examenes de fin de curso.

Posteriormente, en mis cartas al Sr. Presidente de la Academia de Ciencias de Madrid del 16 de Abril y 28 de Noviembro de 1917 anunciándole el envio de la presente y otras notas que me proponis y me propongo dirigir á tan docta corporación sobre trabajos y observaciones originales relativas á cuestiones geométricas y matemáticas, en general, hice alusión á dichas nuevas demostraciones.

La presente nota se limita á presentar las dos nuevas demostraciones siguientes:

1.ª *Sencilla demostración* directa y al alcance de los niños

de que la suma de los ángulos de qualquier triángulo rectilíneo vale dos rectos, que no se funda en la teoria da las paralelas ni por tanto en el postulado de Euclides, sino en el giro de una recta.

2.ª *Demostración* de la certeza del *postulado de Euclides,* partiendo de la demostración anterior.

Primera demostración

Se puede demostrar que la suma de los tres ángulos de cualquier triángulo rectilíneo y por tanto plano, vale tanto como dos ángulos rectos, por el siguiente procedimiento que considero nuevo y que desde luego es original. Procedimiento que se funda en el giro de una recta móvil que se supone ir apoiándose sobre los lados del triángulo de que se trate y que, como antes dije, fué expuesto en la conferencia que dí el 24 de Abril de 1916 en el Ateneo de Madrid, primera de la serie de ellas que con el título de *Curso abreviado de Filosofia Matemática* desarrollé en la cátedra de dicha sociedad en los años de 1916 y 1917.

Como mi demostración difiere enteramente de la conocida que como se sabe se funda en la teoria de las paralelas, para prevenir la extrañeza que toda novedad produce aun entre los hombres de Ciencia, conviene recordar que los giros, doblamientes, desarrollos, plegomientos y superposiciones de lineas y figuras, son recursos y procedimientos constante y unanimemente empleados por todos los autores de Geometria, en sus demostraciones.

Mi procedimiento demostrativo puede desarrollarse de dos modos distintos que, aunque algo diferentes en la forma, son idénticos en el fondo.

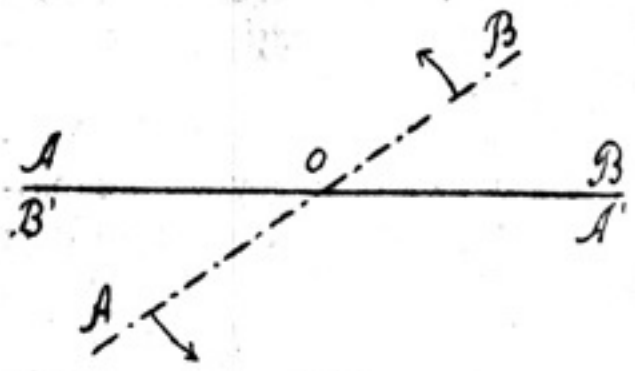


Fig. 1

La primera forma de mi demostración que es la descubierta en 1.º de Abril de 1916 y explicada en público por primera vez en 25 del mismo mes, consiste en observar que sí demostramos que la suma de los tres ángulos de un triángulo cualquiera es igual al ángulo total de giro que es necesario hacer ejecutar á una recta AB (fig. 1), al rededor de cualquiera de sus puntos *o,* para que sin salir de un plano quede invertida hasta

coincidir en su posición final con su primitiva posición segun A'B' (es decir un giro de dos ángulos rectos) habremos demostrado el teorema en questión sin necesidad de acudir á la teoría de las paralelas; tranquilizando nuestro ánimo respecto al últimamente discutido valor de la suma de los ángulos de los triángulos rectilíneos.

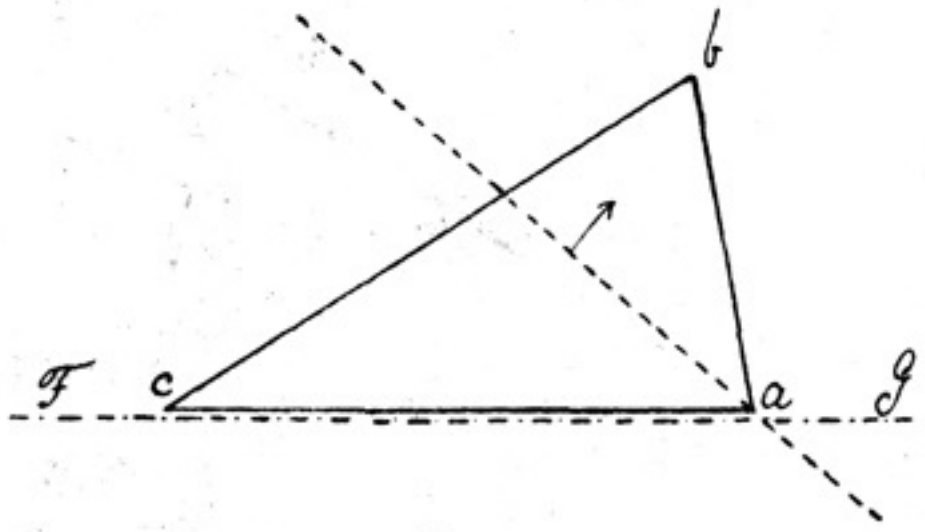


Fig. 2

Pasando ya á la demostración supongamos que sea *abc* el triángulo rectilíneo propuesto, que no necesita cumplir con ninguna condición especial.

Supongamos, despues, superpuesta una recta FG sobre el lado *ac* y hagamos girar esta recta, sin salir del plano del triángulo, hacia la derecha, al rededor del punto y vértice *a* (fig. 2) hasta que coincida con el lado *ab,* del triángulo (fig. 3), con lo cual la recta móvil habrá girado hacia la derecha el ángulo *a*. Continuemos el movimiento de la misma recta en el mismo sentido á partir de la posición *ab,* pero no ya alrededor de *a* sino del punto y vértice *b* (fig. 3) hasta que llegue a ocupar la posición *bc* (fig. 4), con lo cual habrá girado ahora el ángulo *b*. Una vez hecho (o mejor dicho, *supuesto*) esto, terminemos el movimiento de giro de la recta móvil alre-

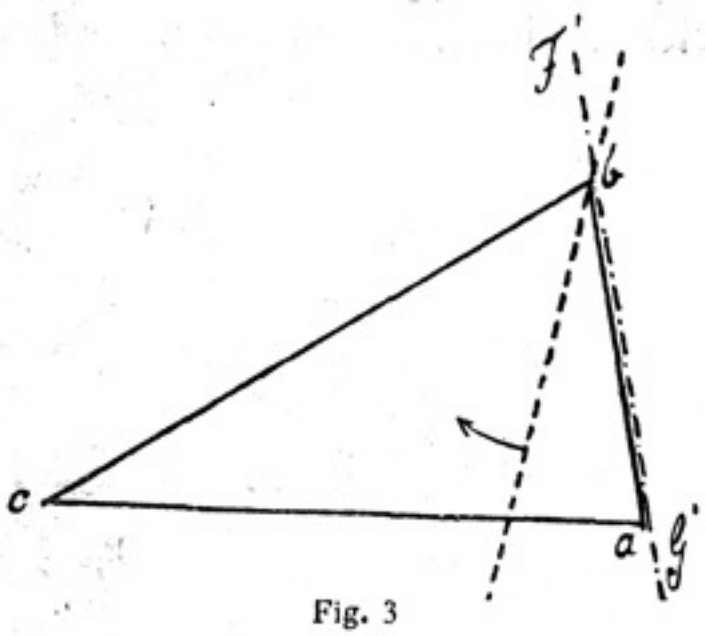


Fig. 3

dedor de *c* (fig. 4) hasta que llegue á superponerse á la dirección inicial *ac* (fig. 5) aunque habiendo quedado invertidos los extremos F y G sobre G y F en la posiciôn final F'''G'''.

En las cuatro figuras 2 a 5 se indican los giros de la recta y de las posiciones intermédias al terminar cada uno de

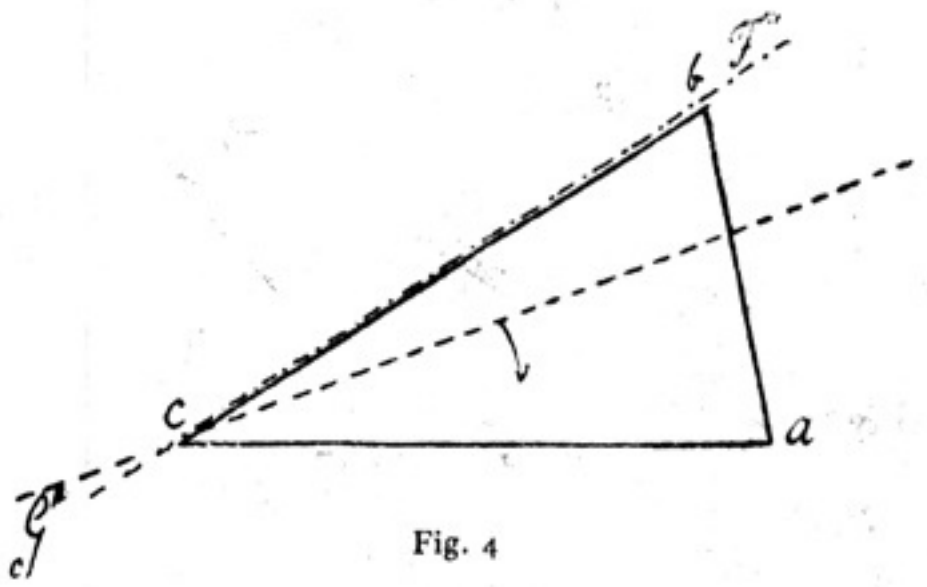


Fig. 4

ellos, en F'G' y F''G''. De este modo la recta movible habrá dado una média vuelta faccionada en tres giros parciales iguales respectivamente á los ángulos *ab* y *c*, y se tendrá

$$a+b+c=\text{dos ángulos rectos},$$

que es lo que se quería demostrar.

Al mismo resultado se hubiera llegado, evidentemente, haciendo girar la recta FG hacia la izquierda alrededor de *cba*.

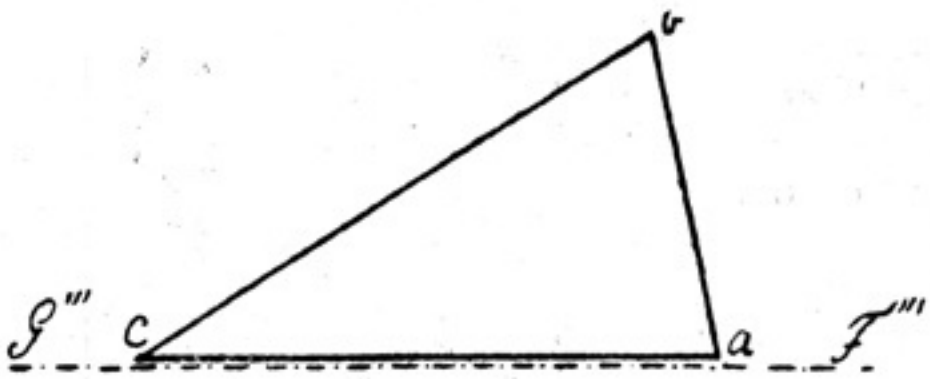


Fig. 5

La segunda forma que puede darse á mi demostración, encontrada el 1 de Noviembre actual al redactar la presente nota, consiste en suponer que doblamos bruscamente una

recta indefinida AB (fig. 6) en tres cualquiera de sus puntos *b, c, a'*, haciendo girar *b*B respecto á *ab*, *c*B respecto á *bc* y *a'*B respecto á *ca'*, de modo que al final de estos doblamientos ó giros *a'* venga á superponerse sobre *a* y el segmento *a'*B sobre A*b*. Operaciones ideales que se pueden materializar por medio de un alambre, ó de una tira articulada de car-

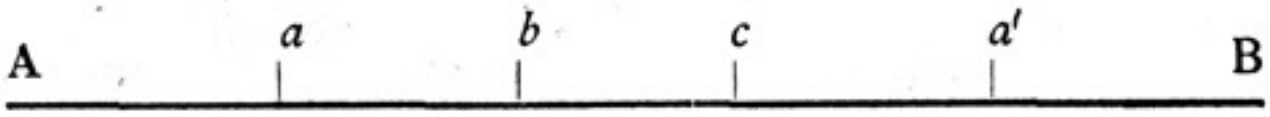


Fig. 6

tulina ó de uno de los metros plegables que se encuentran en las manos de todos los artífices é ingenieros.

De este modo habremos formado con la recta tres veces doblada el triángulo *abc* (fig. 7) por medio de los tres giros en *b, c* y *a'*, hasta adaptar la recta á los lados de los ángulos del triángulo formado, cuya suma valé dos rectos, como se deduce de consideraciones fáciles de deducir despues de lo anteriormente dicho, puesto que la recta *a'*B se superpone despues de los giros, sobre A*b*; que es lo que queriamos demostrar.

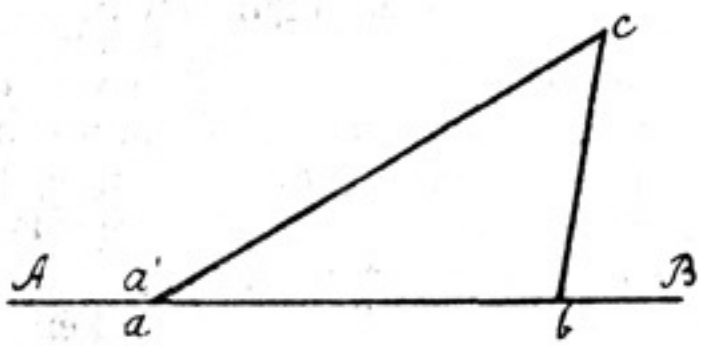


Fig. 7

Como estos hechos son ciertos cualesquiera que sean los puntos *a, b, c, a'*, tomados sobre la recta (y según sean las distancias entre ellos así serán los triángulos formados) claro es que la demostración es general y aplicable á todos los triángulos rectilineos.

Segunda demostración

Demostración del postulado de Euclides. — Una vez demonstrado el anterior teorema, es decir que *la suma de los ángulos de cualquier triángulo rectilíneo vale exactamente dos ángulos rectos,* por el procedimiento sencillísimo y directo acabado de explicar en dos formas distintas y con toda independencia de la teoria de las paralelas, fácilmente se puede deducir de él la exactitud del postulado de Euclides, del siguiente modo.

Sea una recta AB cortada por una oblicua á ella CD (fig. 8).

Si por el punto D de la oblicua, imaginamos (ó suponemos trazada) otra recta DE con las condiciones de que esté en el mismo plano que las dos anteriores y de que forme con DC el ángulo *a'* igual al *a,* pero del lado opuesto que este á la oblicua, las rectas AB y DE no se encontrarán por mas que se prolonguen por el lado del ángulo *á,* porque si se encontrasen se formaría por este lado un triángulo con las rectas DE, DC y CB, en el cual el ángulo formado por las rectas DE, y CB tendría algún valor.

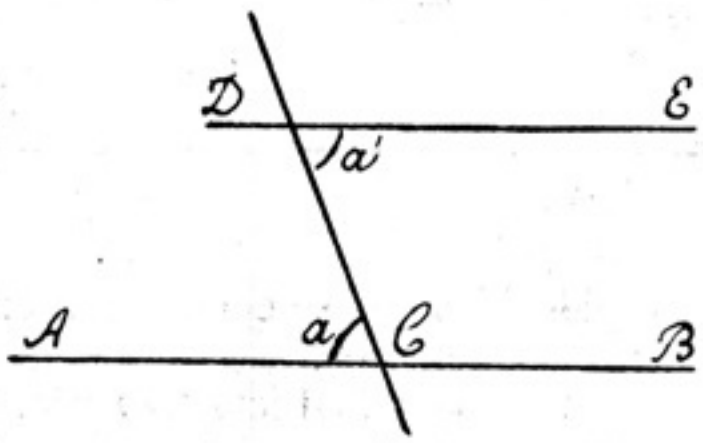


Fig. 8

Pero como el ángulo $\widehat{DCB}$ vale dos rectos menos el *a,* la suma de dicho ángulo $\widehat{DCB}$ y el *á* (que es igual por supuesto ó por construcción al *a*) tambien vale dos rectos y por lo tanto no quede ningún valor en el supuesto triángulo, para el ángulo de las rectas DB y CB que resultan ser paralelas: entendiendo por paralelas las rectas que equidistan en todos sus puntos; pudiéndose tambien decir que las paralelas están en un mismo plano y forman entre sí un ángulo nulo ó cero.

Comprendido esto, es evidente que cualquier recta que pase por D esté situada en el plano determinado por AB y C.D. y quede dentro del ángulo *á,* cortará á la recta CB bajo un ángulo (1) igual á la diferencia (2) entre el ángulo *a'* y el ángulo qne dicha recta forma con CD (3) porque entre estos tres ángulos (1, 2, 3) sumaran los dos rectos que corresponden a la suma de los del triángulo que en tal caso se formará por la derecha de CD; triángulo que sólo dejará de formarse cuando la suma de los ángulos $\widehat{DCB}$ y $\widehat{CDE}$ sea exactamente igual á dos rectos, como antes supusimos. Y como los mismos razonamientos son aplicables á la parte izquierda de la figura, queda demostrado el famoso postulado de Euclides, que dice: *Si dos rectas situadas en un plano forman con una secante á ellas y á un mismo lado de la secante, ángulos internos cuya suma sea menor que dos*

ángulos rectos, las rectas de que se trate se cortarán y su punto de intersección estará del mismo lado de la secante en que la suma de los ángulos internos sea menor que dos rectos.

Observaciones

Primera. — Claro está que adoptando estas demostraciones es necesario cambiar el orden actual de los preliminares en los tratados de Geometría de modo quetan pronto como se expongan las nociones de rectas y planos, ángulos planos y la definición de polígonos rectilíneos, se darán las dos demonstraciones anteriores consecutivamente, pasando á la definición del paralelismo entre rectas y enseguida á la teoria de las paralelas.

Segunda. — Parece extraño, por demás, que demostraciones tan sencillas como las que tengo el honor de presentar no hayan sido encontradas por alguno de los inumerables cultivadores de las teorías geométricas durante tantos siglos como es conocida la propiedad que gozan los triángulos rectilíneos de que la suma de sus ángulos es *exactamente* igual á dos ángulos rectos, ni la demonstración del postulado de Euclides fundada en esta propiedad, y no la propiedad de la suma de los ángulos en el postulado, pero lo cierto es que todos los dias se observa que lo más sencillo es lo último que se percibe y que pasan inadvertidamente á nuestra atención muchas cosas que se hallan enteramente á la vista de todo el mundo.

Si el primero que descubrió la consabida propiedad de los triángulos la hubiera encontrado y demonstrado por el procedimiento explicado en esta nota, probablemente no se le hubiera ocurrido á nadie ir á buscar la demostración en la teoría de las paralelas ni basar la teoria de estas en el postulado de Euclides. Pero ocurrió a la inversa, y todos los geómetras inadvertida y necesariamente, han seguido el camino abierto por el postulado. Corrobora la observación anterior el hecho de que el mismo que ha tenido la pequeña fortuna de dar con estas sencillísimas demonstraciones, pasó la mayor parte de su vida sin sospechar que pudiese haber otras mas que las conocidas desde antiguo.

Y confirma aun mas el mismo hecho psicológico la circunstancia de que habiendo encontrado la primera forma de mi demostración en 1916, no fijé la atención hasta hace muy

pocos dias sobre la segunda forma de que es suceptible y que expongo en esta nota por primera vez.

Tercera. — Adoptando la primera demonstración de las aquí presentadas, el postulado de Euclides deja de ser proposición fundamental para pasar á la categoria de teorema de importancia secundaria, hasta al punto de que resulta innecesaria su enunciación para explicar y comprender todas las teorias geométricas.

Por lo cual las denominaciones de Geometria *euclidea* y de geometrias *no-euclideas* pierden su razón de ser desde que por el procediniento de demostración aquí expuesto la Geometria podrá tomar cualquier denominación mas apropiada que la de *euclidea,* puesto que ya no se basarán sus elementos en el postulado de Euclides.

Madrid, 4 de Noviembre de 1918.

HORACIO BENTABOL Y URETA.

HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO DA SANTA ORDEM DA CAVALARIA E DAS ORDENS MILITARES EM PORTUGAL

(Cont. do n.º 10, pag. 502)

Estava a côrte em Coimbra, e dali partiu D. Afonso numa segunda feira de março, acompanhado apenas por «duzentos e cincoenta Caualeiros todos de valor conhecido, & exercitados na guerra, em que entrauam muitos Tẽplarios (1)», com róta para Santarêm (2). Jornadeavam de noite, por caminhos invios, com as maiores precauções (3), guardando rigoroso silêncio e chegaram na madrugada de sábado, antes do sol romper, diante dos muros da apetecida fortaleza.

Os da expedição, salvo alguns dos principais (4), ignoravam o destino que levavam, porque muito dependeria o êxito, do segredo. Só lho revelou (5) el-rei, na sexta feira,

---

(1) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXII.

(2) «... egressi Colimbria feria secunda castra metati sumus in Alfathar, & hæc fuit nostra mansio prima, sequenti die mansimus in Cornudellos, vnde misimus Martinum Mohabet alios duos, qui renunciarent habitoribus Santarem solutam fore pacem vsque in tertium diem. Qui iussa perficientes venerunt ad nos feria quarta in Abdegas. Inde proficientes castra metati sumus in Aluardos, mansimusque ibi totam quintam feriam vsque ad noctem. Indeque promouentes nocte illa ambulauimus vsque Ebrahaz in summitate Pernez feria sexta illucescente». (*Relatorio da Tomada de Santarem, loc. cit.*).

(3) «... e levarão ho caminho tam revessado, e encuberto que hos Mouros nom ouverão novas delles....». (Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. XXV).

(4) «... nom sabendo ninguem para onde hião, salvo aquelles a que ho comunicara...». (Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. XXV) e eram estes Mem Ramirez, Lourenço Viegas, Pero Paes e Gonçalo de Sousa (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXII. — Duarte Nunes de Leão, *loc. cit.*, tit. I, fl. 106).

(5) *Relatorio da Tomada de Santarem, loc. cit.* — Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. XVI. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXII.

em Pernes, expondo-lhes o ousado plano do assalto. A muitos pareceu grave temeridade o intento, e, conquanto se não furtassem a participar na aventura, entenderam por boas razões de estado, dissuadir o príncipe de expôr-se a tamanho perigo. Êle não conveiu (1). A sua grande alma cavaleirosa repugnaria alhear-se dos riscos que os seus companheiros iam correr. Nos bons tempos da Cavalaria tinha o chefe militar de ser o primeiro entre os mais extremados *miles*. Não só ordenava o combate, mas, combatia em pessoa, melhor e mais do que ninguem, procurando de preferência os lances arriscados, não cedendo a outrem o cruzar o ferro com os mais terríveis adversários. Todo o enorme prestígio dêstes compeões que dispunham da magia de conduzir para os mais difíceis cometimentos as multidões, numa obediência perfeita, num completo desprezo pela vida, resultava da prática de feitos famosissimos, porventura sôbrehumanos, consagrados à efectuação dos grandes ideais, mais queridos e anhelados pelas sociedades a que pertenciam. O brílho deslumbrante da sua coragem, o exemplo enternecedor de tantos sacrifícios ofertos na ara do bem comum, o entusiasmo vívido, contagioso que iluminava as proezas dêstes sublimes paladinos, contribuia tudo para divivisar-lhes, por assim dizer, a autoridade.

Eram obedecidos porque haviam o poder de comunicar aos outros a sua fé inabalável. Afonso Henriques numa grande emoção, na impaciência de pelejar, na véspera da arremetida, bradava aos seus Cavaleiros: Cobrem vigor vossos braços, porque sem falta algũa temos o Senhor da nossa parte, com cuja ajuda cada hum de vos poderá desbaratar cem inimigos» (2); e devotamente lhes anunciava que a comunidade de Santa Cruz (3) estava orando por todos. Quanto a êle,

---

(1) «Estaua lẽbrado o grande Rey D. Affonso da promessa de nosso Saluador no Campo de Ourique, com que lhe assegurâra o fauor na guerra dos Mouros. Tinha feitas as preparações necessarias de orações, & promessas, sabia que o zelo da honra de Deos, & da dilatação de sua Fé o guiaua nestas emprezas. Constaua-le do grande temor que os Mouros lhe tinhão... e concorrendo tantas razões, julgou por conveniente offerecer a qualquer lanço perigoso sua propria vida, & não desamparar os seus naquella occasião». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, cap. XXIII).

(2) «Confortentur vestræ manus, Dominus est enim nobiscum, nam vnus é vobis poterit ex eis percut ere centum». (*Relatorio, loc. cit.*).

(3) «Hodie, sicut credo, fit pro nobis communis oratio á Canonicis Sanctæ Crucis, quibus prædixi hoc nostrum negotium, & in quibus con-

preferia sucumbir na pugna, a deixar de ver Santarem rendida (1). Na ância de merecer da Providência a graça do cubiçado vencimento, apegava-se com grande fervor às melhores armas espirituais. Seu irmão bastardo, D. Pedro Afonso (2), perfeito exemplar do Cavaleiro medieval, frequentára em França o célebre abade de Claraval, Bernardo (3), já então reputado como uma das primeiras figuras da cristandade, e obtivera, segundo se disse, sem maiores dificuldades, dado o parentesco do Santo com a sua família, que êle recomendasse na Cúria, o pretendido reconhecimento da realeza de D. Afonso Henriques (4). O insigne reformador de Cister era uma alma ardente e cavaleirosa e um dos propagandistas mais eloqùentes e convencidos da guerra santa contra os infieis (5).

Por certo a cruzada portugueza deveria ser grata ao seu ânimo. Diante do grave perigo que prometia a emprêsa de Santarem, lembrou D. Pedro a seu irmão que se encomendasse ao bemaventurado parente, pois soubera de muitos

---

fido, & á cætero Clero simul cum omnipopulo». (*Idem*). O prior de Santa Cruz, D. Theotonio que tinha sido consultado sôbre o projecto da conquista de Santarêm, compoz a oração seguinte, para impetrar o auxílio divino a favor dos portugueses: Domine, domine, inquit, omnipotens, qui muros iherico sine gladio et arcu subrui fecisti, qui etiam ad precem iosue contra gabaon solem stave precepisti, tuam deprecamur ineffabilem clementiam, ut regi nostro famulo tuo, sub umbra cuius, te protegente, uiuimus, uictoriam propitius concedere digneris de inimicissima christiani populi ciuitate. Quantinus excluso inde spurcissimo ac nefando mahometis ritu, laudetur ibi nomen tuum domine deus». (*Vita Sancti Theotonii, loc. cit*, § 26).

(1) «Velit Deus oro, vt si in hoc anno excessurus sum vita nisi ciuitas sit capta, non egrediar ab hoc pugna». (*Relatorio, loc. cit*).

(2) «. . . havido em huma mulher de qualidade». (*Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tom. I, fl. 40). Os antigos cronistas fazem êste príncipe filho do Conde D. Henrique. (Vid. Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. XXV e XVIII. — Duarte Nunes de Leão, *loc. cit.*, tom. I, fl. 37 e 107. — Fr. Bernardo de Brito, *Chronica de Cister*, liv. V, cap. XVI). — Fr. Antonio Brandão, na *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, admite esta versão no cap. XXIII, do liv. X, e vem contrariá-la no cap. XXXIII do mesmo livro, persuadido de que se trata de um filho natural de D. Afonso Henriques. D. Antonio Caetano de Sousa refuta a hipótese de Brandão, a fl 47 e 62, do tom. I, da *Historia Genealogica*. Veja-se também Jorge Cardoso, *Agiologio Lusitano*, tom. II, no dia 9 de maio.

(3) «. . . talvez entre os seus contemporaneos o homem mais eminente por muitos dotes reunidos». (A. Herculano, *Historia de Portugal*, tom. I, fl. 371).

(4) Fr. Bernardo de Brito, *Chronica de Cister*, liv. III, cap. IIII.

(5) Michaud, *Histoire des Croisades*.

milagres, em terras de França, que êle obtivera de Deus (1). Comoveu-se o piedoso rei com o alvitre, e logo prometeu fundar um magnífico mosteiro da Ordem de Cister, se pelos merecimentos de S. Bernardo alcançasse a vitória (2). Como é sabido, a célebre abadia de Alcobaça representa o cumprimento dêste voto (3). Conforme se explicam as velhas lendas, aprouve à Divina Providência, por meio de prodígios, rebustecer a confiança com que a hoste cristã esperava o seu auxílio. Citarei apenas um sinal «que lhes esforçou muito mais hos corações».

Quando entraram de noite cerrada nos Olivais de Santarem, «virão huma estrella grande ardente com grande rayo correndo pelo Ceo, da parte da Serra, que alumiava ha terra, e foy ferir no mar».

Deslumbrados pela exalação «dicerão logo todos: Senhor Deos todo poderoso ha Villa hee em vossas mãos» (4). E de facto o temerário empreendimento foi coroado do mais feliz êxito. Mal a aurora repontava, quando alguns cavaleiros escolhidos galgaram as muralhas da fortaleza, com o auxílio de escadas. Introduzidos na praça, depois de desembaraçados das vigias, correram a arrombar a porta principal, chamada de Atamarma, ao som de brados atroadores por San-

---

(1) Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. XXV. — Duarte Nunes de Leão, *loc. cit.*, tom. I, fl. 107. — Fr. Bernardo de Brito, *Chronica de Cister*, liv. III, cap. XVIII.

(2) «Então El Rey movido ha devação pelas couzas que lhe seu irmão assi contava, dice: Eu a honra, e louvor de Deos, prometo que se me elle Santarem quizer dar, por sua piedade, e pelos roguos do Bemaventurado S. Bernaldo, que vós dizeis, e eu lhe dee esta terra para a sua ordem quanta vejo daqui atée ho mar, e que faça hum Moesteyro em que os Frades da sua Ordem vivão hã serviço de Deos, e porque ella seja mais acrescentada». (Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. XXV. — Escreve Fr. Antonio Brandão: «Ha tradição q̃ em aquella noite apareceo o Sãto a el Rey, & o certificou do bom sucesso, & isto dão a entender as figuras de vulto que estão em o remate do Coro de Alcobaça, & em hũa das vidraças do Capitulo. Tambẽ consta por tradição & memoria escritas, que em o mesmo ponto que el-Rey fez o voto de fundar o mosteiro, foi reuelado ao Santo em França, aonde viuia, o qual com as suas oraçõẽs & de seus subditos franqueou a el-Rey D. Afonso o despacho daquella vitoria». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. XXII).

(3) Fr. Bernardo de Brito, *loc. cit.*, liv. III, cap. XX, XXI e XXII. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. XXXII.

(4) *Relatorio da Tomada de Santarem, loc. cit.* — Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. XXVII.

tiago! e rei Afonso! a abafarem os gritos de alarme soltados pelos moiros: — Annaçara! Annaçara! (nazarenos!). Cá de fora respondia-lhes enorme vozearia da qual sobresaia a voz potente do rei, berrando: «Santiago, Sãtiago patrão do povo fiel, Santissima Virgem Maria soccorrei aos vossos. Aqui está el Rey Dom Affonso. Animo meus soldados, feri nesses inimigos, & não escape algum com vida de vossas mãos».

Derribada a porta, avançou D. Afonso Henriques à frente dos seus cavaleiros, «e tanto que se vio dentro postos os giolhos em terra fez breue, & feruente oração a Deos, & tal q̃ a proprio Rey diz em seu testemunho que so Deos sabia a oração que elle então fizera, & com quanta humildade o inuocara» (1). Já então esvoaçava sôbre os muros do velho castelo, como uma águia altiva e ameaçadora, o Pendão da Cruz. A audácia da surprêsa de tal modo desmoralizou os sitiados que a vitória dos nossos não se fez demorar. Entretanto ainda houve muita resistência a vencer, motivando pavorosa carnificina. Onde pelejava com mais ardor e maior risco, lá se via el-rei, fazendo com a espada «tais estremos, que bem pudera pôr em esquecimento os dos mais famosos do mundo» (2).

O terrível cáide de Santarêm escapou à matança. Fugiu. Montado num ginete veloz, como uma seta, largou à rédea solta para Sevilha, aonde foi carpir suas máguas com o seu senhor, rei daquela cidade. Convenço-me de que tamanha desventura, não colheu de improviso o vencido alcaide. Como todo o bom maometano entendia de preságios, e depois que viu no ceo da sua linda vila, poucos dias antes do assalto, um singularissimo sinal, «muy espantoso prognostiquo de sua mortindade» (3), concerteza o seu espírito se pôs de oratório à espera de catástrofe tremenda.

É pena que as crónicas não memorem os nomes e os fei-

---

(1) *Relatorio da Tomada de Santarem, loc. cit.* — Duarte Galvão, *loc. cit*, cap. XXVIII.

(2) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXIII.

(3) Duarte Galvão, *loc. cit.*, cap. XXVII. — «Similiter et ipsis eo die quo pax est soluta orrendum apparuit prodigium, portendens eorum in tercia nocte futurum excidium: Namque uiderunt media die quasi quendam colubrum ferri per cœli medium comis ignitum a cauda usque ad caput, et prophetauerunt inter eos sapientes nouum regem habere sanctarem». (*Relatorio da Tomada de Santarem, loc. cit.*).

tos, de todos esses numerosos cavaleiros, que coadjuvaram o nosso primeiro soberano em tão árdua conquista. De poucos ficou notícia.

Coube missão de importância a Mem Ramires (1), fidalgo da Casa de el-rei, e «pessoa de muita prudência & confiança» (2). Encarregou-o D. Afonso de visitar a praça sob qualquer pretexto, para o instruir sôbre as suas condições e escolher sítio por onde mais facilmente podesse ser assaltada. O discreto Ramires tudo cumpriu e obrigou-se por voto cavaleiroso, a hastear a bandeira real nos muros de Santarem (3). Foi êle quem dirigiu a escalada arrojadissima, coadjuvado por um alto mancebo, chamado Moigeme (4).

Fernão Peres ou Pires (5) e Gonçalo Gonçalves (6), ambos cavaleiros muito considerados, exerceram comandos de responsabilidade nesta jornada. Citam-se ainda, Martim Moab (7),

---

(1) É nomeado assim pelo *Relatorio da Tomada de Santarem* (*loc. cit.*), por Fr. Antonio Brandão (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. XXII), e por Fr. Bernardo de Brito (*loc. cit.*, cap. XVIII). Duarte Galvão (*loc. cit.*, cap. XXIV), Cristóvão Rodrigues Acenheiro (*Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*, apud *Collecção de Ineditos*, tom. V, fl. 29) e Duarte Nunes de Leão (*loc. cit*, tom I, fl. 105), chamam-lhe Mem Moniz. Em uma das *Chronicas Breves de Santa Cruz de Coimbra* (*loc. cit.*, fl. 28), também o denominam Mem Moniz, acrescentando que «era irmãao maior de dom egas moniz, que a esta saçom ia era morto». Duarte Nunes de Leão aponta-o como filho do aio de D. Afonso Henriques.

(2) *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. XXII.

(3) *Relatorio da Tomada de Santarem, loc. cit.*

(4) Idem.

(5) Este Fernão Peres ou Pires, que, segundo o *Relatorio*, veiu de Coimbra acompanhando o rei, e trazendo debaixo do seu comando alguns cavaleiros, desconfio que seja um Fernão Pires, já mencionado em Ourique, e que Brandão nos apresenta como «hum dos Ricos homẽs daquelle tempo, cujo nome se acha muitas vezes nas escrituras». O facto dêste indivíduo exercer o elevado cargo de Dapifer, em que sucedera a D. Egas Moniz, na época da tomada de Santarêm, anima a minha soposição. Com respeito à sua geneologia nada se sabe ao certo, e a hipótese esboçada por Brandão pouco impressiona. (Veja-se *Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. IIII).

(6) « .. deue ser aquelle a quem foy primeiro dado o gouerno & defensão da villa de Soure. De escrituras da Sé de Coimbra consta como residia em Viseu, & tinha lugar premitente naquella terra, pois se nomea primeiro e entre os Barões, & Infanções della». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana*, liv. X. cap. XXIIII).

(7) Refere o *Relatorio* que Martim Moab, com mais dois companheiros, foram enviados a Santarem para denunciar aos moiros o termo das tréguas.

Gonçalo de Sousa (1), Pero Pais (2), Lourenço Viegas (3) e

---

(1) O autor da *Vida de Santa Senhorinha,* considera-o «hum Principe nobre, & caualeiro deste Reyno, o qual era mui priuado del Rey Dom Afonso.... De facto a sua estirpe era nobilissima, pois descendia dos Sousãaos. (Ver *Os Livros de Linhagens,* tom. III, tit. XXII, apud *Portvgaliae Monvmenta Historica,* tom. I, fl. 190 e 192, e *Livro das Linhagens do Conde D. Pedro,* tit. XXII, apud *Portvgaliae,* tom. I, fl. 288 e 289). Casou duas vezes, segundo informa o Conde D. Pedro: a primeira com D. Orraca Samchez, filha de D. Samcho Nuniz e da «infanta D. Tareyja Affomsso, filha delrrey dom Affomsso o primeiro rrey de Portugal (D. Antonio Caetano de Souza, diz que esta infanta morreu sem estado e portanto julga sem fundamenso êste informe); a segunda com D. Dordia Veegas, filha de D. Egas Moniz de «rriba de Doyro o bem aventuyrado». Foi Senhor do Castelo de Aguiar de Pena, erguido nos confins «dentre Douro & Minho & Tralos montes â vista das montanhas de Barroso», e também disfrutou o senhorio de Monforte e de Alcanede. O seu solar era em Souza, onde existia a igreja de Santa Senhorinha, da qual foi mui devoto, e conta uma graciosissima lenda que ao valimento desta Santa, deveu descercar o seu castelo de Aguiar, acometido pelos inimigos. Tomou parte também importante na jornada de Ourique. (Veja-se *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. IX, cap. XXVIII, liv. X, cap. II e XXIIII. — Duarte Galvão, *loc. cit.,* cap. XVII e XXVIII. — Cristóvão Rodrigues Acenheiro, *loc. cit.,* fl. 24 e 34. — Duarte Nunes de Leão, *loc. cit.,* tom. I, fl. 94, 105, 106).

(2) Descendia do rei D. Ramiro II, de Leão. Era filho de Paio Soares Çapata e de D. Chamoa Gomez. Casou com D. Elvira Veegas, filha de D. Egas Moniz. (*Livro das Linhagens do Conde D. Pedro,* tit. XVI, apud *Portugaliae,* tom. I, fl. 271). O Conde D. Pedro dá-lhe o titulo de «alferez de Portugall e de Leom». Na batalha de Ourique levou a Bandeira real, e conta Duarte Galvão (*loc. cit.,* cap. XVII) que «El Rey quando vio ser tempo dice ha D. Pero Paes seu Alferes que abalasse mais rijo com ha bandeyra e toda sua áz, ho fez assi, e forão todos juntos ferir nos Mouros muy rijo». Os descendentes dêste fidalgo conservaram alguns anos o apelido de Maia ou Amaia. (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. IIII).

(3) Diz o Conde D. Pedro: «E este Lourenço Veegas suso dito foy o que amou muito elrrey dom Affomsso o primeiro rrey de Portugall, e nom no chamaua senom irmãao porque o criara seu padre dom Egas Moniz». Era filho dêste D. Egas e de sua primeira mulher D. Moor Paaez, filha de D. Payo Goterres da Silva «o que emcoutou o moesteiro de Tiuãaes». Chamaram-lhe o *Espadeiro,* e foi dos mais valentes cavaleiros do tempo de D. Afonso Henriques. Em Ourique comandou a retaguarda com seu cunhado Gonçalo de Sousa. (Duarte Galvão, *loc. cit.,* cap. XVII. — *Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. II). Casou com D. Maria Gomez, filha do Conde D. Gomez Nuniez de Poombeiro, e «nom ouuerom semel». Depois da morte desta senhora teve um filho natural, chamado Egas Lourenço. Fr. Antonio Brandão, apoiando-se na autoridade de Gonçalo Argote de Molina, diz que dêste bastardo descendem os Coelhos «assi os que passarão a Castella em tẽpo del Rey Dom João o Primeiro, & instituirão a Casa de Montaluo, & outros morgados; como os que ficarão em Portugal, & se conservão nos senhores de Filgueiras, & em outros ramos».

Mem Moniz de Candarei (1). Tambem alguns Templários intervieram na conquista de Santarem, conforme se lê na escritura (2), em que D. Afonso Henriques lhes concede todo o direito eclesiástico daquela vila. Destaca-se, porêm, entre os companheiros de el-rei, na investida fomosa que venho narrando, o já conhecido infante D. Pedro Afonso, filho natural do conde D. Henrique, personagem de subido interesse porque representa o tipo acabado do guerreiro e monge da Idade-Média, com todo o seu espírito aventuroso e místico, aliando à bravura heroica, uma Fé ardente. Era como seu pai e irmão de estatura agigantada, rijo e de grandes fôrças. «Não havia caualeiro, q̃ lhe agoardasse na sella, segundo encontro, nem armas que lhe resistisse golpe da espada» (3). Criado (4) dilectissimo do bravo D. Fuas Roupinho (5), pôde gloriar-se não só de bons feitos militares na guerra santa (6) como outrosim de brilhantissimas cavalarias que exibiu em várias côrtes estrangeiras e nomeadamente em França (7) e na Lorena, onde tomou parte numas esplendidas justas, cujos mantenedores eram todos sujeitos titulares e de alta

---

(1) Como já ficou dito, vários autores teem confundido Mem Ramires com Mem Moniz. Fr. Antonio Brandão (*Terceira parte da Monarchia Lusitana*, liv. X, cap. XXIIII), distingue estas duas personagens, atribuindo a Mem Ramires os feitos que o *Relatorio* lhe regista, e inculcando Mem Moniz de Candarei com o herói que com um machado quebrou as portas de Santarem para facultar a entrada dos invasores. Acrescenta êste autor que o «Conde D. Pedro (*Nobiliario*, tit. LIII), faz descendentes os Machados por femea do Conde D. Osorio de Cabreira; ha delles a casa de entre Homem & Cavado, & tem por armas em campo vermelho sinco machados de prata com os cabos de ouro postos em aspa, & por timbre dous machados das armas em aspa atados com um torçal verde. As quaes parece se tomarão pela ocasião referida». Manuel de Sousa da Silva, no *Livro Primeiro e Nobiliario das Gerações de Entre Minho e Douro*, a fl. 686, ms. pertencente ao Sr. Macario de Castro, antigo Par do Reino, escreve também que Mem Moniz de Candarei, com om machado quebrou a porta por onde entrou o rei na tomada de Santarêm.

(2) Torre do Tombo, *Livro das Ordens Militares*, fl. 62.

(3) Fr. Bernardo de Brito, *Chronica de Cister*, liv. V, cap. XVI.

(4) Ver a nota 3, de fl 269, do cap XI, dêste livro.

(5) João Baptista Lavanha, em a nota A, a fl. 71, do *Nobiliario do Conde de Barcellos D Pedro*, edição de Roma, 1640.

(6) Distinguiu-se na batalha de Ourique. (Fr. Bernardo de Brito, *loc. cit.*, liv V, cap. XVI).

(7) Em França foi muito estimado e considerado por Luis VII, que o distinguiu com especiais graças, sendo uma delas, segundo afirma Fr. Bernardo de Brito, nomeá-lo Par de França. D. Antonio Caetano de Sousa, com muita erudição, aliás pesadissima, desfez êste êrro.

prosápia, e «se ouue de maneira que ficarão em suas mãos os premios das justas, & a hõra do melhor caualeiro» (1). O irmão que sabia avaliar-lhe as prendas convidou-o para vir combater em Santarem, e segundo resa a *Chronica* fez ali «tais estremos em armas que a mayor parte da victoria se lhe atribuyo aquelle dia, porque tantos Mouros matou por sua mão, q̃ espada, & braço direito, & todas as mais armas trazia cobertas de sengue, & trocadas de sua côr» (2). Mais tarde foi mestre de Avis (3), e veiu a morrer (4), em cheiro de santidade, amortalhado na cogula de frade de Alcobaça (5), porque nos últimos anos da sua acidentada vida abraçou a regra de Cister, ilustrando essa religião insigne com os mais belos exemplos de perfeita observância, grande piedade e penitência austerissima (6).

---

(1) Fr. Bernardo de Brito, *loc. cit.*, liv. V, cap. XVI,

(2) *Idem.*

(3) *Idem,* cap. XI.

(4) Faleceu em 1169 no mosteiro de Alcobaça «com opinião de Varao Santo». *Historia Genealogica,* tom. I, fl. 46). — Escreve Fr. Antonio Brandão: «Referem, que ao tempo de espirar deixou a casa chea de hũa soberana fragancia em testemunho de ser sua alma pura & agradavel nos olhos de Deos».

(5) Fr. Bernardo de Brito, *loc. cit*, liv. V, cap. XVII. — Yepes, *Chronica Geral de S. Bento,* t. VII, fl. 511,

(6) «Foise a Alcobaça, aonde recebendo o habito de Religião começou a fazer vida santa, mostrando-se tão pontual em seguir a imitação de Christo crucificado como antes o fora em professor a ordem da milicia». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXXIII). — É muito curiosa a lenda que corre, sôbre a vocação monástica dêste príncipe. Vou resumi-la porque reflete bem a sentimentalidade dêstes guerreiros místicos da Idade-Média. D. Pedro Afonso, depois de triunfar nas célebres justas, na Lorena, passando perto de Claraval com uma alegre companhia de paladinos franceses, moços, e já nomeados por brilhantes proezas e aventuras, persuadiu-os a irem visitar S. Bernardo. Acolheu-os o Santo com a lhanesa que lhe era própria, e deu-lhe de conselho que se deixassem de cavalarias e se voltassem para Deus. Galhofaram os rapazes com muita polidês, e não se mostraram dispostos a trocar a loriga pela cogula. Mas, Bernardo, antes de os despedir, convidou-os a tomarem cervejá, e sôbre a bebida lançou a sua benção. Parece que essa benção moveu os corações dos jovens cavaleiros, porque pouco depois de retirarem do mosteiro, voltaram logo alguns a pedir com lágrimas o hábito cisterciense, e todos os outros mais ou menos espaçadamente vieram a entrar em religião. Foi D. Pedro dos mais retardatários; porêm, em certa ocasião, no regresso de uma vitória que alcançára sôbre os sarracenos, ganhado pela fadiga deixou-se adormecer junto a uma ribeira. No melhor do seu sôno, apareceu-lhe S. Bernardo, já então falecido, trazendo nas mãos uma cogula e aproximando-se dêle disse: «Por certo que mal obedeces tu á graça diuina, que ha tantos an-

Conta-se que o senhor D. Afonso Henriques, estimou a conquista de Santarem como a melhor das suas glórias de batalhador (1); e acordam os historiadores (2) mais sizudos, em que o feito foi na verdade extraordinário. O resultado feliz de semelhante tentativa «que talvez parecêra loucura se antes se divulgasse» (3), prestigiou sôbre maneira o caudilho cristão e derramou o pânico entre os infieis. Não adormece o cavaleiroso soberano sôbre os louros, antes trata de aproveitar a boa monção que o retumbante êxito, trouxe para porseguir nas suas vastas aspiracões. Depois de Santarem (4) sujeita, indicava-se naturalmente filhar Lisboa. E assim sucedeu.

(Continúa). D. Thomaz de Almeida Manoel de Vilhena.

---

nos te espera, & pois tu a não conheces, nem queres seguir sua vocação por ti mesmo; eu te obrigarei ao fazer, com te lançar o meu habito contra teu gosto; & nisto chegãdose a êle lhe vestia a cogula com tanta pressa, que D. Pedro não se podia desuiar, & cheo de temor lhe dizia, que ao menos lhe deixasse tirar as armas, porque não ficaua bem o habito sobre ellas, então faria tudo quanto ordenasse de sua pessoa, ao que respondia o Santo, que o Abbade de Alcobaça o liuraria daquelle peso. E desaparecendo depois disto tornou Dom Pedro em si tão cançado & cuberto de suor, como se saira de algum grande trabalho, & entendendo o que a visão significaua, determinou de tomar o habito de Cister, & acabar nelle sua vida...». (Veja-se a *Chronica de Cister,* liv. V, cap. XVII).

(1) «... O proprio D. Affonso a teue sempre por coroa & remate de suas victorias». (*Terceira Parte da Monarchia Lusitana,* liv. X, cap. XXIIII). — Duarte Nunes de Leão, *obr. cit.,* tom. I, fl. 114).

(2) Henrique Schaefer, *Historia de Portugal* (tradução de J. Pereira de Sampaio Bruno), vol. I, fl. 49.

(3) A. Herculano, *Historia de Portugal,* tom. I, fl. 370.

(4) Na sua *Historia do Exercito Portuguez,* tom. IV, fl. 69, o douto académico, Cristóvão Aires de Magalhães Sepulveda, consagrou um artigo muito interessante e erúdito à Tomada de Santarêm. É das narrativas mais completas que conheço sôbre êste sucesso.

CURIOSIDADES HISTÓRICAS E ARTÍSTICAS

(Cont. do n.º 10, pag. 488)

V

Jacopone de Tode

(O autor do *Stabat Mater*)

Jacopone de Tode é uma das figuras mais curiosas e originais da Itália medieval; um dos vultos proeminentes da literatura cristã. Revolucionário como Savonarola, o seu carácter é um mixto de excentricidade e de heroismo, de entusiasmo e de abnegação, de audácia e de humildade. Filho duma família rica e nobre, a desgraça feriu-o no dia em que chegára ao ponto culminante da ventura, e de repente a sua existência sofreu a mesma extraordinária metamorfose. A perda da mulher, no esplendor da mocidade e da beleza, produziu no seu espírito a mesma impressão que o duque de Gandia havia de sofrer, seculos depois, ao contemplar o cadáver de Isabel de Portugal. O nada das coisas humanas estampou-se-lhe na consciência, como uma visão de Dante, com todo o vigor do fatalismo.

Abandonando a sociedade, a família, todos os confortos da vida, entregou-se aos exercícios mais austeros, e ás práticas mais extravagantes. A sua eloquência, pitoresca e popular, fulminava nas praças, ao ar livre, os vícios do século. A rapaziada fazia-lhe roda e apupava-o como doido. Daí o epiteto injurioso e sarcástico de *Jacopone*. Os insultos da populaça regalavam-no, porêm. Êle afrontava tudo e rojava-se cada vez mais na humilhação e no desprezo de si próprio. O ideal da humildade cristã realizava-o êle com toda a asperesa duma alma sincera e rude, convulsionada por uma grande desgraça. O coração que tanto lhe ardera na paixão erótica da esposa, ardia-lhe agora com o mesmo impeto no fogo do amor divino.

*

A voluptuosidade que encontramos mais tarde nos versos de Santa Tereza de Jesus, quando solta o grito do *muero porque no muero,* alimentava a chama devorante da sua poesia ascética. Petrarca afigura-se-nos mais religioso, quando divinisa e turifera, num culto platónico, a imagem da sua Laura. Quem dirá que Jacopone entôa um hino sagrado, quando exclama em toda a plenitude do seu lirismo:

O giubilo del cuore
Che fai cantar d'amore!

Jacopone bateu á porta dum convento e alistou-se como leigo na milícia dos frades menores, na ordem austera de S. Francisco. A entrada foi-lhe dificultada a princípio, mas os seus versos foram a chave dourada que lhe abriram a passagem. O abrigo da religião, o socego do claustro, não tranquilisaram todavia a sua alma irrequieta, cheia de frenesi do martírio, ambicioso ao mesmo tempo de luta. Degradando a sua personalidade, media-se altaneiro com todas as grandezas do mundo, como David, o humilde, diante de Golias, o gigante. A sua arma era todavia mais terrível que a funda do pequeno pastor da Judeia: era a poesia, a poesia que penetrava na alma e rasgava as carnes como um cilício de fogo. Jacopone entrou na luta travada contra Bonifácio VII e os seus versos, impregnados de *vis* satírica, foram dos mais poderosos elementos de guerra de que se serviram os adversários do Pontífice.

Deixando o latim, que só podia ser compreendido pelos eruditos, Jacopone adoptou a linguagem enérgica e expressiva dos dialectos populares, e dando mais graça e vivacidade á sua poesia, tornou-se assim, ao mesmo tempo que combatia as impudências do Papado, um dos mais fulgurantes astros da literatura italiana e um dos mais notáveis percursores do poeta da *Divina Comédia.*

Toda a exaltação do espírito de Jacopone passou, numa vibração febril, para os seus Cantos. E para assim dizer um possesso da poesia; um endemoninhado do ascetismo. Os seus versos saltam cadentes da lira como chispas duma alma em sôbresalto contínuo. As lutas sociais e as lutas íntimas são os dois elementos poderosissimos da sua inspiração montanheza. O sofrimento apura-lhe o estro e vigorisa-lhe a linguagem. Um temperamento melancólico, contemplativo, enlevado no seu extásis, teria produzido com mais perfeição, mas não palpitaria com a mesma seiva. Jacopone é o Rouget

de Lisle do século XIII; o seu *Stabat Mater* é a *Marselhesa* do cristianismo. Bastaria êste hino para o redimir de todas as culpas, para o purificar de todos os êrros, para o santificar de todos os desvarios. A igreja não tem um canto mais enternecido e piedoso. O *Stabat Mater,* o dispertador da melodia de Rossini, é a mais admirável cristalização poética do sentimento materno.

*
* *

As poesias do beato Jacopone foram vulgarisadas em Portugal no terceiro quartel do século XVI. Fr. Marcos de Lisboa, insigne cronista da sua ordem e um dos mais ilustrados membros do episcopado portuense, foi quem as deu a cónhecer, publicando a sua tradução no final da *Parte Segunda das Chronicas dos Frades Menores,* impressa em Lisboa em 1562. Preambulando esta colecção, explica o tradutor o motivo por que não inseriu todos os cantos, fazendo-nos ao mesmo tempo a promessa de que em breve apareceria a tradução completa e em volume acomodatício. Diz êle: «Vão aqui poucos canticos deste santo varão escriptos, porque não soffria o volume todos, e porque quererá Nosso Senhor que mui cedo todos se traduzam e imprimam em volume pequenino e portatil, para que tenham as pessoas doutrina suave espiritual, que tragam, como ha no vulgar Italiano».

Do cumprimento desta promessa não nos deram conta até hoje os nossos bibliófilos. Cumprir-se-ia? É o que vamos ver, afiançando desde já ao leitor que a resposta será afirmativa.

Na sua obra *Documentos para a Historia da Typographia Portugueza nos seculos XV e XVI*, o Sr. Dr. Deslandes publicou o alvará de privilégio em favor de Belchior Maciel para *imprimir ou mandar imprimir o livro composto pelo beato frei Jacopone da dita ordem* (S. Francisco), *que um religioso dela traduziu de italiano em linguagem castelhana.* O Sr. Deslandes não nos divulgou, porêm, em que época e em que oficina se imprimira o livro, ou se efectivamente êle chegára a sair a lume. Limitou-se a anotar que o livro traduzido *era certamente o dos «Canticos» em toscano, que o contemplativo e extatico fr. Jacopone de Todi deu na impressão em Roma pelos annos de 1558* (1).

---

(1) Seja-nos permitido observar, no tom do mais amigável reparo, que esta expressão não nos parece suficientemente clara, pois poderia

Nós já tinhamos visto no catálogo do leilão da livraria do marquez de Castelo Melhor uma descrição brevissima da obra, mas só agora é que tivemos ocasião de a examinar no exemplar existente na Biblioteca Nacional de Lisboa. Eis a sua descrição bibliográfica:

Cantos morales, spiritvales, y contemplativos. Compuestos por el Beato F. Iacopone de Tode, Frayle menor. Tradvzidos nvevamente de vulgar Italiano en Hespañol. Diuisos en tres Classes por mas prouecho de su lecion. Que es de admirables effectos en las almas. Con licencia del Ordinario, y del Sancto officio. En Lisboa. En casa de Francisco Correa, Impressor do Seriniss. Cardenal Iff. — M.D.LXXVI. Está tassado a 60 marauedis en Papel.

1 vol. in-8.°, 11 fôlhas preliminares e 224 numeradas pela frente.

As fôlhas preliminares compreendem: *Aprobaçam do Sancto officio,* assinada por Fr. Bartolomeu Ferreira, o censor dos *Lusiadas;* o alvará de 13 de março de 1576 a favor de Belchior Maciel; uma *Annotaçam* de Fr. Marcos á obra de Jacopone; uma carta do mesmo ao R. P. Luis Gonçalves da Câmara, jesuita, confessor e mestre de D. Sebastião; e por fim uma explicação ou prólogo do *Interprete ao Lector.*

A *Anotação* de Fr. Marcos é quási a mesma com que êle prefaciou a tradução dos *Canticos* inserida na sua crónica. Há apenas modificação nas palavras. Diz êle logo no comêço da redacção primitiva:

«Tanto poder tem o depravado juizo e opinião das cousas, que, por boas e proveitosas que sejam, as boas as pode fazer ter por más e danosas, como tambem as más pode fazer ter em conta de boas e proveitosas».

No texto posterior:

«Tem tanto poder o errado juizo e opinião das cousas, que, por boas e proveitosas que sejam, as faz ter por más e danosas, como tambem as más faz ter por boas».

---

inferir-se dela que Jacopone de Tode ainda era vivo em 1558. A primeira edição foi impressa em Florença em 1490. Veja-se Ozanam, *Les Poëtes Franciscains.*

Na carta ao reverendo Luis Gonçalves da Câmara, narra êle a história do livro. Foi em Roma que o celebrado jesuita lhe deu os *Canticos* do Jacopone para consolo dos seus trabalhos e peregrinações. Agora lhos devolvia traduzidos para que os mandasse imprimir.

Sôbre o nome do tradutor e sôbre a sua nacionalidade, guarda Fr. Marcos de Lisboa impenetrável segredo. Apenas nos diz que os *Canticos* foram *traduzidos por pessoa de saber e peito cristão*. O interprete, porêm, não levanta a máscara, e só de relance nos indica que não era religioso, antes pessoa afeita aos tratos e bulício do mundo, quando nos diz que muitas coisas ficaram pouco inteligíveis *aos espíritos terrenos e tão ocupados nas coisas do mundo como o meu.*

Se não logramos conhecer o indivíduo, seja-nos permitido aventar uma hipótese, que nos parece justa, acêrca da sua nacionalidade. Ou nos enganamos muito na nossa suposição, ou era indubitavelmente português. Que razão temos para isso? Uma apenas, mas essa nos parece de todo plausível. Se o tradutor fôsse espanhol, afigura-se-nos que escreveria igualmente na sua língua a explicação que dá ao leitor. E essa explicação está escrita de modo que nos denuncia um mestre da língua portuguesa. Um estrangeiro não a manejava com tanta facilidade e vigor. Pode objectar-se que alguem a traduziria, mas não vêmos motivo para isso. Como quer que seja, é um belo trecho de prosa clássica, do mais puro estilo do século XVI. Aqui o inserimos para que o leitor avalie por seus próprios olhos e decida até que ponto pode ser admitida a nossa hipótese, que poderá bem facilmente ficar de pé, emquanto não aparecer razão convincente que a destrua.

Eis o trecho aludido:

«A Primeira pessoa, Lector amigo, que me mostrou as obras do Beato Jacopone que sam em rima Italiana, foi o padre frey Marcos de Lisboa, ministro da provincia de Sancto Antonio de Portugal, que com o mesmo espirito e diligencia, com que poz em ordem e copillou as chronicas do glorioso padre sam Francisco, o que tem acabado com muito louvor de Deus, e de sua religião, com esse mesmo desejo me rogou as quizesse traduzir em hespanhol. Eu as comecei a ler, e posto que a grandeza da materia, e alteza dos conceitos me espantou e me fez recear cargo tam desigual a meus hombros, todavia teve tanta força comigo ver o fervor e suavidade com que aquelle arrebatado Espirito trata seus amores com nosso Senhor, e o artificio e invenção com que move

os affectos como poeta ingeniosissimo que era, que sem cuidar que nisso fazia mais que passar alguns pedaços do dia, comecei a traduzir alguns cantos que para isso escolhi: mas estes acabados, em qualquer outro com que me encontrava, achava tanta riqueza de conceitos e tantas cousas bastantes a mover e inflamar qualquer espirito por mui frio e descaido que estivesse: que me pareceu uma mui grande culpa, não se communicar aos que carecem do Italiano um tão grande thesouro. E porisso da minha parte não quiz cahir nella, e como pude os acabei de traduzir todos. A maior difficuldade que aqui tive, foi na variedade das linguas e na escuridade dos vocabulos, com que este servo de Deus nos quiz communicar estes segredos seus e do amor divino. Porque tão desejoso foi em todas as suas cousas mostrar um grande despreso e aborrecimento de si, que não sómente na vida o usou extranho e quiçá nunca visto, mas inda para a escriptura buscou as mais grosseiras linguas, as palavras mais toscas, escuras e desusadas que no Italiano pode achar. A profundeza grande das materias me deu tambem trabalho, porque como as mais d'ellas sejam cousas que desapparecem aos nossos olhos, e onde o humano juizo de todo fica cego, em muitas d'ellas me deixei guiar do author, sem fazer mais que ir-me após elle seguindo seus termos e palavras. O que forçadamente impediu poder-se usar na traducção de mais culto e ornamento. Porque além de tudo isto faltar em mim, inda que o houvera, m'o não consentia a alteza das materias, com que me não ousei afastar um só passo da estrada seguida do author. E foi tambem isto causa que muitas cousas fiquem escuras, e quasi de todo não intelligiveis aos espiritos terrenos e tão occupados nas cousas do mundo como o meu: mas não será assim aos espirituaes, e que na suavidade da contemplação participam dos segredos do amor divino e do ceo.

«Na maneira do verso segui tambem o que mais acomodado me pareceu á materia, e áquelle genero em que cada canto primeiramente foi composto e gerado. Resta agora, Christão Lector, pedirmos áquelle Amor puro de cuja bondade e formosura se aqui principalmente trata, que a lição d'estes cantos acenda em nossas almas alguma faisca d'aquelle divino fervor, com que elles pelo beato Jacopone foram compostos. Porque sendo assi tu perdoarás levemente as faltas que da minha parte aqui achares (que não serão poucas) e eu me haverei por bem pago do trabalho e tempo que se n'isto gastou. Vale».

*
* *

Assim como o livro de Jacopone passou ignorado entre nós, assim o nome do grande poeta está hoje esquecido e quási que fôra blasfémia resuscitá-lo. Que extranho contraste não produziriam hoje os seus cânticos, tão rudes, tão singelos, tão repassados do desprêso das cousas mundanas! Que grito de surprêsa não soltariam os adoradores do bezerro de ouro, se alguem tivesse a coragem de vir entoar perto deles o hino apologético da pobreza:

Dolce amor de povertade,
Quanto ti degiamo amare!
Povertade poverella,
Umiltade é tua sorella;
Ben ti basta la scodella,
E al bere e al mangiare.

Se no século em que viveste, Jacopone, muitos te chacotearam de doudo, se ainda no teu túmulo inscreveram que tu tiveras a divina stultícia do amor de Cristo, *stultus propter Christum,* como não te apedrejariam hoje os judeus, que jogam nas Bolsas de Viena, de Paris e de Londres, se tu tivesses a ousadia de lhes dizeres que trocassem a opulência dos seus tesouros pela escudela da pobreza!

Ser irmão da pobreza, Jacopone, — que vergonha e que ridículo!

*
* *

Alguns anos antes, como já referimos, havia Fr. Marcos de Lisboa, na *Parte Segunda das Chronicas dos Frades Menores,* dado a lume uma tradução em português de parte das mesmas poesias.

A versão espanhola é mais completa e apurada que a versão portuguesa, o que facilmente, cremos, se pode demonstrar pela comparação de alguns trechos.

Daremos uma pequena amostra da tradução espanhola: um soneto alusivo ás lágrimas de Madalena. É deveras formoso, como o leitor poderá apreciar:

Mi bendito Jesu, tanto enamora
Tu vista, suspende, trueca, y agràda,
Que la Magdalena a tus pies echada
No sabe que dezir, mas gime y llora.

Los dorados cabellos qu'alguna hora
Sirvieron al mundo, de su passada
Vida confusos, syn querer mas nada,
A tus divinos pies sirven agora.

Ella en ti suspensa, en ti fixa, y queda,
Sienta ya sus culpas en tanto extremo
Qu'á sempiterno lloro se combida.

Que lloras tanto Magdalena! Temo
Triste, que a mi llanto bastar no pueda
Para tan grande mal, tan corta vida.

Não foi casualmente que transcrevemos esta bonita peça poética, tão impregnada de fundo sentimento. Uma circunstância nos impressionou: foi a íntima analogia que notamos entre o verso final e o verso final do celebrado soneto de Camões:

Sete annos de pastor Jacob servia.

O mesmo pensamento, a mesma cadência, as mesmas palavras, num e noutro poeta. Substitua-se a palavra *mal* por *amor*, e teremos e bela frase camoniana:

Para tão longo amor tão curta a vida.

Aqui fica a aproximação: tirem-lhe os corolários que intenderem.

3 de março de 1890.

VI

A Rosa de Ouro. Presentes a D. João III, á igreja de Santo António e a Lopo Fernandes Pacheco. Um túmulo monumental na Sé de Lisboa

Como dentro em pouco se vai realizar a cerimónia da entrega da Rosa de Ouro a Sua Magestade a Rainha a Senhora D. Amélia, parece-nos interessante dar notícia de outras rosas que foram oferecidas a soberanos portugueses, ou a outras individualidades e personagens importantes (1).

---

(1) Querendo solenizar a época memorável da entrega e recepção da Rosa de Ouro, que Sua Santidade o Papa Leão XIII, se dignou ofertar a Sua Magestade a Rainha, minha muito amada espoza, apraz-me

Em 1525 foi D. João III presenteado com a Rosa de Ouro pelo Papa Clemente. Tinha el-rei contraído há pouco núpcias com a rainha D. Catarina, e a côrte estava em Almeirim. Um prelado camareiro a veiu entregar áquela vila. Frei Luis de Sousa, nos seus *Annaes,* dá-nos conta da maneira como foi acolhida a preciosa dadiva. Sairam todos os capelães de el-rei á porta da capela com cruz alçada, cantando *Te-Deum laudamus,* a receber o prelado, que trazia a rosa, e o levaram até ao altar, onde a depoz. Desceu el-rei á missa, e, sendo acabada, tomou a rosa da mão do mensageiro, que lha entregou, recitando ao mesmo tempo uma oração. O prelado chamava-se António Ribeiro, e el-rei fez-lhe presente de trezentos cruzados, não se sabendo se foram dados de renda ou pensão, se dados por uma vez de contado (1).

A igreja de Santo António dos Portugueses em Roma, foi tambêm agraciada com a Rosa de Ouro, em 1770, pelo Papa Clemente XVI. Apesar de feita ao natural, a rosa não tinha espinhos, e houve mão profana que a roubou, sem se importar com o sacrilégio. Os administradores da casa, pesarosos de terem perdido aquele honroso testemunho da munificência pontifical, mandaram fazer outra e suplicaram ao Papa que a abençoasse. Anuiu o pontífice Pio VI e a 30 de março de 1794, era abençoada a nova rosa, que parece ter tido igualmente o destino da outra. Eram como as rosas de Malherbe, que desapareciam rapidamente, com extraordinária satisfação de quem as empalmava.

Aproveitamos a ocasião para agradecer ao Sr. Augusto de

---

exercer por esta ocasião uma das atribuições do poder moderador, praticando um acto de clemência em benefício de mais alguns dos implicados, e de menor responsabilidnde, na revolta de 31 de janeiro de 1891, bem como de dois deportados na Guiné; e tendo ouvido o Conselho de Estado: hei por bem perdoar o resto da pena aos músicos, cabos, soldados e corneteiros constantes da relação junta, que faz parte dêste decreto, e baixa assinado pelo presidente do conselho de ministros e ministros e secretários de Estado das diferentes repartições.

O mesmo presidente do conselho de ministros e ministros e secretários de Estado assim o tenham intendido e façam executar. Paço, em 4 de julho de 1892. = REI. = *José Dias Ferreira* = *António Teles Pereira de Vasconcelos Pimentel* = *Jorge Candido Cordeiro Pinheiro Furtado* = *Francisco Joaquim Ferreira do Amaral* = *António Aires de Gouveia* = *Pedro Vitor da Costa Sequeira.* (Ordem do Exercito — Decretos — 16 de julho de 1892).

(1) António Ribeiro era português, segundo se colige do Breve dirigido a D. João III. (Vid. *Corpo Diplomatico,* vol. II, pag. 240 e 241.)

Andrade, que foi nosso secretário da embaixada, junto da cúria, o ter-nos fornecido a cópia dos documentos, que nos subministraram esta notícia.

Vamos ainda falar de outra rosa mais antiga, e que merece ser relembrada pelo personagem que a recebeu. Chamava-se êle Lopo Fernandes Pacheco, e viveu no tempo de el-rei D. Afonso IV, em cuja côrte desempenhou altos cargos e importantes missões. Em Avinhão lhe deu o Papa Benedito uma rosa de ouro, que êle, quando dali regressou, depositou com muita honra na Sé de Lisboa.

Escusado será dizer que no tesouro da catedral não se encontra este precioso e histórico objecto. O que existe, numa das capelas da *charola,* ou recinto circular da capela-mór, é o túmulo do portador, Lopo Fernandes Pachéco, o preclaro fidalgo cavaleiro do tempo de D. Afonso IV. Sôbre uma singela arca de pedra repousa o vulto do guerreiro estadista. Na parede, por cima do túmulo, o letreiro, que nos indica sua prosápia e altos cargos, que desempenhou. Senhor de Ferreira, mordomo-mór do infante D. Pedro, chanceler da rainha D. Beatriz, *mercê e feitura de el-rei D. Afonso IV,* não são êstes os únicos títulos que o recomendam á veneração da posteridade. Um outro facto solenisa o seu nome e perpetua a sua memória. Lopo Fernandes foi um dos cavaleiros que acomhanharam o nosso valoroso monarca e o ajudaram a vencer a batalha do Salado, uma das páginas mais gloriosas da história peninsular na Idade-Média.

A 22 de dezembro de 1349 foi o seu cadáver depositado naquele moimento, diante do qual todo o verdadeiro português tem de se ajoelhar respeitoso, como diante de uma reliquia patriótica.

Sirva ao menos a veneração do passado de consolo ás desgraças e humilhações do presente.

20 de abril de 1892.

Notas ao artigo anterior

D. Manuel foi agraciado duas vezes com a Rosa de Ouro, em 1506 e 1514. Teve tambem a espada que os Papas costumam benzer pelo Natal.

Vid. os respectivos documentos no *Corpo Diplomatico,* tom. I pag. 98, 252, 302 e 309.

A rainha D. Catarina foi agraciada com a Rosa de Ouro,
Vid. *Corpo Diplomatico,* vol. X, pag. 141.

Rosa de Ouro concedida por Júlio III ao príncipe D. João, filho de D. João III.

Ob. cit., vol. VII, pag. 28.

O Papa Nicolau V enviou a Rosa de Ouro a D. Afonso V. Ano da Encarnação, 1454, 4 dos idos de abril.

Vid. Santarem, *Quadro Diplomatico*, vol. X, pag. 53.

A rainha D. Maria II tambem, foi agraciada com a Rosa de Ouro.

Acêrca das rosas de ouro e das espadas, que os Papas costumavam distribuir, eis duas interessantes noticias insertas no jornal francês *Le Temps*, de 10 de fevereiro e 28 de julho de 1895:

ACADÉMIE DES INSCRIPTIONS ET BELLES-LETRES

«*Les roses d'or pontificales.* — M. Eugène Müntz communique une étude sur l'histoire des Roses d'or pontificales pendant le moyen âge. Jusqu'ici l'on n'avait vu, dans la distribution de ces joyaux, qu'une cérémonie d'un caractère essentiellement ecclésiastique, ou, tout au plus, un acte de courtoisie, un témoignage de bienveillance. Dorénavant, on sera forcé de chercher quels graves intérêts, quelles profondes combinaisons diplomatiques inspirèrent le plus souvent, du moins pour la période ancienne, des choix auxquels la politique paraissait étrangère. Il arriva plus d'une fois que le don de la rose à tel personnage au détriment de tel autre provoqua des contestations au sein du sacré collège. Le pape Urbain V en fit l'expérience lorsqu'il accorda à la reine de Naples la préférence sur le roi de Chypre, qui se trouvait à Rome en même temps que cette princesse. Plusieurs cardinaux n'hésitèrent pas à lui adresser des remontrances. En réalité, en derogeant au code des céremonies pontificales, Urbain V avait obéi à des considérations d'un ordre supérieur.

«Un autre point définitivement acquis, c'est que, notamment pendant le grand schisme, la richesse des roses varia selon, la qualité ou le caractère des personnages auxquels elles étaient destinées. L'antipape Clément VII, qui connaissait les goûts du duc de Berry, le plus raffiné sans contredit d'entre les amateurs du quatorzième siècle, fit exécuter, à son intention, en 1391, une d'une valeur de plus de 300 florins, soit au moins une vingtaine de mille francs, selon la valeur actuelle de l'argent. Les roses courantes, au contraire, ne coûtaient guère plus d'une centaine de florins.

«Sur la forme et sur le poids des roses d'or pontificales, pendant le moyen âge, les renseignements étaient des plus contradictoires ou des plus précaires. M. Eugène Müntz, en s'appuyant sur le témoignage des pièces comptables conservées dans les archives du Vatican, ainsi que sur celui d'anciens inventaires, montre que, dès le quatorzième siècle, ces joyaux se composaient, non d'une rose simple, mais d'une branche garnie de roses épanouies, de roses entr'ouvertes, de boutons, et enrichie, soit de saphirs, de grenats et de perles, soit, mais plus rarement, de rubis. Leur poids moyen était d'environ 300 grammes.

«Malgré toutes les recherches, on n'avait pu établir jusqu'ici, pour le quatorzième siècle, que la destination d'une dizaine de roses. Grâce aux informations nouvelles fournies par les archives du Saint-Siège,

on connaît aujourd'hui, pour la même période, les noms de près de quarante personnages ayant reçu ces insignes si enviés.

«Ce sont presque invariablement des souverains, de puissants princes, des guerriers valeureux, les rois de France, d'Aragon, de Hongrie, d'Arménie, etc., les ducs d'Anjou, de Berry, le fils du prince d'Andria, les comtes de Savoie, de Comminges, de Nimbourg, de Poitiers, du Forez, Nicolas Acciajuoli, grand sénéchal du royaume de Naples, le sénéchal de Boucicaut, etc. C'est toute une face de l'histoire diplomatique de la papauté qui était restée dans l'ombre».

Les épées d'honneur distribuées par les papes. — Une exposition récemment organisée à Berlin et une savante monographie publiée par le docteur Lessing ont appelé l'attention sur les «épées d'honneur» ou «épées bénites», autrefois distribuées par les souverains pontifes. On a vu reparaître à cette occasion, l'épée qui fut offerte, en 1460, par un pape célèbre, Pie II (Æneas Sylvius Piccolomini) au marquis Albert-Achille de Brandebourg, et qui sert de nos jours au couronnement des rois de Prusse.

«M. Eugène Müntz, revenant sur de précédentes études, communique à l'Académie une série de notices inédites sur une institution qui a tenu, à côté des «roses d'or», une place considérable dans les cérémonies de la cour pontificale. Il montre que, dès le règne d'Urbain V (1365), l'épée était solennellement remise, chaque année, le jour de Noël, à quelque prince ou grand seigneur ayant bien mérité de la chrétienté.

«La richesse de ces armes varia naturellement beaucoup. En 1365, l'épée, le ceinturon et le chapeau offerts au duc d'Anjou ne coûtèrent pas moins de 324 florins d'or (soit une vingtaine de mille francs de notre monnaie). Au début du quinzième siècle, la dépense n'atteignait plus guère que 80 florins. Sous Alexandre VI, elle remonta à 250 florins, et, sous Paul III, a 340 florins.

«Lorsque l'épée était expédiée au loin, — et ce cas était le plus fréquent, — on y joignait un bref relatant les titres du destinataire à cet honneur insigne et l'incitant à faire de nouveaux efforts en faveur du Saint-Siège.

«Les inscriptions gravées sur la lame de l'épée étaient à l'avenant. C'étaient d'ordinaire des variantes de ce verset du second livre des Macchabées: *Accipe sanctum gladium... quo dejicies adversarios populi mei, Israël.*

«Le bref adressé par Jules II au cardinal de Médicis, chargé de remettre l'épée au vice-roi de Naples (le porteur ne fut autre que le futur cardinal Bibbiena), contient des details importants sur les conditions dans lesquelles cette distinction était accordée. Nous y voyons que le pape désignait le titulaire, d'accord avec le Sacré-Collège, et que, d'après une tradition déjà fort ancienne, les rois, ducs ou marquis devaient seuls entrer en ligne. Si Jules II dérogea à cet usage, c'est que, cédant à ses instincts belliqueux, il voulait exciter le zèle du capitaine général de la ligue sainte contre le roi de France, Louis XII, qu'il n'hésita pas à traiter d'ennemi de l'Eglise et de schismatique.

«Quoique les richesses des «épées d'honneur» aient été, de bonne heure, pour elles, une cause de mutilation ou de détérioration, M. Eugène Müntz a été assez heureux pour en retrouver une vingtaine, dispersées dans les musées publics ou les collections particulières de l'Italie, de l'Espagne, de l'Allemagne, de l'Autriche et de l'Angleterre. Une lame aux armoiries de Léon X a figuré, en 1889, à l'exposition militaire de l'esplanade des Invalides.

«Les archives du Vatican font connaître les noms des orfèvres qui ont exécuté les armes distribuées pendant la première moitié du seizième siècle. Grâce à la série des «*Introïtus* et *Exitus*», M. Eugène Müntz a pu établir que les épées du musée d'Edimbourg, du musée de Vienne et de la bibliothèque de Zurich, sont sorties de l'atelier d'un artiste de Sutri, Dominicus, attaché à la cour de Jules II en qualité d'orfèvre pontifical. Sous Léon X, un autre orfèvre, Sanctus Cole eut le monopole des commandes. Paul III, de son côté, s'adressait de préférence au romain Franciscus de Valentinis.

«L'épée d'honneur et le manteau ducal ont été donnés, pour dernière fois, en 1825, et ce fut un prince français, le duc d'Angoulême, qui clôtura la liste des titulaires.

«Néanmoins, ces insignes continuent à figurer périodiquement dans les cérémonies de la cour de Rome. Pendant la vigile de Noël et le jour même de Noël, ils sont exposés dans la chapelle papale, à droite de l'autel, où ils rappellent un usage séculaire, intimement lié aux fastes artistiques de la papauté, qui nous a valu une longue série de chefs-d'œuvre de fini et de goût».

VII

Justas e torneios no reinado de D. João II e D. João III. Torneio em Braga na canonização de Santo Inácio de Loiola

Realiza-se hoje no hipodromo de Belêm, promovida pela realeza, uma festa de carácter verdadeiramente principesco, mas que era uma das feições mais notáveis da antiga e fidalga sociedade portuguesa. Os tempos não correm de molde para folganças e festejos, mas o fim caritativo que preside à cerimónia de hoje justifica-a perfeitamente. O que é pena é que isto seja uma coisa esporádica, uma curiosidade apenas, o quer que seja de reconstituìção arqueológica. Os divertimentos da nossa antiga nobreza tinham carácter; eram ao mesmo tempo um admirável exercício ginástico e um passatempo vistoso, pitoresco, ornamental. Bons dias aqueles em que a mocidade dourada vinha manobrar publicamente para a *carreira dos cavalos!*

As justas, os torneios, as cavalhadas, os jogos de armas, as encamizadas, eram vulgares antigamente. As nossas crónicas estão cheias de narrativas dêsses festejos, alguns dos quais verdadeiramente luxuosos e singulares. Se quizessemos referir as principais, ainda assim a lista seria bastante extensa. Limitar-nos-emos, portanto, a dar a notícia muito resumida de dois ou três, apontando aos leitores as fontes onde mais á farta poderá saciar a sua curiosidade.

Uma coincidência bastante notável se dá na nossa histó-

ria. Dois monarcas do mesmo nome, D. João II e D. João III, amaram estremecidamente os filhos primogénitos, fundando sôbre êles as mais risonhas esperanças. Ambos os monarcas rejubilaram com o consórcio dos príncipes, celebrando por essa ocasião as mais estrondosas festas, e ambas as esperanças sairam mentidas, e tanto uma como outra solenidade tiveram por apêndice um cortejo lutuoso. Os brandões que iluminavam os saraus, convertiam-se daí a pouco em círios mortuários.

Foi em Évora que se celebraram as bodas nupciais do filho de D. João II. Durante uns poucos de dias a histórica cidade alemtejana, apresentou um movimento deslumbrante. A fidalguia espanhola, acompanhando a noiva, vinha anciosa de competir com as galas da côrte portuguesa. Muitos estrangeiros, atraídos pelo programa das festas, vieram dar com a sua presença novo brilho ao espectáculo. Os banquetes, as mimicas, os saraus, as justas, sucediam-se vertiginosamente. D. João II remoçára naquele entusiasmo geral, e todos porfiavam em aumentar-lhe o regosijo, regosijo fenomenal num coração tão áustero como o dêle. Mas de todos os números do programa, como se diria na linguagem de agora, nenhum excedeu o torneio celebrado na praça pública, magnificamente toldada e adereçada, fabricando-se contígua, na rua dos Mercadores, uma aparatosa fortaleza, de onde saiam e entravam os mantenedores. Nas vésperas, á noite, na *sala da madeira,* houvera deslumbrantissimo sarau e representação para desafio das justas. A sala similhava um mar, e por ella entraram nove bateis ricamente ornados, dando salvas e fazendo grande alvoroço, como em autêntica faina marítima. El-rei, romanticamente, perpetuando a tradição medieval que Wagner havia de instrumentar, ofereceu-se á princeza, como *cavaleiro do cisne,* para terçar por êla.

As justas duraram quatro dias, não se sabendo que mais admirar, se a riqueza dos trajos, a elegância e denodo dos cavaleiros, o aparatoso dos acompanhamentos, se o caprichoso das diversas invenções. D. João II justou admiravelmente, alcançando ambos os prémios, que eram, um anel com um diamante riquissimo e um grande colar de oiro esmaltado. El-rei contentou-se com a honra, dando o colar a um fidalgo valenciano e o anel a Diogo da Silveira.

Eis, muito a fugir, o quadro, cujo deslumbramento fizemos passar como a luz de um relâmpago. Na *Chronica,* de Garcia de Resende, encontrar-se-ão individualisadas as galanterias do combate.

O torneio de D. João III realizou-se em Xabregas, à beira do rio, numa situação deliciosa, com um horizonte vastissimo, num amfiteatro de que poderiam ter inveja os lutadores do Coliseu. A praça armou-se vistosamente na praia, entre as casas de D. Francisco de Menezes e Vasconcelos, que fôra arcebispo de Lisboa, e a horta de D. Francisco de Castelo Branco, camareiro-mór, a entestar com o mosteiro de S. Francisco. O adorno da praça era riquissimo, mas o que mais a realçava, inundando-a de brilho excepcional, era a formosura das damas, entre as quais sobresaia a infanta D. Maria, comparada a Minerva, na gentileza do corpo e do espírito.

Nos últimos capítulos do seu romance de cavalaria, *Memorial das proezas da segunda tavola redonda*, teve artes Jorge Ferreira de Vasconcelos de embrexar a descrição desta festa, que nos seria impossível resumir na estreitesa de espaço de que dispomos. Os escritores do século XVI poucas páginas nos oferecem tão interessantes como estas para a história dos costumes e dos trajos. Ao lêl-as, como que sentimos evocada a côrte portuguesa no período do seu maior esplendor. A maior parte dos mantenedores vinham do rio, desembarcando de naviosinhos fantásticos, similhando serpes e outros animais caprichosos. Ao príncipe coube o prémio da galanteria, a Manuel de Sousa o do pique, a Fernão da Silva o dos golpes da espada, e o da fola a todos os cavaleiros que combateram da parte da terra.

A festa foi amargurada com um desastre. A embarcação em forma de águia voltou se com o vento, indo ao fundo com todos os que vinham dentro dela. Trazia dois aventureiros, Luis da Cunha e Cristóvão de Moura. O primeiro afogou-se e o segundo foi salvo, providencialmente talvez, para exercer o seu fatal predomínio nos destinos da nacionalidade portuguesa. Mas ainda não foi êste o único epílogo desastroso. Pouco tempo depois, o príncipe, em honra do qual se celebrou a festa, falecia.

Mais duas palavras ainda sôbre os torneios. Em 1622 a Companhia de Jesus em Portugal celebrou com grande pompa, em todos os seus colégios, a canonisação de Santo Inácio de Loiola e S. Francisco Xavier. O colégio de Braga, alêm das festas de igreja e procissões, promoveu tambêm um torneio, em que se distribuiram prémios — ao que entrasse mais galã e mais bem armado; ao que désse melhor letra e mote; ao que corresse melhor a batalha; ao que melhor torneasse.

O último aventureiro espalhava o seguinte mote:

Sombra sou de Portugal,
Como tal venho encoberto,
Não tive em esforço egual,
Muito ha que me vai mal,
Mas ando do bem mui perto.

Dir-se-hiam simbólicos êstes versos, feitos por um sebastianista, como que profetisando a independência. Achamo-los tambêm adequados perfeitamente á atualidade. Ha muito que nos vai mal: oxalá que estejamos perto do bem, como dizia o mote.

24 de abril de 1892.

VIII

A publicidade nos tempos antigos. Participações régias e procissões triunfais

No século XVI ainda se não conhecia a imprensa periódica, faltando, portanto, êste grande e poderoso elemento de publicidade. Que prodigios não realizaria a *reportagem,* se em vez dos casos de polícia e das intrigas da política, tivesse de narrar as aventuras maravilhosas dos nossos navegadores, as proêsas heroicas dos fronteiros de Arzila e Mazagão, dos soldados homéricos de Diu! Como todos, á notícia da chegada de qualquer nau ou armada, correriam pressurosos a Belem, a inquirir dos mundos descobertos, das novas conquistas, dos costumes desconhecidos, das ricas tomadias! Que descrições minuciosas e pitorescas dos presentes que os marinheiros traziam ás suas queridas; os animais raros, as sedas custosissimas, os trajos estravagantes, os despojos preciosos dos pagodes indianos! Quantas páginas comoventes não daria a primeira entrevista de um jornalista com Vasco da Gama, ao voltar da Índia, ou com o Duque de Bragança, ao regressar vitorioso da tomada de Azamor!

Os acontecimentos, porêm, já pela sua novidade, já pela sua grandeza, não deixavam de ser bastante divulgados, não só no paiz, mas em toda a Europa. Veneza, que seguia, com natural avidez, com bem fundado ciume, o progresso das nossas navegações, tinha em Lisboa embaixadores que a informavam de tudo. Os roteiros dos nossos pilotos eram

adquiridos a todo o custo, e as narrativas das suas viagens saíam em italiano na importante colecção de Ramusio. Os nossos monarcas, pela sua parte, não deixavam de transmitir ás côrtes europeias, o resultado das suas empresas.

D. Manuel, sôbretudo, orgulhoso da sua fortuna, dava por vezes um aparato esplendoroso ás suas comunicações. A embaixada que êle mandou a Leão X por intermédio de Tristão da Cunha, causou um verdadeiro assombro. A Itália despovoou-se para ver o Elefante, que simbolisava para assim dizer o nosso triunfo asiático, e a grandeza da nossa cruzada ultramarina.

Ainda hoje existem nos arquivos estrangeiros, como honrosos documentos da nossa actividade marítima, as participações das nossas vitórias e descobertas. São conhecidas e estão publicadas as cartas de D. Manuel aos reis católicos, dando-lhes conta da primeira viagem de Vasco da Gama e da descoberta do Brazil. A Santa Sé é quem mais vezes era informada, sendo freqùentes os breves em que os Pontífices se congratulavam com os nossos reis pelas suas vitórias.

Vejamos agora o que sucedia no paiz. Os reis escreviam ás altas corporações, aos municípios, aos bispos e outras autoridades, relatando-lhes algum acontecimento mais importante, e pedindo-lhes para que o comemorassem solenemente. O acto comemorativo consistia principalmente em festas religiosas, em procissões triunfais, ás quais concorria o povo, que assim se associava publicamente à vida histórica do paiz. Durante séculos se comemorou por esta forma a conquista de Lisboa por Afonso Henriques e a batalha de Aljubarrota. No Arquivo Municipal de Lisboa existem ainda valiosos documentos dêste género. Assim a carta régia de 2 de outubro de 1508, recomendava á Câmara que celebrasse solene procissão pelos sucessos do cêrco de Arzila. Igual recomendação fazia D. João III pelas vitórias alcançadas em Baçaim e Diu por D. Nuno da Cunha.

Vimos ultimamente uma carta de D. Manuel, documento inédito e autógrafo, endereçado a D. Diogo de Sousa, arcebispo primaz de Bragá, em que lhe dava conta dos resultados da expedição de Tristão da Cunha. Como êste papel nos avivou recordações grandiosas e nos encheu de saudade e de tristeza! Já que não podemos revivescer as proezas antigas, como nos contentariamos ao menos em vêr dissipadas as amarguradas inquietações do presente!

16 de julho de 1892.

*

Notas ao artigo anterior

D. AFONSO V

1 — Carta da infanta D. Joana á Câmara de Coimbra, participando-lhe a tomada de Arzila e Tanger.
Aires de Campos, *Archivo Municipal de Coimbra,* pag. 37.

2. — Carta da senhoria de Florença felicitando D. Afonso V pelas suas vitórias africanas.

D. JOÃO II

3. — Carta de 11 de março de 1482, escrita de Alvito, á Câmara do Porto, para comemorar com uma solene procissão a vitória de Toro.
Traz depois a descrição desta batalha. Documento importantissimo publicado por J. P. Ribeiro, *Dissertações chronologicas,* tom. IV, parte II, pag. 162 e seg.

4. — Carta do mesmo, de 1 de março de 1491, recomendando á Câmara de Lisboa que não celebre mais a procissão comemorativa de Toro, atendendo ao casamento do filho e outras razões.
E. F. de Oliveira, *Elementos para a historia de Lisboa,* tom. I, pag. 362.

D. MANUEL

5. — Cópia ou minuta de uma carta de 28 de agosto de 1499, ao Cardeal protector, participando a descoberta da India.
Aragão, *Vasco da Gama,* pag. 138.

6. — Idem, aos reis católicos, sôbre o mesmo assunto, de 4 de julho de 1499.
Ob. cit., pag. 137.

7. — Cópia de uma *lettera.* Biblioteca Colombina, em Gallardo, *Catálogo,* n.º 2428.

8. — Carta aos reis católicos participando a descoberta do Brazil. Julho e agosto de 1501.
No *Boletim da Sociedade de Geographia italiana,* março de 1890, pag. 271 e seg.

9. — Gesta proxime per portugalenses in India.
Roma, 1506. Gallardo, n.º 2902.

10. — Carta de D. Manuel, ao Papa Júlio II, dando-lhe parte das vitórias de D. Lourenço de Almeida. Abrantes, 25 de setembro de 1507.
Corpo Diplomatico, vol. I, pag. 116.

11. — Idem, impressa em Roma.
Catalogo, Colombina, em Gallardo, n.º 3029.

12. — Carta á Câmara de Lisboa, sôbre o cêrco de Arzila, 1508.
Elementos do Municipio de Lisboa, vol. I, pag. 406 e seg.

13. — Idem datada de Alcochete de 12 de junho de 1508.
Impressa em Roma. *Collecção* da Colombina, em Gallardo, n.º 3030.

14. — Carta de 2 de outubro de 1508. Solene procissão pelo castelo de Arzila. Carta á Câmara de Lisboa.
A. M. L., tom. I, pag. 406.

15. — Carta participando a tomada de Malaca, de 6 de junho de 1513.
Corpo Diplomatico, vol. I, pag. 196.

16. — Epistola potentissimi.
Impressa em Roma. Gallardo, n.º 2904.

17. — Vitória de el-rei de Portugal.
Catalogo da Colombina, em Gallardo, n.º 2429.

18. — Breve de congratulação.
Corpo Diplomatico, pag. 201.

19. — Participação da conquista de Azamor.
É de Damião de Goes (?). *Corpo Diplomatico*, vol. I, pag. 207.

20. — Breve de felicitação.
Ob. cit., pag. 214.

21. — Epistola potentissimi. (Trata do assunto anterior).
Impressa em Roma. Gallardo, n.º 2903.

22. — Carta de D. Manuel ao arcebispo de Braga participando-lhe os resultados da expedição de Tristão da Cunha.
Cópia em nosso poder.

23. — Carta régia, participando o bom sucesso da Armada de Calicut, de 10 de junho de 1505.
Corpo Chronologico, parte I, maço 5, doc. 31.

24. — Carta régia, participando a expedição de Azamor, acompanhada da respectiva relação.
Corpo Chronologico, parte I, maço 13, doc. 56.

25. — Outra anterior a esta, comunicando a resolução de mandar o Duque de Bragança á conquista de Azamor, e pedindo declarem a gente com que podem concorrer.
Corpo Chronologico, parte I, maço 12, doc. 94 e 99.

D. JOÃO III

26 — Carta de D. João III, de 10 de junho de 1536, participando á Câmara de Lisboa as vitórias de Nuno da Cunha sôbre Diu e Baçaim.

27. — Idem, ao Papa sôbre o mesmo assunto. É de Damião de Goes. *Corpo Diplomatico*, vol. III, pag. 322.

28. — Participação da perda do castelo de Arguim. *Corpo Diplomatico*, vol. IV, pag. 362 e 366.

29. — Breve consolatório por esta perda. *Ob. cit.*, pag. 367.

30. — Explicação ao Papa da perda de Arzila. *Corpo Diplomatico*, vol. VI, pag. 385 e seg.

31 — Partida de D. Sebastião para a África. A Câmara de Lisboa. *Elementos do Municipio de Lisboa*, vol. I, pag. 591 e 597.

32. — Eleição do Duque de Saxe, imperador dos Romanos. A. M. L., tom. I, pag. 355.

(Continúa).

Sousa Viterbo.

DOIS INÉDITOS ACÊRCA DAS ILHAS DO FAIAL, PICO, FLÔRES E CÔRVO:

«SAÚDADES DA TERRA» (SÉCULO XVI), POR GASPAR FRUTUÔSO E «ESPÊLHO CRISTALINO EM JARDIM DE VÁRIAS FLÔRES» (SÉCULO XVII), POR FREI DIÔGO DAS CHAGAS,

COM UMA INTRODUÇÃO E ANOTAÇÕES DE ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA

(Cont. do n.º 10, pag. 516)

Dali a um ano, pouco mais ou menos, depois de partido o Capitão, se preparou Guilherme da Silveira para cumprir a palavra que ao Capitão tinha dado, desbaratando e vendendo o que na cidade de Bruges tinha, e como era homem muito rico, mandou deitar pregão que todos aquêles que quizessem vir para a Ilha do Faial se fizessem prestes, e êle lhes daria embarcações e todo o mais necessário à sua própria custa para mulhér e filhos e criados e sem gastarem cousa alguma do seu dêles e até chegar a ela.

Com êste pregão e largo partido que fazia, ajuntou muita cópia de gente de todos os oficios (1), pedreiros, ferreiros, tecelões, alfaiates, sapateiros e outros de outros oficios mecânicos e homens trabalhadores nos quais entráram pasteleiros, quero dizer, homens que sabiam fazer pastel (2), garanal-o e beneficial-o como agora se beneficia nestas Ilhas que na-

---

(1) Na justificação da nobrêsa de António da Silveira Pereira, neto de Willem van der Haghe, sentenciada em nome de Dom Sebastião, diz-se que êstes oficiais mecânicos fôram transportados para a Ilha do Faial em duas urcas, à custa do referido Willem van der Haghe, que na opinião do sr. Jules Mees (*Histoire de la découverte des Iles Açores*, pag. 95), não podia ser neto de um conde, como refere Frutuôso, que colheu esta notícia da tradição, pois que os príncipes que reináram em Flandres sómente criáram condes do meado do século XV em diante.

(2) *Isatis tintoria*, planta de que se extrái uma tinta azúl, mas que se deixou de cultivar, depois que se descobriu o aníl.

quêle tempo nelas se não fazia: êste Guilherme da Silveira foi o primeiro homem que fez pastel nestas Ilhas e o semeou, porque trouxe, quando veio, a semente de Flandres, aonde se fazia, e ainda agora se faz, e entre outros homens, que sabiam do negócio do pastel que com êle viéram, foi um que havia nome Pero Pasteleiro e seu irmão e outro homem flamengo chamado Gouarte Luis ao qual Guarte Luis, Guilherme da Silveira teve em sua casa certos anos, com sua mulher e filhos porque lhe semeavam e beneficiavam o pastel.

Êste Guarte Luis (1) têve na Ilha do Faial muitos filhos e filhas e daí a anos, como se veio a semear pastel para estas outras Ilhas, e nesta de S. Miguel e por ser cousa rica e de muito proveito, lançou El-Rei de Portugal mão disso para que se viesse a fazer quantidade dêle pelo que se concertou, daí a alguns anos com os moradores desta Ilha de S. Miguel onde se fazia mais e das outras Ilhas dos Açôres, que lhes daria a semente necessária para o semearem e beneficiarem, com condição qùe lhe haviam de pagar os lavradores dizimo e vintena, a saber, de cada, desde um, e depois de cada vinte um, em bolos, que vem a ser 14 1/2 %: os moradores foram contentes e pagáram sempre êstes direitos como até hoje pagam; mas El-Rei não cumprio o que com êles aceitou, senão nos primeiros princípios e anos, de que os lavradores foram causa por se resfriarem de o moerem nos engenhos de El-Rei: porque, com muita cacimba que havia e poucos engenhos de El-Rei e mau aviamento se lhes perdia o pastel; pelo que queria antes cada um fazer engenho próprio em que moesse o seu; o qual fôro de moer se ficou até agora; e quanto à semente tão pouco a dá El-Rei, de modo que tudo ficou às portas dos lavradores; e El-Rei recebe todos os seus direitos por encheio: com pouco tempo há que um Sebastião Coelho, morador que foi nestas Ilhas, informando El-Rei, fez que se não tomassem, como dantes, dos lavradores e mercadores, direitos em pastel, senão que lhos hão de pagar os que o carregam a dinheiro, e indo Bartolomeu Nogueira por provedor da Ilha de S. Miguel trouxe provisões de El-Rei que se pagasse sómente o dizimo da saída e por zelador *(sic)* por ser Guarte Luis tão entendido nos negócios do pastel (como tenho dito), vivendo êle na Ilha do Faial, o mandou El-Rei vir a esta de S. Miguel com encargo

---

(1) *Guarte, Gouarte* ou *Guvarte,* que se transformou em apelido e deu *Gularte,* e hoje *Goulart,* corresponde a *Govaert = Godofrêdo*.

de visitar todos os pastéis que nela se faziam e por sôbre rolda dos Lealdadores com o qual cargo e ofício de Lealdador-mór morreu, e viveo por muitos anos na Ilha.

Entre os filhos que têve Guarte Luis foi um chamado Sebastião Luis, o qual sendo môrto (o pai) se foi para Lisboa aonde servio a um homem honrado, que El-Rei mandou por seu feitor a Flandres, e depois de estar lá alguns anos, acabando o tempo da sua feitoria, veio a Lisboa dar sua conta, como é costume, em que o alcançou El-Rei em dívida de muita soma de dinheiro, de modo que não tinha com que lhe pagar tanta quantidade, e andava muito agastado, dizendo êle que não gastára a fazenda de El-Rei nem lha tomára e que sempre fizéra seu ofício inteiramente com muita verdade e não sabia aquêle êrro onde estava: andando assim agastado, sem ver remédio nem se saber determinar, ia à casa dos contos aonde dava sua conta e com êle Sebastião Luis, seu criado, que como era môço esperto, e de bom juizo vendo as contas que os contadores tomáram a seu amo disse que não iam certas, e se lhe quizesse deixar-lhas fazer com os contadores, esperava em Deus de o livrar, que nada ficasse devendo: porfiando o amo com êle, como podia fazer aquilo, pois êle mesmo e outros lhe não podiam dar cabo; como poderia êle dar sendo *(sic)*; todavia lhe deixou fazer as contas com as quais se houve tão bem Sebastião Luis e têve tanta habilidade que as veio a acabar sem seu amo ficar devendo cousa alguma a El-Rei, com que o amo ficou muito honrado e galardoado com mercês que Sua Alteza lhe fez e por El-Rei ver a habilidade de Sebastião Luis lhe deu uma feitoria para a cidade de Gôa onde o servio muitos anos na Índia e depois que veio dar ao Reino suas contas, foram tais e tão boas que o tornou El-Rei a mandar à Índia com cargo de contador-mór onde esteve muito tempo, até que lá faleceu muito honrado e rico, deixando sua fazenda a parentes seus, a quem tambêm em vida fazia bem, por não ser casado.

* * *

Tornando a Guilherme da Silveira, que outros chamam Casmacra (1): êle se fez prestes como tenho dito com sua

---

(1) Será corrutela de *Bersmacher*?
Note-se que Valentim Fernandes Alemão diz, a respeito do Faial, ter

mulhér e toda sua familia para se ir à Ilha do Faial e fretou duas naus flamengas que carregou de sua fazenda e da gente que com êle quiz vir com mulhér e filhos como já disse, por assim ter assentado com o Capitão Jos de Utra, em Lisboa, quando dêle se despedio, e seguindo sua viagem foi ter à Ilha

---

conhecido um flamengo dos Açôres, *Willem Bersmacher*, que foi o primeiro que lá introduziu a cultura do pastel. São estas as suas palávras: «... E assi hum Guylelmo Bersmacher framengo que vii e conheci trouxe primeiro ha lavoura do pastel e partiu para as outras ilhas».

Bersmacher significa: *o que fáz muitas cousas, o que fáz tudo.* Talvês fôsse alcunha de Willem van der Haghe, um descendente do qual, na Ilha de S. Jorge, adoptou o apelido *Cosmaca* (João *Cosmaca* da Silveira), corrutela de *Casmacra,* que por sua vês o seria de *Bersmacher.*

Casmacra também será corrutela de *Kasmach* ou *Kasmack?*

João *Cosmaca* da Silveira, natural de paróquia das Manadas, da Ilha de S. Jorge, foi vereador da Câmara da Vila das Velas em 1674, casou com Dona Maria de Lemos de Sequeira, e tinha êstes irmãos: o Padre Cosme de Matos da Silveira, vigário da referida paróquia das Manadas, e que testou em 25 de Maio de 1616, e Dona Bárbara de Toledo de Sousa, mulher do capitão Manuel de Sousa Pereira.

Êstes três irmãos eram filhos de Guilherme da Silveira e de sua mulher Dona Maria de Matos Valdês, netos paternos de João Machado de Tolêdo, casado com Ana da Silveira, filha de Pedro Teixeira, do Tôpo, onde fixára residência e falecêra o tronco da família dos Silveiras açoreanos, Willem van der Haghe ou Willem Bersmacher ou Willem Wulverghem ou Willem Kasmack.

Na ainda inédita «*Memória genealógica respectiva a várias familias desta Ilha do Fayal ligadas por parentesco com outras de fóra della, com apontamentos de curiosidade, mas interessantes por darem conhecimento dos factos que delles constam. Tudo arranjado e concluido, em vista dos esclarecimentos obtidos de papeis particulares e livros de Repartições Públicas, com o trabalho e constancia que é fácil avaliar, por Francisco Garcia do Rosario*». *Em o mês de Setembro de 1851*, aparece o apelido *Casmasca*, nova corrutela, sem dúvida, mas usado ou atribuido ao também flamengo Guilherme de Brum (Willem van Bruyn), tronco dos Bruns.

Eis o que diz aquela *Memória:*

«Ignora-se o tempo certo em que nestas Ilhas principiára em familias o nome — Brum — por ser sua origem de Reinos Estrangeiros. Mas descobertas que foram as mesmas Ilhas concorrêram a povoá-las várias pessoas nobres tanto do Reino de Portugal, como de fóra delle e entre ellas, foi Guilherme de Brum *Casmasca,* natural da cidade de Maestrich *(sic)* dos Estados de Flandres que vulgarmente se chama a Allemanha Baixa, o qual aportando á Ilha da Madeira, pelo anno de 1480, ali casou com uma fidalga, da familia dos Ferreiras, da dita Ilha, chamada Violante Vaz Ferreira Pimentel, sendo certamente o referido Guilherme de Brum o chefe ou o tronco das familias que usam o nome — Brum — nas Ilhas».

De vários apontamentos que possúo, organizei a seguinte árvore genealógica:

Wilhem von der Haghe
c. c.
Margarida Sabuio

João da Silveira
c. c.
Guiomar Borges Abarca

Isabel da Silveira
c. c.
Lucas Manuel da Ponte

Bárbara da Silveira Borges
c. c.
Baltasar Dias (do Tôpo)

João da Silveira Borges
c. c.
Perpétua Ribeira

Guiomar Borges
c. c.
Gabriel Teixeira (Capitão Mór do Tôpo)

Pedro Teixeira
c. c.
Bárbara Pereira

Ana da Silveira
c. c.
João Machado de Tolêdo

Guilherme da Silveira
c. c.
Dona Maria de Matos Valdês

Dona Bárbara de Tolêdo de Sousa
c. c.
Manuel de Sousa Pereira

Dona Ana Maria da Silveira
c. c.
Capitão Antão de Ávila Pereira

Francisco José de Béthencourt e Ávila
c. c.
Dona Bárbara Francisca de Béthencourt

Sargento Mór João José de Béthencourt e Ávila
c. c.
Dona Isabel Luzía de Béthencourt e Ávila

Francisco José de Béthencourt e Ávila

João Cosmacada Silveira
c. c.
Dona Maria de Lemos de Sequeira

Maria
Ana
Catarina
Guilhermina
Antonio
Cosme
Pedro da Silveira de Sousa
c. c
Dona Maria Antonia Armelim (Armelini) filha de Domingos de Lages Armelini e de sua mulher Dona Isabel Correia de Ávila Béthencourt.

Padre Cosme de Matos da Silveira

da Madeira (1), que então também era ilha nova como estas dos Açôres, onde saindo em terra mui próspero e acompanhado, informando-se os moradores de quem êle era lhe fizeram muita honra e agasalhado mandando-lhe, à pousada que lhe deram, muitos presentes e serviços com que se detêve alguns dias até se fazer prestes para seguir a viagem começada do Faial, e vendo os moradores da Ilha da maneira que êle se queria ir lhe pediram e rogáram muito que se não fosse e ficasse com êles na terra onde lhe dariam casas em que vivesse e para toda a gente que trazia e muitas terras com outros largos partidos e abundâncias, o que lhes agradeceu Guilherme da Silveira, escusando-se não poder aceitar nenhuma cousa das que lhe ofereciam por ter dado sua palavra ao Capitão da Ilha do Faial de ir viver nela e assim se partio para lá levando comsigo toda a gente que trouxera de Flandres nas duas náus e alguns parentes do Capitão Jos de Utra que também trazia em sua companhia.

Chegando à Ilha do Faial com sua gente o Capitão o recebeu como era razão: aposentando-se na Ilha era muito acompanhado dos flamengos que êle trouxera e mantinha assim no mar e viagem, como depois na terra: e o mesmo faziam outros flamengos que com o Capitão viéram por conhecerem quem êle era.

Passados alguns dias pedio ao Capitão lhe desse certas terras conforme ao que lhe prometera em Flandres e cada vez que lhe pedia algumas sempre lhe respondia que já aquelas terras eram dadas: no que se suspeitou e se dizia que o Capitão não desejava dêle estar na terra por quanto o acompanhava mais a gente e faziam mais conta dêle.

Vendo Guilherme da Silveira o pouco benefício e graça que recebia do Capitão Jos de Utra determinou de sair da Ilha do Faial com sua casa e família como de feito foi (fez), passando-se para a Ilha Terceira onde viveu alguns anos na parte onde chamão as Quatro Ribeiras da banda do sul, e ali fazia sua habitação e lavoura de pão e pastel de que carregava navios para Flandres e aonde fez uma viagem e da tornada veio ter a Lisboa, onde estando uma Dona Maria de Vilhena (2), que era senhora da Ilha do Côrvo, tendo

---

(1) Partindo de Flandres para o Faial, só se explica que aportasse à Madeira levado por tempestade ou intencionalmente, para fins que se não conhecem.

(2) Dona Maria de Vilhena era mulher de Fernão Téles, do Conselho

notícia dêle, lhe disse que fôsse para a sua Ilha do Côrvo e lá lhe faria largos partidos e daria quantas terras quizesse onde estaria como Capitão e o fazia senhor dela, sómente como lhe pagar seus direitos: e tanto o persuadio que vendo Guilherme da Silveira os muitos cumprimentos, rogos e abundâncias que lhe fazia aceitou o partido, cuidando ser de muito proveito e honra e tanto que veio à Ilha Terceira se passou logo à do Côrvo, e antes de partir, estando nas Quatro Ribeiras lhe soltou fogo em suas casas e queimou muita parte de sua fazenda, onde se queimáram seus papeis e liberdades, que trazia de sua pessoa e abonação, sem lhe poder valer, que foi a maior perda que êle mais sentio.

Chegando à Ilha do Côrvo (1) com próspero tempo, residio nela sete ou oito anos, e como aquela terra é esteril e muito tormentosa e combatida de ventos quotidianamente, e não ia lá navio nem barco senão algum de ano a ano, por maravilha; padecia êle e sua família muito trabalho pela falta de muitas cousas de que tinha necessidade para sua vida e suas lavouras e sustentação de sua gente: o que não podendo sofrer se veio em um navio que mandou buscar às outras ilhas, e disso que podia trazer o desembarcou na Ilha de S. Jorge onde se aposentou na parte dela que chamam o Tôpo que é da banda do norte e ali houve muitas terras em que semeava seu trigo e pastel e tantas criações de gados que quási todo aquele Tôpo era seu, onde viveu muitos anos com sua mulher que se chamava Margarida Sabuyo por nome flamengo e depois que casou em Flandres com êle, tomou o apelido do nome do marido, chamando-se Margarida da Silveira, por ser assim o costume de Flandres e ali viveu muito

---

do Rei, Dom Afonso V, governador da casa da princêsa sua filha e batalhou em África. Teve a donatária das *Ilhas das Flôres* (designação pela qual se compreendiam as Ilhas das Flôres e do Côrvo), por carta passada em Extremôs em 28 de Janeiro de 1475. Enviuvando, Dona Maria de Vilhena, com o consentimento do filho, Rui Téles, vendeu as «*Ilhas que se chamam das Flôres, com seu ilhéu*», a João da Fonseca, antes de 11 de Agosto de 1503.

Daqui se depreende que Willem van der Haghe iría para a Ilha das Flôres entre 1475 e 1503.

(1) Willem van der Haghe estabeleceu-se na Ilha das Flôres, na Ribeira da Crus, perto do sitio aonde hoje é a Vila de Santa Crus, e não na Ilha do Côrvo e dêle e dos seus companheiros ficou vestígio: assim é que no estudo sôbre os Açôres de Sophus Ruge — *Valentim Ferdinand's Beschreibung der Azoren*, o pôrto de Santa Crus vem designado com o nome do *Pôrto dos Framengos*.

honradamente e com tanta abundância que (como tenho dito) dizem que pagava de dizimo cada ano só da seara que fazia cincoenta e às vezes sessenta moios de trigo e têve muitos filhos e filhas que casáram depois honradamente e são dos principais e da primeira geração que há nas Ilhas de S. Jorge, Faial e Terceira, por onde se espalháram, vivendo sempre Guilherme da Silveira christianissimamente e muito católico e homem de muito bemfazer, sendo sua casa, como estalagem para quantos iam e vinham aquela terra até que foi Deus servido de o levar para Si, e conhecendo a hora da morte antes que falecêsse muitos dias, disse a um seu filho chamado Francisco da Silveira que despedindo-se dêle, indo para o Algarve e pedindo-lhe sua benção, respondeu que Deus o encaminhasse e a sua benção, porque quando tornasse o não acharia vivo; e dizendo-lhe o filho que esperava em Deus de o vêr ainda muito tempo com vida lhe tornou a dizer, que se êle tornasse da Ilha Terceira ao Tôpo o acharia vivo e não da tornada do Algarve, porque êle não podia passar vivo do Natal que vinha, e assim foi que faleceu dia de S. Tomé, quatro dias antes da mesma festa, andando se primeiro despedindo de seus filhos e filhas por suas casas e recebendo primeiro todos os sacramentos, acompanhado de muitos e muito honrados filhos e filhas e netos e no dia do seu falecimento mandou dizer uma missa em sua casa e quando quizéram levantar a Deus disse aos filhos que o encostassem em umas almofadas e ali o adorou, e acabando o padre de consumir o Santissimo Sacramento deu êle a alma, no momento, a Deus que a criou.

Houve Guilherme da Silveira de sua mulher Margarida da Silveira três filhos: Francisco da Silveira (1), João Silveira e Jorge Silveira e cinco filhas: Maria Silveira, Margarida da Silveira (2), mãe de Bárbara da Silveira, mulher de

---

(1) Francisco da Silveira c. c. Dona Isabel de Macêdo, filha de Josse de Hurtere e de Dona Brites de Macedo, c. g.

João da Silveira c. c. Dona Guiomar Borges Abarca, c. g.

José da Silveira (tambêm conhecido por Jos, Josse e Jorge). Ignora-se se casou e se deixou descendência.

Margarida da Silveira c. c. José da Terra (Josse van Aard ou Aertrijcke), c. g.

Catarina da Silveira c. c. Jorge Gomes de Ávila, c. g.

Luzía da Silveira c. c. André Fernandes, c. g.

Ana da Silveira c. c. Tristão Martins Pereira, c. g.

Maria da Silveira c. c. João Pires de Matos, c. g.

(2) É singular que Gaspar Frutuôso não diz quem foi o marido de

António de Brum, e Ana da Silveira e Catarina da Silveira as quais foram casadas com homens muito principais e honrados e tiveram filhos e filhas de que há muita geração em todas estas Ilhas dos Açôres.

Como tenho dito, Bárbara da Silveira, filha de Margarida da Silveira, casou com António de Brum, filho de Guilherme de Brum, flamengo, visinho da Ilha da Madeira: do qual António de Brum, natural da Ilha da Madeira, têve filhos e filhas, uma chamada Margarida da Silveira está casada em Lisboa com o Doutor Manuel da Fonseca (1), que foi Corregedor nestas Ilhas e agora é Desembargador da Casa da Suplicação e Juiz dos Feitos de El-Rei e de sua Fazenda.

O primeiro filho chamado Manuel de Brum da Silveira foi licenciado em Canones e deão da Sé de Angra.

O segundo, Gaspar de Brum da Silveira, ainda solteiro, que negoceia nestas ilhas a fazenda de seus pais.

O terceiro, Baltasar de Brum da Silveira que está na cidade de Sevilha, com grande casa e trato de pastel e de outras mercadorias que seu pai e seus irmãos lhe mandam destas Ilhas e êle lá responde com o retôrno delas, e também é solteiro e tem lá a mais rica e curiosa quinta que há naquelas partes.

O quarto filho chamado António de Brum da Silveira é visinho da cidade de Ponte Delgada desta Ilha de S. Miguel e é casado com Maria de Frias, filha do Licenceado Bartolomeu de Frias, também visinho da mesma cidade; todos são homens muito nobres e poderosos e de grandes espíritos.

António de Brum da Silveira (2), pai dos sobreditos, é homem muito antigo e é honrado, bom cristão, de boa vida e virtuoso: também é morador na cidade de Ponta Delgada e é dos mais ricos homens destas Ilhas dos Açôres; dizem que vale sua fazenda mais de duzentos mil cruzados.

Margarida da Silveira e falando de José da Terra não menciona o seu estado. Talvês o não soubesse.

(1) Manuel da Fonseca Pinto, Desembargador, Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi partidário do Priôr do Crato, estêve na batalha da ponte de Alcântara e ali morreu de lançadas que lhe déram os castelhanos. Dêle e de sua mulher Margarida da Silveira descendia o valente general da guerra peninsular, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, Conde de Amarante.

(2) Aliás António de Brum, *tout court*.

Capítulo da descrição da Ilha do Faial

A Ilha do Faial, que tomou o nome do que nela havia que de terra a terra está sete léguas da Ilha de S. Jorge para a parte do Sul e é quási redonda: e ainda que sua mór compridão da Ponta da Espalamaca até o Capêlo quási leste a oeste seja de cinco léguas; indo de leste a oeste da Ribeirinha até o mesmo Capêlo, terá de comprido as mesmas cinco léguas e de largo três do norte ao sul, e por algumas partes duas; sua compridão é de leste a oeste da ponta da Ribeirinha, freguesia da Práia do Almoxarife que está ao leste até outra ponta já dita que se chama o Capêlo que está entre a Práia do Norte e Castelo Branco a oeste.

Da ponta da Ribeirinha, a légua e meia, indo pela banda do sul, ficando no meio uma freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, no lugar da ribeira do Pedro Miguel, de sessenta e três fógos, e almas de confissão duzentas e sessenta e oito, das quais são de comunhão cento e oitenta e uma, tem seu vigário e um tesoureiro, está a Práia do Almoxarife que é freguesia da advocação de Nossa Senhora da Graça e tem trinta e cinco fógos, e almas de confissão cento e dezoito das quais são de comunhão oitenta e cinco, tem um vigário e um tesoureiro; em que há um areal onde algumas vezes podem desembarcar barcos com gente, tem um forte em que estava e pode estar artilharia, muito bom que mandou fazer Gomes de Lima Pacheco (1) no tempo das alterações, que foi provedor das fortificações, como adiante direi; tem um pôço da melhor água que há em toda a Ilha de que bebem os freguêses, cujo bocal mandou conservar o desembargador Fernão de Pina Marecos quando veio com desembargo a esta Ilha e outro pôço está da mesma água no quintal do vigário.

Junto a esta freguesia faz a terra uma ponta ao mar alto a que os flamengos puzéram nome de *Espalamaca* que em sua língua quér dizer ponta de agulha ou alfinete (2), nela

---

(1) Aliás Gomes Pacheco de Lima.

(2) Numa escritura feita na então Vila de Horta, em 1553, pelo tabelião Joannes Anes *(sic)*, fala-se dos herdeiros de João Anes *Espalamaque*, cujas casas viéram a pertencer a Estácio Machado e a sua mulher, Dona Maria de la Cerda.

Evidentemente *Espalamaque* é outra corrutéla da palavra flamenga *Speldemaker*.

está um jardim de laranjeiras e horta que fez Jos Dutra da Terra (1), flamengo, sôgro de António de Brum da Silveira, dos primeiros que vieram à Ilha.

Desta Práia subindo por uma ladeira acima espaço quási de meia légua para o poente está a Vila principal da Ilha que se chama Vila de Orta, porque não há quintal nenhum que a não tenha (2) e todas as casas dentro ou fóra tem pôço de água com que as régam e muitas delas tem dois poços: à entrada está uma Ermida de Nossa Senhora da Conceição, que agora é freguesia, pegada com uma ribeira que vem de riba das serras com que algumas vezes se alaga quando traz grande enchente: para o qual tempo tem uma ponte de pedra por onde passam para a Vila; tem alguns moinhos que móem com a enchente e ao longo dela estão plantadas laranjeiras: vai ter ao mar junto ao qual faz uma lagôa em um areal: à porta da Igreja está arvorada uma cruz de pau coberta de chapas de ferro e ao pé de degraos de pedra que se mandou fazer a um homem por penitência que lhe deu a justiça eclesiástica.

(Continúa). ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

---

(1) José da Terra (Josse van Aard ou Aertrijcke) e não Jos Dutra da Terra, casado com Margarida da Silveira, foi efectivamente sôgro de António de Brum, que casou com uma de suas filhas, Bárbara da Silveira.

António de Brum da Silveira era néto de José da Terra e filho de António de Brum e de Bárbara da Silveira.

(2) Não é exacto. O nome da então Vila e hoje Cidade foi *Hurtere*, do nome do 1.º e 2.º donatários Josse van Hurtere ou de Hurtere (que tambêm se escreveu *Hórtere*), a quem Frutuôso e outros chamam Jos de Utra.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Instituto Superior de Comercio — Anuario de 1918–1919. Lisboa, Tip. Universal, 1918.

Magalhães Lima e a sua obra — Notas e Impressões, por Archer de Lima. Lisboa, Tip. «A Editora», 1911.

Estatistica Geral da Provincia de Cabo Verde — Ano de 1917. Praia, Imp. Nacional de Cabo Verde, 1918.

Associação Commercial do Porto — Relatorio da Direcção no ano de 1917 apresentado á Assembleia Geral, em sessão de 30 de janeiro de 1918. Porto, Officinas do «Commercio do Porto», 1918.

Paginas de Album — Vol. I, por João Maria Ferreira. Lisboa, Tip. da Livraria Ferin, de Torres & C.ta

Alterações á Lei da Separação das Egrejas do Estado, por Alberto Martins de Carvalho. Coimbra, Tip. Popular, 1918.

Contribuição para o estudo antropologico dos Indigenas de Moçambique, por Americo Pires de Lima. Porto, Tip. a Vapor da «Enciclopedia Portuguesa», 1918.

Galanias — Imagenes de España, por Pedro Blanco. Agosto, Mayo, Juno, 1916.

Hispania, por Pedro Blanco. Porto, Portugal, Praça de Carlos Alberto.

Heures Romantiques — Impressions infimes pour piano, por Pedro Blanco. Porto, Portugal, Praça de Carlos Alberto.

Dos Mazurkas del Amor del Dolor, por Pedro Blanco. Porto, Portugal, Praça de Carlos Alberto.

Os vegetaes — Genese e milagres — Vol. III, por Arthur de Vasconcellos. Brazil, S. Paulo, A. Azevedo, Editor, 1918.

Le Nicaragua, por Déziré Pector. Paris, Société anonyme de l'imprimière Rugelmann.

Les Richerses de L'Amérique Centrale — Guatémala, Honduras, Salvador Nicaragua, Costa-Rica, por Déziré Pector. Paris, Libr. Orientale & Américaine, E. Guilmoto, Editeur.

Considérations sur quelques Nomes Indigènes de logalités de L'isthme Centre-Américaine, por Déziré Pector. Paris, Ernest Leroux, Editeur, 1892.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Cândido dos Reis, 44 — COIMBRA



VOLUME 65.º
N.º 12

1918
Dezembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1918

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida.
Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário

INDEX

Boletim do Instituto 567
Taxas dos oficios mecânicos de Coimbra em 1593, por J. M. Teixeira de Carvalho 569
Curiosidades históricas e artísticas, por Sousa Viterbo 586
Dois inéditos acêrca das ilhas do Faial, Pico, Flôres e Côrvo, por Antônio Ferreira de Serpa 601

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 28 DE NOVEMBRO DE 1918

Aos 28 de Novembro de 1918 reuniu a Assembleia Geral extraordinária do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LOBO.

O Presidente disse que a reunião fôra convocada, para o dia em que os Países aliados celebravam a Vitória, exclusivamente para o Instituto colaborar nas gerais manifestações. Não podia de modo algum o Instituto permanecer alheio ao glorioso acontecimento, que veiu trazer a tranquilidade aos nossos lares, com a satisfação dum completo triunfo para a causa a que Portugal prestou o mais intenso e heroico concurso, colocando-se ao lado da nossa secular áliada, a Inglaterra, logo que êste País declarou a sua beligerância. O Presidente terminou por apresentar a seguinte proposta: que sejam nomiados sócios honorários os Chefes de Estado e as figuras que mais se notabilizaram entre os Aliados; que se envie uma saudação à Academia Francesa.

Depois de terem usado da palavra os Prof. PAIVA PITA e CARNEIRO PACHECO, e os Srs. COELHO SOBRAL, VAZ SERRA e D. JOSÉ MANOEL DE NORONHA, associando-se todos calorosamente a esta homenagem, foi a proposta votada por aclamação.

Foram proclamados:

SÓCIOS HONORÁRIOS ESTRANGEIROS

S. M. JORGE V, Rei de Inglaterra, Imperador das Indias.

M. RAYMOND POINCARÉ, Presidente da República Francesa.

S. M. ALBERTO I, Rei dos Belgas.

S. M. VITÓR MANUEL III, Rei de Itália.

MR. WODROW WILSON, Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte.

Marechal Foch, Comandante em Chefe dos Exércitos Aliados.

Marechal Joffre, Vencedor do Marne.

Marechal Douglas Haig, Comandante do Exército Inglês.

David Lloyd George, Primeiro Ministro de Sua Magestade Britânica.

Georges Clémenceau, Presidente do Conselho de Ministros de França.

Cardial D. Mercier, Arcebispo de Malines, antigo Prof. da Universidade Louvain.

SÓCIOS HONORÁRIOS NACIONAIS

Dr. Sidónio Pais, Presidente da República Portuguesa.

General Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, antigo comandante do Corpo Expedicionário Português.

General Garcia Rosado, atual comandante do Corpo Expedicionário Português.

À Academia Francesa foi expedido o seguinte telegrama: Academie Française — Paris. A l'Academie Française, le plus haut representant de la pensée latine, envoie l'Institut de Coimbra ses felicitations enthousiastes pour la glorieuse Victoire de notre Civilisation. — Le President, Costa Lobo.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Carneiro Pacheco, primeiro secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(aa) Costa Lobo.
Carneiro Pacheco.

TAXAS DOS OFÍCIOS MECÂNICOS DE COIMBRA EM 1593

As *taxas dos preços* dos artefactos industriais são de um grande valor para o estudo, tão incompleto ainda das nossas indústrias, não só pela documentação que trazem para a história do trabalho nacional pelas condições económicas da vida do operário que põem em toda a luz, como pela enumeração minuciosa dos objectos de produção corrente em cada indústria, enriquecendo assim a lexicologia artística com vocábulos novos que só nestes documentos se encontram, esclarecendo e completando a legislação vigente em cada período, as indicações de testamentos e inventários, textos literários, descrições de festas e as monografias regionais, documentos todos bem escassos no nosso país.

As *taxas* foram estabelecidas para proteger o consumidor contra a carestia das cousas necessárias à vida e punham-se tanto nas substâncias alimentícias, como nos artefactos industriais, matérias primas necessárias para a laboração das indústrias e salários dos operários que nestas trabalhavam, mudando de região para região conforme às condições de cada uma.

As taxas dos preços dos produtos industriais eram postas de acôrdo com o salário corrente dos operários, o preço das matérias primas que nêles se empregavam e o custo da alimentação.

Por isso o seu estabelecimento era mais função das câmaras locais e posturas municipais do que das leis correntes, comquanto haja desde o século XIII leis gerais extensivas a todo o país, embora possa pôr-se em dúvida que as taxas fôssem as mesmas para todas as regiões. Assim me parece, encostando-me à opinião sempre segura do sr. Gama Barros (1).

---

(1) Cfr. Gama Barros, *Historia da Administração Publica em Portugal nos séculos XII a XV*, tom. II, pag. 185.

*

O primeiro caso de aplicação de taxas, tanto aos produtos industriais, como às substâncias alimentares e seu comércio, de conhecimento histórico em Portugal, deu-se precisamente em Coimbra e encontra-se nas suas posturas municipais de 1145 *(Correctio morum colimbrie a ciuibus omnibus statuta)* (1).

A primeira lei de origem rial, e que parece extensiva a todo o país, comquanto se dirija no texto conhecido simplesmente aos de Entre-Douro e Minho *(omnibus prelatis et pretóribus et aluazilibus et comendatoribus et alcadibus et judicibus et uniuersis conciliis et toti populo a Minio usque ad Dorium),* tem a data de 26 de Dezembro de 1253 (2).

As posturas de Coimbra são anteriores à definitiva constituição do município pelo foral de 1147, e foram feitas *ab omnibus baronibus bonis tam maioribus quam minoribus ciuitatis colimbrie.*

As taxas referem-se às obras de ferreiro, sapateiro e oleiro, marcando-lhes os preços e proíbindo a venda do ferro e dos coiros a quem não fôsse ferreiro ou sapateiro (3).

---

(1) *Port. Mon. Hist. Leg. et Cons.*, vol. I, pag. 743.
(2) *Ibidem*, pag. 192.
(3) «... In primis interdictum est nullus audeat alicui uendere ferrum nisi ferraris qui illud laborauerit, nec alius emat ferrum nisi ferrarius. Item ferradure mozamedes caballares, pro IIII denarios; et medalia unum par uendatur: asinorum uero, non plus duobus denariis. Eisada et ferrum de aratro quod pesauerit VI^{os} arratales pro decem et octo denariis unum quodque illorum: azeca et seca de uesadoiro, III denarios arratal. Sachio de duobus arratalis pro IIII denarios. De ferro aguiar quodcunque ferrum fuerit, III denarios pro uno arratal. Vnum par desporis staniadas pro VI denarios. Frenum stagnatum, pro XV denarios.

ITEM DE ZAPATARIIS

«Item statutum est ut quantum corium uel corios bouinos aut cuiuscumque manerie animale fuerint, que fuerint de algazaria tam de christianis quam de iudeis iam uenerint ad mercatum ciuitatis intus, non uendatur alicui nisi zapatario qui eos laborauerit. Et ipsi zapatarii non sint ausi uendere aliquod corium curtidum aut siccum alicui mercatori foras ciuitatis. Zapatos bonos uacaris cum bonas pazas untados et de bonas seffintas, pro XII denarios. Zapatos zebrunos et bezerrunos untados pro X denarios: et de aqua, pro VII denarios. Auarcas bene bonas muzas uel acutas pro VI denarios: Non tales pro IIII denarios. Zapatos bonos ceruunos, pro XVIII denarios: et non tales, pro XV denarios. Zapatos bonos caprunos de corrigia liados, pro XV denarios: et non tales pro X denarios: et carneirunos pro VIII denarios. Osas nigras et zapatas phadadas bene bonas queque illarum pro medio de uno morabidi. Osas bonas gudemiciz, pro 1° morabitino: et zapatas fadadas et zapatones uer-

Estabelece também as taxas para os carniceiros *(Item de carnizaria)*, pescadeiros *(Item de piscatoribus)*, tendeiros *(Item de tendariis)*, e termina com algumas posturas sôbre vinhos, lagares e azenhas *(Item de uineis)*.

A lei de 26 de Dezembro de 1253 foi pedida a Afonso III por se estar vendendo tudo muito mais caro do que o costume, por estar próximo o tempo em que se esperava que êle fizesse quebra no valor da moeda.

Essa lei marca o valor da moeda, taxa as substâncias alimentares e os produtos industriais, proíbe a saída de mercadorias para fora do reino, não introduzindo outras por elas *(nisi duxerit aliam pro illa)*, proíbe a saída da prata *(exceptis uasis et scutelis et cocleáribus et quod sit talis persona cui conueniat habere)*.

Esta lei é preciosa pela enumeração de alguns artefactos industriais, sôbre que seria fora de propósito insistir agora.

Por alvará de 14 de Abril de 1490, mandou D. Afonso V pôr em execução as taxas que mandára fazer à câmara de Evora para pôr termo ao preço arbitrário por que vendiam os sapateiros, ferradores e outros mesteirais da comarca de Entre-Tejo e Guadiana, com a pena de quatro mil riais ao oficial que as transgredisse, e proíbição de exercício da sua profissão em todo o país aos que, por causa dêsses preços, fechassem suas tendas ou deixassem de usar do ofício.

Alvará de 27 de Abril do mesmo ano mandava às justiças da comarca que fizessem fornecer aos mesteirais as matérias primas dos seus ofícios, pelos preços marcados também na mesma taxa.

Nas côrtes começadas em Évora a 12 de Novembro de 1481 e acabadas em a vila de Viana dapar de Alvito em

---

melios de bono corio, pro meunius morabitini. Zapatos uermelios et de cordouam de corrigia pro XX denarios: decolladas pro uno soldo. Suffiutas bonas, III denarios: et suffiutas, pro V denarios: Et cum rostales pro VI denarios. Suffiutas non tales, pro III denarios: et suffintar, pro IIII denarios.

ITEM DE TENDARIIS

«... Cardineros dent XIIII decubitos de bono pano cardeno pro uno morabitino, et perdant terciam partem de quanto panno tincxerint: et precium inde XVI modios: additalio de calle pro I morabitino. Tegularii non faciant tegulas usque ueniant ad almutazeb, et faciant illas per formam quam eis dederint et sint bene cocte. Cantarus, I denarium: quarta cum panella I denarium: Duos asados pro I denario: Duos almudes, I denarium. (*Port. Mon. Hist. Leg. et Cons.*).

Abril de 1482, queixaram-se os povos dos regatões e de que os preços das taxas se não conservavam por *nom serem çarrados os portos do mar e da terra,* subindo as coisas a tal carestia *que ia vosos naturaess se nom podem manteer,* pedindo-lhe que determinasse que as cidades e vilas fizessem as suas taxas e as mandassem às côrtes para serem confirmadas.

Rezava assim o termo do *agravamento do povo,* como então se dizia, no

Capitollo que se faça taxa das cousas no regno

«Outro si, Senhor, vosos Regnos se vaão perder pella gramde devasidade de que os mestcirães de todollos ofisios husam soltamente de cada hũu vemder seos mesteres e lavores como lhes apraz e milhor pode sem lhes seerem tausados e que elRey voso padre que deos tem em esta cidade e em lixboa mandase fazer tausa nom se goardou nem mamteve o que se causou nom soomente por os portos do mar e da terra nom seerem çarrados mas aimda por nom seer posta geerallmente em todallas cabeças e allmoxarifados destes regnos ho que atee ora trouxe e traz tamto dapno a voso povoo e crecerom as cousas em tamta carestia que ia vosos naturaes se nom podem mamteer e arregatia crece fora de toda rezam seia vosa mercee mamdardes aos oficiaes de todalas cidades e vilas de vosos Regnos que cada hũus em as comarquas de todallas cabeças dos almoxarifados segumdo o stado em que as terras forem em todallas cousas geerallmente facam taxas e desque feitas forem as mãdem aavosa corte para lhas mamdardes comfirmar e se per tempo ho stado da terra se mudar e os preços das cousas crecerem ou abaixarem que emadom ou mingoem nas ditas taxas como for razam e farees em ello a vosos povoos muita mereee».

O rei respondeu a êste capítulo:

«Responde elrey que ha por bem de em todo seu regno se fazerem taxas hũua vez no anno ou mais se mais necesario for em a maneira que se sege a saber que em cada cidade e vila os Juizes e oficiaess dellas façom a dicta taxa primeiro diia de iunho e aos qninze diias do dicto mes a emviem fecta aos corregedores das Comarquas pera as veerem e aprovarem se bem esteverem ou as emendarem e carregarem no que lhes justo e rezam parecer e asi em lixboa e seu termo se faça per os dictos oficiaess e o corregedor a veia e aprove

como dicto he. Os quaees a faram por esta guissa mandarom chamar oficiaes certos de cada oficio e mester aos quaees daram juramento dos samtos evangelhos sobre os preços das cousas e segundo as comarquas e diversidade das vallias das cousas em ellas façom a dicta taxa damdo aos oficiaees gaanho arrezoado nomeadamente per terço ou quarto segumdo bem parecer segumdo a vallia das cousas e quer e mamda que todollos que ora husam de oficios macanicos que leixarem por rezam da dicta taxa de husar de seus oficios por estes primeiros tres annos ou que vemderem as cousas a mais alto preço do que lhe forem postas que percam os bẽes ametade pera quem os acusar e a outra meetade pera sua coroa e o que vemder por mais do que for taixado seia açoutado pubricamenre ou degradado segundo a pesoa for a quall taxa se comece logo de fazer este primeiro mes dagosto que vem e dy em diamte no mes de iunho como dicto he» (1).

Estas determinações do príncipe D. João não tiveram execução rigorosa, pelo menos, quanto a Coimbra, pois não encontro vestígio de que as taxas dos ofícios se fizessem em Junho de 1482 e daí por diante todos os anos, em cada vila, ouvindo os juizes oficiais delas, oficiais certos de cada ofício e mester a quem dariam juramento, e enviando-os ao corregedor que as modificaria ou faria executar como vinham, se concordasse com elas. Estas taxas deveriam variar de comarca para comarca, segundo a valia das cousas, e garantir-se-ia aos oficiais mecânicos um ganho arrasoado, de um terço ou quarto, castigando os que fechassem as lojas de venda por não quererem sujeitar-se à taxa, ou os que vendessem por maiores preços que os nela marcados.

Nas mesmas côrtes apresentaram os povos outra reclamação, que por muito ligada a êste assunto, não podemos deixar de transcrever, começando pelo

Capitollo que falla dos filhos dos lauradores que selam lauradores e os filhos dos mesteres mesteres

«Senhore muito pedem vosos povoos por mercee aa vosa alteza que remediees huum dano que tamtos annos ha que

---

(1) Visconde de Santarêm, *Alguns documentos para servirem de provas á parte 1.ª das Memorias para a historia e theoria das Cortes geraes*. Lisboa, Imprensa Regia, 1828, pag. 183 e 184.

pasa sem corregimento alguũm que os filhos dos lauradores por a gramde disulluçam que veem nas gentes seguem os padres que os vistam ao moodo que andam os das cidades e villas e como ham huuma capa, çimto e borzegiis saltam logo no paaço onde acham fame follgada e nom tarda muito que aquelle com que viue nom requeira que os de vosa alteza e despois de se seruirem delles ao tenpo que lhe ham de gallardoar seos seruiços encarregam-nos a vosa Senhoria que os gallardoe e tanto que comvosco viuem stiram os pais que vendam os bois com que lauram que nam teem mais homrra que teellos por filhos como de facto fazem e leixamnos em pobreza e por muito que em elles façaees sempre sam filhos de seos pais e sam bordeganos e ao que a elles se faz desfalleçe em outros que por taes partes o milhor merecem e em que se mais enxergaria a mercee e o seruiço recebido se desta esperança viuerem liures povorarsia a terra e nom se colheriam as erdades a momte que os lauradores leixam por mingoa de seruidores seja vosa mercee de mamdar que o filho do laurador sigua o foro do pay e leixe o paaço pera quem he sob certa pena porque Senhor quamdo tomar quĩserdes homees assi hi ha doutra sorte que mais rezom terees e que vos milhor servirom.

«Outrosi Senhor per o moodo sobre dito pedem a vosa alteza que mamdees que todos os filhos dos oficiaess macanicos e de sua sorte apremdam e husem dos oficios dos pais e, se quiserem apremder amtes outros seia em sua liberdade e todauiia seia oficio por que viua porque se aparte de husar mall de si e seer aazo de vosas justiças emtemderem nos semelhantes esto he seruiço de deos e voso e bem comuum de vosos povos».

Como em tudo que poderia ser considerado como censura aos actos de seu pai, D. Afonso V, então em França, o príncipe D. João com discreção manda dizer:

«Responde elrey que elle prazemdo a deos emtemde ora de correger sua casa e asi as dos outros de seu regno por tal guisa que estes incomuenientes de a gemte se lamçar ao paaço se aja de evitar em muita parte» (1).

Noutro *agravamento* destas mesmas côrtes se acha sôbre

(1) Visconde de Santarêm, *Op. cit.*, pag. 227 e 228.

a organização dos oficios uma nota a que me parece não ter sido dado o verdadeiro valor. É o

Capitollo que falla nos ofeceáees dos oficios macanicos

«Outrosi Senhor os homees se soltam a tomar temdas e se fazem meestres dos oficios macanicos que numca forom boos deçipillos de que se queixa ambrosio dizemdo que nam pode seer mestre o que nam foce decipollo os quaees damdo se por meestres na arte de que husar querem e pouco sabem ou nada, daneficam o povoo como fazem muitos que se dam por allueitares e matam ou mamcam as bestas que lhes metem em poder por defeito de saber e bem asi os allfaiates que danam o pano cortamdo a rroupa que nam sabem fazer e asi ouriuezes e outros dos taees oficios que requerem imdustria e sciemcia da tal arte e esto faz a soltura dos inoramtes que se por taees dam sem averem castigo seja vosa mercee de proueer a este tam publico dapno e mamdace que os taess ofeciaees que se dam por mestres sejam examinados cada huum em sua arte per outros ofeçiaees expertos e aprouados os quaees seiam emlegidos por examinadores pellos ofeçiaees daquella arte e comfirmados em camara pellos vereadores e ofeçiaees della em cada huum anno e sem seerem examinados primeiro nom seiam recebidos a tomar temda como meestres e mais aiam huuma certa pena vsando da arte sem primeiro seerem examinados per aquelles que teuerem o carego per a guisa que dito he e farees em esto merçee a vosos pouoos e sera bem comuum de todos».

Com a prudência reconhecida, o príncipe D. João responde:

«Responde elrey que ha por bem de em esto nom fazer emnouacom e que se nam deue tolher que cada huum nom tenha liberdade de tomar e husar do ofício que aprendeo e quer e mamda por hi auer ofeçiaes em abastamça e a terra seruida que daqui em diamte nenhuns ofiçiaees dofiçios macanicos nom posam çarrar suas temdas posto que trautem em outras cousas sob pena de pagamento dois mill rreis e perseveramdo despois em ello avera aquella pena no corpo ou bees que sua mercee for» (1).

---

(1) Visconde de Santarêm, *Op. cit.*, pag. 235 e 236.

Do século XVI há bastantes documentos no arquivo municipal de Coimbra sôbre as taxas, comquanto muitas determinações não tenham ficado registadas, apesar de em vereação se ter determinado o registo de tais diplomas. O mesmo acontece nos outros arquivos municipais do país, incluindo o de Lisboa.

As taxas faziam-se em Coimbra, segundo as normas gerais, para todo o país, como se vê de muitos documentos, e entre êles da acta da vereação de 18 de Junho de 1533, que anda a fls. 9 e 9 v. do livro respectivo:

Acordo sobre a taixa

«Em os xbiij djas do mes de junho de q̃nhemtos e trimta e tres ẽ a camara da çidade de cojmbra estamdo ahy em camara e camara fazemdo como hee de seu costume .s. os muyto honrrados sõres o doutor Frr^co^ toscano juiz de fora p^o^ da costa e dj^o^ de beja Ansençia d^o^ arraez *vere*adores e ho bacharell Joam Vaz P^or^ e dos mesteres fernã diz e fernã L^co^ e comjguo Amrrique de parada p̃ nuno de parada esp̃uam loguo | p̃ os ditos Sñores juiz e Regedores e mesteres foy acordado q̃ loguo se p̃uesse sobre a taixa e p̃ço que hos mesteres ham daver p̃ seus lauores avido Resp^to^ ao p̃ço dos mantimẽtos e asy das cousas neçessaryas aos oficios e depois de meudamẽte sobre ello praticarẽ acordarã q̃ loguo se posese ẽ obra e p̃a ello ordenarã q̃ Ruy botelho duarte de saa fernã brãdã e dj^o^ aranha cidadãos p̃uessem na dita taixa desta man^ra^ .s. q̃ de cada ofiçio venhã dous outros bõos homẽs ou os juizes delle e cõ elles p̃ juramẽto dos samtos evamgelhos tachem seus lauores e lhe ponham os p̃ços justos e dir^tos^ e o q̃ asemtarẽ se cumpra e de a execução e bem asy p̃ueram sobre os jornaes q̃ ham daver os ofeciaes e trabalhadores de braço | e asy nos mantimẽtos e sem ẽbarguo de nomearẽ o aranha p̃ ser ausente ẽ seu luguar ẽlegerã Iorge de magualhaes e p̃ q̃ asy ho ouuerã p̃ serujço de ds e del Rey noso sõr e bẽ do pouo mãdarã fazr este acordo ẽ q̃ asynarã Amrrique de parada p̃ n^o^ de parada esp̃uam da camara ho esp̃uy».

j^o^ de beja	fr^co^ toscano	p^o^ da costa
	o bach	
	y^o^ vaz	

As taxas nem sempre se cumpriam, e no arquivo da camara há o registo de posturas sucessivas, que tanto indicam

o cuidado dos vereadores em manterem as taxas como o dos ofícios a resistir ao seu cumprimento.

Por vezes essa resistência ia até à violência e ao que hoje se chama *greve*. Em 1600 os sapateiros de Coimbra fecharam as lojas e tendas, recusando-se a trabalhar e a vender.

Dêsse caso anda na camara, no livro das vereações, o curioso documento seguinte:

«Aos sinquo dias do mes de julho de mil e seiscemtos anos em esta cidade de Coimbra e camara della, omde estauão juntos o doutor Pedro Aluarez, Francisco Bramdão, Cristouão de Saa, vereadores, e Simão Leal procurador da cidade com os dous mesteres da mesa fizerão vereação.

«Nesta camara foy dyto que os çapateiros se amotinarão e fecharão as portas e tendas de seus officios por respeito de huma taixa que esta camara tinha feita com justiça conforme ao regimento desta camara e estado do tempo, asentaraom por bem publiquo do pouo que fosse apregoado que todos os çapateiros e officiais do dyto officio uzasem de seus officios e abrissem suas tendas logo com efeyto despois de lançado o dyto pregão, sob pena de sinquoenta cruzados pagos da cadea e alem da dyta pena os que não comprirem logo o sobredyto não poderão uzar o dito officio sem licença desta camara Pedro Cabral o escrevi, e asi sob pena de hum anno de degredo para Afriqua. Pedro Cabral o escrevi».

Arquivo Municipal de Coimbra, *Vereaçoes*, 1599-1600, fl. 201 v. e seg.

Destas taxas não ficou outro documento alem da acta da vereação, em que se resolveu que se lançassem, de 15 de Abril de 1600:

«E asy mais que se prouesem as taixas dos officios maquanicos e jornaleiros conforme a obrigação que tinhão de seus carregos e regimento e para neste negocio tratar asentarão se ajuntasem nesta camara segunda feira, primeira seguinte que hee despois damenham que são dezasete deste mes e que logo na outra segunda feira seguinte se ajuntarião nesta camara para tratarem nos ditos negocios das jugadas...».

Arquivo Municipal de Coimbra, *Vereações*, 1599-1600, fl. 64 v.

Parece que a intimação da câmara deu resultado e que a greve dos sapateiros acabou, porque não encontro dela mais vestígios.

As taixas dos ofícios eram, como dissémos, marcadas segundo o preço dos salários e o das subsistências.

Poucos documentos há sôbre os salários nos livros da câmara de Coimbra. São em compensação abundantes os que se encontram nas actas das vereações sôbre o preço das subsistências, objecto de posturas muito repetidas da câmara.

Por acaso, neste ano de 1573, em que se fez a taixa mais completa que conheço, objecto do presente estudo, em vereação de 2 de Dezembro, se resolveu taxar os salários dos pedreiros, carpinteiros e jornaleiros que *alevantavão os presos de seus jornais e yha o negotyo diso em muito crescimento.*

Essa taixa foi apregoada no dia imediato para que *do pregaom em diante* se executasse.

Transcreverei, por breve e interessante, esta taixa dos salários:

«Acordarão e mandarão que do pregão deste em diante nenhuum carpinteiro levara de jornall por cada dia mais no tempo de seis meses do verão que a quatro vinteis, e nos outros seis meses doo jnverno a setenta reaes.

j E pelo mesmo preso os pedreiros levarão o sobredito nos ditos dias de verão e jnverno. E esto se entemdera nos officiais que forem examinados.

j E os que forem apremdizes nos ditos officios de pedreiro ou carpinteiro levarão sinquoenta reaes no verão e quorenta no jnverno.

j Os seruidores levarão a sinquoenta reaes, amdando de jornall a sequo.

j E damdo lhes de comer a vinte reaes, pondo o dono que manda fazer o seruiço as alfaias necesarias para o dito seruiço.

j E trazendo os trabalhadores as ditas alfaias para com ellas trabalharem, e dando lhe o dito comer a vjnte e dous reaes, os quaes dous reaes se dão mais por respeito d'alfaia.

j Os ratinhos para os oliuaes a vinte reaes, para varejarem ou raparem.

j Os moços para apanharem a zeitona delles a dez reaes.

O que tudo mandarão que se cumprisse, como neste acordo se contem sob pena, digo sob penna de quem o contrario fizer e levar mais dos presos aqui declarados pagarem mill reaes de pena e da cadea ametade para esta cidade e a outra para quem os acusar. E mandarão que se apregoasse e do pregaom em diante se executasse» (1).

---

(1) A 17 de Setembro de 1583 resolvia a vereação *que nenhuum pedreiro nem carpinteiro, por milhor official que seja d'oje em diamte não*

Seria interminável fazer menção só que fôsse das posturas da câmara sôbre subsistências, taxando-as, forçando a sua venda publicamente no mercado, evitando que saissem de Coimbra ou promovendo a sua entrada nesta cidade quando havia falta delas. E taxava-se tanto o alimento do pobre, como o do remediado ou do rico.

Muitas vezes essas posturas surpreendem pelo seu rigor. Era um modo de impedir a carestia. A câmara começava por proíbir, por fim cedia, autorizava a venda mas taxava-a, evitando o aumento de preços.

As taxas dos ofícios de Coimbra mais completas que conheço, são as de 1573 por os abrangerem todos.

Foi determinado que se fizessem a 1 de Setembro dêsse ano, com leves modificações da prática corrente, como se depreende da acta que disso se conserva ainda no Arquivo da Câmara:

«Ao primeiro dia do mes de setembro de mill e qujnhentos e setenta e tres anos na cidade de Coimbra e torre da Vereação della onde estauam presentes os senhores Gomez de Figueiredo vereador e juiz por a ordenação e o doutor Manuel Veloso vereador do corpo da Universidade e Jeronjmo Brandão e Aires Gonçalvez de Macedo vereadores da cidade sendo presentes os fidallgos cavaleiros cidadãos da dita cidade e Pedro Afonso e Belchior Fernandes procuradores dos mesteres e os dos Vimte e quatro todos abaixo asjnados chamados segundo costume e em presença de todos e ele juiz e vereadores lhe diserão como seria bem enleger se hum sjndico para hir visitar o senhor Dom Manoel de Menezes bispo de Comguo que ora estaua jmlejto bispo desta cidade e por quanto o cabido della o tjnha ja mãodado visjtar que estaua em rezão a cidade o mãodar vjsitar e que praticasem

---

leuem mais de seu jornal por dya ate dia de pascoa do ano vimdouro que a cem reaes sem aver obrigação de se lhes dar meremda nem almorso, e a cada seruidor ou trabalhador por dia, duramdo o dito tempo, a sinquoenta reaes sequos e, damdo de comer a vymte symquo reaes. E da pascoa por diamte se prouera como for justiça.

Em 5 de Julho de 1584, conforme a uma sentença vinda da relação do Porto e por *auer boa novydade de pão*, mandava a camara que até aos Santos do ano futuro pedreiros e carpinteiros ganhassem a cem reaes por dia e d'ahi em *diamte que hee o tempo do inverno a oytenta reaes. E aos seruidores, no verã a simquoenta reaes e no inverno a sesenta reaes.*

A 7 de Março de 1587 foram confirmadas as taixas dos pedreiros e carpinteiros *em quanto não fizessem outras.*

sobre jso e asj que enlegerão para tall vigitação e mais por estar tão perto estaua na villa de Tomar em seruiço de sua allteza e loguo hj praticada a cousa asẽtarã de ho mãodarem vigitar e para elo enlegerão as mais vozes a Gonçalo Leitão cidadão desta cjdade.

«E asj mais pratjcarão que era necesario enlegerem se dous cidadãos para se fazerem as taixas dos ofjcjos desta cidade juntamente com ho vereador da mesa e asj dous dos mesteres e logo enlegerão as mais vozes os senhores Ruy Lopez do Basto e Francisco Omem e vereador Jironjmo Brandão e hos dous procuradores dos mesteres que ora seruem na mesa e com os juizes de cada oficjo e pesoas jmlejtas de cada oficjo».

Arquivo Municipal de Coimbra, *Vereações*, 1573-1574, fl. 81 e 81 v.º

As taxas começaram a fazer-se a 3 de Setembro:

«Em comprimento do acordo da eleição atras sobre o fazer da taixa dos çapateiros e dos mais officios, estamdo jumtos em camara aos tres dias do mes de Setembro de jb^{c} setenta tres anos em esta cidade de cojmbra e paso dos tabaliães della omde estavão jumtos Jeronimo Brandão e Ayres Gonçalvez de Macedo vereadores estamdo presente Pedro Afonso e Melchior Fernandez procuradores dos Vimte e quatro dos mesteres e estamdo asi todos jumtos, por estarem enleitos por virtude do acordo atras pelas pessoas da governança e vimte e quatro dos mesteres atras asinados Rui Lopez do Basto e Francisco Homem da Costa cidadão com os dous mesteres que seruem na mesa, em os quais as ditas pessoas da governança comprometerão para fazerem as taixas dos officios mequaniqos e poerem os presos justos as obras e cousas delles como mais parecesse justiça, e estamdo presentes os ditos Rui Lopez do Basto e Francisco Homem da Costa, lhes foi dado juramento dos samtos evangelhos em que ambos puserão suas mãos pelo quall prometerão de darem seus pareceres e votos nos presos das obras das taixas dos officios que taixarem como lhes parecer mais seruiço de Deus e bem do povo. Do que mandarão fazer este auto que asinarão com os ditos vereadores e mesteres Pedro Cabrall da Rocha escrivão da camara o escrevi.

«E isto mesmo derão juramento dos samtos evãogelhos a Bras Jorge e Gonçalo Gill juizes do officio dos çapateiros desta cidade que outro si presentes estavão por quanto os mandarão chamar para lhes fazerem certas pergũmtas acerqua do preso do couro e valia delle e darem a mais enfor-

mação necesaria como manda a lej dell Rej noso senhor feita sobre os presos do callsado e sentensa que elles çapateiros tinhão da rolação do dito senhor, e elles por o juramento que receberão prometerão darem toda a enformação que lhe perguntarem acerqua deste caso bem e verdadeiramente, e responderem aproposito ás pergumtas que lhes fizerem acèrqua deste caso. E logo declararão que o couro valia pelas feiras de Penella cummumente e outras partes somenos a dous mill e quinhentos reaes, e o outro a tres mil reaes e o de major valja a dez cruzados, e declararão que os couros de courama curtidos para sollas se achavão cada huum os milhores a dous mil reaes e mill quinhentos e mill e oito cẽtos até quinhentos reaes os somenos. E quamto as pelles de cordavão declararão que allguum avia tão somenos que valia menos dos dous mill e quinhentos reaes até quinhentos reaes mas que era tão roym que não prestava senão para obra de cortiso e foros.

«E com esta enformação das pregumtas que lhe fizerão fizerão a taixa seguimte sobre os presos do callsado, e asinarão. Pedro Cabrall escrivão a antrelinha que se poos na margem que diz e foros por asi o declararem Pedro Cabrall escrivão com a entrelinha que diz reaes Pedro Cabral escrepvi».

Jeronimo brãdão Aires glz de macedo Rui lopez do basto

melchior fr̃z fr^co^ homẽ da costa pedro a^o^

braz jorze g^o^ gill

Arquivo Municipal de Coimbra, *Vereações*, 1573-1574, fl. 83 e seg.

ÇAPATEIROS

Foy apregoada esta taxa dos çapateiros em esta sjdade perante mjm estpvão por João Aluarez porteiro aos 12 de Novembro de 1573, e em demtro em oyto dias todos tirarem os regimentos, sob pena de mil reaes da cadea.

Vereações, 1573-1574, fl. 84.

Botas de cordavão

«j̃ As milhores botas de bom machão de muito boa pelle e muito boas e muito bem acabadas por milhores que sejão tendo de oito pontos para sima e de duas sollas não pasarão de quatro centos reaes. iiij^c^

E isto pela enformação que tem da valia do couro e do que vall o dito calsado pelas villas e lugares comarqas a esta cidade e vista a mais enformação que desto caso e preso das cousas tem conforme a lej de S. A. tajxavão as ditas botas no dito preso.

j Botas dos mesmos põtos e das ditas sollas mais somenos não pasarão de trezentos e sasenta reaes as quais botas serão de tres pallmos daltura para sima. iij^{c}lx

j Semdo de huma solla dos mesmos pontos para sima sendo de muito boa pelle –ss– das da pelle de cruzado não pasarão de trezentos e sasenta reaes. iij^{c}lx

j E sendo de somenos couro e dos ditos pontos duzentos e oitenta reaes. ijlxxx

j De humas botas de couro cumum de seis ate sete pontos de duas sollas não pasarão de duzentos e quorenta reaes. ij^{c}R^{ta}

E sendo de huma solla dos mesmos pontos duzentos e vinte reaes. ij^{c}xx

j Humas botas de sinquo e quatro, das ditas solas e do dito couro cumum nove vinteis.

j E sendo de huma solla as ditas botas, e dos ditos pontos oito vinteis. c^{to}lx

j E sendo humas botas de tres pontos ate dous de huma solla, não pasarão, digo de duas sollas oito vinteis. c^{to}lx

j E de huma solla cento e quorenta reaes. c^{to}R^{ta}

Botas de carneira

j Botas de carneira de oito pontos para sima muito boas e lauadas por milhores que sejão não pasarão de oito vinteis. c^{to}lx

j E sendo as ditas botas de carneira de seis ate sete pontos seis vinteis. c^{to}xx

E de quatro sinquo e tres pontos de cem reaes. c^{to}

E de dous e huum pontos tres vimteis.

E as chequilas a cyncoenta reaes.

Sendo passado de huum anno, dous, tres ate quatro ate seis anos sinquoenta reaes.

Borzeguins de cordavão

j Huuns borzeguins por milhores que sejão de boom cordavão de oito pontos para sima, sendo de muito boa pelle das botas de cruzado, trezentos e vinte reaes. iij^{c}xx

E sendo somenos dos mesmos pontos, duzentos e sinquoenta reaes. ijcl

Borzeguins de carneira

j Borzeguins de carneira sendo dos mesmos pontos e de boa pelle cem reaes. cto

Çapatos

j Semdo huuns çapatos de oito pontos ate noue, semdo de muito bom couro, e sollas, não passarão de setenta reaes.
j Huuns çapatos de doze pontos, e dahi para sima com o dito bom couro, não pasarão de oitenta reaes. lxxx
j E sendo çapatos dos ditos pomtos, do preso de setenta reaes, sobresolados de duas sollas cem reaes. cto
j E semdo de dez pontos para sima, sobresolados e muito boons, não pasarão de cento e vinte reaes. ctoxx
j Huuns çapatos de seis, sete pontos, sendo boons de huma solla tres vinteis. lx
E sendo sobresolados oitenta reaes. lxxx

Çapatos de vaqua

j Çapatos de vaqua de dez pomtos para sima brochados, sendo boons não pasarão de cento e dez. ctox
j E não sendo brochados, noventa reaes. lR

Cervilhas de cordavão

j Humas cervilhas de cordavão de oito pomtos para sima não pasarão de trjnta reaes. xxx
j Humas cervilhas de carneira por milhores que sejão dos mesmos pontos, vinte e sinquo reaes. As quais se não lavrarão em branquo, senão em vermelho –ss– de carneira.

Chapins de homem

j Huuns chapins de cortisa ou solla para homem de ojto pomtos para sima, sendo muito boons cento e quorenta reaes os quaes serão de pesquosos ou da cuada.
j Humas chinellas dos mesmos pomtos sendo de muito boom couro de pesquosos ou da cuada, não pasarão de cento e quorenta reaes.

Feytyos

j De feitio de humas botas sendo bem acabadas de oito pontos para sima de duas sollas, poemdo o çapateiro as sollas e guarnição não pasarão de cemto e dez reaes. c^{to}x

j De feitio de humas botas de huma solla dos mesmos pontos ojtenta reaes. lxxx

j De feitio de huuns borzeguins dos mesmos pomtos sinquoenta reaes. l^{ta}

Cabeças ou rostros

j Huuns rostos ou cabeças de noue pontos para sima de boa vaqua, ou boons pesquosos de cordavão, ou de muito boom cordavão de duas sollas e muito bem acabados, cemto e trjnta reaes. c^{to}xxx

E sendo de somenos couro e bem forrada a dita obra, cemto e vinte reaes. c^{to}xx

j E sendo as ditas cabeças ou rostos dos mesmos pontos, e do dito couro, de huma solla, noventa reaes.

Digo cem reaes e jsto sendo de muito boom couro, dos ditos pontos. c^{to}

E sendo de somenos couro dos mesmos pontos noventa reaes e das mesmas sollas. lR

j E sendo de ojto pontos, sete e seis, as ditas cabeças ou rostros, de muito bom couro, ou vaqua, de duas sollas, cem reaes. c^{to}

j E sendo do dito couro e dos ditos pontos, de huma solla, oitenta reaes. lxxx

Botas de vaqua

j Humas botas de boa vaqua, de doze pontos para sima, de duas sollas, não pasarão de quatro centos reaes, e isto bem acabadas, e de boa vaqua de sumagre.

j E não farão nenhumas de bezero de framdes por ser muito em prejuizo do povo.

j As ditas botas de vaqua, dos ditos dez pontos para baixo valerão pelos presos das de cordavão.

Obra de solarya

j Huum par de sollas do lombo, pelo allquies na mão, sendo boas, não pasarão de trinta e cinquo. xxxb

E lamçadas quorenta e sinquo reaes. Rb
E sendo as ditas solas do sotalho ou do espalldar, não pasarão de vinte e sinquo. xxb
E lançada trinta e sinquo reaes. xxxb
E sendo da barriga vimte reaes na mão. xx
E lamçadas vimte e sinquo reaes, digo trinta reaes. xxx
Todo aquelle que a lomba jlarga e vendella por lombo pagara dous mill reaes e da cadea.
Esta sollaria sobredita se venderá e lançara pela grandura e marqua do all qui es, e dahi para baixo pollos pomtos de seis e sinquo pontos, polla forma dos ditos pomtos se cortarão. Se venderão a vimte reaes na mão e lançados trinta reaes. xxx
Todo aquelle que lançar sobre sollas lhe metera detras huum taquão sob a dita pena.

(Continúa). J. M. Teixeira de Carvalho.

CURIOSIDADES HISTÓRICAS E ARTÍSTICAS

(Cont. do n.º 11, pag. 554)

IX

Recordações históricas. A padeira de Aljubarrota. A pá e a caldeira

A 14 de agosto de 1385 feriu-se entre portugueses e espanhois a batalha de Aljubarrota, uma das mais importantes batalhas peninsulares, já pelas circunstâncias que a involveram, já pelos resultados políticos que se lhe seguiram, já por ter dado motivo ao mais belo monumento arquitectónico que existe no nosso paiz.

Numerosos foram os despojos da batalha, contando-se entre êles alguns de estremada valia. Os cronistas não são unanimes na sua individuação, devendo reputar-se apócrifos alguns dos que tem sido até agora inventariados como tais. Um distinto oficial do exército espanhol, que veiu de propósito a Portugal para estudar de perto o assunto, escreveu uma excelente monografia histórica sôbre a batalha de Aljubarrota, apreciável pelo seu critério e imparcialidade, e nela deu também a relação dos objectos, que formaram o rico espólio de que se apoderaram os gloriosos companheiros do Mestre de Aviz.

Não é nosso intento fazer agora uma análise completa dessa relação, porque, dispondo de pouco espaço, e não querendo enfastiar o leitor com largas divagações históricas, embora curiosissimas, apenas nos referiremos de relance a duas passagens daquela monografia, acrescentando o resultado das nossas investigações individuais.

Um dos objectos, que se guardavam em Alcobaça, como relíquias da batalha, era o célebre caldeirão, que tanto deu que falar nas nossas contendas políticas, involvendo neste debate o nome de um dos nossos mais abalisados juriscon-

sultos. Nos poetas do século XVI encontramos mais de uma alusão à famigerada caldeira. Um dos personagens do auto *Rodrigo e Mendo,* de Jorge Pinto, expressa-se dêste modo:

Não cuideis que é graça;
Vou-vos assim dando a traça
Como é, sem faltar jota:
A guerra d'Aljubarrota,
A caldeira em Alcobaça.

Pedro de Vega, poeta espanhol, na poesia que dedicou *al libro del maestro Luys Gomes de Tapia,* tem esta quintilha:

Yo seguro la derrota,
Que baxo de tal bandera,
No es menester casco o cota:
Pues non es esta la Caldera
Que llaman de Aljubarrota.

Falemos agora da forneira ou padeira de Aljubarrota, Brites de Almeida, que, com a pá do forno, matou sete castelhanos do exército invasor. Nenhum dos escritores contemporâneos, mencionou êste facto, que aliás tinha certa importância, mas êste argumento negativo não quer dizer que êle não existisse, ou que não tivesse pelo menos algum fundamento. Foi porventura algum dêsses mil episódios, que surgem depois da batalha, e cuja honra todos se querem variadamente atribuir. O historiador mal pode fazer a colheita de todos êsses pormenores secundários e vem então a lenda apoderar-se dêles, avultando-os na imaginação popular, dando-lhes essa fórma e colorido pitoresco, que fazem o encanto dos serões da província, nas longas e geladas noites de inverno.

Quando principiasse a lenda da padeira de Aljubarrota é um pouco difícil averiguar, sabendo-se, porêm, que ela renasceu com o grito da independência. Em 1642 tratou-se de fazer uma justificação para demonstrar a existência do feito e da pá, mas verificou-se que em Alcobaça, êsse repositório das mais fabulosas tradições patrióticas, não existia documento ou vestígio comprovativo, o que realmente não deixava de causar estranheza. Averiguou-se, porêm, que em Aljubarrota ainda havia muita gente que perpetuava a tradição, e que a pá se conservára emparedada, na casa da câmara, para assim a salvaguardarem da rapacidade dos reis intrusos, que não dormiam socegados emquanto existisse em Portugal aquele monumento do valor português e da ignomínia castelhana.

Em um escritor espanhol do século XVI, fômos nós encontrar uma referência curiosissima e que supomos completamente ignorada, o que não admira, atendendo a que a obra daquele escritor, inédita durante três séculos, só recentemente foi publicada. Chama-se o escritor Bartholomé de Villalba y Estaña, e intitula-se a sua obra *El Pelegrino curioso y Grandezas de España*. No reinado de D. Sebastião visitou êle o nosso país, percorrendo diversas terras e examinando os seus mais curiosos monumentos. Em Lisboa foi ver o arsenal ou armaria, e da sua narrativa destacamos o seguinte trecho:

«Alli muestran el palo de la fornera que con el mató los castellanos, y otras bravatas que son apacibles de oyrlas».

Temos outras descrições da armaria daquela época, como é a de Damião de Goes, mas em nenhuma delas se refere esta circunstância.

C. Ximenez de Sandoval, o ilustrado militar acima aludido, que escreveu a monografia da *Batalha de Aljubarrota*, quando visitou há anos o nosso paiz, esteve naquela vila, e ali, numa casa particular, lhe mostraram a tradicional pá dentro de um saco de damasco carmesim. O leitor poderá ver o seu desenho naquela obra.

30 de janeiro de 1893.

X

Se Camões seria caligrafo?

A caligrafia foi uma verdadeira arte, que teve cultores especiais antes da descoberta da imprensa. O invento de Guttemberg veio aniquilar a numerosa classe dos *scribas*, que, de mãos dadas com os iluminadores, produziram obras verdadeiramente notáveis, preciosidades de museu, como são, por exemplo, em França, as *Horas* da rainha Ana da Bretanha, e em Portugal as *Horas* da rainha D. Leonor.

Depois do cristianismo, foi nos conventos que a caligrafia e a iluminura tiveram, por assim dizer, a sua estufa de abrigo e de procriação. Em Portugal houve duas casas monásticas que se entregavam com ardor e carinho a êsses trabalhos — Santa Cruz de Coimbra e Santa Maria de Alcobaça. As bibliotecas públicas do Porto e de Lisboa guardam hoje os

manuscritos traçados e delineados pelos religiosos daquelas duas ordens, alguns deles primorosos e dignos de todo o apreço.

Se a caligrafia, como trabalho e arte de livreiro, levou da tipografia o golpe de misericórdia, nos usos comuns da vida continuou ela a ser cultivada com esmero. Em Portugal houve em todos os tempos professores de reconhecido mérito, que concorreram para o seu aperfeiçoamento com os seus trabalhos teóricos e práticos. No século XVI existiu Manuel Barata, cuja arte de escrita é a primeira que se estampou em português. No reinado de D. João V foi célebre um Manuel de Figueiredo e nos tempos modernos são dignos de todo o aplauso os Godinhos.

Diz-se que o primeiro dos caligrafos que acabamos de citar fôra mestre de escrita de Camões. Vejamos quem foi o que estabeleceu esta proposição e quais os documentos ou testemunhos em que se baseou para a tornar demonstrada ou demonstrável.

É curioso que até hoje ainda se não encontrasse nenhum autografo devido à pena do autor dos *Lusiadas*. Debalde se tem investigado os arquivos; todas as pesquizas teem sido infructiferas. Nem um recibo sequer do parco subsídio que lhe concedera D. Sebastião! Nem como poeta nem como funcionário se encontram vestígios pessoais da sua passagem pelas chancelarias. Parece que o destino porfiou em envolver a sua vida numa atmosfera misteriosa, fazendo o desespero de todos aqueles que teem deligenciado até agora aclarar-lhe a existência.

Possuia o imperador do Brasil um exemplar da primeira edição dos *Lusiadas* em que se lia por letra de mão *Luis de Camões seu dono*. Parecia esta inscrição ter efectivamente os caracteres da caligrafia do século XVI, mas nada havia que nos garantisse a sua autenticidade. Nada mais natural que alguem se entretivesse, por passatempo ou especulação, a escrever aquele dístico.

Outro exemplar da primeira edição do mesmo poema, mais notável por certo, é o que possuia, nos fins do século passado, o académico Francisco Dias Gomes, poeta e filólogo, mais distinto como filólogo e crítico do que como poeta. Êste exemplar tinha os argumentos manuscritos que Francisco Dias Gomes atribuia ao próprio Camões, por a letra ser parecida com a de Barata. O argumento comprovativo é realmente fraco e nada concludente. Em primeiro lugar Camões não pudera ter sido discípulo de Barata, sendo

ambos da mesma idade aproximadamente, e tendo gasto, tanto a mocidade como a idade viril, na África e no Oriente. Se a letra se parecia com a de Barata, poderia ser de algum discípulo dêste ou de qualquer indivíduo enfim que se tivesse filiado na sua escola.

Uma circunstância importante se esqueceu Dias Gomes de verificar: é se os argumentos seriam os mesmos que apareceram nas edições do século XVII atribuidos a Franco Barreto. Se fossem iguais, a sua argumentação cairia logo por terra, ou teriamos de acreditar que João Franco Barreto não passára de um plagiário.

Como quer que seja, é pena que êste exemplar se tenha perdido, ou pelo menos se ignore o seu rasto. Se existisse hoje, a crítica não tardaria em se apoderar dele, analisando-o e estudando-o, sob todos os seus aspectos, conforme sem dúvida merecia. Francisco Dias Gomes, apesar de académico, era merceeiro, e nem as letras nem o negócio lhe grangearam o meio de viver desafogadamente. Desambicioso, de consciência limpa, não tinha as condições indispensáveis para saber-se arranjar materialmente. Se as musas não fazem mal aos doutores, na frase de António Ferreira, não devem ser de grande benefício ao comerciante. Poesia e negócio são coisas que se consorciam com dificuldade. Dias Gomes morreu pobre, visinho da miséria, e é possível que a família se desfizesse desde logo da sua livraria.

Existirá ainda algum descendente dessa família? Se existisse, talvez soubesse dar alguns esclarecimentos sôbre o destino que levaram os livros do infeliz poeta. Se aparecesse por acaso o precioso exemplar dos *Lusiadas,* não faltaria apreciador camoneano que o valorisasse convenientemente.

Oxalá que estas linhas fossem o fio de uma exploração fructifera.

24 de abril de 1893.

XI

Mestres de dança

A dança chegou quási a ser uma preocupação constante do povo português; era para bem dizer uma instituição nacional. Quási todas as terras possuiam a sua *fólia* e de vez em quando realizavam-se concursos dançantes, como há hoje concursos de filarmónicas. Não havia solenidade, por mais

grave que fôsse, em que não entrassem as danças. Na procissão do *Corpus Christi* eram das coisas mais características do cortejo. Nos casamentos reais a festa não prestava se não houvesse grande variedade de bailes populares. Quando D. João de Castro recebeu em Gôa a consagração triunfal da vitória que alcançou em Diu, apesar de ser um espectáculo à romana, não faltaram as danças e as figuras dos gigantes. Na inauguração da estátua equestre no Terreiro do Paço foram um dos principais divertimentos.

Em 1622 os jesuitas celebraram pomposamente, em diversas cidades do continente e das ilhas, a canonização de S. Francisco Xavier. Em Bragança, na praça, junto à igreja, houve um desafio muito festejado entre a *folia* de Vila Real e de Bragança, sôbre qual tinha melhores vozes e pandeiros, tambor mais destro, e melhores peças de dança e música. Os juizes do certamen dividiram as opiniões, dando o prémio a Bragança na destresa e arte do tambor, e a Vila Real pelas vozes e pandeiros. Em outras cidades efectuaram-se lutas idênticas.

No meado do século XVI havia em Lisboa 14 escolas públicas de dança, afóra os mestres que davam lições em casa de nobres. Em 1620, segundo Nicolau de Oliveira, existiam 7 mestres de dança e 70 de canto! A *mourisca,* tradição mussulmana, tinha um ensino especial.

Os *foliões* portugueses gosavam de tal fama que em 1606 foi enviada a Madrid, pelo senado de Lisboa, uma folia especial para divertimento da côrte. Diz-se que o monarca hespanhol deu mostras de contentamento. Como director da folia foi Ambrósio Rodrigues, almotacé da limpeza.

Os documentos antigos conservam-nos os nomes de alguns mestres de dança. Simão Esteves vivia por 1573. Sabemos da sua existência por um alvará de perdão, em que D. Sebastião comuta a pena a Manuel Marques, filho de Luis Dias, peliteiro, que havia ferido o bailarino. (Vide documento I).

Em 1541, a 14 de março, compareceu no tribunal da Inquisição Ana Martins, dizendo que vivia defronte da casa de uma filha de *Mestre Pedro, que ensinava as damas a dançar,* casada com um tangedor do Infante. Veja-se *Archivo Historico Portuguez,* vol. VI, pág. 96.

D. João III, em 1533, concedeu a tença de um moio de trigo e dois míl réis em dinheiro a Francisco Teixeira, *baylador da mourisca.* Em carta de 6 de março de 1552, fazia-lhe mercê de mais um moio de trigo anual pelos serviços

que lhe tinha feito e esperava dele receber. (Vide documentos II e III).

Em 1765 era nomeado José Alberto Tedesquino para mestre de dança do Colégio dos Nobres. (Vide documento IV).

Em 1791 era mestre de dança do referido Colégio Pedro Colona e em 1814 Pedro Pieronni. Em 1820 Pedro António Cardoso era mestre de dança do Colégio Militar, em 1825 Carlos Bencini, e em 1839 José Ramos. Veja-se *Almanach de Lisboa*.

Ricardo José Maria era *diestrissimo en la dansa*. Veja-se o n.º 597, série 3.ª da Biblioteca Nacional de Lisboa. Nesta colecção há referências a muitos artistas de teatro.

8 de janeiro de 1894.

DOCUMENTOS

I

«Dom Sebastiam etc. Faço saber que Manuel Marquez filho de Luis Dias piliteiro me enviou dizer per sua petição que semdo preso por hũu ferimento ffeito a Symão Esteuez mestre de damçar ouuera aluará pera se liurar solto com fiança que dera e de feito se liurara e saira comdenado em dous mil reaes pera as obras da Relação que pagara e tirara sentença e por não se liurar dentro no tenpo pedyra soprimento e lhe forão Reformados quatro meses em xxiij de Janeiro de b^{e}lxxij e por que não registara a sentença dentro no tempo e hera pasado todo ate ora e fazião execução pela fiamça e o suplicante hera pobree e não tinha com que poder satisfazer ao fiador e tambem por estar preso muito tempo por outro caso não poder desobrigar a fiança pedindo me lhe perdoase e Releuase do perdimento da fiamça e Receberia merce E o suplicante declaraua que os quatro meses se acabaram a xxiij de maio de lxxij e ate ora não desobrigara a fiança que auya perto de anno e meo E eu veendo o que me elle suplicante asy dizer e pedir enuiou queremdo lhe fazer graça e mercee visto hũu praz me asynado pelo doutor Gaspar de Figueiredo etc. Ey por bem e me praz se asy he como o suplicante diz de lhe perdoar o perdimento da fiança em que encorreo da maneira que declara visto o que allega e a fiança lhe será desobrigada e pagará mil reaes pera o espritall de todos os Samtos desta cidade de Lixboa que seram entregues a Jorge Fernandez e por quamto lhos ja

pagou como se vio per seu conhecimento e por outro de João de Seixas que lhos caregou em Receita vos mando etc. na forma. Dada em Lixboa aos dezanoue de nouembro. El Rey noso Senhor ho mandou pelos doutores Gaspar de Figueiredo e Paullo Afonso etc. Aluaro da Costa a fez anno do nascimento de noso Senhor Jhesu Christo de mil b^{c}lxxiij. João da Costa a fez escreuer» (1).

II

«Dom Ioham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que avendo eu respeito aos seruyços que tenho recebydos de Francisco Teixeira, tangedor da mourysqua, queremdolhe por yso fazer graça e merce, tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mym, em cada hũu anno, de janeiro que vem de b^{c}xxxiiij em diamte, dous myll rs em dinheiro e hum moyo de trigo homde quer que estyuer, em quanto minha merce for, pagos per esta so carta jerall sem mays tyrar outra de minha *fazenda* (falta esta palavra) no almoxarifado de tauilla: porem mando ao almoxarife ou recebedor do dito almoxarifado de tauilla, que ora he e a qualquer outro que ao diante o dito carreguo tyuer, que do dito janeiro em diante, em cada hũu anno, pague ao dito Francisco Teixeira os ditos dous myll rs e ho moyo de tryguo ou a dinheyro ao preso que valer na teraa, per esta soo carta sem mays mostrar outra de minha fazenda, e pello trellado della, que sera registada no lyuro de sua despesa pello escryuão de seu carguo e seu conhecimento mando aos contadores que lhos leuem em comta e mando a dom R.º Lobo do meu conselho e vedor de minha fazenda que lhos faça asy asentar no lyuro dos geraes della e no lyuro das minhas moradias no tytollo do dito Francisco Teixeira fica posta verba como não avera mays moradia por se apousentar e com o que dito he. Domingos de Payua a fez em Evora a xxiiij de novembro de myll b^{c}xxxiij. E eu Dimião Diaz a fiz escreuer. E pello dito moyo de tryguo lhe pagares tres myll rs posto que em syma digua que lho pagues pelo estado da teraa» (2).

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Sebastião, *Legitimações e Perdões*, liv. 17, fl. 204 v.

(2) Idem — Chancelaria de D. João III, liv. 7, fl. 224 v., e liv. 46 da mesma chancelaria, fl. 88 v.

III

«Dom Joam etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que auemdo respeyto aos seruyços que me tem feytos e espero que fara Francisco Teyxeira, baylador da mourisca, e queremdolhe fazer graça e merce, tenho por bem e me praz que ele tenha e aja de mym de janeiro que pasou deste ano presẽte de b^{ç}l e dous em diamte hũu moyo de tryguo de temça em cada hũu ano em sua vida e por tamto mãdo ao barão dAluyto, vedor de mynha fazemda que lhe faça asẽtar o dito hũu moyo de trygo no Liuro dela e do dito janeiro em diãte cadano lho despache ao dito Francisco Teixeira em lugar omde lhe seja bem pago, e por firmeza delo lhe mãdey dar esta carta de padrão per mym asynada e aselada do meu selo pẽdemte. Inacio Reynel a fez em Lixboa a bj de março ano do nacimento de noso Senhor Jhuũ $\overline{\text{Xpo}}$ de $\overline{\text{j}}$b^{ç}l e dous, e eu Duarte Diaz a fiz escpreuer» (1).

IV

«Dom José etc. Faço saber aos que esta minha carta virem que eu hey por bem nomear a José Alberto Tedesquino para mestre de dança do Collegio dos Nobres que mandei fundar na cidade de Lisboa vencendo o ordenado annual de duzentos mil rs.... Lisboa 18 de outubro de 1765. Dom Sebastiam Maldonado» (2).

BAILADORES E TANGEDORES DA MOURISCA

«Eu elRey faço saber a quantos este meu aluara virem que eu ey por bem e me praaz que todos os meus bailadores da mourisqua e suas molheres e seus filhos e filhas possão daquy em diante trazer em seus vestidos todas as sedas que quiserem sem embarguo de ser defeso pella ordenação que sobre iso tenho feita. E mando a todas minhas justiças, officiaes e pesoas, a que este aluara ou o trelado delle em pubrica forma for mostrado e o conhecimento delle perten-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doações*, liv. 56, fl. 142 v.

(2) Idem — Chancelaria de D. José, *Mercês e Oficios*, liv. 94, fl. 61 v.

cer que lhes não coutem as ditas sedas e lho cumprão inteiramente como se nelle conthem, o qual ey por bem que valha, tenha força e viguor como se fosse carta feita em meu nome per mym asinada e passada per minha chancelaria sem embarguo da ordenação do segundo liuro t.º xx que diz que as cousas, cujo efeito ouuer de durar mais de hum ano passem per cartas e passando per aluaras não valhão. Balthesar da Costa o fez em Almeirym a xxij de mayo de mil b^{c} e cinquoenta e hum. Manuel da Costa o fez escreuer» (1).

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito aos seruiços que Caroto, meu baylador da mourisca, tem feitos a elRey meu senhor e padre que samta gloria aja e a mym e queremdo lhe fazer graça e merce, tenho por bem e me praz que elle tenha e aja de mym de temça em cada hũu ano em quamto minha merce for, dous mill rs e hũu moyo de tryguo, os quaes começara de vemcer dos xb dias do mes de julho que pasou desta presemte era em diamte soldo a liura ao dito respeito por que atee o dito tẽpo ouue ja pagamento nas compras homde tynha asẽtado seu ordenado e no liuro dellas fica posto verba como nom ha dauer mais o dito hordenado segundo vy per certidã de Joham Momteiro scpriuam das ditas compras que foy rota ao asynar desta. E porem mamdo aos veedores de minha fazenda que lhes façaes asemtar nos liuros delà no titolo do almoxarifado de Tauilla e dar delo carta em cada hũu ano e asy este ano presẽte des xb dias de julho como dito he e por fermeza dello lhe mãdey dar esta carta per mym asinada e aselada do meu sello. Dada em Euora a bij de dezembro. Gaspar Mendez a fez ano de mill b^{c}xxxiiii. E eu Damiã Diaz a fiz escpreuer» (2).

«Eu elRey faço saber a quantos este meu aluara virem que por fazer merce a M.^{el} Fernandez Caroto, meu bailhador da mourisca, ey por bem e me praz que tres moradas de casas, que diz que tem na cidade de Lixboa, no bairro dAlfama, lhe não sejão daquy em diamte tomadas daposentadorya pera pesoa algũa, posto que as elle tenha aluguadas ou algua dellas, sem embarguo do Regimento daposentado-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Privilegios*, liv. 4, fl. 164 v.

(2) Idem — Chancelaria de D. João III, liv. 45, fl. 148.

rya em comtrario. Noteficoo asy a Lourenço de Sousa, meu aposentador e sobprior das aposentadoryas de minha corte, e aos aposentadores e officiaes daposentadorya da dita cidade e lhe mando que cumprão e guardem inteiramente este aluara como se nelle conthem sem duuida nem embarguo algum que a ello ponhão, o qual quero que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome per mym asinada e pasada per minha chancelaria sem embarguo da ordenação do segundo liuro tit.º vimte, que diz que as cousas, cujo effeito ouuer de durar mais de um ano passem per cartas e passando per aluaras não valhão. Balthesar Fernandez o fez em Almeirym a xxbj de janeiro de mill bc cinquoenta e dous. Johã de Castilho o fez escreuer» (1).

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que avemdo respeito a Rodrigo Esteuez e J.º L.ço e Luys Fernandez, tamjedores da mourysqua, serem pesoas que me seruem, por lhe fazer graça e merce, ey por bem e quero e me praz que eles nã syruã nem vam seruir com nenhuns presos nem com dinheiro nem pousem com elles nem cada hũu deles em suas casas de morada nem lhes tomem sua roupa, palha ceuada nem gualynhas nem nenhũa cousa do seu contra sua vomtade. E porem mamdo ao meu corregedor no Reyno do Algarue e juizes e oficiaes da vila de Loule, omde eles são moradores, e a outros quaes quer oficiaes e pesoas, a que o conhecimento desto pertemcer, e esta minha carta for mostrada que muy inteiramente a cumprã e guardem e nom costramgam nem mamdem costramger os sobre ditos Rodríguo Esteuez e J.º L.ço e Luys Fernandez nem nenhum deles pera os ditos seruiços por quanto eu os ey por escusos per esta que pera sua guarda lhe mandey dar per mim asynada e asellada do meu sello pemdente. Dada em a minha cydade dEuora a bj dias do mes de setembro. P.º Aluẽz Lamdy a fez anno do nacimento de nosso Senhor Jhũu Xº de mill bcxxxj» (2).

«Fernam Diaz, tamjedor da mourysqua, nomeado corretor em minha corte de cavallos e outras quaesquer bestas e es-

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Privilegios*, liv. 1, fl. 69.

(2) Idem — Idem, *Doações*, liv. 18, fl. 10 v.

crauos, asy como o era Y.º Diaz, que se finou. Carta feita em Setubal a 19 de março de 1532» (1).

«Dom Joham etc. saude, façouos saber que Roy Peleja, mourysquo, meu tamgedor da morysqua, me emvyou dizer per sua petiçam que imdo a penhorar hũu tabeliam per cem reaes ele sopricante lhe pedira que lhe mostrase mandado do juiz todavya obedecemdolhe e lhe daua penhores de myll rs e os nam quisera tomar somente ho colcham em que elle dito sopricamte dormia e a esto dise que quem lho tomase que lhe cortarya ho pescoço, pela quall palavra se fizera hũu auto e por ele fora preso e comdenado pollo juiz de Loule omde ele dito sopricamte era morador em seys mil rs e apelara pera o ouuidor onde se ouve a sentença por boa e o comdenara em seys meses de degredo fora de Loule e seu termo e apelara por parte da justiça que estamdo asy preso elle dito sopricamte fogira da cadea soo sem quebrar ferros nem romper parede nem porta nem cousa algũa polos quaes casos elle andaua amorado com temor de minhas justiças de ho por ello premderem. E por quamto as partes lhe tinham perdoado e ho nam queryam pollos ditos casos acusar nem demamdar cryme nem cyuelmente segundo ho ver poderya per dous pubricos estormentos de perdam com testemunhas em eles nomeadas, as quaes peramte mym apresemtar emvyou que recomtauã serem feitos e asynados per Francisco Mendez ambos aos cimquo dias do mes doutubro da era passada de myll bᶜxxiiij annos, em os quaes se comtynha amtre as outras cousas que polos ditos Martym Vaaz tabalyam e Fernam Gonçaluez cacereyro fora dito que eles perdoauã como de feito perdoaram ao dito sopricamte todo mall e emjurya, perda e dano e sem razão e se decyam de todo direito e acusaçam que comtra elle per este caso sobre poderyam ter e aver e alcamçar e todo lhe perdoauã lyuremente pola moor de Deus segundo se todo esto milhor e mays comprydamente nos ditos estormentos de perdam comtinha emviamdome elle dito sopricamte pedir por merce que lhe perdoase minha justiça se me á ela por razam da fogida da cadea que asy fogio e da mays pena que polo dito casso merece em algũa guisa e maneira era teudo e obrygado, e eu vemdo ho que me ele dito sopricamte asy dizer e pedir

---

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, *Doaçõe*s, liv. 16, fl. 85.

ẽviou, se hasy he como elle diz e recomta e hy mais nã ha, visto os perdões das partes e hũu prazme com meu pase e queremdolhe fazer graça e merce tenho por bem e mapraz perdoar como de feito perdoo ao dito sopricamte a culpa que tem na fogida da cadea e releuar da mais pena que merece polo dito caso com tamto que pague pera a piadade dous mill rs e pera as despesas da Relaçam quatro cemtos rs e por quamto ele loguo pagou os ditos dous mill rs pera a piadade a Marcos Esteuez, meu capelã esmoler que hos recebeo segundo dello fuy certo per hũu seu asynado e per outro de Francisco Rodriguez outro sy meu capelam de seu carguo que os sobre ele caregou em receyta e asy pagou os ditos quatro cemtos pera as despesas da relaçam a Symão Royz, recebedor delas, segundo outro sy foy certo per hũu seu asynado e per outro de Baltezar de Freytas esprivam de seu cargo que hos sobre ele caregou em receyta, vos mando que tamto que esta carta de perdam vyrdes pasada pola minha chamçalarya ho nã premdaes nem mamdes premder etc. em forma. Dada em a minha cidade de Lixboa aos xxij dias do mes doutubro. ElRey ho mandou pelo doutor Bras Neto do seu comselho e polo L.do a.º anes, ambos do seu desembargo. P.º da Lagea a fez anno de ĵbcxxbiij» (1).

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha carta virem faço saber que avemdo eu respeito ao seruiço que me fez Ruy Peleja, bailhador da mourisca, e como por sua muita idade e maa desposyçã he rezã de ho apousemtar, queremdo lhe fazer graça e merce, tenho por bem por esta presente carta de ho apousemtar, e quero e me praz que ele tenha e aja de mym de janeiro que vyra de bcRbj em diamte, dous mill rs e hũu moyo de trigo de temça em cada hum ano em sua vyda, e por tamto mamdo ao barão dAlluito, vedor da minha fazemda... Gomçallo dAlluarengua a fez em Euora a xbiij dias de mayo, anno do nacimento de nosso Senhor Jhũu Xpo de ĵbcRb. E eu Amtão dAºseq.ª a fez escprever» (2).

Dominico, dançarino Testemunha em um documento do século XII

«Nouerint uniuersi quod cum inter dominum Alfonsum illustrem Regem Portugalie et Algarbij ex una parte et Lau-

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. João III, liv. 11, fl. 135 v.
(2) Idem — Idem, *Doações*, liv. 25, fl. 110 v.

rentium Iohannis capatarium pro se et pro suis filiis Dominico Laurentij Vincentio Laurentij el Tharasia Laurentij ex altera super quadam tende que est in collatione sancte Marie Magdalene que fuit de Dominico dançador et super pensione eiusdem cuius termini sunt isti etc.... Acta sunt Vilixbone kalendis iunii. Era M CCC^{a} xvj^{a}» (1).

XII

Cartas de jogar no século XVI

A estampagem das cartas de jogar era defêsa entre nós no século XVI, e quem transgredisse a proibição estava sujeito a penas bastante graves. Isto se deduz de dois casos, inteiramente inéditos, que vamos narrar.

João Tomé de Brissoula, residente em Lisboa, fôra condenado a um ano de degredo para a África, por se dizer que fazia cartas para jogar. D. Sebastião, em 1576, comutou-lhe a pena. O alvará de perdão diz que Brissoula era estrangeiro, mas não lhe designa a nacionalidade.

Três anos antes, João de Ribeira havia sido acusado pelo alcaide Marcos Lopes de fazer cartas de jogar, sendo por isso também condenado em um ano de degredo para a costa de África, em 20 cruzados, dez dos quais para os cativos e dez para o alcaide, alêm de perder as cartas e de pagar as custas. O mesmo monarca fez-lhe a graça de comutar a pena em 4:000 reis para despesas da casa do despacho dos desembargadores do paço. O alvará de perdão tem a data de 8 de abril de 1573.

Na sua petição João de Ribeira alega que era imprimidor de livros, residente em Lisboa, e que, sendo pobre, não poderia achar meios de subsistência, pelo seu oficio, nos lugares de África. Ponderava, além disso, que a arte de impressão era muito útil à república e que era de toda a conveniência que não saisse do reino pela falta que havia de imprimidores.

João de Ribeira, como o nome parece indicar, era acaso compatriota de João de Molina, de João de Ocaña e de Pedro de Flores, livreiros espanhoes, que residiram em Lisboa no último quartel do século XVI.

---

(1) Torre do Tombo — *Direitos Reaes*, liv. 2, fl. 104.

O alvará, que acabamos de citar, é um documento bastante importante para a história da tipografia portuguesa. O Sr. Dr. Venâncio Deslandes, nos seus *Documentos para a historia da typographia portugueza nos seculos* XVI *e* XVII, não faz menção do nome de João de Ribeira, nem tão pouco o Sr. Tito de Noronha no seu opúsculo *A imprensa portugueza durante o seculo* XVI. Só Ribeiro dos Santos o inclue nas suas *Memorias,* atribuindo-lhe a impressão do *Diccionarium Latino-lusitanicum,* de Jerónimo Cardoso, que saiu à luz em 1592.

O Sr. Tito de Noronha contesta êste facto, dizendo que a impressão fôra de Alexandre de Sequeira. É certo, porêm, que um dos apêndices do *Diccionarium,* o que trata dos nomes próprios, declara *apud Johanem de Ribera,* como quem diz em casa de João de Ribera, embora no verso da última fôlha do mesmo apenso se torne a encontrar o nome de Alexandre de Sequeira. O Sr. Tito de Noronha afirma que João de Ribera é o nome de um autor espanhol e não de um tipógrafo.

O alvará de perdão de D. Sebastião prova, porêm, que em 1573 existia em Lisboa um tipógrafo chamado João de Ribeira, cuja actividade se prolongaria até 1592, o que não repugna admitir. E quando não quizessemos aceitar êste facto, nada mais natural que Alexandre de Sequeira tivesse copiado o *apud Johanem de Ribera* de qualquer edição anterior. Mais de um exemplo desta ordem se poderia apontar.

Como quer que seja, João de Ribeira é um nome terminantemente adquirido para os anais da tipografia em Portugal no século XVI.

23 de janeiro de 1894.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

DOIS INÉDITOS ACÊRCA DAS ILHAS DO FAIAL, PICO, FLÔRES E CÔRVO:

«SAÚDADES DA TERRA» (SÉCULO XVI), POR GASPAR FRUTUÔSO E «ESPÊLHO CRISTALINO EM JARDIM DE VÁRIAS FLÔRES» (SÉCULO XVII), POR FREI DIÔGO DAS CHAGAS,

COM UMA INTRODUÇÃO E ANOTAÇÕES DE ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA

(Cont. do n.º 11, pag. 566)

Tem esta freguesia da Conceição a Igreja de três naves postas sôbre cinco colunas de cada banda, sôbre as quais está assentada a madeira do tecto, com uma capela ao lado direito: há nela cento e oito fógos e almas de confissão trezentas e quarenta, das quais são de comunhão duzentas e sessenta e oito: tem um vigário e um tesoureiro.

Entrando pela Vila, ao longo do mar, está um pedaço dela que se chama Vila Velha, porque naquêle lugar se começou primeiro a povoar, e agora está muito desbaratada por causa do mar e arcias que a derrubam.

Tem esta Vila, em um alto, a Igreja principal, da advocação do Salvador (1), muito fresca, de três naves com seis colunas, por cada banda: há nesta freguesia tresentos e vinte e um fógos, e almas de confissão mil cento e trinta e uma, das quais são de comunhão setecentas e trinta e uma; há nela um vigário com cinco beneficiados, um cura e um tesoureiro, e tem ordenado para um prégador. Junto da Igreja grande está um Mosteiro de freiras da ordem de Santa Clara, da advocação de S. Gonçalo (2), onde residem vinte e cinco religiosas, entre professas e noviças, que fundou, e cujo padroeiro foi Diôgo Rodrigues, *o cavaleiro,* filho de Paulo Ro-

---

(1) Era tambêm o orago de Bruges donde viéram os colónos flamengos.

(2) Aliás de S. João.

*

drigues, alemão, o qual Diôgo Rodrigues foi fronteiro em Arzíla, onde casou e tem dois filhos clérigos, e meteu ali as filhas freiras: no meio da Vila está a Casa da Misericórdia com seu hospital e mais de vinte môios de renda, e logo uma Ermida que se chama de Nossa Senhora da Beata (1), pegada com as casas do Capitão (2) e outra de S. Tiago (3); mais adiante, pela rua, dois tiros de bésta, está um Mosteiro de S. Francisco, o qual dizem que foi situado três vezes: a primeira na Praia do Almoxarife; a segunda em Pôrto-Pim, em um monte que tem uma cóva, chamada Cóva do Frade; a terceira onde êle agora está: é casa que póde sustentar doze religiosos de missa e ordinariamente residem nela sete ou oito: abaixo, ao longo do mar, onde sái a porta do Mosteiro, para êle pescam os religiosos com seus caniços, e antigamente estava ali uma Ermída de Nossa Senhora da Piedade, que o mar levou, a qual tinha uma escada para o areal, por onde entrava a ela gente da Vila: abaixo da qual Ermida, ao longo do mar, iam carros carregados com trigo e agora é costa brava, e quando o mar anda furiôso entra na horta dos religiosos com o vento sueste e lesueste: desta Ermida que o mar desfêz, levou tambêm a imagem de Nossa Senhora, que andou sôbre as ondas muitos dias, sem a poderem achar; e depôis se achou em um serrado pegado com Nossa Senhora da Conceição, maltratada e quebrada, a qual renováram, mas ainda se enxerga o maltratamento da tormenta. Está em uma capela, que depôis se fêz no Mosteiro de S. Francisco, da própria advocação da Piedade.

Há nesta Vila muita gente nobre: os da geração de Jos de Utra, Capitão, e de Guilherme da Silveira, e de Jos da Terra, e dos Alvernases, que são africanos, e Pereiras, Brandões, Fialhos, Melos, Escobares, Evangélhos, Carvalhos, Peixôtos e Sarmentos, que procedem de Ponte do Lima (4).

---

(1) Aliás de Nossa Senhora da Apresentação.

(2) Ao norte do solar do donatário, onde hoje é a Igreja Matríz, no antigo Colégio dos Jesuitas.

(3) Ao sul do mesmo solar.

(4) Em 1555 viviam no Faial Sebastião Brandão, escrivão do Almoxarifado e Aleixo Brandão, e já era falecido Manuel Brandão, casado com Bárbara da Costa, irmã do padre de missa João Alvares, o qual houvera uma casa de Iría Cornelles (Cornelis), flamenga.

Pela mesma época encontro um Salvadôr Alvernás, Gaspar Alvernás, *o Roma*, Martim Alvernás, morador na Feiteira, casado com Soleanda (Yolanda?) de Utra e páis de Catarina de Utra, e Roque Dias Alvernás.

Os Evangélhos, Carvalhos e Peixôtos precedem de Rúi Dias Evan-

Para diante, logo alêm do Mosteiro de S. Francisco, vai correndo um areal muito grande e quási de quarto de légua, que chamam o Pôrto Nôvo, onde carregam navios de trigo e de tudo o que mais há na terra.

Adiante, para o ocidente, está um pôrto chamado de Santa Crus (1), por ter uma Ermida desta advocação; e para a banda do mar, que é rocha talhada, um pico queimado, onde estava uma crus arvorada. Defronte dêste pôrto de Santa Crus está um ilhéo pequeno, um tiro de bésta ao mar apartado da terra, onde no verão se criam alguns garajáus e pombas: alêm dêste monte está outro areal pequeno em que podem desembarcar barcos, no qual se começa o monte de Pôrto-Pim (2), onde semeiam trigo, abóboras e melões, e há dêle descida ao mar por algumas partes: e da banda do pico está uma rocha que se chama a Baía do Demo, e dando volta faz uma enseada aonde vão por terra e por mar apanhar muitas cracas e outros mariscos.

Dando volta para o Pôrto-Pim, à banda de oeste, se faz uma grande enseada que se chama Pôrto-Pim, onde antigamente foi ter uma náu da Índia, que se descarregou e car-

---

gelho, casado com Isabel de Carvalho Peixôto, dos quais nasceu Brites Evangelho, mulher de António da Siveira de Brum, cuja descendência é imensa.

Os Escobares, de origem espanhóla, habitáram na freguesia dos Cédros, bem como os Fialhos.

Os Pereiras e Sarmentos descendem de João Garcia Pereira, parente do Santo Contestável, e da Casa da Feira, casado com Dona Isabel Pereira Rôxo, viuva de Gabriel de Bruges; há outros Pereiras, cujo tronco foi Diôgo Pereira, da Vila de Pombal.

Um filho dêste último, Tristão Martins Pereira, casou com Ana da Silveira, filha de Willem van der Haghe e de Margarida Sabuio, e foram páis de Diôgo Pereira, Governador de Macau, Embaixador ao Schah da Pérsia e ao Imperador da China, de Guilherme Pereira, *o Grão Guilherme Pereira*, que foi milionário em Gôa, de Isabel Pereira, mulher de Manuel da Silveira, *o descobridor da Ilha Nova*, filho de Josse van Aard e de Margarida da Silveira, filha do referido Willem van der Haghe e de António da Silveira Pereira, casado com Dona Jerónima de Arês, com descendência até à actualidade.

(1) Nesta Ermida foi sepultado o 1.º donatário Josse de Hurtere.

(2) Tem-se querido explicar o nome *Pim*, dizendo-se que é devido a morar na proximidade dêste pôrto um judeu, Samuel Pim. Mas como nenhum documento fala de similhante indivíduo, e os autores que tal afirmam não indicam, porque não podiam indicar, a fonte donde colhêram essa informação, deve-se dar-lhes crédito negativo.

Não passa de uma invenção.

Mas o que é certo é que existe o apelido *Pym* e que há um romance de Edgar Poë «*Narrativa de Arthur Gordon Pym*».

regou, por ser bom pôrto, o melhor que há nas Ilhas, senão, com tempo sudoeste que o lava todo, porque então é muito perigoso, e se perdem muitas náus e navios se estão dentro só com êste vento, mas com todos os mais estão seguros nêle e êste é o pôrto principal da Vila de Orta que está junto dela da banda do sueste; e à entrada tem uma pedra junto da Furna dos Enxarcos (enxaréos?), que é perigosa; e mais para dentro uma furna, onde vão barcos pescar de noite, e tomam alguns peixes escolares e outro muito pescado. Em cima dêste monte do Pôrto-Pim estão três cruses, onde vão fazer orações às sextas feiras, e por todas as cruses está uma pequena fonte de que os que ali vão bebem; defronte da Ermida de Santa Crus está um pico no qual dizem foi primeiro situada a Vila dos primeiros povoadores que entráram na Ilha.

Neste Pôrto-Pim se começou a fazer um cáis, que não houve efeito, onde ainda está muita pedra, afóra outra que daí saiu para S. Franciseo e outras obras, e agora está todo cercado de muro e fechado com uma porta o dito Pôrto-Pim que se cercou no tempo das alterações (1), sendo Provedôr

---

(1) Por *alterações* intende-se a guerra com a Espânha, isto é, a luta do Grão Priôr do Crato, chefe do partido nacional, contra o usurpador Filipe II.

No reinado de seu néto, pretendeu êle estabelecer um pôrto militar na Ilha do Faial, adaptando-se para esse efeito Pôrto-Pim.

O caso passou-se entre 1629 e 1630, e merece ser contado.

Nas *Consultas de Partes,* lê-se que António Ferreira de Béthencourt, Provedôr da Fazenda Rial nas Ilhas dos Açôres, pediu licença para vir ao Reino «tratar algumas matérias do serviço de Sua Magestade», indicando para o substituir seu genro Agostinho Borges de Sousa.

Têve despacho favorável em 13 de Novembro de 1629, assinando-o Luis da Silva, Rúi da Silva e Simão Soares, todos membros do Conselho Ultramarino, e conformando-se com êle, em 2 de Abril de 1630, o Rei deferiu que viésse a Lisbôa e se substituisse pelo dito Borges de Sousa.

É na consulta que, por extracto, consta Filipe IV pretender o estabelecimento de um pôrto militar na Ilha do Faial. Dâmo-la na íntegra e com a grafia em que está, e é dêsse parecer ou consulta que vejo a revelação de vistas mais largas que se supunha até agora, não terem o Rei intruso e os seus ministros, aquele e êstes talvez injustamente julgados puras incapacidades.

Eis o que diz o Conselho Ultramarino, extratando, senão repetindo, o requerido por Ferreira de Béthencourt:

«..... *na sua petição* (de António Ferreira de Béthencourt) *encontra-se que..... Vossa Majestade lhe mandou por avisos particulares q̃ ouve, que elle supp.te fosse logo á Ilha do Fayal e assistisse na guarda e defensão della, se acaso o Inimigo a quizesse entrar, como se temia e que entretanto visse e examinasse bem o sitio e logar que se chama Porto*

das fortificações da dita Ilha Gomes Pacheco de Lima, que a fêz cercar; de Santa Crus para dentro da terra, dôis tiros de bésta, está uma Ermida de Santa Bárbara, de muita romagem.

Para diante, indo a oeste, ao longo do mar, perto do Pôrto-Pim, em costa rasa se faz uma ponta de terra pequena que se chama Ponta Furada, pela qual passa o mar de uma banda à outra, e adiante um quarto de meia légua está uma freguesía que se chama a Feiteira, da advocação do Espírito Santo: tem a Igreja três naves, com cinco colunas, sôbre as quais está a armação de madeira e tecto e duas capelas aos lados direito e esquerdo: há nela noventa fógos, e almas de confissão trezentas e trinta e duas, das quais são de comunhão duzentas e cincoenta: tem um vigario e um tesoureiro, e por ser antiga esta confraría desta Igreja e rica, há bandos sôbre ela nêste pôvo: mas a que tem do Santo Sacramento é a mais rica da Ilha, e adiante, perto de um quarto de légua, está uma Ermida de S. Pedro, de muita romagem e tem um

---

Pym, donde se podia fazer hua obra em que p.lo inverno e p.lo mais discurso do anno podessem estar seguram.te Naus da India, galeões e mais navios das conquistas, e assistindo elle supp.te na dita Ilha, como por V. M.e lhe foy mandado, vio e examinou bem a importancia da mat.ria e dispondo das cousas da guerra e da defensão presente, tractou juntam.te de dar principio á obra do dito pôrto, soldando a p.e e lugar donde milhor se podia fazer, cortando m.to comprimento de hua Rocha de que fez a V. M.e hua larga Relação, com o debuxo e traça do dito Porto, da fortificação delle, e da facilidade e pouco cabedal, com que poderá fazer-se e a boa vontade com que os moradores daquella Ilha e as pessoas que lá tem sua faz.a querem contribuir p.a tal obra, que he a de mais importancia q̃ p.a as conq.as destas coroas se póde offerecer; e agora q̃ se deu principio a ella, convem mais, por amor dos inimigos, darselhe fim com a brevidade possivel».

Nas «*Reflexões soltas sobre as Ilhas dos Asores por Donald Campbell, em 1798*», escreveu êste Almirante então em serviço de Portugal:

«*Estou persuadido que ainda com esta despeza* (300 mil cruzados) *se faria hum pôrto na Villa de Horta, capaz de conter 200 athé 300 Navios Mercantes; em m.tos poucos annos tal seria a concorrencia do commercio p.a este porto que seria preciso, para a sua acomodação, estender m.to os seos Limites; o q̃ bem se podia fazer pelas vantagens do mesmo commercio, bloqueando com hua muralha forte a boca do Porto-pim q̃ abre para sodoeste, golpeando então a estreita garganta de areia q̃ divide em dois portos, e fazendo huma commonicação entre hum e outro porto, a qual aumentava os seus Limites, athé poder conter mil embarcações; e nesta emenda se podia facilm.te cuidar em construir Diques e Arsenal para estabelecim.to da Marinha. O calculo da despeza necessaria p.a esta ultima obra hé impossivel prezentem.te fazelo; porem julgo q̃ não seria menos de 500 a 600 mil cruzados*».

baluarte no portinho dela onde váram barcos, que mandou fazer o Provedôr Gomes Pacheco de Lima, no tempo das alterações. Mais adiante, perto de uma légua, está outra freguesía, de Santa Catarina de Castélo Branco, de três naves sôbre cinco colunas, onde há cento e vinte fógos, e almas de confissão trezentas e cincoenta, das quais são de comunhão duzentas e sessenta e oito: tem um vigario e um tesoureiro, e da Vila até aqui é terra rasa.

Adiante desta freguesía, pouco espaço para a banda do sudoeste, ao longo do mar, está uma ponta a êle, com um pico alto, que se chama Castélo Branco, porque o fêz alí a natureza, de pedra, de altura de dois castélos dos mais altos que há em Espanha e todo quadrado em cima: tem quantidade de dôis ou tres môios de terra que se póde cavar e semear, que dão trigo, centeio e cevada, junça e abóboras, sem ter mais que uma serventía na quadra da banda da terra, muito estreita, e da banda do mar batem as ondas nêle, o qual se vê de duas e de três léguas, principalmente dos que se pusérem ao longo do mar ou da costa por razão da sua grande altura, e ali se faz um pôrto onde vão ter algumas caravelas e desembarcar barcos e havendo vinhos, como estão algumas vinhas principais, se póde carregar nêle: mas a causa de não haver vinhas na Ilha, sendo a terra muito bôa para isso, é de não se darem os moradores a plantá-las, e essas que principiáram destruíram alguns coelhos e gados e furtavam: chama-se êste praso desta freguesía *Câmara de Lôbos,* do qual a um tiro de arcabús sái uma ponta rasa, ao mar, que se chama de Santa Catarina.

Mais adiante de Castélo Branco, para o noroeste, entra uma baía grande de calhau e rocha talhada, que não tem serventia, e correndo a costa para o nor-noroeste do mesmo Castélo Branco até perto de uma légua, está uma baía que se chama a Ribeira do Cabo, que é sêca, sem correr senão de enchente, onde váram batéis, e dali para o norte, obra de um tiro de bombarda, bóta umas pontas ao mar, rasas, onde está o Pesqueiro do Tilme (Firme), e mais avante, légua e meia para o norte, estão outras pontas rasas, que se chamam o Pesqueiro Longo, e daí, um tiro de arcabús, estão dois illhéus ao mar, pequenos e alvos (altos?), afastados da terra um tiro de bésta, que se chamam os alvos annos *(sic)* e tambêm o Capêlo, chamado assim por no cume, em cima, sempre trazer névoa, e ao pé do qual está uma formosa fonte, que é o cabo da compridão da Ilha da parte do poente, porque daquí já faz valda a terra pela banda do norte: cujos

moradôres são freguêses de um lugar que adiante está, chamado Práia do Norte, do qual para o norte e quarta do nordeste, quantidade de légua e meia, pela costa toda, de roeha talhada, está uma baía grande de quarto de légua de comprido, de areia, com uma fonte de água na entrada dela que corre ao mar onde algumas vêses no verão váram barcos, que se chama a Práia do Norte, freguezia da invocação da Trindade, de quarenta e dois fógos, e cento e quarenta e nove almas, das quais são de comunhão cento e quinze: tem um vigario e um tesoureiro na Praia e na Fajã.

Da Práia do Norte, a pouco menos de duas léguas da costa, de alta rocha, com cotovêlo ao mar, está uma freguesía de Santa Bárbara, que se chama dos Cédros, mais principal lugar da Ilha, tirando a Vila de Orta, que está situada na terra, tão longe da rocha, como um quarto de légua: onde há muita gente nobre: tem fontes de água de que bebem; e uma ponta ao mar defronte da freguesía que se chama o Guindaste onde carregam cousas de mão, mas não vão carros abaixo, senão até o longo da rocha e até à borda, e dali as levam às costas: é Igreja de três naves sôbre cinco colunas, com uma capela ao lado esquerdo: há neste lugar dos Cedros cento e cincoenta e seis fógos, e almas de confissão seiscentas e vinte e nove, das quais são de comunhão quatrocentas e sessenta e uma. Tem um beneficiado, coadjutor do vigário.

Correndo a costa para diante, vai fazendo uma baía de meia légua, na ponta da qual está um pesqueiro chamado de Sebastião Nunes, aonde descem por passos perigosos, por rocha muito alta, e na mesma altura corre até chegar à ponta da Ribeirinha, que é outra ponta da Ilha da banda do oriente, onde estão dois ilhéus no mar que se chamam Ilhéus da Ribeirinha, perto da terra: e logo a ribeira de enchente, chamada a Ribeirinha, que vai fazendo uma baía pequêna até à freguesía da Práia, onde está um pesqueiro na ponta que se chama de João Dias, e no meio desta baía que será uma légua e meia, está outro pesqueiro chamado Barba Feita, e defronte da freguesía da Práia um pôrto de areia, entre uns penedos, da largura de um tiro de pedra chamado o Pôrto das Canas: e além, um tiro de bésta, uma ribeira de enchente, que se chama a Ribeira da Práia do Almoxarife, que é de areia e grande baía toda limpa onde váram batéis algumas vêses: e dali para diante está uma ponta grossa que sái ao mar, mais que toda a terra, chamada a

Ponta da Espalamaca (como já tenho dito), em que se começa a campridão da Ilha da parte do oriente (1).

Pelo meio da Ilha, saindo da Vila de Orta, indo para a Ribeira dos Flamengos, está uma Ermida nóva de Santo Amaro com uns casais onde se acha o Farrôbo: e adiante, para o ocidente, está uma freguesia chamada a Ribeira dos Flamengos (2), da invocação de Nossa Senhora da Luz, de sessenta e sete fógos, e almas de confissão duzentas e trinta e seis, das quais são de comunhão cento e oitenta e uma: tem um vigario e um tesoureiro, tem uma Igreja de três naves sôbre cinco colunas, grande e bem feita, que antigamente situáram os flamengos; onde há muitas frutas e algumas fontes, e por esta ribeira abaixo do Farrôbo, que está junto dela para mais perto da Vila de Orta, se faz um salto muito alto, onde dizem que antigamente caiu um frade, ou uma visão, sua aparência *(sic)*.

Esta Ilha no meio é muito alta, na serra e mato, e quási no meio da Ilha, de Vila de Orta, uma légua e meia para a parte do noroeste, tem uma caldeira feita pela natureza, ou em algum incêndio que para ali arrebentou com atôrno que terá uma légua em redondo e meia de altura, a qual não descem senão por um carreiro estreito e pique para baixo em forma de alguidar, cujo terreo *(sic)* e pé dentro se reparte em três partes: uma de mato e bosques muito deleitosos; outra de erva muito mimosa e prado ameno e muito

---

(1) *Espalamaca* é, como já ficou dito, corrutéla do flamengo *Speldemaker,* que significa ponta aguda, e ponta de agulha ou de alfinete.

(2) Os habitantes desta freguesia, provavelmente por se julgarem os principais do Faial, por causa da sua origem estrangeira ou flamenga e por serem compatriotas do 1.º donatário Josse de Hurtere, passávam por ser altivos ou orgulhosos, e daí a classificação rimada que ségue, e que, sem dúvida, têve origem antes da criação da 13.ª e última freguesia, (Práia do Norte), do concelho da Horta, que, como é sabido, abrange toda a Ilha do Faial:

Matris negociantes
Angústias amancebados
Féteira ambiciosos
Castêlo Branco pentiados.

Capêlo demandistas
Cédros birrentos
Salão folgasões
Ribeirinha escarnentos.

Pedro Miguel lambareiros
Práia pescadores
Flamengos sobérbos
Conceição faladôres.

chão; outra terceira, funda, tem uma lagôa de água de largura de um quarto de légua, ao longo da qual estão sete montes ou outeiros pequenos cheios todos de arvorêdo, onde andam muitos pássaros, canários, melros e toutinegras e outros muitos de outras espécies que fazem grande harmonía: e gado vacum, cabrum e ovelhum, de diversos dónos de toda a Ilha, todo misturado, que se ajunta no tempo da tosquía, em um curral, onde cada um ferra e assina o seu de seu sinal: e colhe-se desta Ilha muito trigo e pastél por a maior parte dela ser lavradía: tem pouco vinho por não haver senão muito poucas vinhas de nôvo plantadas: em toda ela não há ribeira alguma corrente, excepto a Ribeira dos Flamengos, mas bebem de fontes e póços que tem: mais de metade dela está cheia de mato e arvorêdo baixo: são as árvores, cédros, zimbro, folhado, louro, sanguinho, tamujo e românia, que dá umas uvas prêtas como mortinhos, que chamam *uvas da serra,* que muitas pessôas comem por terem o gôsto agro e aprazivel: tem muitas atafonas em que móem pão; e no inverno usam de moinhos que móem com água de chuva: há nela muitas galinhas grandes e muita caça, a saber: coelhos, codornizes, pombas torcazes, pombas e melros: tem muita junça e pouca cevada, não por culpa da terra, mas por a não plantarem nela.

A Vila tem seu prégador com ordenado de vinte mil réis em dinheiro, e dois môios de trigo que paga El-Rei e seu vigário e cura e cinco beneficiados e outros lugares tambêm estão providos de ministros.

Há, em toda a Ilha, muita gente nobre de diversos e honrosos apelidos; tem bom mulherio e as mais das mulheres tem em suas casas oratórios por serem muito devotas e virtuosas.

Capítulo dos capitães da Ilha do Faial e da gente ilustre que há nela

Depois da Ilha do Faial ser descoberta, El-Rei ou os Infantes que a mandáram descobrir (como tenho dito) fizéram mercê da capitania dela e da Ilha do Pico a um fidalgo flamengo, chamado Jos de Utra, que muitas vezes vinha a Lisbôa, e por ser fidalgo casou com uma criada da Infanta, chamada Beatriz de Macêdo; e porque esta capitania lhe foi dada com condição que havia de povoar a terra, rogou a outro flamengo, tambêm fidalgo e rico, chamado Guilherme Vandaraga (da Silveira), se quizesse vir com gente morar ao

Faial, onde lhe daria parte da Ilha: aceitou o partido o Guilherme da Silveira e trouxe de Flandres três navios carregados de flamengos, entre os quais viéram muitos parentes do capitão, que chegáram a povoá-la, sendo ela descoberta primeiro três ou quatro anos, segundo dizem.

O primeiro capitão do Faial, por nome Jos de Utra, teve de sua mulher muitas filhas, que casou com homens fidalgos do reino de Portugal, e uma delas (1) com um estrangeiro alemão, que diziam ser grande fidalgo, astrólogo e matemático, e dizem alguns que era nigromântico, chamado Martim de Bohemia, do qual El-Rei de Portugal fazia grande conta, e tendo-o em muita estima por sua nobrêsa e saber; sendo assim casado, por informações e instrução que El-Rei dêle tinha, mandou certos homens (segundo dizem) descobrir as Antilhas, dando regimento por onde êle os encaminhava: e porque as cousas do mar não sucedem muitas vezes como os navegantes querem, e cuidam, enfadando-se da viagem, fizéram volta caminho do Reino, e por não quererem ir ávante, não chegáram à terra que buscavam, dizendo que Martim de Bohemia advinhou no Reino, onde estava, o dia que os navios arribáram e que por certo erráram as Antilhas: entre muitas cousas dizem que dizia advinhava, as quais os antigos da Ilha do Faial, onde êle residia, acháram depois ser assim. Têve de sua mulher, filha de Jos de Utra, capitão do Faial, dois filhos e um dos quais se chamava Martim de Bohemia, como seu pai, por falecimento do qual foi ao Reino de Bohemia, pátria sua, a se ver com seus parentes, os quais lhe fizeram grande honra, donde veio muito próspero, com muitos vestidos, peças e cadeias de ouro e depois de vindo dizem que tornou para a Alemanha.

Houve também o capitão Jos de Utra de sua mulher um filho chamado Jos de Utra, que lhe sucedeu na capitanía e foi casado com uma mulher fidalga chamada Isabel Côrte Rial, filha de Vasqueanes Côrte Rial e irmã de Manuel Côrte Rial, capitão de Angra, e vivendo muitos anos na capitanía, faleceu muito velho, ficou-lhe um filho, por nome Manuel de Utra Côrte Rial, muito gentil homem e uma filha, chamada Francisca Côrte Rial, muito formósa, a qual se casou a furto, em vida do capitão, seu pai, sendo já velho, com um Heitôr Rodrigues, mercadôr, do qual concebeu, e

---

(1) Dona Joana de Macêdo.

com nôjo de seu pai e parentes a não quererem ver, morreu de parto ela e a criança. Têve também o segundo capitão Jos de Utra um filho natural chamado Jos de Macêdo, mas o legítimo, Manuel de Utra Côrte Rial que, por falecimento de seu pai, ficou 3.º capitão, se casou a furto na mesma Ilha do Faial com Maria Vicente, filha de um lavradôr honrado chamado Joanne Annes das Grotas e de sua mulher Catarina Vicente: estando assim casado por espaço de tempo, dantes que seu pai falecêsse, e depôis não servio a capitanía por andar homisiado por certos casos de que se dizia querelar seu pai dêle (1): neste meio tempo houve de sua mulhér Maria Vicente três filhos e quatro filhas: o primeiro Gaspar de Utra Côrte Rial: o segundo Jerónimo de Utra Côrte Rial: o terceiro Salvadôr de Utra Côrte Rial: as filhas D. Catarina, D. Bárbara, D. Antónia e D. Isabel de Abarca, que faleceu afóra outras; e para confirmar a capitanía se foi ao Reino, aonde El-Rei lha não quiz confirmar, sem primeiro o fazer casar com D. Ángela (2), Dama da Rainha, por lhe dizerem que êle tinha uma filha dela, e não ser por legítima mulhér a Maria Vicente: recebendo Manuel de Utra Côrte Rial, com mêdo de El-Rei, estando doente em Lisbôa, a D. Ángela, daí a poucos dias faleceu êle: de cuja morte e casamento sendo sabedora Maria Vicente se foi ao Reino, onde andou muito tempo em demanda com El-Rei sôbre a capitanía para o filho mais velho, que se dizia Gaspar de Utra Côrte Rial: e também demandava o morgado dizendo que lhe pertencia por sua mãe ser a primeira mulhér de seu pai; e antes de haver sentença faleceu; e sua mãi depôis por sentença foi julgada por mulhér do Capitão Manuel de Utra Côrte Rial, e excluida D. Ángela, mulhér fidalga, irmã da mulhér de Bernardo Côrte Rial de Portugal

---

(1) Dêste caso não encontro outra notícia nem confirmação. Mas é certo ter falsamente acusado a filha, de causadora da morte de uma escrava e talvês que Frutuôso confunda o filho com a filha.

Êste 2.º donatário foi um tirano doméstico, o carrasco da mulhér e dos filhos legítimos, depôis de se ter amancebado, já velho, com uma Izeu Pinheiro.

A mulhér Dona Isabel Côrte Rial, morreu de desgôstos cujo motôr êle foi, pôs fóra de casa e ao abandono o filho e a filha, dedicando os seus afectos a Izeu Pinheiro e ao bastardo Jorge de Macedo, que foi Ouvidôr no Faial.

(2) Dona Ángela de Menêses, filha de Gabriel de Brito, Alcaide-Mór de Aldegavinha e aparentada com os Côrte Riais.

(sic), de que o Capitão não houve filho algum, e sendo julgada por não ser sua mulhér, se meteu religiosa em um mosteiro: Gaspar de Utra Côrte Rial estando no Reino com sua mãe tratando a demanda, casou com uma sua parenta (1) e morreu sem ter filho varão (2) que podesse herdar a capitania: porque ficou com uma filha (3) que não herdava conforme as leis dêste Reino, e faleceu também sua mulhér: a demanda que fêz Gaspar de Utra foi depôis da morte de seu pai; e por falecimento do mesmo Gaspar de Utra se opôs ao morgado (4) Jerónimo de Utra Côrte Rial, por não ficar de Gaspar de Utra filho macho herdeiro, como está dito: e saío a sentença contra êle dizendo que pôis de Gaspar de Utra não ficára filho macho, que não podia suceder nela o irmão: tendo El-Rei D. João III entendido que Gaspar de Utra Côrte Rial não era legítimo filho de Manuel de Utra Côrte Rial, encorporou a capitanía na corôa e fêz dela mercê a D. Álvaro de Castro, com a mesma dúvida, o qual depôis de a possuir, quatro ou cinco anos a largou a El-Rei por trazerem sôbre ela demanda os filhos de Manuel de Utra Côrte Rial: e El-Rei D. Sebastião fêz mercê dela a D. Francisco Mascarenhas por serviços que fêz na Índia. Mas Jerónimo de Utra Côrte Rial, depôis de ter sentença contra si, pediu revista do feito e foi-lhe concedida e ao cabo de vinte e dôis anos que dizem durar a demanda, no de 1582, reinando El-Rei D. Filipe, Nósso Senhôr, com o Alvará da revista se ajuntáram onze letrados desembargadôres, e sendo cinço de uma parte contra êle e cinco por êle (segundo dizem) ficava um Manuel Francisco do Tronquo, doutôr em leis, grande e consumado letrado, o qual deu sua vóz por o dito Jerónimo de Utra Côrte Rial, dizendo ter justiça, por seu irmão Gaspar de Utra nunca haver o morgado, nem haver sido capitão e sómente fazer demanda; e quando saío a sentença já era falecido, e nunca tomou posse da capita-

---

(1) Dona Eléna, filha de João Nunes Hómem e de Dona Maria de Macêdo, irmã de seu avô, o 2.º Josse de Hurtere.

(2) Um Frei José de Côrte Rial era seu filho, talvês bastardo, ou, por ser frade, não podesse herdar-lhe o direito à capitanía e aos bens livres e vinculados.

(3) D. Luisa Côrte Rial, que morava em Carnide e doou os seus bens herdados dos pais e avós a Francisco de Utra de Quadros, por cujo falecimento passáram a poder do Colégio dos Jesuitas, no Faial.

(4) Não se opôs ao morgado, mas intentou uma acção contra a Corôa para reivindicar as capitanías do Faial e do Pico.

nía: e assim déram a sentença por Jerónimo de Utra Côrte Rial, e ficou com a capitanía das duas Ilhas Faial e Pico que é toda uma, que agora tem, e já tomou posse dela e se arrecada a redizima por êle, que está no Reino, aonde casou.

Outros dizem que depois de Manuel de Utra, Capitão do Faial, ser môrto, El-Rei meteu a capitanía nos bens da corôa, por dizer não ser casado e lhe não ficarem filhos legítimos de Maria Vicente; da qual capitanía fez mercê a D. Álvaro de Castro; o qual estando de posse dela e usando como capitão e senhor da dita Ilha (do Faial) e Pico, veio a Lisboa Gaspar Côrte Rial, filho do dito Manuel de Utra, e Maria Vicente a requerer a sua justiça sôbre ela: andando nisso se vio com o dito D. Álvaro, e lhe disse que olhasse que era êle môço e que aquilo fôra de seu pai e avós, que lhe pedia o não impedisse, pôis El-Rei lhe podia dar outras cousas muito maiores e melhores: e o bom fidalgo, movido da razão do môço, se foi a El-Rei e lhe contou o caso, dizendo que não queria a tal capitanía, que a havia por renunciada nas mãos de Sua Altêsa, como de feito renunciou e ficou na corôa, por muito tempo e em todo êle a dita Maria Vicente pretendeu provar ser sua mulhér, e sempre trouxe demanda sôbre isso, e estando assim nêstes termos morreu Gaspar Côrte Rial, que a pedia, como filho mais velho e dêle não ficou mais que só uma filha, pelo que Jerónimo de Utra, seu segundo irmão, pedio o admitisse à demanda e a seguio sempre com El-Rei, que estava em posse dela: e nêsse meio tempo que corria a demanda, veio da Índia D. Francisco Mascarenhas, do cêrco de Chaul, ao qual El-Rei, em paga de seus serviços, fez mercê da dita capitanía do Faial e Pico, por já a êste tempo ser dada sentença contra o dito Jerónimo de Utra; e pela lei mental que então andava sôbre revista: e feita mercê dela ao dito D. Francisco, estando de posse dela, e a possuindo como capitão e governadôr, sucedeu El-Rei D. Filipe, Nósso Senhôr, o qual o mandou por Vice-Rei à Índia, que foi o primeiro que êle lá mandou, e ao tempo da ida lhe fêz mercê de o fazer Conde de Vila d'Horta, da Ilha do Faial, de que êle então era capitão: e sendo na Índia, correndo cá Jerónimo de Utra com a demanda sôbre revista: ou por haver sentença contra El-Rei, ou por El-Rei lhe fazer mercê, ficou capitão dela e do Pico, como hoje é; e o D. Francisco ficou com o título de Conde de Vila d'Horta, como hoje tem: e no tempo que Jerónimo de Utra houve sentença por si, ou mercê, se

casou em Lisboa, onde está casado com uma filha de Francisco Figueira (1).

Outros dizem que outro seu irmão de Jerónimo de Utra Côrte Rial, chamado Salvadôr de Utra Côrte Rial, mais môço, faleceu no mar há muitos anos, indo em um navio de Pero Cardôso que da Ilha Terceira partio para o Reino, estudando em Coimbra teologia.

(Continúa). ANTÓNIO FERREIRA DE SERPA.

---

(1) Dona Margarida de Azevêdo Coutinho, filha de Francisco Figueira de Azevêdo e de sua mulher Dona Isabel de Abreu, irmã de António de Abreu, o grande amigo de Camões.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Sur le nom Amerrisque, por Déziré Pector. Paris, Ernest Leroux, Éditeur, 1892.

Étude économique sur la Republique de Nicaragua, por Déziré Pector. Neuchatel, Société Neuchateloira D'imprimerie, 1893.

Bulletim mensuel du Comité du Commerce Extérieur — Mai, 1904, por Déziré Pector. Paris.

Revue Française de L'Etranger et des colonies. Exploration et gazette geografique, por Déziré Pector. Paris.

Le Régime douanier des établissements Français dans l'Inde, por M. Déziré Pector. Paris, 1912.

Las aguas de España y Portugal — Segunda edición, por Horacio Dentabol y Ureta. Madrid, Tip. de la viuda é Hijos de M. Tello, 1900.

El Eclipse total du Sol, por Horacio Dentabol y Ureta. Madrid, Tip. de la viuda é Hijos de M. Tello, 1905.

Rectificacion de curvas, por Horacio Dentabol y Ureta. Madrid, Imp. Colonial, 1893.

Calculo Infinitesimal, por Horacio Dentabol y Ureta. Madrid, Tip. de Gregorio Estrada, 1890.

Teoria Elemental de las Superficies Regladas, por Horacio Dentabol y Ureta. Madrid, Imp. Colonial, 1892.

Questiones Astronomicaes, por Horacio Dentabol y Ureta. Madrid, Imp. Marquis de Santa Ana, 1906.

Cometas y Colas Cometarias, por Horacio Dentabol y Ureta. Madrid, 1910.

División Sexcentesimal, por Horacio Dentabol y Ureta. Madrid, Imp. de la «Gaceta de Madrid», 1904.

Correspondencia do 2.º Visconde de Santarem, colligida. coordenada e com annotações de Rocha Martins — 5 vols. Publicada pelo 3.º Visconde de Santarem. Lisboa, Alfredo Lamas, Motta & C.ª, L.da, Editores, 1918.

Catalogo da Terceira livraria do 2.º Visconde de Santarem. Lisboa, Alfredo Lamas, Motta & C.ª, L.da, Editores, 1918.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

Preço de cada volume..... 2$000 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem senão por um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e quatro volumes, da maior parte dos quais existem bastantes exemplares em depósito, vendem-se êstes pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coímbra.*

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Luís da Costa e Almeida. — Prof. Álvaro José da Silva Basto. — Prof. José Alberto dos Reis, 1.º redactor. — Prof. Paulo Merêa. — D. José Manoel de Noronha, secretário.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

fundada em 1852

Esta revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número de 64 páginas ou mais. Doze números formam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 200 réis.

ASSINATURAS

Não se recebem por menos de um ano. Envia-se cada número pelo correio aos assinantes, franco de porte, para Portugal (metrópole) e para Espanha; para o nosso Ultramar e para os restantes países acresce a importância dos sêlos.

Preço de cada ano de assinatura .... 2$000 réis.

VOLUMES PUBLICADOS

Alguns dos sessenta e quatro volumes, que formam a colecção completa do INSTITUTO, estão quási esgotados, e por isso não se vendem senão a quem adquirir toda a colecção. Aqueles porêm de que existem em depósito muitos exemplares vendem-se pelo respectivo preço de assinatura: 1$500 réis cada um, até ao volume XLII, 2$000 réis qualquer dos seguintes.

Colecção completa ..... 98$000 réis.